

princípios 160

teoria, política e cultura

ISSN 1415-7888

NOV. / 2020 – FEV. / 2021

ANO 40 – R\$ 50,00

DOSSIÊ

O MUNDO PÓS-COVID

*Dic Lo e
Yuning Shi*

China versus EUA na crise pandêmica

Uallace Moreira

Tendências do comércio mundial pós-covid

A ruptura na política externa brasileira

Mudanças na lei do pré-sal e bloqueio ao desenvolvimento

Octavio Ianni, o Brasil e a globalização



ISSN 14157888



9 771415 788005



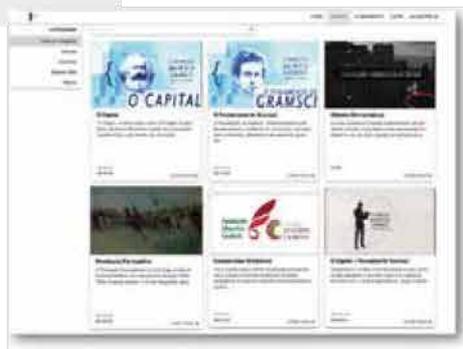
PORTAL GRABOIS

O portal da Fundação Maurício Grabois é um espaço de convergência e difusão do pensamento marxista e progressista, de debate sobre as alternativas à crise do capitalismo e fortalecimento da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Visite: www.grabois.org.br

CURSOS

A Fundação Maurício Grabois criou uma plataforma de cursos on-line com módulos sobre Filosofia, Economia, História e eleições. Entre os cursos, um sobre *O Capital*, de Karl Marx, que aborda os elementos centrais do seu principal trabalho teórico. Há também cursos sobre Gramsci e os economistas brasileiros.



CDM

O Centro de Documentação e Memória comporta uma biblioteca especializada na história do Partido Comunista do Brasil, coleções de periódicos, documentos partidários, vídeos, depoimentos, fotos e cartazes.

EVENTOS

Debates on-line reunindo pesquisadores e especialistas em temas importantes da atualidade, promovidos pela Grabois ou em parceria com o Observatório da Democracia.

LIVROS

Em parceria com a editora Anita Garibaldi e outras, a Fundação Maurício Grabois disponibiliza ao público obras das mais diversas áreas, contribuindo para a formação e difusão do pensamento de intelectuais marxistas.



EDITORIAL

- 4** **Pandemia de covid-19: desafio à humanidade**
Covid-19 pandemic: challenge to humanity

DOSSIÊ

O mundo pós-covid

- 9** **China versus Estados Unidos na crise da pandemia: governança e política confrontam desafios sistêmicos**

China versus US in the Pandemic Crisis: Governance and Politics Confronting Systemic Challenges

DIC LO | YUNING SHI

- 60** **Tendências da dinâmica do comércio mundial pós-covid-19**

Trends in post-covid-19 world trade dynamics

UALLACE MOREIRA LIMA

- 112** **As condições de trabalho dos entregadores e entregadoras por aplicativos no Brasil durante a pandemia**

Working conditions of app delivery drivers in Brazil during the pandemic

LÍBIA LUÍZA CARNEIRO DO NASCIMENTO
CACILDA FERREIRA DOS REIS

- 24** **Visões da pandemia**
- As teses de Giorgio Agamben como idealizações do Ocidente

Views on the pandemic
- Giorgio Agamben's theses as idealizations of the West

CRISTIANO CAPOVILLA | FÁBIO PALÁCIO

- 88** **A ruptura na política externa brasileira e suas dimensões doméstica e geopolítica: subordinação internacional, fragmentação regional e resposta à pandemia**

The rupture in Brazilian foreign policy and its domestic and geopolitical dimensions: international subordination, regional fragmentation and response to the pandemic

TIAGO NERY

- 136** **A emergente discussão de uma renda básica universal no Brasil em tempos de pandemia**

The emerging discussion of implementing a universal basic income in Brazil in times of pandemic

LUIZ ALBERTO DE VARGAS*
WALTER OLIVEIRA**

153 **Transição (agro) ecológica na reconstrução pós-pandemia**
- Uma resposta às crises ecológica e sanitária
(Agro)Ecological transition in post-pandemic reconstruction
- A response to ecological and health crises

MARIA BEATRIZ OLIVEIRA DA
SILVATHOMAZ DELGADO DE DAVID

177 **Os jovens brasileiros em tempos de covid-19**
Brazilian youth in times of covid-19

LILA CRISTINA XAVIER LUZ | MARISA FEFFERMANN |
MIRIAM ABRAMOVAY | NILSON WEISHEIMER |
MARIA D'ALVA MACEDO FERREIRA | FRANCISCA
VERÔNICA CAVALCANTE | ANA PAULA DA SILVA |
ISABEL CRISTINA LOPES

208 **Superendividamento e crise econômica do novo coronavírus: impactos nas mulheres do litoral do Paraná**
Over-indebtedness and economic crisis caused by the new coronavirus: impacts on women on the coast of Paraná

ADILSON ANACLETO | FERNANDA
CARVALHO SOARES | NATALIA DE
FRANÇA FEMENIAS

225 **O “novo normal” no campo da educação: da aparência à essência**
The “new normal” in the field of education: from appearance to essence

ANA CAROLINA REIS | EDUARDO PINTO E SILVA |
CATHARINA MARINHO MEIRELLES

246 **O “novo normal” da covid-19**
- Quando o emergencial se transforma em política educacional
The “new normal” of covid-19
- When the emergency becomes educational policy

JULIANA ARGOLLO | NÍVEA VIEIRA

273 **Tecnologias computacionais na formação continuada de professores durante a pandemia**
Computational technologies in continuing teacher education during the pandemic

FLÁBIA ALVES LOPES
MARIA DO CARMO BARBOSA DE MELO

296 **“Solidariedade S/A”:**
o Grupo Globo e o que virá depois da pandemia
“Solidariedade S / A”:
Globo Corp. and what will come after the pandemic

GERMANO RAMA MOLARDI | LETÍCIA DE MELLO PADOIN

ARTIGO

318

Direito

As mudanças na lei de partilha do pré-sal e o bloqueio ao desenvolvimento nacional

Changes in the pre-salt oil sharing law and blocking to national development

ANDRÉ PEREIRA R. TOKARSKI

ENSAIO

340

Sociologia

Octavio Ianni:

O Brasil nas tramas da globalização

Octavio Ianni:

Brazil in the plots of globalization

FRANCISCA ELEODORA SANTOS SEVERINO

INTERNACIONAL

351

NOTAS INTERNACIONAIS

International 2020 retrospective

ANA PRESTES

RESENHA

357

Um Engels permanente para mais 200 anos de teoria e prática

A persistent Engels for another 200 years of theory and practice

JOSUÉ MEDEIROS

367

LIVROS QUE RECOMENDAMOS

EXPEDIENTE 372

Pandemia de covid-19: desafio à humanidade

Covid-19 pandemic: challenge to humanity

O ano de 2020 será lembrado para sempre pela pandemia causada por um novo tipo de coronavírus, cuja ampla disseminação fez com que mais de 80 milhões de pessoas em todo o mundo — até o momento em que este editorial é escrito — tenham contraído a doença respiratória denominada covid-19 (*coronavirus disease 2019*). Deste total, mais de quase 2 milhões de pessoas em todo o mundo já perderam a vida. No Brasil, até o momento, foram mais de 7 milhões de infectados e aproximadamente 190 mil vidas perdidas. Uma tragédia que entrará para a história.

O grau de contaminação e letalidade do vírus levou a que organizações como a OMS e governos de quase todos os países tomassem medidas enérgicas para deter o contágio e salvar vidas. A mais importante delas foi o isolamento social. Pessoas foram orientadas a permanecer em suas casas, suspendendo atividades presenciais em locais de trabalho e estudo, com consequências importantes em todos os âmbitos da vida das pessoas e na economia dos países. Medidas como a testagem em massa de indivíduos, o fechamento de fronteiras, o esvaziamento de pontos turísticos e a construção de hospitais de campanha, entre outras, foram empregadas em graus e de maneiras diversas.

Nesse processo, distintos governos adotaram posturas diferenciadas seja no que tange à interpretação da gravidade da crise, seja no que respeita às medidas sanitárias pertinentes. Algumas abordagens mais economicistas enfatizaram a manutenção das atividades regulares, mesmo com os riscos envolvidos; outras deram prioridade à saúde da população. Quando analisamos o posicionamento das duas maiores potências globais, constatamos que China e Estados Unidos assumiram atitudes diametralmente opostas no enfrentamento à pandemia, obtendo também resultados bastante distintos.

Em função das proporções que assumiu, a crise pandêmica tornou-se tema central das eleições americanas, em que duas visões diferenciadas se confrontaram. De um lado, o candidato vencedor, Joe Biden, defendeu a priorização das medidas de proteção à saúde das pessoas; de outro, o atual presidente, Donald Trump, colocou-se como principal defensor da primazia do sistema econômico sobre o cuidado com as pessoas.

O mesmo embate ocorreu no Brasil, país em que Jair Bolsonaro, aliado de primeira hora do presidente dos Estados Unidos, chegou a caracterizar a covid-19 como uma “gripezinha”. Seu governo, além de desestimular iniciativas de proteção à saúde da população, lavou as mãos diante do avanço da pandemia, abrindo mão de adotar medidas de combate aos efeitos negativos da crise sobre o emprego, a educação e outras áreas.

Vista de conjunto, essa situação traz repercussões que, em sua totalidade, apenas começam a ser avaliadas. Cientistas das mais diversas áreas do conhecimento hoje se debruçam sobre os problemas colocados pela pandemia, buscando explicações, desenvolvendo tecnologias e práticas, promovendo reflexões políticas e filosóficas sobre diferentes aspectos da vida social e econômica que emerge da crise sanitária

Foram diversas as ações e pronunciamentos do presidente da República que chocaram não só os brasileiros, mas o mundo inteiro, com grande repercussão na mídia e nos organismos internacionais. À medida que a crise se desenrolava, o presidente exonerou dois ministros da Saúde por discordar das medidas de proteção à população e do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Mais recentemente, deu seguidas declarações contra testes e produção de vacinas, em tentativa de politizar e ideologizar artificialmente a questão.

A par das questões de saúde acima referidas, as pessoas em todo o mundo sofrem com as consequências do isolamento social e da suspensão de atividades econômicas. No Brasil — como em outros países — foi necessário destinar um auxílio emergencial para aqueles que ficaram sem qualquer fonte de renda. O auxílio sustentou famílias e aqueceu a economia nos rincões mais pobres do país, o que fez aumentar a popularidade do presidente, apesar de sua política negacionista em reação à pandemia e de seu boicote às iniciativas e orientações de cientistas e da OMS.

Vista de conjunto, essa situação traz repercussões que, em sua totalidade, apenas começam a ser avaliadas. Cientistas das mais diversas áreas do conhecimento hoje se debruçam sobre os problemas colocados pela pandemia, buscando explicações, desenvolvendo tecnologias e práticas, promovendo reflexões políticas e filosóficas sobre diferentes aspectos da vida social e econômica que emerge da crise sanitária. Para além dos saberes científicos sobre o próprio vírus, que envolvem as medidas para interromper sua propagação — incluindo a busca por vacinas —, são realizadas reflexões sobre a saúde física e mental da população isolada, principalmente das camadas mais vulneráveis como idosos, mulheres, jovens, populações pobres, negras e em situação de risco, entre outros segmentos afetados não só pelo contágio da doen-

ça, mas também pelas restrições de contato e pelo fechamento de escolas, estabelecimentos comerciais, lugares turísticos etc.

O fechamento de instituições educacionais e a larga utilização do ensino a distância, ou apenas remoto, tem efeitos não só sobre a educação dos alunos, mas também sobre o aprofundamento das desigualdades entre os que dispõem e os que não dispõem de acesso às tecnologias, lugar adequado, auxílio de adultos e material escolar. Além desses fatores, não são ainda conhecidos os efeitos da falta de contato com colegas e amigos no desenvolvimento social e cognitivo de jovens, crianças e adolescentes.

No Brasil, os efeitos sobre a economia nacional já se mostram graves, e nenhuma proposta viável de recuperação foi apresentada pelo governo. Essa situação gera incertezas sobre empregos, futuro das empresas e dos negócios em geral. Incertezas que se associam às preocupações com o desmonte do Estado, incluindo o cancelamento de várias políticas públicas, com resultados deletérios sobre a educação, a saúde, os direitos trabalhistas, indicando um aprofundamento da crise econômica, política e sanitária nos próximos meses.

A revista *Princípios* considerou importante e tomou para si a tarefa de refletir sobre as múltiplas repercussões da crise sanitária. A pandemia desatou debates que mobilizam abordagens de diversas áreas: não só das ciências da saúde, mas também da Economia, da Educação, da Sociologia, da Psicologia, da Filosofia, da Comunicação e de muitas outras. Mesmo que a crise se mostre, neste momento, ainda distante de seu desfecho, é necessário refletir desde já sobre um fenômeno cujas marcas se farão sentir por muitas gerações.

A fim de fomentar essa reflexão sobre as possíveis consequências da pandemia nas mais diversas esferas da vida e nos diferentes grupos sociais, *Princípios* apresenta o dossiê “O mundo pós-covid”. Ele reúne um conjunto de estudos com o fito não tanto de obter respostas definitivas, mas de ao menos colocar as questões certas sobre este grave momento histórico que vivenciamos e suas reverberações para o futuro da humanidade.

* * *

Com esta edição, *Princípios* chega ao segundo número produzido sob um novo projeto editorial, com novas formas de seleção e avaliação dos textos, agora submetidos a *peer review*. Há duas chamadas de artigos em vigência: a do dossiê “metamorfoses do poder político” — previsto para março de 2021 — e a do dossiê “O Iseb e o desenvolvimento nacional” — previsto para julho do mesmo ano. Ambas as chamadas podem ser conferidas no OJS da revista, no endereço <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios>. Aproveitamos para solicitar, junto à nossa comunidade de colaboradores e leitores, que divulguem junto a seus pares não apenas esta edição da revista e as anteriores, mas também as chamadas de artigos para as edições vindouras.

A Comissão Editorial

DOSSIÊ

O mundo pós-covid

Organizadores:
Ilka Bichara e Nilson Weisheimer

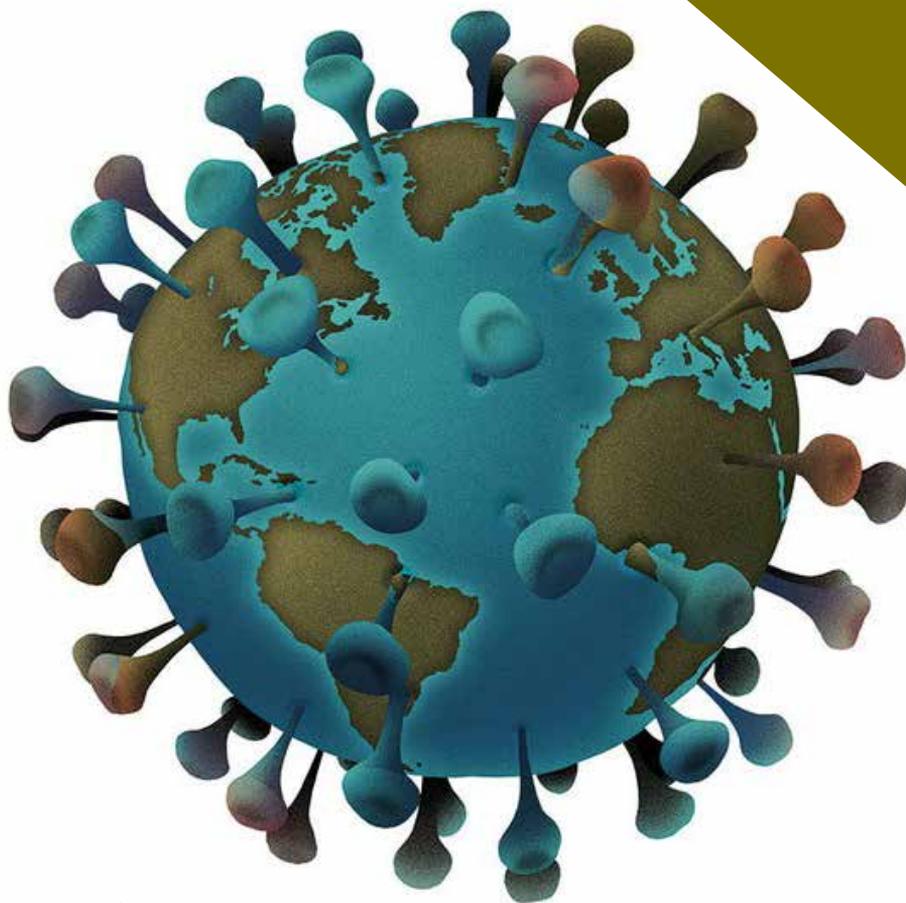


Ilustração: Luca D'Urbino



China *versus* Estados Unidos na crise da pandemia: governança e política confrontam desafios sistêmicos

China *versus* US in the Pandemic Crisis:
Governance and Politics Confronting
Systemic Challenges

Dic LO*
Yuning Shi**

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.001>

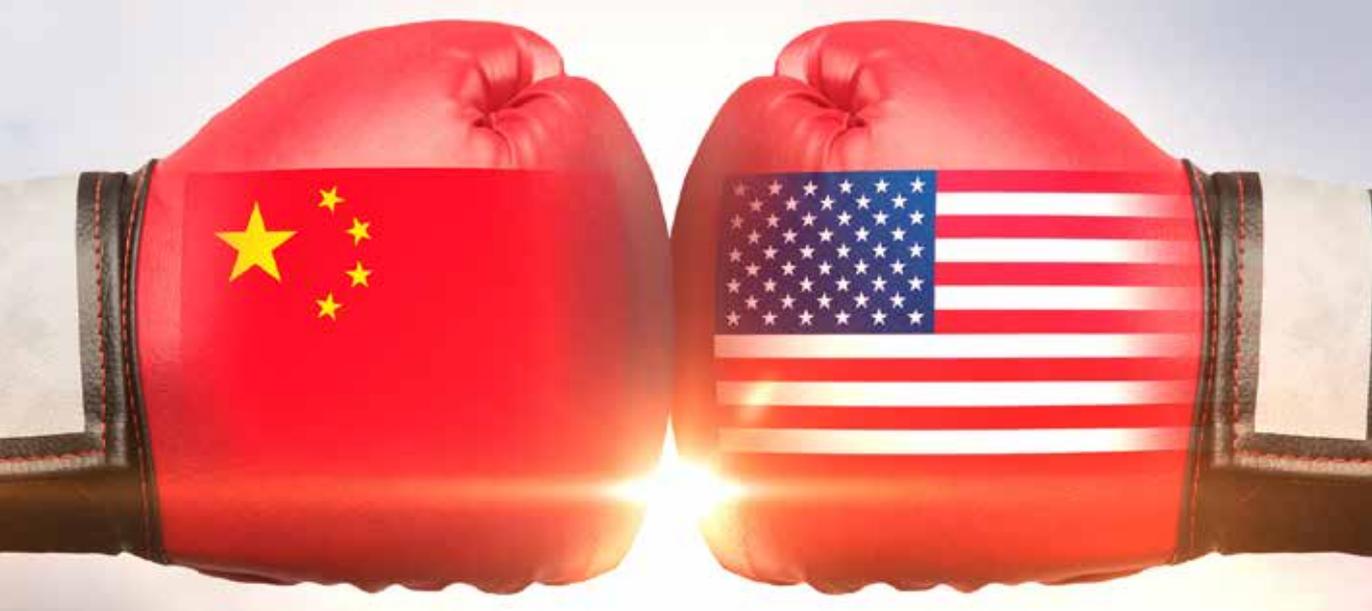


Imagem: Acervo depositphotos

RESUMO

Por conta de sua natureza peculiar como desafio sistêmico, o controle da crise de covid-19 exige ações rápidas e fortes. Parece que a China adotou um “modelo firme”, enquanto as medidas erráticas dos Estados Unidos formaram um “modelo frouxo”. Este artigo busca caracterizar e examinar os dois modelos pela perspectiva das estruturas de governança e das capacidades corretivas dos dois diferentes sistemas políticos. A exposição usa o quadro teórico da “saída, voz e lealdade” desenvolvido por Albert Hirschman e rejeita a ideologia hegemônica da dicotomia “democracia liberal contra autoritarismo”.

Palavras-chave: Coronavírus. Desafios sistêmicos. Meritocracia. Democracias. Autoritarismo.

ABSTRACT

Because of its peculiar nature as a systemic challenge, the control of the covid-19 crisis requires strong and rapid actions. It appears that China has employed a “tough model” whereas the erratic measures of the US have formed a “loose model”. This paper seeks to characterize and assess the two models from the perspective of the governance structures and the corrective capabilities of the two different political establishments. The exposition draws on the framework of “exit, voice, and loyalty” developed by Albert Hirschman, and rejects the hegemonic ideology of the “liberal democracy *versus* authoritarianism” dichotomy.

Keywords: Coronavirus. Systemic challenges. Meritocracy. Democracies. Authoritarianism.

1. INTRODUÇÃO

Na primeira fase da covid-19, quando a epidemia estava circunscrita à China, comentaristas internacionais foram rápidos em afirmar que a política era o problema. Essa afirmação veio não apenas de jornalistas ou políticos, mas também de acadêmicos. Quase como um reflexo, o aforismo do economista e filósofo Amartya Sen, “[catástrofes] estão fortemente relacionadas à ausência de liberdade de informação e crítica” (SEN, 1989), é, consciente ou inconscientemente, adotado como o fundamento intelectual da afirmação.

Essa afirmação, ao estilo de Sen, pode ser questionada por vários ângulos. É discutível se o que realmente aconteceu na China durante o surto inicial da epidemia pode ser adequadamente apreendido por essa afirmação. Mais importante, o espalhamento subsequente da epidemia pelo mundo todo parecia ser anômalo para a afirmação. Países frequentemente chamados de “democracias liberais” não se saíram bem. Os Estados Unidos da América, em particular, se saíram de forma miserável tanto no combate à epidemia quanto em termos do custo social e econômico resultante. A China se saiu muito melhor do que a maioria deles.

Prima facie, portanto, para dar sentido à crise de covid-19, o quadro teórico de Sen precisa ser substituído ou suplementado por alternativas mais apropriadas. Um candidato possível é Hirschman (1970), com seu quadro “saída, voz e lealdade”, dentro do qual Sen pode ser contextualizado. Como será exposto mais adiante neste artigo, transparência de informação e competição política possuem uma importância central para as opções de “saída” e “voz”, mas são inadequadas para a opção “lealdade”. Ainda assim, a natureza do combate à crise epidêmica é tal que exige principalmente a opção “lealdade”, em que aquisição de conhecimento e cooperação política são essenciais.

Este artigo procura oferecer uma análise comparativa das experiências da China e dos Estados Unidos com a crise epidêmica. Entende-se que, em vista das experiências de ambos os países, a tese da competição-transparência é posta em questão. No nível da governança, a aquisição de conhecimento é mais crucial que a transparência de informação. No nível da política, a cooperação é mais crucial que a competição. Sendo esse o caso, a *performance* comparativa da China em face dos Estados Unidos durante a crise epidêmica parece ter exposto a falha fundamental da frequentemente citada dicotomia “democracia (liberal) *versus* autoritarismo” para se entender a política do mundo real. Ela aponta para a necessidade de explorar alternativas que levem em consideração não apenas a forma, mas também o conteúdo da democracia, em termos de responsabilidade e representatividade dos sistemas políticos para com o povo.

2. EM BUSCA DE UM QUADRO TEÓRICO APROPRIADO

No que concerne a políticas para calamidades como a covid-19, a dicotomia “democracia *versus* autoritarismo” se provou tão influente que é quase hegemônica.

Sen (1989) cunha seu famoso comentário a respeito da fome durante o “Grande Salto Adiante” chinês, do início dos anos 1960, da seguinte forma: “Essa falha tem certamente uma forte relação com a ausência de uma imprensa relativamente livre e de partidos de oposição livres para criticar e responsabilizar o governo no poder.” Em um tom ainda mais assertivo, Sen (1999) argumenta ainda que “na terrível história das fomes no mundo, nenhuma fome substancial já ocorreu em algum país independente e democrático com uma imprensa relativamente livre”.

Analiticamente, o argumento de Sen é feito de dois pontos. Primeiro, falta de transparência de informação na governança restringe a capacidade das instituições políticas de lidar com calamidades. Segundo, a falta de competição na política diminui o incentivo. Nos dois níveis, o argumento depende da presunção de que a informação exista independentemente dos atores. O que causa problemas é a negligência, ou mesmo a supressão, da informação essencial pelos atores em atuação.

O quadro de Hirschman, da “saída, voz e lealdade”, parece ser mais abrangente e, portanto, menos dependente dessa presunção. A “saída” compreende relações de troca puras, que são acessíveis e podem ser iniciadas ou encerradas a qualquer momento pela vontade dos atores. A premissa dessas relações é que o produto trocado é bem definido e claro para os dois lados, ou seja, com total transparência de informações. A “voz” e a “lealdade” compreendem relações de longo prazo, que são necessárias se o produto em questão for de natureza idiossincrática. Entretanto, existe uma diferença sutil entre essas duas últimas opções. Os relacionamentos da “voz” ainda são uma troca competitiva. Eles são necessários para proteger a troca em condições nas quais a incompletude ou a assimetria da informação poderiam comprometer a troca. As relações de “lealdade” implicam que o problema na definição do produto seja a falta de conhecimento, e não de informação. A informação existe objetivamente, enquanto o conhecimento é o resultado da aquisição através do aprendizado — e aprendizado por esforços coletivos. Sendo assim, a cooperação, em vez da competição, é necessária para se conseguirem os resultados desejáveis.

No que diz respeito às políticas contra a covid-19, o “produto” se refere às ações lideradas pelo Estado para combater a crise. Essas ações confrontam necessariamente incertezas que são de deficiência de conhecimento, dado o fato de que a epidemia — seus mecanismos de transmissão, seu impacto em diferentes grupos de pessoas, suas taxas de transmissão e mortalidade etc. — era principalmente uma “desconhecida inesperada” no surto inicial, e desde então permanece, na melhor das hipóteses, uma “quase conhecida inesperada”. Para combater efetivamente a epidemia, é necessária interação cooperativa e ativa entre diversos atores e, finalmente, entre o Estado e o povo.

Teoricamente, a democracia liberal se centra na política competitiva. Com uma vigilância vinda de baixo devido à competição, a democracia liberal tende a ser associada com sistemas de “duplas frouxas”. O autoritarismo, em contraste, tende a ser associado com sistemas de “duplas firmes”, em que subunidades dos sistemas são

“conectadas e coordenadas pela mesma cadeia de comando” (ZHOU, 2020). Zhou (2020) sugere que a inclinação da democracia liberal para politizar a governança pública é limitada. Esforços liderados pelo Estado, como os relacionados ao combate a epidemia, provavelmente seguirão a lógica do profissionalismo, e não a da política. Em contraste, o (quase) autoritarismo ao estilo chinês inclina-se intrinsecamente à politização. Uma vigilância vinda de cima é a norma para as diferentes partes de seu sistema político. Desejos políticos tendem a substituir ou superar o profissionalismo.

Independentemente de sua exposição no nível teórico, a caracterização que Zhou faz da política chinesa como um (quase) autoritarismo é convencional e ao mesmo tempo controversa. Bell (2015) prefere representar o “modelo chinês” como uma “meritocracia no topo, experimentação no meio e democracia embaixo”. Embora essa representação possua elementos verdadeiros, as dinâmicas da política chinesa em face da epidemia podem ser vistas sob uma luz diferente. O mais importante é que a crise de covid-19 é um desafio sistêmico, e lidar com ele requer politização de um tipo particular — determinação política no topo e ativismo de toda a sociedade embaixo. Em comparação, no caso dos Estados Unidos há uma politização de outro tipo. No topo, a determinação política parece ser insuficiente para combater a epidemia porque a meritocracia foi suplantada pela engenharia eleitoral. Embaixo, o ativismo da sociedade também é insuficiente para o combate à epidemia por conta de diversos fatores, que incluem o fato de que pessoas pobres e vulneráveis têm de aguentar o fardo econômico da epidemia e, portanto, nem todas estão livres para escolher. Essas diferenças de politização nos dois países podem ter resultado, em medida significativa, na *performance* diversa que tiveram no combate à epidemia.

3. GOVERNANÇA E RESPOSTA À COVID-19: O “MODELO FIRME” CHINÊS

3.1. O que é o modelo firme?

Ao se avaliar todo o pacote de políticas que o governo chinês vem usando desde que a covid-19 surgiu na província de Hubei, não é difícil verificar que ele é mais rígido que o da maioria dos outros países. Na medida em que se necessita de rastreamento de contatos e distanciamento social, surge uma questão imediata, que diz respeito a liberdades individuais e privacidade. É especialmente nesse sentido que a resposta da China à epidemia, que teve a forma muito dura de *lockdowns* amplos, foi severamente criticada. Compreensivelmente, durante esse processo aconteceram vários casos de excesso na conduta de oficiais locais e seus assistentes, o que causou ressentimento nas pessoas afetadas. Ainda assim, no geral, não parece ter emergido nenhum sentimento anti-Estado ou anti-*establishment* em uma escala significativa.

Dado que o coronavírus era, na melhor das hipóteses, um “quase conhecido”, a forma mais rígida de distanciamento social foi adotada para obstruir a fonte da infecção: o *lockdown* em um número cada vez maior de cidades, começando com

Wuhan no dia 23 de janeiro de 2020, e, subsequentemente, em toda a China urbana, o que obrigou todos os cidadãos a ficar a maior parte do tempo em casa. O *lockdown* durou mais de dois meses em grandes cidades da China, com Wuhan sendo a última cidade liberada do *lockdown*.

Para rastreamento de contato e distanciamento social, as autoridades locais, até o nível mais baixo, de bairros urbanos ou vilas suburbanas, foram mobilizadas para fiscalizar a implementação. Com as inspeções de líderes do topo na área crítica, o espírito de suas reuniões e discursos foi amplamente disseminado pela mídia, junto com a veiculação ininterrupta de relatórios de atualização sobre as infecções em todo o país. Conter a epidemia logo se tornou uma prioridade política, em vez de uma simples questão profissional de saúde pública. Sob essa luz, não apenas trabalhadores-chave da linha de frente, mas também burocratas até o nível de base viram isso como uma batalha que eles não podiam se dar ao luxo de perder, particularmente nos casos “superinfeciosos” e de pessoas que voltaram do exterior para a China. Mas o rastreamento parece ter ido longe demais em vários casos. Os nomes completos das pessoas não eram revelados, mas seus sobrenomes, endereços residenciais e locais de trabalho, além dos lugares em que tinham estado nos dias anteriores, foram todos dados tornados públicos.

3.2. Estruturas de governança centralizadas e orientadas por profissionalismo

Uma vez que a epidemia, embora ainda uma “quase conhecida”, se tornou esperada, a liderança estatal chinesa formou a Força-Tarefa de Coordenação Epidêmica (apenas força-tarefa, daqui para a frente). No dia 25 de janeiro, a força-tarefa teve uma reunião para mobilizar a campanha nacional de prevenção e controle epidêmico e para ordenar aos governos locais que formassem grupos de trabalho para garantir a implementação da política. Desde então, conter a epidemia se tornou um objetivo unânime e uma prioridade política para o Estado como um todo. Esse objetivo foi concretizado em forma de tarefas específicas alocadas para autoridades de nível baixo, incluindo governos locais, empresas estatais (EEs) e todas as outras instituições públicas.

Com esse objetivo consistente para todo o país, medidas políticas drásticas na forma de *lockdowns* totais puderam ser rapidamente aplicadas pelo sistema. Daí se seguiu todo tipo de esforço estatal para conter a epidemia e mitigar as consequências econômicas e os impactos adversos na vida das pessoas. Em Wuhan, o primeiro e mais seriamente atingido centro epidêmico, os recursos médicos e a capacidade hospitalar ficaram sobrecarregados. Com a mobilização vinda de cima, do governo central, garantiu-se uma mobilização nacional de recursos de saúde e logística para ajudar Wuhan. EEs receberam a ordem de expandir a produção e fornecimento de equipamentos de proteção para o pessoal da saúde e os cidadãos comuns. Além disso, hospitais especializados no atendimento a pacientes críticos e cabines hospitalares móveis para o número muito maior de pacientes não críticos foram também rapidamente construídos pelas EEs.

O profissionalismo foi outra chave para garantir a efetividade ao se lidar com a epidemia. Especialistas tiveram papel vital na tomada de decisões. Antes que a força-tarefa central fosse formada, os renomados epidemiologistas Zhong Nanshan e Li Lanjuan foram convidados para a reunião executiva do Conselho de Estado como consultores especiais. Suas recomendações profissionais foram incorporadas na mobilização nacional e nas implementações de política local. Ao receber conselho profissional, o rastreamento de contatos e o distanciamento social foram extremamente rígidos para garantir que nenhum caso suspeito pudesse escapar do radar do sistema. De forma similar, uma ampla escala de testes foi feita para mitigar as infecções causadas pelos pacientes assintomáticos.

Não há dúvidas de que a contenção bem-sucedida da epidemia na China foi conseguida principalmente pela cooperação dos vários agentes, incluindo o governo de cima a baixo, empresas e todos os cidadãos comuns. Contudo, a estrutura centralizada de governança teve problemas intrínsecos ao encarar a “desconhecida inesperada”. Tendo de prestar contas para cima, as autoridades locais tiveram a tendência de ignorar ou mesmo suprimir as “vozes” da base porque pretendiam minimizar seus erros ou inações, resolvendo, diminuindo ou mesmo encobrendo os problemas para evitar consequências políticas. Isso de fato aconteceu em Wuhan no estágio inicial do surto.

No período crítico entre 6 e 17 de janeiro de 2020, anúncios da Comissão Municipal de Saúde de Wuhan afirmaram repetidamente que nenhum novo caso havia sido encontrado, o que não correspondia à situação verdadeira. Foi precisamente durante esse período que o município de Wuhan e a província de Hubei tiveram as sessões anuais de seus respectivos Congresso Popular e Conferência de Consulta Política Popular. Inevitavelmente, essa coincidência levou à suspeita de acobertamentos deliberados por parte das autoridades locais, no intuito de dar bom andamento a suas atividades políticas.

Na medida em que isso indica alguns problemas de inadequação ao lidar com a epidemia no primeiro estágio, quando o vírus ainda era uma “desconhecido inesperado”

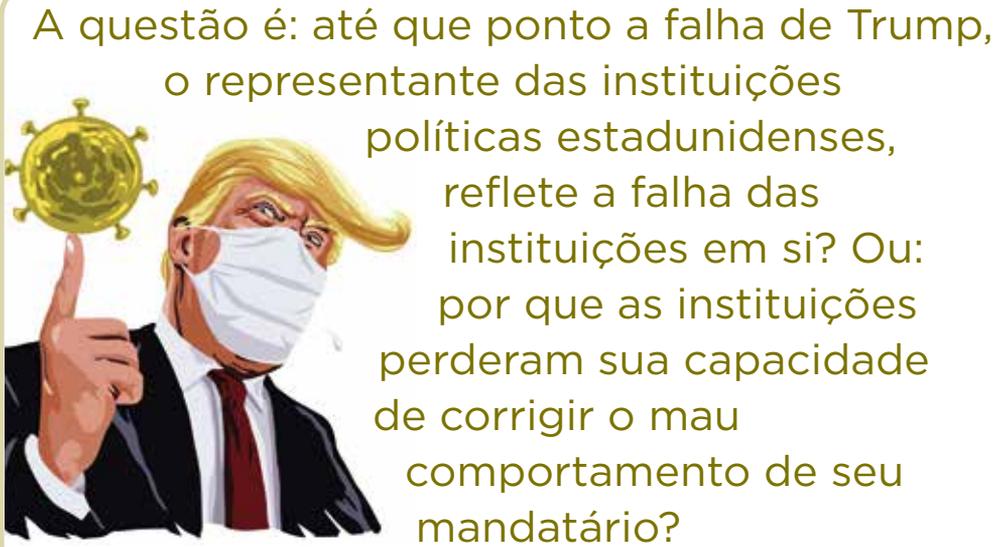
rado”, a falha deve ser atribuída ao princípio de uma prestação de contas para cima, que rege o funcionamento da Comissão Nacional de Saúde e as autoridades locais. Em outras palavras, a falha se deveu muito mais às instituições que aos agentes. No entanto, a meritocracia garantiu um autoaperfeiçoamento e autocorreção. Quando o atraso e o acobertamento no primeiro estágio foram descobertos em Wuhan, dois importantes líderes da província de Hubei e da prefeitura de Wuhan foram removidos de suas posições. Eles foram responsabilizados como os principais líderes (*yibashou*) da área crítica por causa de sua inação no primeiro estágio. O plano de remediação tinha também a função de alertar uma gama maior de burocratas de todos os níveis de que suas vidas políticas estariam em risco se se descobrissem “disfunções ou maus comportamentos”. Por sua vez, o plano reforçou a implementação do “modelo duro”.

4. GOVERNANÇA E RESPOSTA À COVID-19: O “MODELO FROUXO” ESTADUNIDENSE

4.1. O que é o modelo frouxo?

Até aqui os Estados Unidos parecem não ter explorado um pacote de medidas de resgate efetivo, que responda à sua condição. Suas iniciativas de contenção da epidemia são muito mais frouxas que as da China. Um dos motivos é que, diferentemente do Estado chinês, que colocou o controle da epidemia como sua primeira e principal prioridade política, os Estados Unidos a tratam como só um entre muitos objetivos — e nem sequer o mais importante. Outro motivo é que o sistema político descentralizado dos Estados Unidos simplesmente não permite a operação do modelo duro, ao estilo chinês, por causa da falta de cooperação e de consistência entre os governos federal e estaduais. A “reabertura” precoce da economia em maio é um sinal claro desse “modelo frouxo”. Em contraste com a curva em formato de sino que representa a evolução da escalada da epidemia na China durante o período de mais ou menos dois meses, a curva dos Estados Unidos tende a continuar subindo depois de mais de três meses. De forma chocante, no início de outubro, até a Casa Branca se tornou um epicentro.

O rastreamento de contatos tem sido raro, já que ele inevitavelmente infringe a privacidade individual. Nesse caso, a intervenção governamental fez pender a balança para o lado dos direitos individuais muito mais que para o dos valores coletivos. E testes não foram feitos em uma escala grande o suficiente. Quando os Estados Unidos precisaram urgentemente de uma capacidade maior de testes, em maio, o presidente Trump reclamou repetidas vezes e questionou a necessidade de testes em larga escala, comentando: “Se não fizessemos testes, teríamos poucos casos” (BLAKE, 2020). Quando o estado de emergência nacional foi declarado pelo governo federal no dia 13 de março, alguns governos estaduais (Califórnia, Flórida, Arizona etc.) já haviam declarado emergência muito tempo atrás. O presidente queria reabrir a economia muito antes que a situação em si permitisse. Muitas pessoas se ressentiram das políticas de



distanciamento social e de medidas semelhantes de contenção do vírus e saíram às ruas para pressionar os governos estaduais a reabrir a economia. Em resposta, o presidente tuitou, em maiúsculas: “LIBERTEM MINNESOTA”, “LIBERTEM MICHIGAN” e “LIBERTEM A VIRGÍNIA e salvem sua ótima 2ª emenda. Ela está sitiada”.

4.2. Estruturas de governança descentralizadas

Não deve haver dúvidas de que o erro ao lidar com a epidemia é do governo Trump. A questão é: até que ponto a falha de Trump, o representante das instituições políticas estadunidenses, reflete a falha das instituições em si? Ou: por que as instituições perderam sua capacidade de corrigir o mau comportamento de seu mandatário? O sistema federalista dos Estados Unidos garante a divisão de poder entre os governos federal e estaduais, mas, ao mesmo tempo, pode resultar em uma falta de cooperação entre as instâncias. Quando “disfunções ou maus comportamentos” e campanha pela reeleição ocorrem simultaneamente, o sistema da democracia liberal pode perder sua capacidade de autocorreção se “considerações políticas de curto prazo que impactam em chances de reeleição” forem priorizadas (BELL, 2015, p. 172-173).

Uma característica fundamental do federalismo de tipo estadunidense é a alta autonomia dos governos estaduais. Ao lidar com um “conhecido esperado”, pode ser um bom sistema, no qual o governo estadual se reserva o direito de personalizar suas políticas de acordo com seu quadro legal e condições específicas. Ao encarar uma “desconhecida inesperada”, ainda é possível ter a vantagem de preservar a transparência das informações, já que o governo estadual não tem razões para encobrir ou esconder fatos. No entanto, a falta de consistência das políticas em diferentes estados e a falta de coordenação do governo federal tendem a causar ineficiências. As des-

vantagens do federalismo de tipo estadunidense são mais significativas ao se encarar a “desconhecida inesperada”. Outro fator que aumenta as dificuldades de cooperação política é a competição política interpartidária. Dado o poder já insuficiente tanto do governo estadual quanto do governo federal, priorizar interesses partidários e considerações sobre a reeleição sabota a cooperação. Diante disso, não é surpresa observar que, quando as equipes médicas insistiram para que o governo oferecesse ajuda em equipamento de proteção individual (EPI), o presidente Trump tenha até chamado a falta de EPI em Nova York (tradicionalmente um estado dominado pelos democratas) de *fake news*.

Para conter a epidemia é necessário que a nação aja de forma forte e consistente como um todo, inclusive impondo certas restrições às atividades pessoais. É também necessário que a nação mobilize prontamente profissionais e recursos para áreas críticas. Em vez de formas de *lockdown* nacional e mobilização de recursos, houve respostas fraturadas e até mesmo políticas contraditórias implementadas por cada estado. Em vez de tranquilizar as pessoas e apoiar os governadores, o governo federal contradisse e sabotou a autoridade dos governos locais e emitiu informações desencontradas para as pessoas, tornando ainda mais confuso o que já era um “modelo frouxo”. Na verdade, nenhuma das instituições federais — o Ministério da Saúde e Serviços Humanos, a Agência Federal de Gerenciamento de Emergência, os Centros de Controle e Prevenção de Doenças etc. — tem poder suficiente para ordenar às autoridades locais que executem ações conjuntas.

Em contraste com as estruturas de poder centralizadas da China, as estruturas descentralizadas dos Estados Unidos podem ter causado sérios atrasos nas ações e minado o profissionalismo. Persistentemente durante a epidemia, o presidente deu recomendações médicas errôneas, como injetar desinfetante e tomar hidroxicloroquina, ignorando conselhos médicos profissionais. O presidente exerceu o poder indicando ou removendo membros de sua equipe administrativa e deixando profissionais de lado (LUCE, 2020). Em vez de aceitar os conselhos da Organização Mundial da Saúde (OMS), o governo Trump acusou-a sem provas de ter sido sequestrada pela China, e anunciou que os Estados Unidos sairiam da organização.

Diante de qualquer “disfunção ou mau comportamento” dos agentes das instituições, a capacidade corretiva da democracia liberal é tipicamente realizada por pessoas que elegem um novo

candidato à Presidência para então formar uma nova administração na esperança de reparar o erro. No caso da covid-19, tal recuperação é seriamente necessária. Ainda assim, não há certeza de que isso vá acontecer. Não há sinal de forças políticas fortes o suficiente para responsabilizar Trump pela falha em lidar com a crise epidêmica. Não há sequer certeza de que ele será substituído por um político mais responsável, ou ao menos razoavelmente funcional, após as eleições.

Está claro que o presidente incluiu a crise epidêmica como parte de sua estratégia de reeleição. Quando os Estados Unidos começaram a lidar com o surto doméstico em março, a epidemia já havia se tornado “esperada” e pelo menos uma “quase conhecida”. O governo federal fez poucos esforços para se preparar para combatê-la. Em vez disso, gastou tempo valioso, de janeiro a março, politizando-a. O principal projeto do governo Trump foi culpar os outros e fazer seu povo desviar a atenção dos erros cometidos ao atacar a China. Sem qualquer evidência da origem do vírus, o presidente Trump seguia se referindo a ele como “o vírus de Wuhan” e/ou “o vírus chinês” para despertar o ódio à China.

5. REFLEXÃO: DA GOVERNANÇA À POLÍTICA ECONÔMICA

Nos primeiros meses da covid-19, o termo *momento Chernobyl da China* estava na moda entre comentaristas e políticos. No final de abril, quando o número de infecções tanto na União Europeia quanto nos Estados Unidos tinha passado de 1 milhão, esse termo pareceu perder completamente o valor. Em seu lugar entrou outro, relacionado aos soviéticos: *momento Sputnik da China*. Este último termo demonstra a aceitação, relutante, da *performance* superior da China, enquanto também alerta que celebrar essa superioridade é prematuro (MILANOVIC, 2020).

Essa alegação de precocidade é tanto política quanto intelectualmente motivada. Ela é profundamente enraizada na dicotomia “democracia liberal *versus* autoritarismo”. O filósofo Fukuyama (2020) afirma: “É errado sustentar a abordagem totalitária do PCCh [Partido Comunista da China] ao lidar com o vírus como um modelo a ser emulado por outros países.” De forma semelhante, o economista Acemoglu (2020) apresenta um preocupante cenário, da “China leve”, que poderia se tornar realidade no Ocidente: “Em tempos de incerteza profunda, quando há necessidade de uma coordenação de alto nível e liderança, o primeiro instinto de muitas pessoas é se voltar mais uma vez para soluções hobbesianas.” Em um tom mais intelectual, o economista Milanovic (2020) afirma: “O momento Sputnik da União Soviética se mostrou passageiro, assim como pode acontecer com o da China, se o outro lado [os EUA] escolher usar suas vantagens significativas, como a flexibilidade na tomada de decisões, a responsabilidade dos governos locais e a transparência.”

Para avaliar essas afirmações, é necessário voltar à exposição dos diferentes quadros teóricos de Amartya Sen e Albert Hirschman. A crítica a respeito da transparência de informações, baseada implícita ou explicitamente na opção “voz”, pare-

ce ter elementos de verdade, dados os erros iniciais das autoridades locais e/ou dos profissionais da Comissão Nacional de Saúde citados acima. Ainda assim, esses elementos não podem ser a verdade principal, já que os críticos ignoram claramente a “inesperada e desconhecida” natureza da epidemia em seu surto inicial.

Mais importante, ao passar a culpa de estruturas de governança para o sistema político, os críticos encontram dificuldade de explicar o sucesso subsequente da China em conter a epidemia. Os já citados estudiosos parecem compartilhar a mesma visão ao caracterizar o sistema chinês meramente como “autoritário”. Eles tendem a perceber as medidas drásticas que contiveram de forma bem-sucedida a epidemia — mobilização de recursos, testagem ampla, rastreamento universal, *lock-downs* totais etc. — como imposição das autoridades sobre as pessoas. Em contraste, acadêmicos da Nova Esquerda chinesa, como Wang Hui (OWNBY, 2020) e Wei Nan-zhi (WEI, 2020), argumentam que os esforços da China para combater a epidemia de coronavírus na verdade envolveram a cooperação ativa entre Estado e povo. Sem essa cooperação, as medidas drásticas iniciadas pelo Estado não teriam sido efetivamente implementadas, muito menos teriam alcançado seus objetivos. Diz-se que a tradição revolucionária da “guerra popular” está em ação.

Milanovic, se atendo à dicotomia “democracia liberal *versus* autoritarismo”, chegou à conclusão oposta. Ao elogiar a “flexibilidade” das estruturas de governança e do sistema político básico dos EUA, ele parece acreditar que a opção da “saída” é provavelmente melhor para combater a epidemia. Conceitualmente, a “saída”, ou relações de mercado, é caracterizada por flexibilidade, em oposição à rigidez das relações de longo prazo da “voz” e da “lealdade”. Em face da epidemia como existência objetiva que implica consequências compulsórias para os indivíduos, em vez de um bem ou serviço ordinário que os indivíduos são livres para escolher, a flexibilidade pode ser uma desvantagem mais do que uma vantagem. Ela exige medidas compulsórias sustentadas por relacionamentos de longo prazo entre o Estado e o povo, e, na verdade, uma cooperação ativa entre os dois lados para lidar com a epidemia como uma “quase conhecida”.

O que aconteceu realmente nos Estados Unidos foi a predominância das opções de “saída” exercitadas tanto pelo Estado quanto pelos indivíduos nos esforços de combate à epidemia. As ações dos governos Federal e estaduais estiveram longe de ser adequadas, enquanto o público em geral esteve longe de ser cooperativo. Os protestos anti-*lockdown* em maio foram demonstrações vívidas de abandono dos esforços. Os protestos antirracistas de junho inevitavelmente tiveram efeitos adversos nesses projetos. Ambos os tipos de protesto provavelmente se relacionaram com o fato de que as pessoas pobres e vulneráveis na sociedade estadunidense foram forçadas a carregar os principais fardos da crise epidêmica. No final, tanto o Estado quanto os indivíduos pareceram desistir. Os Estados Unidos parecem seguir na direção de uma peculiar “imunidade de rebanho”, sem que se saiba quando as vacinas irão aparecer e que mutações o coronavírus sofrerá.

Os esforços da China para combater a epidemia de coronavírus na verdade envolveram a cooperação ativa entre Estado e povo. Sem essa cooperação, as medidas drásticas iniciadas pelo Estado não teriam sido efetivamente implementadas, muito menos teriam alcançado seus objetivos. Diz-se que a tradição revolucionária da “guerra popular” está em ação

Temendo que as democracias liberais estejam perdendo para o autoritarismo na crise do coronavírus, Fukuyama (2020) faz o seguinte apelo: “Antes de pensar em mudar a China, nós precisamos mudar os Estados Unidos e tentar restaurar sua posição como exemplo global dos valores democráticos liberais ao redor do mundo.” Mas como conseguir isso?

O cientista político Stasavage (2020) parece oferecer uma resposta: “Existem diversos caminhos que podemos tomar em resposta a essa crise, e apenas um deles é desejável — fortalecer o Governo Federal, primeiro fazendo investimentos para reduzir a desconfiança entre os cidadãos”. Essa resposta indica o reconhecimento da importância do conteúdo do sistema político, ou seja, o relacionamento entre Estado e povo, em vez do foco apenas em sua forma. O *insight* intelectual da dicotomia “democracia *versus* autoritarismo” é fortemente limitado nesse quesito.

Quaisquer que sejam precisamente os atributos de um relacionamento desejável entre povo e Estado, a confiança está no centro dele. Sob essa luz parece claro que, no combate à crise da covid-19, a interação entre Estado e povo formou um círculo virtuoso na China, enquanto nos Estados Unidos se formou um círculo vicioso. Na ideologia oficial da República Popular da China, seu sistema político-econômico é chamado de “ditadura democrática popular”. A ênfase é no conteúdo, e não na forma do sistema. O “conteúdo” se refere à responsabilidade e representatividade do Estado para com o povo. Afirma-se que esse sistema, com uniformidade de interesses entre Estado e povo, é superior ao seu sistema alternativo, ou rival, da “ditadura democrática da burguesia”, caracterizada pelo antagonismo entre povo e Estado. Essa afirmação é sustentada pela máxima leninista de que a “democracia burguesa” é afinal ainda uma “ditadura burguesa”. Ela se assenta como rival da dicotomia “democracia liberal *versus* autoritarismo”. Ambas as formulações, em certo sentido, estão sujeitas ao teste nesta (ainda em curso) crise epidêmica.

CONCLUSÕES

Por sua natureza peculiar como desafio sistêmico, o controle da crise de covid-19 exige ações rápidas e fortes. Parece que a China empregou um “modelo firme”, enquanto as medidas erráticas dos EUA formaram um “modelo frouxo”. Este artigo tentou caracterizar e examinar os dois modelos pela perspectiva das estruturas de governança e das capacidades corretivas das duas diferentes instituições políticas.

As estruturas do governo chinês são caracterizadas por uma prestação de contas para cima, e isso poderia facilmente causar erros em relação ao “desconhecido inesperado”. Porém, com a meritocracia como princípio orientador e a cooperação como sua funcionalidade principal, o sistema político chinês também parece capaz de corrigir rapidamente seus erros, particularmente quando a epidemia se torna “esperada”. Em comparação, as estruturas do governo estadunidense são caracterizadas pela prestação de contas para baixo. Isso é uma vantagem ao evitar erros quando se confronta com o “desconhecido inesperado”. Ainda assim, com a competição — e a engenharia eleitoral de 2020 — tanto como princípio orientador quanto como sua funcionalidade, o sistema político estadunidense parece ter certa deficiência em lidar com a crise epidêmica.

No final, os padrões contrastantes da politização da governança nos dois países têm suas raízes nos respectivos relacionamentos entre povo e Estado. Existem formas rivais de conceituar essas relações: o Estado chinês argumenta que é a “democracia popular *versus* democracia burguesa”, enquanto a visão dominante entre comentaristas ocidentais é a da “democracia liberal *versus* autoritarismo”. Ambas estão sendo testadas na crise pandêmica de 2020.

* Dic Lo é leitor de Economia na Faculdade de Estudos Orientais e Africanos (SOAS) da Universidade de Londres.

** Yuning Shi é doutoranda em economia na SOAS.

Os autores agradecem a Thanos Moraitis, Xinwen Zhang, Di Fang, Longcan Zou, Jiaxing Li e Huangnan Shen, por sua ajuda na pesquisa desse trabalho.

Artigo original publicado no *Canadian Journal of Development Studies*, v. 41, n° 4, em 12 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02255189.2020.1839393>>.

Tradução: Isadora Sinay.

► Texto recebido em setembro de 2020; aprovado em setembro de 2020.

ACEMOGLU, Daron. **The post covid state**. **Project Syndicate**, 5 jun. 2020. Disponível em: <www.project-syndicate.org/onpoint/four-possible-trajectories-after-covid19-daron-acemoglu-2020-06?utm_source=facebook&utm_medium=organic-social&utm_campaign=page-posts-june20&utm_post-type=link&utm_format=16%3A9&utm_creative=quote-card&utm_post-date=2020-06-05&fbclid=IwAR0CiWr_YqoZqQkJlptf7BdHlzRtM6U24I0xERIC6Lo02JqetXvRmZyvFcg>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BELL, Daniel A. **The China model: political meritocracy and the limits of democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

BLAKE, Aaron. **Trump's continually strange comments on possibly "overrated" coronavirus testing**. **The Washington Post**, Washington, D.C., 15 maio 2020. Disponível em: <www.washingtonpost.com/politics/2020/05/15/trumps-thoroughly-strange-commentary-coronavirus-testing/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FUKUYAMA, Francis. **What kind of regime does China have?**. **The American Interest**, v. 15, n. 6, 18 maio 2020. Disponível em: <www.the-american-interest.com/2020/05/18/what-kind-of-regime-does-china-have/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

HIRSCHMAN, Albert O. **Exit, voice, and loyalty: responses to decline in firms, organizations, and states**. Cambridge: Harvard University Press, 1970.

LUCE, Edward. **Inside Trump's coronavirus meltdown**. **Financial Times**, Londres, 14 maio 2020. Disponível em: <www.ft.com/content/97dc7de6-940b-11ea-abcd-371e24b679ed>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MILANOVIC, Branko. **Is the pandemic China's Sputnik moment?: what a virus reveals about two systems**. **Foreign Affairs**, Nova York, 12 maio 2020. Disponível em: <www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-05-12/pandemic-chinas-sputnik-moment>. Acesso em: 22 nov. 2020.

OWNBY, David. **Wang Hui, "revolutionary personality"**. **Reading the Chine Dream**. 2020. Disponível em: <www.readingthechinadream.com/wang-hui-revolutionary-personality.html>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SEN, Amartya. **Democracy as a universal value**. **Journal of Democracy**, v. 10, n. 3, p. 3-17, 1999. Disponível em: <www.unicef.org/socialpolicy/files/Democracy_as_a_Universal_Value.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

_____. **Food and freedom**. **World Development**, v. 17, n. 6, p. 769—781, 1989. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/0305-750X\(89\)90001-6](https://doi.org/10.1016/0305-750X(89)90001-6)>. Acesso em: 22 nov. 2020.

STASAVAGE, David. **Covid-19 has exposed the weakness of America's federal government**. **CNN**, Atlanta, 1 jul. 2020. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2020/07/01/opinions/covid-19-america-federal-government-stasavage/index.html?fbclid=IwAR02Q5AKO4gw1DKHShFxd0EVd6Sygs-JDtWISWrTkqYn2oTUopoYTcYsn5s>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

WEI, Nanzhi. **Procedure justice alone cannot satisfy the Chinese people, and the Communist Party clearly knows this**. **The Observers [Guanchazhe]**, 4 jul. 2020. Disponível em: <www.guanchn.cn/weinanzhi/2020_07_04_556292.shtml>. Acesso em: 22 nov. 2020.

ZHOU, Xueguang. **Organizational response to covid-19 crisis: reflections on the Chinese bureaucracy and its resilience**. **Management and Organization Review**, v. 16, n. 3, p. 473-484, jul. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/mor.2020.29>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

Visões da pandemia

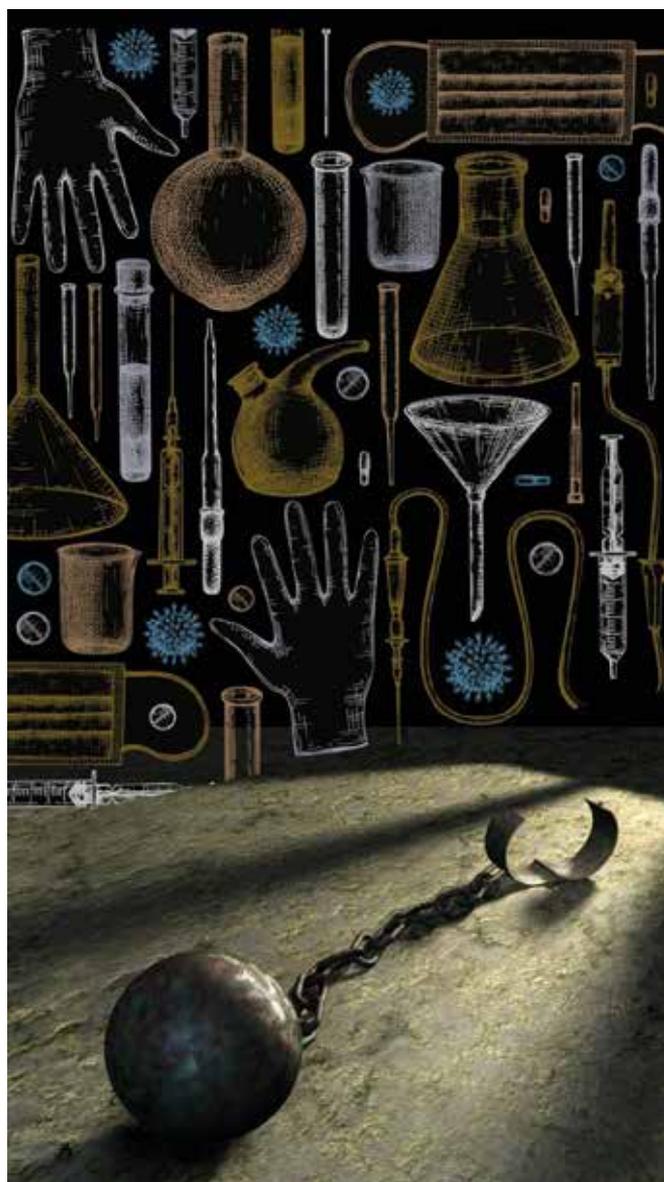
- As teses de Giorgio Agamben como idealizações do Ocidente

Views on the pandemic
- Giorgio Agamben's theses as idealizations of the West

cristiano capovilla*

Fábio Palácio**

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.002>



RESUMO

As formulações do filósofo Giorgio Agamben sobre a pandemia global de covid-19 instauraram um debate que relaciona o *status* cognoscível da peste e as consequências políticas das ações adotadas pelos Estados nacionais no combate à doença. Constatamos uma embaraçosa semelhança entre seu pensamento e as ideias negacionistas da extrema-direita contemporânea, verbalizadas por políticos como Donald Trump e Jair Bolsonaro. Procuramos evidenciar que isso se deve às inusitadas linhas de conexão que se estabelecem entre o campo pós-moderno — em cujo âmbito Agamben costuma ser situado — e as tendências à chamada *pós-verdade*. Essas linhas de conexão derivam, entretanto, de dicotomias estabelecidas já nos primórdios da modernidade. A fim de demonstrar esse ponto, fazemos um percurso que se inicia com uma exposição das ideias de Agamben sobre a pandemia. Em seguida procuramos mostrar que tais ideias têm como pano de fundo analítico a antiga cisão entre liberdade e conhecimento, estabelecida de modo paradigmático por Immanuel Kant. A partir daí, explanamos a contraposição de Hegel à separação entre entendimento e razão. Ao dissolver essa falsa dicotomia, Hegel engendra a unidade dialética entre prática e teoria, sujeito e objeto, liberdade e necessidade. Essa elaboração fornece os elementos teóricos para pensarmos a superação da pandemia pela ação simultânea e correlata do conhecimento científico e do Estado-nação, sendo ambos expressão de uma verdadeira e realista liberdade coletiva.

Palavras-chave: Razão. Entendimento. Liberdade. Analítica. Dialética.

ABSTRACT

Giorgio Agamben's formulations about the global pandemic of covid-19 fostered a debate that relates the cognizable status of the plague with the political consequences of the measures adopted by national states in the fight against the disease. We noticed an embarrassing similarity between his thinking and the negationist ideas supported by the contemporary extreme right, verbalized by politicians like Donald Trump and Jair Bolsonaro. We intend to show that this is due to the unusual connection established between the postmodern field — in which Agamben is usually placed — and the tendencies towards the so-called *post-truth*. This connection derives, however, from dichotomies established since the dawn of modernity. In order to demonstrate this point, we take a theoretical journey that begins with an exposition of Agamben's ideas about the pandemic. Then we try to show that such ideas have the ancient split between freedom and knowledge, established in a paradigmatic way

by Immanuel Kant, as a kind of analytical background. From there on, we explain Hegel's opposition to the separation between understanding and reason. By dissolving this false dichotomy, Hegel engenders the dialectical unity between practice and theory, subject and object, freedom and necessity. This elaboration provides the theoretical framework for thinking about overcoming the pandemic through the simultaneous and correlated action of scientific knowledge and the nation state, both of which being an expression of true and realistic collective freedom.

Keywords: Reason. Understanding. Liberty. Analytics. Dialectics.

1. INTRODUÇÃO

A emergência da pandemia global de covid-19 subverteu as formas tradicionais do viver, instaurando reflexões que mobilizaram enfoques das mais diversas áreas — Medicina, Bioquímica, Economia, Psicologia, Educação, Sociologia, Direito e outras. Entretanto, para além das questões específicas colocadas no interior de cada um desses campos disciplinares, a crise sanitária também fomentou interrogações sobre os próprios fundamentos das práticas sociais. Forçou-nos, assim, a um debate de natureza filosófica, relacionado aos pressupostos que orientam o modo como organizamos e compartilhamos nossa presença no mundo.

Nessa seara, um dos primeiros pensadores a manifestar-se sobre a pandemia de coronavírus foi o filósofo italiano Giorgio Agamben. Este artigo destina-se ao escrutínio de suas teses. Partimos da constatação de uma embaraçosa semelhança entre seu pensamento e as ideias negacionistas da extrema-direita contemporânea, verbalizadas por políticos como Donald Trump e Jair Bolsonaro. Isso se deve, como procuraremos evidenciar, às inusitadas linhas de conexão que se estabelecem entre o campo pós-moderno — em cujo âmbito Agamben costuma ser situado — e as tendências à chamada *pós-verdade*.

Por outro lado, entendemos que a própria atmosfera pós-moderna, embora se afirme em total ruptura com os valores universalizantes da modernidade, ainda se encontra atada a dilemas pretéritos do pensamento moderno. Para demonstrar esse ponto, fazemos um percurso que se inicia com a exposição das ideias de Agamben sobre a pandemia. Em seguida elencamos alguns pontos problemáticos desse pensamento, buscando mostrar que decorrem do fato de Agamben render-se docilmente à cisão entre liberdade e conhecimento, estabelecida de modo paradigmático por Immanuel Kant.

Enveredamos, a partir daí, por uma breve exposição do pensamento kantiano, e seguimos em frente explanando a crítica de Hegel à separação entre entendimento e razão, decorrente das disposições da filosofia transcendental de Kant. Ao dissolver essa falsa dicotomia, a dialética hegeliana engendra uma unidade especulativa entre prática e teoria, sujeito e objeto, liberdade e necessidade. Essa elaboração fornece o

Agamben inaugura suas reflexões sobre a emergência sanitária com um pequeno artigo publicado ainda no mês de fevereiro, intitulado “*L’invenzione di un’epidemia*” (A invenção de uma epidemia). Nele, o filósofo se refere às medidas contra a “suposta” crise pandêmica como “frenéticas, irracionais e completamente injustificadas”. A crise sanitária teria sido exagerada a fim de fornecer as condições propícias à extensão da excepcionalidade política para além de qualquer limite jamais imaginado

fundamento para pensarmos a superação da pandemia pela ação simultânea e correlata do conhecimento científico e do Estado-nação, sendo ambos expressão de uma verdadeira e realista liberdade coletiva.

Concluimos afirmando que, embora possua pretensões universalizantes, o discurso de Agamben sobre a pandemia é na verdade circunscrito. O pensador europeu ainda se prende a uma semântica dicotômica, que pressupõe cisões entre entendimento e razão, conhecimento e liberdade, teoria e prática, estado de natureza e história. Essas cisões são transpostas para a reflexão sobre o mundo político e o combate ao coronavírus. Ao assim pensar, Agamben acaba compartilhando, inadvertidamente ou não, as velhas gramáticas que orientam o pensamento liberal e — embora com sinal invertido — muitas das (im)posturas da extrema-direita contemporânea.

2. AGAMBEN E A PANDEMIA COMO SUBTERFÚGIO PARA O EXERCÍCIO DO BIPODER E A EXTENSÃO DA EXCEPCIONALIDADE POLÍTICA

Agamben inaugura suas reflexões sobre a emergência sanitária com um pequeno artigo publicado ainda no mês de fevereiro, intitulado “*L’invenzione di un’epi-*

demia” (A invenção de uma epidemia)¹. Nele, o filósofo se refere às medidas contra a “suposta” crise pandêmica como “frenéticas, irracionais e completamente injustificadas” (AGAMBEN, 2020e). O pensador cita declarações do Conselho Nacional de Pesquisas de seu país segundo as quais “não há epidemia de Sars-CoV-2 na Itália”. A mesma fonte afirma que a doença, “de acordo com os dados epidemiológicos disponíveis hoje em dezenas de milhares de casos, causa sintomas leves/moderados (um tipo de gripe) em 80-90% dos casos. [...] Estima-se que apenas 4% dos pacientes precisem de internação em terapia intensiva” (AGAMBEN, 2020e).

Ao ler este primeiro artigo de Agamben sobre a crise sanitária, uma pessoa informada pode ter a impressão de estar presenciando os equívocos de uma abordagem apressada. É possível que o prestigioso filósofo, no afã de atender em tempo real à demanda por interpretações da crise, tenha-se permitido trair pela falta de cautela. Talvez não tenha dispostado do tempo necessário para acerrar-se da verdadeira realidade da pandemia, que ainda era subestimada naquele momento em boa parte da Europa, não só pelos cidadãos comuns, mas até pelos poderes públicos. Nessa perspectiva, poder-se-ia esperar do filósofo, após certo interregno, alguma retratação.

O avançar do tempo encarregou-se de desfazer essa expectativa. Em entrevista concedida no dia 22 de abril, publicada em seu site com o título de “*Nuove riflessioni*” (Novas reflexões), Agamben continua a sustentar a mesma visão do início da crise. O leitor podia flagrá-lo, ali, apelando à comparação entre as perdas humanas pela covid e o quantitativo de mortes em função de outras doenças, em anos anteriores. Com base nessa conferência, o filósofo insistia em afirmar, em discurso cujas conclusões assemelham-se às de líderes negacionistas como Trump e Bolsonaro, que eram superdimensionadas as medidas contra a doença.

A mesma argumentação voltaria a comparecer no artigo seguinte, “*Sul vero e sul falso*” (Sobre o verdadeiro e o falso). Nesse texto, Agamben explicita elementos da crítica antipositivista que se tornaram traço distintivo de sua obra. Ele vê a ciência como “nova religião” (AGAMBEN, 2020i). As certezas científicas — que, no caso da epidemia, sequer existiriam, dada a fragilidade dos consensos entre especialistas — estariam sendo usadas para a instauração de formas “totalitárias” de controle.

A essa altura já se tornavam claros os verdadeiros móveis da abordagem de Agamben. O pensador italiano enxergou nas medidas de contenção da crise um terreno fértil para a aplicação de sua teoria política do *estado de exceção*, a qual se vincula

1 Esse texto — ao lado de outros dois publicados na sequência — seria pouco após traduzido para o espanhol e publicado em livro que se tornou conhecido por reunir as primeiras contribuições sobre a pandemia elaboradas por intelectuais de prestígio global. Cf. AGAMBEN, G. et al. **Sopa de Wuhan: Pensamiento contemporaneo en tiempos de pandemias**. [S. l.]: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

No Brasil, os artigos de Agamben sobre a pandemia publicados entre fevereiro e abril de 2020 foram reunidos em e-book. Cf. AGAMBEN, Giorgio. **Reflexões sobre a peste**. São Paulo: Boitempo, 2020. E-book.

Para fins de elaboração deste texto, optamos por nos referenciar nos originais em italiano publicados no site das edições Quodlibet. As traduções dos trechos citados são de responsabilidade dos autores deste artigo.

aos trabalhos do autor sobre a biopolítica. Essa linha de argumentação percorre todos os artigos de Agamben sobre a problemática da pandemia. Nessas elaborações podemos flagrar teses centrais do autor, com destaque para a ideia de que “há uma tendência crescente de usar o estado de exceção como paradigma normal de governo” (AGAMBEN, 2020e).

Nessa perspectiva, à medida que se exaure o discurso antiterrorista (e também, poderíamos acrescentar, o anticorrupção) como pretexto para medidas excepcionais, os governos estariam apelando à “invenção de uma epidemia”. A crise sanitária teria sido exagerada a fim de fornecer as condições propícias à extensão da excepcionalidade política para além de qualquer limite jamais imaginado. Essa argumentação é reforçada no segundo texto de Agamben sobre a pandemia. Intitulado “*Contagio*”, o artigo assevera que essa ideia sempre serviu ao controle social e já estaria presente, de forma embrionária, nas pestes que entre os séculos XVI e XVII devastaram cidades italianas. Para o filósofo, as disposições legais adotadas na crise pandêmica “transformam de fato cada indivíduo em um potencial transmissor”, da mesma forma que, nos tempos da chamada “guerra ao terrorismo”, cada cidadão passou a ser considerado “um terrorista em potencial” (AGAMBEN, 2020c).

Em vários artigos publicados ao longo de 2020 o filósofo reforça essa linha. Conforme argumenta em “*Chiarimenti*” (Esclarecimentos), já teria havido epidemias mais graves no passado, sem que com isso se cogitasse um estado de emergência como o atual. Isso só se teria tornado possível sem maiores reações porque “o estado de exceção, ao qual os governos nos acostumaram há algum tempo, tornou-se verdadeiramente a condição normal”. As sociedades ocidentais teriam sacrificado as liberdades às “razões de segurança”, condenando-se, paradoxalmente, a “um permanente estado de medo e insegurança” (AGAMBEN, 2020b).

O filósofo italiano retoma, dessa forma, teses caras à sua trajetória intelectual. Já em *Estado de exceção* ele afirmava, a respeito da categoria que dá nome ao livro, que “tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea”. Transformada de medida provisória e extraordinária em “técnica de governo”, a excepcionalidade política é definida como um estado indeterminado “entre democracia e absolutismo” (AGAMBEN, 2004, p. 13).

A pandemia seria a oportunidade de ouro para a normalização desse estado de coisas. Como afirma Agamben em “*Distanziamento sociale*” (Distanciamento social), a crise sanitária pode ser concebida como “laboratório” no qual estariam sendo gestadas “novas estruturas políticas e sociais” (2020d). As medidas adotadas na crise pandêmica representam, nessa perspectiva, nada além de “sintomas e sinais de um experimento mais amplo, no qual está em jogo um novo paradigma de governo”, como teoriza em “*Biosicurezza e politica*” (Biossegurança e política).

Esse processo ocorre no contexto mais amplo marcado pelo ocaso das democracias burguesas tradicionais. Elas estariam dando lugar a um “novo despotismo”,

fundado na disseminação das mais diversas formas de controle e na suspensão da atividade política. Agamben recorda que cientistas políticos americanos já haviam cunhado o termo “Estado de Segurança” para qualificar uma situação “em que ‘por razões de segurança’ [...] podem-se impor quaisquer limites às liberdades individuais” (AGAMBEN, 2020f).

Essa metamorfose despótica não viria de agora. Desde os primórdios do século XX a política democrática estaria sendo substituída pela suposta inexorabilidade de dimensões como a administração econômica e o conflito bélico, deixando pouco ou nenhum espaço para alternativas e escolhas. A política do último século teria sido condicionada por um discurso que adota como ponto de partida o paralelismo entre a emergência militar e a econômica. Em *Estado de exceção* Agamben já recordava que, durante o chamado *New Deal*, Roosevelt conseguira “assegurar-se poderes extraordinários para enfrentar a grande depressão, apresentando sua ação como a de um comandante durante uma campanha militar” (2004, p. 37). Mais tarde, com a eclosão da Segunda Guerra, esses poderes seriam estendidos até serem declarados, em 27 de maio de 1941, ilimitados.

Situações desse tipo, longe de permanecerem restritas a períodos excepcionais, foram progressivamente normalizadas. É nessa perspectiva que Agamben interpreta a atitude do presidente George W. Bush, que, após o 11 de setembro de 2001, passou a referenciar-se como o *Commander in chief of the army*. Ao usar essa nomenclatura, Bush buscava fomentar uma situação na qual “a emergência se torne a regra e em que a própria distinção entre paz e guerra (e entre guerra externa e guerra civil mundial) se torne impossível” (AGAMBEN, 2004, p. 38).

Considerando que a situação de emergência esteve frequentemente ligada, ao longo da história, a uma situação de guerra — ainda que essa guerra seja por vezes de tipo econômico —, não é de admirar que metáforas belicistas tenham passado a compor o léxico dos que desejam arrogar-se poderes excepcionais. Isso explicaria por que a emergência viral trouxe de volta essas referências. A chamada “guerra contra o vírus”, contudo, não pode ser equiparada a uma guerra tradicional. Seria uma forma de “guerra civil”, na qual “o inimigo não está do lado de fora, está dentro de nós” (AGAMBEN, 2020b).

Nessa interpretação, a mesma política democrática que já havia sido esvaziada pelas dimensões econômica e militar estaria sendo agora absorvida pela doutrina da biossegurança, que “provou ser capaz de apresentar a cessação absoluta de toda atividade política e de todas as relações sociais como a forma máxima de participação cívica” (AGAMBEN, 2020a). Ao citar Patrick Zylberman, Agamben sustenta estar em curso o estabelecimento de uma espécie de “terror sanitário”, cujos dispositivos de poder se articulariam a partir de três pontos:

- 1) construção [...] de um cenário fictício, no qual os dados são apresentados de modo a favorecer comportamentos que permitam governar em uma

situação extrema; 2) adoção da lógica do ‘quanto pior melhor’ como regime de racionalidade política; 3) organização integral do corpo de cidadãos, a fim de fortalecer ao máximo a adesão às instituições governamentais, produzindo uma espécie de civismo superlativo, no qual as obrigações impostas são apresentadas como prova de altruísmo e o cidadão não tem mais o direito à saúde (*health safety*), mas torna-se legalmente obrigado à saúde (*biosecurity*)” (apud AGAMBEN, 2020a)

Tomando a pandemia como *case*, Agamben esforça-se por desnudar os mecanismos de poder através dos quais um conjunto de medidas provisórias, que nomeadamente serviriam para dar conta de situações anormais, teriam se tornado a própria normalidade, à medida que revelariam, ao longo do século XX, “sua natureza de paradigma constitutivo da ordem jurídica” (AGAMBEN, 2004, p. 18). Neste ponto, cabe indagar: de que forma se manifesta esse paradigma, do ponto de vista das instituições jurídico-políticas?

Agamben afirma que o principal sintoma do estado de exceção está na concentração de poderes, com a hipertrofia do Executivo em detrimento do poder Legislativo. Em “*Una domanda*” (Uma pergunta), ele se refere ao “uso imprudente de decretos de emergência por meio dos quais o Poder Executivo substituiu o Legislativo, abolindo o princípio de separação de poderes que define a democracia”. Essa situação, que já era comum nas últimas décadas, teria passado agora de todos os limites. Repetindo de forma quase textual as palavras que constam da página 61 da edição brasileira de seu *Estado de exceção*, Agamben assevera que agora “as palavras do primeiro-ministro e do chefe da proteção civil têm, como se disse daquelas do Führer, valor imediatamente legal” (AGAMBEN, 2020j). Na nova situação, portanto, estaríamos vivenciando “limitações das liberdades impostas por meio de decretos ministeriais privados de toda legalidade e que nem mesmo o fascismo havia sonhado poder impor” (AGAMBEN, 2020a).

Agamben deixa claro que um uso comedido, efetivamente provisório, dos plenos poderes não chegaria a configurar ameaça à democracia. No entanto, esta não seria a situação. Estaríamos vivenciando a erosão continuada do poder dos parlamentos, cujas funções restariam crescentemente limitadas à ratificação de decretos e disposições emanadas do Executivo. Na teorização agambeniana, essa situação tem início com a Primeira Guerra Mundial, momento concebido como

o laboratório em que se experimentaram e se aperfeiçoaram os mecanismos e dispositivos funcionais do estado de exceção como paradigma de governo. Uma das características essenciais do estado de exceção — a abolição provisória da distinção entre Poder Legislativo, Executivo e Judiciário — mostra, aqui, sua tendência a transformar-se em prática duradoura de governo. (AGAMBEN, 2004, p. 19)

A conversão de algo que deveria ser excepcional em permanente: este seria o elemento conceitual a explicar por que não houve maiores reações às medidas de exceção adotadas durante a pandemia. Na visão de Agamben, as sociedades ocidentais aceitaram muito facilmente a transformação de suas condições de vida e de trabalho, a suspensão de atividades sociais e políticas, o cancelamento de rituais religiosos e a interrupção das relações de amor e amizade. A resignação geral ocorreu porque as pessoas já se haviam acostumado a viver em situação de crise e emergência permanente. Com isso, “não parecem perceber que sua vida foi reduzida a uma condição puramente biológica e que perderam todas as dimensões não só sociais e políticas, mas também humanas e afetivas” (AGAMBEN, 2020b).

Em outras palavras, se a condição de isolamento social pôde se impor sem maiores resistências, é porque essa situação já se achava, de algum modo, instalada. “A peste já estava ali”, diz Agamben em “*Riflessioni sulla peste*” (Reflexões sobre a peste). Ele acrescenta que “as condições de vida das pessoas já se haviam tornado tais que um sinal repentino foi suficiente para que aparecessem como o que já eram, isto é, intoleráveis, como uma peste”. Esse fato é considerado a única vantagem da pandemia: “É possível que, mais tarde, toda a gente comece a se perguntar se o modo como se vivia era o correto” (AGAMBEN, 2020g).

Em se tomando por razoável o prospecto de Agamben, seria lícito pensar em uma situação melhor no pós-pandemia, com os trabalhadores e os povos mais conscientes das restrições que vivenciavam anteriormente. Entretanto, em “*Sul tempo che viene*” (Sobre o tempo que vem), texto do último dia 23 de novembro, o próprio Agamben desautoriza essa conclusão otimista. Ele defende que, se o mundo anterior ao vírus já era nefasto, a realidade do pós-pandemia será ainda mais restritiva. As pessoas teriam aceitado facilmente as mudanças não apenas por medo da pandemia, mas também porque abominavam o mundo em que viviam até então, e ansiavam por algo melhor. Nada mais ilusório, na visão de Agamben. “[...] Os governos preparam um mundo ainda mais desumano, ainda mais injusto; mas em todo caso, de um lado [o das pessoas] e de outro [o dos governos], era de alguma forma pressentido que o mundo anterior — como agora começamos a chamá-lo — não poderia continuar.” (AGAMBEN, 2020h)

O filósofo chama atenção para o fato de que medidas tomadas em momentos de excepcionalidade raramente têm sido derogadas posteriormente. Foi o que se deu no pós-Primeira Guerra, quando a hipertrofia do Executivo se manteve após a trégua e a emergência militar apenas converteu-se em emergência econômica. Dado que a excepcionalidade política só se fez aprofundar ao longo das últimas décadas, a tendência seria uma sua ainda maior intensificação no período pós-crise, inclusive com as novas tecnologias — Agamben cita particularmente câmeras de vídeo e telefones celulares — servindo à extensão dos controles “totalitários” (AGAMBEN, 2020f).

No mais, as medidas adotadas durante a pandemia acarretariam consequências não apenas políticas. A própria tessitura da sociabilidade estaria sendo desfigura-

Dizendo-se a favor da “liberdade de ir e vir”, Bolsonaro cumpriu o papel de insurgir-se contra o que Agamben chama de “terror sanitário”. A rigor, o presidente brasileiro seguiu todas as indicações sugeridas pelo filósofo italiano. Assistimos no Brasil exatamente ao inverso do que Agamben temia

da. As ideias de “contágio” e “isolamento social” guardam, na visão de Agamben, um potencial deletério, desagregador das relações humanas. “Ainda mais triste do que as limitações das liberdades implícitas nas disposições é, em minha opinião, a degeneração das relações entre os homens que elas podem produzir.” (AGAMBEN, 2020c). Ele faz referência ao medo e às insuficiências éticas que este produz, com a quebra dos laços de solidariedade e cooperação. “A vida nua — e o medo de perdê-la — não é algo que une os homens, mas os cega e os separa”, sentencia o filósofo (AGAMBEN, 2020b).

A tese do biopoder explicita-se de forma clara. Uma nova guerra civil — agora de caráter sanitaria — estaria sendo movida contra populações indefesas não por algum tipo de Estado garantidor de direitos, mas exatamente por um Estado que pretende — sob a fachada de conceitos como o de “distanciamento social” — eliminar os direitos de cidadãos que, como afirma Agamben em *Estado de exceção*, “por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (2004, p. 13). Isso estaria sendo feito unicamente em nome da crença em uma “existência biológica crua que deve ser salva a qualquer custo” (AGAMBEN, 2020g). Nessas condições — de crise, emergência e medo — não pode haver, na perspectiva de Agamben, uma sociedade verdadeiramente livre (2020b).

3. EMBARAÇOSAS COINCIDÊNCIAS

A primeira questão que salta à vista quando examinamos as teses de Agamben é o caráter circunscrito e eurocêntrico de suas formulações sobre a pandemia. Em que pese alguns intérpretes enxergarem em seu trabalho proposições com pretensão

de validade ontológica², sua crítica a uma eventual “invenção” da peste como corolário da hipertrofia do Executivo, expressão política do estado de exceção permanente, não vale para todos os países e regiões que enfrentaram a crise sanitária. A experiência com a covid-19, que ainda não está esgotada, tem mostrado em vários países não europeus exatamente o contrário do que propugna o filósofo italiano.

Vejam os casos do Brasil. As disposições legais adotadas pelo Executivo federal para combater a pandemia, longe de se configurarem como hiperdimensionadas, foram na verdade praticamente nulas, absenteístas, improdutivas e ineficazes. Aqui, ao contrário da “hipertrofia do Executivo”, houve uma hipotrofia em que o poder presidencial, consubstanciado na figura do presidente Jair Bolsonaro, omitiu-se sistematicamente de agir contra a doença, considerando-a, por vezes, como uma “gripesinha”, negando os alertas científicos sobre a peste. Ante a catástrofe instalada, foram os poderes Legislativo (Câmara e Senado) e Judiciário, além dos entes federados subnacionais (estados e municípios), que tomaram medidas restritivas e de urgência sanitária, muitas das vezes lutando na Justiça contra a força dispersiva do Executivo (AMORIM; TAJRA, 2020)³.

Dizendo-se a favor da “liberdade de ir e vir”, Bolsonaro cumpriu o papel de insurgir-se contra o que Agamben chama de “terror sanitário”. A rigor, o presidente brasileiro seguiu todas as indicações sugeridas pelo filósofo italiano. Assistimos no Brasil exatamente ao inverso do que Agamben temia. De um lado, foram a medicina e a ciência de modo geral, além dos executivos subnacionais (estaduais e municipais), dos legislativos e do Judiciário, que permitiram a adoção de medidas restritivas, com o propósito de deter a pandemia e salvar vidas, notadamente dos mais pobres e desassistidos — os que mais dependem da ação estatal. De outro lado, a extrema-direita representada no Executivo federal apostou no negacionismo científico e na desqualificação das medidas limitantes, colocando-se a favor das liberdades individuais de circulação e reunião e contra o uso de máscaras, sabotando as ações de estados e municípios e descumprindo ordens judiciais.

Em síntese, o governo central abriu mão de exercer o poder político do Estado — que no caso do presidencialismo brasileiro é muito forte e centralizado — para empreender o combate ao vírus corona. O curioso é que essa inação não deixa de ser, ela própria, uma forma de ação, e ainda mais opressora do que quaisquer medidas que se possam considerar “hiperdimensionadas”. Como teorizava Gramsci, “deve-se notar que mesmo o *liberismo* é uma ‘regulamentação’” (1977, p. 1590), isto é, o não in-

2 Ricardo Martins (2020) afirma que “Agamben está procurando o sentido ontológico do agir político”. Porém, logo depois adverte que “as críticas ao Agamben não funcionam desde o ponto de vista da América Latina”. Há que se questionar essa pretensão de validade ontológica que não funciona em contextos particulares. Cabe indagar, por outro lado, se o pensamento do filósofo italiano não seria verdadeiro somente desde os países europeus de capitalismo avançado.

3 Em alguns casos, como no estado do Maranhão, o governo local foi obrigado a manobrar diante do governo brasileiro e de países poderosos que queriam “atravessar” a compra de aparelhos respiratórios da China, o que significou o salvamento de milhares de vidas. Cf. WILLIAM, Wagner. **A operação secreta Etiópia-Maranhão**: a guerra dos respiradores no ano da pandemia. São Paulo: Vestígio, 2021.

tervencionismo é já em si uma forma de intervenção. A verdade é que a defesa da inoperância do Estado em face da pandemia, feita por correntes como o trumpismo e o bolsonarismo em nome da “liberdade”, constrange populações inteiras àquilo que, como procuraremos evidenciar ao longo deste trabalho, é uma falsa liberdade. Não se trata de liberdade para as pessoas, mas para o capital.

Não é trivial, portanto, que um filósofo posicionado como *antiestablishment* compartilhe com a extrema-direita a tese de que a pandemia seja uma invenção com pretensões ditatoriais. A ideia de uma farsa visando à instalação de uma ditadura global foi expressa tanto por Agamben quanto pelo chanceler brasileiro Ernesto Araújo (MINISTRO... 2020) e por Jair Bolsonaro, sem esquecer de Donald Trump. E é neste ponto que uma questão se coloca: qual a raiz da aproximação entre Agamben, filósofo preocupado com a liberdade, e políticos da extrema-direita contemporânea? Que razões teóricas e práticas espream por trás da intersecção entre essas duas visões de mundo aparentemente opostas? Investigar essa questão nos permite extrair consequências tanto para a luta contra o vírus em sua objetividade avassaladora e mortífera quanto para a denúncia da inação de agentes e mecanismos do poder político no combate à doença. É necessário questionar o negacionismo da pandemia em qualquer de seus níveis de formulação, da sofisticação de Agamben ao barbarismo roto da dupla Trump-Bolsonaro.

É certo que as teses de Agamben descrevem com acurácia muitos dos fenômenos que condicionam a política no século XX. Com efeito, devemos estar atentos à denúncia de como a técnica científica pode convergir para os objetivos de quem deseja um Estado de controle desmesurado, inclusive através da perpetuação de medidas restritivas que deveriam ser apenas emergenciais. Contudo, será que condenar a atividade regulatória do Estado no que respeita à pandemia é o melhor modo de fazer a crítica às contemporâneas tendências ao estado de exceção? Será que a contraposição genérica entre as categorias de liberdade e vontade individuais, de um lado, e o conhecimento científico e a autoridade política, por outro, não seria outro modo de autoritarismo, demagógico, que se abstém do *poder-fazer*, deixando à deriva a população que mais precisa da ação do Estado?

Em nossa compreensão, não é casual a conjunção discursiva entre Trump, Bolsonaro e Agamben na recusa das medidas contra a pandemia, no negacionismo das conclusões científicas (ainda que, no caso de Agamben, esse negacionismo se oculte por entre uma densa névoa de crítica antipositivista), na condenação do “autoritarismo” estatal e na defesa a-histórica das “liberdades”. Essa unidade no plano dos enunciados provém, como já mostramos em outra oportunidade, do fato de ser a era da pós-verdade tributária da metástase sociológica do pensamento pós-moderno (AZEVEDO; LUZ, 2019, 2020). *Em outras palavras, a conciliação entre esses dois conjuntos de ideias se faz possível no plano dos pressupostos que presidem as elaborações cognitivas e ético-políticas das correntes do pós-modernismo e da pós-verdade.* Como pretendemos

argumentar, o procedimento que se instala no âmbito do entendimento, através da separação metafísica entre o conhecer e a liberdade, o teórico e o prático, constitui o fundamento ideológico da confluência entre essas duas visões.

O que nos interessa, doravante, é mergulhar nos pressupostos que atuam para sustentar um campo inteiro do pensar contemporâneo, o qual opõe as liberdades individuais à autoridade tanto do Estado quanto da ciência por ele empoderada. Estamos diante da cisão filosófica entre a liberdade da agência humana e a necessidade do conhecimento científico ou, dito de outro modo, diante da separação *a priori* entre a prática e a teoria, no âmbito de um modo de pensar que, como bem definiu Frateschi (2020), resulta num “binarismo um tanto simplório, de acordo com o qual a máquina governamental sempre domina, controla e restringe liberdades, ao passo que a sociedade é invariavelmente passiva, compacta e inerte”.

Essas rupturas entre o conhecer e o pensar prático atuam nas formulações de Agamben. Subjaz à sua teorização certa contradição entre a liberdade do puro querer individual e as determinações advindas da associação entre conhecimento científico e aparato estatal. Estes últimos são negados enquanto necessidade histórica objetiva, concebidos que são como expressão máxima e totalitária do *Leviatã* estatal. Liberdade ou conhecimento? Indivíduo ou coletivo? Eis as disjuntivas que atuam como pressupostos no pensamento do filósofo italiano.

4. KANT E A SEPARAÇÃO ENTRE RAZÃO E ENTENDIMENTO

Constatamos, neste primeiro quartel do século XXI, certo desvanecimento da atividade filosófica perante as tendências da pós-verdade — filha pródiga do subjetivismo pós-moderno, com suas “desconstruções” e seu relativismo. Sem querer esgotar assunto de tamanha complexidade, mas adotando uma posição na conjuntura teórica atual, buscaremos desenvolver a hipótese de que tanto o pós-modernismo quanto a pós-verdade ainda giram em torno às cisões produzidas e reproduzidas por nossas disposições discursivas desde a modernidade, em particular aquela que opõe o conhecimento à liberdade, a teoria à prática.

Como sabemos, foi Immanuel Kant (1724-1804) quem ergueu os pilares de um universo discursivo em cujo âmago se encontram as disjunções entre o entendimento e a razão, o conhecimento e a prática. Kant desenvolve, na meticulosa *Crítica da razão pura*, a ideia de que nosso conhecimento, longe de coincidir imediatamente com as coisas, é todo ele registrado por nossa faculdade de julgar⁴ ou *entendimento*, cuja estrutura antecede a experiência e determina os parâmetros no interior dos quais ele (o conhecimento) se torna possível. Interessa a Kant, pois, um exame do conhecimento

4 Faculdade de julgar: capacidade de emitirmos juízos sobre o mundo. Juízos são assertivas lógicas na forma sujeito-predicado.



Kant ergueu os pilares de um universo discursivo em cujo âmago se encontram as disjunções entre o entendimento e a razão, o conhecimento e a prática

independentemente das impressões dos sentidos. Sua filosofia transcendental⁵ desloca a investigação filosófica sobre o conhecimento da experiência para as condições puras *a priori*, isto é, para as exigências anteriores e determinantes do próprio ato experiencial.

O estudo dessas condições *a priori* da experiência e do próprio conhecimento consta de duas partes: a *estética transcendental* e a *lógica transcendental*. A primeira trata do arcabouço que possibilita a ordenação do registro sensível dos fenômenos em suas formas *a priori* do espaço e do tempo. Isso significa que espaço e tempo não são para Kant categorias objetivas, mas as condições estruturais da percepção. No momento mesmo em que percebemos as coisas, nós as organizamos espaço-temporalmente com base nas estruturas mentais descritas na *estética*. Já o arcabouço exposto na *lógica* conforma o intelecto em sua substância própria, em que os objetos são conhecidos de modo inteiramente *a priori*, sem qualquer recurso à intuição sensível. Se digo, por exemplo, que *A* implica *B* e *B* implica *C*, e disso concluo que *A* implica *C*, não necessito recorrer a nenhuma experiência para sustentar esse argumento.

A lógica transcendental subdivide-se em *analítica* e *dialética*. A *analítica transcendental* trata da dissecação da faculdade do entendimento em busca dos seus elementos constitutivos. Como resultado dessa decomposição emergem os *princípios* e os *conceitos* que permitem a conjunção das intuições puras de espaço e tempo — já elencadas na *estética transcendental* — com os modos inerentes à faculdade de julgar — conforme exposto na *lógica transcendental* —, gerando um conhecimento que passa a se referir *a priori* aos *próprios objetos*.

O conhecimento, assim, não se constitui de referências diretas aos modos do ser, não fala da realidade em si mesma. Trata-se, na verdade, das formas do intelecto, sem as quais nenhum objeto pode ser conhecido. Este é o âmbito da *lógica da verdade*

5 “Chamo transcendental a todo o conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos que do nosso modo de os conhecer, na medida em que este deve ser possível *a priori*. Um sistema de conceitos deste gênero deveria denominar-se filosofia transcendental” (KANT, 2001, B25). Conceitos *a priori* são puros, universais e necessários. Independem da experiência. Kant demonstra essa assertiva afirmando que, ao tirarmos do conceito de “corpo” todas as características empíricas possíveis, ainda assim restariam propriedades como extensão e substância, próprias não da experiência, mas da estrutura profunda do pensamento humano.

transcendental. Ela expõe os requisitos puramente formais que condicionam a dimensão cognitiva, a partir dos quais são constituídos os *juízos sintéticos a priori*⁶.

Se na *analítica transcendental* os conceitos e princípios do entendimento precedem e determinam a experiência possível a partir da qual os juízos podem ser emitidos, estabelecendo assim os limites do conhecimento e do pensamento judicioso, por outro lado a razão livre só pode funcionar como máximas, isto é, como um auxiliar de operações dos conceitos provenientes do entendimento, ordenando-os e tornando-os parte de um sistema. A razão cumpre papel complementar e subordinado ante as determinações da cognoscibilidade. Quando a razão tenta deixar o papel de coadjuvante para conhecer algo de positivo, abandonando o papel de *cânone* para tornar-se *organon*, ela cai em erros e equívocos, como o paralogismo e as antinomias. Essa pretensão cognoscente da razão seria uma ilusão metafísica que Kant chamou de *dialética transcendental*, a segunda parte de sua *lógica*.

Isso significa que, quando a razão busca fazer valer seus direitos cognoscentes junto ao entendimento, ela mergulha irremediavelmente em contradições, que seriam evidências da sua ilegitimidade no campo do conhecer. Estamos, aqui, diante do esquematismo teórico transcendental, em que o entendimento impõe limites à razão, submetendo-a aos seus interesses particulares enquanto lógica da verdade, sob pena do mergulho na “ilusão dialética”. Como explica Kant, “dado que o uso transcendental da razão não é válido objetivamente, não pertence, portanto, à lógica da verdade, ou seja, à analítica; antes requer, como lógica da aparência, uma parte especial da doutrina escolástica, denominada dialética transcendental” (2001, A131, B170). Enquanto a analítica engendra a lógica da verdade, da dialética só pode brotar uma “lógica” do engano.

5. O “EU PENSO” COMO FUNDAMENTO DO SUJEITO EPISTEMOLÓGICO KANTIANO

Emerge da *Crítica da razão pura* o fundamento subjetivo responsável pela unidade suprema de todas as categorias *a priori*, a saber, o “eu penso” (KANT, 2001,

6 Para Kant, há três tipos de juízos: os *analíticos*, os *sintéticos* e os *sintéticos a priori*. Os juízos analíticos são formulados *a priori*. Neles, o predicado está contido implicitamente no sujeito, sendo ambos pensados por identidade. Esse tipo de juízo não amplia o conhecimento, tem caráter meramente explicativo. As proposições analíticas apenas decompõem um conceito, revelando seus elementos constituintes, sem que nada surja de novo, como ocorre no juízo “todo corpo é extenso” (a extensão é propriedade inseparável de qualquer corpo).

O segundo tipo de juízo, sintético, dá-se *a posteriori*. Nele, o predicado está fora do sujeito. Estes são os juízos de experiência, também chamados ampliativos, pois associam noções que não estão contidas umas nas outras e chegam a novas informações, ampliando nossos conhecimentos. É o caso do juízo “alguns corpos são pesados”.

Já os juízos sintéticos *a priori*, embora independam da experiência, ampliam o conhecimento sobre um objeto, possibilitando acréscimos ao saber. Nesses juízos — ao mesmo tempo explicativos e ampliativos — sujeito e predicado se mostram em conjunção. A ideia geral de causalidade (“Toda mudança de estado corresponde a uma causa”) seria um exemplo de juízo sintético *a priori*. O fato de a ciência se basear nesse tipo de juízo mostra que ela é sempre composta de conceito mais intuição sensível. Em outras palavras, a ciência combina o apriorismo dos analíticos com a fecundidade dos sintéticos. É o resultado cognoscente da unidade sujeito-objeto na estrutura transcendental (CAPOVILLA; PALÁCIO, 2019).

O idealismo transcendental legou uma tradição de discurso sobre a cognoscibilidade que se realiza nos marcos de uma separação entre entendimento e razão. Resulta daí uma gramática teórica que implica a cisão da realidade em oposições irreconciliáveis

B132), a “apercepção originária pura” (KANT, 2001, B133) ou a “unidade transcendental da autoconsciência” (KANT, 2001, B133). Trata-se do sujeito epistêmico kantiano, em muitos sentidos herdeiro do “cogito” cartesiano. Esse sujeito transcendental, fundamento da estrutura cognoscente, é ato de pura espontaneidade, fonte primordial da autoconsciência tanto dos conceitos do entendimento quanto das influências da razão, perfazendo em seu interior uma unidade ao mesmo tempo analítica e sintética.

É essa unidade necessária da *apercepção transcendental* que possibilita a ligação de pertencimento entre as categorias, conformando, segundo princípios *a priori*, todas as nossas representações. Desse modo, o “eu penso”, a apercepção originária, é o próprio sujeito transcendental, constituindo o princípio supremo de todo o conhecimento humano, configurando a própria forma do intelecto, a partir da qual se deve executar a cópula entre sujeito e predicado nos juízos. Sobre isso afirma Kant:

O entendimento, falando em geral, é a faculdade dos conhecimentos. Estes consistem na relação determinada de representações dadas a um objeto. O objeto, porém, é aquilo em cujo conceito está reunido o diverso de uma intuição dada. Mas toda a reunião das representações exige a unidade da consciência na respectiva síntese. Por consequência, a unidade de consciência é o que por si só constitui a relação das representações a um objeto, a sua validade objetiva portanto, aquilo que as converte em conhecimentos, e sobre ela assenta, consequentemente, a própria possibilidade do entendimento. Assim, o primeiro conhecimento puro do entendimento, sobre o qual se funda todo o seu restante uso, e que é também totalmente independente de todas as condições da intuição sensível, é, pois, o princípio da unidade originária sintética da apercepção (2001, B137-138)

Ao criticar a abordagem metafísico-dogmática, que tem a pretensão de estabelecer um discurso direto sobre as coisas, Kant propõe uma remissão da razão a

si própria, para se autoconhecer em suas disposições, ficando o entendimento como juiz. Dessa forma a filosofia transcendental restringiu o escopo do conhecer e do pensar judicioso somente à dedução transcendental da experiência, que autoconfigura sua definição de fenômeno exclusivamente com base nas condições dadas pela estrutura interna do intelecto.

Ocorre que, ao intuir os objetos sob essas condições fenomênicas — *phaenomena* —, nos contrapomos às suas naturezas em si mesmas, noumêmicas — *noumena*. É como se nossa estrutura cognoscente, a faculdade do entendimento, nos fornecesse um conhecimento que se coloca fora da realidade das coisas em si mesmas. Sobre elas podemos pensar, conjecturar, mas jamais teremos como conhecê-las, já que nosso arcabouço cognoscente nos fornece sínteses que não coincidem com a intimidade do ser. O âmbito da realidade ela própria, das coisas em si mesmas, não admite nenhuma determinação, sendo uma esfera vazia, constituindo tão somente uma limitação externa ao conjunto dos conhecimentos.

O que fica, por conseguinte, da exposição kantiana da estrutura cognoscente é uma distinção efetiva entre o entendimento (*Verstand*) — que tem por objeto o conhecimento da experiência possível, do finito e do condicionado, estando sujeito ao *cânone* lógico — e a razão (*Vernunft*) — que pode pensar silogisticamente o incondicionado (absoluto, indeterminado), mas não conhecê-lo. Quando a razão tenta conhecer, como se fosse *organon*, sujeita-se à aparência dialética ou ilusão metafísica. A razão deve contentar-se em operar secundariamente, através das máximas, os conceitos do entendimento, de modo a constituí-los como parte de um todo sistemático, sem, no entanto, alimentar pretensões cognoscentes. Em outras palavras, a razão não descreve o mundo, no máximo organiza aquilo que o entendimento intui. Neste último — *Verstand* — localiza-se o conhecimento positivo; já na razão — *Vernunft* —, as questões metafísicas são reconfiguradas como modos do pensamento, assumindo, como detalharemos à frente, a qualidade negativa de limitar o emprego do entendimento e suas definições.

Nas balizas da filosofia teórica kantiana as ideias da razão, embora relacionadas formalmente ao entendimento, estão situadas fora de todo conteúdo da experiência possível, sendo inócuas para qualquer determinação emanada da lógica da verdade. Só esta última está autorizada a lidar com os objetos do conhecimento. Sendo assim, no âmbito da razão pura teórica, temos uma efetiva e definitiva cisão entre o conteúdo que emerge da lógica do entendimento e o horizonte formal da razão. Essa divisão percorre de maneira irreconciliável toda a estrutura subjetiva do sistema transcendental, marco no qual o conhecimento e o pensamento são expressão das dicotomias entre o condicionado e o incondicionado, a ciência e a metafísica, o conhecer e o pensar, a intuição e o conceito, o *em si* e o *para nós*, a teoria e a prática.

Em síntese, o sujeito transcendental — o “eu penso” — enquanto fundamento da estrutura *a priori* de faculdades subjetivas, localiza o conhecimento e a ciência no campo da experiência possível definida pelo entendimento, separando-o episte-

mologicamente do pensar racional. A razão não é livre para conhecer o *fenômeno* assim como o conhecer não é livre para pensar o *noúmeno*. O idealismo transcendental legou uma tradição de discurso sobre a cognoscibilidade que se realiza nos marcos de uma separação entre entendimento e razão. Resulta daí uma gramática teórica que implica a cisão da realidade em oposições irreconciliáveis. Vimos acima as repercussões teóricas dessa formulação. Vejamos agora suas consequências no campo prático.

6. KANT E A LIBERDADE METAFÍSICA

Conforme exposto anteriormente, na esfera teórica a razão assume papel coadjuvante, constituindo-se apenas no revestimento formal sob o qual as determinações da faculdade de julgar agem de modo sistemático. A razão, portanto, não constitui para Kant nada de cognoscível, surgindo apenas como auxiliar do entendimento na forma de máximas. É esta a contribuição da razão incondicionada para a esfera da teoria. No mundo empírico, contingente e natural, a existência está condicionada à experiência possível e o sujeito não pode efetivar sua liberdade, pois permanece submetido ao registro sensível que orienta a construção dos fenômenos no interior da estrutura do entendimento. No campo teórico o sujeito não é livre porque se acha subsumido à ação exógena dos objetos. Posso querer me atirar de um prédio de dez andares, mas o conhecimento me impele a desistir dessa atitude, dadas as consequências drásticas que ela acarretaria.

Entretanto, no que diz respeito à esfera prática — isto é, ao campo da ação humana —, a razão, livre das determinações da experiência possível, torna viável pensar uma metafísica dos costumes. Como que constituindo o outro lado do abismo, a razão, por seu caráter incondicionado, possibilita a investigação dos princípios que orientam a esfera da liberdade. Esta possui caráter noumênico: situa-se além do mundo dos fenômenos. É assim que surge em 1785 a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, cujo objetivo central é sustentar e fundamentar uma metafísica no campo das finalidades, isto é, no mundo da cultura, da ética, da política, da ação comunitária.

A cisão aqui estabelecida é entre a determinação do conhecer — esfera teórica — e a liberdade do querer (*Wollen*) — esfera prática. Nesta última, as condições empíricas não contam. Elas são completamente suprimidas, sendo isso o que torna a liberdade possível no mundo humano, em que todo ser racional pode compreender-se como verdadeiramente autônomo através da moralidade, em cujo âmbito somos capazes da autolegislação. Nessa construção autorreferenciada, a razão opera como faculdade de criar leis *a priori*, anteriores e contrárias a quaisquer inclinações particulares provenientes da experiência junto ao mundo sensível (CAPOVILLA; PALÁCIO, 2019).

Se no campo teórico os sujeitos estão submetidos às leis naturais que regem o comportamento dos objetos, no campo prático temos o contrário: os sujeitos são livres, uma vez que são os objetos exógenos que se encontram constrangidos pelas fina-

lidades universais da razão. Se tenho fome e guardo comigo um pão, a lei natural me diz que devo comê-lo, caso contrário morrerá. No entanto, a lei moral pode me dizer o contrário: que eu reparta este pão com outra pessoa esfomeada, ou mesmo que abra mão dele. Essa atitude poderia acarretar minha ruína física, mas, paradoxalmente, representaria minha elevação moral.

O ser racional, por sua qualidade específica, possui essa faculdade que possibilita ser seu próprio legislador, guardando a potencialidade de pertencer ao reino dos fins, da moralidade, da política e da virtude, ou seja, da comunidade dos seres racionais que são orientados por leis universais. A ética, a moral e a política não devem estar situadas no campo material, mas em um campo racional e não empírico, operando unicamente com leis *a priori*.

Com as balizas teóricas já antes conjecturadas na *Crítica da razão pura*, Kant busca na *Fundamentação* de 1785 qualificar o elemento moral em sua especificidade formal. Não interessa partir de quaisquer hipóteses cognoscíveis acerca do mundo circundante, pois estas estão definidas e circunscritas aos fenômenos e à experiência. Interessa partir, aqui, de noções morais comuns. A análise transcendental da ação prática procura pelos princípios puros *a priori* e não por quaisquer condições empíricas, históricas, sociológicas, psicológicas ou antropológicas dos atos morais. Só assim, para Kant, os atos morais podem ser elevados ao nível de uma razão pura prática.

O projeto proposto na *Metafísica dos Costumes* não é elaborar uma filosofia moral pura em sua totalidade, mas sim apresentar o seu princípio fundamental completamente depurado de todo elemento empírico, logo de todo conhecimento. Daí decorre que o problema central do escrito kantiano é a fundamentação de uma ética pura *a priori*. Nessa perspectiva, o que determina a volição não é exterior à própria volição. Não pode existir uma definição material, exógena, objetiva e cognoscente da qual derivem as leis morais. O bem moral é a lei, sem condicionamentos externos oferecidos pela experiência.

Essa filosofia não baseia os julgamentos finalísticos em qualquer móbil exterior e, portanto, também não nas consequências das ações. Kant adota como ponto de partida a ideia do *dever*, imposto por leis morais racionais existentes *per se*. Ele deduz seus conceitos de forma pura, extraindo princípios de princípios, em busca do ideal supremo da moralidade, que ele encontra no imperativo categórico ou lei moral universal. O imperativo categórico se impõe como necessário por ser um fim em si mesmo. Exprime-se por meio de princípios apodíticos, a saber, evidentes e autodemonstráveis. Kant sempre concebe a avaliação de máximas de conduta à luz da fórmula universal colocada pela lei que pode servir de princípio único à vontade e ao querer, lei que ele sintetiza da seguinte forma: “Devo proceder sempre de maneira que eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal” (KANT, 2009, p. 34).

Sendo incondicional, o imperativo categórico determina que façamos algo que não estava antecipadamente encerrado em nossa vontade, sempre assediada pelas inclinações que nos assaltam, oriundas da experiência junto à realidade sensível.

O modo de pensar dialético procura dissolver a cisão entre o entendimento e a razão, relacionando o aspecto teórico ao prático, elevando a novo patamar as conexões entre a ciência e a filosofia

O imperativo categórico é uma imposição do sujeito noumênico à sua dimensão fenomênica. O princípio supremo da moralidade não pode, assim, derivar das coisas, que têm valor apenas relativo. Ele só pode derivar daquilo que tenha valor em si mesmo, valor absoluto: o ser racional. Esse arrazoado conduz à segunda formulação do imperativo categórico: “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio” (KANT, 2009, p.73).

Desde logo se percebe que esse “princípio de humanidade”, que coloca o ser racional como fim supremo, não pode ser derivado da experiência porque é universal. A partir desse ponto Kant está apto a estabelecer o princípio da autonomia, expresso na fórmula “da vontade de todo o ser racional concebida como vontade legisladora universal” (KANT, 2009, p. 77). Isso significa que todas as máximas que não puderem adequar-se à lei universal devem ser rejeitadas, não pela subordinação da máxima à lei somente, mas porque a vontade é, ela própria, legisladora. Como aponta Kant em trecho paradigmático da visão iluminista, “a vontade não está pois simplesmente submetida à lei, mas sim submetida de tal maneira que tem de ser considerada também como legisladora ela mesma, e exatamente por isso e só então submetida à lei” (2009, p. 77). Em outras palavras, o humano está subordinado à lei da qual, não obstante, é autor.

Para Kant, “a vontade é uma espécie de causalidade dos seres vivos, enquanto racionais, e a liberdade seria a propriedade dessa causalidade [...]” (2009, p. 99). Sendo a liberdade um pressuposto da vontade, segue-se que ela é o princípio fundamental da vida moral. A ideia de liberdade liga-se ao conceito de autonomia; ao conceito de autonomia, por sua vez, liga-se o princípio da moralidade. A liberdade é, então, o fundamento da lei moral, sua *ratio essendi*, enquanto a lei moral permite a tomada de consciência da liberdade, constituindo-se na *ratio cognoscendi* desta última. Pensar a liberdade é o que possibilita o acesso ao mundo noumênico, permitindo ao ser humano tornar-se membro do reino dos fins.

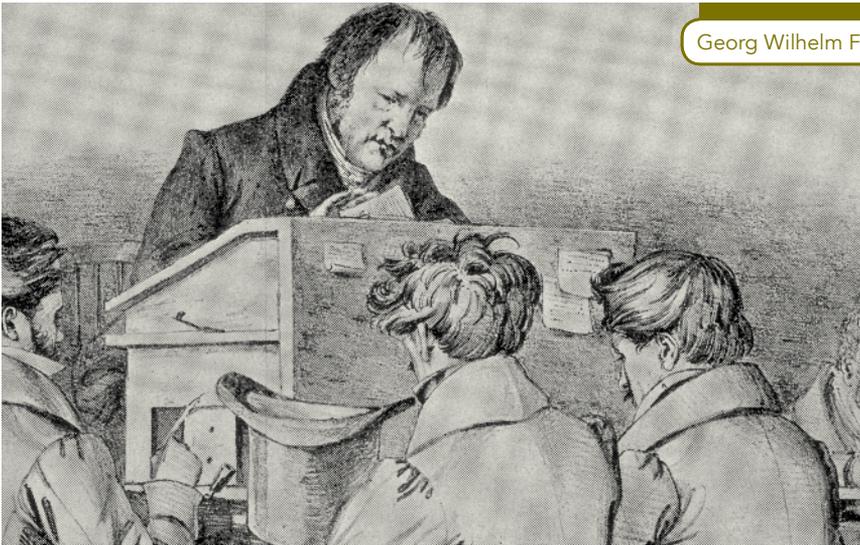
A liberdade, portanto — matéria-prima do reino dos fins —, conforma um mundo que está além da experiência possível e existe apartado do conhecimento positivo. A inteligibilidade desse mundo noumênico é um ponto de vista que a razão se vê forçada a tomar fora da ordem fenomênica para pensar a si mesma como prática. Pensar a liberdade como inteligível permite o recurso a outro tipo de legislação diferente do mecanismo empírico e científico. A razão “mostra sob o nome das ideias uma espontaneidade tão pura que por ela ultrapassa de longe tudo o que a sensibilidade pode fornecer ao entendimento” (KANT, 2009, p. 108). A liberdade é uma ideia cuja realidade não pode ser de modo algum exposta sob a forma cognoscente, empiricamente determinada. Nunca poderá ser conhecida. Pode ser apenas referenciada idealmente por seres racionais no momento de suas ações. A liberdade pode ser pensada; jamais poderá ser teorizada.

Chegamos ao limite extremo de toda a filosofia prática: a liberdade é uma ideia da razão; sua “realidade objetiva é em si duvidosa” (KANT, 2009, p. 113). Dessa maneira é possível pensar um mundo puramente inteligível como causa da vontade e pensar a vontade como livre e autônoma para agir apenas segundo as leis apriorísticas desse mundo inteligível. E é nesse ponto que uma dúvida pode se colocar: como pode uma vontade ser livre e, ao mesmo tempo, encontrar-se condicionada por leis? Ora, quanto mais se encontra uma vontade determinada pelas leis da liberdade, tanto mais ela se acha livre das contingências da necessidade natural. Essa é a verdadeira autonomia: o agir conforme leis universais constantes de um reino das finalidades. Por pertencer ao reino da razão e se orientar pelas máximas da liberdade, o ser humano afasta-se das limitações e unilateralidades colocadas por sua natureza sensível para ingressar no mundo da racionalidade, circunscrevendo-se à esfera da moralidade.

Na realidade prática do mundo ético-político, as elaborações kantianas buscam se justificar mesmo que nenhum ser humano haja conforme a ideia da virtude. Em seu formalismo abstrato, qualquer que seja o dado da realidade empírica ele jamais terá robustez suficiente para provar nada contra o pensamento que se quer puro. Nos parâmetros colocados pelo transcendentalismo, somos livres para pensar e agir contra as determinações que a realidade empírica impõe às nossas liberdades. Essa vontade livre pode se impor mesmo diante de um vírus mortífero, ainda que o conhecimento fenomênico indique a justeza das limitações colocadas pelo caráter indeclinável do combate à covid-19. Estão dadas, desse modo, as condições lógicas e metodológicas para um discurso filosófico que se satisfaz na separação entre as determinações do conhecer — esfera teórica — e da liberdade do querer — esfera prática.

7. HEGEL E A DISSOLUÇÃO DIALÉTICA DA DICOTOMIA RAZÃO-ENTENDIMENTO

Inserido no contexto intelectual em que pontificavam os desenvolvimentos teóricos de Immanuel Kant, o desafio maior que Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) se coloca é o de estabelecer como a razão, contrariando as formas da re-



Georg Wilhelm Friedrich Hegel

flexão e do entendimento, pode unificar sujeito e objeto numa única compreensão absoluta, porém sem retroagir à antiga metafísica. A questão diz respeito à formulação de um modo de pensar que sobrepuje a cisão entre seus elementos particulares, condicionados e finitos, correlacionando-os ao universal, incondicionado e infinito, possibilitando uma verdadeira unidade processual entre sujeito e objeto.

Para tanto, era preciso reconhecer que a tradição da metafísica não estava necessariamente apartada das ciências particulares, e que o filosofar podia reunificar com a força do pensamento racional o que a modernidade insistia em manter separado. O modo de pensar dialético procura dissolver a cisão entre o entendimento e a razão, relacionando o aspecto teórico ao prático, elevando a novo patamar as conexões entre a ciência e a filosofia. No que concerne à perspectiva teórica, resgataremos as formulações apresentadas na *Ciência da lógica*.

Para Hegel, em que pese Kant ter conseguido articular uma lógica transcendental que, em tese, forneceria as condições canônicas da cognoscibilidade *a priori* dos objetos pela experiência possível, ela ainda repousa na pressuposição da separação definitiva entre a forma, estabelecida pelo sujeito, e o seu conteúdo, caracterizado por sua matéria ou objeto dado na sensibilidade. A lógica da verdade transcendental, tal qual exposta na *Crítica da razão pura*, está submetida aos interesses judiciosos da faculdade do entendimento. Esta cria as condições para o afastamento tanto das coisas em si mesmas quanto das disposições essenciais da razão, posicionando ambas como *noúmenos*. O conhecimento, portanto, fica comprimido entre essas duas infinitudes ininteligíveis: por um lado, lá fora, existem as coisas como são em sua realidade mesma; por outro, dentro da estrutura transcendental subjetiva, há a razão na sua incapacidade de se tornar conhecimento positivo. Verifica-se, em ambas, a sujeição ao monopólio teórico do entendimento, que se mostra incapaz de unificar as cisões.

O entendimento, enquanto faculdade do juízo, só pode nos fornecer o que ele consegue fazer, ou seja, separar, classificar, ordenar, quantificar e categorizar o que nos é fornecido pelos fenômenos, com o auxílio indireto da razão. Por isso a lógica que emerge de sua estrutura é limitada pelos aspectos condicionados do mundo fenomênico, sendo apenas *cânone* e não *organon*. Isso a torna impotente perante 1) o conteúdo do fluxo dos objetos reais e 2) a razão incondicionada. À vista disso, Hegel afirma que, nesse caso,

o pensar não ultrapassa a si mesmo em seu receber e em seu formar da matéria, seu receber e seu acomodar-se a ela permanecem uma modificação de si mesmo; desse modo, ele não vem a ser o seu outro; e o determinar autoconsciente pertence de todo modo apenas a ele; portanto ele não consegue também em sua relação com o objeto, sair de si em direção ao objeto: este permanece, enquanto uma coisa em si, pura e simplesmente um além do pensar. (HEGEL, 2016, p. 47)

Dentro dos estritos limites do entendimento o pensar não sai em direção ao objeto, permanecendo apenas uma comutação de si consigo mesmo, havendo apenas uma troca entre os elementos *a priori*, sem nenhum acréscimo à realidade. Nessa configuração cognoscente, o resultado será tanto passivo em relação ao estreito escopo da determinação empírica quanto fechado na estrutura interna de um princípio fundamental (*Grundsatz*) como a apercepção transcendental (o “eu penso”). Entre as duas unilateralidades, a lógica da verdade transcendental só consegue reafirmar a matéria externa como algo permanentemente fora das determinações da faculdade de julgar, como coisa em si, incognoscível.

Isso ocorre, fundamentalmente, porque na separação entre o entendimento — *Verstand* — e a razão — *Vernunft* — o primeiro se comporta “como entendimento humano comum” (HEGEL, 2016, p. 48), usurpando as funções cognoscentes da segunda, rebaixando suas capacidades objetivas à condição de meras ações subjetivas de separar, classificar, catalogar etc.. Sucede como se o entendimento passasse a ser tratado como razão e a razão, pelo contrário, tratada como entendimento. Assim, o senso comum construído pela faculdade do juízo e suas reflexões faz valer sua concepção de que

a verdade repousa na realidade sensível, que os pensamentos são apenas pensamentos, no sentido de que somente a percepção sensível lhes dá teor [*Gehelt*] e realidade, que a razão na medida em que permanece em e para si, apenas gera quimeras. Nessa renúncia da razão a si mesma perde-se o conceito da verdade; a razão fica restrita a conhecer somente a verdade subjetiva, apenas o fenômeno [*Erscheinung*], apenas aquilo que não corresponde à natureza da própria coisa; o saber recaiu à opinião. (HEGEL, 2016, p.48)

Ao recolher-se à guarida da experiência sensível como condição para o co-

nhcimento teórico, a reflexão *a priori* do entendimento atribuiu ao fenômeno o que ele tem de estabilidade. Ao assim proceder, o conhecimento fenomênico das coisas apenas nos fornece uma forma sem conteúdo; a realidade mesma das coisas é incognoscível, não passa de “sombra abstrata, segregada de todo conteúdo” (HEGEL, 2016, p. 50). Desse modo, a exposição transcendental concebe toda uma estrutura intelectual que serve de meio para explicar o processo do conhecimento humano. Entretanto, todo esse aparato é incapaz de cumprir sua finalidade, qual seja o reconhecer algo de verdadeiramente objetivo, contentando-se apenas em estabelecer os limites em relação àquilo que não se adequa à sua própria estrutura subjetiva.

Paradoxalmente, estamos diante de uma teoria do conhecimento que não conhece a natureza mesma das coisas. “Se isso é absurdo, da mesma forma é absurdo um conhecimento verdadeiro que não reconheceria [*erkenntte*] o objeto tal como ele é em si”, diz Hegel (2016, p. 49). Assim, a similaridade entre sujeito e objeto foi rebaixada a uma lógica puramente formal onde as atividades puras do pensar não oferecem nenhuma determinação objetiva, manifestando-se apenas como abstração e separação definitiva entre ambos. Em nossa interpretação, esse aspecto da teoria kantiana liga-se à incapacidade de relacionar a prática do conhecimento teórico com a teoria da ação prática. Essa cisão em muito servirá aos diversos usos do negacionismo epistêmico contemporâneo.

Assim, a mesma apercepção transcendental (o “eu penso”) que deveria poder manter una e idêntica todas as representações e pensamentos no interior da consciência — tanto as formas da sensibilidade do espaço e tempo como os juízos e categorias, além das ideias da razão —, ao tentar relacioná-las no modo desse princípio fundamental (*Grundsatz*) subjetivo, acaba, paradoxalmente, por provocar o afloramento de conflitos entre a razão e o entendimento. Hegel identificava nesses conflitos as manifestações da própria razão, que, provocando o entendimento a ir além daquelas determinações subjetivas, se recusa a cumprir o papel coadjuvante e subordinado que lhe foi designado pela estrutura lógica do entendimento na esfera da teoria. Na perspectiva da dialética especulativa⁷, essa limitação e separação expõe a tentativa de submeter à razão ao simples entendimento, procurando um lugar sossegado e comum onde as relações múltiplas, o indeterminado e a realidade mutante das coisas não exerçam sua potência.

Na visão dialética de Hegel, os contrassensos, incongruências e antinomias que as faculdades subjetivas provocam no entrechoque entre si fornecem os elementos através dos quais se torna possível suprassumir (*Aufheben*) suas próprias cisões e limitações. Será, pois, a partir da “intelecção do conflito necessário das determinações do entendimento consigo mesmo” que se dará “o grande passo negativo em direção ao verdadeiro conceito da razão” (HEGEL, 2016, p. 48). A lógica do entendimento subjetivo, ao encontrar o conflito das categorias dentro de sua própria atividade, apenas reconhece sua existência necessária e estabelece um limite, não tendo a disposição de

7 “O especulativo consiste nesse dialético, tal como é aqui tomado e, por isso, na apreensão do contraposto em sua unidade ou do positivo no negativo.” (HEGEL, 2016, p. 59)

superá-lo, não conseguindo dar o último passo em direção a um pensar conceitual de completa unidade entre sujeito e objeto.

Mas a intelecção não realizada recai no equívoco de que é a razão que entra em contradição consigo; ela não reconhece que a contradição é precisamente o elevar-se da razão sobre as limitações do entendimento e o solucionar das mesmas. Em vez de dar, a partir daqui, o último passo para o alto, o conhecimento, recuando do que considera insatisfatório nas determinações do entendimento, refugia-se na existência sensível, lago de águas plácidas no qual acredita encontrar estabilidade e concordância. (HEGEL, 2016, p. 48)

Na introdução à *Ciência da lógica* a contradição aparece primeiramente como manifestação dos limites da própria analiticidade do entendimento, que é incapaz de reconhecer — embora admita sua necessidade — o papel ativo dessa mesma contradição para o processo da compreensão. Isso demonstra, na interpretação hegeliana, que as categorias transcendentais não conseguem se elevar em direção à razão conceitual, ao absoluto, lócus da indistinguibilidade entre objeto e sujeito, teoria e prática. Trata-se, portanto, de imiscuir-se no conflito das categorias kantianas, dissolvendo suas antinomias pela dialética e, partir desta, elevar-se à racionalidade especulativa, fornecendo verdadeiro conteúdo às formas lógicas do conhecimento. Pois, afinal, a própria lógica transcendental que pretendia fundamentar a síntese *a priori* da identidade entre sujeito e objeto e ser uma lógica da verdade continuava sendo apenas o puro pensar abstrato de si mesmo, não rompendo os marcos de uma estrutura subjetiva.

A profunda cisão entre o entendimento — *Verstand* — e a razão — *Vernunft* — configurou uma lógica transcendental cujas categorias e juízos são apenas formas que estão sobre as coisas em si e o indeterminado, mas não os alcançam, pois que sua matéria, objetivo último de qualquer ciência, fica sempre fora do aparato estrutural do conhecer. As unidades sintéticas do intelecto ainda continuam seguindo os preceitos clássicos, segundo os quais suas conformações são completamente esvaziadas da contraparte do conteúdo material. Desse modo, os juízos, os conceitos, as categorias e as ideias provenientes do pensar permanecem emanando em seus discursos a divisão genética entre, por um lado, o conhecimento construído na nossa estrutura subjetiva do entendimento e, por outro, a realidade dos objetos e da razão em si mesmos incognoscíveis. Os princípios do conhecimento *sintético a priori* permanecem meramente privados e abstratos em oposição à objetividade.

Em suma, apesar de feitos teóricos consideráveis, Kant não conseguiu, aos olhos do idealismo especulativo hegeliano, estabelecer uma lógica do conhecimento que sustentasse a realidade objetiva das categorias e conceitos enquanto tais, mantendo-os apenas na forma reflexiva de uma estrutura subjetiva. A estrutura do entendimento, como faculdade de julgar, apenas normaliza seus próprios limites e apresenta-os como sendo a realidade possível. Com isso, a atividade pura do pensar não

oferece nenhuma determinação objetiva, manifestando apenas julgamentos fixos de si mesma, unilaterais, operacionalizando unicamente uma analítica do condicionado, não podendo apreender verdadeiramente em suas categorias o fluxo do real, as relações entre os contrários, as composições entre a teoria e a prática, o conhecimento e a liberdade.

Para se transformar em ciência a lógica não pode ser apenas esse “esqueleto morto” (HEGEL, 2016, 56) da analítica: um corpo sem alma, uma forma sem conteúdo, como se estivesse sobre as coisas, mas não pudesse ser as coisas. Ao separar o *logos* do *ser* ocorre como se nós, enquanto inteligibilidade humana, estivéssemos sobre o mundo, mas não fôssemos o próprio mundo. É como se estivéssemos condenados a ficar eternamente fora da natureza das coisas. Diz Hegel:

Aquilo que se costuma compreender como lógica é considerado inteiramente sem levar em conta o significado metafísico. [...] Pelo contrário, a falta de conteúdo das formas lógicas está antes apenas no modo como elas são consideradas e tratadas. Na medida em que elas se separam como determinações firmes e não são mantidas juntas em unidade orgânica, elas são formas mortas e o espírito não habita nelas, espírito o qual é sua unidade concreta que vive. (HEGEL, 2016, p. 50)

Na perspectiva de uma lógica dialética e especulativa, as categorias e conceitos têm de possuir também o substancial do espírito⁸, isto é, da cultura e da história. O problema transcendental da unidade sintética do conhecimento é transferido do puro campo *a priori* e desloca-se para a vida espiritual concreta, sendo reinterpretado em suas manifestações históricas objetivas da arte, religião e filosofia. Com isso, os princípios *a priori* são redimensionados para além das estruturas subjetivas do sujeito isolado, superando suas cisões intrínsecas, passando a ser concebidos numa chave objetiva, isto é, como possuindo determinações tanto do pensamento quanto do ser.

É justamente a subsunção da ontologia pela lógica objetiva que dissolve as formulações categoriais do arcabouço subjetivo e as eleva a componentes do espírito vivo, convertendo-as em atividade teórica e conceitual existente no modo concreto da vida prática, cultural e histórica. A lógica dialética tem de ser plena de conteúdos reais. As categorias deixam de existir somente como puras formas abstratas, operacionalmente apartadas e destituídas de todo conteúdo, passando a ser categorias concretas, constituindo, na visão do idealismo objetivo, a execução qualitativa de uma cognoscibilidade ontológica.

A razão dialética (*dialektische Vernunft*), com a potência da razão especulativa (*spekulative Vernunft*), age sobre as determinações do entendimento dissolvendo suas

8 Em Hegel o conceito de “espírito” (*Geist*) assume uma conotação objetiva que contém em si as subjetividades individuais, não implicando nenhum tipo de substrato místico, mas sendo “pura atividade” do desenvolvimento lógico e histórico. Daí advêm os termos “espírito do mundo” (*Weltgeist*), “espírito do povo” (*Volkgeist*), “espírito do tempo” (*Geist der Zeit* ou *Zeitgeist*) etc. (INWOOD, 1997).

oposições e contrariando seus juízos analíticos, possibilitando um relacionar do condicionado com o incondicionado, indo além do fenômeno possível ao entendimento, perscrutando a verdadeira riqueza da natureza das coisas mesmas como pensamento concreto. Anos mais tarde, Karl Marx irá interpretar essas conclusões de Hegel e tomá-las como ponto de partida na elaboração de sua teoria político-econômica, como podemos constatar no trecho abaixo, que consta da introdução aos escritos reunidos sob o título *Para a crítica da economia política*:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método [o de Kant], a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo [o de Hegel], as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. (MARX, 1982a, p. 14)

Podemos constatar, por intermédio desse trecho, o quanto Marx é tributário da teoria do conhecimento hegeliana. Também para o autor de *O Capital* o método não paira por sobre as coisas, qual sombra abstrata, mas, ao contrário, “é a consciência sobre a forma do automovimento interior do seu conteúdo” (HEGEL, 2011, p. 33). Em outras palavras, no âmbito do pensar dialético a lógica é o próprio conteúdo. O pensar conceitual não pode ser diferente do seu objeto, e é unicamente “a dialética que ele tem nele mesmo que o move progressivamente” (HEGEL, 2016, 57).

Aquilo pelo qual o conceito mesmo se conduz adiante é o que anteriormente foi indicado como o negativo, que ele tem em si mesmo; é isso que constitui o verdadeiramente dialético. A dialética, que foi considerada como uma parte separada da lógica e em consideração à sua finalidade e ponto de vista, pode-se dizer, foi completamente ignorada, adquire, com isso, uma posição inteiramente diferente. (HEGEL, 2016, 58)

É dessa maneira que a lógica pode deixar de ser apenas uma expressão da cisão subjetiva da faculdade de julgar e adquirir substância, conteúdo real e concreto, relacionando, como atividade conceitual, a teoria e a prática.

8. A UNIDADE DIALÉTICA ENTRE O *CONHECER TEÓRICO* E O *QUERER (WOLLEN) DA LIBERDADE*

Como sabemos, Hegel especulou sobre a liberdade tanto sob o aspecto lógico-abstrato quanto sob o ponto de vista da sua realização no espírito (*Geist*) individual e histórico. No primeiro caso, a liberdade surge como conceito da *Ciência da lógica* em sua forma abstrata, antecedendo, como tal, sua exteriorização espiritual e histórica. Nesse nível abstrato, isto é, ainda separado de toda fenomenologia, como conceito

puramente lógico que se desenvolve na Ideia Absoluta, a liberdade se apresenta como incondicionada e autodeterminada. Todavia, pela operosidade própria da negatividade dialética, a liberdade precisa ser algo, isto é, necessita ter alguma determinação, pois sem isso seria um nada. Por ser um conceito uno, autossuficiente, a liberdade procura em si mesma, como negatividade, sua própria determinação. A autodeterminação do conceito de liberdade resulta, portanto, em sua plena e necessária determinação. Desse modo, a liberdade é a necessidade compreendida por si mesma. Para o filósofo dialético alemão, a liberdade não exclui a necessidade.

Desenvolveremos aqui o segundo aspecto, o da realização da liberdade no espírito (*Geist*). Nesse campo, a interpretação estabelecida desde Kant conjectura que o espírito finito percebe os objetos exteriores e interiores de modo sensível, captando-os pela intuição e representação sintéticas e organizando-os analiticamente pelo entendimento, dando-lhes formas abstratas universais. Estas seriam as determinações abstratas do intelecto que conformam o campo teórico. A partir dessa estrutura as coisas são pressupostas como externas e, portanto, autônomas (em si mesmas) ao sujeito. Ao situar o conhecimento no âmbito da experiência possível determinada pelo entendimento, orientamo-nos e nos deixamos levar pela crença nas coisas através de suas representações abstratas, julgando conhecê-las somente se formos passivos em relação às suas determinações cuja origem é exógena, limitando nossa atividade cognoscente à circunscrição do sensível, o que torna o sujeito epistêmico finito e não livre.

Para Hegel, no plano do mundo concreto, a subjetividade abstrata, ao pressupor que o objeto é a causa primeira no tempo da configuração teórica — pois que a estrutura cognoscente *a priori* só funciona a partir de uma provocação sensível externa —, leva, por outro lado, ao estabelecimento da não liberdade da apreensão subjetiva, pois “o conteúdo está dado [*gegeben*] e, no lugar da autodeterminação subjetiva, surge a mera recepção e o acolhimento do existente, tal como se encontra à nossa frente enquanto objetividade. A verdade só deve ser alcançada pela submissão da subjetividade” (HEGEL, 2001, p. 127). Portanto, na esfera do conhecimento, o sujeito teórico é limitado por causa dos objetos, das coisas, cuja autonomia em si é pressuposta como padrão exógeno. A subjetividade cognoscente cede sua liberdade à circunscrição dos objetos externos.

Já no campo prático do querer (*Wollen*) é aplicado o mesmo entendimento, mas com o sinal trocado, isto é, os fins, as intenções, os interesses e os costumes estão somente no sujeito subjetivo transcendental que pretende executá-los contra as propriedades e o ser dos objetos externos. No âmbito da vontade prática os objetos devem ser passivos à nossa atividade, isto é, devem ser removidos ou submetidos às resoluções da ação volitiva. Nesse domínio unilateral da subjetividade os sujeitos se tornam livres e os objetos não livres. Sujeito e objeto invertem seus papéis, pois

retira-se a autonomia das coisas, na medida em que o sujeito as coloca a seu serviço e as observa e manipula como úteis, isto é, como objetos que possuem seu conceito e finalidade não em si mesmos, mas no sujeito, de tal modo que

Na *Ciência da lógica*, de Hegel, liberdade e necessidade são dois momentos de uma mesma relação

sua relação e, na verdade, sua relação utilitária com fins subjetivos, constitua sua autêntica essência. (HEGEL, 2001, p. 127)

Na subjetividade prática o sujeito se quer livre. Entretanto, trata-se apenas de uma liberdade unilateral, à medida que fica prisioneiro da contradição interna entre as determinações da liberdade abstrata e os impulsos e paixões causados pelos objetos do mundo exterior. As inclinações provocadas pelas coisas, isto é, produzidas pelos fenômenos do mundo, são estranhas e ofendem o sujeito em sua busca pela autonomia subjetiva.

Na perspectiva kantiana, os aspectos teóricos e práticos encontram-se em oposição extrema, pois a separação entre razão e entendimento é sempre pressuposta como condição de possibilidade das representações transcendentais. No que respeita à teoria, o conceito está sempre fora do objeto e o objeto do conceito; no campo prático, os sujeitos só se tornam livres na medida em que afastam os objetos externos, os quais devem ser constrangidos pelas finalidades da razão. Em síntese, ou temos conhecimento e aceitamos a autonomia externa das coisas do mundo ou temos liberdade e negamos validade racional às inclinações exógenas. À teoria é permitido conhecer, mas não pensar; à prática é permitido pensar, mas não conhecer. Para as coisas do conhecimento, a ciência; para as coisas do pensamento, a metafísica.

Ao raciocínio dialético, compreendido como “ciência das relações” (ENGELS, 1979, p. 34), interessa dissolver essas cisões, expondo em conceito mais elevado a conexão entre o teórico e o prático, de modo que os verdadeiros existenciais, isto é, a realidade, seja a unificação dos dois pontos de vista, pois a consideração dialética “supera a unilateralidade de ambos, tanto no que se refere ao sujeito quanto a seu objeto e, desse modo, à finitude e não liberdade deles” (HEGEL, 2001, p.128). Aqui se faz valer o poder unificador da razão especulativa.

Nessa qualidade superior da racionalidade — em que sujeito e objeto são indivisíveis —, a compreensão do objeto, em sua parte teórica, não mais se expressa na forma de intuições singulares, separadas e existentes em si, mas como conceito de um *objeto real*, que corresponde a uma adequação entre o pensar e o pensado, unidade do pensamento subjetivo com o pensar objetivo da própria coisa, ou,

dito de outro modo, como “concordância de um conteúdo consigo mesmo” (HEGEL, 1995, p. 82). A atividade dialética dissolve as oposições do conhecer e conecta o objeto à sua realidade concreta e histórica, na qual também o sujeito se encontra inserido. O saber teórico possibilita que a íntima atividade do ânimo subjetivo se expresse na objetividade como resultado e produto prático e, ao mesmo tempo, que a objetividade se expresse na subjetividade como espírito (*Geist*) da cultura e do tempo. O objeto deve aparecer não somente como existência comum, mas, no âmbito da especulação conceitual, deve expressar a unidade da coisa objetiva com a vivacidade subjetiva, apresentando-se também como atividade prática. Como diria Marx em suas “Teses sobre Feuerbach”, “a questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática” (1982b, p.1).

Já no que diz respeito à dimensão prática (ético-política), o espírito (*Geist*) — sujeito social e histórico — passa a considerar o objeto como também possuindo dignidade. Revogam-se os fins particulares e o querer (*Wollen*) subjetivo perante ele. Ao ser reconhecido como objeto ético, político e prático, que tem expressão e possui em si mesmo conexões com o reino das finalidades, o objeto deixa de ser abstrato, não mais se relaciona apenas de maneira útil e finita com o sujeito subjetivo. À medida que a atividade do espírito, em sua autodeterminação conceitual, não percebe nada que lhe seja estranho — visto que nós, humanos, não estamos fora da natureza das coisas —, o objeto passa a ser livre em seu próprio aparecer, pois que a “liberdade só existe ali onde para mim não há nenhum Outro que não seja eu mesmo” (HEGEL, 1995, p. 80).

Temos, por conseguinte, na formulação dialética, uma relação de unidade com os objetos externos, concretos e históricos, em que a vitalidade subjetiva do “eu penso” abandona a abstração do intuir e do observar sensível e se torna *espírito objetivo*, possuindo efetividade perante os objetos. A práxis cognoscente do ser histórico-social transmuta-se, a partir de si e para si, pelo trabalho teórico, em unidade do conceito com a realidade, unificando teoria e a prática. Ao mesmo tempo, a relação não livre do sujeito prático com os objetos também desaparece, uma vez que não há mais distinção entre as intenções subjetivas, seus meios materiais e os objetos históricos externos. Na *Ciência da lógica*, liberdade e necessidade são dois momentos de uma mesma relação. Não subsiste, portanto, a relação unilateral do mero dever (*Sollen*) apenas como aplicações de imperativos subjetivos, mas como resultado da atividade unificadora do conceito teórico com a realidade, ambos plenamente realizados na composição prática do trabalho.

Ao dever (*Sollen*) é imposto perder seu caráter abstrato, subjetivo e unilateral e se adequar à realidade objetiva, mostrando sua força no que deve ser executado em termos da necessária unidade entre sujeito e objeto. O trabalho do espírito, isto é, da cultura e do tempo histórico, como consequência da operatividade unificadora da racionalidade dialética, adequa a prática e a teoria na execução das suas obras.

À medida que o conceito é o concreto, isto é, síntese de múltiplas determinações, sua realidade deve acontecer como unidade, onde as partes singulares aparecem em dinamismo e relações recíprocas. No contexto fundamental do pensar filosófico, trata-se de uma elaboração que visa superar as cisões do entendimento comum. Desvela-se uma tessitura do real onde ocorre a interpenetração integral entre fenômeno e conceito, teoria e prática, necessidade e liberdade. Nessa indissociabilidade sistêmica e, por conseguinte, lógica dos elementos cognoscentes e éticos, conceito e objeto não estão separados, mas revelam-se como um pensar que se estrutura no modo inerente da própria realidade segundo seu conceito. O objeto, para assumir a condição de verdade, deve concordar em todas as suas particularidades e aspectos com a unidade ideal. Essa adequação deve aparecer no próprio objeto enquanto síntese conceitual da diversidade das determinações.

A força espiritual da atividade prática, inerente aos indivíduos, pois que é histórica e comunitária, reside no fato de que não apenas apreendemos a nós mesmos nos objetos como pensamento concreto, mas também reconhecemos igualmente no nosso estranhamento, no sentimento e na sensibilidade, um apreender-se em seu outro, transfigurando o que é estranho em pensamento e o reconduzindo de volta a nós. Isso quer dizer que só pode haver liberdade se agirmos sobre nossas necessidades e que essas mesmas necessidades são absorvidas pelo trabalho espiritual convertendo-se no móbil da nossa verdadeira liberdade. É por isso que, como assevera Engels (1979, p. 95),

foi Hegel o primeiro que soube expor de um modo exato as relações entre a liberdade e a necessidade. Para ele, a liberdade não é outra coisa senão a convicção da necessidade. “A necessidade somente é cega enquanto não compreendida.” A liberdade não reside, pois, numa sonhada independência em relação às leis naturais, mas na consciência dessas leis e na correspondente possibilidade de projetá-las racionalmente para determinados fins.

9. CONCLUSÃO

Por mais que não possa ser considerado um autor diretamente afiliado à matriz kantiana, Agamben ainda se mostra atado a uma semântica dicotômica. Ao se comparar com a antinomia entre as liberdades individuais, de um lado, e a necessidade de regulação estatal baseada na episteme, de outro, nosso autor se rende às cisões entre entendimento e razão, conhecimento e liberdade, teoria e prática, estado de natureza e história. Esse é o verdadeiro paradoxo que ele, inadvertidamente ou não, transpõe para a reflexão sobre o mundo político e o combate ao coronavírus: que a liberdade abstrata deve aplinar as inclinações e dobramentos da realidade circundante, mesmo às custas do sacrifício da teoria e da própria história. Não será por outro motivo que encontramos no discurso de Agamben semelhanças argumentativas com a gramática do entendimento comum e da reflexão subjetiva. Não deixa de ser surpreen-

É a oposição metafísica entre liberdade e conhecimento que, levada ao extremo de sua unilateralidade, torna possível o rompimento com a realidade histórica objetiva, abrindo espaço para o descrédito do conhecimento e da própria ação prática transformadora

dente, aliás, que um autor normalmente associado a um campo bastante afeito a “desconstruções” não tenha sido capaz de desconstruir as antinomias que têm sustentado, desde sempre, o senso comum da modernidade liberal.

A reverberação discursiva do entendimento kantiano e seus influxos nas reflexões de Agamben já haviam sido apontados pelo filósofo italiano Domenico Losurdo, que, em uma de suas mais conhecidas obras, comenta a “Introdução” escrita por Agamben ao livro *Algumas reflexões sobre a filosofia do hitlerismo*, de Emmanuel Levinas. Na visão de Levinas, segundo a descreve Losurdo, o nazismo nega o “liberalismo”, a “civilização europeia” e o “espírito ocidental” através de sua “estrutura do pensamento e da verdade”. Essa perversão das tradições ocidentais teria se iniciado, no entanto, com o marxismo, que, longe de reconhecer “a liberdade absoluta, aquela que faz milagres”, afirmaria que “o ser determina a consciência” (apud Losurdo, 2018, p. 157). Ora, o que seria a “liberdade absoluta” que sustenta o “espírito ocidental” se não os ecos profundos da argumentação kantiana sobre a “liberdade incondicionada”? Só um juízo marcado pela cisão entre liberdade indeterminada e determinação histórica pode apontar uma suposta unidade entre o fascismo e o marxismo. Note-se que esta é a mesma suposição levantada, hoje, pelos arautos da pós-verdade.

Na opinião de Losurdo, as considerações de Levinas, endossadas por Agamben, são “destituídas de fundamento no plano teórico”. Suas teorizações “se movem num espaço histórico totalmente imaginário” (Losurdo, 2018, p. 159) e incorrem em “total falta de compreensão da história real” (Losurdo, 2018, p. 161). Para Losurdo, Agamben é exemplar de uma tendência do marxismo ocidental marcada pelo eurocentrismo e pela perda de quaisquer vínculos com a revolução anticolonial.

Em outro momento de sua obra o pensador marxista italiano mostra que, em Hegel, a liberdade se expressa de modo complexo na forma das relações entre

“direito negativo” e “direito positivo”, entre “liberdade formal” e “liberdade real”, sempre buscando a síntese nos “conflitos das liberdades”. O direito natural às liberdades individuais e à dignidade da pessoa humana não são advindos do *estado de natureza* anterior ao *contrato social*, tal qual sustenta o jusnaturalismo. Muito ao contrário. Tanto o que se chama de *direitos naturais* quanto a própria noção de *humanidade* resultam ambas do processo histórico e expressam, em cada época, as determinações oriundas das relações sociais e políticas. Se por um lado é verdade que hoje concebemos o ser humano como livre em si mesmo, por outro não é menos verdadeiro que só nos tornamos livres para nós próprios “apenas em um longo e complexo processo histórico” (LOSURDO, 2019, p.97).

Com essa argumentação, Losurdo nos faz ver que Hegel apontava para a ocorrência, no “plano da concreta realidade histórica, de um conflito entre esses diversos aspectos do direito e da liberdade” (2019, p. 439). Referindo-se à servidão compulsória e à escravidão do século XIX, Hegel, em polêmica com Adam Smith⁹, destaca que, na complexa realidade do mundo, um governo autoritário pode extinguir a escravidão — como foi o caso da revolução deflagrada no Haiti —, fazendo avançar a “liberdade real” mesmo contra a “liberdade formal”. Ao mesmo tempo, um governo dito “democrático” e “liberal”, com uma constituição positivada, pode manter — como nos Estados Unidos — a escravidão, fazendo valer os interesses representativos da maioria institucional formada por proprietários de escravos. Hegel critica

as tranquilas certezas de Smith, que, apesar de tudo, continua a chamar de ‘livre’ um governo que aprova a escravidão ou a servidão da gleba e de ‘despótico’ um governo que, ao contrário, embatendo-se com a resistência de organismos representativos dominados por camadas privilegiadas, suprime uma ou outra instituição. (LOSURDO, 2019, p. 439-440)

Sobre essa complexidade do conflito das liberdades que se dá na realidade histórica concreta, e que foi enfatizada no significado lógico do argumento histórico a relacionar necessidade e liberdade, conclui Losurdo:

Hegel tornou mais problemática e incerta a fronteira entre liberdade e opressão, e assim bem se compreende a obsessão, em especial por parte dos neoliberais, em confinar esse grande intérprete da liberdade, positiva e negativa, na história do totalitarismo ou, na melhor das hipóteses, da democracia totalitária. (2019, p.440)

Bem se entende por que a ruptura operada pela dialética hegeliana, quase 200 anos após a partida de seu autor, ainda não foi assimilada pelo Ocidente. Preso a velhos esquemas analíticos, incapazes de captar as conexões e transições da vida em sua complexidade, o senso comum ocidental nega-se a reconhecer que a liberdade, se

⁹ Segundo Losurdo, Hegel faz referência à obra de Adam Smith (1723-1790) *Lições de jurisprudência*, escrita entre 1762 e 1766.

compreendida como “incondicionada”, não pode ser concebida como atributo de um sujeito abstraído e isolado, pois isso sempre conduzirá a impasses.

A pressuposição de uma estrutura subjetiva que opera a separação entre liberdade e conhecimento conforma todo um campo do pensar contemporâneo. Nascida nos primórdios da modernidade e formulada de maneira paradigmática por Kant, a ruptura entre a prática e a teoria conduz diretamente ao relativismo da pós-modernidade e, como corolário, à própria pós-verdade. É a oposição metafísica entre liberdade e conhecimento que, levada ao extremo de sua unilateralidade, torna possível o rompimento com a realidade histórica objetiva, abrindo espaço para o descrédito do conhecimento e da própria ação prática transformadora. Ao negar valor de objetividade à peste em nome de uma liberdade abstrata e a-histórica, Agamben — irmanando-se a Trump e Bolsonaro em suas críticas à ciência e à ação do Estado — escancara o hiato por onde a calamidade irrompe. Assim, pelo menos como vem sendo entendida, a pós-modernidade, embora se afirme como crítica radical dos pressupostos da Ilustração, não chega a constituir autêntica superação da modernidade, sendo no máximo o seu outro lado, que se mantém atado aos mesmos pressupostos de última instância, por mais que os leia com o sinal invertido.

No contexto histórico em que vivemos, é necessário mais do que nunca insistir em uma concepção revigorada, que fuja de unilateralidades e cisões oportunistas, considerando não apenas enunciados analíticos e empírico-descritivos, métodos e técnicas, valores e normas, mas igualmente sentimentos, impulsos, memórias, inclinações, atitudes. Afinal, não existem no humano, apartadas entre si, uma particularidade que conhece, outra que pensa, uma terceira que sente e mais uma que age. Todas estas coexistem, inapelavelmente, no mesmo *ser histórico-social*. Por inusitado que pareça, o não reconhecimento do ser em sua totalidade, no quadro de uma concepção autenticamente humanista, vem acarretando impactos reais. A filosofia é mais concreta do que muitas vezes imaginamos. Visões de mundo equivocadas podem conduzir a grandes tragédias civilizatórias.

* Doutorando em Filosofia (UERJ) e professor do Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

** Doutor em Ciências da Comunicação (ECA/USP) e professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

► Texto recebido em novembro de 2020; aprovado em dezembro de 2020.

AGAMBEN, G. Biosicurezza e politica. **Quodlibet** [on-line]. 11 maggio 2020a. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-biosicurezza>. Acesso em: 22 nov. 2020.

_____. Chiarimenti. **Quodlibet** [on-line]. 17 marzo 2020b. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-chiarimenti>. Acesso em: 22 nov. 2020.

_____. Contagio. **Quodlibet** [on-line]. 11 marzo 2020c. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-contagio>. Acesso em: 26 nov. 2020.

_____. Distanziamento sociale. **Quodlibet** [on-line]. 6 aprile 2020d. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-distanziamento-sociale>. Acesso em: 26 nov. 2020.

_____. **Estado de Exceção** : Homo sacer II, I. Tradução Iraci Poleti. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. L'invenzione di un'epidemia. **Quodlibet** [on-line]. 26 febbraio 2020e. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-l-invenzione-di-un-epidemia>. Acesso em: 23 nov. 2020.

_____. Nuove riflessioni : Da un'intervista uscita oggi su un quotidiano italiano. **Quodlibet** [on-line]. 22 aprile 2020f. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-nuove-riflessioni>. Acesso em: 22 nov. 2020.

_____. Riflessioni sulla peste. **Quodlibet** [on-line]. 27 marzo 2020g. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-riflessioni-sulla-peste>. Acesso em: 26 nov. 2020.

_____. Sul tempo che viene. **Quodlibet** [on-line]. 23 novembre 2020h. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-sul-tempo-che-viene>. Acesso em: 26 nov. 2020.

_____. Sul vero e sul falso. **Quodlibet** [on-line]. 28 aprile 2020i. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-sul-vero-e-sul-falso>. Acesso em: 22 nov. 2020.

_____. Una domanda. **Quodlibet** [on-line]. 13 aprile 2020j. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-una-domanda>. Acesso em: 22 nov. 2020.

AMORIM, Felipe; TAJRA, Alex. STF dá poder a estados para atuar contra covid-19 e impõe revés a Bolsonaro. **UOL** [on-line]. 15 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/15/stf-tem-4-votos-a-favor-de-autonomia-de-governadores-durante-a-pandemia.htm>. Acesso em 27 nov. 2020.

AZEVEDO, Fábio Palácio de; LUZ, Cristiano Capovilla. Pós-verdade: estágio supremo da pós-modernidade. In: Congreso Internacional Comunicación y Filosofía, 2., 2019, Priego de Córdoba, Espanha. **Anais eletrônicos** [...]. Sevilha, Espanha: Egregius ediciones, 2019. Tema: Nuevas realidades, nuevos conceptos. p. 86-87. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1uUgmjX-ZjQa40IWL7QNQ-seIAFRQQuDw/view>. Acesso em: 10 dez. 2020.

AZEVEDO, Fábio Palácio de; LUZ, Cristiano Capovilla. **Pós-verdade: estágio supremo da pós-modernidade**. 2020. Texto completo de trabalho apresentado no II Congreso Internacional Comunicación y Filosofía. No prelo.

CAPOVILLA, Cristiano; PALÁCIO, Fábio. Acerca da justificação metaética dos juízos na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, de Kant. In: FAÇANHA, Luciano; CARVALHO, Zilmara (org.). **Rosseau, Kant & Diálogos**. São Luís: EDUFMA, 2019. p. 223-260.

DESCARTES, René. **O discurso do método**. São Paulo: Nova cultural, 1991.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Anti-Dühring: filosofia, economia política, socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRATESCHI, Yara. Agamben sendo Agamben: o filósofo e a invenção da pandemia. **Blog da Boitempo**. 12 mai. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/12/agamben-sendo-agamben-o-filosofo-e-a-invencao-da-pandemia/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Volume terzo. Edizione critica dell'Istituto Gramsci — A cura di Valentino Gerratana. 2ª ed. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977.

HEGEL, Georg W. Friedrich. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio (1830)**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Cursos de Estética I**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. **Ciência da Lógica: (excertos)**. Seleção e tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Barcarolla, 2011.

_____. **Ciência da Lógica. 1. A Doutrina do Ser**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2016.

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 5ª edição. Tradução Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2009.

LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer**. Tradução Ana Maria Chiarini e Diego Silveira Coelho Ferreira. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Hegel e a liberdade dos modernos**. Tradução Ana Maria Chiarini e Diego Silveira Coelho Ferreira. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARTINS, Ricardo. Giorgio Agamben na Cidade de Deus. **A Terra é redonda** [on-line]. 17 mai. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/giorgio-agamben-na-cidade-dedeus/>. Acesso em: 9 nov. 2020.

MARX, K. Para a crítica da economia política. In: **Os economistas: Marx**. São Paulo: Abril Cultural, 1982a. p. 1-132.

_____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K. ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. Vol. 1. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1982b. p. 1-3.

MINISTRO das Relações Exteriores afirma que coronavírus é um plano comunista. **G1** [on-line]. 22 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/22/ministro-das-relacoes-exteriores-afirma-que-coronavirus-e-um-plano-comunista.ghtml>. Acesso em 27 nov. 2020.

Tendências da dinâmica do comércio mundial pós-covid-19

Trends in post-covid-19 world trade dynamics

uallace moreira Lima*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.003>



Acevo Depositphotos

RESUMO

Um dos principais aspectos que marcou o comércio internacional foi a fragmentação da produção, a qual fez com que fosse extinta a necessidade de adquirir competência em todos os aspectos da produção de um bem e permitiu que muitos países pudessem se associar a uma rede de cooperação transfronteiriça, partilhando a produção e especializando-se em apenas uma ou algumas etapas das atividades de produção envolvidas na confecção de um bem final. Entretanto, algumas características dessa lógica, como as assimetrias entre as nações e o forte comércio intrarregional, provocaram questionamentos sobre alguns princípios que estão por trás do conceito de cadeias globais de valor, como a não necessidade de política industrial e a defesa do livre comércio. Com a atual crise mundial resultante da covid-19, algumas tendências no comércio internacional apontam para uma nova dinâmica, com a qual as políticas industriais na defesa das cadeias produtivas internas ganham cada vez mais relevância. Nesse sentido, a hipótese é a de que, além de as novas tecnológicas enfraquecerem o comércio via cadeias globais de valor, vários países teriam anunciado medidas de políticas industriais e tecnológicas para fortalecer suas estruturas produtivas internas nacionais, intensificando assim a construção de uma nova tendência da economia internacional.

Palavras-chave: Cadeias globais de valor. Covid-19. Políticas industriais.

ABSTRACT

With the rise of what was called productive globalization, one of the main aspects of international trade was the fragmentation of production, which made the need for countries and companies to acquire competence in all aspects of the production of a good and it has enabled many countries to join an international cooperation network, where countries fragment their production and specialize in only one or a few stages of production activities involved in the manufacture of a final good. However, some characteristics of this logic, such as the asymmetries between nations and the strong intra-regional trade, caused questions about some principles that are behind the concept of global value chains, such as the non-importance of industrial policy and the defense of free world trade. The current global crisis resulting from covid-19 has created some trends in international trade that point to a new dynamic, with industrial policies in defense of internal production chains are becoming increasingly relevant. Therefore, the hypothesis of this paper is that in addition to the new technologies that weaken trade via global value chains, several countries have implemented industrial and technological policy measures to strengthen their domestic internal productive structures, thus intensifying the construction of a scenario for a new trend in the international economy.

Keywords: Global value chains. Covid-19. Industrial policies.

1. INTRODUÇÃO

A economia mundial experimentou nas três últimas décadas um intenso processo de globalização, marcado por modificação de paradigma do sistema produtivo internacional. Particularmente, do ponto de vista da dinâmica produtiva e do comércio internacional, o sistema produtivo tradicional, com uma ampla gama de indústrias, deixou de ser restrito ao âmbito nacional para estar cada vez mais envolvido em uma rede de negócios de caráter fragmentado entre empresas e disperso entre países em escala regional e global, conforme a tendência de desverticalização (*outsourcing*) e deslocalização (*offshoring*) produtiva sob o comando das transnacionais. Estas fatiam a manufatura desde a concepção do produto, passando por insumos e componentes, até o consumo final, com as etapas intermediárias ocupando mais de dois terços do comércio internacional e passando a ser mais importantes do que a etapa final do processo produtivo. Esse processo ficou conhecido como cadeias globais de valor (CGVs).

Estevadeordal, Suominen e Blyde (2012), Baldwin e Robert-Nicoud (2004; 2010) e Lima (2017a) afirmam que um dos principais aspectos das CGVs é a fragmentação da produção, a qual faz com que seja extinta a necessidade de adquirir competência em todos os aspectos da produção de um bem e permite que os países em desenvolvimento possam se associar a uma rede de cooperação transfronteiriça, partilhando a produção e especializando-se em apenas uma ou algumas etapas das atividades de produção envolvidas na confecção de um bem final. Esse tipo de especialização, segundo os autores, permitiria que os países em desenvolvimento participassem de uma nova estratégia de divisão internacional do trabalho.

Diante dessas transformações, muitos autores se apressaram em afirmar que política industrial não fazia mais sentido nenhum. Por exemplo, de acordo com Wade (2015), Gary Becker afirmou que a melhor política industrial é não ter nenhuma política industrial. John Williamson, cristizador do Consenso de Washington, afirmou que existem poucos registros da política industrial ao longo da história que sugerem que o Estado é muito bom em escolher setores vencedores. Lawrence Summers, ex-economista-chefe do Banco Mundial e professor em Harvard, afirmou que o governo e a política industrial se constituem em “um capital de risco de baixa qualidade”.

A problemática dessa narrativa reside no fato de que vários estudos mostram que o processo de distribuição das CGVs tem se constituído de forma assimétrica, com algumas regiões avançando substancialmente em sua inserção no comércio mundial via CGVs, como é o caso dos países da região da Ásia, Europa e América do Norte, enquanto outros países de regiões como África e América Latina ficam à margem desse processo, como é o caso do Brasil.

Qual a origem dessas assimetrias de industrialização e inserção nas CGVs? Uma análise mais criteriosa das trajetórias de desenvolvimento dos países da Ásia e de países centrais mostra que a política industrial se faz presente nesses países, con-

tribuindo para a forma diferenciada de inserção internacional, na medida em que essas políticas promoveram um profundo *upgrading* nas suas estruturas produtivas nacionais, refletindo-se em sua inserção internacional mais competitiva.

O comércio via cadeias globais de valor, para muitos estudos, tem apresentado um relativo arrefecimento, que pode indicar uma nova dinâmica do comércio mundial. Em estudos recentes, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem observado evidências de que a fragmentação internacional da produção tem perdido impulso, principalmente em decorrência do crescimento da importância das tecnologias da Quarta Revolução Industrial (como TI, robótica, inteligência artificial, automação, 3D e digitalização), com possível e significativo redesenho das características da economia global e impactos disruptivos nas cadeias globais de valor (OCDE, 2017). Tudo indica que a crise desencadeada pela covid-19 tem acentuado esse movimento de necessidade de fortalecimento de estruturas produtivas internas no mundo.

A partir desse cenário, a problemática levantada pelo presente artigo é identificar se estamos diante de uma nova configuração do comércio internacional. Para responder a essa questão, é relevante entender a lógica do comércio das cadeias globais de valor e suas contradições e verificar se no cenário atual há elementos de crise dessa dinâmica de fragmentação e o surgimento de uma nova forma de organização do comércio. A hipótese é a de que, além das novas tecnológicas enfraquecerem o comércio via cadeias globais de valor, vários países teriam implementado medidas de políticas industriais e tecnológicas para fortalecer suas estruturas produtivas internas nacionais, intensificando assim a construção de uma nova tendência da economia internacional, pela qual o fortalecimento das cadeias produtivas internas se torna essencial como mecanismo de garantia da soberania nacional, particularmente considerando os conflitos geopolíticos que se acentuaram com a crise provocada pela covid-19.

Além desta introdução, o artigo é composto de mais quatro seções. Na seção 2, apresentam-se algumas características da dinâmica das cadeias globais de valor. Na seção 3, discutem-se duas evidências do comércio pela lógica das cadeias globais de valor: as assimetrias entre os países e o predomínio do comércio intrarregional. Na seção 4, faz-se um debate sobre indícios de um enfraquecimento das cadeias globais de valor anterior à crise causada pela covid-19. Na seção 5, identificamos alguns dos impactos dessa crise sobre o comércio mundial, o que aponta para uma nova tendência. Por fim, na conclusão, algumas breves reflexões sobre as janelas de oportunidades que a crise atual oferece, particularmente considerando a relevância do papel da política industrial.

2. A DINÂMICA DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR (CGVS)

A literatura traz muitas designações diferentes para o termo *fragmentação*, processo que já acontece desde os anos 1980. Feenstra (1998) refere-se ao processo

de fragmentação como desintegração da produção. Hummels, Ishii e Yi (2001) falam em especialização vertical da produção. Baldwin (2013) relaciona a desagregação ao processo histórico de desmembramento da produção (*unbundling*) e faz um *link* da primeira separação da produção com a segunda, mostrando que a desagregação não é um fenômeno novo. Baldwin (2013) destaca que, em meados do século XIX, o impacto da aplicação do vapor nos meios de transporte (surgimento da locomotiva e navio a vapor e das ferrovias) provocou uma revolução na produção ao separar geograficamente o consumo da produção. A separação foi lucrativa por causa dos ganhos com as economias de escala e com a vantagem comparativa. Ele referiu-se a esse momento histórico como *first unbundling*. O segundo momento histórico da desagregação (*second unbundling*) ocorre a partir da década de 1980 e diz respeito à revolução das TICs (tecnologias de informação e comunicação, espécie de interação tecnológica entre computadores, telecomunicação e *softwares*). A revolução nos meios de comunicação e informação impactou o espaço enquanto distância (e conseqüentemente o tempo) porque quebrou a barreira da distância com a possibilidade de coordenação. Ou seja, as etapas de produção anteriormente realizadas dentro da empresa ou na sua vizinhança podiam agora ser dispersas geograficamente, na medida em que as TICs permitiam a coordenação das atividades produtivas a distância.

A separação da produção agora era lucrativa porque havia grandes diferenças de salários entre o Norte e o Sul, e essas diferenças salariais poderiam ser exploradas pelas empresas multinacionais (BALDWIN, 2013). Feenstra (1998) acrescenta que o mundo se tornou mais integrado e que a integração atual não tem comparação na história. Para o autor, a intensificação da integração do comércio veio acompanhada da desintegração da produção entre diversas empresas e entre diferentes países. As firmas transnacionais líderes no processo produtivo entenderam que neste estágio do capitalismo podem lucrar mais transferindo tarefas produtivas para outras empresas e outros países, de modo que podem distribuir a produção entre o seu mercado e os mercados dos países periféricos.

Segundo Baldwin e Robert-Nicoud (2004; 2010), a fragmentação é marcada pela separação geográfica de atividades envolvidas na produção de um bem ou um serviço, com dois ou mais países participando desse processo. Com isso, a organização internacional da produção aumentou substancialmente as interdependências entre as economias em escala mundial, com o comércio apresentando um crescimento constante em suas relações, via insumos e serviços intermediários da produção.

Esse processo de expansão da produção internacional passou a ser mais conhecido na literatura como cadeias globais de valor (CGVs). Vários estudos¹ mostram que a ideia de cadeias globais de valor está relacionada a cadeias de fornecedores, aos processos de fragmentação da produção, a uma estratégia de especialização vertical, produção em multiestágios, subcontratação, realocação, *offshoring* e *outsourcing*. O conceito de CGVs também implica a estratégia de as empresas fragmentarem seus

1 Ver: BALDWIN e ROBERT-NICOUD (2004; 2010); JONES e KIERZKOWSKI (1990); GROSSMAN e ROSSIHANSBERG (2008); OCDE (2013).

A ideia de cadeias globais de valor está relacionada a cadeias de fornecedores, aos processos de fragmentação da produção, a uma estratégia de especialização vertical, produção em multiestágios, subcontratação, realocação, *offshoring* e *outsourcing*

processos de produção e alocarem suas atividades produtivas em vários países e regiões, formando com isso cadeias globais de valor que recriam a divisão internacional do trabalho na economia mundial. Nesse processo, aumentam os fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE), inserindo novas regiões nos mercados internacionais e estimulando o setor de serviços, particularmente os relacionados às indústrias de transformação, que vão ganhando maior espaço na economia mundial.

Segundo Sturgeon et al. (2013) e Baldwin e Robert-Nicoud (2004; 2010), os países em desenvolvimento podem se beneficiar muito com a reestruturação da produção via CGVs na medida em que o comércio, os investimentos e os fluxos de conhecimento que sustentam as CGVs fornecem mecanismos que estimulam o rápido aprendizado, a inovação e o *upgrading* na estrutura industrial dos países. Os autores afirmam que as CGVs podem propiciar às empresas locais melhor acesso à informação, inserção em novos mercados com demandas mais sofisticadas e criar oportunidades para a rápida aprendizagem tecnológica e a aquisição de conhecimentos. Além do mais, em geral, as transações e investimentos relacionados às CGVs vêm acompanhados de sistemas de controle de qualidade e de padrões de negócios globais dominantes, fazendo com que as empresas e indivíduos desses países sintam-se pressionados a adquirir novas competências e habilidades por meio da participação em CGVs.

Nesse debate fica claro que a fragmentação é parte das CGVs, mas este é um fenômeno mais abrangente. Enquanto a fragmentação é uma categoria anterior, que envolve a dispersão da cadeia de produção entre as fronteiras nacionais e a desverticalização da produção de uma empresa, as CGVs são uma categoria posterior, pois acrescenta à dimensão da fragmentação a ideia de comando e coordenação da cadeia, isto é, adiciona a estrutura de governança. Essa governança é exercida pelas empresas de alcance internacional que coordenam as atividades produtivas. Portanto, de forma resumida, o conceito de fragmentação envolve a produção de bens e serviços por diversas empresas em diferentes países. Essas empresas adquirem insumos e compo-

mentes que atravessam as fronteiras nacionais até a produção de um bem final. Já a CGV pode ser entendida como uma cadeia de produção fragmentada gerida por uma estrutura de governança. Logo, a CGV é uma abordagem conceitual ampliada da fragmentação produtiva, em razão de abarcar o complexo de relações e interações entre as empresas participantes que formam a estrutura de governança. E é essa governança que determina a organização e a lógica de funcionamento da cadeia de valor (FEENSTRA, 1998; LIMA, 2017a; CARNEIRO, 2017).

Assim, pela fragmentação via CGVs, as empresas-líderes transnacionais controlam e coordenam o sistema de produção mundial de um amplo conjunto de bens e serviços em diversas indústrias. O papel de liderar a cadeia por via da governança tem o objetivo de capturar a maior parte do valor adicionado gerado na produção. Isso implica que a estrutura de governança obedece a uma determinada hierarquia, formada a partir das posições que as empresas ocupam na cadeia de valor. A depender dessas posições, as empresas podem influenciar mais ou menos a organização da cadeia e capturar o valor correspondente à sua posição.

Por exemplo, as empresas que lideram os elos mais elevados ou mais nobres da cadeia, ou que neles ocupam posições, capturam maior valor adicionado, enquanto as empresas que ocupam os elos mais baixos ou menos nobres da cadeia apropriam-se de menor valor adicionado. Nos elos mais elevados situam-se as empresas que possuem marcas de alcance mundial, as que têm ativos específicos e estratégicos e as que detêm competências tecnológicas singulares e difíceis de replicar. Em razão disso, comandam o funcionamento, estabelecem as regras contratuais e os padrões de qualidade etc. e, conseqüentemente, apropriam-se do maior valor criado na cadeia produtiva. Por outro lado, as empresas sem essas qualificações ocupam posições subalternas e facilmente substituíveis e, geralmente, estão concentradas em países periféricos (GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005).

3. EVIDÊNCIAS DO COMÉRCIO PELA LÓGICA DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

Um dos princípios da dinâmica do comércio internacional via cadeias globais de valor reside na crença de que ela proporcionaria um equilíbrio maior na divisão internacional do trabalho, ou seja, seria uma relação mais simétrica entre as nações na economia internacional, pois a fragmentação proporcionaria uma lógica de comércio em função da qual nenhum país teria a necessidade de adquirir competência em todos os aspectos da produção de um bem e que permitiria aos países em desenvolvimento se associar a uma rede de cooperação transfronteiriça, partilhando a produção e especializando-se em apenas uma ou algumas etapas das atividades de produção envolvidas na confecção de um bem final.

Entretanto, duas evidências empíricas mostram algumas problemáticas dessa narrativa: a) primeiro, o processo de distribuição das CGVs tem se constituído de forma assimétrica, com algumas regiões apresentando ganhos com sua inserção no

comércio mundial via CGVs, enquanto outros países e regiões ficam à margem desse processo; b) segundo, predomina uma lógica de comércio intrarregional, contrário aos princípios de livre comércio e abertura para novas relações comerciais.

Em relação à problemática dos desequilíbrios nas formas de inserção dos países nas cadeias globais de valor, Estevadeordal, Suominen e Blyde (2012), assim como um estudo da OCDE mostram que a reestruturação da produção via CGVs tem se constituído de forma assimétrica, com algumas regiões avançando substancialmente em sua inserção no comércio mundial, como é o caso dos países da região da Ásia, Europa e América do Norte, enquanto outros países de regiões como África e América Latina ficam à margem desse processo, como é o caso do Brasil. No caso do Brasil, por exemplo, os indicadores do estudo da OCDE deixam nítido que a economia brasileira ficou à margem do processo de reestruturação das cadeias globais de valor, apresentando baixa integração da sua cadeia produtiva nas CGVs (OECD, 2013).

A nova configuração do comércio exige das instituições internacionais a produção de novos indicadores e medidas que fossem mais aptos para identificar quais países e regiões estão mais envolvidos nas CGVs. O melhor exemplo disso é a base de dados conhecida como TiVA, produzida pela OCDE², a qual fornece *insights* sobre redes de produção globais e cadeias de suprimentos. Entretanto, por exemplo, se esses novos indicadores mostram assimetria entre os países, não deixam em evidência os motivos de predominarem inserções diferenciadas entre os países da região asiática quando comparados com a América Latina, nem como isso pode ter impactado no processo de crescimento diferenciado dessas regiões. Para Estevadeordal, Suominen e Blyde (2012) e Koopman et al. (2011), essa diferença de participação nas CGVs pode estar relacionada, entre outras coisas, à força da aproximação dos países aos grandes mercados regionais, assim como pode ser resultado de políticas industriais.

Para Carneiro (2007), por exemplo, a prevalência da globalização produtiva na Ásia em desenvolvimento e o predomínio da globalização financeira na América Latina explicam as diferenças de trajetória entre as regiões. Em sentido convergente com este último argumento, muitos analistas defendem a tese de que o sucesso do Leste e Sudeste Asiático tem a ver com a forte intervenção governamental com políticas industriais orientadas para setores estratégicos, como afirma Lima (2017b).

Segundo alguns autores, para países periféricos a inserção nas cadeias globais de valor pode resultar em maiores problemáticas do que benefícios. Por exemplo, Gibbon, Bair e Ponte (2008) afirmam que, por um lado, a atividade econômica nos países desenvolvidos se concentra em etapas que adicionam mais valor, como: concepção e desenvolvimento de produtos; financiamento da produção e do consumo; comercialização; e serviços de prestação de comunicações globais. Por outro lado, os países periféricos estão cada vez mais dedicados à produção *per se* via *offshoring* e à provisão de alguns serviços relacionados à fabricação, os quais agregam baixo valor às cadeias,

2 O banco de dados Trade in Value Added (TiVA) é uma coleção de medidas que podem fornecer *insights* sobre redes de produção globais e cadeias de suprimentos além do que é possível com estatísticas de comércio convencionais (OECD.STAT, 2020).

sendo que algumas economias permanecem dominadas pela agricultura e atividades extrativistas. Isso aponta para o fato de que a lógica do comércio via princípios das CGVs mantém as assimetrias entre as nações, deixando em evidência que o processo simples de abertura econômica não é o caminho mais viável para que as economias periféricas logrem o *upgrading* industrial e com isso ocupem uma posição mais competitiva nas redes fragmentadas da produção mundial (GIBBON; BAIR; PONTE, 2008).

Esse processo assimétrico do comércio internacional tem relação com a distribuição de riscos e oportunidades, pois isso está estritamente relacionado ao posicionamento de uma empresa ou país dentro de uma cadeia de valor. Assim como a natureza dessa cadeia, para economias mais pobres a produção em cadeias tem um potencial ainda maior de afetar seus gerenciamentos de riscos, principalmente considerando a posição de países subordinados na cadeia produtiva que essas economias assumem, que as tornam submissas às ações das empresas-líderes que definem os requisitos e padrões de desempenho, assim como a condição de entrada e mobilidade dentro das CGVs. Esse ambiente reduz o potencial de mitigar crises via políticas protecionistas, ou seja, agrava as condições de vulnerabilidade externa dos países periféricos (GIBBON; BAIR; PONTE, 2008; GEREFFI; LUO, 2014; GEREFFI, 2014).

Para Pinto, Fiani e Corrêa (2015), cada etapa da cadeia global de valor apresenta diferentes intensidades de fatores e tecnologia, como também diferentes capacidades de geração de valor, de transbordamento sobre os outros setores e de impactos sobre a balança comercial. Com isso, as atividades internalizadas pelas firmas terão influência significativa sobre seu desempenho de longo prazo e também sobre o dinamismo econômico dos países que as sediam, o que se torna uma das origens das diferenças de inserção nas CGVs.

Esses princípios, para os autores, deixam nítidas as assimetrias nas condições de inserção dos países nas cadeias globais, dado que, em termos de criação de valor, as atividades que geram maior valor agregado (VA) são normalmente aquelas mais intensivas em conhecimento e tecnologia e que, em contrapartida, tendem a gerar menos empregos, embora de maior qualificação. Já nas atividades intensivas em trabalho, a criação de empregos é certamente superior; contudo, com predominância de baixa qualificação nos postos de trabalho gerados. Ou seja, isso mostra que uma estratégia consistente de desenvolvimento deve distinguir o efeito da inserção nas CGVs em termos não apenas de quantidade, mas também de qualidade dos empregos gerados na economia.

A outra problemática que ficou em evidência com as cadeias globais de valor é o fato de que o comércio tem se tornado cada vez mais intrarregional, fragilizando assim o princípio de que o comércio tem um caráter mais global, com o predomínio do livre comércio beneficiando de forma mais equitativa todas as nações. Esse fato é empiricamente comprovado em *World trade statistical review*, da Organização Mundial do Comércio (OMC), onde se afirma que o comércio internacional é predominantemente intrarregional, ou seja, as principais relações comerciais acontecem entre os países da



Várias são as explicações para o predomínio do comércio intrarregional, mas claramente essa lógica implica contradições dos princípios do comércio via cadeias globais de valor

mesma região e/ou blocos econômicos (WTO, 2019). De acordo com esse relatório, em 2017, 70% do comércio da União Europeia³ era feito entre os próprios países da região. Na Asean, esse indicador era de 67%; no Nafta, de 50%; e no Mercosul, de 20%.

Várias são as explicações para o predomínio do comércio intrarregional, mas claramente essa lógica implica contradições dos princípios do comércio via cadeias globais de valor, principalmente por se acreditar que uma das suas principais decorrências seria o aprofundamento das relações comerciais entre as nações da economia global, e não apenas regional.

Thorstensen, Ferraz e Gutierre (2014) mostram que a aproximação geográfica importa para as CGVs, pois a distância é uma variável considerável para o processo de integração na fragmentação internacional da produção e nas cadeias globais de valor. As CGVs têm em sua dinâmica desafios e riscos, tais como: maior integração e maior desagregação; maior interdependência entre as empresas e entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento; um repensar sobre as políticas desenvolvidas pelos governos, particularmente das nações marginalizadas do processo de integração às redes de produção global, como as da região da África e da América Latina e Caribe, cujos desafios aparentam ser ainda maiores em razão do fator regional, que parece se apresentar como uma grande barreira, impedindo-os de realizar uma integração mais profunda com os grandes blocos regionais que comandam as CGVs.

Uma variável importante para entender as assimetrias é que as CGVs estão associadas à trajetória dos grandes fluxos de comércio de valor agregado que dominam a economia mundial e ocorrem no entorno das principais economias, que são os *hubs* regionais como EUA, Alemanha e Japão. Por exemplo, Baldwin (2020) mostra que o

3 A União Europeia (UE) é composta por 27 Estados-membros independentes situados principalmente na Europa; a Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático) é uma organização intergovernamental regional com dez países do Sudeste Asiático; o Nafta (North American Free Trade Agreement, ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) envolve Canadá, México e Estados Unidos; o Mercosul (Mercado Comum do Sul) atualmente é composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; mais tarde, a Venezuela foi incorporada, mas no momento se encontra suspensa.

Japão continua a ser um ator importante nas cadeias globais e regionais de valor, mas fica claro que no período recente a China ocupou na região da Ásia o papel principal na cadeia de suprimentos da produção regional, juntamente com a Alemanha na Europa e EUA na América do Norte.

No caso da China e das suas relações comerciais com a Ásia, os dados mais recentes apontam para um fortalecimento do comércio intrarregional, já que a Asean se torna o principal parceiro comercial da China. O total de importações e exportações da China com os dez países-membros da associação aumentou 2% entre janeiro e junho de 2020, para US\$ 297,8 bilhões. O bloco representou 14,7% do comércio total da China no período, ante 14% em 2019. A União Europeia, que anteriormente era o maior parceiro comercial da China, reduziu o comércio total com a China em 5% em 2020, para US \$ 284,1 bilhões. Os EUA, terceiros no *ranking*, sofreram uma queda de 10% em meio à deterioração dos laços bilaterais. A UE e os EUA representaram 14% e 11,5% do comércio total da China no primeiro semestre, respectivamente (HARADA, 2020). Além do crescimento do comércio entre os países da Ásia, com a liderança da China, o investimento chinês também se amplia na Asean, fortalecendo o comércio intrarregional (SIWEI; JIA, 2020).

Em meio aos boicotes cada vez mais rigorosos sobre acordos de aquisição de alta tecnologia por reguladores europeus e estadunidenses, as empresas chinesas estão recorrendo a países da Iniciativa do Cinturão e Rota para aquisições internacionais. De acordo com Alan Wang, sócio do escritório de advocacia Freshfields Bruckhaus Deringer, os acordos internacionais na Europa e nos EUA com empresas chinesas diminuíram no primeiro semestre de 2020, enquanto o investimento nos países do Sudeste Asiático aumentou. Os investidores chineses fizeram investimentos diretos produtivos em 159 países e regiões, totalizando US\$ 51,5 bilhões no primeiro semestre de 2020, uma queda de 0,7% em relação ao ano anterior, segundo dados do Ministério do Comércio. Por outro lado, o investimento em países e regiões na Iniciativa do Cinturão e Rota da Ásia aumentou quase 20%, para US\$ 8,12 bilhões. A iniciativa é uma estratégia global de desenvolvimento de infraestrutura adotada pela China em 2013 para investir em quase 70 países e organizações internacionais. Os investimentos no primeiro semestre nos dez integrantes da Asean cresceram 53,1%, para US\$ 6,23 bilhões (SIWEI; JIA, 2020).

Esse fato reforça a dinâmica marcadamente regional das cadeias globais de valor. Baldwin (2013) reconhece que as cadeias de fornecimento globais não são globais, mas sim fortemente regionais. Ele denominou esses blocos regionais de *Factory North America*, *Factory Europe* e *Factory Asia*. Na primeira, o país *hub* são os EUA, que por intermédio de suas empresas governam as redes de cadeias industriais, muitas delas terceirizadas para o México e Canadá. A *Factory Europe* tem como *hub* a Alemanha, que terceiriza a produção para os países pobres de boa parte do Leste Europeu. A *Factory Asia* é governada pelas empresas japonesas de tecnologia, que se espalharam em forma de rede de produção pelo Leste e Sudeste da Ásia, mas com a China assu-

mindando maior papel de protagonismo na região na rede intrarregional de produção e de comércio da Ásia (BALDWIN, 2013; GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005).

A lógica do comércio intrarregional pode ser uma condição vantajosa para integração de determinados países, mas pode ser também uma grande barreira à inserção e *upgrading* nas cadeias globais para outros países, pois a situação regional limita quem participa das redes produtivas em torno das empresas-líderes pertencentes aos países *hubs*, ou seja, as empresas-líderes dos países centrais que governam as cadeias globais tendem a terceirizar as etapas de produção para os demais países situados no entorno dos *hubs*, fortalecendo as relações intrarregionais. Os fatores que propiciam a aproximação regional vão desde as economias de escala, passando pela complementaridade industrial, a facilidade de coordenação da produção e o tamanho de mercado, até as semelhanças culturais.

Os indicadores parecem apontar, portanto, para o fato de que as duas características, abordadas aqui, que têm marcado o comércio internacional — assimetrias entre as nações e predomínio do comércio intrarregional — têm relações muito estreitas, pois, para que o comércio intrarregional aconteça, os países precisam pertencer ao entorno de um país central, com suas empresas transnacionais que exportam e importam peças e partes de bens intermediários, estabelecendo negociações. Se considerarmos os indicadores, identificamos que os países que mais lograram benefícios com a inserção nas CGVs foram justamente os países que pertencem às regiões que apresentam maior percentual de comércio intrarregional, como Ásia e Europa, assim como os EUA. Por outro lado, predomina um menor envolvimento da América Latina, onde os países apresentam baixa participação do comércio intrarregional, consolidando sua posição marginal nas CGVs.

Gereffi (1999) afirma que o comércio dentro das regiões envolve a mudança dos fluxos comerciais bilaterais, assimétricos e inter-regionais para uma divisão intrarregional mais desenvolvida do trabalho, incorporando todas as fases da cadeia de *commodities* a partir do fornecimento de matérias-primas, através da produção, distribuição e consumo. Essa característica acaba beneficiando os países das próprias regiões e pode estar associada às estruturas produtivas mais avançadas de cada país; ou seja, a Ásia e a União Europeia, por terem estruturas produtivas mais avançadas, densas, diversificadas e inseridas em níveis tecnológicos mais elevados, têm maior facilidade de aprofundar as relações comerciais entre os próprios países, enquanto as nações periféricas, com estruturas produtivas mais frágeis, tendem a não ter condições de fomentar o comércio intrarregional (GEREFFI, 1999, p. 51-52).

Independentemente dos motivos e razões que levam a persistir a relação assimétrica entre as nações e o predomínio do comércio intrarregional, esses acontecimentos deixam em evidência que a crença de que o princípio das cadeias globais de valor mudaria a dinâmica da economia internacional, beneficiando de forma mais equitativa todas as nações, parece ser uma crença exagerada e que pode ser um dos motivos que proporcionaram os questionamentos sobre a relevância de aderir à lógica de fragmentação produtiva.

4. INDÍCIOS DO ENFRAQUECIMENTO DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR ANTERIOR À CRISE GERADA PELA COVID-19

A crise de 2008-2009 na economia mundial levou muitos países a adotarem medidas de conteúdo local com a finalidade de fortalecer seu mercado interno para superar a crise econômica. Após a crise, um caso emblemático de discurso contrário à globalização foi de Donald Trump, em sua campanha eleitoral nos EUA em 2016, com a promessa de obrigar as empresas estadunidenses a voltarem para os EUA, estimulando a geração de empregos no país. Esse discurso “nacionalista” se dá em um novo ambiente da organização mundial da produção, no contexto das discussões sobre as cadeias globais de valor. O Peterson Institute for International Economics (PIIE) registrou um grande aumento de políticas domésticas industriais e de medidas de conteúdo local depois da crise financeira internacional de 2008 (HUFBAUER et al., 2013; STONE; MESSENT; FLAIG, 2015). O surgimento dessas medidas já apontava para o questionamento sobre a dinâmica do comércio internacional com o predomínio da fragmentação produtiva, principalmente pelo discurso nacionalista de defesa dos interesses nacionais, em particular para a recuperação do emprego.

Analistas como Cattaneo, Gereffi e Staritz (2010) afirmavam que era muito precipitado acreditar em um rompimento com o processo de globalização e o das CGVs, pois ambos continuam e continuarão a existir depois da crise e se estruturariam ainda mais. Para esses autores, a crise econômica e financeira de 2008-09 não foi capaz de reverter a tendência do fenômeno da globalização. As CGVs mostraram-se resilientes e emergiram como uma característica estrutural de longo prazo da economia mundial.

Entretanto, mudanças importantes na produção e na demanda global ocorreram e a crise acelerou as tendências preexistentes. Essa dinâmica de mudanças é observada pela OCDE, que em estudos recentes tem observado evidências de que a fragmentação internacional da produção tem perdido impulso, principalmente em decorrência do crescimento da importância das tecnologias da Quarta Revolução Industrial (como, por exemplo, TI, robótica, inteligência artificial, automação, 3D e digitalização), com possível e significativo redesenho das características da economia global e impactos disruptivos nas cadeias globais de valor (OECD, 2017).

Canuto (2017) afirma que em período recente a economia internacional estava dando sinais de desaceleração da produção e comercialização pelas CGVs. O curioso é que, segundo o autor, esse acontecimento se dá pelos mesmos motivos que promoveram a ascensão dessa forma de divisão internacional do trabalho, isto é, os mesmos progressos tecnológicos que promoveram a ascensão dessa forma de divisão internacional do trabalho podem também ser considerados os responsáveis por promover a sua desaceleração. Por exemplo, de acordo com o autor, as vantagens locais baseadas nas vantagens de custos que combinaram salários mais baixos dos países em desenvolvimento ao uso de tecnologias avançadas que foram essenciais para promover a fragmentação vertical da produção, com as reduções das

barreiras comerciais, agora dão lugar à disponibilidade local de ativos intangíveis complementares, com os requisitos locais de infraestrutura, treinamento trabalhista e solidez de ambientes de negócio abrindo espaço para a horizontalização da produção, pois o princípio da personalização dos produtos vem aumentando a relevância da proximidade com os mercados em relação aos custos de produção com o trabalho.

Outro motivo apontado por Canuto (2017) para o enfraquecimento do comércio é a dinâmica da China, principalmente considerando o seu peso na economia mundial e sua tendência recente à substituição de importações. Uma das principais estratégias da China para se fortalecer no comércio mundial é associar suas altas taxas de crescimento econômico com estruturas produtivas mais densas e diversificadas, com políticas de promoção e reestruturação da sua produção que apontam a transição para um modelo de crescimento menos dependente do investimento e da exportação e mais baseado no consumo, com a finalidade de consolidar a sua inserção nas CGVs e subir a estágios das cadeias que agreguem mais valor, principalmente fortalecendo suas relações intrarregionais.

Essa estratégia da China está vinculada ao que se convencionou chamar de “Silk Road”, que vai além de um mecanismo de promover maior integração entre seus principais parceiros comerciais, pois também envolve uma lógica promovida pela China de condicionar o desempenho dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento, integrando atividades de mais alto valor agregado na cadeia, com a China permitindo que atividades de fabricação de mão de obra com baixa intensidade aconteçam em outros países, podendo abrir oportunidades para países atualmente dotados de mão de obra barata e abundante. Isso acaba resultando em uma redução do volume de comércio global e, ao mesmo tempo, fortalecendo a lógica assimétrica da economia internacional, como já apontado anteriormente.

Outra dimensão que Canuto (2017) aponta como motivo para a redução do comércio mundial pela lógica das cadeias globais de valor são as mudanças tecnológicas nas áreas de inteligência artificial e robótica, associadas a uma maior elasticidade-renda da demanda por serviços sofisticados nas economias avançadas, que estão promovendo uma onda de “desmaterialização” da demanda por produtos padronizados, já que o uso de menores quantidades de materiais na provisão de bens sugere uma reversão parcial do *offshoring*, um crescimento mais lento para as exportações típicas e uma remodelação das CGVs.

Timmer et al. (2016) também identificaram uma tendência de desaceleração do comércio internacional observada desde 2011, decorrente de uma redução geral na atividade econômica global. De acordo com os autores, quando se analisam as importações de bens e serviços como proporção do PIB mundial entre 2008 e 2009, identifica-se uma redução significativa das importações em decorrência da crise global e uma retomada do crescimento após esse período. Entretanto, após 2011 as importações voltam a cair sutilmente e esse comportamento se prolonga, apontando para

indícios de que a relação entre comércio e crescimento do PIB está passando por uma mudança fundamental.

Para os autores, duas possíveis variáveis explicam esse cenário: a primeira está relacionada com as mudanças na composição da demanda final — que contém tanto consumo como demanda de investimento —, a qual mostrou que a recessão econômica global e suas consequências afetaram várias categorias de demanda final em diferentes graus e a propensão a realizar gastos em investimentos e bens de consumo. Essa primeira dimensão pode estar associada à dinâmica cíclica da economia internacional, mas também pode ser resultado de estratégias de políticas de internalização das cadeias produtivas nacionais. A segunda variável seria resultante do declínio das cadeias de valor globais, particularmente com as mudanças na estrutura de produção internas de alguns países e a robotização — com a ascensão da indústria 4.0 —, que elevou a capacidade de produção local.

Um ponto em comum na literatura sobre comércio internacional e cadeias globais de valor é a constatação de que a nova onda de inovação tecnológica, conhecida como “indústria 4.0”, já está tendo impactos no comércio, e isso tende a se intensificar.

Segundo Hermann, Pentek e Otto (2015), há evidências de que a Quarta Revolução Industrial pode ser considerada, de certa forma, como resultado de uma estratégia dos países desenvolvidos, que articula planos empresariais e ações públicas de suporte, para combater as ameaças ao protagonismo ocidental advindas do crescimento industrial no Oriente, em especial a China. As mudanças promovidas pela indústria 4.0 apresentariam um potencial promissor para superar o modelo de produção em larga escala e baixo custo nos países emergentes, assim como os seus efeitos nos fluxos de comércio (os déficits comerciais de muitos países ocidentais com a China, por exemplo) e, ao menos parcialmente, na desindustrialização.

A United Nations Industrial Development Organization considera que a mudança de paradigma atual vai além da indústria 4.0 (UNIDO, 2016). A Quarta Revolução Industrial seria caracterizada por uma fusão de tecnologias que estreita as linhas entre as esferas física, digital e biológica na estrutura produtiva. Diante dessas transformações, segundo a Unido, a questão crucial é se a combinação e a aplicação generalizada dessas tecnologias também resultariam em um efeito líquido positivo para as economias e sociedades em geral.

A ascensão das tecnologias da indústria 4.0 e a produção industrial em 3D têm um grande potencial para remodelar as CGVs, alterando sua extensão geográfica e densidade. Com essa tecnologia, componentes físicos podem ser produzidos perto do local de montagem no país de consumo, reduzindo ainda mais o número de fornecedores.

O debate que antecede a crise atual do capitalismo, com a pandemia de covid-19, deixa nítido que o comércio mundial via cadeias globais de valor já apontava para um processo de arrefecimento, principalmente como resultado das contradições que estão inseridas na economia internacional com as assimetrias existentes e com a

Tudo indica que a crise gerada pela covid-19 tem acentuado esse movimento de necessidade de fortalecimento de estruturas produtivas internas ao redor do mundo

intensificação do comércio intrarregional, cenário este que pode ter contribuído para que muitos países tenham adotado políticas de fortalecimento de cadeias produtivas internas, reduzindo, portanto, a sua fragmentação produtiva e impactando no volume do comércio. Com a ascensão de um novo paradigma tecnológico com a indústria 4.0, há sinais de que o processo de desaceleração das cadeias globais de valor vem se intensificando. Tudo indica que a crise gerada pela covid-19 tem acentuado esse movimento de necessidade de fortalecimento de estruturas produtivas internas ao redor do mundo.

5. A CRISE ORIGINADA PELA COVID-19 E SEUS IMPACTOS NO COMÉRCIO MUNDIAL

A Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) reconhece claramente que o comércio via cadeias globais de valor vem perdendo força desde a crise de 2008, tendência que se acelera acentuadamente com a crise deflagrada pela pandemia (UNCTAD, 2020). A Unctad afirma que o sistema global de produção internacional está passando por uma tempestade perfeita com a crise causada pela pandemia, com desafios decorrentes da nova revolução industrial, o crescente nacionalismo econômico e o imperativo da sustentabilidade.

Para a Unctad (2020), existem no mundo hoje megatendências que impulsionam a transformação da produção internacional. Essas megatendências são agrupadas em três temas principais:

1) Novas tecnologias com uma nova revolução industrial — a aplicação de novas tecnologias nas cadeias produtivas das empresas multinacionais globais tem consequências de longo alcance para a configuração das redes internacionais de produção. Basicamente, essa nova revolução industrial é o tema já abordado na seção 4 deste artigo, tratando das tecnologias digitais que resultam em processos de produção mais integrados, redução nos custos de governança e transação, coordenação mais eficaz de cadeias de valor complexas e melhor acesso ascendente às CGVs para fornecedores de pequenas e médias empresas (PMEs). O ponto crítico é o crescente processo de automação, com disponibilidade de robôs industriais mais baratos, que tem o potencial de reverter a tendência da fragmentação produtiva, reduzindo drasti-

camente a vantagem competitiva dos centros de fabricação de baixo custo nos países em desenvolvimento. Esse efeito, aliado ao aumento do custo da mão de obra nos mercados emergentes e ao aumento dos riscos geopolíticos, pode desencadear uma onda de remanejamento das atividades manufatureiras.

2) Governança econômica global — há uma tendência para a crise de cooperação multilateral, com o fortalecimento de soluções regionais e bilaterais, assim como o crescimento de medidas de protecionismo. Isso é agravado pela competição sistêmica entre as potências econômicas, bem como por uma mudança geral na formulação da política econômica nacional em muitos países no sentido de mais regulamentação e intervenção. Ou seja, claramente há um movimento de abandono na crença em uma abordagem econômica *laissez-faire* em muitas economias, com ascensão da defesa de um papel cada vez mais intervencionista do Estado. A implementação de políticas industriais formais e de medidas de políticas individuais destinadas a estimular os setores industriais acelerou-se significativamente. Na última década, pelo menos 110 países emitiram declarações de política industrial ou estruturas de políticas explícitas para o desenvolvimento industrial. Os governos estão usando políticas industriais direcionadas não apenas para o desenvolvimento econômico e a criação de empregos, mas também para responder a uma miríade de desafios contemporâneos, como o desenvolvimento regional e a redução da pobreza, participando da revolução tecnológica e atingindo as metas de sustentabilidade. Nesse cenário, as políticas industriais tornaram-se comuns não apenas entre os países em desenvolvimento, mas também entre os desenvolvidos. Políticas para impulsionar o crescimento da produtividade em setores essenciais para o desenvolvimento industrial — principalmente manufatura, mas também serviços auxiliares e infraestrutura de apoio — são amplamente consideradas indispensáveis para gerar crescimento econômico e empregos. Os países em desenvolvimento são frequentemente motivados por preocupações com a desindustrialização prematura. Em contrapartida, os países desenvolvidos estão adotando medidas destinadas a reconstruir sua base manufatureira (incentivos, subsídios, investimento público em manufatura avançada para aumentar a capacidade produtiva interna) e a promover seu reposicionamento estratégico em áreas de tecnologia

avançada. Além disso, as políticas industriais estão cada vez mais visando a setores considerados estratégicos não apenas para a criação de empregos, crescimento econômico de longo prazo e perspectivas de desenvolvimento, mas também por razões de segurança nacional. A importância estratégica das indústrias farmacêutica e de equipamentos médicos, por exemplo, com sua dependência de pesquisa e inovação de ponta, pode fazer com que cada vez mais países implementem políticas para desenvolver a capacidade produtiva nacional.

3) Desenvolvimento sustentável — o mundo passa pela implementação de um amplo leque de medidas de sustentabilidade, incluindo medidas de adaptação às mudanças climáticas, e de mitigação destas, nas operações globais das empresas multinacionais; velocidades diferenciadas na adoção e implementação de regras, regulamentos e práticas voltados para a sustentabilidade terão implicações importantes para as redes de produção internacionais. De forma gradual, o aumento da regulamentação, a pressão da sociedade civil e as melhorias no monitoramento do impacto social e ambiental influenciaram a forma como as empresas multinacionais — com forte atuação nas cadeias globais de valor — operam no exterior e afetaram, em certa medida, as configurações de produção internacionais. O impacto, até o momento, tem sido amplamente limitado à dimensão de governança das configurações de produção internacionais — e menor quanto ao grau de fragmentação e distribuição geográfica.

Para a Unctad (2020) a tendência é que o conjunto das medidas contempladas nessas três megatendências se aprofunde, pois a crise atual gerou amplas paralisações de produção e graves interrupções na cadeia de abastecimento na maioria dos setores, fechamento de indústrias inteiras e choques de demanda sem precedentes em quase todas as economias, colocando em risco questões de soberania nacional. No longo prazo, a necessidade de as empresas multinacionais criarem cadeias de abastecimento mais resilientes, combinada com uma maior pressão dos governos e do público para aumentar a autonomia nacional ou regional, especialmente de bens e serviços essenciais (por exemplo, relacionados a cuidados de saúde), terão efeitos duradouros nas redes globais de produção, ou seja, podem consolidar uma nova dinâmica do comércio internacional.

Como a própria Unctad reconhece e conforme já apontado neste artigo, esse movimento não teve início com a crise causada pela covid-19, pois mudanças e dinâmicas das políticas industriais pelo mundo já vinham ganhando força nos últimos anos, principalmente a partir da crise de 2008-2009, com vários países adotando políticas industriais de forma estratégica. Medeiros (2019) mostra que nos EUA a política industrial sempre esteve concentrada no Departamento de Defesa (Darpa), no ministério e institutos de saúde (National Institutes of Health) e no Ministério de Energia (Arpa-E), principalmente por meio de recursos, projetos e laboratórios financiados pelo governo. Ainda no caso dos EUA, o melhor exemplo de políticas industriais é o complexo acadêmico-industrial-militar, o qual é responsável pela criação de novos

setores e atividades, e sempre se fez presente a busca por alternativas energéticas e tecnologias verdes, ampliando assim esforços públicos de inovação.

A Alemanha vem sendo apontada como o país que deu o pontapé inicial para os grandes projetos de políticas industriais para o avanço da indústria 4.0. O país já vem adotando uma abrangente política industrial, com a finalidade de criar fábricas inteligentes por meio de sistemas *cyber physical*, integrando informação (*big data*) com robôs, internet das coisas e manufatura aditiva, de forma a concentrar mais e mais sua especialização produtiva na capacidade de inovação.

Quando há o debate em torno dos motivos para as assimetrias entre as nações nas formas de inserção nas cadeias globais de valor, particularmente considerando as experiências dos países asiáticos e da América Latina, Cimoli, Dosi e Stiglitz (2008) afirmam que há uma grande diferença nos processos de conhecimento e acumulação de competências ou aptidões entre as duas regiões. Para os autores, houve um conjunto de políticas industriais agressivas na região asiática que permitiram elevar as capacidades e o desenvolvimento industrial, moldando o padrão de produção e a inserção comercial voltada para as indústrias da fronteira tecnológica e produtos de alta elasticidade-renda. Enquanto isso, a América Latina foi menos incisiva nas suas políticas, com baixos ganhos em termos de aprendizagem e capacitações, recuando para as indústrias distantes da fronteira, intensivas em recursos naturais e de baixa elasticidade-renda.

Sobre as experiências dos países asiáticos em manter de forma contínua políticas industriais, vários acontecimentos recentes têm deixado mais evidente como esses países têm interpretado o cenário da covid-19 e a relevância da política industrial.

Um fato emblemático do enfraquecimento dessa lógica e da necessidade de retomada de fortalecimento das cadeias produtivas internas, com maior densidade e diversificação de cadeias produtivas nacionais como elementos estratégicos no cenário geopolítico internacional e para a soberania nacional, foi uma entrevista do atual primeiro-ministro do Japão Yoshihide Suga, o qual afirmou que o maior ensinamento da crise atual é que a fragmentação excessiva de cadeias de produção no Japão mostrou como o país estava vulnerável a decisões externas, em particular da China. Um exemplo citado pelo primeiro-ministro foi o fato de que uma montadora japonesa não conseguiu adquirir peças e teve de deixar uma fábrica parada. Yoshihide Suga defendeu, explicitamente, a ideia de que o país precisa acabar com a forte dependência e “trazer a produção de volta para o Japão” (SHIGETA, 2020).

Nesse sentido, o Japão lançou um programa de subsídios de 220 bilhões de ienes (US\$ 2,08 bilhões) para encorajar as empresas japonesas a levarem suas fábricas de volta para o país, e alocou 23,5 bilhões de ienes adicionais para financiar a movimentação da produção para o Sudeste Asiático. Até julho deste ano, foi aprovada a concessão de subsídios para quase 90 empresas japonesas, enquanto mais de 1.600 empresas solicitaram os fundos (LI; TING-FANG, 2020).

A Índia, mesmo com as reformas liberalizantes dos anos 1990, também vem dando sinais de fortalecimento das suas cadeias produtivas internas. Com essa crise, o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, anunciou um pacote de estímulo de US\$ 265 bilhões — cerca de 10% do PIB — para atrair investimentos externos e desenvolver as estruturas produtivas do país, principalmente fortalecendo cadeias produtivas nacionais para enfrentar a concorrência chinesa (CAMPOS, 2020).

Na Coreia do Sul, o programa de reestruturação produtiva por meio da centralização dos *chaebols*, introduzido a partir da crise de 1997, retomou em novas bases a política industrial. Além do mais, o “New Deal coreano” (HYUNJUNG, 2020), implementado para enfrentar a crise causada pela covid-19, tem como principal elemento o investimento em setores de inovação, setores relacionados à sustentabilidade e proteção e geração de empregos, com a finalidade de fortalecer a estrutura produtiva do país e também enfrentar a concorrência no mundo, em particular a da China.

O “New Deal da Coreia” prevê investimento em inovação e defesa do emprego, com um montante de mais de 160 trilhões de won (US\$ 132,67 bilhões) e criação de 1,9 milhão de empregos nos próximos cinco anos. Além do mais, o “New Deal” também envolve um amplo processo de investimento em setores estratégicos, em uma aliança entre empresas e governo, com ampla oferta de empréstimos. Essa aliança é resultado de um processo histórico de estratégia de desenvolvimento do país, com o papel de protagonismo que as grandes empresas sul-coreanas, as chamadas *chaebols*, sempre tiveram.

Os êxitos e propostas do “New Deal da Coreia” têm chamado a atenção das instituições internacionais, as quais têm elogiado a estratégia do país em combater a crise mediante políticas industriais que têm como objetivo promover o desenvolvimento de setores industriais intensivos em tecnologia associado à sustentabilidade, além da proteção ao emprego. A OCDE afirma que, com esse programa, a Coreia se coloca como uma estrela em ascensão na economia internacional, mantendo-se como um dos países que têm uma das principais empresas digitais e de tecnologias no mundo — a Samsung —, com um grande e crescente setor de tecnologia da informação, excelente infraestrutura digital, acesso quase generalizado à internet de alta velocidade e a primeira introdução nacional de 5G em todo o mundo (OECD ILIBRARY, 2020).

Em Taiwan, as políticas industriais, bem como seus Estados desenvolvimentistas, não foram desconstruídas nos anos 1990, suas instituições e mecanismos persistiram e vêm promovendo a modernização tecnológica. Diante da crise criada pela pandemia e dos acirramentos dos conflitos entre EUA e China, Taiwan tem aproveitado sua posição-chave, pois suas empresas de tecnologia — a Taiwan Semiconductor Manufacturing Co. (TSMC), maior fabricante de *chips* contratados do mundo, e a Foxconn Technology Group, anteriormente conhecida como Hon Hai Precision Industry, maior fabricante contratada de eletrônicos do mundo —, vendem para a China e para os EUA. Como é um país estratégico, otimiza esse cenário geopolítico

para adotar políticas de fortalecimento de cadeias produtivas internas e nacionais, realizando uma campanha de “transferência da produção de volta para Taiwan”, com incentivos fiscais especiais e taxas de juros para empréstimos, desde o final de 2018 (SHIGETA, 2020).

A “guerra comercial” entre China e EUA talvez seja o melhor exemplo da maior necessidade de domínio tecnológico e de fortalecimento das cadeias produtivas nacionais como elementos essenciais para a soberania nacional. Nas eleições atuais, tanto Donald Trump (Partido Republicano) quanto Joe Biden (Partido Democrata) defendem uma política de atração das empresas estadunidenses para o país, a fim de fortalecer a cadeia produtiva nacional e também para gerar mais empregos no próprio país.

Além de o governo estadunidense defender uma política de fortalecimento das cadeias produtivas internas e atrair as empresas estadunidenses para o país, há também a imposição de políticas de sanção contra a China, com a finalidade de impedir o desenvolvimento tecnológico do seu principal rival na economia internacional. Tudo começou em 2016, com as sanções impostas pelos EUA contra a empresa de equipamentos de telecomunicações chinesa ZTE (Zhong Xing Telecommunication Equipment Company Limited), e tornou-se cada vez mais sério à medida que Washington aumentava a pressão sobre outras empresas chinesas, com o argumento de que elas ameaçavam a segurança nacional dos EUA. No espaço de um ano, Washington revisou suas regras de controle de exportação três vezes para atingir a Huawei⁴ — mudanças essas que afetaram os fornecedores estadunidenses e não estadunidenses de *microchips* e placas de circuitos avançados (LI; TING-FANG, 2020).

Como resposta, na China os gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), os investimentos em parques tecnológicos, os programas de compras e de financiamento de governo voltados para indústrias de alta tecnologia, tanto no setor de tecnologia da informação e da comunicação, de biotecnologia e de energia quanto no programa espacial e militar, reafirmam a estratégia do país em lograr estruturas produtivas mais densas e diversificadas, dando ao país maior autonomia em sua trajetória de desenvolvimento.

A China divulgou que nos próximos planos quinquenais do país haverá prioridade para a chamada “dual circulation strategy” (WHEATLEY, 2020), com foco em inovação e tecnologia, como nova estratégia para enfrentar o duelo econômico contra os EUA. Essa nova estratégia tem duas linhas de ação: a) fortalecer o mercado interno; b) ampliar o investimento tecnológico. De acordo com as previsões para os próximos planos quinquenais, a China vai priorizar o aumento do investimento em inovação. Por exemplo, a parcela de P&D no PIB, de 2,5% em 2020, deve aumentar para cerca de 3% em 2025, e aumentarão ainda mais os gastos em educação e treinamento vocacio-

4 Empresas chinesas como a Huawei e a ZTE estão perdendo o acesso a *microchips* e placas de circuitos avançados diante dos boicotes dos EUA. As últimas regras anunciadas, em julho de 2020, pelo Departamento de Comércio proibiram efetivamente qualquer empresa, em qualquer lugar do mundo, de fornecer *chips* para a Huawei ou qualquer uma de suas subsidiárias sem primeiro obter uma licença do governo dos EUA (GILL, 2020a).

A “guerra comercial” entre China e EUA talvez seja o melhor exemplo da maior necessidade de domínio tecnológico e de fortalecimento das cadeias produtivas nacionais como elementos essenciais para a soberania nacional

nal. A digitalização é uma área chave em que a China provavelmente tentará manter sua liderança, com o governo apoiando ainda mais a digitalização.

Do ponto de vista da sustentabilidade, com sua ambição persistente, de longo prazo, em desenvolver a economia verde, a China também irá estabelecer um padrão mais alto de proteção ambiental e emissão de poluição no novo plano de cinco anos. Isso inclui 18% para a participação de energia não fóssil no consumo total de energia (*versus* 15,3% em 2019, e meta de 15% definida para 2020), maior redução do uso de energia por unidade do PIB e das emissões de dióxido de carbono e dióxido de enxofre. A lógica entre sustentabilidade e desenvolvimento econômico como elemento estratégico ficou clara no discurso de Xi Jinping na Assembleia Geral da ONU, abordando as medidas vigorosas para controlar a emissão de poluentes e alcançar a neutralidade de carbono antes de 2060 (TOOZE, 2020).

Essas estratégias anunciadas ou implementadas na China para enfrentar o cenário de acirramento dos conflitos com os EUA convergem para a ideia de promover o rejuvenescimento da nação chinesa, com o presidente Xi Jinping anunciando o plano de controle do governo para orientar as empresas do setor privado a se inserirem em uma “nova era” da economia mundial, deixando claro que o país vai fortalecer as suas estruturas produtivas internas para lograr autonomia tecnológica e consolidar o potencial do seu mercado interno (GILL, 2020).

As evidências mostram que, embora muitos tenham defendido a dinâmica das cadeias globais de valor como uma janela de oportunidade, a integração e a ascensão das economias em desenvolvimento nas redes de produção mundial em várias indústrias não foram automáticas, mas resultado de estruturas produtivas já construídas historicamente, com uma atualização das estratégias de políticas industriais, ou seja, esses países nunca abdicaram da política industrial como elemento essencial para o desenvolvimento.

Sturgeon et al. (2013) reconhecem que as estratégias nacionais de políticas industriais estavam associadas a um mecanismo de inserção e *upgrading* no padrão das CGVs, em que a especialização nos estágios produtivos das cadeias produtivas globais e regionais tem interações entre o global, regional, nacional e o local.

Após a crise de 2008-2009 e a crise atual, resultado da pandemia de covid-19, os países têm acelerado a estratégia de implementar um amplo leque de políticas para fortalecer cadeias produtivas internas, com forte potencial de reverter a tendência da fragmentação produtiva, principalmente após os países experimentarem os conflitos geopolíticos recentes, assim como ter ficado em evidência o risco de um país ficar vulnerável na economia internacional a decisões de outros países, colocando-se sua soberania e interesses nacionais em jogo.

CONCLUSÃO

Ainda é muito cedo para fazer afirmações mais categóricas, mas, desde a crise de 2008, há uma tendência de enfraquecimento da lógica das cadeias globais de valor e uma ascensão de políticas que têm o objetivo de fortalecimento de cadeias produtivas nacionais, principalmente com a finalidade de garantir a soberania nacional. Esse cenário tem se acentuado com a crise provocada pela covid-19, e tudo indica que os países que não tiverem estratégias e políticas para fortalecer suas estruturas industriais internas e nacionais correm sérios riscos de ficar à margem das fronteiras produtivas e tecnológicas..

Como já discutido, uma das tendências é o delineamento de uma nova fronteira tecnológica e nova dinâmica da política industrial, que vem se acentuando com a crise atual. Nesse sentido, considerando que muitos países, como o Brasil, ficaram presos à chamada “armadilha da renda média” ou à sua trajetória de desenvolvimento, principalmente do ponto de vista de estruturas produtivas, Perez e Soete (1988) afirmam que paradigmas tecnológicos emergentes podem servir como uma janela de oportunidade para os países retardatários avançarem para novas tecnologias. Lee e Malerba (2017) afirmam que o conceito de *janelas de oportunidade* foi usado pela primeira vez por Perez e Soete (1988) para se referir ao papel do surgimento de novos paradigmas tecnoeconômicos que pudessem gerar o avanço dos países retardatários, que se aproveitariam de um novo paradigma para superar sua condição de industrialização tardia e competir com países pioneiros.

Por exemplo, de acordo com Lee e Malerba (2017), a substituição da tecnologia analógica pela tecnologia digital desde os anos 1990 — Terceira Revolução Industrial — foi uma janela de oportunidade para a Coreia e Taiwan lograrem um *catch up* relevante, superando barreiras para o avanço em suas respectivas estruturas produtivas. Da mesma forma, podemos considerar que as transformações tecnológicas, com a indústria 4.0, podem ser uma janela de oportunidade para economias retardatárias buscarem estratégias para o *catch up*. Para isso, são necessárias respostas coordenadas e estratégicas para realizar esses potenciais.

Lee e Malerba (2017) afirmam que diante do surgimento de “janelas de oportunidades”, a resposta de empresas, governos e outros atores do sistema setorial de inovação de um país a essas novas possibilidades é essencial para a maximização

dessas oportunidades. Para isso, alguns elementos são essenciais, como a construção do processo de aprendizagem, o nível de capacidades, a organização e as estratégias. Além disso, as respostas dos outros atores e dimensões do sistema setorial em um país específico podem desempenhar um papel importante no *catch up*, principalmente considerando os diversos tipos e níveis de redes, sistema educacional, universidades, organizações financeiras e políticas públicas, entre outras dimensões.

Cimoli, Dosi e Stiglitz (p. 41-43, 2018) oferecem um arcabouço importante para a reflexão sobre novas tendências de políticas industriais diante de novas janelas de oportunidades, como o cenário atual proporciona. Para os autores, a experiência histórica mostra uma grande variedade de combinações nacionais e setoriais dos tipos de políticas de aprendizagem e de inovação industrial, em que cinco regularidades sempre estão presentes e são relevantes:

1ª regularidade — em primeiro lugar, uma regularidade que se mantém desde o século XIX na Europa e nos Estados Unidos até os tempos contemporâneos é a centralidade das instituições públicas, tais como universidades, e das políticas públicas na geração e no estabelecimento de novos paradigmas tecnológicos.

2ª regularidade — os incentivos muitas vezes não bastam. Um papel crucial das políticas é afetar as capacidades dos atores, especialmente no caso mencionado dos novos paradigmas tecnológicos, mas também em todos os casos de *catching-up* em que nenhuma estrutura de incentivos razoável poderia ser suficiente para motivar os agentes privados a superar grandes defasagens tecnológicas.

3ª regularidade — a disciplina de mercado é útil na medida em que elimina as de baixo desempenho e premia as de alto desempenho dentro de populações específicas de empresas. No entanto, nada garante que os choques seletivos não irão acabar com as populações inteiras, assim eliminando, também, qualquer possibilidade de aprendizagem futura.

4ª regularidade — as políticas, especialmente aquelas voltadas ao *catching-up*, geralmente enfrentam a necessidade de balancear medidas destinadas à capacitação (e também a proteger a “nascente aprendiz”) com mecanismos que contribuam para conter a inércia e o rentismo. Por exemplo, estes são, de fato, um dos principais elementos na antiga experiência latino-americana de substituição de importações, enquanto aquelas são o que falta em muitas políticas mais recentes de “liberalização”.

5ª regularidade — historicamente, um bem-sucedido esforço de *catching-up* em termos de renda per capita e salários é sempre acompanhado de *catching-up* nos novos e mais dinâmicos paradigmas tecnológicos, independentemente dos padrões iniciais de vantagens comparativas, da especialização e dos sinais gerados pelo mercado. Nossa hipótese é que, *ceteris paribus*, a necessidade

estrutural de políticas que afetem também os padrões de sinais econômicos (inclusive preços relativos e rentabilidades relativas), à medida que surgem no mercado internacional, aumentará de acordo com a distância do país em relação à fronteira tecnológica. Isso é o que Amsden provocativamente chamou de políticas de deliberado “erro nos preços”. Por outro lado, os mecanismos endógenos do mercado tendem a se comportar de maneira “virtuosa” para os países que estão na fronteira, especialmente no que diz respeito às tecnologias mais novas/mais promissoras. Isso é amplamente confirmado pela experiência histórica: o livre comércio incondicional muitas vezes foi defendido e plenamente explorado somente pelos países líderes em tecnologia e política.

* Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). Atualmente é professor adjunto, em regime de dedicação exclusiva, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (FCE-UFBA). É pesquisador visitante do Instituto de Pesquisa em Econômica Aplicada (Ipea). Foi consultor do Inter-American Development Bank (IDB), pesquisador visitante do Korea Institute for International Economic Policy (Kiep) e pesquisador convidado do Russian Institute for Strategic Studies (Riss). Tem experiência nas áreas de economia internacional, organização industrial e economia brasileira, com ênfase em estudos sobre o setor externo e o desenvolvimento industrial do Brasil e da Coreia do Sul.

► Texto recebido em outubro de 2020; aprovado em outubro de 2020.

BALDWIN, Richard. Global supply chains: why they emerged, why they matter, and where they are going. In: ELMS, Deborah K.; LOW, Patrick (Ed.). **Global value chains in a changing world**. Genebra: WTO, 2013.

BALDWIN, Richard; FREEMAN, Rebecca. Supply chain contagion waves: thinking ahead on manufacturing "contagion and reinfection" from the covid concussion. **VoxEU/CEPR**, 1 abr. 2020.

BALDWIN, Richard; ROBERT-NICOUD, Frederic. **The impact of trade on intraindustry reallocations and aggregate industry productivity**: a comment. Cambridge: National Bureau Of Economics Research, 2004.

_____. **Trade-in-goods and trade-in-tasks**: an integrating framework. Cambridge: National Bureau Of Economics Research, 2010. BAMBER, Penny et al. Global value chains and economic development. In: FREDERICK, Stacy et al. **Joint project between GVCC and KIET**. DUKE GVC Center, 2017. p. 1-16.

CAMPOS, Guilherme L. Índia anuncia 10% do PIB em investimentos para tirar indústrias da China. **Conexão Política**, 14 maio 2020. Disponível em: <https://conexaopolitica.com.br/ultimas/india-anuncia-10-do-pib-em-investimentos-para-tirar-industrias-da-china/amp/?__twitter_impression=true>. Acesso em: 24 out. 2020.

CANUTO, Otaviano. **Overlapping globalizations**. Washington, D.C.: The World Bank, 2017.

CARNEIRO, Flávio Lyrio. Fragmentação internacional da produção e cadeias globais de valor. In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; CARNEIRO, Flávio Lyrio; SILVA FILHO, Edison Benedito da (Org.). **Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2017. p. 87-120.

CARNEIRO, Ricardo. **Globalização e integração periférica**. Campinas: IE-Unicamp, 2007. (Texto para Discussão, n. 126).

CATTANEO, Olivier; GEREFFI, Gary; STARITZ, Cornelia (Ed.). **Global value chains in a postcrisis world**: a development perspective. Washington, D.C.: The World Bank, 2010.

CIMOLI, Mario; DOSI, Giovanni; STIGLITZ, Joseph. A lógica da política industrial e da inovação. In: CASTRO, Ana Célia; FILGUEIRAS, Fernando (Ed.). **Estado no século XXI**. Brasília: Enap, 2018.

DELOITTE. **Deloitte state of AI in the enterprise** (2nd ed.). Deloitte LLC. Retrieved from www.deloitte.com/insights/stateofai [Google Scholar], 2018.

ESTEVADEORDAL, Antoni; SUOMINEN, Kati; BLYDE, Juan. **Are global value chains really global?**: policies to accelerate countries access to international production networks. The E15 Initiative, 2012.

FEENSTRA, Robert C. Integration of trade and disintegration of production in the global economy. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 12, n. 4, p. 31-50, 1998.

GEREFFI, Gary. **A global value chain perspective on industrial policy and development in emerging markets**. Raleigh: Duke University, 2014.

_____. International trade and industrial upgrading in the apparel commodity chain. **Journal of International Economics**, v. 48, n. 1, p. 37-70, 1999.

GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. The governance of global value chains. **Review of International Political Economy**, v. 12, n. 1, p. 78-104, 2005.

GEREFFI, Gary; LUO, Xubei. Risks and opportunities of participation in global value chains. **Policy Research Working Paper**, n. 6.847, 2014.

GIBBON, Peter; BAIR, Jennifer; PONTE, Stefano. Governing global value chains: an introduction. **Economy and Society**, v. 37, n. 3, p. 315-338, 2008

GILL, Chris. China's semiconductor firms hit hard by sanctions. **Asia Times Financial**, Hong Kong, 26 ago. 2020a. Disponível em: <www.asiatimesfinancial.com/china-s-semiconductor-firms-hit-hard-by-sanctions>. Acesso em: 24 out. 2020.

_____. CCP announces plan to take control of China's private sector. **Asia Times Financial**, Hong Kong, 17 set. 2020b. Disponível em: <www.asiatimesfinancial.com/ccp-announces-plan-to-take-control-of-chinas-private-sector>. Acesso em: 24 out. 2020.

GROSSMAN, Gene M.; ROSSI-HANSBERG, Esteban. Trading Tasks: A Simple Theory of Offshoring. **American Economic Review**, American Economic Association, vol. 98(5), pages 1978-97, December, 2008.

HARADA, Issaku. Asean becomes China's top trade partner as supply chain evolves. **Nikkei Asia**, Tóquio, 15 jul. 2020. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/ASEAN-becomes-China-s-top-trade-partner-as-supply-chain-evolves>>. Acesso em: 24 out. 2020.

HERMANN, Mario; PENTEK, Tobias; OTTO, Boris. **Design principles for industrie 4.0 scenarios: a literature review**. Technische Universität Dortmund, 2015.

HYUNJUNG, Bae. Korea's W160tr "New Deal" project aims to create 1.9m jobs by 2025. **The Korea Herald**, Seul, 14 jul. 2020. Disponível em: <www.koreaherald.com/view.php?ud=20200714000951>. Acesso em: 24 out. 2020.

HUFBAUER, Gary Clyde et al. **Local content requirements: a global problem**. Peterson Institute for International Economics, 2013.

HUMMELS, David; ISHII, Jun; YI, Kei-Mu. The nature and growth of vertical specialization in world trade. **Journal of international Economics**, v. 54, n. 1, p. 75-96, 2001.

JONES, Ronald W; KIERZKOWSKI, Henryk. The Role of Services in Production and International Trade: A Theoretical Framework. IN: JONES, Ronald ; KRUEGER, (eds.). **The Political Economy of International Trade**. Basil Blackwell, Oxford, 1990.

KOOPMAN, Robert et al. **Give credit where credit is due: tracing value added in global production chains**. Hong Kong: Institute for Monetary Research, 2011.

LEE, Keun; MALERBA, Franco. Catch-up cycles and changes in industrial leadership: windows of opportunity and responses by firms and countries in the evolution of sectoral systems. **Research Policy**, v. 46, n. 2, p. 338-351, mar. 2017.

LI, Lauly; TING-FANG, Cheng. Inside the US campaign to cut China out of the tech supply chain. **Nikkei Asia**, Tóquio, 7 out. 2020. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Spotlight/The-Big-Story/Inside-the-US-campaign-to-cut-China-out-of-the-tech-supply-chain>>. Acesso em: 24 out. 2020.

LIMA, Wallace Moreira. A dinâmica e o funcionamento da cadeia global de valor da indústria automobilística na economia mundial. In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; CARNEIRO, Flávio Lyrio; SILVA FILHO, Edison Benedito da (Org.). **Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2017a. p. 155-206.

_____. O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: uma linha alternativa de interpretação. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 585-631, 2017b.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Política Industrial e Divisão Internacional de Trabalho. **Revista de Economia Política**, vol. 39, nº 1 (154), pp. 71-87, janeiro-março/2019.

OECD. **Interconnected economies: benefiting from global value chains**. Organisation for Economic Co-operation and Development, 2013.

OECD. **Investing in innovation and skills thriving in global value chains**. Organisation for Economic Co-operation and Development, 2017.

OECD ILIBRARY. **OECD Economic Surveys: Korea**. 2020. Disponível em: <www.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-surveys-korea_19990707>. Acesso em: 24 out. 2020.

OECD.STAT. **Trade in Value Added (TiVA): principal indicators**. 2020. Disponível em: <https://stats.oecd.org/Index.aspx?datasetcode=TIVA_2018_C1>. Acesso em: 24 out. 2020.

PEREZ, Carlota; SOETE, Luc. Catching-up in technology: entry barriers and windows of opportunity. In: DOSI, Giovanni et al. (Ed.). **Technical change and economic theory**. Londres: Pinter Publishers, 1988. p. 458-479.

PINTO, Eduardo C.; FIANI, Ronaldo; CORRÊA, Ludmila M. **Dimensões da abordagem da cadeia global de valor**: upgrading, governança, políticas governamentais e propriedade intelectual. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão n. 2.155.)

SHIGETA, Shunsuke. Abe's right-hand man wants a Japan less reliant on China. **Nikkei Asia**, Tóquio, 24 abr. 2020. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Editor-s-Picks/Interview/Abe-s-right-hand-man-wants-a-Japan-less-reliant-on-China>>. Acesso em: 24 out. 2020.

SIWEI, Cheng; JIA, Denise. Chinese companies turn to Asean countries for cross-border deals. **Caixin**, 23 jul. 2020. Disponível em: <www.caixinglobal.com/2020-07-23/as-europe-and-us-still-struggle-with-pandemic-focus-of-ma-activity-by-china-businesses-shifts-to-countries-and-regions-in-belt-and-road-initiative-101583350.html>. Acesso em: 24 out. 2020.

STONE, Susan; MESSENT, James; FLAIG, Dorothee. Emerging policy issues: localisation barriers to trade. **OECD Trade Policy Papers**, n. 180. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/5js1m6v5qd5j-en>>. Acesso em: 24 out. 2020.

STURGEON, Timothy et al. O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, 2013.

THORSTENSEN, Vera; FERRAZ, Lucas; GUTIERRE, Leopoldo. O Brasil nas cadeias globais de valor. In: NEVES, Leonardo (Org.). **A inserção do Brasil nas cadeias globais de valor**. Cebri Dossiê, ed. esp., v. 2. Rio de Janeiro: Cebri, 2014.

TIMMER, Marcel et al. An anatomy of the global trade slowdown based on the WIOD 2016 release. University of Groningen, 2016.

TOOZE, Adam. Did Xi just save the world. **Foreign Policy**, Washington, D.C., 25 set. 2020. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2020/09/25/xi-china-climate-change-saved-the-world%E2%80%A8/>>. Acesso em: 24 out. 2020.

UNCTAD. **World investment report 2020**: international production beyond the pandemic. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development, 2020. Disponível em: <<https://unctad.org/webflyer/world-investment-report-2020>>. Acesso em: 24 out. 2020.

UNIDO. **Industry 4.0**: opportunities and challenges of the New Industrial Revolution for developing countries and economies in transition. United Nations Industrial Development Organization, 2016.

WADE, Robert. The role of industrial policy in developing countries. In: UNCTAD. **Rethinking development strategies after the financial crisis**. Genebra; Nova York: Unctad, 2015.

WHEATLEY, Alan. China circulates new strategy in economic duel with US. **Asia Times Financial**, Hong Kong, 5 set. 2020. Disponível em: <www.asiatimesfinancial.com/china-circulates-new-strategy-in-economic-duel-with-us>. Acesso em: 24 out. 2020.

WTO. **World trade statistical review 2019**. Genebra: World Trade Organization, 2019. Disponível em: <www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2019_e/wts19_toc_e.htm>. Acesso em: 24 out. 2020.

A ruptura na política externa brasileira e suas dimensões doméstica e geopolítica: subordinação internacional, fragmentação regional e resposta à pandemia

The rupture in Brazilian foreign policy and its domestic and geopolitical dimensions: international subordination, regional fragmentation and response to the pandemic

tiago nery*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.004>

Embaixada dos EUA no Brasil / Divulgação



Michael R. Pompeo, secretário de Estado dos EUA, fala ao lado de seu "admirador" Ernesto Araújo durante visita à Base Aérea de Boa Vista

RESUMO

A compreensão da política externa requer a análise de suas dimensões sistêmica e doméstica. A crescente rivalidade entre China e Estados Unidos e a crise do capitalismo pós-2008 impactaram os governos progressistas da América Latina e contribuíram para a ascensão de coalizões de extrema-direita na região. Historicamente, a política externa brasileira foi vista como uma política de Estado imune a interferências externas. Todavia, os processos de redemocratização e globalização contribuíram para a pluralização e politização da política exterior. Entre 1994 e 2014, a política externa foi uma arena de disputa entre coalizões políticas com distintas visões sobre a inserção do país nos planos internacional e regional. A eleição de 2018 marcou uma ruptura na trajetória diplomática brasileira. O atual presidente tem isolado o Brasil internacionalmente ao subordinar os interesses do país aos Estados Unidos. No âmbito regional, a política externa tem violado os princípios constitucionais que regem as relações internacionais do país, ameaçando as relações pacíficas com os vizinhos e deixando de desempenhar um papel de estabilização na região. A pandemia aumentou a rivalidade sino-americana e trouxe impactos negativos para a democracia, com o aumento das desigualdades sociais, especialmente na América Latina. A resposta do governo brasileiro tem sido desastrosa. Internamente, observa-se a falta de coordenação federativa e o conflito entre os poderes. No plano internacional, a política externa brasileira tem sido responsável pela desconstrução da histórica atuação do Brasil na área de saúde, tanto no plano multilateral quanto no âmbito regional.

Palavras-chave: Política externa brasileira. Geopolítica. Coalizões domésticas. Integração regional. Covid-19.

ABSTRACT

Understanding foreign policy requires an analysis of its systemic and domestic dimensions. The growing rivalry between China and the United States, and the post-2008 crisis of capitalism, impacted Latin American progressive governments and contributed to the rise of far-right coalitions in the region. Historically, Brazilian foreign policy has been seen as a state policy immune to external interference. However, the processes of redemocratization and globalization contributed to the pluralization and politicization of foreign policy. Between 1994 and 2014, foreign policy was an arena of dispute between political coalitions with different views on the insertion of the country at the international and regional levels. The 2018 election marked a break in the Brazilian diplomatic trajectory. The current president has isolated Brazil internationally by subordinating the country's interests to the United States. At the regional level, foreign policy has violated the constitutional principles that govern the country's international relations, threatening peaceful

relations with neighbors and failing to play a stabilizing role in the region. The pandemic has increased Chinese-American rivalry and has had negative impacts on democracy, with increasing social inequalities, especially in Latin America. The Brazilian government's response has been disastrous. Internally, there is a lack of federative coordination and the conflict between powers. At the international level, Brazilian foreign policy has been responsible for deconstructing Brazil's historic performance in the health area, both at the multilateral and regional levels.

Keywords: Brazilian foreign policy. Geopolitics. Domestic coalitions. Regional integration. Covid-19.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão dos processos políticos contemporâneos, inclusive da política externa de qualquer país, requer a análise dos níveis sistêmico e doméstico. No plano sistêmico ou estrutural, caracterizado por assimetrias e desigualdades, é preciso observar as contradições do sistema capitalista e seu impacto nas rivalidades e nas relações de poder entre os Estados. No âmbito interno, faz-se necessário analisar as coalizões políticas e as tensões entre os diferentes atores estatais e não estatais.

Durante anos, a política externa brasileira foi percebida como uma política de Estado, imune à interferência de órgãos governamentais, empresas, sindicatos, partidos políticos e outros atores da sociedade civil. O fim da Guerra Fria e os processos de redemocratização e globalização contribuíram para a politização da política externa, levando à pluralização de seus atores, à introdução de novos temas e à complexificação de seu processo decisório. Apesar de envolver questões permanentes, a política externa também é uma política pública que se insere em uma arena de contingência, conflito e transitoriedade.

O presente artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução e da conclusão. A primeira seção analisa o impacto da dimensão estrutural ou sistêmica no Brasil e na América Latina. O fim do *boom* de *commodities* coincidiu com o recrudescimento da competição entre a potência hegemônica, os Estados Unidos, e a potência ascendente, a China, com reflexos na região. Os conflitos geopolíticos se somaram aos efeitos da crise de 2008, que acelerou as tensões entre capitalismo e democracia e levou ao advento de uma onda conservadora mundial, na qual se insere o atual governo brasileiro.

A segunda seção analisa as relações entre as coalizões políticas domésticas e a política externa brasileira. Entre 1994 e 2014, o sistema político foi estruturado em torno da polarização entre o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). O PSDB liderou uma coalizão de centro-direita que tentou conjugar a estabilidade e as reformas pró-mercado, no âmbito doméstico, com uma política externa de “prestígio”, de adesão acrítica à globalização financeira e aos

regimes internacionais. Por sua vez, o PT liderou uma coalizão de centro-esquerda que combinou uma política econômica neodesenvolvimentista com uma política externa autônoma, que institucionalizou coalizões Sul-Sul e priorizou a integração da América do Sul. Apesar de suas diferentes visões sobre a inserção internacional e regional do Brasil, ambos os partidos respeitaram os princípios constitucionais que orientam as relações internacionais do país e mantiveram políticas amistosas com os vizinhos. A eleição presidencial de 2018 foi disruptiva e levou ao poder o candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro. Além de ameaçar as instituições democráticas, a coalizão liderada por Bolsonaro provocou uma ruptura na trajetória da política externa brasileira, sobretudo ao subordinar o Brasil ao governo Donald Trump e aos interesses dos Estados Unidos.

Na terceira seção, analisa-se a política externa brasileira para a América do Sul. Apesar de conceberem a integração regional nos marcos do chamado regionalismo aberto, os governos tucanos priorizaram o Mercosul e foram responsáveis pela primeira reunião de presidentes da América do Sul. Os governos petistas, sobretudo o de Lula, priorizaram a integração regional em um grau inédito na história diplomática do país. O Brasil reconheceu as assimetrias do Mercosul e introduziu novas dimensões no bloco, contribuindo decisivamente também para a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). No entanto, desde o golpe parlamentar que derrubou a presidenta Dilma, em 2016, o Brasil vem hostilizando alguns países da região e desconstruindo uma política externa que era admirada e contribuía para a estabilidade regional. Ao subornar o país à potência hemisférica, o Brasil se isolou nos planos global e regional.

Por fim, a quarta seção destaca os impactos da covid-19 na ordem internacional e analisa brevemente a resposta do governo Bolsonaro à pandemia. O novo coronavírus acelerou a rivalidade geopolítica entre a China e os Estados Unidos, impactou negativamente os regimes democráticos em alguns países e aumentou as desigualdades sociais e a pobreza, especialmente na América Latina, região mais afetada do mundo até o momento. A resposta do governo brasileiro à crise sanitária tem sido desastrosa. No âmbito doméstico, houve falta coordenação entre os entes federados e conflito entre os poderes. Por sua vez, o alinhamento da política externa brasileira aos Estados Unidos tem levado ao crescente isolamento do Brasil nos planos internacional e regional.

2. CONFLITOS GEOPOLÍTICOS E CRISE DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Nos últimos 30 anos, transformações estruturais do sistema capitalista e da ordem política mundial provocaram impactos variados nas perspectivas de inserção internacional dos países latino-americanos. Com a queda do Muro de Berlim (1989) e o colapso da União Soviética (1991), o mundo passou por um momento unipolar e por uma euforia liberal, de crença absoluta na racionalidade das forças de mercado.

Na primeira década do século XXI, entretanto, a ascensão da China, a recuperação da Rússia e o revisionismo de alguns países em desenvolvimento, como o Brasil, a Índia e a África do Sul, apontaram para a constituição de uma ordem multipolar. Ademais, a crise de 2008 abalou os alicerces do neoliberalismo, conquanto fosse incapaz de impedir o crescente divórcio entre capitalismo e democracia.

A ideia de uma economia pura, desprovida de toda e qualquer instituição jurídica ou política, não corresponde à realidade. Ao contrário do que as teorias neoclássicas e a ideologia neoliberal fazem acreditar, o capitalismo não é um estado natural, mas uma ordem social, concretizada sob formas que variam conforme o lugar e ao longo da história, podendo, em princípio, ser negociada e estando permanentemente ameaçada de ruptura (BOYER, 2009; STREECK, 2018).

Entre 1945 e 1973, o capitalismo passou por uma situação defensiva em todo o mundo. A ordem de Bretton Woods, baseada no controle de capitais, no sistema de taxas de câmbio fixas e no padrão dólar-ouro, foi responsável pela chamada “era dourada do capitalismo”, marcada por altas taxas de crescimento e inclusão social, sobretudo nos países centrais. A marca registrada dessa ordem econômica foi a subordinação da economia à política. Assim, as três décadas do pós-guerra foram uma época em que a economia de mercado capitalista deixou de se apresentar como um fenômeno natural, tal qual no liberalismo clássico, e passou a se mostrar como construção política.

A partir de 1973, todavia, ressurgiram os teóricos do livre mercado, como Friedrich Hayek e Milton Friedman, atribuindo a recessão econômica e suas consequências nefastas ao “governo inchado”, ao Estado. A prioridade central do consenso keynesiano — a conjunção entre crescimento econômico e pleno emprego — cedeu lugar ao controle da inflação e à resolução dos conflitos distributivos e de poder a favor das classes proprietárias (JUDT, 2008; SERRANO, 2004). O processo de financeirização levou à dissolução progressiva do casamento arranjado entre capitalismo e democracia que caracterizou a ordem do pós-guerra. Com isso, a base de legitimação do capitalismo transferiu-se da política para o mercado. Assim, o sociólogo Wolfgang Streeck (STREECK, 2018, p. 55) tem razão ao destacar o progressivo processo de “desdemocratização do capitalismo por meio de deseconomia da democracia”, fenômeno que tem avançado em todo o mundo desde a crise de 2008.

A crise de 2008 é a maior crise do capitalismo desde 1929. No entanto, as respostas dos países centrais, sobretudo do eixo anglo-saxão, foram bem diferentes. No rastro da crise de 1929, a eleição de Franklin Delano Roosevelt e o New Deal significaram que a crise deveria ser resolvida por meios políticos. Após a crise de 2008, o equilíbrio de poder foi diverso: a autoridade política se enfraqueceu diante das forças de mercado (VAROUFAKIS, 2016).

A grande recessão de 2008 coincidiu com o recrudescimento da rivalidade entre os Estados Unidos e a China. Entre 2015 e 2016, a “recuperação” da economia estadunidense foi de aproximadamente 1,2% ao ano. No mesmo período, a economia



O atual cenário da pandemia de covid-19 agravou a rivalidade entre os Estados Unidos e a China

chinesa, que havia crescido em média 10% ao ano antes da crise, alcançou um crescimento de 6% a 7% anuais. Isso representa 40% de todo o crescimento global desde a crise de 2008 (ALLISON, 2018).

Desde o fim da Guerra fria, o panorama estratégico global passou por algumas mutações. Nos anos 1990, o mundo viveu seu momento unipolar, isto é, a hegemonia da superpotência remanescente. Já na primeira década do século XXI, houve uma redistribuição mundial do poder, do Ocidente para o Oriente e do Norte para o Sul (AMORIM, 2016). A ascensão de nações em desenvolvimento apontou para uma nascente multipolaridade. Nesse período, surgiram arranjos importantes como o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o Fórum Ibas (Índia, Brasil e África do Sul), no plano global, e a Unasul e a Celac, no plano regional. A formação dessas coalizões e desses blocos contou com o apoio decisivo do governo Lula e da política externa “ativa e ativa” do chanceler Celso Amorim.

Atualmente, muitos analistas defendem a noção de que o mundo vive uma nova ordem que pode ser chamada de “bipolaridade assimétrica”, envolvendo os Estados Unidos e a China. Em 2014, relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a economia global atestou que, pelo critério da paridade do poder de compra (PPC), a economia chinesa havia superado a estadunidense. Como a maioria dos analistas das relações internacionais acredita que o poder militar deriva do poder econômico, a ascensão do gigante asiático seria precursora da sua predominância e hegemonia militares (ALLISON, 2018; STUENKEL, 2018).

A crescente rivalidade entre os Estados Unidos e a China levou o analista Graham Allison a se perguntar se ambos os países poderiam escapar à chamada “armadilha de Tucídides”. Segundo Allison (2018), desde o conflito entre Atenas e Esparta, toda vez que uma potência ascendente ameaça deslocar a potência dominante,

a eclosão de um conflito violento torna-se a regra, e não a exceção. Nos últimos 500 anos, nas 16 vezes em que tal cenário emergiu, 12 resultaram em guerra.

O atual cenário da pandemia da covid-19 agravou a rivalidade entre os Estados Unidos e a China. O governo Donald Trump e outros governos conservadores responsabilizam a China pela eclosão da pandemia e a Organização Mundial da Saúde (OMS) pela demora na resposta. Essa postura é seguida pelo governo Bolsonaro e pelo chanceler Ernesto Araújo, para quem o multilateralismo é um instrumento do globalismo e do “marxismo cultural” (ALBUQUERQUE, 2020).

A rivalidade entre os Estados Unidos e a China teve reflexos diretos na América Latina e no Brasil. Nesse contexto de transição estrutural do sistema internacional, a potência hegemônica vem trabalhando para enfraquecer a influência chinesa e restaurar sua hegemonia no Hemisfério Ocidental, sua histórica área de dominação.

A ascensão dos governos progressistas na América Latina coincidiu com o *boom* de *commodities* provocado pela demanda chinesa e pelas altas taxas de crescimento do gigante asiático. Entre 2003 e 2008, o PIB da região cresceu em média 5% ao ano. Nesse período, a China ampliou significativamente sua presença na região. Entre 2007 e 2017, o comércio entre a China e a América Latina aumentou 22 vezes, chegando a US\$ 258 bilhões ao final desse decênio. Atualmente, quase todos os países latino-americanos têm a China como principal parceiro comercial (o Brasil, desde 2009). Além disso, a China tem realizado maciços investimentos em infraestrutura em todo o continente, com clara ênfase em conectividade — aeroportos, estradas, portos, telecomunicações, tecnologia informacional etc. —, no âmbito do guarda-chuva da iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota” — “One Belt, One Road” (Obor) —, conhecida popularmente como “Nova Rota da Seda” (BELÉM LOPES, 2020; CEPIK, 2019; COGIOLA, 2019; VAROUFAKIS, 2016).

No entanto, a crescente presença chinesa trouxe não apenas oportunidades, mas também problemas. De um lado, o crescimento econômico chinês, ao melhorar os termos de troca dos produtos exportados pela região, permitiu aos governos progressistas adotar políticas sociais inclusivas, que retiraram milhões de pessoas da pobreza, e políticas externas mais autônomas. Como exemplos desse momento de maior autonomia, podem-se destacar os papéis do Brics e do Fórum China-Celac. De outro lado, a presença chinesa aprofundou a desindustrialização e a reprimarização das economias latino-americanas, reproduzindo a dinâmica centro-periferia que historicamente tem marcado a inserção internacional da América Latina na economia mundial.

A mudança nos padrões comerciais da América Latina afetou a orientação de uma região situada na área de influência da potência hegemônica. Os governos Lula e os demais governos progressistas da região tinham navegado em uma zona de conforto. Em 2012, o crescimento da China caiu pela metade em relação a 2007, arrastando para baixo a América do Sul (SINGER, 2018; VAROUFAKIS, 2016). O fim da “década de prosperidade” coincidiu com o recrudescimento da rivalidade sino-americana e

com a intensificação dos conflitos distributivos nos países latino-americanos, levando ao poder governos conservadores e de extrema-direita.

Desde o governo Obama, o objetivo estratégico dos Estados Unidos era reverter a chamada “maré rosa”, desestabilizando os governos progressistas na América Latina, sobretudo na América do Sul. A ofensiva estadunidense incluía desde o reforço das bases militares estabelecidas na Colômbia e em outros países da América Central e do Caribe (são 76 bases em toda a América Latina) até a reativação da IV Frota Naval. Ademais, os Estados Unidos tiveram participação decisiva na derrubada dos governos de Honduras, em 2009, do Paraguai, em 2012, e do Brasil, em 2016 (AMORIM, 2019; COGGIOLA, 2019).

O golpe no Brasil, que encerrou o ciclo de governos liderados pelo PT, não foi um processo exclusivamente de “conteúdo nacional”. A política externa autônoma e a descoberta do petróleo do pré-sal, cujo marco regulatório foi aprovado no final do governo Lula (e, aliás, revogado por Temer logo após sua posse), além de outras iniciativas (por exemplo, o programa de submarinos nucleares), incomodaram o imperialismo e são fundamentais para entender o movimento golpista. O governo Obama espiou a Petrobrás e a própria presidenta Dilma. Há indícios de que o Departamento de Justiça estadunidense, que foi responsável por ministrar cursos sobre investigação de corrupção a juízes e procuradores da Lava Jato, teria repassado informações para essa operação. Com efeito, os estrategistas estadunidenses viam com preocupação que um país das dimensões do Brasil adotasse uma política externa autônoma, sobretudo em relação a Washington (AMORIM, 2019; BOITO JR., 2018). Ao analisar o golpe, Wanderley Guilherme dos Santos conclui: “com atraso de quase uma década, o Brasil se aproxima do padrão reacionário do mundo moderno, antecedido por recente inovação política do capitalismo: um golpe de Estado com origem e sustentação parlamentares” (SANTOS, 2017, p. 131-132).

No governo Trump, o imperialismo estadunidense intensificou suas ações na América Latina. Trump aumentou o cerco econômico a Cuba e à Venezuela, ameaçando invadir o país sul-americano. Além disso, o presidente estadunidense tem trabalhado para enfraquecer a influência chinesa e russa na região. Segundo Cepik (2019), analistas ligados ao Pentágono começaram a considerar a presença chinesa na América Latina como uma ameaça para a segurança dos Estados Unidos antes mesmo da Casa Branca. No final de 2017, tal avaliação se tornou política oficial em Washington.

Segundo a atual “Estratégia de segurança nacional” (NSS) dos Estados Unidos, a China busca colocar a região em sua órbita por meio de investimentos e empréstimos dirigidos liderados pelo Estado. O governo Trump vem tentando impor a ideia de que a presença chinesa seria uma ameaça comum a todos os países. Segundo o corolário Trump sobre a China, o gigante asiático quer ou pode deslocar os Estados Unidos para assumir a condição de *hegemon* regional. No entanto, tal visão não se sustenta na realidade. Os Estados Unidos seguem como principal parceiro comercial

da maioria dos países, além de possuir inúmeras bases militares na região. Ademais, Cepik (2019) tem razão quando afirma que a política externa estadunidense deve ser analisada sempre no contexto da grande estratégia global daquele país, *vis-à-vis* à inserção semiperiférica, subordinada e desunida da América Latina.

Nos últimos 70 anos, a estratégia dos Estados Unidos para a América Latina mudou de nome algumas vezes. Durante a Guerra Fria, ficou conhecida como “combate à subversão comunista”. Em seguida, veio a “guerra às drogas” e a “guerra ao terrorismo”. Mais recentemente, os estrategistas estadunidenses inovaram com a “guerra contra a corrupção”. Apesar das diferentes nomenclaturas, permaneceu invariável a determinação de Washington de impedir o surgimento de um polo de poder autônomo na região. Daí a aversão da potência hegemônica a projetos como o Mercosul e, sobretudo, a Unasul. Assim, o aumento da pressão competitiva no sistema internacional e a erosão continuada das relações entre capitalismo e democracia tiveram impacto na América Latina e no Brasil, provocando alterações na correlação de forças domésticas e a ascensão de governos de direita e extrema-direita.

3. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DAS DIFERENÇAS ENTRE PSDB E PT À RUPTURA APÓS 2018

A partir dos anos 1980, os processos de redemocratização e de globalização econômica levaram à perda gradativa do papel do Ministério das Relações Exteriores no processo decisório da política externa brasileira. Desde então, a política externa passou a incorporar novos atores (partidos políticos, empresários, sindicatos, movimentos sociais, organizações não governamentais etc.) e novos temas para além das questões relativas à defesa e à segurança. Apesar das diferentes visões sobre a inserção internacional e regional do Brasil, os governos do PSDB e do PT adotaram estratégias que mesclavam seus valores com certa dose de pragmatismo. A atual política externa, entretanto, rompe com a trajetória histórica da diplomacia brasileira, adotando um alinhamento automático à potência hegemônica e hostilizando alguns vizinhos, o que compromete a estabilidade e a paz na América do Sul.

A democratização da política externa representa a adequação dessa política, que é uma política pública, ao regime político do país. Trata-se de uma política pública *sui generis*, pois é uma política de Estado que envolve agendas permanentes (defesa, segurança, território etc.), mas é também uma política governamental que está inserida na arena de confrontos políticos. Além disso, a democratização provocou a politização da política externa, entendida como a intensificação do debate de ideias, interesses e valores em torno de escolhas políticas, que envolvem disputas entre diferentes burocracias e indivíduos (BELÉM LOPES, 2020; MILANI; PINHEIRO, 2017).

Desde os anos 1990, o processo decisório da política externa tem se tornado mais complexo. O declínio do Itamaraty como formulador central e o crescente protagonismo de outras agências burocráticas e dos partidos políticos têm deslocado o centro gravitacional do processo decisório, tornando a política externa simultaneamente

Nos últimos 70 anos, a estratégia dos Estados Unidos para a América Latina mudou de nome algumas vezes. Durante a Guerra Fria, ficou conhecida como “combate à subversão comunista”. Em seguida, veio a “guerra às drogas” e a “guerra ao terrorismo”. Mais recentemente, os estrategistas estadunidenses inovaram com a “guerra contra a corrupção”

mais sensível ao debate político e social e menos coerente e previsível ao longo do tempo (BELÉM LOPES, 2020). Apesar da recente pluralização da política externa, é preciso não superestimar o peso da participação dos novos atores (governos subnacionais, ministérios, entidades empresariais, sindicatos, organizações não governamentais, movimentos sociais etc.), que têm a sua própria agenda de política internacional e vêm influenciando cada vez mais a política externa. O Itamaraty continua sendo o principal responsável pela orientação da política externa brasileira. Ademais, o fato de possuir interações com diversos atores estatais e não estatais não desfez totalmente o seu histórico e relativo insulamento burocrático.

Durante duas décadas (1994-2014), a política externa foi um dos principais campos de batalha entre PSDB e PT. Nas seis eleições presidenciais que disputaram, ambos lideraram coalizões políticas contrapostas com distintas visões sobre a inserção internacional do país. Segundo Spektor (2019), enquanto tucanos concebiam a política externa como instrumento de adaptação à globalização, buscando “credenciais de boa conduta internacional” por meio da adesão a diferentes regimes (comercial, de direitos humanos, sobre meio ambiente, de não proliferação nuclear), petistas imaginaram a diplomacia como instrumento de resistência àquilo que enxergavam como os efeitos mais perversos da globalização. Apesar de suas diferenças, PSDB e PT contribuíram para consolidar o mais longo período democrático da história do Brasil.

Nos últimos 30 anos, o poder político no Brasil foi compartilhado pela centro-direita, nos governos Fernando Henrique e Michel Temer, e pela centro-esquerda, liderada por Lula e Dilma. De acordo com Singer (2018), ao longo dos mandatos de Lula se estruturam duas coalizões contrapostas, a “rentista” e a “produtivista”. O programa rentista, que tinha no PSDB seu canal privilegiado, consistia em implementar o receituário neoliberal e suas prescrições de política econômica afinadas com os câ-

nonas da teoria ortodoxa. Para a coalizão produtivista, liderada pelo PT, a meta seria impulsionar o crescimento por meio de uma intervenção do Estado que fortalecesse determinados setores econômicos (“campeões nacionais”) e permitisse acelerar a distribuição de renda. Enquanto a primeira reunia o capital financeiro e a classe média tradicional, a segunda era formada por setores do chamado capital industrial/produutivo, pela fração organizada da classe trabalhadora e pelos setores desorganizados que aderiram ao “lulismo”.¹ Por sua vez, o PMDB (MDB desde 2017) era ligado ao agronegócio e oscilava entre as duas coalizões.

Os governos do PSDB adotaram uma política de adaptação passiva à globalização e ao *status quo* da ordem mundial. Ao contrário de uma estratégia autonomista, que pressupõe algum grau de revisionismo, o ativismo multilateral do governo Fernando Henrique pode ser classificado como uma típica política exterior de “prestígio”. Tal estratégia objetivou incrementar a presença multilateral do país como instrumento de *soft power*, buscando assim compensar a ausência de *hard power* (PINHEIRO; LIMA, 2018a). Assim, a política externa do PSDB procurou conciliar a estabilização monetária no plano doméstico com a adesão acrítica a regimes multilaterais, tal como o discriminatório Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

A política externa dos governos do PT caracterizou-se por um revisionismo moderado. O governo Lula adotou uma política externa autônoma e retomou elementos da Política Externa Independente (1961-1964) e do Pragmatismo Responsável (1974-1979), a exemplo de relações mais assertivas com os países em desenvolvimento. A política externa de Lula procurou combinar a ênfase no Sul geopolítico com o aprofundamento da integração regional, especialmente na América do Sul.

A política externa de Lula e Celso Amorim contribuiu decisivamente para a institucionalização de coalizões internacionais importantes como o G-20 na Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fórum Ibas e o Brics. A maior projeção internacional do Estado brasileiro ocorreu por meio do questionamento de algumas regras das organizações multilaterais, buscando participar da reformulação delas e do próprio ordenamento internacional, sem intencionar subvertê-lo. Em outras palavras, o Brasil nunca confrontou diretamente Washington nem pretendeu romper com a ordem ocidental. Na realidade, o país atuou como um reformador cauteloso, disposto a assumir maior parcela de responsabilidade na gestão das instituições multilaterais e na condução da ordem internacional (BOITO JR., 2018; MILANI, 2018; SPEKTOR, 2019).

Em 2011, Dilma assumiu em plena recessão global, que lhe concedia menor margem de manobra para uma política externa assertiva. Alguns analistas afirmam que houve uma mudança de forma e estilo na condução da diplomacia, embora jamais admitida no discurso oficial. Conquanto a visão de mundo tenha seguido for-

1 Para Singer (2012; 2018), o lulismo operou uma rearticulação ideológica, retirando a centralidade do conflito entre direita e esquerda e recuperando a gramática varguista que opunha pobres a ricos. Com o suporte dos setores desorganizados dos trabalhadores, o lulismo arbitraría os conflitos entre as duas coalizões de acordo com a correlação de forças, ora dando ganho de causa a uma, ora à coalizão concorrente.

malmente em vigor, houve uma diminuição da proatividade do Brasil no cenário internacional, em um momento em que a diplomacia presidencial era crucial para manter o *status quo*. A política externa de Dilma enfatizou a institucionalização do Brics (a exemplo da criação do “Arranjo Contingente de Reservas e do Novo Banco de Desenvolvimento), mas conferiu pouca atenção à integração regional (MILANI, 2018; PINHEIRO; LIMA, 2018a).

A política externa dos governos do PT foi vista com suspeita por círculos importantes do Ocidente, sobretudo pelos Estados Unidos. A potência hegemônica percebeu como ameaças a opção estratégica pelo Sul, a crescente presença da China e a tentativa de constituição de um polo regional com a Unasul. Internamente a política externa era alvo de críticas pelos partidos de oposição e pelos grandes meios de comunicação, que a acusavam de ser ideológica e partidária. O embaixador Rubens Ricupero (RICUPERO, 2017) chegou a afirmar que os governos do PT encerraram o longo consenso multipartidário que havia prevalecido na diplomacia brasileira desde a fundação da Nova República.

No entanto, como observam Milani e Pinheiro (2017, p. 290), ao identificar o tempo presente como politizado em contraste com o passado, corre-se o risco de despolitizar eras passadas da política externa. A suposta neutralidade axiológica da política externa é falsa e não se sustenta na realidade. Nesse sentido, Marco Aurélio Garcia, um dos principais formuladores da política externa dos governos do PT, tem razão quando afirma: “é bom eliminar assim a ideia falsa de que a política externa não divide. Ela pode dividir, sim, e é bom que assim o seja, como ocorre nas democracias” (GARCIA, 2014, p. 98).

Após o controverso impeachment de Dilma, Michel Temer assumiu e promoveu uma inflexão na política externa brasileira. A falta de legitimidade interna do seu governo aprofundou a crise existente desde 2016, refletindo-se na débil inserção internacional do país. Em linhas gerais, a política externa brasileira realinhou o Brasil com as potências tradicionais (Estados Unidos, Europa e Japão), priorizando a diplomacia comercial, e abandonou a ênfase nas relações Sul-Sul, consideradas ideológicas. Temer manteve a participação do Brasil no Brics, mas enfatizou as relações bilaterais, sobretudo com a China, em detrimento da dimensão geopolítica do bloco.

A eleição presidencial de 2018 foi bastante polarizada e marcada pelo uso intensivo e estratégico das redes sociais.² Ao fim de um processo eleitoral eivado de manipulações, Bolsonaro recebeu 57,8 milhões de votos, e Haddad, 47,0 milhões. Pela primeira vez na história do Brasil, um candidato de extrema-direita chegava à Presidência. Para alguns analistas, o pleito significou o fim da estrutura política que prevalecia desde o advento da Nova República, ameaçando também desconstituir o pacto social-democrata inscrito na Constituição Federal de 1988. Por um lado, a candidatura

2 Para Almeida (2019), o uso das redes sociais na campanha de Bolsonaro destoava das demais pela intensidade, pelas inversões de sentido e pela divulgação de falsas notícias, por exemplo, a suposta distribuição do chamado “kit gay” em escolas públicas por Fernando Haddad quando esteve à frente do Ministério da Educação no governo Dilma.



Manifestação na Av. Paulista. A ascensão de Bolsonaro está inserida em um contexto internacional de crescimento da extrema-direita, da qual ele é a principal expressão latino-americana

de Bolsonaro articulou uma agenda economicamente liberal, moralmente reguladora e socialmente intolerante. Por outro, a campanha de Haddad foi baseada na defesa da democracia, dos direitos humanos e da igualdade social (ALMEIDA, 2019; CHAGAS-BASTOS, 2019).

A ascensão de Bolsonaro está inserida em um contexto internacional de crescimento da extrema-direita, da qual ele é a principal expressão latino-americana. A conjunção entre competição geopolítica, fim do *boom* de *commodities* e conflito distributivo interno levou ao esfacelamento da coalizão produtivista e à reunificação das classes empresariais em torno de uma agenda neoliberal. A luta contra a corrupção e contra o PT contribuiu para unificar a direita brasileira, que estava em ascensão desde 2013. Nesse sentido, a eleição de Bolsonaro foi uma espécie de “saída de emergência” das elites políticas e econômicas ao fracasso do governo Temer e à implosão das forças de centro-direita, sobretudo do PSDB, e contribuiu para a recuperação do protagonismo político das Forças Armadas (COGGIOLA, 2019; LACERDA, 2019).

O atual presidente lidera uma coalizão neoconservadora que se estrutura em torno de ideias como o anticomunismo, a defesa da família patriarcal, o punitivismo securitário, o militarismo, o neoliberalismo econômico e o alinhamento externo aos Estados Unidos e a Israel. Trata-se de um movimento que reúne parcela da direita brasileira, sobretudo a direita cristã, e que tem inspiração no neoconservadorismo que levou Ronald Reagan ao poder nos anos 1980. Segundo Lacerda (2019, p. 204), a doutrina neoconservadora foi resgatada no Brasil 40 anos depois porque, assim como no contexto estadunidense da época, no Brasil atual se articulam a reação contra o Estado de bem-estar social e a reação antifeminista, que são duas faces do neoconservadorismo.

Em linhas gerais, o governo Bolsonaro está dividido em três grupos. O primeiro é formado pelos seguidores de Olavo de Carvalho e ocupa sobretudo os ministérios

da Educação e das Relações Exteriores. O segundo é composto pelas Forças Armadas, cujos integrantes ocupam a Vice-Presidência e ministérios importantes, como o da Defesa e a Casa Civil e o da Defesa, além de inúmeros cargos em toda a Esplanada. O terceiro grupo é formado por tecnocratas e ocupa especialmente a área econômica (CHAGAS-BASTOS, 2019).

Em relação à presença dos militares no governo, o cientista político José Murilo Carvalho (CARVALHO, 2019) observa que o presidente Bolsonaro cercou-se de dezenas de auxiliares oriundos das Forças Armadas, especialmente do Exército, **em um número superior ao verificado nos governos militares (1964-1985)**. Segundo Carvalho, cinco das sete Constituições feitas após a independência do Brasil atribuem algum papel político às Forças Armadas. No caso da Constituição de 1988, seu artigo 142 estabelece que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Desde o advento da República, os militares têm exercido um papel de tutela das instituições democráticas. Após mais de 30 anos da volta da democracia, os militares retornaram ao poder após as eleições de 2018, demonstrando a fragilidade do nosso regime democrático.

A política externa de Bolsonaro é baseada em uma visão missionária e cruzadista. O atual governo promove a aproximação entre política externa e religião, alegando que as pessoas que votaram em Bolsonaro esperavam que o Brasil defendesse no cenário internacional valores conservadores e cristãos. Com a escolha de Ernesto Araújo para chefiar o Itamaraty, dissipou-se qualquer dúvida acerca da direção da política externa do governo Bolsonaro. Além de ser um diplomata sem qualquer experiência como embaixador em postos importantes, Araújo é defensor de um típico pensamento neoconservador. O atual chanceler admira Trump por sua defesa dos valores ocidentais e enxerga “marxismo cultural” em questões como ambientalismo, feminismo e movimentos sociais, associados à vaga noção de globalismo (AMORIM, 2019; BELÉM LOPES, 2020; LACERDA, 2019; PINHEIRO; LIMA, 2018b).

Apesar do alinhamento com os Estados Unidos e da subordinação ao governo Trump, deve-se observar que há certa distância entre a retórica agressiva de Bolsonaro e seus principais assessores e os interesses permanentes que movem a riqueza e alimentam o poder de determinados grupos, como o agronegócio. Nesse sentido, por mais que o atual mandatário brasileiro sinalize a favor de um alinhamento automático com a potência hemisférica, o comércio com a China tem crescido de maneira vertiginosa, enquanto o praticado com os Estados Unidos declina.

O governo Bolsonaro adotou um alinhamento automático e de grau inédito com os Estados Unidos, contribuindo para isolar o Brasil na cena global. Da mesma forma que os neoconservadores estadunidenses, os integrantes da atual coalizão têm Israel como “amigo” externo preferencial. Em relação ao “inimigo” externo, os neoconservadores brasileiros se opõem a uma versão contemporânea e localizada do comunismo, o bolivarianismo ou “socialismo do século XXI” na América do Sul (LA-

CERDA, 2019; PINHEIRO; LIMA, 2018b). Como consequência de uma visão hostil e preconceituosa em relação aos vizinhos, é precisamente no plano regional que a atual política externa vem promovendo os retrocessos mais graves.

4. O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL: DA INTEGRAÇÃO AUTÔNOMA À SUBORDINAÇÃO HEMISFÉRICA

Nos últimos 40 anos, a política externa brasileira pautou-se pela aproximação com os países vizinhos e foi indutora de projetos de integração regional. A Constituição de 1988 estabelece que o Brasil deverá buscar a integração latino-americana em suas diferentes dimensões (cultural, econômica, política e social). No início dos anos 1990, com a reorientação da política externa mexicana e a criação do Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta), o conceito de América do Sul passou a se sobrepor ao de América Latina. Apesar das diferentes concepções e visões sobre a integração regional, os governos do PSDB e do PT mantiveram relações amistosas com todos os países da região, independentemente da orientação ideológica de seus governos. O atual governo brasileiro se afastou dos países vizinhos, rompendo com décadas de uma diplomacia que era respeitada em toda a região.

O governo Fernando Henrique concebeu a integração nos marcos do regionalismo aberto, como plataforma para o fortalecimento da inserção competitiva do Brasil na economia mundial. O programa do PSDB, que defendia o Mercosul nos anos 1990, passou a defender a flexibilização do bloco a partir das eleições de 2002. Apesar de enfatizar a dimensão comercial do Mercosul, o governo Fernando Henrique promoveu a aproximação do bloco com a Comunidade Andina de Nações (CAN) e liderou a primeira reunião de presidentes sul-americanos, em 2000, ocasião em que foi lançada a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa). Todavia, a ênfase do governo tucano sempre foi na dimensão econômica do processo integrativo.

A política externa de Lula tinha consciência do papel que uma América do Sul unida podia desempenhar em um mundo multipolar. A inserção soberana do país passava pela unidade da América do Sul, concebida como um importante ator geopolítico em uma ordem internacional em transformação. Nesse sentido, Lula revolucionou a maneira como o Brasil lidava com a região em três dimensões-chave: uma concepção de integração que incluía aspectos políticos e sociais e não apenas econômicos; o reconhecimento de assimetrias estruturais e a necessidade de enfrentá-las; e a consciência da forte relação entre a prosperidade do Brasil e a de seus vizinhos (PINHEIRO; LIMA, 2018a).

Durante o governo Lula, o Mercosul foi considerado estratégico para o Brasil, que impulsionou a sua expansão, a qual resultaria na entrada da Venezuela em 2012, e a ampliação da sua institucionalidade, com a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) e do Parlamento do Mercosul (Parlasul), além de outras instituições vinculadas aos direitos humanos e à participação popular. O Focem

tornou-se o principal instrumento para dirimir as assimetrias intrabloco e compensar as economias menores e as áreas menos desenvolvidas. Além disso, a importância do Mercosul deve-se ao fato de o bloco ser, historicamente, responsável pela absorção de grande parte do investimento externo direto do país e de aproximadamente 90% das exportações brasileiras de manufaturados.

A liderança de Lula foi decisiva para a criação da Unasul em 2008. Essa iniciativa teve um perfil diferente das outras, aproximando-se mais de um instrumento de governança regional do que dos padrões clássicos de integração. O arranjo percorreu o caminho inverso ao de outros blocos, que só adquiriram uma dimensão política após consolidarem a comercial. Por nunca ter sido um regime comercial, não competiu com nenhum dos regimes existentes nem pretendeu substituí-los, permitindo que os países pudessem cooperar em diversos campos de políticas públicas, como defesa, educação, saúde e infraestrutura. A Unasul atuou como um mecanismo de concertação, de construção de consensos, acomodando distintas visões sobre a integração. Ademais, a organização visava neutralizar qualquer intervenção estadunidense em assuntos políticos do subcontinente. Durante sua existência, os países sul-americanos puderam resolver episódios de instabilidade política na própria região, sem recorrer a Washington. Como afirmou Amorim (2016), com a Unasul a América do Sul deixou de ser um conceito meramente cartográfico e adquiriu um significado político.

No entanto, pressupor que a Unasul surgiu como “clube de amigos” dos governos progressistas significa desconhecer a história. A iniciativa da Unasul está em consonância com a visão geopolítica brasileira, que sempre foi mais sul-americana do que latino-americana, concebendo o fortalecimento da região como passo necessário para a projeção do Brasil como ator global. Essa visão é muito anterior à ascensão do PT e dos governos progressistas (CAETANO; LÓPEZ BURIAN; LUJÁN, 2019).

No governo Dilma, houve uma retração da diplomacia brasileira na América do Sul. Dilma não conferiu à integração sul-americana a mesma importância dada por Lula. Apesar do engajamento nas missões da Unasul relativas à crise venezuelana, o Brasil ocupou uma posição marginal nos acordos de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o governo de Juan Manuel Santos. A fraca institucionalização de iniciativas prévias exacerbava o risco de retrocessos, como acabaria ocorrendo com a Unasul nos governos subsequentes. De fato, a política externa brasileira abandonou a vontade política demonstrada por Lula de articular visões favoráveis à construção de uma liderança regional. Assim, Celso Amorim tem razão quando observa que a política externa de Dilma continuou sendo “altiva”, mas muito menos “ativa” (PINHEIRO; LIMA, 2018a; SARAIVA; VELASCO JÚNIOR, 2016).

Foi no plano regional que o governo Temer mais se afastou da trajetória da política externa brasileira para a região. A pretensa “desideologização” das relações internacionais do Brasil implicou, na América do Sul, o abandono do exercício da liderança do país no subcontinente e o início da desconstrução da Unasul. Em 2018,

Brasil, Argentina, Colômbia, Chile, Peru e Paraguai comunicaram a suspensão de suas participações na Unasul. O anseio do governo Temer por rejeitar o legado dos governos petistas não foi acompanhado, entretanto, pela construção de uma nova estratégia de inserção do Brasil no seu entorno imediato, o que concorreu para agravar a instabilidade na região.

O governo Bolsonaro afastou o Brasil dos vizinhos e rompeu com a política externa brasileira não apenas para a América do Sul, mas para o conjunto da região. Nunca antes foi tão grande a distância entre as atitudes adotadas pelo governo e os interesses concretos do país. Do ponto de vista do interesse nacional, o Brasil deveria contribuir para que os países sul-americanos vivessem em paz e resolvessem seus conflitos por meio do diálogo. No entanto, ao violar os preceitos constitucionais da não intervenção e da solução pacífica de controvérsias, o Brasil está descartando um dos maiores trunfos de sua atuação diplomática: a vocação pacífica e o respeito pela soberania dos Estados nacionais (AMORIM, 2019).

A crise venezuelana tem sido o pivô da paralisação progressiva e da implosão das principais organizações regionais de integração, sobretudo o Mercosul e a Unasul. O recente acordo entre o Mercosul e a União Europeia, que deve beneficiar sobretudo os monopólios europeus, deve levar a uma primarização ainda maior das economias regionais. Do ponto de vista político, representa uma rendição da diplomacia do Mercosul, especialmente do Itamaraty, cujos técnicos passaram décadas defendendo uma linha de negociação que agora se esfumou (CEPIK, 2019; COGGIOLA, 2019).

Em 2019, o Brasil denunciou oficialmente o tratado constitutivo da Unasul e declarou seu ingresso no Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul), arranjo regional dotado de exígua estrutura institucional que foi idealizado pelo Chile de Sebastián Piñera. Ao se retirar da Unasul, o Brasil saiu também de seus conselhos setoriais, como o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Isags), justo no momento em que o Brasil e a região se tornavam o epicentro da pandemia da covid-19 (ALBUQUERQUE, 2020).

A coalizão conservadora tem adotado uma estratégia de inserção regional que representa uma ruptura com a trajetória da diplomacia brasileira das últimas décadas. Durante tal período, a política externa brasileira contribuiu para a estabilidade e a projeção regional. No atual contexto geopolítico, a subordinação do Brasil à potência hemisférica vem contribuindo para a instabilidade da região e para a transformação da América do Sul em palco de possíveis conflitos políticos.

5. OS IMPACTOS DA COVID-19 NA ORDEM INTERNACIONAL E A RESPOSTA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA À PANDEMIA

A atual pandemia está causando transformações na ordem internacional, com impactos geopolíticos e tendências socioeconômicas globais. A covid-19 atingiu o Brasil e a América Latina em um momento delicado. O país e a região já estavam atravessando

crises econômicas e instabilidade política. A ruptura na política externa torna-se ainda mais evidente diante da desastrosa reação do Brasil aos efeitos da atual pandemia.

De acordo com a OMS, a covid-19 é a segunda pandemia do século XXI — a anterior foi a gripe A (H1N1), entre 2009 e 2010. Em 30 de janeiro de 2020, a organização declarou “emergência de saúde pública de importância internacional” (ESPII), buscando evitar que o novo coronavírus se tornasse uma pandemia. No entanto, a extensão geográfica da doença acabou levando a OMS a reconhecê-la como pandemia no dia 11 de março (ALBUQUERQUE, 2020; AITH et al., 2020).

A pandemia coincidiu com a crescente rivalidade entre a China e os Estados Unidos. Está em curso um claro processo de reposicionamento das duas potências no tabuleiro global. Se os anos 1990 marcaram o ápice do poder internacional estadunidense, atualmente assiste-se ao crescente papel da China nos planos econômico, geopolítico, institucional e normativo (MILANI, 2020).

Alguns analistas têm destacado algumas tendências agravadas pela pandemia. De um lado, a crise sanitária global tem fortalecido o nacionalismo autoritário em alguns países. O contexto da pandemia oferece a líderes autoritários a “desculpa perfeita” para romper com o Estado de direito e violar os direitos humanos, incluindo tanto os direitos individuais quanto os direitos econômicos, sociais e culturais. Nesse sentido, são ilustrativos os casos do Brasil, dos Estados Unidos e da Hungria. Por outro lado, a pandemia tem agravado as desigualdades socioeconômicas e atingido populações vulneráveis, com consequências desproporcionais entre classes, gêneros, gerações e grupos étnicos. Nos países do Sul, especialmente na América Latina, a pandemia tende a aumentar as desigualdades e a pobreza, acelerando a reversão dos avanços que haviam sido obtidos no início do século XXI (MILANI, 2020; THERBORN, 2020).

Em recente documento, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) estima que a economia mundial deverá experimentar a maior contração desde a Segunda Guerra Mundial, e o PIB per capita deverá diminuir em 90% dos países no mundo, em um processo sincrônico sem precedentes que atingirá fortemente os países da América Latina. Segundo a Cepal (2020, p. 9), o PIB da região deverá cair em média 9,1% em 2020. Nesse cenário, o Brasil deverá ser um dos países latino-americanos mais afetados, com uma queda estimada de 9,2% do seu PIB. Ademais, estima-se que o número de pessoas em situação de pobreza na região passará de 185,5 milhões, em 2019, para 230,9 milhões, em 2020. Já aquelas em situação de pobreza extrema passarão de 67,7 milhões, em 2019, para 96,2 milhões neste ano, o que representa 15,5% da população latino-americana. Uma vez mais, o Brasil deverá ser um dos países mais atingidos no âmbito regional, com um crescimento de aproximadamente 12% de pessoas pobres e miseráveis (CEPAL, 2020).

Em junho de 2020, a América do Sul converteu-se no novo epicentro do coronavírus, com destaque para o Brasil, que se tornou o segundo país no mundo com a maior quantidade de casos confirmados e de óbitos, atrás apenas dos Estados Unidos (SANTOS; ALBUQUERQUE, 2020). Como observou Rodrik (2020), a crise se desen-

rolou de maneira previsível, a julgar pela natureza dos governos envolvidos. Nesse sentido, a postura anticientífica, o negacionismo e a irresponsabilidade do presidente estadunidense, Donald Trump, e do presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, não deveriam causar surpresas.

Nos últimos anos, o Brasil tem sido visto com desconfiança pela comunidade internacional e até mesmo como ameaça pelos países vizinhos. Isolado e ausente das principais discussões multilaterais sobre a pandemia, tanto no âmbito global quanto no regional, o país vem se tornando cada vez mais refém de uma instabilidade política que flerta constantemente com a possibilidade de ruptura do regime democrático (SANTOS; ALBUQUERQUE, 2020). Para entender essa situação de isolamento do Brasil, faz-se necessário analisar a ruptura que o governo Bolsonaro vem realizando na política externa brasileira.

Desde o início da pandemia, a resposta do governo Bolsonaro foi desastrosa nos planos doméstico e internacional. No âmbito interno, a atuação do governo federal tem sido marcada pela falta de coordenação política, levando a conflitos e disputas de poder entre a União e as unidades federativas, de um lado, e o Poder Executivo e os demais poderes (Legislativo e Judiciário), de outro. Os governos subnacionais seguiram as recomendações da OMS e de especialistas em saúde e adotaram medidas de isolamento horizontal com o objetivo de retardar o avanço da epidemia. O governo Bolsonaro procurou contrariar essas decisões assinando diversos decretos federais definindo as atividades essenciais que deveriam ser mantidas durante a pandemia. Diante do conflito federativo, o STF decidiu intervir e autorizou que governadores e prefeitos implementassem medidas restritivas no combate à covid-19 dentro da jurisdição de seus territórios, reservando à União a adoção de medidas em casos de abrangência nacional (SANTOS; ALBUQUERQUE, 2020).

O presidente minimizou a crise sanitária global e alinhou-se à ala ideológica do governo, apoiando-se em aliados no parlamento, segmentos empresariais e sua tradicional base social de extrema-direita. Esse comportamento entrou em conflito com a posição da maioria dos governadores e prefeitos, que procuraram seguir as principais recomendações da OMS e da comunidade científica nacional e internacional. Ademais, Bolsonaro sempre realçou os prejuízos econômicos que a política de isolamento horizontal da população (direcionada a todas as faixas etárias), recomendada pela maioria dos especialistas e adotada pelos governos subnacionais, poderia causar.

Da mesma forma que vem ocorrendo no plano doméstico, a política externa brasileira tem sido marcada pela falta de coordenação política e pelo crescente isolamento do Brasil diante dos principais interlocutores internacionais e regionais. O governo Bolsonaro seguiu Trump e responsabilizou a OMS pela demora na resposta à pandemia. Em junho de 2020, seguindo a decisão de Trump de romper com a OMS, por considerar que a organização favorece a China, o governo brasileiro ameaçou retirar o país do organismo multilateral. Pouco antes, o chanceler Ernesto Araújo havia publicado um texto em seu *blog* pessoal questionando o papel da OMS e argumen-

tando que a covid-19 representava um pretexto para o avanço global do comunismo (ARAÚJO, 2020). No entanto, a postura do chanceler foi duramente criticada por diferentes setores da sociedade brasileira, incluindo governadores e parlamentares, que sabem da importância estratégica da China para a economia brasileira (ALBUQUERQUE, 2020; SANTOS; ALBUQUERQUE, 2020).

Na América do Sul, o atual governo tem revertido todo um processo de colaboração sistemática institucionalizada que remonta às décadas de 1990 e 2000, por meio de organizações como o Mercosul e a Unasul. Embora o governo negue a importância estratégica do Mercosul, o Focem liberou recursos para um fundo emergencial de combate à covid-19 nos países-membros (ALBUQUERQUE, 2020). Além disso, a implosão da Unasul encerrou os trabalhos do Conselho de Saúde Sul-Americano (CSS) e do Isags, principais iniciativas de coordenação em saúde na região.

Em síntese, a pandemia vem causando impactos geopolíticos e reforçando tendências políticas e sociais que fragilizam a democracia e aumentam as desigualdades sociais. A resposta do governo Bolsonaro à covid-19 tem sido até o momento desastrosa. O governo adotou uma postura anticientífica e negacionista. No plano doméstico, a resposta foi marcada pela falta de coordenação com os entes federativos e pelo conflito entre os poderes. No plano internacional, o alinhamento com os Estados Unidos isolou ainda mais o país. No início de outubro de 2020, o Brasil estava prestes a alcançar a marca de 150 mil mortos, fazendo crescer o uso da palavra genocídio para definir o comportamento do governo federal em relação à pandemia da covid-19. Nesse sentido, o Tribunal Penal Internacional (TPI) já recebeu petições que apontam para a prática de genocídio e outros crimes contra a humanidade que teriam sido perpetrados pelo atual governo brasileiro.

6. CONCLUSÃO

A compreensão da política externa envolve dois níveis de análise: o estrutural ou sistêmico e o doméstico. No plano sistêmico, os conflitos geopolíticos e as crises do capitalismo afetam a inserção dos países, especialmente os periféricos, no sistema internacional, marcado por assimetrias e relações de poder. No nível doméstico, a orientação da política externa é influenciada pela visão de mundo da coalizão política doméstica. A política externa é uma política pública *sui generis*, integrada por elementos permanentes e contingentes. Apesar de lidar com temas sensíveis (defesa, segurança) que perpassam os diferentes governos, a política externa e a inserção internacional de determinado país também refletem o prolongamento, no plano internacional, do arranjo interno de poder e os interesses da coalizão política hegemônica.

Durante 30 anos após a Segunda Guerra Mundial, o arranjo entre Estado e mercado significou o primado da política sobre a economia, superando a propensão a crises inerentes ao capitalismo desregulado, desorganizado e caótico. Desde os anos 1970, o fim do sistema de Bretton Woods e do consenso keynesiano levou ao advento

do neoliberalismo. Apesar de a crise de 2008 ter abalado seus alicerces, a agenda de austeridade e a hegemonia do sistema financeiro não sofreram abalos. Nesse sentido, Streeck (2018, p. 24) tem razão quando observa que na tensão entre capitalismo e democracia, a defesa neoliberal da justiça pura de mercado, se conduzida com habilidade, goza de enorme prestígio perante a opinião pública na luta contra a politização, a justiça social corretora do mercado.

A crise econômica mundial foi seguida pelo fim do *boom* de *commodities* e pelo aumento da competição entre os Estados Unidos e a China. Nos últimos anos, a estratégia de Washington tem sido enfrentar a crescente presença chinesa e desestabilizar os governos progressistas na América Latina. A guerra híbrida judicial-midiática levou à deposição de governos — o mais recente foi o de Evo Morales, na Bolívia — e à prisão e perseguição de lideranças, como nos casos de Lula e Rafael Correa, respectivamente, o que contribuiu para a ascensão da extrema-direita na região.

Como observam Pinheiro e Lima (2018a), a política externa implica agência e a possibilidade de fazer diferentes escolhas, mesmo em uma situação de dependência estrutural. Apesar de a agência sozinha não ter capacidade de alterar as condições estruturais, ela pode contribuir para modificar os termos de inserção de um país na ordem internacional. No caso do Brasil, longe de ser uma constante na trajetória da sua política externa, as estratégias autonomistas representaram momentos de ruptura e descontinuidade, envolvendo a combinação de oportunidades sistêmicas e a agência de atores centrais no plano doméstico³.

Os governos do PT adotaram uma política externa autônoma que enfatizou as relações Sul-Sul e a integração regional. O surgimento de coalizões como o Brics e o Ibas e a criação de blocos como a Unasul projetaram o Brasil e a América do Sul no sistema internacional, contribuindo para a formação de um mundo multipolar. No entanto, essa política exterior gerou reações da potência hegemônica e das elites brasileiras, cujo compromisso democrático sempre foi débil ao longo da história.

As eleições de 2018 estão inseridas no contexto de uma onda conservadora mundial. A vitória de Bolsonaro, portanto, deve-se à conjunção de fatores externos e internos. De um lado, integra a atual estratégia de Washington para a região, em um quadro de acirramento da rivalidade sino-americana. De outro, reflete o funcionamento disfuncional das instituições brasileiras. Com efeito, a última eleição possibilitou o retorno dos militares ao poder, fragilizando ainda mais a débil democracia brasileira.

A polarização política no plano doméstico teve reflexos diretos na política externa brasileira. O alinhamento com a potência hegemônica e a subordinação à administração Trump revelam um grau de servilismo e fervor ideológico inéditos na história da política externa do país. Apesar de suas diferenças, os governos Fernando Henrique, Lula e Dilma combinaram doses adequadas de crenças e princípios nor-

3 Pinheiro e Lima (2018a, p. 19) identificam quatro períodos de ruptura, em que prevaleceu uma lógica autonomista na política externa brasileira: a política dual de Getúlio Vargas, a política externa independente de Jânio Quadros-João Goulart, o pragmatismo responsável de Ernesto Geisel e a política externa “ativa e ativa” de Lula e Celso Amorim.

A crise sanitária global vem causando impactos à ordem geopolítica ao intensificar as agressões dos Estados Unidos à China, ao erodir a democracia em diferentes países e aumentar as desigualdades sociais e a pobreza em todo o mundo, sobretudo na América Latina

mativos sobre o que consideravam o melhor para o país com certo pragmatismo em virtude da natureza da inserção brasileira no mundo (PINHEIRO; LIMA, 2018b).

A atual política externa contribui para destruir uma política que, durante décadas, havia tornado o Brasil um ator respeitado na América Latina e fonte de estabilidade na região. Até o momento, a diplomacia brasileira já provocou o rebaixamento do Mercosul e a implosão da Unasul. Nesse sentido, a atual política externa sabota qualquer projeto de integração autônoma, desestabiliza a região e isola o Brasil no sistema internacional.

A crise sanitária global vem causando impactos à ordem geopolítica ao intensificar as agressões dos Estados Unidos à China, ao erodir a democracia em diferentes países e aumentar as desigualdades sociais e a pobreza em todo o mundo, sobretudo na América Latina. A resposta do governo Bolsonaro à pandemia tem sido desastrosa. A atual política externa tem sido responsável pela desconstrução da histórica atuação do Brasil na área de saúde. O país sempre foi reconhecido como um importante ator em defesa da saúde como direito humano fundamental, tanto no plano multilateral quanto no âmbito regional. Aliás, o retrocesso vai além da saúde e envolve áreas como cultura, gênero, LGBTs, meio ambiente e povos indígenas, entre outras. Nunca foi tão atual aquilo que Celso Furtado afirmou em uma de suas últimas obras: “Em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser” (FURTADO, 1999, p. 26).

* Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj) e assessor de Relações Internacionais do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI), da Fiocruz. Mestre em Relações Internacionais pela PUC-Rio e pesquisador do Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo) do Iesp-Uerj. E-mail: tiagonnery@gmail.com

► Texto recebido em setembro de 2020; aprovado em outubro de 2020.

AITH, Fernando M. A. et al. **Direitos na pandemia**: Boletim n. 1 — mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil. São Paulo: Cepedisa-USP/Conectas Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <<http://cepedisa.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

ALBUQUERQUE, Marianna. Globalização da saúde pública: a Organização Mundial da Saúde e a cooperação na América do Sul. **Boletim Opsa**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 7-16, abr.-jun. 2020.

ALLISON, Graham. **Destined for war**: can America and China escape Thucydides's trap?. Nova York: Mariner Books, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan.-abr. 2019.

AMORIM, Celso. **A grande estratégia do Brasil**: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014). Brasília: Funag; São Paulo: Unesp, 2016.

_____. Nau sem rumo: a política externa brasileira no início de 2019. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 32, p. 33-39, jan.-jun. 2019.

ARAÚJO, Ernesto. Chegou o coronavírus. **Metapolítica 17**. 22 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.metapoliticabrasil.com/post/chegou-o-comunav%C3%ADrus>>. Acesso em: 10 set. 2020.

BELÉM LOPES, Dawisson. De-westernization, democratization, disconnection: the emergence of Brazil's post-diplomatic foreign policy. **Global Affairs**, Norman, v. 6, p. 167-184, jun. 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23340460.2020.1769494>. Acesso em: 10 set. 2020.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unesp, 2018.

BOYER, Robert. **Teoria da regulação**: os fundamentos. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CAETANO, Gerardo; LOPEZ BURIAN, Camilo; LUJÁN, Carlos. El Brasil de Bolsonaro, las orientaciones posibles de su política exterior y el futuro del regionalismo en Sudamérica. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 28, n. 1, p. 95-130, jun. 2019.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

CEPAL. **Enfrentar los efectos cada vez mayores del covid-19 para una reactivación con igualdad: nuevas proyecciones**. Informe especial n. 5, jul. 2020. Disponível em: <www.cepal.org/es/publicaciones/45782-enfrentar-efectos-cada-vez-mayores-covid-19-reactivacion-igualdad-nuevas>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CEPIK, Marco. O corolário Trump e a América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 241-265, jan. 2019.

CHAGAS-BASTOS, Fabrício H. Political realignment in Brazil: Jair Bolsonaro and the right turn. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, v. 69, p. 92-100, jul.-set. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2019000300092. Acesso em: 10 set. 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. América Latina em convulsão histórica. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 33, 84-98, jul.-dez. 2019.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GARCIA, Marco Aurélio. Avanços, impasses e desafios da integração. In: MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio Romano; BERRÓN, Gonzalo. (Org.). **2003-2013**: uma nova política externa. Tubarão: Editora Copiart, 2014. p. 96-107.

JUDT, Tony. **Pós-guerra**: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MILANI, Carlos R. S. Covid-19 between global human security and ramping authoritarian nationalisms. **Geopolítica(s)**, Madri, v. 11, n. especial, p. 141-151, maio 2020.

_____. **Solidariedade e interesse**: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento. Curitiba: Appris, 2018.

_____; PINHEIRO, Letícia. The politics of Brazilian foreign policy and its analytical challenges. **Foreign Policy Analysis**, Oxford, n. 13, p. 278-296, 2017.

PINHEIRO, Letícia; LIMA, Maria Regina Soares de. Between autonomy and dependency: the place of agency in Brazilian foreign Policy. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 12, n. 3, out. 2018a.

_____. Uma diplomacia amadora com resultados desastrosos. **Boletim Opsi**, n. 3, p. 4-5, jul.-set. 2018b.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil**: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

RODRÍK, Dani. Will covid-19 remake the world?. **Project Syndicate**, Praga, 6 abr. 2020. Disponível em: <www.project-syndicate.org/commentary/will-covid19-remake-the-world-by-dani-rodrik-2020-04?barrier=accesspaylog>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SANTOS, Leandro Wolpert dos; ALBUQUERQUE, Marianna. A pandemia de covid-19 nas políticas doméstica e externa do Brasil: disputa entre poderes institucionais, alinhamento aos EUA e isolamento internacional. **Boletim Opsi**, n. 2, abr.-jun., p. 19-39, 2020. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2020_n2_abr-jun-1.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SARAIVA, Miriam Gomes; VELASCO JÚNIOR, Paulo Afonso. A política externa brasileira e o “fim de ciclo” na América do Sul: para onde vamos?, **Pensamiento Propio**, Buenos Aires, n. 21, p. 295-324, 2016.

SERRANO, Franklin. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. In: FIORI, José Luís. (Org.). **O Poder americano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPEKTOR, Matias. Diplomacia da ruptura. In: **Democracia em risco?**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental**: potências emergentes e a nova ordem global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

THERBORN, Göran. Dreams and nightmares of the world's middle classes. **New Left Review**, Londres, n. 124, p. 63-87, jul.-ago. 2020.

VAROUFAKIS, Yanis. **O minotauro global**: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global. 2 ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

As condições de trabalho dos entregadores e entregadoras por aplicativos no Brasil durante a pandemia

Working conditions of app delivery drivers in Brazil during the pandemic

Libia Luíza carneiro do nascimento*
cacilda ferreira dos reis**

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.005>

Fotografia: Jaqueline Deister (Brasil de Fato)



Os trabalhadores por aplicativos, categoria precarizada, desprovida de direitos trabalhistas

RESUMO

Este artigo examina como a pandemia do coronavírus Sars-CoV-2 impactou o trabalho de motoristas por aplicativo da área de entrega de alimentos (delivery) no Brasil, visando compreender como estão se configurando as relações e condições de trabalho no contexto da crise sanitária. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica e documental e recorremos ainda aos levantamentos de órgãos públicos e privados e instituições de pesquisa. Verificamos que a pandemia teve efeitos sobre as condições de trabalho, principalmente nos aspectos referentes à renda, duração da jornada e saúde ocupacional. Concluímos que as relações e as condições de trabalho dos entregadores e entregadoras de alimentos, que já eram marcadas pela vulnerabilidade e desproteção, neste momento excepcional tiveram essas dimensões acentuadas.

Palavras-chave: *Delivery*. Pandemia. Trabalho. Aplicativos. Uberização.

ABSTRACT

This article examines how the coronavirus pandemic impacted the work of food delivery drivers in Brazil to understand how working conditions are developing in the context of the health crisis. To do so, we carried out bibliographic and documentary research and examined surveys from public and private agencies and research institutions. We found that the pandemic had a significant effect on working conditions, especially on income, working hours and workers' health. We concluded that the conditions of food delivery drivers - which were already marked by vulnerability - became even worse.

Keywords: Delivery. Pandemic. Job. Food Apps. Uberization.

1. INTRODUÇÃO

A comunicação móvel e o mercado de aplicativos se expandiram massivamente desde que foram criados. Graças às tecnologias da informação e comunicação (TICs), sobre a palma da mão pode-se acessar uma gama de aplicativos para escolher um lanche, almoço ou jantar, por exemplo, que são entregues onde o cliente solicitar. Essa facilidade e comodidade fez crescer o segmento de entrega de alimentos (*delivery*), ou *food service*. Os números mostram que esse não é um fenômeno a ser ignorado: os aplicativos de *delivery* no Brasil tiveram 1,1 bilhão de visitas em 2019, e os gastos de consumo com o serviço no país atingiram R\$ 215,2 bilhões neste ano, com projeção de R\$ 227,5 bilhões para 2020 (IFB, 2019). Esse mercado impacta de modo relevante nas relações socioeconômicas, merecendo ser analisado.

Por trás desses empreendimentos, há uma quantidade significativa de trabalhadores e trabalhadoras que realizam as entregas. Em 2018, havia em torno de 10,1 milhões deles no país (IBGE, 2019). Neste ano, quase 45 milhões de pessoas usaram aplicativos para obter renda (OLIVEIRA et al., 2019). Esse numeroso contingente se insere num cenário de alta informalidade do trabalho e de desemprego, quando, em fevereiro de 2020, a pandemia do Sars-CoV-2 se alastrou por todo o território nacional.

Diante disso, é elementar examinar como a pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2) trouxe impactos para o trabalho de motoristas por aplicativos da área de entrega de alimentos (*delivery*) no Brasil. Nossa intenção é compreender como vêm se configurando as relações e condições de trabalho nesse contexto, tomando como recorte temporal o período de janeiro a outubro de 2020.

A relevância da discussão aqui apresentada é no sentido de contribuir para o debate no campo de estudo sobre o trabalho digital no capitalismo e as lutas da classe trabalhadora pelo reconhecimento de direitos, como verificado nos movimentos em escala mundial dos “breques” e atos políticos organizados por esses trabalhadores e trabalhadoras.

Assim, nosso olhar estará voltado para: entender como foram construídas as relações e condições de trabalho no período de pandemia; verificar se os trabalhadores por aplicativos tiveram orientação e/ou proteção das empresas-aplicativo nesse período; avaliar se esse momento extraordinário trouxe impacto na renda desses trabalhadores e identificar o seu perfil.

A metodologia adotada para alcançar os objetivos propostos envolve a pesquisa bibliográfica e documental em artigos, *sites*, dados estatísticos, documentos oficiais e legislação sobre o tema. Alguns dados e informações foram obtidos em bancos de dados, em estudos publicados por órgãos governamentais e privados e em instituições multilaterais de pesquisa.

Quanto à categoria de análise, o trabalho de *delivery* por aplicativos não tem definição homogênea entre as instituições e órgãos de pesquisas. Por vezes, não há sequer classificação precisa desse segmento. Nesse sentido, por exemplo, o IBGE publica dados com vários enquadramentos, tais como “entrega de mercadorias”, “traba-

lho por conta própria” e “trabalho informal” (IBGE, 2020a). Sendo assim, de modo a suprir incongruências e classificações muito amplas, nosso exame considerou os agrupamentos substancialmente mais aproximados ao objeto desta investigação: entregadores e entregadoras de alimentos, como motociclistas e ciclistas.

Após a presente introdução, estruturamos o texto em três partes: primeiro realizamos uma contextualização sobre o trabalho por aplicativos, suas identidades, facetas, operacionalização etc. Posteriormente, investigamos como as relações e condições de trabalho se configuraram durante a pandemia no Brasil. Na última seção, apresentamos as considerações finais.

2. O TRABALHO POR APPLICATIVOS

O trabalho por plataformas digitais se insere no contexto do sistema econômico hegemônico capitalista. Os processos de mundialização (CHESNAIS, 2000), financeirização e neoliberalismo tiveram amplo papel na acumulação de capital e na expansão e consolidação de hierarquias entre os Estados, bem como determinaram a formatação do trabalho em escala global. No Brasil, os reflexos desses efeitos tanto podem ser vistos em sua posição geopolítica como Estado periférico e dependente, quanto em suas relações e condições de trabalho, que têm sido marcadas pela desigualdade.

Assim, foi sendo erigida a economia de plataformas, que por meio de plataformas digitais conecta oferta e demanda e expande o acesso a bens e serviços. Sua estrutura empresarial sinaliza uma mudança fundamental no processo de *outsourcing*, permitindo que o trabalho supere as barreiras dos mercados de trabalho locais para potencialmente realizar tarefas de qualquer lugar do mundo para outro (GRAHAM; HJORTH; LEHDONVIRTA, 2017). Essa dinâmica se expandiu amplamente pelo setor de serviços, como os empregos de entrega de bens, que estão posicionados na base das hierarquias ocupacionais (HUWS, 2017).

Nesse modelo, as empresas detêm os meios de produção, quais sejam, as plataformas digitais. Na divisão do trabalho, ocorre a transferência dos custos dos empreendimentos para os trabalhadores e trabalhadoras, sejam de produção ou de reprodução do capital.

Por essa dinâmica, os *smartphones*, aliados às novas tecnologias, assumem presença fulcral para o trabalho digitalmente plataformizado, pois é por intermédio deles que o “gerente-algoritmo” controla o tempo, o trabalho, os cliques na tela, extraindo os dados de clientes e trabalhadores, administrando o trabalho de modo centralizado, determinando quem continua inscrito no aplicativo e quem é banido ou descredenciado.

Entretanto, não há limites claros de início e de final da jornada, podendo as pessoas que trabalham ser convocadas a qualquer momento. Elas ficam à disposição da empresa, permanecendo horas a fio conectadas e laborando para conseguir uma renda que dê conta de suprir minimamente suas necessidades de vida.

Desse modo, o capitalismo vai impingindo formas de trabalhos flexíveis, recorrendo a distintas maneiras de subordinação dos trabalhadores e trabalhadoras, de intensificação de jornadas e de expropriação do tempo de vida humano, utilizando essa dinâmica organizacional para aplicar o princípio de máxima eficiência em prol do lucro.

No caso do Brasil, existem dois grupos modais mais numerosos de entregadores e entregadoras por plataformas de *delivery*: *bikers* (ciclistas) e motociclistas. No trabalho por aplicativos, desenvolveram-se duas ramificações: os “trabalhadores da nuvem”, que laboram sem exigência de cumprimento de horários e jornada, servindo diretamente aos aplicativos; e a categoria dos operadores logísticos (OLs), empregados de empresas terceirizadas pelos aplicativos que têm de cumprir horários, sem vínculo trabalhista.

O controle do trabalho e as relações de subordinação são exercidos nas duas ramificações, embora mais aparentes em uma e mais camuflados na outra. A pesquisa de Filgueiras e Lima (2020) indica que a grande maioria do entregadores e entregadoras (89,3%) trabalha no regime de “nuvem”, sem predefinições explícitas de horário ou tempo de trabalho, enquanto 7,8% deles atuam sob regime de operação de logística, com horários definidos claramente por gerentes, embora sejam informais. Atualmente, motociclistas constituem 68% do quadro, ao passo que *bikers* são 30,1%, conforme a mesma pesquisa.

Os estudos de Abílio et al. (2020) demonstram que o perfil preponderante dos entregadores é de homens que se reconhecem como brancos ou pardos (83,9%), com idade entre 25 e 44 anos (78,2%). Quanto à cor ou “raça”, 39,9% se identificam como brancos, e 44%, como pardos.

Entre os respondentes das pesquisas de Abílio et al. (2020) e Filgueiras e Lima (2020), as pessoas do “sexo feminino” representam percentuais de 5,4%, e 4%, respectivamente. Constata-se assim a prevalência de homens jovens pardos exercendo o trabalho como entregadores de *delivery* por aplicativos.

Passaremos então a compreender de forma mais pormenorizada como a pandemia impactou esse tipo de trabalho no país.

3. TRABALHO POR APPLICATIVOS E PANDEMIA NO BRASIL

No Brasil, em 26 de fevereiro de 2020, o Governo Federal identificou o primeiro caso de infecção por Sars-CoV-2 (OLIVEIRA; ORTIZ, 2020). Algumas medidas de distanciamento social e quarentena foram tomadas ou rejeitadas pelos entes administrativos, configurando um cenário de aplicação de políticas heterogêneas.

Em 7 de outubro de 2020, contabilizavam-se 5.113.628 de casos confirmados, com 148.228 óbitos por conta do vírus, apresentando taxa de quase 3% de letalidade (BRASIL, 2020c). Com relação à esfera do trabalho, as apurações entre 3 de maio a 26 de setembro de 2020 do IBGE indicam 2,7 milhões de pessoas afastadas das suas atividades produtivas devido às providências de distanciamento social (BRASIL, 2020c).

Como pode ser observado, os dados referentes à pandemia sofrem alterações constantes, conforme compilação diária, semanal e mensal. Sendo assim, o quadro de infecção e de mortes no país não foi fechado, visto que a pandemia ainda está em curso.

Enquanto isso, o FMI prevê que a economia global deverá se contrair acentuadamente em 2020, em 3%, por conta da crise sanitária e dos seus reflexos econômicos (IMF, 2020). O órgão explicita que esse quadro é muito pior do que durante o abalo financeiro de 2008-2009.

As medidas em prol da saúde pública aplicadas no Brasil diante da ameaça do vírus revelaram não proteger todas as pessoas. Algumas delas não têm alternativa senão a mera sobrevivência, necessitando trabalhar na dura realidade que se impõe. São os denominados trabalhadores e trabalhadoras “essenciais”. Tal classificação foi estabelecida pelo Governo Federal em março de 2020 no decreto nº 10.282, posteriormente modificado pelo decreto nº 10.329, de 28 de abril de 2020, que em seu art. 3º, § 1º, alterou a redação do inciso XII para estabelecer que entregas realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico de alimentos são “atividades essenciais” (BRASIL, 2020a; 2020b).

Os trabalhadores “essenciais” estão entre os mais expostos à contaminação pelo vírus na pandemia e, a depender da categoria, tornam-se também os mais economicamente vulneráveis, ao mesmo tempo que são extremamente necessários para mover as engrenagens do sistema.

Dentro desse ramo de trabalho inserem-se os trabalhadores por aplicativos, categoria que já era precarizada e não tinha direitos trabalhistas reconhecidos no período anterior à crise de saúde, e, diante dela, ficaram ainda mais vulneráveis. Essas tendências, que já apontavam para condições de trabalho aviltadas, vêm sucessivamente se deteriorando no período pandêmico. No entendimento de Harvey (2020), há uma relação entre as vulnerabilidades precedentes no capitalismo e os impactos econômicos e demográficos da propagação do vírus.

Convém observar que a informalidade constitui-se em uma característica generalizada dos mercados de trabalho na América Latina, como atestam as pesquisas de Tornarolli et al. (2010). Mais recentemente, estudos das Nações Unidas em parceria com a OIT mostravam em 2019 uma deterioração na qualidade média do emprego em muitos países da região, devido à criação insuficiente de empregos assalariados e também por conta do aumento do emprego informal (ECLAC; ILO, 2020).

Os números indicam que a taxa média de desemprego na América Latina e no Caribe, que era de 8,1% no final de 2019, poderá subir entre 4 e 5 pontos percentuais no período da pandemia (ILO, 2020a). Dos 2 bilhões de trabalhadores e trabalhadoras informais no mundo, 1,6 bilhão enfrentam uma ameaça iminente para sua subsistência. A renda média da economia informal encolheu 60% no primeiro mês do período da crise de saúde. Isso trouxe um aumento dramático da pobreza, a ponto de o Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (World Food Programme) alertar, em abril, para o risco de que a próxima pandemia pode ser a da fome (ILO, 2020b).

O Brasil se insere nesse quadro, apresentando no 1º trimestre de 2020 cerca de 12,9 milhões de desocupados e 4,8 milhões de desalentados (IBGE, 2020b). No 2º trimestre de 2020, a taxa de desocupação no Brasil foi estimada em 13,3% (ILO, 2020b). Houve um aumento de 1,1 ponto percentual na desocupação (12,2%), em comparação com o 1º trimestre de 2020.

Os dados do instituto mostram que o setor de transporte apresentou, no 1º trimestre de 2020, em torno de 4,8 milhões de desocupados (IBGE, 2020d), enquanto que no 2º trimestre do mesmo ano, há cerca de 4,3 milhões de ocupados, uma redução de 529 mil em comparação com o 1º trimestre de 2020 (IBGE, 2020g).

Esses dados demonstram que o desemprego no país ainda atinge uma elevada quantidade de pessoas, que buscam estratégias de sobrevivência das mais diversas, a popularmente denominada “viração”.

Nesse mesmo período, a informalidade no contexto nacional atingiu a taxa de 39,9% da população ocupada, representando um contingente de 36,8 milhões de trabalhadores e trabalhadoras informais. No trimestre móvel anterior, essa taxa havia sido de 41% (IBGE, 2020e). Portanto, constata-se um cenário preexistente de informalidade do mercado de trabalho brasileiro, que representa quase metade das ocupações no país.

Acrescenta-se, ainda, que a queda da informalidade no 2º trimestre de 2020 não se traduziu em um preenchimento por postos formais de trabalho, e sim em desocupação por falta de empregos de qualquer espécie (seja formal ou informal), elementos que demonstram ser os primeiros efeitos da pandemia na economia.

Verifica-se, simultaneamente, uma tendência de retração da quantidade de postos formais e de “descontratualização”, que deixa muitos trabalhadores e trabalhadoras na zona cinzenta da informalidade, isso quando conseguem obter alguma ocupação informal. Por essa via, o mercado de trabalho na atualidade está caracterizado pela coexistência do trabalho com garantias mínimas legais, por um lado, e do trabalho aviltado e vulnerável, por outro.

Esses aspectos também são indício de que as empresas se beneficiam da informalidade do mercado. Dados do IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) indicam que no país ocorreu um aumento de 136% no número de motoristas por aplicativo de 2012 a 2019 (CARDIM, 2020). Esse número é expressivo, demonstra que essa profissão constitui a fonte de renda de parcela significativa da população brasileira que se encontra na informalidade, e também evidencia que as empresas-aplicativo estão se apropriando intensamente dessa mão de obra.

Dessa forma, o mercado de trabalho, que já era marcado pelo desemprego e informalidade, passou e passa por mais obstáculos, advindos da pandemia, como o risco de exposição a um vírus potencialmente mortal e o aumento da vulnerabilidade de algumas categorias profissionais.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), órgão vinculado à Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, demonstram que du-

Nesse panorama, as empresas-aplicativo visualizaram um enorme contingente de pessoas disponíveis para submeter às suas regras, por estarem elas coagidas por suas condições materiais de existência, como o temor ao desemprego e à fome, ou por serem jovens que têm dificuldade em encontrar um posto de trabalho formalizado

rante a pandemia ocorreu o encolhimento do número de postos de trabalho formal no Brasil. Em maio de 2020, o saldo ficou em -331.901 postos, com 703.921 admissões e 1.035.822 de desligamentos. No âmbito do setor de transporte, por período, os seguintes números foram apresentados como saldo entre desligamentos e admissões: em janeiro: -1.547; em fevereiro: 9.670; em março: -5.689; em abril: -52.897; em maio: -26.629; e em junho: -8.311. Já a categoria “outros serviços” registrou para 2020: em março: -9.034; em abril: -32.429; e em maio: -14.027 (BRASIL, 2020d; 2020f).

Diante desse quadro, nota-se como a pandemia provocou uma retração de contratação pelo mercado, com o aumento de desligamentos dos postos de trabalho formais alargando ainda mais a base da pirâmide. O setor de transportes também foi fortemente impactado, atingindo o pico de retração em abril de 2020 (BRASIL, 2020).

Segundo Manzano e Krein (2020), após a inflexão decorrente da crise recessiva de 2015-2016, ocorreu aumento significativo do número de pessoas desempregadas que buscavam uma fonte de renda, especialmente entre homens negros, jovens e pessoas com idade mais avançada, que recorreram ao trabalho por aplicativos. Percebemos como as crises e o desemprego precedentes incidem na pandemia, podendo perdurar e/ou agravar as relações e condições de trabalho, em especial para esse perfil de trabalhador.

Com o desemprego, os jovens têm mais facilidade de encontrar postos de trabalho na informalidade. No entanto, isso pode gerar reflexos. Cruces, Ham e Viollaz (2012), em suas pesquisas, vislumbravam que a inserção dos jovens no mercado de trabalho, no contexto da recessão global, poderia ter consequências duradouras em várias dimensões socioeconômicas.

Nesse panorama, as empresas-aplicativo visualizaram um enorme contingente de pessoas disponíveis para submeter às suas regras, por estarem elas coagidas por suas condições materiais de existência, como o temor ao desemprego e à fome, ou por serem jovens que têm dificuldade em encontrar um posto de trabalho formalizado.

No que se refere à renda desses entregadores e entregadoras, primeiramente analisaremos dados de pesquisas anteriores à pandemia, para em seguida compará-los com os números obtidos no momento da crise sanitária, com a intenção de averiguar se esse período impactou nos rendimentos do trabalho.

Uma pesquisa realizada por Antunes e Filgueiras (2020) em 2019, com 26 entrevistas a trabalhadores e trabalhadoras de entrega, sinalizou que havia um rebaixamento na renda dessa classe. Os autores afirmam que as baixas remunerações são condição essencial para a submissão dos trabalhadores a longas jornadas. Segundo a pesquisa, trabalhando 9h24min por dia em São Paulo, os entregadores ganhavam R\$ 936 por mês, valor que cairia para R\$ 762,66 se obedecida a jornada legal de 44 horas semanais. Na cidade de Salvador (BA), um entregador recebia, em média, R\$ 1.100 por mês; mas, cumprindo uma jornada de 44 horas, conseguiriam apenas R\$ 780,64 mensais. O estudo concluiu que em ambos os casos a renda média da jornada regular era muito inferior ao salário mínimo. Essa análise pré-pandemia já demonstrava um cenário de aviltamento do trabalho por plataformas no país.

Para compreender o cenário em 2020, é importante apresentar os dados do IBGE acerca da renda no setor de transporte. Nessa área, o rendimento médio real das pessoas ocupadas no trimestre de março, abril e maio de 2020 era de R\$ 2.223 (IBGE, 2020c). Nas pesquisas do instituto, o trabalho de *delivery* é classificado no grupo “entregador de mercadorias”, que engloba trabalhadores e trabalhadoras de restaurante, de farmácia, de loja, de aplicativos etc. Também pode ser enquadrado como “trabalho por conta própria” no segmento de alimentação, ou na categoria mais ampla de “trabalho informal” (IBGE, 2020a).

Conforme os dados da Pnad Covid-19 realizada pelo IBGE sobre o mês de junho, o “trabalhador por conta própria” teve como rendimento efetivo o valor de R\$ 1.163,58, e como rendimento habitual o valor de R\$ 1.834,48; o que dá uma razão de 63,4 entre os proventos.

Ao promover uma comparação desses dados com outros estudos, como o de Manzano e Krein (2020), observamos que os entregadores por aplicativo trabalham mais horas que a média do total de ocupados e possuem rendimentos inferiores, em alguns casos com média de rendimento muito próxima a 1 salário mínimo. Os autores constataram que o rendimento médio mensal real do total de ocupados no Brasil aumentou 7,4% no período de 2012 a 2020, e o rendimento médio mensal de motociclistas caiu 6,4%. Desse modo, esses trabalhadores e trabalhadoras tiveram perdas reais significativas de 2012 a 2020, atribuindo-se esse quadro, em parte, pelo efeito composição, ao aumento de trabalhadores e trabalhadoras por aplicativo no setor.

Em pesquisa de abrangência nacional com ênfase em grandes cidades, com 270 entregadores e entregadoras, Abílio et al. (2020) assinalam uma queda significativa de remuneração na pandemia. Os resultados revelam que 47,4% declararam rendimento semanal de até R\$ 520 (o que corresponderia a aproximadamente R\$ 2.080

mensais), e 17,8% obtiveram renda de até R\$ 260 por semana (aproximadamente R\$ 1.040 mensais). Durante a pandemia, a parcela de entregadores que obtinham remuneração inferior a R\$ 260 semanais praticamente dobrou, passando a compor 34,4%. Notamos aumento significativo, de 9,4%, no ingresso de trabalhadores e trabalhadoras nesse setor durante a crise sanitária.

Filgueira e Lima (2020) também produziram um estudo nacional envolvendo 103 indivíduos, realizado em julho de 2020. Os dados recolhidos revelaram a queda de 18,7% nos rendimentos líquidos dos entregadores na pandemia. A pesquisa considerou o rendimento líquido para um mês de trabalho, sinalizando que 44% deles conseguiram menos do que 1 salário mínimo, e 85%, menos do que 2 salários mínimos.

Nos estudos de Santana e Braga (2020), a categoria de *delivery* recebeu um alto contingente de novos membros, o que provocou aumento do lucro dos aplicativos. Essa questão também foi observada nas pesquisas de Manzano e Krein (2020), aumentando a competição entre os entregadores e empurrando para baixo os seus rendimentos. Os dados correlacionados sinalizam a redução nos rendimentos dos entregadores durante a pandemia e a provável queda na qualidade de vida deles.

Contudo, enquanto há um aumento da carga laboral desses sujeitos no período pandêmico, por outro lado ocorreu o incremento dos lucros das empresas-aplicativo. A título ilustrativo, a Uber Eats registrou crescimento de 53% das receitas no período extraordinário, o que correspondia a US\$ 819 milhões (SOPRANA, 2020). Em outras empresas-*app*, também foram notadas elevações dos rendimentos.

Esses dados revelam que houve aumento da demanda pelo serviço de entregas no momento da crise sanitária em comparação com o período pré-pandemia, ocasionado provavelmente pelas medidas de isolamento social e pelo comportamento dos consumidores nesse lapso temporal.

Diante desse quadro, é importante compreender se a renda auferida pelos trabalhadores e trabalhadoras é suficiente para sua manutenção. Uma pesquisa do Dieese (2020) indica que o salário mínimo necessário para aquisição de uma cesta básica de alimentos no país em junho de 2020 era de R\$ 4.595,60, enquanto o salário mínimo nominal estava em R\$ 1.045.

Verifica-se o quão disparatada é a renda média dos trabalhadores de *delivery* em comparação ao custo da cesta básica necessária para que possamos falar em termos de “dignidade da pessoa humana”, como estabelece a Constituição (BRASIL, 1988), ou mesmo em “trabalho decente”, conceito adotado pela OIT (ILO, 2019).

Por outro lado, é necessário ater-se aos impactos da crise sanitária sobre a jornada de trabalho. A inquirição de Abílio et al. (2020) demonstrou que a percepção dos entregadores e entregadoras é que o crescimento da jornada está relacionado ao grande número de contratações durante a pandemia, o que provocou a diminuição das entregas por trabalhador. Assim, para manter os rendimentos, é necessário laborar mais horas. Associada a isso, houve redução de períodos com tarifas dinâmicas e redução de oferta de prêmios.

Manzano e Krein (2020) chamam a atenção para a constatação de que, entre motociclistas, a jornada média de trabalho teve uma queda de 12,9% do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2016, saindo de 48,9 horas semanais para 42,6 horas e perdurando em nível próximo a esse até o primeiro trimestre de 2020 (42,5 horas). Os autores ressaltaram que, apesar de a tendência de redução da jornada dessa ocupação ter sido mais acentuada do que a diminuição da jornada média do total de ocupados, em 2020 aquela era superior à média total, passando das 40 horas semanais.

Por sua vez, os entregadores e entregadoras de mercadorias pouco diminuíram sua jornada de trabalho semanal em maio de 2020, com média de 32,1 horas semanais, enquanto motociclistas nesse período trabalharam efetivamente 74,7% das horas habituais (que eram 42,5 horas no primeiro trimestre de 2020) (MANZANO; KREIN, 2020).

Filgueiras e Lima (2020) apuraram a ocorrência de longas jornadas dos entregadores. Para quem tinha no aplicativo sua única ocupação, a média era de 10h 24min por dia, o que dava 64,5 horas semanais, o que significa, com relação a uma jornada normal, mais de 20 horas extras todas as semanas. Constataram ainda que, em média, eles trabalhavam 6,16 dias por semana, e 40% trabalhavam todos os dias. Nota-se que os dados de Manzano e Krein (2020), ao indicarem jornada superior a 40 horas semanais, aproximam-se dos números obtidos na pesquisa de Filgueiras e Lima (2020), que mostram uma jornada de 55 horas semanais em recorte mais amplo e genérico.

Em pesquisa exploratória realizada pela Aliança Bike (2019) entre 20 e 30 de junho de 2019 na cidade de São Paulo (SP), com 270 entrevistas, a associação identificou que 57% dos ciclistas trabalhavam todos os dias, e a média de horas à disposição do aplicativo era de 9h 24min por dia. Assim, 50% trabalhavam até 10 horas e 75% trabalhavam até 12 horas diariamente. Sobre a distância percorrida, foi constatado que 30% pedalavam mais de 50 km por dia para realizar as entregas. O estudo observou também que a principal motivação para fazer entregas por aplicativo foi o desemprego (59%), seguido pelo gosto de andar de bicicleta (14%) e trabalho para fazer nas horas vagas (11%). Verificou-se que, em média, ciclistas fazem 9 entregas por dia. Além disso, a média dos rendimentos mensais dos que trabalhavam até 5 horas era de R\$ 466,20, enquanto os que trabalhavam mais de 12 horas percebiam em média R\$ 995,30.

Nesse estudo, os entregadores e entregadoras ciclistas consideravam importantes: “local de apoio com água, banheiro, tomada, oficina” (35%); “seguro de invalidez temporária” (35%); “seguro para bicicleta” (19%); enquanto 11% mencionaram outras opções (ALIANÇA BIKE, 2019, p. 6).

O trabalho de entregas por bicicleta possui suas particularidades, como a possibilidade de o prestador de serviços adquirir uma bicicleta ou alugá-la por meio de um serviço de bicicletas compartilhadas. Isso torna o custo da ferramenta de trabalho mais baixo e acessível para camadas socioeconômicas com menor poder de compra. Ademais, o desemprego foi o fator preponderante na busca por esse traba-

lho, e grande parte desses trabalhadores e trabalhadoras passava longas jornadas trabalhando, assim como a categoria de motociclistas por aplicativo, com rendimento mensal também baixo.

Por outro lado, cabe pontuar que as pesquisas avaliadas até o momento demonstram que há poucas mulheres atuando no setor de entrega de alimentos por aplicativos, por vários motivos. Uma reportagem da agência Pública menciona o desempenho físico como uma exigência dos restaurantes e aplicativos para exercer o trabalho de entregas, e constam relatos de mulheres que denunciam receber menos pedidos de entregas que os homens, entre vários outros percalços enfrentados por elas (DOLCE, 2019).

Diante desses números, compreender a realidade enfrentada pelas entregadoras é essencial. No documentário *Entregue como uma garota* (2020) com direção e produção de Adriana Marmo, Luciana Cury e George Queiroz, são abordadas várias questões que explicam a baixa aderência e contratação de mulheres para exercer o trabalho de entregas, como o machismo dos representantes dos restaurantes, que duvidam da capacidade delas de suportar peso para transportar as encomendas, o assédio de clientes e homens em geral e a falta de locais específicos de troca de roupas para as mulheres. A produção traz um dado da Fundação Instituto de Administração, segundo a qual apenas 2,6% do serviço de entregas é feito por mulheres (ENTREGUE..., 2020).

Acompanhando relatos de entregadoras em grupos da internet, observamos também que muitas reclamam que as bags, mochilas usadas para transportar alimentos ou objetos de entrega, são projetadas nos moldes do corpo masculino, e não para o tamanho e proporção medianos do corpo feminino, o que lhes causa desconforto no uso.

Diante dessas questões, alguns movimentos sociais começaram a se insurgir contra o viés masculino preponderante no setor de entregas. A revista *Elástica* discorreu sobre o surgimento de coletivos acolhedores para as mulheres e LGBTQI+ que trabalham por aplicativos, como o TransEntrega, dedicado às pessoas transexuais e travestis, e o Señoritas Courier, equipe de cicloentrega composta somente por mulheres e pessoas LGBTQI+ (AUN, 2020).

Por outro prisma, a verificação sobre se os trabalhadores por aplicativo tiveram orientação e/ou proteção das empresas durante a pandemia também é relevante. Nessa direção, analisamos suas páginas na *internet* e em *sites* secundários, comparando-os com dados e informações de pesquisas que investigaram o ponto de vista deles.

Em nota técnica de 19 de março de 2020, a Conafret, integrada ao Ministério Público do Trabalho, determinou que os custos da difusão das informações e orientações sobre as providências de controle da covid-19 destinadas a profissionais do transporte caberiam às empresas de plataformas digitais, que deveriam distribuir produtos e equipamentos necessários à proteção e desinfecção, assim como promover treinamentos adequados para que os procedimentos de proteção fossem realizados de maneira eficaz, sem quaisquer ônus para os entregadores (BRASIL, 2020g).

Os entraves burocráticos para acesso aos benefícios também fazem questionar se as empresas estão genuinamente comprometidas em auxiliar os entregadores e entregadoras na pandemia

A Associação Brasileira Online to Offline (ABO2O, 2020) e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL, 2020), entre outras empresas e agremiações de plataformas de tecnologia, lançaram o “Guia para uma entrega segura em casa para todos”, com o objetivo de ajudar empresas, clientes e trabalhadores a cumprir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) na prevenção e combate à covid-19. O manual conta com orientações para entregadores terem o mínimo contato possível com clientes, indicando protocolos de higienização.

Além disso, a Abrasel (2020) divulgou um material para cuidados de higiene no *delivery* para bares e restaurantes, com orientações mais sintéticas. A pandemia chegou ao Brasil após vários países já terem enfrentado suas consequências, desdobrando-se em ações para contenção da crise. O país teve mais tempo hábil para planejar estratégias de combate e proteção contra a crise. No entanto, as medidas em prol da saúde dos entregadores não foram adotadas desde o início pelas instituições e empresas. Durante e após a publicização desses documentos, não se apresentaram provas de que os entregadores tiveram alguma proteção durante o período de crise sanitária. Chama a atenção o fato de que esses guias apenas apareceram publicados pouco tempo depois da emergência de protestos da categoria, que eclodiram em abril e início de julho de 2020.

Algumas empresas divulgaram na mídia outras ações. O iFood (2020) criou dois fundos destinados a trabalhadores e trabalhadoras com covid-19, com mais de 65 anos ou pertencentes ao grupo de risco. A Rappi (2020) criou um fundo de emergência para proporcionar assistência financeira por até 15 dias para entregadores que tivessem 60 anos ou mais. Por sua vez, a Uber anunciou a criação de um fundo de R\$ 32 milhões para apoiar motoristas e entregadores que contemplava a distribuição de kits de limpeza e higiene (GATTIS, 2020).

Contudo, uma reportagem da Repórter Brasil de 2020 sobre o trabalho por aplicativo na pandemia apurou que a burocracia e as dificuldades de comunicação dos trabalhadores com as empresas distanciavam da percepção desses benefícios. Ocorreram relatos de falta de transparência na aplicação dos recursos desses fundos e de dificuldade no acesso à assistência financeira. Outro aspecto criticado dizia respeito à comunicação com os aplicativos. Os trabalhadores e trabalhadoras alegavam que os robôs não resolviam os seus problemas e faltava telefone ou e-mail

para contato, ou seja, não havia interlocutores humanos para resolver essas questões (LOBATO, 2020).

Diante dessa problemática imposta pela automação, a OIT (ILO, 2019) vem defendendo em seus documentos públicos a abordagem *human-in-command* para garantir que as decisões finais que afetam o trabalho sejam tomadas por seres humanos, não por *algoritmos*. A proposta é necessária; entretanto, é insuficiente para perfazer uma proteção efetiva a esses trabalhadores, pois a “mão humana” não impede a precarização do trabalho, como no exemplo de gerentes de operadores logísticos e tantas outras situações de terceirização que apresentam intermediação humana, mas isso não se reflete na melhoria das condições de trabalho.

A adoção de regras especiais pelos fundos, como as aplicáveis a funcionários com 60 anos ou mais, não é uma disposição ampla, pois não contempla a maior parte da força de trabalho desses aplicativos, que é composta por jovens. É, na verdade, um critério minoritário.

Os entraves burocráticos para acesso aos benefícios também fazem questionar se as empresas estão genuinamente comprometidas em auxiliar os entregadores e entregadoras na pandemia. A baixa testagem de infecção, somada ao quase colapso do sistema de saúde brasileiro, faz com que muitos infectados não tenham como comprovar às empresas que estão com covid-19.

O *site* The Intercept entrevistou alguns trabalhadores que afirmaram que, caso tivessem sintomas da doença, iriam procurar atendimento médico e entrar em contato com as empresas. No entanto, eles asseguraram que as empresas pouco orientaram acerca de medidas em caso de adoecimento (LARA; BRAGA; RIBEIRO, 2020).

A investigação de Abílio et al. (2020, p. 12-13), ao questionar entregadores sobre as medidas preventivas adotadas pelas empresas na pandemia, observou que 172 entrevistados (57,7%) responderam não ter recebido nenhum apoio das firmas para diminuir os riscos de contaminação durante a realização do seu trabalho, enquanto 126 (42,3%) disseram ter recebido insumos de proteção ou orientações. A pesquisa demonstrou ainda que houve repasse de orientações para trabalhar com menor contato com clientes (57%), e 45% dos entregadores obtiveram álcool-gel.

Esses dados coletados demonstram que uma quantidade significativa de entregadores por plataforma ainda carece de orientações e proteções no período pandêmico para que possa trabalhar de forma mais segura. Também revelam que as empresas agiram tardiamente e timidamente para protegê-los, não demonstrando concretamente a aplicação dos recursos daqueles fundos.

Diante disso, os trabalhadores começaram a se manifestar. Em 1º de julho de 2020 teve início o ato político “1º Breque dos Apps”, reivindicando melhorias das condições de trabalho para a categoria. Após o primeiro ato, várias outras edições ocorreram. O ato político dos “breques” luta pelo fim de bloqueios indevidos pelos aplicativos, pela disponibilização de EPIs (equipamentos de proteção individual) para que os entregadores possam trabalhar com maior segurança durante a pandemia, e

pelo apoio dos aplicativos em decorrência de acidentes (RIBEIRO, 2020). Clamam ainda por reajuste das taxas de entrega, que atualmente variam entre R\$ 4,50 e R\$ 7,50, sem reajustar anualmente o serviço; requerem a adoção de uma tabela de preços entre entregadores e aplicativos; e reivindicam esclarecimento sobre os programas de classificação funcional de entregadores (OLIVEIRA, 2020).

Diante das questões expostas, uma possível regulação legal deve ser respaldada por intermédio do diálogo com as categorias que sentem cotidianamente os efeitos do trabalho precário. A construção de melhores condições laborais também pode vir por meio da criação ou fortalecimento de estruturas de proteção aos trabalhadores e trabalhadoras, como sindicatos e análogos, para buscar melhores condições de vivência e não de mera sobrevivência.

Enquanto isso, a Organização das Nações Unidas aponta para um novo contrato social (UN, 2020), e o Fórum Econômico Mundial (WEF, 2020) apoia um grande “reset” do sistema capitalista pós-pandemia.

Na visão da ONU, a crise sanitária revela a possibilidade de emergir um “novo contrato social” que, em seus termos, seria um avanço nas suas metas de desenvolvimento, as quais prescrevem economias mais verdes e inclusivas e sociedades mais fortes e resilientes (UN, 2020).

O Fórum Econômico Mundial, por sua vez, defende uma redefinição global do trabalho. Para tanto, avalia que antes da pandemia o mundo do emprego vitalício já havia desaparecido. Assim, considera a Quarta Revolução Industrial um evento em curso, necessário e imprescindível, que está mudando o mundo do trabalho. Desse modo, seria necessária a qualificação constante por parte dos funcionários e executivos diante da “nova era digital”, com uma “aprendizagem intencional” por parte das pessoas (FLEMING, 2020). Esse chamado pela requalificação vem acompanhado de uma defesa da rápida adoção de tecnologias e de uma governança sob responsabilidade não especificada (DI CARO, 2020).

Nessa linha, Schwab (2020), fundador e presidente executivo do Fórum Econômico Mundial, defende uma redefinição do capitalismo em prol da superação da pandemia. Propõe, em síntese, uma reestruturação tributária, regulatória e fiscal, alterações nos impostos sobre a riqueza, retirada dos subsídios aos combustíveis fósseis e novas regras relativas à propriedade, para, em seus termos, criar um novo sistema, que seja mais resiliente, justo e sustentável a longo prazo.

Esses discursos não são novidade. Antes da crise sanitária já havia tratativas e acordos sobre a redução dos níveis de carbono para substituição de combustíveis fósseis por energias menos degradantes para o meio ambiente. No entanto, as deliberações, em geral, sempre foram tímidas no sentido de entregar resultados eficazes para reduzir o impacto da exploração na natureza, contrariando as orientações da comunidade científica. Inclusive, isso ensejou a criação de um mercado de nicho — o mercado de carbono — e possibilitou que os maiores poluentes se esquivassem das suas responsabilidades, terceirizando-as para países subdesenvolvidos.

O “reset” e o “novo contrato social” nada mais são do que propostas da reestruturação produtiva já em curso, agora de forma intensificada. Nesses discursos, existe a pretensão de enterrar qualquer resquício de empregos mais duradouros, típicos da era fordista, para estabelecer as condições propícias visando ao aprofundamento da acumulação flexível, com empregos intermitentes e desprotegidos

No tocante à discussão sobre a Quarta Revolução Industrial, o próprio Fórum Econômico Mundial reconhece que menos de 9% das empresas atualmente usam tecnologias avançadas (DI CARO, 2020). Apesar do desemprego causado pelo avanço da tecnologia, o documento não demonstra preocupações quanto a isso, nem sequer é propositivo a respeito de alguma regulação que combata o problema. Pelo contrário, usa esse cenário — que ainda não chegou — como justificativa para o novo pacto social apresentado, expondo a necessidade de intensificação da automação. A Quarta Revolução Industrial, teoricamente, traria a convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas. Contudo, isso ainda não está implementado e devidamente estruturado para que já possamos falar em termos de uma nova Revolução Industrial. O uso do termo tem um propósito mais persuasivo do que técnico.

Gurvitch (1964 apud HARVEY, 2016), ao elaborar uma tipologia dos tempos sociais, verificou que numa formação social capitalista, baseada na competitividade e na especulação, a noção do tempo encontra-se à frente dele; isto é, o tempo é acelerado, por exigir ação e inovação transformadoras, e por se apresentar na forma de futuro que se torna presente. Diante disso, verifica-se o quão problemática é essa antecipação de um suposto futuro através da tecnologia.

Quanto ao posicionamento do fórum em relação às reformas tributárias e regulatórias, observa-se um discurso mercadológico que já vinha sendo empregado. O neoliberalismo busca a privatização funcional do Estado, para que ele se torne comprometido com a recuperação e manutenção da taxa de lucro, garantindo a continuidade do capitalismo (PRADO, 2005, p. 133). Por conta disso, o setor privado sempre buscará essas reformas, para ampliar sua esfera de atuação, reduzir o controle do Estado sobre seus lucros e garantir a apropriação privada da riqueza comum.



O “novo contrato social”, sob o verniz do progressismo verde, também oculta a intensificação da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras e o fim das legislações protetivas do trabalho

Assim, o “reset” e o “novo contrato social” nada mais são do que propostas de reestruturação produtiva já em curso, agora de forma intensificada. Nesses discursos, existe a pretensão de enterrar qualquer resquício de empregos mais duradouros, típicos da era fordista, para estabelecer as condições propícias visando ao aprofundamento da acumulação flexível, com empregos intermitentes e desprotegidos, visualizando a pandemia como a oportunidade para isso. Nesses termos, “resiliência” e “flexibilidade” são as palavras de ordem mercadológicas deste momento.

O “novo contrato social”, sob o verniz do progressismo verde, também oculta a intensificação da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras e o fim das legislações protetivas do trabalho, trazendo a narrativa da “modernização” e do empreendedorismo para alavancar o lucro das empresas, à custa da vida e do trabalho da classe trabalhadora. Como asseverou Harvey (2016, p. 65-66), “os trabalhadores [...] são colocados numa posição em que não podem fazer nada, exceto reproduzir pelo trabalho as condições de sua própria dominação”.

Os discursos proferidos por essas instituições são típicas teses de negação do trabalho diante da automação. Explicam Filgueiras e Cavalcante (2020) que a primeira tese de adeus ao trabalho visava marginalizar ou até abolir o trabalho humano na produção. Com semelhante viés, mas com nova roupagem, o novo adeus à classe trabalhadora aponta para um declínio estrutural do trabalho assalariado e prega a im-

possibilidade da regulação do emprego por meio do direito do trabalho. Evidencia-se um acirramento da retórica neoliberal.

Explica-se assim a insistência em enunciar a destruição das formas de trabalho antecessoras do paradigma que se impõe, como a do regime salarial legalmente reconhecido. Essa concepção de aniquilamento é sintetizada no conceito de “*destruição criadora*” de Schumpeter (1961, p. 110), que traz a inovação mediante a modificação por dentro do sistema, destruindo o antigo elemento e criando novos. Essa é a orientação ideológica neoliberal por trás desses discursos de reconfiguração, que apresentam projeções como se o mundo fosse sair melhor da pandemia.

Essa visão rósea dos processos históricos no capitalismo parte da crença ideológica do progressismo técnico, somada ao entusiasmo diante do novo, apresentando a tecnologia como solução para todos os problemas. A classe capitalista recorre a uma mistificação e reificação (MARX, 2015) de um provável futuro pós-pandêmico, para manter o controle sobre esses processos e ocultar a dominação de classes.

Ao refletir sobre semelhantes questões, Marx e Engels (2001, p. 48) conceberam o conceito de ideologia em sua obra *A ideologia alemã* (1932) asseverando que “os pensamentos dominantes nada mais são do que expressão ideal das relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias”. Essa concepção ainda opera no presente, ao se observar a continuidade das ideias de dominação de uma classe sobre a outra, como demonstramos.

Diante disso, apesar de esses movimentos serem apresentados de forma idealizada, eles são marcados por contradições e antagonismos nos processos históricos do sistema capitalista, como a coexistência da riqueza e da miséria pela apropriação dos frutos do trabalho humano (MARX, 2015).

Ademais, as questões históricas e sociais não são simples como o idealismo pressupõe. Elas possuem complexidades. Por exemplo, fomentar o avanço da automação sem considerar que cerca de 60% de todas as ocupações da atualidade podem ter 30% das suas atividades automatizadas (MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE, 2017) e que muitas pessoas terão de mudar de posto de trabalho ou de profissão é encobrir os impactos sociais que isso pode causar. Além disso, como esperar um cenário melhor após a pandemia enquanto dados da Cepal (2020) sinalizam um aumento da pobreza, da pobreza extrema e das desigualdades em toda a América Latina?

Recorrer ao fetichismo tecnológico, apresentando a tecnologia como a saída para a crise sanitária, acaba por ocultar quem são os proprietários dessas tecnologias. Isso também direciona as atenções para a atuação da iniciativa privada, tirando de evidência o papel do Estado e da sociedade civil na resolução dessas questões, como na superação da pandemia.

A propositura de um novo regime de acumulação passa ao largo das questões urgentes que precisam ser enfrentadas pela sociedade, como o fim da superexploração do trabalho; a defesa eficaz do meio ambiente com responsabilização dos poluidores; a coibição dos monopólios; a justiça agrária; uma renda básica universal somada à

manutenção de serviços públicos gratuitos e universais e com empregos assalariados; uma política de pleno emprego; a taxação das grandes fortunas etc. Nenhuma dessas pautas está presente nas agendas de reconfiguração postas por essas instituições, que estão preocupadas meramente em manter a sustentabilidade do sistema.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia da informalidade, gestada no capitalismo num contexto de desigualdades socioeconômicas e acentuação da precariedade, é uma problemática extremamente atual e que no contexto da pandemia de covid-19 deixa os trabalhadores e trabalhadoras sem armas, sob total jugo das empresas-aplicativo.

Neste artigo constatamos que as relações e condições de trabalho na pandemia foram construídas de modo desnivelado e com o aprofundamento da informalidade no setor de entregas, que se tornaram mais inseguras e arriscadas neste período de crise sanitária. Verificamos também que os trabalhadores e trabalhadoras por aplicativos tiveram orientação tardia e insuficiente por parte das “firmas *tech*”. Além disso, averiguamos que a proteção conferida por estas atingiu apenas uma parcela dos trabalhadores, conforme os seus relatos, enquanto um vasto contingente continua desprotegido nesse período, sem nenhuma assistência.

As pesquisas demonstraram que a pandemia rebaixou a renda de grande parte desses trabalhadores, que são majoritariamente homens jovens pardos e utilizam como principais veículos as motocicletas e bicicletas. Os entregadores por aplicativo, ao notarem os riscos do trabalho na pandemia, se insurgiram por meio dos “breques”, conclamando a sociedade participar.

Observamos ainda a propagação dos discursos de negação do trabalho e de intensificação da automação pelo Fórum Econômico Mundial (WEF, 2020) e apresentação de um “novo contrato social” pela ONU (UN, 2020) como panaceia para a superação dos problemas socioeconômicos causados pela pandemia. Ponderamos que essas retóricas são expressão do acirramento da ideologia neoliberal das classes dominantes para controlar as formas de consciência social e legitimarem os seus interesses econômicos (MARX; ENGELS, 2001).

Diante disso, um hipotético período pós-pandemia caminha rumo a um horizonte de incertezas. No entanto, não visualizamos um fim das formas desconstrutivas de trabalho, a menos que os trabalhadores e trabalhadoras consigam pactuar suas lutas e façam reivindicações políticas de peso, não aceitando contratos de trabalho fraturados e exploração extenuante do labor.

O futuro demonstrará se haverá um retrocesso social com intensificação das precarizações ou a constituição de trabalho digno para os trabalhadores. Nada está determinado. Cartas podem ser embaralhadas e a história pode ser reescrita, e será definida pela correlação de forças entre os capitalistas e os trabalhadores e trabalhadoras, o que Marx (2015) denominou de “luta de classes”.

Urge a construção de uma nova forma de sociabilidade humana. É necessário que essas experiências deletérias e os lutos da pandemia tragam reflexão e mudanças, fazendo emergir uma nova forma de compreender e lidar com o mundo, que não vise aos termos estreitos do lucro em detrimento da vida humana.

* Mestranda em Ciências Humanas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Oeste da Bahia (PPGCHS-Ufob). Bolsista (CNPq/Capes). ID Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-3837-7415>>. ID Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8000123157120608>>. *E-mail*: libialuizac@gmail.com

** Doutora em Ciências Sociais (IFCH/Unicamp). Docente do PPGCHS - Ufob. ID Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9490265243088532>>. *E-mail*: cacilda.freis@hotmail.com

Este trabalho é parte da dissertação de mestrado de Líbia Luíza Carneiro do Nascimento pelo PPGCHS-Ufob, com apoio da Capes/CNPQ e orientação da professora doutora Cacilda Ferreira dos Reis.

► Texto recebido em outubro de 2020; aprovado em outubro de 2020.

ABÍLIO, Ludmila Costhek et al. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 3, p. 1-21, jun. 2020. Disponível em: <cutt.ly/Jfz4XL5>. Acesso em: 18 jul. 2020.

ABOZO. **Empresas de tecnologia se unem e lançam guia de prevenção à covid-19**. São Paulo, 17 abr. 2020. Disponível em: <o2obrasil.com.br/guia-delivery>. Acesso em: 11 ago. 2020.

ABRASEL. **Conheça as iniciativas para ajudar bares e restaurantes a superar a crise**. Belo Horizonte, 26 mai. 2020. Disponível em: <cutt.ly/ofz4BDz>. Acesso em: 11 ago. 2020.

ALIANÇA BIKE. **Pesquisa de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo**. São Paulo, 17 jul. 2019. Disponível em: <cutt.ly/ngjkY6T>. Acesso em: 6 out. 2020.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais/ Uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr.-jul. 2020. Disponível em: <cutt.ly/4fz4C8j>. Acesso em: 2 ago. 2020.

AUN, Heloisa. Seu pedido está a caminho. **Elástica**, 7 out. 2020. Disponível em: <cutt.ly/mgjkEML>. Acesso em: 13 out. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988.

_____. Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, 2020a. Disponível em: <cutt.ly/dfz8UyW>. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____. **Decreto nº 10.329, de 28 de abril de 2020**. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, 2020b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10329.htm#art1>. Acesso em: 1 nov. 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Painel coronavírus**. Brasília, 2020c. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 1 nov. 2020.

_____. Ministério do Trabalho. Caged. **Painel de informações do Novo Caged**. Brasília, 2020d. Disponível em: <cutt.ly/5gjkvnw>. Acesso em: 7 out. 2020.

_____. Ministério do Trabalho. **Novo Caged 2020**: admissões, desligamentos e saldo por nível geográfico. Brasília, maio 2020e. Disponível em: <cutt.ly/ofz4Mxx>. Acesso em: 13 out. 2020.

_____. Ministério do Trabalho. **Novo Caged 2020**: estatísticas mensais do emprego formal Novo Caged. Brasília, 2020f. Disponível em: <cutt.ly/cgjkPP4>. Acesso em: 7 out. 2020.

_____. Ministério Público do Trabalho. **Nota técnica Conafret nº 01/2020**. Brasília, 19 mar. 2020g. Disponível em: <cutt.ly/Tfz40z1>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CARDIM, Maria Eduarda. Número de motoristas por aplicativo cresceu 136% de 2012 a 2019. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 fev. 2020. Disponível em: <cutt.ly/bfz8Rfl>. Acesso em: 18 jul. 2020.

CEPAL. **El desafío social en tiempos del covid-19**. Eclac, mai. 2020. Disponível em: <cutt.ly/dg-jkxl6>. Acesso em: 16 out. 2020.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro Revista**. Tradução Ruy Braga, 2000. Disponível em: <outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

CRUCES, Guillermo; HAM, Andres, VIOLLAZ, Mariana. Scarring effects of youth unemployment and

informality: evidence from Brazil. In: CEDLAS; IDRC, **Mercados laborales**: el crecimiento inclusivo en América Latina. La Plata, ago. 2012. Disponível em: <cutt.ly/Ffz8OqQ>. Acesso em: 11 ago. 2020.

DI CARO, Beatrice. **The great reset**: harnessing the Fourth Industrial Revolution. World Economic Forum, 15 out. 2020. Disponível em: <cutt.ly/lgjkfwM>. Acesso em: 15 out. 2020.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**: salário mínimo nominal e necessário. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2020. Disponível em: <cutt.ly/cfz8PxS>. Acesso em: 25 jul. 2020.

DOLCE, Julia. A uberização do trabalho é pior pra elas. **Pública**, São Paulo, 28 maio 2019. Disponível em: <cutt.ly/6gjkDcH>. Acesso em: 13 out. 2020.

ECLAC; ILO. **Work in times of pandemic: the challenges of the coronavirus disease (covid-19)**. Employment situation in Latin America and the Caribbean, Santiago, n. 22 maio 2020. Disponível em: <cutt.ly/Hfz8S3E>. Acesso em: 2 ago. 2020.

ENTREGUE como uma garota. Direção de Adriana Marmo, Luciana Cury e George Queiroz. São Paulo: Bicicleiros, 2020. 11 min. Disponível em: <youtube.com/watch?v=CJZnNz5g_i8>. Acesso em: 13 out. 2020.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; CAVALCANTE, Sávio. O trabalho no século XXI e o novo adeus à classe trabalhadora. **Princípios**, São Paulo, v. 1, n. 159 [Trabalho e proletariado no século XXI], jul.-out. 2020. Disponível em: <revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/issue/view/2>. Acesso em: 16 out. 2020.

_____.; LIMA, Uallace Moreira (Org.). **Levantamento sobre o trabalho dos entregadores por aplicativos no Brasil**. Universidade Federal da Bahia, ago. 2020. Disponível em: <cutt.ly/lfz8GgP>. Acesso em: 6 ago. 2020.

FLEMING, Sean. **Jobs reset**: why “intentional learning” is the most important skill to learn right now. World Economic Forum, 15 out. 2020. Disponível em: <cutt.ly/pgjkpkf>. Acesso em: 15 out. 2020.

GATTIS, Nina. Uber cria fundo de R\$ 32 milhões para ajudar parceiros e empreendimentos. **Olhar Digital**, 26 maio 2020. Disponível em: <cutt.ly/2fz8Lgj>. Acesso em: 11 ago. 2020.

GRAHAM, Mark; HJORTH, Isis; LEHDONVIRTA, Vili. Digital labour and development: impacts of global digital labour platforms and the gig economy on worker livelihoods. **Transfer**, v. 23, n. 2, p. 135-162, 2017. Disponível em: <cutt.ly/lfz8Z0u>. Acesso em: 29 jul. 2020.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

_____. Harvey: o colapso da espiral de acumulação infinita. Tradução Cauê Ameni. **Outras Mídias**, São Paulo, 27 mar. 2020. Disponível em: <cutt.ly/afz8Cdi>. Acesso em: 2 ago. 2020.

HUWS, Ursula. **A formação do cibertariado**: trabalho virtual em um mundo real. Tradução Murillo von der Laan. Campinas. Editora da Unicamp, 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD Covid-19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <cutt.ly/Wfz8WdW>. Acesso em: 2 ago. 2020.

_____. **Desemprego**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 18 jul. 2020.

_____. Número de pessoas que trabalham em veículos cresce 29,2%, maior alta da série. Agência IBGE notícias, 18 dez. 2019. Disponível em: <agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26424-numero-de-pessoas-que-trabalham-em-veiculos-cresce-29-maior-alta-da-serie> Acesso em: 1 nov. 2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** — PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2020c. Disponível em: <cutt.ly/jfz80RI>. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua trimestral**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020d. Disponível em: <sidra.ibge.gov.br/tabela/5434#resultado>. Acesso em: 5 nov. 2020.

_____. Pnad Contínua: taxa de desocupação é de 12,2% e taxa de subutilização é de 24,4% no trimestre encerrado em março de 2020. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 30 abr. 2020e. Disponível em: <cutt.ly/Bfz8ntk>. Acesso em: 18 jul. 2020.

_____. Pnad Contínua: taxa de desocupação é de 13,8% e taxa de subutilização é de 30,1% no trimestre encerrado em julho de 2020. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 30 set. 2020f. Disponível em: <cutt.ly/EgjkH08>. Acesso em: 13 out. 2020.

_____. **Indicadores IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 28 ago. 2020g. Disponível em: <cutt.ly/hgjkC6M>. Acesso em: 07 out. 2020.

IFB. **Gasto do consumidor brasileiro**. 2019. Disponível em: <cutt.ly/Sfz84Yx>. Acesso em: 26 jul. 2020.

IFOOD. **Fundos de R\$ 2 milhões para entregadores**. 2020. Disponível em: <insti.tuci.onal.ifood.com.br/nossa-entrega/fundo-entregadores>. Acesso em: 2 ago. 2020.

IMF. **Fiscal monitor — april 2020**. Chapter 1: policies to support people during the covid-19 pandemic. International Monetary Fund, 15 abr. 2020. Disponível em: <imf.org/en/Publications/FM/Issues/2020/04/06/fiscal-monitor-april-2020#Chapter%201>. Acesso em: 18 jul. 2020.

ILO. **ILO: sharp rise in unemployment in Latin America and the Caribbean leaves millions without income**. International Labour Organization, jul. 2020a. Disponível em: <cutt.ly/pfz87SD>. Acesso em: 31 jul. 2020.

_____. **Covid-19 and the world of work**. Genebra: International Labour Office, jul. 2020b. Disponível em: <cutt.ly/lfz85EY>. Acesso em: 31 jul. 2020.

_____. **Work for a brighter future**: Global Commission on the Future of Work. Genebra: International Labour Office, 2019. Disponível em: <cutt.ly/wfz86N9>. Acesso em: 31 jul. 2020.

LARA, Bruna de; BRAGA, Nathália; RIBEIRO, Paulo Victor. “Parceria” de risco. **The Intercept Brasil**, 23 mar. 2020. Disponível em: <cutt.ly/Afz4yDH>. Acesso em: 11 ago. 2020.

LOBATO, Gisele. Entregadores e motoristas de apps denunciam falhas no pagamento de licenças por covid-19. **Repórter Brasil**, 1 jul. 2020. Disponível em: <cutt.ly/rfz4oJy>. Acesso em: 11 ago. 2020.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. **A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil**. Cesit, 2020. Disponível em: <cutt.ly/9fz4gMk>. Acesso em: 31 jul. 2020.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **A future that works**: automation, employment, and productivity. McKinsey & Company, 2017. Disponível em: <cutt.ly/jgk18t>. Acesso em: 16 out. 2020.

OLIVEIRA, Carol et al. Tudo no aplicativo. **Exame**, São Paulo, ed. 1.183, 17 abr. 2019. Disponível

em: <docs.wixstatic.com/ugd/3d9e82_430595dd43b24eecb422a54c4a0f2d9c.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

OLIVEIRA, Elida; ORTIZ, Brenda. Ministério da Saúde confirma o primeiro caso de coronavírus no Brasil. **G1**, São Paulo, 26 fev. 2020. Disponível em: <cutt.ly/gfz45Pr>. Acesso em: 16 jul. 2020.

OLIVEIRA, Felipe. Quer ajudar a causa dos entregadores de apps?: veja “manuais” da greve. **Tilt**, São Paulo, 1 jul. 2020. Disponível em: <cutt.ly/Ufz4WpC>. Acesso em: 31 jul. 2020.

PRADO, Eleutério. **Desmedida do valor**: crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.

RAPPI. **Fundo de emergência para acima de 60 anos**. 30 abr. 2020. Disponível em: <blogbra.soyrappi.com/21635-2>. Acesso em: 11 ago. 2020.

RIBEIRO, Gabriel Francisco. Greve não para apps, mas mostra força de entregadores; nova data é votada. **Tilt**, São Paulo, 1 jul. 2020. Disponível em: <cutt.ly/6fz4FG8>. Acesso em: 31 jul. 2020.

SANTANA, Marco Aurélio; BRAGA, Ruy. #BrequeDosApps: enfrentando o uberismo. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 25 jul. 2020. Disponível em: <cutt.ly/kfz8hUP>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SOPRANA, Paula. Prejuízo da Uber aumenta 190% no trimestre; receita com comida cresce. **Folha de S. Paulo**, ano 100, n. 33.272, São Paulo, 7 maio 2020.

TORNAROLLI, Leopoldo et al. **Exploring trends in labor informality in Latin America**: 1990-2010. La Plata: Cedlas; IDRC, 2010. Disponível em: <cutt.ly/tfz8xk4>. Acesso em: 11 ago. 2020.

UN. **Tackling inequality**: a new social contract for a new era. United Nations, 2020. Disponível em: <cutt.ly/OgjkyMi>. Acesso em: 15 out. 2020.

WEF. **The great reset**. World Economic Forum, 2020. Disponível em: <www.weforum.org/great-reset>. Acesso em: 15 out. 2020.

A emergente discussão de uma renda básica universal no Brasil em tempos de pandemia

The emerging discussion of implementing a universal basic income in Brazil in times of pandemic

Luiz Alberto de Vargas*

Walter Oliveira**

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.006>

Prefeitura de Caruaru/Fotos Públicas



Fila na Caixa Federal em Caruaru (PE)

RESUMO

As políticas econômicas marcadamente neoliberais adotadas pelos governos Temer e Bolsonaro favoreceram — e favorecem ainda — a desregulamentação do trabalho, o que, em longo prazo, prejudica o desenvolvimento nacional. A procura pelo auxílio emergencial revelou a existência de milhões de pessoas até então invisíveis (80 milhões de brasileiros) e a paralisação da economia formal, com gravíssimas e rápidas consequências sociais. Os governos dos mais diversos níveis, na sua maior parte, demonstram pouca preocupação em manter empregos e salvar as pequenas e microempresas. Frente a essa realidade, ao ensejo do amplo debate atual sobre o abono emergencial, busca-se examinar as possibilidades de inclusão na agenda política nacional de uma renda básica universal em cumprimento do dever constitucional do Estado de garantir políticas de proteção social e de garantia de renda e emprego.

Palavras-chave: Renda básica. Previdência. Políticas sociais. Cidadania.

ABSTRACT

The neoliberal economic policies adopted by the Temer and Bolsonaro governments favored — and continue to favor — the increasing deregulation of work. In the long run, this kind of police undermines national development. During the pandemic, the huge demand for emergency aid revealed that 80 million Brazilians needed this kind of financial support and that the interruption of part of formal economic activities had serious consequences. Most governments at all levels show little concern for maintaining jobs and saving small business. In view of this reality and of the current debate on the emergency allowance, this article seeks to examine the possibilities of implementing a universal basic income in the country, in compliance with the constitutional duty of the State to guarantee social protection policies and guarantee income and employment.

Keywords: Basic income. Social security. Social policies. Citizenship.

1. INTRODUÇÃO: A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE NECESSITADO – DA CARIDADE AOS MENDIGOS À RENDA DE CIDADANIA

Historicamente, a ajuda aos necessitados dependeu da família, do clã, das comunidades, das irmandades religiosas, das sociedades mutuais, das corporações de ofício, das instituições benemerentes: ajuda aos “seus” e desamparo dos “outros”. Essa ajuda tinha natureza caritativa e se sustentava na iniciativa privada, com apoio secundário do poder público. Destinava-se aos desvalidos, aos “perdedores” que ficavam pelo caminho do progresso material e, assim, eram tidos como “benefícios altruístas” — não eram vistos como direitos e não tinham a obrigação de serem reabilitadores ou, mesmo suficientes. O estigma de “mendigos e vagabundos” — que sempre acompanhou os contemplados por tal ajuda — somente passa a mudar a partir da compreensão dos riscos sociais decorrentes da insustentabilidade e da instabilidade sociais causadas pela emergência de uma pobreza “no coração da sociedade” (CASTEL, 1998, p. 495). Surgem os Estados de bem-estar social com uma nova visão sobre a marginalização, superando o conceito de assistência caritativa (primeira metade e meados do século XX). Criam-se diversos mecanismos de proteção social: previdência social (incorporação das mútuas sindicais profissionais); proteção contra doenças profissionais; aposentadoria; seguro-desemprego; auxílio família; assistência à saúde; deduções fiscais; benefícios de prestação continuada; serviços básicos públicos e gratuitos (saúde e educação); subsídios (transporte e moradia); salário-mínimo; direitos laborais e de proteção ao emprego; subsídios à contratação e incentivo à negociação coletiva. Todos esses mecanismos estão associados a um conceito particular de marginalização, próprio do Estado de bem-estar social, ligado à condição de trabalhador e ao mito do pleno emprego. Visto o trabalho como um dever do cidadão, um auxílio assistencial aos desempregados se justifica apenas como “ponte” para uma desejável reintegração deles ao mercado de trabalho. Ficam de fora os marginalizados que não se vinculam ao mercado de trabalho.

O destinatário da ajuda social é quem não pode trabalhar e, assim, não pode prover com o seu trabalho o sustento material da sua família. Aquele que não trabalha, seja porque não quer ou porque não pode, é considerado um “cidadão de segunda classe”, um peso para a sociedade, que deve assegurar tão-somente sua manutenção vital — não necessariamente sua reinserção social. Em um contexto amplo de tipos de marginalização¹, opta-se por discernir os que “merecem ser ajudados” dos que se conformaram definitivamente com sua condição subalterna e, assim, por incompetência ou inação, se “autoexcluíram” de qualquer esforço de reinserção social, interpretada como uma recuperação de sua condição de cidadão. Essa lógica, intrinsecamente discriminatória e funcional à dominação capitalista, fica desnudada a partir da crise dos modelos de economias sociais-democratas, em que o retorno do desemprego em massa evidencia sua natureza estrutural e o desmanche dos Estados de bem-estar volta a

1 Um universo de “perdedores” pode incluir outros tipos de marginalização, sejam decorrentes de *infortúnio* (velhos, portadores de deficiência, doentes); de *conduta* (prostitutas, drogados, delinquentes); por problemas familiares ou culturais (mulheres presas ao trabalho doméstico ou de cuidado), ou mesmo, por opção pessoal (*hippies*, revolucionários, intelectuais).

jogar à miséria e ao desamparo parte significativa da população. O avanço das ideais neoliberais levou a um aumento considerável da miséria, ao mesmo tempo em que reduzia a capacidade dos Estados nacionais em amparar seus cidadãos².

Assistiu-se a um retorno ao malthusianismo, agora sob a forma de necropolítica³, com uma marginalização estrutural em que se abandona a ilusão do pleno emprego e passa-se a sustentar “que sempre houve e sempre haverá perdedores”. Uma massa impressionante de desamparados (trabalhadores desempregados desalentados, “precarizados”, informais, falsos “autônomos” desassistidos de serviços públicos essenciais e abandonados pelas políticas de seguridade sociais) passa a exigir dos Estados nacionais estratégias de convivência com os permanentemente marginalizados, criando-se um verdadeiro *apartheid* social.

Esse mundo globalizado, perverso e individualista, em marcha batida para o caos, parece infenso a qualquer proposta de alteração de rumos, indiferente a qualquer crítica.

Isso até o momento em que a pandemia torna todos nós, simultaneamente, mais reflexivos e mais sensíveis aos problemas do mundo. Subitamente, a crise sanitária parece ter criado uma inusitada consciência a respeito da insustentabilidade do mundo atual. Proposições até então tidas como utópicas e inviáveis agora passam a ser tomadas a sério⁴.

Entram em cena diversas estratégias para enfrentar esse problema, talvez o mais grave que enfrenta o mundo neste início de século. Direita e esquerda, aparentemente, parecem concordar que mecanismos de transferência para os setores menos favorecidos possam ser parte da resposta.

Neste artigo pretende-se contextualizar como o atual debate sobre o abono emergencial e sua manutenção (ou substituição por um benefício equivalente) pode descortinar uma maior compreensão sobre a urgência de uma renda básica universal que caminhe no sentido de cumprir o dever constitucional do Estado: garantir políticas de proteção social e de garantia de renda e emprego.

2. POR QUE A RENDA BÁSICA UNIVERSAL (RBU) É ESSENCIAL AO DEBATE DO BRASIL DE HOJE? A DISCUSSÃO PÓS-PANDEMIA

A discussão a respeito de uma renda básica universal (RBU) torna-se maior e mais urgente em tempos de pandemia. No mundo do trabalho, um dos mais dramáti-

2 Quase metade da população mundial (3,4 bilhões de pessoas) ainda luta para satisfazer suas necessidades básicas, segundo o Banco Mundial (QUASE..., 2020).

3 “Neste malthusianismo regenerado e subterrâneo a estratégia da necropolítica não é realizar um massacre a olhos nus, nem tampouco o de insuflar discursos beligerantes. É fazer da morte um acontecimento invisível e sobre a qual se possa mesmo negar a existência” (PIMENTEL FILHO, 2020, p. 141).

4 Assim, surgem ou revivem ideias de “decrescimento”; de regulação dos fluxos internacionais de capital (taxa Tobin); da taxação das grandes fortunas; do não pagamento das dívidas externas dos países do Terceiro Mundo; de uma nova moeda internacional para as relações comerciais internacionais; de regulação dos mercados financeiros e controles mais severos sobre a atuação das empresas transnacionais, que passam, surpreendentemente, à ordem do dia.

cos efeitos dos tempos insólitos — a par da aceleração de processos que já avançavam na surdina, como a digitalização do trabalho e a expansão do trabalho domiciliar — é a maior visibilidade de graves distorções sociais que, até então, passavam pouco percebidas, como o vertiginoso aumento da desigualdade e a importância, no caso brasileiro, de uma crescente economia informal⁵ (atividade econômica e emprego⁶). A pandemia do Covid-19 paralisou subitamente a economia nacional, atingindo fortemente o setor informal – com previsíveis graves consequências sociais e políticas, mas, também, ameaçando abalar a economia como um todo⁷. Às pressas, o governo brasileiro e o Congresso Nacional, em inédito consenso, estenderam um benefício emergencial de R\$ 600,00 por três meses a trabalhadores até então esquecidos, e, mesmo, não percebidos, tanto que os gastos totais serão superiores àqueles previstos pelo governo⁸.

A surpresa também ocorreu em relação aos efeitos benéficos do auxílio emergencial sobre a economia⁹, verificando-se um saudável retorno a esquecidas lições do pensamento keynesiano, bem na contramão de ideias neoliberais que propõem ainda maiores rigorismos fiscais — algo que, na prática, apenas agravaria ainda mais a recessão econômica¹⁰. O sucesso do abono emergencial e a ousadia que as circunstâncias tornaram inevitável, a de enfrentar os dogmas do pensamento econômico dominante, têm levado economistas mais lúcidos à iconoclastia de propor o fim dos limites constitucionais do teto de gastos e a adoção de políticas vigorosas de

-
- 5 Entende-se que a economia informal é composta pelas atividades econômicas que produzem bens e serviços com a finalidade de gerar emprego e renda, com emprego de trabalhadores com contratos de trabalho formalizados ou não. Todavia, a precisão do conceito de *setor informal* está em debate, como notícia o Blog do Instituto Brasileiro de Economia. Cf. Olinto (2020).
 - 6 Tendencialmente, a crise econômica tem levado ao deslocamento do setor formal para o informal: de 2012 a 2019, a participação na economia do setor informal cresceu de 30% para 33%, com queda equivalente do setor formal, de 50,7% para 47% (OLINTO, 2020).
 - 7 O setor informal, segundo o IBGE, é composto pelos produtores de bens e serviços que geram ocupação e renda e operam com baixo nível de organização, com alguma ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção e em pequena escala, sendo ou não formalmente constituídos. Essa economia não formalizada movimentou cerca de R\$ 1,12 trilhão em 2019, valor semelhante às economias da Suécia e Suíça (ECONOMIA..., 2019).
 - 8 Esse prognóstico surpreendeu o governo, que esperava um gasto de R\$ 124 bilhões (fonte: Tesouro Nacional) — equivalente à redução de gastos prevista pela reforma previdenciária —, quando, pelos cálculos da Instituição Fiscal Independente, o gasto em três meses chegará a R\$ 154,4 bilhões, beneficiando 79,9 milhões de brasileiros (CASTRO, 2020). O auxílio emergencial já foi solicitado por 43% da população brasileira; e, destes, apenas 60% receberam ao menos uma parcela do dinheiro (COSTA; RIZZOTTO; LOBATO, 2020).
 - 9 O auxílio emergencial é um benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do coronavírus. Segundo estudo da economista Débora Freire (UFMG), a concessão do benefício emergencial implicou um “desvio” de 45% na queda do PIB do trimestre. Assim, se o PIB cair 1 ponto percentual, haverá a mitigação de 0,45 p.p. por efeito da renda básica. No caso de benefício pago até o final do ano, o impacto será de 0,55 p.p. do PIB. O impacto positivo nas receitas fiscais cobriria 45% do custo da renda básica (NASSIF, 2020).
 - 10 Em sociedades heterogêneas, a transferência de renda para setores menos favorecidos amplia a demanda agregada, criando um amplo mercado interno de consumo e beneficiando toda a economia. No caso da economia brasileira, em recessão, não há riscos de pressões inflacionárias (CASTRO, 2013).

expansão dos gastos públicos¹¹ — algo, aliás, que não discrepa do que tem sido feito pela maioria dos países desenvolvidos (DIEESE, 2020).

Todos têm destinado “vultosos recursos financeiros para a sustentação do isolamento fiscal, aumentando a dívida pública ou emitindo moeda, além de conferir às empresas empréstimos a fundo perdido, feito diretamente pelos governos, com a única contrapartida de manutenção dos empregos” (COELHO, 2020).

É nesse contexto que surge o debate pela implementação de uma renda básica universal, que substituiria a política provisória e focalizada de transferência de renda, expressa na concessão do abono emergencial, por uma política permanente e universal de renda mínima, ainda que tais avanços necessariamente impliquem uma revisão da emenda constitucional nº 95 (sobre o teto de gastos orçamentários) e da Lei de Responsabilidade Fiscal¹².

3. O QUE É A RENDA BÁSICA UNIVERSAL?

De Manitoba (Canadá) à Finlândia, diversas experiências de transferência de renda estão sendo realizadas pelo mundo. O próprio papa Francisco fez uma declaração a favor da renda universal. No Brasil, há a experiência exitosa da criação, pela Prefeitura de Maricá, na região metropolitana do Rio de Janeiro, da “mumbuca”¹³, moeda social digital que circula entre as pessoas carentes da cidade, operada pelo Banco Comunitário. A mumbuca, além de proporcionar uma substantiva trans-

11 “Não há como enfrentar a crise atual sem expansão substantiva dos gastos públicos, seja para sustentar a folha de salários, seja para garantir solvência às empresas, em especial as micro e pequenas, seja para evitar uma debacle no sistema bancário. Mais do que isso, cabe salientar que essa ação estatal deverá, necessariamente, ser financiada por expansão do endividamento público ou por emissão monetária. Isso implica que as regras fiscais vigentes, algumas previstas na Constituição Federal de 1988, sejam abandonadas.” (MUNDOS DO TRABALHO, 2020)

12 A lei complementar nº 101, de 4/5/2000, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e estabelece no art. 1º, § 1º, que pressupõe essa responsabilidade, a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e corrigem-se desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas. A lei pressupõe inalteráveis os fatores da ação planejada para o resultado de uma gestão fiscal para o equilíbrio das contas públicas. Todavia, alterados esses fatores, inexistirá todo o resto constante no planejamento da ação, e o resultado final de equilíbrio das contas públicas não se verificará. Isso ocorreu, por exemplo, na adoção pelo Governo Federal (governos Temer e Bolsonaro) de uma política de desregulamentação e precarização do trabalho no país, o que resultou em mais desemprego e desassistência social agora agudizada pela pandemia de covid-19. Consequentemente, essa lei não pode ser tomada como óbice à realização dos objetivos fundamentais da República de promover o bem de todos, de erradicar a pobreza e a marginalização e de redução das desigualdades sociais, principalmente no momento de grave crise econômica, de baixo crescimento do PIB e, agudizando tudo isso, de epidemia de covid-19.

13 Nome derivado do rio que corta vários bairros da cidade. A mumbuca é destinada à parcela da população que recebe o cartão Mumbuca. Na prática é “um cartão de débito pré-pago no qual é depositado mensalmente um crédito de 70 mumbucas, equivalentes a exatos R\$ 70. Está previsto um aumento desse valor para 140 mumbucas em um futuro próximo. O cartão pode ser usado somente nos locais comerciais registrados dentro do município. Para esse esquema funcionar a contento, é necessária uma infraestrutura para a disponibilização e leitura dos cartões, bem como a ativa participação do governo da cidade, responsável por injetar o dinheiro no sistema. Além disso, é muito recomendável que os beneficiários também tenham acesso a cursos e atividades ligados à educação financeira e inclusão social, oferecidos pela prefeitura e pelo banco comunitário.” (CERNEV; PROENÇA, 2016).

A renda básica universal tem também uma dimensão estratégica, qual seja a de fazer aparecer o caráter social do trabalho não mais como a mera existência monetária da mercadoria, na margem da produção real, mas como meio de enfrentar as crises gerais de produção e comércio

ferência de renda, funciona também como elemento dinamizador da economia da cidade, envolvendo mais de um quarto da população local e representando já um dos mais importantes experimentos de renda básica realizados no país (INSTITUTO PALMAS, 2018).

A ideia de assegurar aos moradores de determinado território uma renda mínima com a finalidade de garantir a satisfação de suas necessidades básicas é antiga. Autores como Eduardo Suplicy (2020), identificam sua origem na Utopia de Thomas Morus¹⁴. Ao longo da história, pode-se identificar essa preocupação em prover ajuda aos necessitados como um mecanismo de solidariedade essencial à própria sobrevivência da espécie e, por isso, é compreensível que a consciência sobre sua importância para a coesão social tenha evoluído ao longo do tempo (ENGELS, 2000), variando sua natureza e intensidade de acordo com as condições materiais em cada momento histórico. Pode-se dizer, assim, que mecanismos de garantia da sobrevivência e do bem-estar de toda a população como meio de realização da justiça social representam o acúmulo das experiências históricas que demonstraram sua imprescindibilidade para a coesão do tecido social. Chegado o momento histórico em que empregar a todos já não é mais possível¹⁵, como assegurar a sobrevivência de uma maioria de aliados da sobrevivência pelos frutos exclusivos do próprio trabalho?

A resposta dada pela direita política é consentânea com o entendimento de

14 Segundo o mesmo autor, Thomas Paine, Bertrand Russel, J. Rawls e James Tobin também se inscrevem entre os que propugnaram por uma renda básica universal.

15 Conforme Cheng Li, com base no pensamento de Hariri, a imensa revolução social provocada pela inteligência artificial faz nascer uma “classe social sem função econômica”, que substitui o “proletariado” tradicional e até mesmo esvazia a classe média existente, algo que torna a RBU item prioritário da agenda internacional, chamando a atenção da elite mundial, preocupada com o profundo impacto econômico que a mudança pode ter no sistema político mundial (LI, 2016, p. 15-17).

que os marginalizados pelo mercado de trabalho são “losers”¹⁶ a serem amparados, na mesma lógica de “cidadania de segunda classe” pela qual a sociedade admite sua obrigação de lhes oferecer um auxílio de emergência, mas não de assegurar os meios necessários para uma vida digna¹⁷. A ideia de um “imposto de renda negativo” foi apresentada por Milton Friedman (1975) supostamente como uma evolução das políticas de bem-estar social. Consiste na criação de um limite mínimo de ganhos para cada indivíduo, de forma que aqueles que têm rendimentos abaixo desse limite terão a diferença paga pelo governo. Sua principal qualidade, segundo seus proponentes, seria a “focalização”¹⁸, ou seja, atingiria apenas os que “realmente precisam”, o que exige uma forte política de fiscalização e, também, a comprovação por parte dos que requeiram o benefício, bem como o acoplamento a políticas de capacitação e recolocação profissional, de forma que o pagamento do benefício não exceda os períodos em que o auxílio seja efetivamente necessário. Outra faceta perversa da proposta, nem sempre explicitamente apresentada por seus defensores, é a de que a concessão de uma renda básica levaria a uma menor responsabilidade do Estado, implicando uma redução dos gastos com serviços públicos. Assim, a proposta se alinha com as conhecidas teorias de substituição das prestações de serviços públicos por *vouchers*, tão ao gosto do pensamento neoliberal (ROCKWELL, 2014).

A proposta de economistas de esquerda é outra: a renda básica universal¹⁹. A RBU é apresentada como herdeira natural das estratégias reformistas de “desmercantilização” do mercado e de redução da jornada de trabalho como forma de aumentar a escassez da mão de obra, com elevação dos salários. Mas não se limita a isso. A renda básica universal tem também uma dimensão estratégica, qual seja a de fazer aparecer o caráter social do trabalho não mais como a mera existência monetária da mercadoria, na margem da produção real, mas como meio de enfrentar as crises gerais de produção e comércio, independentemente da crise de dinheiro (capital-dinheiro).

16 Para os neoliberais, o valor de um benefício assistencial deve ser propositalmente baixo e estigmatizante para diminuir sua procura. Nesse sentido, reconhecê-lo com um direito será a pior das estratégias, levando a um aumento astronômico do número de beneficiários. O assistencialismo, assim, deve ser preferencialmente privado e facultativo, baseado no “princípio do estímulo à independência e à autoajuda, reforçando também por toda a sociedade as virtudes da autossuficiência e da autonomia” (ROTHBARD, 2020).

17 Exatamente por entender que qualquer proposta de transferência de renda implica necessariamente a aceitação desse descompromisso do Estado com o pleno emprego, autores progressistas como Guy Aznar e André Gorz se manifestaram contra a renda básica universal (SILVA, 2017).

18 Não necessariamente políticas focalizadas se opõem a políticas universais. Vistas como uma importante complementação para a racionalização e eficiência de gastos em programas sociais, políticas bem focalizadas mostram-se particularmente difíceis no Brasil, onde tradicionalmente uma grande parcela dos recursos públicos é capturada pelas camadas mais favorecidas da população (MELLO, 2004), chegando-se ao paradoxo de os custos de focalização serem iguais ou superiores ao total dos gastos com o próprio programa social. Nesses casos, é bem mais barato e racional pagar o benefício para todos, dispensando-se custos de focalização.

19 Desde 1968, quando cinco economistas de esquerda (John Kenneth Galbraith, Harold Watts, James Tobin, Paul Samuelson e Robert Lampman) encabeçaram uma petição com mais de 1.200 economistas pedindo a implantação de uma RBU (BASIC INCOME EARTH NETWORK, 2020), a proposta tem-se tornado, nos últimos tempos, ponto de convergência nos programas de vários partidos de esquerda, podendo-se citar, mais recentemente, a aprovação de um programa de renda mínima pela coalização de esquerda que governa a Espanha (PSOE, Podemos, partidos regionais) (DOMBEY; SANDBU, 2020).

De certo, como foi concebida por autores neoclássicos — e mesmo neoliberais como Milton Friedman —, uma transferência de renda, desde que parcial e moderada, pode ser tolerável, desde que não altere os preços relativos e garanta a prevalência das chamadas “leis de mercado”. Mas o potencial emancipador das propostas de RBU não pode ser subestimado. A RBU representa um rompimento com a lógica de mercantilização de todas as dimensões da vida, colocando em questão a ideia de um *homo economicus* a exigir uma racionalidade egoísta em que o mercado se apresenta como única alternativa possível. Por outro lado, uma efetiva RBU, cumprindo os critérios de suficiência e universalidade, seria fator inestimável para reduzir a assimetria entre capital e trabalho à medida que reduziria o excesso da oferta de força de trabalho e contribuiria como fator de empoderamento da classe trabalhadora em luta por melhores condições de vida, impulsionando, ademais, a elevação da consciência dos trabalhadores — e da sociedade em geral — a respeito da necessidade de, através das lutas sociais e políticas, pôr limites ao capitalismo virótico e destrutivo (ANTUNES, 2020). Esse círculo virtuoso pode mesmo, no limite, levar água ao moinho da superação do modo de produção capitalista.

A RBU pode ser definida como um pagamento periódico em dinheiro entregue de modo incondicional a todos individualmente, sem necessidade de testes de meios ou requisitos de trabalho (RBRB, 2020). Assim, temos as cinco características que a diferenciam de outras propostas de transferência de renda: a) é periódica, paga em intervalos regulares — e não um subsídio único; b) é paga em dinheiro ou em um meio de troca apropriado, permitindo que seus beneficiários decidam em que gastar; c) é individual — e não paga, por exemplo, para as famílias; d) é universal, paga a todos; e) é incondicional, paga sem comprovação de renda ou outras exigências (como trabalhar ou demonstrar vontade de trabalhar)²⁰.

A importância de que esse pagamento seja universal e incondicional é a de que se trata de um “direito de cidadania”, seja porque não se trata de ajuda estigmatizante, seja porque nada mais é do que o cumprimento do dever do Estado em garantir vida digna a seus cidadãos. Tal proposição torna-se plenamente plausível – e quase inevitável – a partir do abandono da ideia do pleno emprego e da constatação de que, no futuro, o emprego se tornará dramaticamente escasso e será impossível assegurar a todos uma vida digna apenas pela oferta de postos de trabalho²¹.

Assim, a RBU não se opõe à bandeira de “trabalhar menos para trabalharem todos” (AZNAR, 1995), mas a leva adiante. No futuro, a RBU poderá funcionar como um rendimento de manutenção que poderá ser complementado por uma “segunda renda” (DANERIS, 2018, p. 93) para quem quiser ganhar mais ou, então, como uma liberação do trabalho excessivo para que o indivíduo possa se dedicar a ocupações

20 “Uma renda básica, em outras palavras, é uma renda que (1) não se restringe àqueles que se dispõem a trabalhar, (2) é disponível ex ante, (3) é garantida independentemente da situação familiar e (4) não varia segundo o lugar de residência.” (PARIJS, 1994)

21 A pandemia torna urgente esse debate, a ponto de a ONU, em seu site, em 6 de maio de 2020, publicar matéria preconizando a RBU para evitar “um desastre econômico para um grande número de pessoas em todo o mundo” (COVID..., 2020).

menos rentáveis, como podem ser as atividades domésticas, artísticas, lúdicas ou benemerentes (PARIJS, 2014). Cada um será “livre para escolher a área de interesse para desenvolver suas atividades laborais, melhorando a autoestima e qualidade de vida” (RBRB, 2020). Nesse sentido, a ideia da RBU dialoga com outras propostas emancipatórias, como a “sociedade dualista” de André Gorz, a “cidadania social” de Alain Supiot ou a “conversão ecológica” de Dominique Méda (2019).

A incondicionalidade também servirá para reduzir a resistência de setores da classe-média, tradicionalmente avessa a concessões às parcelas menos favorecidas da população (SOUZA, 2018), já que será um benefício para todos. Por outro lado, a desnecessidade de uma dispendiosa estrutura burocrática para classificação, seleção e fiscalização para discernir entre os “que precisam” e os “que não precisam” da RBU — já que todos, como cidadãos, fazem jus a ela — tornará muito simples e barato o procedimento de concessão do benefício.

Parece igualmente importante conceituar corretamente a *renda básica* não como uma mera “renda mínima vital”²² destinada a erradicar a pobreza, mas como um programa destinado a garantir uma vida digna para todos²³. Assim, a renda básica não é uma renda mínima, mas se define como uma quantia de dinheiro suficiente para suprir necessidades fundamentais de cada indivíduo. Tem caráter libertário (BRANCAGLIONE, 2014), e não meramente assistencial.

Certamente, não se pode esperar que se possa instituí-la de imediato e sem grande resistência política, mas é preciso entender completamente a proposta, sob pena de desfigurar sua compreensão, concebendo-a como mais um projeto de auxílio assistencial.

Por isso mesmo, não se cogita da RBU que substitua benefícios previdenciários de nenhum tipo ou que justifique a redução de serviços públicos. Ela será mais um direito social que já pode — e deve — ser colocado a serviço da cidadania por um inegável progresso material para o qual todos contribuimos — e que, agora, deve ser mais bem distribuído —, servindo, assim, para abrir caminho para um mundo de maior igualdade e bem-estar social.

4. BRASIL NA PANDEMIA: UM DEBATE ACELERADO POR UMA CRISE INÉDITA E INESPERADA. AS DISPUTAS EM TORNO DO BENEFÍCIO EMERGENCIAL

O debate sobre a RBU torna-se premente a partir da constatação de que a pandemia não cessará em poucos meses, como previam os mais otimistas, que a recuperação da economia será lenta e que, provavelmente, não se retornará nem mesmo aos modestos patamares de crescimento econômico anteriores à pandemia.

22 Recentemente, a Espanha aprovou uma “renda mínima vital”, com valor entre 462 euros (para uma pessoa que vive sozinha) e 1.015 euros (para um casal com três ou mais filhos), com o objetivo de reduzir a pobreza extrema, beneficiando 12 milhões de pessoas (RENDA..., 2020).

23 A ideia de uma renda que seja “suficiente para uma vida digna” parece essencial para que se evitem os riscos de uma “dualização” da cidadania, com a ampliação de situações de discriminação e marginalização dos que não trabalham.

Surge um consenso a respeito da prorrogação do benefício emergencial e sua substituição por algum outro benefício de transferência de renda, muito próximo de uma renda básica.

A disputa pela natureza, periodicidade e dimensão do auxílio marca todo o debate sobre o novo Renda Brasil²⁴. Na linha de um “imposto de renda negativo”, o que o Governo Federal propõe é um “novo Bolsa Família”, com um valor não superior ao atual²⁵, financiado pelo simples deslocamento de vários gastos de natureza previdenciária e assistencial para atender a esse novo benefício, não cogitando de aumento da carga tributária²⁶. Já para a oposição se trata de transformar o Renda Brasil na versão mais aproximada possível de uma RBU, de forma que seja permanente, universal e de mais alto valor possível.

O “cabo de guerra” do debate político iniciou-se com as divergências a respeito da prorrogação do benefício emergencial por mais dois meses ou até o final do ano; sua redução para R\$ 200, com a clara finalidade de “carregar” o valor de R\$ 600 para um eventual Renda Brasil²⁷; a definição da natureza individual ou familiar do benefício; a fixação de uma “linha de corte” para a concessão do benefício; o estabelecimento de uma forma exclusiva de financiamento; sua substituição ou não por outros benefícios, e sua vinculação ou não ao salário-mínimo.

O debate prossegue agora, especialmente a respeito do financiamento do benefício, sendo um lugar-comum dos setores neoliberais que uma RBU “não cabe no orçamento público brasileiro”, algo que, em meio a uma crise econômica sem precedentes, parece fazer pouco sentido. Ao contrário do que recomendam economistas dos mais diversos matizes²⁸, que preconizam urgentes medidas contracíclicas capazes de diminuir o impacto recessivo que ameaça destroçar o tecido produtivo brasileiro, uma visão ortodoxa e superada que ainda comanda as decisões econômicas governamentais insiste em manter uma política de *laissez faire*, indiferente e de negação, como se a crise pudesse ser superada por si só, pelo simples decurso do tempo.

Parece evidente que, a partir da inegável necessidade de ampliar vigorosamente o gasto público, dever-se-ia aproveitar este momento para alterar o modelo tributário brasileiro, altamente regressivo e uma das causas da imensa desigualda-

24 O governo pretende propor um projeto, com base em estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que substituiria o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, o salário-família e a dedução por dependente familiar do imposto de renda por um benefício único, para famílias de baixa renda, por criança até certa idade.

25 O valor de cada benefício é de R\$ 41, e cada família pode acumular até cinco benefícios por mês, chegando a R\$ 205.

26 Até mesmo porque o governo insiste em não estender para 2021 a liberação da limitação do teto de gastos orçamentários previsto na emenda constitucional nº 95.

27 Uma primeira proposta governamental nesse sentido foi o pagamento do benefício em duas vezes de R\$ 300; a segunda proposta previa três vezes de R\$ 300, três vezes de R\$ 200 ou três vezes de R\$ 100. Uma terceira proposta foi de mais duas vezes de R\$ 600.

28 De Luiz Gonzaga Belluzzo a Armínio Fraga, todos se colocam de acordo em que a recuperação da economia brasileira e de outros países só será possível com um novo desenho da economia de mercado, especialmente em relação ao papel do Estado (VILELA, 2020).

Uma fonte específica de enorme importância é o imposto sobre grandes fortunas (IGF), previsto na Constituição, mas não regulamentado. A previsão constitucional é uma enorme vantagem. Esse imposto teria dupla função: desconcentrar renda no topo da pirâmide e a distribuir aos demais segmentos

de no país²⁹. Entretanto, essa não parece ser a intenção governamental, que cogita a transformação do auxílio emergencial em novo “Bolsa Família” pela simples fusão de benefícios já existentes³⁰. Na mesma linha, há outras propostas que, recusando enfrentar o grave (e real) problema da desigualdade, propõem a simples troca de benefício³¹.

5. COMO PAGAR A RBU?

Em tom de alarme, fala-se da impossibilidade de financiamento da renda básica universal, ou mesmo de uma ampliação do abono emergencial, com a mesma ladainha que nada mais significa do que a negação do dever primário do Estado: o de assegurar a provisão de um sistema de proteção social, de um conjunto integrado de ações com competência dos poderes públicos para organizar e iniciar essas ações de gerar mecanismos de proteção como, por exemplo, universalizar a cobertura do benefício da RBU, o que combina com o expresso no artigo 196 da Constituição da República.

A história parece se repetir. Em outros tempos de depressão, o PIB dos EUA a

29 Nesse sentido, estudo coordenado pelo economista Eduardo Fagnani, no âmbito da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), denominado “Reforma justa e solidária”, levou à apresentação, pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), da emenda substitutiva nº 178 à proposta de emenda constitucional (PEC) nº 45 (sobre a reforma fiscal), que tramita na Câmara Federal (BRASIL, 2019).

30 Exemplo desse descompromisso com aumentar a arrecadação é o estudo da FGV pelo qual seria criado um benefício para crianças em famílias de baixa renda, com um valor médio de R\$ 60 por criança, que fundiria o Bolsa Família, o abono salarial (PIS), a dedução do imposto de renda e o salário-família pela simples transferência dos recursos orçamentários desses benefícios (R\$ 52 bilhões) a um novo Renda Brasil, algo que ocorreria sem qualquer aumento de receita.

31 Pela proposta do economista Samuel Pessôa, haveria uma renda básica de cidadania de R\$ 406, a preços de 2017, com redução, pela metade, de todos os benefícios permanentes, previdenciários e assistenciais pagos pelo setor público (DUQUE, 2020).

partir de 1930 também sofreu uma sequência de quedas ininterruptas. A solução que aquele país encontrou deveria servir de exemplo para todas as crises econômicas provocadas pela recessão. Quando, em 1933, Franklin D. Roosevelt assumiu a Presidência da República, lançou o *New Deal* porque à época o PIB correspondia a 56% do de 1929, 25% dos trabalhadores americanos estavam desempregados e a renda per capita no período de 1929 a 1933 havia variado de US\$ 700 para US\$ 373. O *New Deal* pode ser caracterizado como um conjunto de medidas regulatórias e de programas de emergência de geração de emprego e renda, que gerou, como decorrência, extensa rede de assistência social para viabilizar um auxílio imediato à população. Esse era o principal programa de governo de Roosevelt, com o Estado desempenhando papel central na indispensável recuperação econômica, dada a incapacidade da iniciativa privada e dos agentes de mercado de se autorregular em níveis adequados de emprego, produção e consumo (LIMONCIC, 2009).

O caso dos EUA serve para mostrar que o papel do Estado é imprescindível na promoção e provisão de um sistema de proteção social. A criação dessas redes de proteção social pelo Estado tornou-se generalizada na Europa após a Segunda Guerra e caracterizou o chamado Estado de bem-estar social.

No Brasil, a lei n. 10.835, de 8/1/2004, institui a renda básica de cidadania, “que se constituirá no direito de todos os brasileiros residentes no País e estrangeiros residentes há pelo menos 5 (cinco) anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário”. Todavia essa importantíssima lei não se tornou efetiva por ausência de “interesse político na implementação da renda de cidadania nos moldes previstos, para todos e sem condicionantes” (LAZZARIN, 2020), uma vez que condicionada às “possibilidades orçamentárias”.

A RBU pode ser financiada por diversas fontes ou por fonte específica, como um imposto sobre os ganhos decorrentes da especulação monetária ou dos dividendos (LAZZARIN, 2020), impostos patrimoniais sobre terrenos ou imóveis, imposto sobre herança, reforma tributária progressiva etc.³²

Uma fonte específica de enorme importância é o imposto sobre grandes fortunas (IGF), previsto na Constituição, mas não regulamentado. A previsão constitucional é uma enorme vantagem³³. Esse imposto teria dupla função: desconcentrar renda no topo da pirâmide e a distribuir aos demais segmentos. Segundo estima o economista Henrique Mota, da PUC-RJ, o imposto com alíquotas progressivas teria um impacto arrecadatário entre R\$ 22 bilhões e R\$ 40 bilhões, e a tributação de dividendos com as mesmas alíquotas que incidem sobre os salários traria uma receita adicional de R\$ 70 bilhões, a preços de 2016 (CARVALHO, 2020).

Ademais, é preciso evitar a visão simplória de que a macroeconomia possa ser correntemente entendida pela analogia com os orçamentos domésticos. Assim,

32 Estudo recente de um grupo expressivo de tributaristas, liderado pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindfisco Nacional), mostra que, somente com as alterações legais — não constitucionais — nas alíquotas do imposto de renda e a criação de um imposto sobre grandes fortunas, seria possível uma arrecadação próxima de R\$ 200 bilhões anuais.

33 O artigo 153 [EC n° 20/98 e EC n° 42/2003] da Constituição estabelece: “Compete à União instituir impostos sobre: [...] VII — grandes fortunas, nos termos de lei complementar.”

É direito de todos que o Estado cumpra seu dever de garantir, mediante políticas sociais e econômicas, a geração de mecanismos de proteção social, e que desenvolva um conjunto integrado de ações para atingir esse objetivo de bem comum. Entre tais medidas, desponta a de universalizar a cobertura da renda básica universal

como já demonstrou Keynes, o manejo do crédito e da dívida pública são fundamentais para assegurar a sustentabilidade do crescimento econômico: quando o governo gasta, parte dessa renda retorna sob a forma de impostos³⁴. Assim, qualquer estudo deverá considerar que o “gasto líquido” de um programa de renda mínima será, aproximadamente, a metade do custo total do programa, porque parte considerável voltará pelo incremento da arrecadação tributária³⁵.

6. CONCLUSÃO

É fundamental que se faça o debate pela criação de uma renda básica universal (RBU) em substituição ao abono emergencial, trocando-se um programa provisório e focalizado de transferência de renda por uma política permanente e universal de renda mínima.

Não é proposição utópica e inviável, e diversas estratégias para a sua adoção podem ser empregadas para enfrentar o problema de quem não pode prover com o seu trabalho o sustento material da sua família. As mais diversas vertentes políticas parecem concordar com a necessidade de criação de mecanismos de transferência para os setores menos favorecidos, para resolver esse problema imediato.

É direito de todos que o Estado cumpra seu dever de garantir, mediante políticas sociais e econômicas, a geração de mecanismos de proteção social, e que desenvolva um

34 “Ao acelerar o crescimento econômico com políticas de estímulo, o governo está aumentando também a sua receita. Como visto, o gasto público em momentos de crise econômica, principalmente com alto desemprego e alta capacidade produtiva ociosa, incentiva/promove a ocupação da capacidade, reduz o desemprego e gera crescimento.” (ROSSI et al., 2019)

35 Debora Freire e pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) estimaram o efeito que o auxílio emergencial terá na arrecadação do Governo, já que a renda transferida para as famílias acaba sendo utilizada na compra de bens e serviços e, assim, movimenta a economia e gera arrecadação de impostos.

conjunto integrado de ações para atingir esse objetivo de bem comum. Entre tais medidas, desponta a de universalizar a cobertura da renda básica universal.

A RBU não vem para substituir benefícios previdenciários de nenhum tipo ou para justificar a redução de serviços públicos: será mais um direito social disponibilizado à população como modo de tornar viva a cidadania, com a finalidade de se buscar o progresso material que todos almejamos e para o qual contribuímos — e que, agora, deve ser mais bem distribuído —, servindo, assim, para abrir caminho para um mundo de maior igualdade e bem-estar social.

Não há razões econômicas sérias para negar aos setores mais vulneráveis de nossa sociedade o direito a uma renda básica em valor, no mínimo, igual ao que é atualmente pago na forma de auxílio emergencial. Trata-se, apenas, de vontade política.

* Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região, mestre em Direitos Humanos pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), doutor em Ciências Jurídicas e Políticas pela Universidade Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha), professor da Fundação Escola de Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul (Femargs) e da Escola Trabalho e Pensamento Crítico, pesquisador do Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho (Ipeatra) e membro da Associação Juízes para a Democracia (AJD). *E-mail*: lavargas@uol.com.br.

** Servidor público do TRT da 4ª Região, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail*: walzeus@hotmail.com

► Texto recebido em dezembro de 2020; aprovado em dezembro de 2020.

- AZNAR, Guy. **Trabalhar menos para trabalharem todos**. São Paulo: Scritta, 1995.
- BARBOSA, Rogério J. et al. A importância da renda básica no país: o emergencial e o futuro. **Nexo**, São Paulo, 8 jun. 2020. Disponível em: <www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/A-import%C3%A2ncia-da-Renda-B%C3%A1sica-no-pa%C3%ADs-o-emergencial-e-o-futuro>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- BASIC INCOME EARTH NETWORK. **A history**. [20--?]. Disponível em: <https://basicincome.org/history/>. Acesso em 20/12/2020.
- BRANCAGLIONE, Marcus. **Renda básica libertária: o verdadeiro dízimo**. São Paulo: Clube de Autores, 2014.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2223716>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- CARVALHO, Laura. **Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, Augusto. Gastos com auxílio emergencial podem chegar a R\$ 154 bilhões em três meses. **Agência Senado**, Brasília, 7 maio 2020. Disponível em: <www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/07/gastos-com-auxilio-emergencial-podem-chegar-a-r-154-bilhoes-em-tres-meses>. Acesso em: 3 ago. 2020.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social, distribuição de renda e crescimento econômico. In: FONSECA, Ana; FAGNANI, Eduardo (Org.). **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania: economia, distribuição da renda e mercado de trabalho**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. v. 1. p. 168-197
- CERNEV, Adrian Kemmer; PROENÇA, Bruna Auad. Mumbuca: a primeira moeda social digital do Brasil. **Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, São Paulo, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12660/gvcasosv6n2c15>>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- COELHO, Rogério Viola. A insuficiência como premissa neoliberal. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 8 maio 2020.
- COLL, Liana. **Capitalismo virótico: um sistema destrutivo que só será superado através das lutas sociais, diz Ricardo Antunes**. 8 out. 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/10/08/capitalismo-virotico-um-sistema-destrutivo-que-so-sera-superado-atraves-das>. Acesso em 16 dez. 2020.
- COSTA, Ana Maria; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; LOBATO, Lenaura Vasconcelos Costa. Na pandemia da covid-19, o Brasil enxerga o SUS. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 125, abr.-jun. 2020.
- COVID-19: ONU defende renda básica universal para combater desigualdade crescente. **DMT**, 12 maio 2020. Disponível em: <www.dmtdebate.com.br/covid-19-onu-defende-renda-basica-universal-para-combater-desigualdade-crescente>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- DANÉRIS, M. (Coord.). **Segunda renda: programa de renda mínima garantida ao trabalhador formal subocupado**. [S.l.]: Programa Segunda Renda; Instituto Novos Paradigmas, 2018.
- DIEESE. Medidas adotadas por vários países para conter os efeitos econômicos da pandemia do coronavírus. **Nota Técnica**, São Paulo, n. 224, 23 mar. 2020.
- DOMBEY, Daniel; SANDBU, Martin. Espanha quer criar programa de renda mínima para 2,3 milhões de pessoas. **Valor Econômico** [on-line]. 29 mai. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/05/29/espanha-quer-criar-programa-de-renda-minima-para-23-milhoes-de-pessoas.ghtml>. Acesso em 3/8/2020.
- DUQUE, Daniel. Renda básica: é hora de o Brasil ousar em sua política social?. **Blog do Ibre**, 27 maio 2020. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/renda-basica-e-hora-de-o-brasil-ousar-em-sua-politica-social>>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- ECONOMIA informal cresce pelo 5º ano seguido no país e corresponde a 17,3% do PIB, aponta estudo. **G1**, 18 dez. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/18/economia-informal-cresce-pelo-5o-ano-seguido-no-pais-e-corresponde-a-173percent-do-pib-aponta-estudo.ghtml>>. Acesso em: 12 mar. 2020.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

- INSTITUTO PALMAS. **Conheça a moeda mumbuca**. 27 jun. 2018. 4 min. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=q8S2enuj9-M>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- MELLO, Carolina Junqueira Homem de. **Focalização de políticas públicas: teoria e prática**. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- LAZZARIN, Sonilde Kugel. **A (in)segurança social em tempos de pandemia: a renda básica universal como possível solução ao precariado e à crescente desigualdade social no Brasil**. Porto Alegre: HS Editora, 2020.
- LI, Cheng. Emprego e bem-estar social na era da inteligência artificial. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, v. 34, p. 13-22, jul.-dez. 2016.
- LIMONCIC, Flávio. A grande transformação da economia americana: o New Deal e a promoção da contratação coletiva do trabalho. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **A Grande Depressão: política e economia na década de 1930 — Europa, Américas, África e Ásia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MÉDA, Dominique. Tres escenarios para el futuro del trabajo. **Revista Internacional del Trabajo**, v. 138, n. 4, p. 675-702, 2019.
- MUNDOS DO TRABALHO. **Emprego, trabalho e renda para garantir o direito à vida**. Grupo de Trabalho: Reformas. Cesit, Campinas, 2020.
- NASSIF, Luis. **Por que a renda básica vai ajudar na recuperação do PIB**. GGN, São Paulo, 22 maio, 2020. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/coluna-economica/porque-a-renda-basica-vai-ajudar-na-recuperacao-do-pib-por-luis-nassif>>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- OLINTO, Roberto. Economia informal (Brasil 2012-2019): um exercício lúdico especulativo — parte II. **Blog do Ibre**, 12 mar. 2020. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/economia-informal-brasil-2012-2019-um-exercicio-ludico-especulativo-parte-ii>>. Acesso em: 3 ago. 2020.
- PARIJS, Philippe van. Capitalismo de renda básica. **Lua Nova**, n. 32, p. 69-91, 1994.
- _____. Por que os surfistas devem ser alimentados: o argumento liberal em defesa de uma renda básica incondicional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 15, p. 229-269, 2014.
- PIMENTEL FILHO, José Eduardo. Da disciplina à necropolítica, o papel do trabalho e da seguridade em Foucault e na atualidade. **Griot**, v. 20, n. 1, p. 131-143, 2020.
- QUASE metade da população global vive abaixo da linha da pobreza. **DW**, 18 out. 2018. Disponível em: <www.dw.com/pt-br/quase-metade-da-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/a-45933653>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- RBRB. **Sobre a renda básica**. Rede Brasileira de renda básica, 2020. Disponível em: <<http://rendabasica.com.br/sobre-a-renda-basica>>. Acesso em: 6 ago. 2020.
- RENDA Mínima Vital aprovada. **Espanha Fácil**, 1 jun. 2020. Disponível em: <www.espanhafacil.com/blog/renda-minima-vital-aprovada>. Acesso em: 1 jul. 2020.
- ROCKWELL, Lew. **Vouchers escolares: o caminho mais “eficiente” para a socialização da educação**. **Mises Brasil**, 25 set. 2014. Disponível em: <www.mises.org.br/Article.aspx?id=1942>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- ROSSI, Pedro et al. Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, dez. 2019.
- ROTHBARD, Murray N. Elucidando Milton Friedman e a Escola de Chicago. **Mises Brasil**, 5 ago. 2011. Disponível em: <www.mises.org.br/Article.aspx?id=1065>. Acesso em: 4 ago. 2020.
- SILVA, Josué Pereira da. Nota sobre o conceito de “reformas revolucionárias” de André Gorz. **Caderno CRH**, v. 30, n. 81, p. 1-14, set.-dez. 2017.
- SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cortez, 2020.
- VILELA, Pedro Rafael. Para economistas, o discurso de que Estado não podia aumentar gastos não se sustenta. **Brasil de Fato**, Brasília, 10 maio 2020. Disponível em: <www.brasildefato.com.br/2020/05/10/para-economistas-o-discurso-de-que-estado-nao-podia-aumentar-gastos-nao-se-sustenta>. Acesso em: 14 jun. 2020.

Transição (agro)ecológica na reconstrução pós-pandemia

- Uma resposta às crises ecológica e sanitária

(Agro)Ecological transition in
post-pandemic reconstruction
- A response to ecological and health crises

maria beatriz oliveira da silva*
thomaz delgado de david**

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.007>

Acervo Depositphotos



As crises ecológica e sanitária também
estão conectadas à crise do capitalismo

RESUMO

Diante da afirmação de cientistas e especialistas em meio ambiente de que a crise ecológica está entre as principais causas das epidemias e que, sem atacar as causas, tudo indica que a covid-19 não será o último sobressalto patogênico do planeta, questionamos: que conexões podem ser apontadas entre as crises ecológica e sanitária, e como atacar as causas? Essa questão inicial gerou uma série de reflexões apresentadas neste artigo, que podem ser sintetizadas em três objetivos: a) estabelecer a conexão entre as crises ecológica e sanitária no contexto do capitalismo, que vive o auge de uma crise econômica; b) apresentar o quadro de retrocessos e quebra das balizas de proteção ambiental no Brasil de hoje; c) propor o planejamento de uma transição (agro)ecológica que venha a integrar, transversalmente, um projeto de reconstrução do país no pós-pandemia, tendo como horizonte uma nova sociabilidade e atualizando os debates acerca da teoria da transição.

Palavras-chave: Crise ecológica. Crise sanitária. Projeto de reconstrução. Transição (agro)ecológica.

ABSTRACT

Scientists and environmental experts argue the ecological crisis is one of the main causes of the epidemic, and that the covid-19 pandemic will not be the last pathogenic crisis that we will face. Given this fact, we seek to establish connections between the ecological crisis and the current health crisis, as well as ways to attack its causes. Therefore, this article seeks to 1. establish the connection between the ecological and health crises in the context of capitalism, which is experiencing the height of an economic crisis; 2. present the scenario of setbacks and the breaking of environmental protection mechanisms in Brazil; 3. propose the planning of an agroecological transition that can rebuild the country after the pandemic. The objective is to build this change within a new mindset, thinking about a new form of sociability and updating the debates about the theory of transition.

Keywords: Ecological crisis. Sanitary crisis. Reconstruction project. (Agro) Ecological transition.

1. COVID-19 E O “FOGO NA PÓLVORA”: CONTEXTUALIZANDO E CONECTANDO CRISES

Muitos fatores ligados ao capitalismo globalizado podem ser apontados entre as causas da crise sanitária na qual estamos mergulhados e cujas consequências devastadoras ainda não conseguimos avaliar com precisão, mas o certo é que a crise ecológica está na origem das epidemias que acabam se “metastaseando” em pandemias.

Os cientistas já vinham alertando para esse fato antes mesmo do advento da covid-19, entre eles o biólogo e especialista em ecologia parasitária Serge Morand, que, em 2016, publicou um livro com o título premonitório de *La prochaine peste: une histoire globale des maladies infectieuses* (A próxima peste: uma história global das doenças infecciosas). Para o biólogo, à medida que a biodiversidade continuar sendo devastada, as epidemias do gênero da que estamos enfrentando continuarão a se reproduzir. Ele adverte que é preciso atacar as causas e não, simplesmente, tratar das consequências (MORAND, 2016).

Concordando com Morand, o veterinário e epidemiologista François Moutou, que trabalha, notadamente, com síndrome respiratória aguda severa (SRAS), assinala que o coronavírus é revelador dos limites do atual sistema e que, a continuar assim, o horizonte que se vislumbra é de novas pandemias, mais perigosas e letais do que as que conhecemos até agora (LINDGAARD; POINSSOT, 2020).

Diante da advertência dos cientistas cabe questionar: qual é a relação entre a devastação da biodiversidade e o surgimento de epidemias? Se existe uma relação direta, como atacar as causas e não, apenas, as consequências?

Para responder a essa questão, de maneira crítica e com bases científicas, somos instigados a ir além das causas imediatas e buscar “a causa das causas”. Aí vamos perceber que, se é verdade que há uma conexão entre as crises ecológica e sanitária, também é verdade que na origem de ambas está um modo de produção orientado pelo lucro incessante, pelo valor de troca no lugar do valor de uso, pela precarização cada vez mais violenta das condições de trabalho e por processos cada vez mais intensos de privatização e mercantilização da natureza. Tais afirmações encontram amparo na obra de Marx (2013), no sentido de que a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.

Assim, “atacar as causas” significa ir além de estabelecer a conexão entre as crises ecológica e sanitária, significa também mostrar que, se o capitalismo potencializou a sua capacidade de explorar os trabalhadores e trabalhadoras e a natureza, a crise ecológica não pode ser analisada como algo paralelo ao sistema de produção (e consumo) que a engendrou, e, conseqüentemente, a crise sanitária também não.

Imprescindível mencionar que as crises ecológica e sanitária também estão conectadas e condicionadas pela crise do capitalismo, que antecede (em muito) a gerada pela pandemia. Aliás, é sabido, mas há setores que tentam esconder, que a pandemia ocorre no auge da crise econômico-financeira do capitalismo.

Esse capitalismo, chamado por Harribey de demente, já vivia uma crise estrutural e sistêmica que se apresentava em três níveis: crise econômico-financeira, crise social e crise ecológica, às quais veio se somar a crise sanitária. Esses níveis se desdobram em um conjunto imenso de outras crises (alimentar, energética, do trabalho, cultural, ética, entre outras), que redundam, finalmente, em uma crise de civilização

Os economistas já vinham anunciando que o ano de 2020 seria um ano de desaceleração e até de recessão, mas o que não estava previsto é que, além dos elementos já dados, houvesse a confluência da crise econômica com a crise sanitária. Nesse sentido, tem razão o economista francês Jean-Marie Harribey quando afirma que “o coronavírus acendeu o fogo, mas a pólvora já vem sendo colocada há muito tempo por um capitalismo cada vez mais demente” (SKALSKI, 2020).

Esse capitalismo, chamado por Harribey de demente, já vivia uma crise estrutural e sistêmica que se apresentava em três níveis: crise econômico-financeira, crise social e crise ecológica, às quais veio se somar a crise sanitária. Esses níveis se desdobram em um conjunto imenso de outras crises (alimentar, energética, do trabalho, cultural, ética, entre outras), que redundam, finalmente, em uma crise de civilização (TRANSFORM!, 2011).

A crise ecológica (sem precedentes) que, como se tentará mostrar, está na base da crise sanitária, ameaça hoje toda a vida no planeta, caracterizando-se, sobretudo, pelo processo de aquecimento global; pelo esgotamento dos recursos naturais com o aumento exponencial da devastação da biodiversidade que se dá, especialmente, com os desmatamentos; com a extinção de espécies animais e vegetais; com o envenenamento dos solos e das águas; etc.

Diante desse quadro de crises, a ordem no Brasil é aproveitar o momento de pandemia para “deixar passar a boiada”, abrindo as porteiras ao entreguismo¹ e derubando as balizas de proteção ao meio ambiente para favorecer as corporações e o agronegócio.

¹ Termo que significa prática político-ideológica de entregar recursos naturais da nação para exploração por outro país ou entidades, empresas etc. de capital internacional. Ou, como ensinava Prado Júnior (2014), entregar toda a capacidade produtiva e riquezas ao capital internacional, limitando-se apenas a fornecer bens primários de baixo valor agregado.

Não se tem, ainda, uma avaliação completa dos impactos negativos atuais e futuros da pandemia, mas a confluência das crises citadas, somada à política exterminadora de direitos e da natureza adotada pelo atual governo brasileiro, deixará um rastro de destruição que exigirá um esforço máximo de união das forças democráticas e populares em torno de um projeto de reconstrução do país.

Nosso entendimento é o de que o caminho da reconstrução — cujo horizonte vai muito além de 2022 — deve ser coletivamente pavimentado e ter como palavra-chave a palavra *transição*.

Para atacar as causas das crises ecológica e sanitária, dá-se ênfase à transição (agro)ecológica. No entanto, comecemos por tentar, com base no que apontam os especialistas, explicitar a relação entre a devastação ambiental e as epidemias, ou seja, a conexão das crises ecológica e sanitária.

2. CONEXÃO DAS CRISES ECOLÓGICA E SANITÁRIA

Desde o início da pandemia da covid-19, cresceu a produção científica sustentando que a destruição alarmante do meio natural, especialmente por meio de desflorestação e desmatamentos², tem levado a humanidade a se deparar com espécies virais, macrobianas e parasitárias contra as quais se encontra desarmada (COLLECTIF D'ÉCOLOGUES, 2020).

Ao tratar da origem das epidemias, os estudos deixam clara a conexão das crises ecológica e sanitária, mostrando que a devastação da biodiversidade é um dos principais fatores do aumento da transmissão dos agentes patógenos e da frequência de doenças associadas (WILKINSON et al., 2018). Isso porque a destruição da biodiversidade termina por modificar o hábitat natural de animais selvagens, sendo que, depois da Segunda Guerra Mundial, 70% dos novos patógenos provêm de animais, dos quais dois terços são animais selvagens (EDENI, 2020).

Os estudos dão conta de que alguns animais selvagens, como os roedores, os morcegos, os animais carnívoros e os primatas, têm maior probabilidade de abrigar patógenos zoonóticos e que os rebanhos são frequentemente uma ponte de transmissão de patógenos entre os animais e os hospedeiros humanos.

O especialista em meio ambiente e saúde Jean-François Guégan (LINDGARD; POINSSOT, 2020) adverte que a pandemia atual é causada pela devastação da biodiversidade, pelo consumo de carne e de produtos derivados de animais selvagens, bem como pela invasão humana ao meio natural desses animais. Explica que a biodiversidade gera um efeito de diluição, ou um “efeito tampão” entre os animais portadores do vírus e os humanos, ou seja, os parasitas podem ser caçados pelos seus predadores — o que indica, segundo o autor, que não se pode “acusar” os animais do mal com o qual somos confrontados.

2 Embora haja distinção entre desmatamento, que significa qualquer tipo de destruição do ambiente e de plantas, e desflorestação (ou desflorestamento), que é a destruição da floresta, usaremos o termo desmatamento para nomear as duas práticas.

Em 2018, a Organização Mundial do Comércio (OMC) publicou um documento alertando sobre a dificuldade em prevenir e curar doenças de caráter epidêmico transmitidas aos humanos por animais (WHO, 2020). Recentemente, um novo estudo científico do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e do Instituto Internacional de Pesquisa Pecuária (ILRI) concluiu que, se os países não tomarem medidas drásticas para conter a disseminação de zoonoses, surtos globais como o da covid-19 serão mais comuns (UN ENVIRONMENT PROGRAMME, 2020).

No entanto, convém abrir um parêntese para alertar que não só os animais selvagens são causadores de vírus e patologias. As práticas da indústria alimentar que estandardiza o tratamento e restringe os espaços dos animais para que, no mais curto período de tempo, possam ser consumidos, os tornam mais vulneráveis a vírus. Acrescente-se a isso o tratamento com antibióticos (mais de 50% da produção mundial de antibióticos é destinada aos animais), hormônios e outros tantos produtos oriundos da indústria química e que, além de afetar a saúde, deixam resíduos contaminando solos e águas (EDENI, 2020).

De outra parte, não basta abandonar a carne contaminada para tentar garantir boa saúde, pois, como muito bem nos mostra Silvio Tendler, “o veneno está na mesa” (O VENENO..., 2014). Independentemente do prato que escolhemos, agrotóxicos e transgênicos nos são servidos todos os dias.

Voltando à questão da destruição da biodiversidade por desmatamento como uma das principais causas das zoonoses, convém assinalar que os estudos indicam que 80% do desmatamento mundial é realizado para fins de agricultura e pecuária em grande escala, ou seja, para atender aos interesses do agronegócio (EDENI, 2020).

A expansão da agricultura e da pecuária na forma adotada pelo modo de produção capitalista, com o pretexto de “salvar o mundo da fome” (quando o objetivo é matar a fome de lucro), está entre as principais causas da devastação, bem como do processo de mercantilização (ou “comoditização”) da natureza — processo este que avança fortemente no Brasil.

3. *TERRA BRASILIS*: DEIXANDO “PASSAR A BOIADA”

No momento em que escrevemos estas linhas, o Brasil já ultrapassou o número de 150 mil mortos pela covid-19; a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal estão em chamas, e a legislação de proteção ambiental sofre o maior retrocesso da história — enquanto a “boiada passa”.

Acabou vindo a público a deplorável intervenção do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na reunião interministerial de 22 de abril do corrente ano, na qual o ministro sugere que o governo aproveite o foco da imprensa na pandemia para deixar “passar a boiada”, ou seja, para flexibilizar (ainda mais) a legislação ambiental.

Embora a flexibilização das balizas de proteção ambiental para atender aos interesses econômicos seja uma constante (necessária à expansão do capitalismo), a frase dita com tal crueza gerou enorme repercussão nacional e internacional. Segundo vários órgãos de imprensa, trouxe grandes prejuízos à imagem do Brasil no exterior, fazendo inclusive com que um grupo de empresários solicitasse ao vice-presidente que tomasse medidas contra o avanço do desmatamento (CARRANÇA; CARVALHO; LEMOS, 2020).

Diante do pragmatismo criminoso de Salles, ex-ministros do Meio Ambiente — que em maior ou menor medida também abriram portei­ras para a boiada passar quando a pressão do capital exigiu — demonstraram indignação, lançando um manifesto contra o desmantelamento institucional dos organismos de proteção e fiscalização e “a política sistemática, constante e deliberada de desconstrução e destruição das políticas meio-ambientais” (GORTÁZAR, 2020).

Se é verdade que, na Terra Brasilis, a porteira foi aberta ou semiaberta muitas vezes por exigência dos interesses econômicos em todos os governos, também é verdade que nunca o retrocesso foi tão grande. No início deste ano, o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara (deputado federal Rodrigo Agostinho) informou que quase mil projetos de lei tramitavam entre Câmara e Senado propondo algum retrocesso na legislação ambiental (AMARAL, 2020).

No que se refere aos agrotóxicos, Alan Tygel (membro da Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e pela Vida) informa que no primeiro ano do governo Bolsonaro foram autorizadas 474 novas substâncias — o maior número da série histórica (BRASIL, 2020a; 2020b). Acrescente-se que a pandemia não foi capaz de reduzir o ritmo de liberações do governo, pois, até o mês de maio de 2020, 150 novas autorizações para agrotóxicos foram dadas, sendo que vários deles são proibidos na União Europeia (SUDRÉ, 2020).

Mereceriam um estudo à parte os alarmantes retrocessos na esfera da proteção ambiental que o Brasil vem sofrendo, mas vamos continuar nos atendo, mais especificamente, aos desmatamentos e queimadas cujas consequências, conforme já assinalado, estão mais diretamente ligadas às origens das epidemias.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento da Amazônia em junho de 2019 aumentou 88% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando 920 km² de área desmatada, e, nos primeiros quatro meses de 2020, foram desmatados 1.202 km² de floresta³.

Na mesma linha, o MapBiomass⁴ apresentou relatório sobre o desmatamento no Brasil no ano de 2019 (AZEVEDO et al., 2020). O documento informa que 99% do

3 Importante registrar que o resultado dos estudos apresentados pelo Inpe sobre o desmatamento na Amazônia gerou a exoneração do seu diretor, o cientista e professor Ricardo Galvão (TEIXEIRA, 2019).

4 O MapBiomass é um sistema de validação e refinamento de alertas de desmatamento, degradação e regeneração de vegetação nativa com imagens de alta resolução, que são usadas, por exemplo, pelo Ministério Público. O objetivo é gerar uma documentação para alertas de desmatamento que seja semelhante à foto da placa do carro no registro de uma infração de trânsito. Com as imagens, é possível traçar claramente um “antes e depois”, auxiliando na punição dos criminosos.

desmatamento foi ilegal e que as áreas mais atingidas são a Amazônia e o Cerrado. Ao longo do ano, 12 mil km² de vegetação nativa foram destruídos e o país teve 56 mil pontos de desmatamento.

Segundo o relatório do MapBiomas, em Altamira, no Pará, estão as áreas mais invadidas por madeireiros, muitas delas habitadas por índios isolados, extremamente vulneráveis. Também em Altamira foi detectado o maior desmatamento do Brasil: 4 milhões de árvores foram derrubadas sem que os criminosos fossem impedidos, apesar dos alertas.

Esse quadro faz pensar que tem fundamento na realidade o alerta de David Lapola — ecólogo e pesquisador do Inpe — de que, com a devastação da Amazônia, não está excluída a possibilidade de a próxima grande pandemia ter origem no Brasil, visto que “a Amazônia é um potão de vírus”, e o desequilíbrio ecológico que vem sendo gerado pode propiciar esse “pulo do vírus dos animais para os humanos” (AMAZÔNIA..., 2020).

Notícias recentes informam que o Pantanal Mato-Grossense perdeu 20% da biodiversidade devido aos incêndios que atingem a região. Segundo o Inpe, o fogo já consumiu mais de 10% do Pantanal em 2020, e, somente em duas semanas de queimada, foi superado o registrado em agosto de 2019. Já foram mais de 1,5 milhão de hectares consumidos pelo fogo (mais de 2 milhões de campos de futebol), e foram detectados mais de 2,4 mil focos de incêndios só no mês de agosto (BRUMATTI; BUCHERONI, 2020).

Evidentemente, os reiterados incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal não são “acidentais”, nem culpa dos indígenas ou caboclos, como sustentou o atual presidente em discurso na ONU. A Repórter Brasil, com base em estudos do Instituto Centro de Vida e do Inpe, anuncia que o fogo começou em cinco fazendas de pecuaristas que fornecem para gigantes do agronegócio. Duas dessas fazendas são de pecuaristas que vendem gado para empresas da família Maggi (Amaggi e Bom Futuro), fornecedoras de gigantes como JBS, Marfrig e Minerva (CAMARGOS; CAMPOS, 2020).

Os elementos trazidos até aqui dão uma pequena mostra da grande dificuldade em apresentar uma saída no pós-pandemia, já que o coronavírus veio apenas colocar “fogo na pólvora” da crise que o capitalismo vem acumulando, e a história nos mostra que, nos momentos de agudização das crises constitutivas do capitalismo, a ofensiva imperialista se potencializa.

Da acumulação primitiva ao atual processo de aguda financeirização, o capitalismo “metamorfoseou” suas práticas imperialistas visando à sua expansão e sobrevivência, e hoje, reconfigurado pela lógica do capital financeiro, tem avançado na prática da “recolonização” da periferia e, conseqüentemente, na pilhagem e privatização dos seus recursos naturais — o Brasil e a América Latina como um todo são exemplos vivos disso (DE DAVID, 2019).

O neoextrativismo mineral, a “estrangeirização” de terras (BUENO, 2019), a mercantilização da água e o desmatamento avançam a passos largos no continente

latino-americano, com a colaboração direta de governos (associados às oligarquias locais) que atuam como verdadeiros comitês no favorecimento do grande capital.

Nosso entendimento é de que o aprofundamento, ainda maior, da crise do capitalismo no pós-pandemia irá agravar essa tendência de recrudescimento do imperialismo, e o que está ruim poderá piorar, tanto no que diz respeito à exploração dos que vivem do seu trabalho quanto à da natureza.

Sugerir alternativas de reconstrução do país no pós-pandemia sem levar em consideração essas (e tantas outras) limitações que a dura e complexa realidade nos apresenta, e pensar que a crise na qual estamos mergulhados gerará uma resposta progressista sustentada por uma vontade moral, é cair no campo do idealismo.

De outra parte, não basta ficar apenas na crítica ao capitalismo e cair em uma espécie de abstencionismo. O caminho de uma nova sociabilidade que respeite todas as formas de vida e a natureza precisa ser pavimentado coletivamente e exige propostas concretas e um horizonte a ser perseguido.

Para isso, primeiramente, o Brasil precisa ser redescoberto na sua miséria e esplendor.

4. BRASIL: MISÉRIA E ESPLENDOR

Como bem assinala o ex-embaixador da França no Brasil Alain Rouquié, “o Brasil resta sempre a descobrir” (ROUQUIÉ, 2006), não somente em razão da sua dimensão, mas da sua vertiginosa pluralidade e da sua complexidade irreduzível, às vezes geradoras de contradições também hiperbólicas: miséria e esplendor; eldorado e inferno!

Se estamos conhecendo o inferno pelo lado de dentro, o eldorado ainda permanece. E, apesar da devastação e da pilhagem que vem sofrendo, o Brasil continua “gigante pela própria natureza”. Somos o maior país da América Latina, com uma extensão territorial de 8.514.876 km², dotado de recursos naturais (in) finitos, tendo como símbolo a Amazônia — “ventre macio do Brasil”⁵ —, região legendária portadora tanto de esperanças como de mitos.

O Brasil está entre os maiores bancos genéticos do mundo; possui 20% da água potável existente sobre todo o globo terrestre e 90 milhões de hectares de terras disponíveis para a agricultura (CAMARGO; CAPOBIANCO; OLIVEIRA, 2004). Além de ocupar o posto de principal nação entre os 17 países megadiversos, o Brasil abriga também uma rica sociobiodiversidade, representada por mais de 200 povos indígenas e por diversas comunidades — como quilombolas, caiçaras e seringueiros, para citar alguns — que reúnem um inestimável acervo de conhecimentos tradicionais sobre a conservação da biodiversidade.

A questão que fica é saber como, diante da escassez dos recursos naturais do planeta e em face de um país cuja maior riqueza está precisamente nos seus recursos

5 Definição de Rouquié.

naturais, possa alguém pensar que a proteção ao meio ambiente se constitua em um entrave ao desenvolvimento, quando, na verdade, essa é a base para transitar para o verdadeiro desenvolvimento — muito além do chamado desenvolvimento sustentável, conceito que acabou banalizado e vazio de significado. E nesse “transitar” está a proposta de transição (agro)ecológica.

Agro está sendo utilizado entre parênteses porque pressupõe uma transição que, como veremos em seguida, deve ir além de um novo modelo de agricultura e/ou pecuária — deve integrar a transição ecológica como um todo. Por sua vez, a transição ecológica vai muito além da questão ambiental.

Todavia, comecemos pelo exemplo concreto da agroecologia, que propõe uma transição para outra agricultura. Na verdade, o conceito de transição ecológica nasce no campo da agroecologia.

5. AGROECOLOGIA: CIÊNCIA E BASE DA TRANSIÇÃO

As questões básicas ligadas à temática da agroecologia, que aqui serão sinteticamente tratadas, terão por referência principal o agrônomo e professor de agroecologia Miguel Altieri. A escolha de tal referência-chave não se dá apenas pelo fato de Altieri ser considerado o autor que melhor delineou o conceito contemporâneo de agroecologia na América Latina e ser o seu maior difusor, como sustenta Rosa (2019), mas porque ele está entre os que colocaram a agroecologia em bases científicas.

Para Altieri (2012), a agroecologia é a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade.

A agroecologia proporciona, então, as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura sustentável nas suas diversas manifestações e/ou denominações. Portanto, não se pode confundir agroecologia com “práticas agrícolas alternativas”.

Altieri deixa claro que a agroecologia não é um conjunto de práticas ou de receitas, mas sim de princípios, quais sejam: a) aumentar a ciclagem de biomassa e otimizar a disponibilidade e o fluxo equilibrado de nutrientes; b) assegurar solo com condições favoráveis para o crescimento das plantas, particularmente por meio do manejo da matéria orgânica e do incremento de sua atividade biológica; c) minimizar as perdas decorrentes dos fluxos de radiação solar, ar e água por meio do manejo do microclima, da captação de água e da cobertura do solo; d) promover a diversificação inter e intraespécies no agroecossistema, no tempo e no espaço; e) aumentar as interações biológicas e os sinergismos entre os componentes da biodiversidade, promovendo processos e serviços ecológicos chave (ALTIERI, 2012, p. 106).

Norteados por esses princípios, um conjunto de técnicas e estratégias (que serão citadas sem que venhamos a desenvolver o conteúdo de cada uma) será utili-

A agroecologia visa, portanto, consagrar uma agricultura que proporcione “a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais”

zado. São elas: rotação de culturas, policultivos/consórcios, sistemas agroflorestais, cultivos de cobertura, integração animal no agroecossistema e agricultura orgânica, entre outras.

Esse conjunto de diferentes técnicas tem por finalidade, como já foi dito, o manejo de agroecossistemas sustentáveis. Para Altieri, a sustentabilidade dos agroecossistemas deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes.

Assim, a agroecologia, como prática sustentável, além da luta contra as pragas, doenças ou problemas do solo, busca restaurar a resiliência (palavra-chave nesse domínio) e a força do agroecossistema como um todo, pois a preservação e ampliação da biodiversidade é o primeiro princípio utilizado para produzir autorregulação e sustentabilidade (ALTIERI, 2004).

É importante ressaltar que, mesmo que a agroecologia não possa ser confundida com um mero conjunto de práticas, suas bases científicas e técnicas também são integradas pela racionalidade ecológica da agricultura tradicional (pelos chamados conhecimentos tradicionais) e pelo conjunto de conhecimentos e técnicas desenvolvidos pelos agricultores em suas experiências práticas, portanto, na valorização do componente cultural na produção de agroecossistemas.

Assim, esses agroecossistemas reproduzem a estrutura e função dos ecossistemas naturais e locais com base no conhecimento tradicional e na adaptação da atividade agrícola às necessidades locais socioeconômicas e biofísicas (ALTIERI, 2012).

A agroecologia visa, portanto, consagrar uma agricultura que proporcione “a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais” (ALTIERI, 2004, p. 12).

Apresentados, em linhas gerais, os princípios e técnicas da agroecologia, é importante ressaltar que essa ciência, voltada a uma prática produtiva sustentável, surge em oposição à moderna agricultura capitalista — que é marcada por dois grandes momentos, quais sejam: o primeiro, a chamada “Revolução Verde”, caracterizada pela mecanização e o uso intensivo de agrotóxicos, e o segundo, caracterizado pelo desenvolvimento das modificações genéticas em sementes pela biotecnologia (ALTIERI, 2012).

A primeira fase marca também a primeira onda de problemas ambientais, pois o sistema socioeconômico hegemônico baseado em monoculturas extremamente dependentes de agrotóxicos ocasiona grave degradação ambiental, além de problemas sociais, políticos e econômicos — o que evidencia o caráter multidimensional das questões de produtividade, como ensina Altieri (2012).

A segunda onda de problemas é consequência dos chamados transgênicos, que trazem consigo a promessa de rentabilidade aos agricultores. No entanto, o que essa biotecnologia vai trazer são mais danos ambientais, mais industrialização da agricultura e mais “influência dos interesses privados na pesquisa” do que rentabilidade em si (ALTIERI, 2012, p. 35). Além disso,

o prognóstico é que a biotecnologia irá agravar os problemas da agricultura convencional e, ao seguir promovendo monoculturas, também comprometerá os métodos agrícolas ecológicos, tais como as rotações de culturas e policultivos (ALTIERI, 2012, p. 35).

Esse agravamento do quadro também se deve ao fato de que a agricultura baseada em biotecnologias se caracteriza pela concentração da propriedade e controle de um pequeno grupo de corporações privadas, ocasionando ainda mais impactos sociais, ambientais e econômicos e evidenciando que a teoria de coexistência entre culturas geneticamente modificadas e não geneticamente modificadas (crioulas, orgânicas e convencionais) é um mito.

Como se pode ver, mais do que uma agricultura “alternativa”, a ideia é de transição para outra agricultura — uma agricultura de base ecológica⁶ — que, baseada na avaliação dos agroecossistemas e nos princípios citados, venha a implantar e desenvolver estilos (e não apenas um estilo) de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Essa sustentabilidade evidencia-se em suas diferentes dimensões. No campo social, por exemplo, a agroecologia é sustentável porque a saúde social e a identidade local focalizam a alimentação humana e o abastecimento dos mercados internos, diminuindo a distância entre produção e consumo dos alimentos e evitando desperdício de energia e produtos no transporte, ao contrário da agricultura industrial, que

6 Usa-se o termo agricultura de base ecológica primeiramente para distingui-lo do modelo de agricultura convencional ou agroquímica, e também de estilos de agricultura que estão surgindo a partir de novas correntes, como a “Intensificação Verde”, a “Revolução Verde” ou a “Dupla Revolução Verde”. Em segundo lugar, o termo também é utilizado para distinguir a agroecologia dos demais modelos de agricultura alternativa (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 8).

produz apenas 30% dos alimentos destinados aos seres humanos, pois a maior parte da sua produção se destina a biocombustíveis e ração animal, sendo que 33% a 40% dos alimentos produzidos são perdidos na produção, no transporte ou por desperdício (ROSA, 2019).

Além disso, “a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais”, pois é o estudo da agricultura tradicional que proporciona o desenvolvimento de estratégias agrícolas adequadas às necessidades dos agricultores e dos agroecossistemas regionais. Acrescente-se que “a produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente” (ALTIERI, 2004, p. 26-27).

No que tange à sustentabilidade econômica, em contraponto ao manejo convencional, as práticas agroecológicas, em que pese a possibilidade de apresentarem um prejuízo inicial, compensam em muito as perdas iniciais, com grande elevação dos ganhos futuros pela manutenção ou aumento da produtividade (ALTIERI, 2012).

Entendemos que a palavra *prejuízo* deva ser relativizada. Talvez na fase inicial de transição de uma agricultura convencional para a agroecológica os lucros auferidos diminuam, mas os ganhos ecológicos são inestimáveis. Além do mais, qualquer prejuízo inicial é devidamente compensado se analisados os benefícios dos plantios agroecológicos a longo prazo, e tais benefícios não se limitam a questões meramente econômicas, pois representam também a melhora na saúde e na qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2011).

Não cabe nos limites deste texto, mas muito se poderia, ainda, discorrer sobre agroecologia, inclusive trazendo a experiência concreta que vem sendo desenvolvida nos últimos anos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) — considerado o maior produtor agroecológico brasileiro e responsável pela maior produção de arroz orgânico da América Latina.

Para o MST a agroecologia vai além de uma prática agrícola sustentável. É seu instrumento de questionamento político em relação às políticas agrícolas do Estado brasileiro e ao fomento do agronegócio. Exerce um papel de resistência e de busca de superação no sentido de constituir-se em uma resposta ao modelo de agricultura convencional e de tentar construir, na prática, um novo modelo para o campo, centrado na valorização do ser humano e das demais formas de vida (DALLA RIVA, 2020).

Essa resistência encontra todas as barreiras impostas pelo capitalismo altamente financeirizado e, mesmo assim, serve para mostrar que a superação do modelo de agronegócio insustentável e predatório é possível em larga escala e não apenas como “práticas alternativas” — sem diminuir a importância de tais práticas.

Transição e resiliência são palavras-chave trazidas do campo da agroecologia para fundamentar a transição ecológica como um todo — uma transição que vai além da questão ambiental.

6. TRANSIÇÃO ECOLÓGICA: PARA ALÉM DA QUESTÃO AMBIENTAL

Antes de abordarmos o tema da transição ecológica, comecemos pelo sentido da palavra *transição*, que, segundo dicionários, significa passagem de um lugar, de um estado de coisas, de uma condição a outra, ou movimento consciente de passagem entre a situação atual e o futuro ambicionado.

Como se pôde constatar, o futuro ambicionado pelo movimento consciente orientado pelos princípios, métodos e técnicas da agroecologia é a transição para uma agricultura de base ecológica. A implementação dessa agricultura de base ecológica pede uma transição ecológica.

Transição ecológica é um conceito criado pelo inglês Rob Hopkins, professor de permacultura, e está exposto no livro *The transition handbook: from oil dependency to local resilience* (manual de transição: da dependência de petróleo à resiliência local), publicado em 2008 (HOPKINS, 2008).

Vinculado à ideia de resiliência, o conceito, que nasce no campo da agroecologia, se estende a outros como um conjunto de princípios e práticas visando à transição para uma sociedade pautada pela sustentabilidade em todas as suas dimensões.

Conforme já consignado, o modelo agropecuário capitalista é responsável por 80% dos desmatamentos, e o desmatamento está entre as principais causas de surgimento das epidemias. Também foram mencionados os danos causados à saúde pelo uso de agrotóxicos e de outros químicos da indústria agroalimentar, que geram, inclusive, mutações genéticas de vírus.

Tudo isso aponta para a necessidade de uma transição para outro modelo, tanto no campo da produção quanto no do consumo de alimentos. Uma transição agroalimentar, para substituir uma agricultura industrial, química, consumidora de petróleo em grande escala e geradora de riscos sanitários por uma produção e um consumo com base em princípios e práticas agroecológicas — conforme já se sabe, esse é um dos objetivos da agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2011).

No entanto, a transição ecológica não cessa no campo agroalimentar, pois ela se pauta por um conjunto de objetivos e ações interdependentes envolvendo diversas áreas no campo socioambiental, mobilizando diversos saberes, exigindo tecnologias adequadas e investimentos.

Apenas a título exemplificativo, no que se refere à transição ecológica, podemos citar a necessidade de transição energética, buscando ampliar o uso de energias renováveis; de transição industrial, com a produção de bens duráveis em oposição à obsolescência programada (e com a conseqüente geração de resíduos); de transição na área do transporte, que passaria a ser reorientado para a diversificação dos modais de cargas e passageiros e também na busca de um transporte coletivo de qualidade, substituindo o individual; da transição na área urbanística, visando a uma urbanização inclusiva e sustentável e reduzindo impactos socioambientais.

Se concordarmos com a tese dos especialistas de que a devastação ambiental é uma das principais causas das epidemias, a proposta de transição ecológica deve integrar, transversalmente, um projeto de reconstrução do país no pós-pandemia

Poderíamos acrescentar muitos tópicos apontando áreas para as quais é necessário planejar uma transição, como, por exemplo, para uma nova matriz produtiva e uma nova política de ordenamento territorial. Contudo, o objetivo aqui não é apresentar um projeto de transição ecológica, e sim falar da sua necessidade e, ao mesmo tempo, esclarecer que uma verdadeira “transição ecológica” não pode ser objeto de um tratamento tópico, pois, conforme já mencionado, vai muito além da questão ambiental.

Nesse sentido, tem razão Favareto (2018) quando afirma que “transição ecológica, mais do que o atendimento tópico de questões relacionadas a agendas setoriais (ambiental, agrícola/agrária, industrial ou outras), sugere uma mudança substantiva nas formas de relação entre sociedade e natureza”. Observa Favareto que, com isso, deve ocorrer uma alteração qualitativa na maneira como os recursos naturais — materiais, energia, capacidades ecossistêmicas — são transformados em bens e serviços voltados a satisfazer o bem-estar da população.

Se concordarmos com a tese dos especialistas de que a devastação ambiental é uma das principais causas das epidemias, a proposta de transição ecológica deve integrar, transversalmente, um projeto de reconstrução do país no pós-pandemia. E essa reconstrução tem como horizonte próximo o ano de 2022, mas vai muito além de 2022 para os que pensam em termos de “projeto de país”, para além de “plano de governo” ou, simplesmente, de “programa eleitoral”.

Conforme já ressaltado, tal projeto de reconstrução precisa ser coletivamente pensado, tendo na sua concepção e implementação o protagonismo das forças do campo popular, ampliadas pelas forças verdadeiramente democráticas e comprometidas com os rumos do país. Nesse caso a palavra *transição* soma-se à palavra *planejamento*, e ao se falar em planejamento e projeto de país, nada melhor do que resgatar o pensamento de Celso Furtado.

Como a transição aqui proposta é, especialmente, no campo ecológico, resgataremos um “Furtado ecológico”, ainda desconhecido de muitos.

7. TRANSIÇÃO ECOLÓGICA NA PAUTA DA RECONSTRUÇÃO: RESGATANDO O “FURTADO ECOLÓGICO”

No Brasil, a convergência das crises econômica, ambiental e sanitária foi (e está sendo) potencializada não apenas pela ausência de uma política governamental na busca de soluções, mas por ações deliberadas resultantes de uma política genocida, exterminadora de direitos e da natureza e, acima de tudo, entreguista.

Diante do rastro de destruição que está sendo deixado, a necessária política de reconstrução equipara-se a uma política de pós-guerra e exige planejamento.

Ao se falar em planejamento e em “pós-guerra”, vale lembrar do economista Celso Furtado, para quem a questão do planejamento era central. Segundo ele, “os franceses diziam que o planejamento era necessário para resolver os problemas causados pelas destruições das guerras”, mas advertia que o subdesenvolvimento era uma espécie de devastação e que, para superá-lo, “necessita-se de planejamento, pois o mercado sozinho não é capaz de resolver o problema, nem mudar as estruturas” — o que, para ele, era fundamental (O LONGO..., 2007).

O pós-pandemia, especialmente no Brasil, equivalerá a um pós-guerra, e isso exigirá planejamento que, por sua vez, exigirá o “retorno do Estado” — do qual muito se está falando no momento.

Ocorre que, na verdade, o (neo)liberalismo jamais prescindiu do Estado, só que de um Estado a serviço do capital, para permitir que o mercado imponha as suas regras. Por essa razão também é sempre bom questionar a serviço de quem o Estado irá intervir. Até porque a tendência é de que o acirramento da crise no pós-pandemia leve o Estado a se mobilizar, ainda mais, a serviço do capital.

No entanto, não há dúvida de que, especialmente nos países periféricos, como é o caso do Brasil, necessita-se da mão (bem visível) do Estado para um processo de reconstrução— o Estado como o grande indutor do desenvolvimento, como ensinava Celso Furtado.

Como o tema central aqui é a transição ecológica, vale a pena ressaltar que, embora Furtado não tenha uma obra específica sobre desenvolvimento e ecologia, deixou importantes contribuições ao incorporar a variável ambiental às suas reflexões e, especialmente, ao chamar a atenção para o problema da destruição dos recursos não renováveis.

Tratando dos custos do desenvolvimento, afirma:

Escrevi em 1972 um pequeno livro, *O mito do desenvolvimento econômico*, que tratava desse tema. Nele eu mostro que o que chamamos de desenvolvimento tem um custo muito maior do que se pensa. Muitos diziam, até mesmo ex-colegas da Cepal, que eu tinha perdido a visão de progresso do mundo. Nada disso, eu respondia: “tenham lucidez e abram os olhos para a realidade da pressão sobre os recursos naturais”. Já se começava a ver que o homem tinha cometido vários crimes ecológicos, destruído muita coisa. [...] Mas ninguém queria conversar sobre isso (FURTADO, 2004a).

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Árvore em meio a plantação de soja em área do município de Alto Paraíso (GO)

Vejam na citação que, por Furtado insurgir-se contra um desenvolvimento que não leve em conta a dimensão ecológica, ex-colegas da Cepal diziam que ele “tinha perdido a visão de progresso do mundo” — o que, diga-se de passagem, é comum em alguns setores da esquerda que creem que a crise ecológica se resolverá somente pela via tecnológica.

Celso Furtado denominava de ingênua a atitude dos que imaginam que os problemas ambientais oriundos do modelo econômico possam ser solucionados, necessariamente, pelo progresso tecnológico, “como se a atual aceleração do progresso tecnológico não tivesse contribuído para agravá-los” (FURTADO, 1974).

Segundo o economista brasileiro, não se trata de especular se, teoricamente, a ciência e a técnica capacitam o homem para solucionar este ou aquele problema criado por nossa civilização. Trata-se apenas de reconhecer que o que chamamos de criação de valor econômico tem como contrapartida processos irreversíveis no mundo físico, cujas consequências tratamos de ignorar (FURTADO, 1974).

Já à época, ao referir-se às plantações de soja no Brasil, Furtado advertia que “temos uma produção fantástica para a qual todo mundo bate palmas, mas o seu custo, em termos de erosão e destruição do solo, é enorme”. Afirmava: “a soja, por exemplo, entusiasma muita gente, mas, olhando mais de perto, é algo perigoso, pois se está destruindo o Cerrado, esse quadro ecológico que não se reconstitui” (FURTADO, 2004a).

Ao fazer essa advertência, o grande economista brasileiro talvez nem sonhasse que — no ano do seu centenário — a perspectiva de aumento da produção para

exportação de soja seria grandemente responsável por este “Brasil em chamas” e por tantos retrocessos ambientais.

Na sua última entrevista, concedida à revista *Nossa História*, foi-lhe apresentada a seguinte questão: “Seu comentário sobre a destruição ambiente sugere que o senhor é ecologicamente pessimista. Como vê esse problema?”. A resposta de Furtado (2004b) foi a seguinte:

Um cínico diria que o processo de destruição ainda é muito pequeno, a Terra comporta muito mais destruição. Enquanto não se chegar ao ponto crítico, os homens não acordarão. Quando as águas do mar começarem a subir, aí sim, será preciso passar por cima de todas as regras da economia. Não se pode deixar de ver globalmente problemas dessa ordem. Mas no mundo de hoje as pessoas querem maximizar a vantagem imediata para seu grupo.

Com base no exposto, tudo indica que, se vivo estivesse, Furtado retomaria a sua “construção interrompida” incluindo o necessário planejamento de uma transição ecológica. De outra parte, também continuaria insistindo que as condições de desenvolver qualquer projeto são dadas historicamente e que, “antes de se ousar um projeto realista, devem-se apreciar os limites imediatos, as potencialidades a longo termo, baseadas no conhecimento do passado e avaliando profundamente as limitações exteriores” (FURTADO, 2001, p. 54).

No momento, as limitações internas e externas do Brasil são gigantescas, pois, além do quadro desolador já referido, os passos que conseguimos avançar nos últimos anos na busca do que Furtado chamava de “integração virtuosa na economia globalizada” foram substituídos por uma política externa irracional de vergonhosa subserviência (EX-MINISTROS..., 2020).

Por óbvio, nessa política de subserviência está incluída a abdicação da soberania ambiental e alimentar, um processo cada vez mais intenso de “estrangeirização” das terras, mercantilização e privatização da natureza e dos bens comuns ou de uso comum do povo.

Certamente, as consequências de tudo isso se estenderão no tempo, já que não existem soluções mágicas para problemas reais. O tempo da reconstrução do nosso combalido país vai depender dos rumos políticos a serem trilhados, conforme já referido. O certo é que as urgências e medidas de curto e médio prazo em um projeto de reconstrução do país não podem ofuscar o verdadeiro horizonte da transição, mas resta saber se é possível uma verdadeira transição (agro)ecológica nos marcos do capitalismo.

8. UMA REFLEXÃO FINAL: TRANSIÇÃO PARA ONDE?

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, em uma de suas exposições, afirmou que “Celso Furtado era marxista e não sabia” (BELLUZZO, 2019). De modo seme-

lhante, pensamos que Marx era “ecológico” e não sabia, pois mostrou que a relação de exploração, esgotamento e ruptura com a natureza é constitutiva do capitalismo, e alertou para a falha da interação metabólica gerada por esse sistema, alienando os humanos da natureza.

Embora, por razões óbvias, a temática da crise ecológica não fosse central à época de Marx, vamos encontrar na sua obra um vasto instrumental teórico para compreensão desta crise, o que não poderemos desenvolver neste curto espaço.

No entanto, é importante destacar que Marx, para quem a natureza é o corpo inorgânico do homem e a mãe de toda a riqueza — cujo pai é o trabalho —, evidenciou como, desde a acumulação primitiva, o desenvolvimento do modo de produção capitalista veio aprofundando a ruptura (fratura, ou falha) metabólica entre seres humanos e o meio ambiente.

Marx e Engels foram os primeiros na aplicação do conceito de metabolismo à sociedade, associando o referido termo “à relação cidade-campo, grande indústria-grande agricultura, homem-natureza, e a ‘falha’ estaria na insustentabilidade desses relacionamentos dentro do capitalismo” (ROSA, 2019, p. 37).

Segundo Foster, a teoria da falha (ou ruptura) metabólica “foi a primeira análise a delinear uma visão globalmente abrangente nas ciências sociais da crise ecológica sistêmica, abrangendo a sociedade, a natureza e suas inter-relações dialéticas, e conectando isso à produção” (LEFT VOICE, 2017).

No que diz respeito, especificamente, ao desenvolvimento da agricultura capitalista, conectado com os avanços no pensamento físico-químico de sua época, Marx (2013, p. 573) irá afirmar que:

Todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade.

O aumento da fertilidade do solo apenas por certo período, referido por Marx, seria à base de insumos químicos. À época, a diminuição da fertilidade do solo pela perda de seus nutrientes constituiu a principal preocupação ecológica, tanto na Europa como na América do Norte. Marx faz a sua crítica influenciado pelos estudos do químico alemão Justus von Liebig, que mostravam os malefícios que tais insumos, na forma pela qual eram utilizados, causavam ao solo, roubando os seus nutrientes e resultando na incapacidade de garantir a sua regeneração.

Como se vê, a crítica à agricultura capitalista é bem anterior à Revolução Verde, que é um momento, historicamente recente, de profunda agudização da “ruptura metabólica” e, conseqüentemente, da crise ambiental que, conforme exposto, está entre as principais causas da crise sanitária e exige uma transição ecológica.

Como o novo vai sendo gestado dentro do velho, tanto a agroecologia como as demais práticas que visam à transição ecológica em sentido amplo são extremamente

Fica claro que é impossível sair da crise ecológica do capitalismo sem sair do capitalismo em crise e que a proposta de transição ecológica só se completará tendo como horizonte a transição para outra sociabilidade

válidas, mas de consumação inviável nos marcos do capitalismo, cuja tendência é a do aprofundamento da fratura metabólica mencionada por Marx.

Tem razão o economista Jean-Marie Harribey quando afirma que o capitalismo é um verdadeiro “buraco negro” que busca a tudo “engolir”, ou seja, tudo submeter à lei da rentabilidade, do lucro e da acumulação do capital. Em recente obra intitulada *Le trou noir du capitalisme* (o buraco negro do capitalismo), o marxista francês adverte que, neste início de século XXI, o capitalismo mundializado impôs a sua lógica de expansão buscando “engolir” desde a mais simples atividade humana até a totalidade dos recursos naturais, passando por todos os seres vivos e por tudo que foi produzido em termos de conhecimento (HARRIBEY, 2020).

Para Harribey, essa é a resposta do capitalismo para tentar sair da crise. Essa resposta redundante no avanço de um duplo rompimento de fronteiras: romper as fronteiras que separam o mercado do “não mercadológico” — ou fora do mercado (non marchand) — e romper o que separa o monetário do não monetário. Isso quer dizer: trazer para o mercado o que não pertence ao mercado, transformar em mercadoria e quantificar monetariamente o que não pertence ao mercado, como é o caso da natureza (HARRIBEY, 2013).

Na mesma linha, Jean Gadrey reforça a tese de que a privatização dos bens naturais e comuns (terra, florestas, água, fontes de energia etc.) sempre esteve na base da expansão capitalista e que essa privatização conduz a uma superexploração que se renova nos dias atuais. Diante disso, afirma o economista: “Ora, eu não vejo como sair da crise ecológica sem retomar o controle coletivo, público, ‘comunal’ ou cooperativo desses bens naturais comuns, especialmente os mais vitais (incluindo o clima), sem sair do capitalismo” (GADREY, 2010, tradução nossa).

Neste contexto, fica claro que é impossível sair da crise ecológica do capitalismo sem sair do capitalismo em crise⁷ e que a proposta de transição ecológica só se completará tendo como horizonte a transição para outra sociabilidade, orientada pelo valor de uso e que tenha por princípio respeitar e valorizar os seres humanos, a natureza, enfim, todas as formas de vida.

7 Afirmação inspirada na questão levantada por Amin (2009): “Sair da crise do capitalismo ou sair do capitalismo em crise?”.

Se o que buscamos é a transição do capitalismo para o socialismo, para começar se faz necessária a retomada de uma teoria da transição — no nosso entendimento, a teoria da transição pensada por Lênin. Não para repetir mecanicamente suas opiniões ou as soluções apontadas à época, pois outras são as exigências da realidade, dentre elas a exigência de buscar solução para a crise ecológica e para a iminência de novas crises sanitárias das quais tratamos aqui.

O que se faz necessário, como ensinava João Amazonas, “é recolher os ensinamentos, assimilar a essência da teoria leninista da transição, que se incorpora, indubitavelmente, ao grande e valioso acervo do marxismo, abrindo largas perspectivas à edificação da sociedade avançada do futuro” (AMAZONAS, 1993). E a sociedade do futuro (pelo menos do futuro pelo qual lutamos) não será edificada sem transição ecológica, porque sem preservação da natureza e de todas as formas de vida não há futuro.

* Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e coordenadora do Núcleo de Direito, Marxismo e Meio Ambiente (NudMarx). Doutora em Direito pelo Crídeau (Centro de Pesquisa Interdisciplinar em Direito Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo), da Universidade de Limoges, França. *E-mail*: biabr@hotmail.fr

** Graduado em Direito pela Universidade Franciscana (UFN), com mobilidade acadêmica na Universidade de Lisboa (ULisboa), Portugal. Graduado em Ciências Sociais pela UFSM. Pesquisador do NudMarx. *E-mail*: thomaz_delgado@hotmail.com

Este artigo é uma versão ampliada (pela temática da agroecologia, pela crítica marxista à agricultura capitalista e pela sinalização da necessidade do debate acerca da teoria da transição) de texto que integra uma obra coletiva publicada pela Quartier Latin (São Paulo) em novembro de 2020: *Utopias para reconstruir o Brasil*, com organização de Gilberto Bercovici, João Sicsú e Renan Aguiar.

► Texto recebido em outubro de 2020; aprovado em novembro de 2020.

ALTIERI, Miguel A. (Org.) **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

AMARAL, Ana Carolina. Quase mil projetos de lei propõem retrocesso ambiental, diz deputado. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 fev. 2020. Disponível em: <www.jb.com.br/pais/ecologia/2020/02/1022050-quase-mil-projetos-de-lei-propoeem-retrocesso-ambiental--diz-deputado.html>. Acesso em: 27 jun. 2020.

AMAZONAS, João. **Capitalismo de Estado na transição ao socialismo**: notável contribuição de Lênin à teoria revolucionária do progresso social. São Paulo: Anita Garibaldi, 1993.

AMAZÔNIA pode ser “maior repositório de coronavírus do mundo”, diz cientista. **UOL**. 13maio2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/afp/2020/05/13/amazonia-pode-ser-maior-repositorio-de-coronavirus-do-mundo-diz-cientista.htm?next=0001H1846U11N>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

AMIN, Samir. Sortir du capitalisme en crise. In: Connaître Marx. **La Pensée**, n. 360, p. 69-77, out.-dez., 2009.

AZEVEDO, Tasso Rezende de; et al. **Relatório anual do desmatamento no Brasil**. São Paulo: MapBiomas, 2019. Disponível em: <<http://alerta.mapbiomas.org/relatorios>>. Acesso em: 28 set. 2020.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Celso Furtado**: aula 7. Campinas: IE-Unicamp, 2019. 37 min. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=93gAH_wAs78&fbclid=IwAR3ioAwFsf2R01nU-Zv1zKOSJKvJdGMgpKSQbF1jyvRLVn7tmLYCtKKbz8>. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020**. Regulamenta a lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, 2020a. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm>. Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. **Medida provisória nº 926, de 2020**. Procedimentos para aquisições destinadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. Brasília: Congresso Nacional, 2020b. Disponível em: <www.congressional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141144>. Acesso em: 29 set. 2020.

BRUMATTI, Gabriela; BUCHERONI, Giulia. Fogo no Pantanal: como animais foram afetados e o que se sabe sobre a perda da biodiversidade. **G1**, 27 ago. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2020/08/27/fogo-no-pantanal-como-animais-foram-afetados-e-o-que-se-sabe-sobre-a-perda-da-biodiversidade.ghtml>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

BUENO, Igor Mendes. **Dependência, questão agrária e globalização**: interpretações econômico-políticas e jurídicas da estrangeirização das terras no Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo R.; OLIVEIRA, José Antônio P. de. **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CAMARGOS, Daniel; CAMPOS, André. Fogo no Pantanal mato-grossense começou em fazendas de pecuaristas que fornecem para gigantes do agronegócio. **Repórter Brasil**, São Paulo, 22 set. 2020. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2020/09/fogo-no-pantanal-mato-grossense-comecou-em-fazendas-de-pecuaristas-que-fornecem-para-gigantes-do-agronegocio>>. Acesso em: 29 set. 2020.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: _____; AZEVEDO, Edisio Oliveira de. (Orgs.). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

CARRANÇA, Thais; CARVALHO, Daniel; LEMOS, Iara. Empresas enviam carta a Mourão pedindo combate ao desmatamento. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 jul. 2020, Paineel S.A.

COLLECTIF D'ÉCOLOGUES, UN. La prochaine pandémie est prévisible, rompons avec le déni de la crise écologique. **Libération**, Paris, 8 abr. 2020. Disponível em: <www.liberation.fr/debats/2020/04/08/la-prochaine-pandemie-est-previsible-rompons-avec-le-deni-de-la-crise-ecologique_1784471>. Acesso em: 27 jun. 2020.

DALLA RIVA, Leura. **Entraves à agroecologia como prática produtiva sustentável e como um direito na atual fase do capitalismo**: uma abordagem crítica a partir do exemplo brasileiro do MST. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

DE DAVID, Thomaz Delgado. O direito internacional e a dimensão jurídica do imperialismo. In: _____; SILVA, Maria Beatriz O. da (Org.). **Marxismo, direito e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

EDENI. Coronavirus: une crise écologique? **Medium**, 25 mar. 2020. Disponível em: <<https://medium.com/edeni/coronavirus-une-crise-%C3%A9cologique-8062b09c7c43>>. Acesso em: 28 set. 2020.

EX-MINISTROS exigem fim da política externa “irracional” e de “vergonhosa subserviência”. **Hora do Povo**, 9 mai. 2020. Disponível em: <<https://horadopovo.com.br/ex-ministros-exigem-fim-da-politica-externa-vergonhosa-de-subserviencia-e-irracionalidade>>. Acesso em: 28 set. 2020.

FAVARETO, Arilson. A ideia de transição ecológica no Brasil hoje: notas para discussão. **Diário do Engenho**, 27 ago. 2018. Disponível em: <<https://diariodoengenho.com.br/ideia-de-transicao-ecologica-no-brasil-hoje-notas-para-discussao>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

FURTADO. Celso. Entrevista com Celso Furtado: a atual situação econômica mundial. Entrevista cedida a MACIEL, Vladimir Fernandes; MOURA, Álvaro Alves de; BEZERRA, Carolina Marchiori. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 2, n. 2, p. 13-28, 2004a.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. Reflexões sobre a crise brasileira. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP, Edusp, 2001.

_____. Sem ciência social, economia é pura álgebra. Entrevista. **Revista Nossa História**, v. 1, n. 12, 2004b.

GADREY, Jean. Peut-on s'en sortir dans le cadre d'un capitalisme réformé?. **Alternatives Économiques**, 22 fev. 2010. Disponível em: <<https://blogs.alternatives-economiques.fr/gadrey/2010/02/22/peut-on-s-en-sortir-dans-le-cadre-d-un-capitalisme-reforme>>. Acesso em: 12 out. 2020.

GORTÁZAR, Naiara. Uma inédita frente de ex-ministros do Meio Ambiente contra o desmonte de Bolsonaro. **El País**. 08 maio 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/08/politica/1557338026_221578.html>. Acesso em: 3 nov. 2020.

HARRIBEY, Jean-Marie. **La richesse, la valeur et l'inestimable**: fondements d'une critique socio-écologique de l'économie capitaliste. Paris: Les Liens qui Libèrent, 2013.

_____. **Le trou noir du capitalisme**. Lormont: Le Bord de l'Eau, 2020.

HOPKINS, Rob. **The transition handbook**: from oil dependency to local resilience. Totnes: Transition Foundation, 2008.

LEFT VOICE. John Bellamy Foster: “A ruptura metabólica de Marx foi a primeira análise a delinear uma visão global da crise ecológica sistêmica”. **Diário Liberdade**, 9 ago. 2017. Disponível em: <<https://gz.diarioliberalidade.org/mundo/item/180441-john-bellamy-foster-a-ruptura-metabolica-de-marx-foi-a-primeira-analise-a-delinear-uma-visao-global-da-crise-ecologica-sistemica.html>>. Acesso em: 29 set. 2020.

LINDGAARD, Jade; POINSSOT, Amélie. Le coronavirus, “un boomerang qui nous revient dans la figure”. **Mediapart**, Paris, 22 mar. 2020. Disponível em: <www.mediapart.fr/journal/international/220320/le-coronavirus-un-boomerang-qui-nous- revient-dans-la-figure>. Acesso em: 28 set. 2020.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I: crítica da economia política — o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAND, Serge. **La prochaine peste**: une histoire globale des maladies infectieuses. Paris: Fayard, 2016.

O LONGO amanhecer: cinebiografia de Celso Furtado. Direção de José Mariani. Brasil, 2007. 1 filme (73 min.).

O VENENO está na mesa II: agroecologia para alimentar o mundo, com soberania para alimentar os povos. Direção de Silvio Tendler. Brasil, 2014. 1 documentário (70 min.).

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 2014.

ROSA, Vanessa de Castro. **De Marx a Altieri**: limites do balizamento jurídico para a produção agroecológica nos marcos do capitalismo. 2019. Tese (Doutorado em Direito) — Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/4067>>. Acesso em: 29 set. 2020.

ROUQUIÉ, Alain. **Le Brésil au XXI^e siècle**: naissance d’un nouveau grand. Paris: Fayard, 2006.

SKALSKI, Jérôme. Jean-Marie Harribey, économiste atterré: “L’épidémie du covid-19 a mis sur la table ce qu’on croyait impossible: distinguer les besoins essentiels des futiles ou nocifs”. **L’Humanité**, Paris, 24 abr. 2020. Disponível em: <www.humanite.fr/jean-marie-harribey-economiste-atterre-lepidemie-du-covid-19-mis-sur-la-table-ce-quon-croyait-688226>. Acesso em: 27 jun. 2020.

SUDRÉ, Lu. Mesmo com pandemia, governo Bolsonaro já liberou 150 novos agrotóxicos este ano. **Brasil de Fato**, São Paulo, 13 maio 2020. Disponível em: <www.brasildefato.com.br/2020/05/13/mesmo-com-pandemia-governo-bolsonaro-ja-liberou-150-novos-agrotoxicos-este-ano>. Acesso em: 27 jun. 2020.

TEIXEIRA, Pedro. **Presidente eliminou quem divulga os dados ambientais, não o problema de desmatamento**: Pedro Luiz Côrtes avalia que a exoneração do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Ricardo Galvão, gerou uma série de protestos na comunidade acadêmica. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/presidente-eliminou-quem-divulga-os-dados-ambientais-nao-o-problema-de-desmatamento/>. Acesso em: 3 nov. 2020.

TRANSFORM!. **Crise de civilisation?**. Paris, maio 2011. Disponível em: <www.espaces-marx.net/IMG/pdf/Col_Civ_Entier_1_.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

UN ENVIRONMENT PROGRAMME. **Preventing the next pandemic**: zoonotic diseases and how to break the chain of transmission. Disponível em: <<https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/32316/ZP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

WHO. **Prioritizing diseases for research and development in emergency contexts**. World Health Organization, 2020. Disponível em: <www.who.int/activities/prioritizing-diseases-for-research-and-development-in-emergency-contexts>. Acesso em: 28 set. 2020.

WILKINSON, David A. et al. Habitat fragmentation, biodiversity loss and the risk of novel infectious disease emergence. **Journal of the Royal Society Interface**, v. 15, n. 149, 5 dez. 2018. Disponível em: <<https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rsif.2018.0403>>. Acesso em: 28 set. 2020.

Os jovens brasileiros em tempos de covid-19

Brazilian youth in times of covid-19

Lila cristina xavier LUZ*

Marisa Feffermann**

Miriam Abramovay***

nilson weisheimer****

Maria D'Alva Macedo Ferreira*****

Francisca verônica cavalcante*****

Ana paula da silva*****

isabel cristina Lopes*****

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.008>

Divulgação/PMG



Artista pinta grafite no muro do Centro de Combate ao Coronavírus de Guarulhos (SP)

RESUMO

O artigo aborda o impacto da covid-19 na vida de jovens brasileiros. Com base em resultados preliminares da pesquisa “Trajetórias/práticas juvenis em tempos de pandemia da covid-19”, traz reflexões sobre como os e as jovens estão vivenciando a educação e o trabalho em tempos de isolamento social, assim como as percepções dos jovens sobre o futuro e as formas de existência e resistência neste contexto. Como resultado, destaca como as persistentes vulnerabilidades sociais, que afetam largas parcelas da juventude brasileira, foram aguçadas com a pandemia.

Palavras-chave: Juventude. Covid-19. Educação. Trabalho. Futuro.

ABSTRACT

The article discusses the impact of covid-19 on the lives of Brazilian youth. Based on preliminary results of the investigation “Trajectories/youth practices in times of covid-19 pandemic”, introduces reflections on how young people are experiencing education and work in times of social isolation; as well as young people’s perceptions about the future and the forms of existence and resistance in this context. As a result, it highlight how the persistent social vulnerabilities, which affect large portions of Brazilian youth, were heightened with the pandemic.

Keywords: Youth. Covid-19. Education. Work. Future.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo nos propomos a compreender como a atual pandemia de covid-19 está impactando a vida de jovens brasileiros. Reconhecendo que estamos vivendo um fenômeno multidimensional, objetivamos tecer uma reflexão sobre como os jovens percebem o momento atual e lidam com ele. Articulamos essa reflexão em torno de eixos tais como: a identificação de nexos causais entre desigualdades sociais e vulnerabilidade ao adoecimento por covid-19; a educação e o trabalho em tempos de distanciamento físico; as formas de existência e resistência nesse contexto; assim como as percepções de jovens sobre o futuro.

As informações que nortearam a análise estão ancoradas na pesquisa “Trajetórias/práticas juvenis em tempos de pandemia da covid-19”, que tem como objetivo conhecer trajetórias e práticas juvenis em tempos de covid-19 a partir da interface entre condição juvenil, subjetividades, distanciamento social e práticas cotidianas.

Diferentes preocupações motivaram o interesse pelo desenvolvimento deste estudo. O discurso da natureza democrática da doença, norteador da identificação dos jovens como o grupo menos vulnerável ao coronavírus, esteve sempre em nossos horizontes, além de servir para ocultar o fato de que, antes do início da crise de covid-19, as pessoas mais jovens já se caracterizavam por uma taxa de exclusão social superior às das demais faixas etárias. Em ruptura com o senso comum, que semeou a ilusão de que elas estariam menos vulneráveis à covid-19 do que outros grupos etários da população, procuramos evidenciar como as persistentes vulnerabilidades sociais, que afetam largas parcelas da juventude brasileira, foram aguçadas com a pandemia.

A investigação foi iniciada quase ao mesmo tempo que a pandemia. Em desenvolvimento desde março do corrente ano por uma equipe de pesquisadoras de diferentes áreas de conhecimento, a investigação tem possibilitado a construção de um conhecimento interdisciplinar sobre o fenômeno. Para compreender como os e as jovens estão vivenciando os tempos de covid-19, se considerou fundamental exercer uma escuta atenta de suas narrativas, representações e sentimentos.

Procedemos, assim, a uma pesquisa qualitativa, mediante a realização de entrevistas *on-line* com indivíduos de 13 a 29 anos de idade, em diferentes situações juvenis. Até o momento esse instrumento alcançou informantes situados em seis estados brasileiros: Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. O acesso aos jovens foi obtido com o recurso da estratégia da bola de neve, uma técnica de amostragem não probabilística pela qual recorreremos aos próprios jovens para que convidassem os novos participantes da pesquisa. Uma espécie de articulação em rede

1 Essa iniciativa buscou convergir esforços de pesquisadores de quatro instituições no Brasil: Flacso-Brasil, Instituto de Saúde-SP, UFPI e UFRB. Foi desenvolvida sob a coordenação de Miriam Abramovay, da Flacso, Marisa Feffermann, do Instituto de Saúde-SP, e Lila Cristina Luz, da UFPI. Compõem a equipe as pesquisadoras Ana Paula da Silva, da Flacso, Isabel Cristina Lopes, do Instituto de Saúde-SP, Maria D’Alva Macedo e Francisca Verônica Cavalcante, da UFPI, e o pesquisador Nilson Weisheimer, da UFRB. A pesquisa também está sendo desenvolvida em mais seis países: Argentina, Chile, Cuba, Equador, México e Uruguai, articulando-se unidades da Flacso de cada um desses países sob a coordenação da Flacso-Brasil.

de amigos e conhecidos. As entrevistas foram mediadas pelo uso de equipamentos como *smartphone*, gravador ou *desktop*. Em prol da interação com os entrevistados, esses equipamentos serviram para realizar chamadas de áudio e/ou vídeo para favorecer o diálogo e a entrevista (PORTELLI, 2017), para provocar uma sinergia no contar e escutar sobre o impacto da pandemia na vida dos e das jovens, observando-se formas de expressão por sons, feições, olhares, silêncios, entre outros. Esse procedimento trouxe também algumas dificuldades adicionais ao trabalho de campo inerentes à copresença em espaços virtuais, como o limite de conectividade na rede de computadores, por exemplo. Contudo, esse procedimento nos permitiu estabelecer um diálogo em profundidade com jovens de diferentes lugares e contextos sociais.

A entrevista foi orientada por um roteiro com questões abertas, focadas no cotidiano dos jovens, suas sociabilidades, percepções, sentimentos, crenças, cuidados, violências enfrentadas, lazer, acesso a mídias sociais. Nesse sentido, refletir acerca das consequências da pandemia para as sociabilidades juvenis e sobre as expectativas pós-pandemia é um desafio por demais complexo, ante as incertezas quanto ao controle da doença. Sustentamos neste artigo que a pandemia causada pela covid-19 não é fenômeno puramente biomédico, mas eminentemente sociológico. Nesse sentido, também não é democrático, visto que as condições sociais, associadas aos aspectos territoriais marcados pelas desigualdades, são determinantes nas vulnerabilidades da população jovem.

2. A COVID-19: DESIGUALDADES E VULNERABILIDADES

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi informada pelo governo chinês da ocorrência de casos de um tipo peculiar de pneumonia em Wuhan, capital da província de Hubei. Essa cidade, que tem aproximadamente 11 milhões de habitantes, é um dos mais importantes centros industriais e tecnológicos do planeta. Também é um dos principais pontos de confluência logística e de transportes terrestres e aéreos do Leste Asiático. Tais características de Wuhan contribuíram para a rápida disseminação do vírus. No dia 7 de janeiro de 2020 foi confirmado que se tratava de um novo coronavírus, classificado por Sars-CoV-2, e pertencente ao mesmo grupo de vírus que já vinha causado epidemias anteriores de Sars (*severe acute respiratory syndrome*) e de Mers (*Middle East respiratory syndrome*).² A nova doença foi chamada de covid-19 (*coronavirus disease 2019*). Quando Wuhan foi isolada, em 23 de janeiro, aproximadamente 5 milhões de pessoas já haviam se deslocado para outras cidades da China e do mundo. O primeiro caso no continente americano foi registrado em 21 de janeiro, nos EUA, por um homem que havia viajado a Wuhan. Já em 25 de janeiro se registravam os primeiros casos de covid-19 na Malásia e na Austrália. No mesmo período são registrados casos na Europa, que logo passaria a ser o principal centro de propagação internacional do vírus. Em 26 de fevereiro é registrado o

2 Em 2009-2010 aconteceu a primeira pandemia do século XXI, ocasionada pelo vírus Influenza A (H1N1), que resultou na morte de 100 mil a 400 mil pessoas no primeiro ano.

primeiro caso na América Latina, de um brasileiro que havia retornado da Itália. Em março, todos os continentes, com exceção da Antártida, registravam casos da nova doença. Essa rápida propagação da doença em escala global leva a OMS declarar, em 11 de março, a covid-19 como uma pandemia planetária. Seu diretor-geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, na ocasião alertou: “Todos os países devem encontrar um bom equilíbrio entre proteger a saúde, minimizar problemas econômicos e sociais e respeitar os direitos humanos.” (CORONAVÍRUS..., 2020)

No Brasil as primeiras mortes por covid-19 foram registradas em 17 de março, em São Paulo e Rio de Janeiro. As duas primeiras vítimas foram idosas, com doenças anteriores e que haviam viajado para o exterior. Em 21 de março já eram registrados casos em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Em 24 de março o presidente da República, Jair Bolsonaro, em pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão, conclama os brasileiros a não aderir ao isolamento preventivo e “voltar à normalidade”; pediu a plena abertura de estabelecimentos comerciais; classificou a covid-19 de “gripezinha”; e disse que tudo não passava de “histeria” provocada por opositores. Passados 6 meses desse pronunciamento do presidente brasileiro, em 10 de outubro de 2020 o número oficial de infecções desde o início da epidemia de coronavírus no país chegou a 5.082.637, e acumulavam-se 150.198 óbitos oficialmente registrados em razão da covid-19. Nesta data, São Paulo vinha sendo o estado brasileiro mais atingido pela epidemia, com 1.034.816 casos e 37.223 mortes. A Bahia era o segundo estado brasileiro com maior número de casos, 321.964, seguida de Minas Gerais, com 321.140. O Rio de Janeiro era o segundo estado com mais vítimas, somando 19.284 óbitos. Em seguida vinha o estado do Ceará, com 9.130 vítimas fatais da covid-19. A taxa de mortalidade por grupo de 100 mil habitantes no Brasil era de 71,5, uma das mais altas do mundo (BRASIL..., 2020). Frisamos que se trata de registros oficiais, porque o número real de infectados e mortos deve ser ainda maior, em razão da falta de testagem em larga escala e da subnotificação de casos.

Com o objetivo de tentar conter a rápida propagação do vírus, a OMS recomendou uma série de medidas de saúde pública e de higiene pessoal. Propôs medidas individuais como a lavagem frequente das mãos e o uso de álcool gel e de máscaras. Indicou também ações sociais como o distanciamento social, restrição à circulação e aglomeração de pessoas e a quarentena, ou isolamento durante certo período, para pessoas que tenham contato com pacientes contaminados, que estejam aguardando diagnóstico, que fiquem doentes ou que pertençam a grupos de risco. Recomendou também a adoção do chamado *lockdown*, que é uma medida imposta pelo poder público e que implica a interrupção de atividades econômicas e restrições à mobilidade (WHO, 2020).

A adoção dessas medidas restritivas às atividades econômicas colaborou para um cenário de agravamento da crise econômica mundial que já se estende desde 2008. No período de 2009 a 2018, o aumento do PIB mundial foi de 2,5%. Esse crescimento pífio só não foi pior devido ao crescimento econômico da China (7,6%) e da

Índia (7,1%), em média, nesse período. Neste ano de 2020, segundo o Relatório do Banco Mundial de junho de 2020, a economia global sofre uma contração histórica de 5,2%, levando a uma recessão acentuada em diversos países. Isso equivale à mais profunda depressão econômica em oito décadas. Como resultado, a expectativa de declínio para a renda per capita é de 3,6%, o que levará milhões de pessoas à situação de pobreza extrema em 2020. Em um cenário mais negativo, essa instituição prevê uma retração da economia global de 8% neste ano, seguida de uma recuperação lenta em 2021, de apenas 1% (THE WORLD BANK, 2020).

A pandemia chegou ao Brasil com a economia semiparalisada. O Brasil viveu uma recessão entre 2015 e 2016 e entrou numa estagnação, apresentando um crescimento de 1,1% do PIB em 2019. Segundo informações da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a pandemia encontrou esse setor operando com capacidade produtiva já reduzida a 77%, desde junho de 2018, caindo para 76% em março deste ano, quando se inicia uma tendência de queda mais acentuada. A situação do mercado de trabalho, que já era ruim, ficou ainda pior. Krein e Borsari (2020) apresentam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) indicando que

o ano de 2019 terminou com 16,2 milhões de desempregados ([desemprego] aberto e [por] desalento) e 6,7 milhões de subocupados por insuficiência de horas, além do forte peso do trabalho informal, 38,4 milhões de trabalhadores (subocupados inclusos neste contingente), quadro relativamente estável desde 2016.

Saboia, Baeta e Gomes (2020, p. 3) informam que o perfil médio do trabalhador desalentado — alguém que abandonou a busca por emprego por não acreditar que irá encontrá-lo — no Brasil, em 2019, “era de uma pessoa responsável pelo domicílio, mulher, preta/parda, jovem, com ensino fundamental incompleto e vivendo na Região Nordeste”. De acordo com a Pnad Covid-19, entre março e maio 7,8 milhões de pessoas perderam seus empregos. Pela primeira vez na história, o nível de ocupação entre março e abril ficou abaixo de 50%. Na semana de 6 a 12 de setembro, a taxa de desocupação registrada foi de 14,1%, atingindo 13,9% na primeira quinzena

A pandemia de covid-19 encontra a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego, desmonte das políticas sociais e intensos cortes de investimentos em saúde, educação e pesquisa no Brasil

do mês e continuando o processo de elevação em relação aos meses anteriores: 10,7% em maio, 12,4% em junho, 13,1% em julho e 13,6% em agosto (RAMOS; LAMEIRAS; CAVALCANTI, 2020). A Rede de Pesquisa Solidária da USP detectou que 75% da queda de horas trabalhadas no Brasil se devia à suspensão de contratos e à redução da jornada. Os outros 25% decorriam da inatividade. A renda média das famílias brasileiras caiu R\$ 250, principalmente por conta da queda da renda do trabalho. Sem a renda básica emergencial, essa queda teria sido 40% maior (R\$ 350); e se não houvesse o auxílio emergencial de R\$ 600, a taxa de pobreza teria saltado para 30% da população (REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA, 2020).

As desigualdades sociais vêm se intensificando no Brasil. O coeficiente de Gini, que mede a concentração de renda, coloca o Brasil na 10ª posição entre os países mais desiguais do mundo, com índice mais elevado que países africanos. Nesse cenário de crise, em plena pandemia, a fortuna dos milionários brasileiros aumentou US\$ 34 bilhões (cerca de R\$ 176 bilhões). Conforme dados divulgados pela ONG Oxfam entre 18 de março e 12 de julho, o patrimônio dos 42 bilionários do Brasil passou de US\$ 123,1 bilhões para US\$ 157,1 bilhões. Por outro lado, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) constatou que, no mesmo período, a renda média do brasileiro sofreu uma queda de 20,1%: de R\$ 1.118 para R\$ 893. Consequentemente, em plena pandemia a desigualdade social, medida pelo coeficiente de Gini, subiu 2,82% no Brasil.

A pandemia de covid-19 encontra a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego, desmonte das políticas sociais e intensos cortes de investimentos em saúde, educação e pesquisa no Brasil. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mensura o desenvolvimento dos países com base em aspectos como renda, saúde e educação, estabeleceu como nota brasileira, em 2018, 0,539 — em uma escala de 0 a 1, sendo 1 o nível mais alto possível (APESAR DE..., 2019). Esses dados indicam que a desigualdade social e o baixo desenvolvi-

A condição juvenil corresponde ao modo como a sociedade posiciona os jovens em determinadas estruturas sociais. Mais do que uma faixa etária, a condição juvenil é uma posição nas hierarquias sociais

to humano influenciam a maneira como as pessoas vivenciam a situação atual, de tal modo que os riscos inerentes à pandemia são diferentes segundo a condição de cada classe social.

O sociólogo José Alcides Figueiredo Santos observa que a literatura especializada confirma os nexos causais da desigualdade socioeconômica na distribuição da saúde e da mortalidade das populações contemporâneas. Santos (2020) realizou estudos que confirmam a ocorrência de um tipo de “nexo invariante” — quanto pior a posição social, tanto pior a saúde — segundo o qual a posição socioeconômica estrutura ou influencia o grau de exposição aos principais fatores de risco e à progressão das doenças. Sua pesquisa mostra como no Brasil a estrutura social hierarquiza a distribuição da saúde (SANTOS, 2020). Na mesma linha, Pires, Carvalho e Xavier (2020) concluem que a população de mais baixa renda apresenta maior probabilidade de precisar de internação no caso de infecção pelo novo coronavírus, o que é agravado por outros fatores que tornam essas populações mais vulneráveis à crise de saúde pública e ao colapso econômico associados à atual pandemia.

Vulnerabilidade é um conceito que remete a situações em que pessoas, famílias e coletividades se encontram diante de riscos iminentes e ausência de direitos. Conforme a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), vários grupos permanecem com maior risco, particularmente aqueles “com acesso limitado à prevenção e cuidados”, incluindo populações negras, hispânicas e nativo-americanas, que “têm quase três vezes maior probabilidade de entrar em contato com a covid-19 do que as pessoas brancas” (OPAS BRASIL, 2020). Com efeito, na realidade brasileira podemos reconhecer nas populações das periferias urbanas das grandes cidades, das favelas e vilas irregulares, trabalhadores precarizados e na informalidade, pessoas em situação de rua, refugiados, indígenas, quilombolas, ribeirinhos assalariados rurais e outros que precisam

lidar com a precariedade de condições materiais e com as desigualdades no acesso aos direitos os sujeitos mais vulneráveis diante da pandemia de covid-19. Um estudo realizado por pesquisadores do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps) sobre a vulnerabilidade da população brasileira concluiu:

Em primeiro lugar, a incidência de fatores de risco entre indivíduos abaixo de 60 anos é elevada, principalmente entre aqueles de menor escolaridade. Segundo, além da maior vulnerabilidade de saúde, os indivíduos mais pobres também apresentam maior vulnerabilidade econômica. Terceiro, há uma grande sobreposição das vulnerabilidades de saúde e econômica entre indivíduos mais jovens e menos escolarizados. Quarto, há enorme desigualdade regional na incidência de vulnerabilidade de saúde e qualidade da infraestrutura de saúde para enfrentamento da pandemia. Mais ainda, há uma justaposição de maior vulnerabilidade e infraestrutura precária nos estados do Norte e Nordeste. Por fim, uma elevada parcela dos domicílios no país apresenta alta densidade habitacional e um elevado grau de vulnerabilidades econômica e de saúde (NUNES; ROCHA; ULYSSEA, 2020, p. 5).

O Brasil conta com uma população predominantemente jovem, com 42,3% de toda a sua população composta por pessoas com menos de 30 anos de idade. Assim, entre as populações mais vulneráveis em relação à pandemia, temos um contingente expressivo de jovens. Conforme reportagem publicada pela agência Pública, em São Paulo, por exemplo, 93% dos casos de mortes de crianças e adolescentes por síndrome respiratória aguda grave (Srag) comprovadamente relacionadas à covid-19 ou sem motivo identificado foram de moradores de bairros periféricos ou de baixa renda. Ainda conforme essa reportagem, a condição racial também influi nos dados de internações e óbitos de crianças e adolescentes por Srag e covid-19. Adolescentes e crianças de pele escura foram mais hospitalizados por Srag. Considerando a soma de pessoas de pele escura e parda, chegou-se a 7.134 casos, enquanto os brancos representavam 6.271 das hospitalizações de menores de idade. As proporções de óbitos seguem igualmente diferentes entre brancos e não brancos. Foram 303 mortes de menores de idade pretos e pardos, contra 237 brancos da mesma faixa etária. Logo em seguida vêm as crianças indígenas, com 134 hospitalizações e 17 mortes, uma relação de 12% de mortalidade. O critério “raça”, no entanto, foi marcado como “ignorado” ou mesmo não preenchido em 4.925 das hospitalizações e 189 dos óbitos (DOLCE, 2020). Esse quadro se intensificou com a reabertura gradual das atividades comerciais a partir de junho. Isso fez com que o perfil dos infectados mudasse, e os jovens passaram a ser a maioria. Segundo dados do Ministério da Saúde, 1.037 jovens entre 20 e 29 anos relataram ter começado a sentir os sintomas da covid-19 na semana do dia 7 de junho, número 28% maior do que o registrado na semana que teve início em 10 de maio (VÍRUS..., 2020). Com efeito, os jovens das classes populares inscrevem-se como a população mais vulnerável na pandemia de covid-19 atualmente no Brasil.

3. CONDIÇÃO JUVENIL E LIMITAÇÃO DA MOBILIDADE

A pandemia de covid-19 tem afetado os jovens brasileiros de diferentes maneiras. Entre outras coisas, resultou na necessidade de adoção de medidas de distanciamento físico e social visando à contenção do coronavírus. Essa situação tem impactado as formas de mobilidade no espaço social das cidades e, por consequência, as práticas de sociabilidade de todos os grupos sociais. Porém, em certa medida, os jovens foram os mais afetados. Isso porque eles vivem de forma muito intensa a sociabilidade entre pares de idade fora de casa, e houve o fechamento de espaços de concentração de pessoas, como bares, casas de shows e dança, parques, shopping centers, cinemas, todos esses considerados espaços de lazer e entretenimento e sociabilidade. Também foram fechados outros espaços, como os de formação, de educação e laborais. Emerge uma série de problemas relacionados à desigualdade social, expondo lógicas excludentes de acesso à cultura, ao trabalho, à educação, à moradia e à saúde, entre outras. Assim, são agravadas as dificuldades que caracterizam a condição juvenil, com efeitos objetivos e subjetivos entre os jovens, uma vez que o distanciamento físico tem gerado mais incertezas e dificuldades na relação espaço-tempo da vida dos jovens.

A condição juvenil corresponde ao modo como a sociedade posiciona os jovens em determinadas estruturas sociais. Mais do que uma faixa etária, a condição juvenil é uma posição nas hierarquias sociais (WEISHEIMER, 2019). Os jovens tendem a ocupar uma posição social subalterna aos adultos, devido à relação de dependência e manutenção (FOARACCHI, 1965). Nesse sentido os pesquisadores da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) apontam cinco elementos cruciais da condição juvenil, que imprimiriam objetivos estratégicos em políticas públicas de juventude:

i) a obtenção da condição adulta, como uma meta; ii) a emancipação e a autonomia, como trajetória; iii) a construção de uma identidade própria, como questão central; iv) as relações entre gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos; e v) as relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, a interação entre pares como processo de socialização (UNESCO, 2004, p. 26).

Nesse sentido, argumentamos que a superação da subordinação e a conquista de autonomia constituem o eixo central da trajetória que os jovens deverão percorrer. Esse é um imperativo de toda a sociedade, intrínseco às dinâmicas das sucessões geracionais. Com efeito, assegurar aos jovens “oportunidades de autodesenvolvimento constitui meta social básica, processando da melhor maneira possível esse trânsito entre a infância e a condição adulta que todo jovem deve fazer” (UNESCO, 2004, p. 26).

A limitação da mobilidade ocasionada pela pandemia de covid-19 interfere no processo de transição para a vida adulta, impedindo os jovens de forjarem seus

próprios processos de fruição e busca por recursos que lhes assegurem a conquista de autonomia. Quando a pandemia chegou, mesmo uma boa parte dos maiores de 30 anos estava vivendo uma condição juvenil prolongada, como resultado de uma maior permanência no sistema educacional e da dificuldade de ingresso no mercado laboral. Com isso, a possibilidade de adquirir autonomia pessoal, que passa pela independência econômica, inclusive para ter o próprio lar e até constituir nova família, vai sendo cada vez mais adiada. Dando consequência à compreensão de que a juventude é um período de transição entre a condição de dependência na infância e a autonomia na vida adulta, observamos que a conquista dessa autonomia é cada vez mais difícil para a atual geração. E, para muitos jovens, pode jamais ocorrer.

Perante um futuro incerto, resta muitas vezes aos jovens buscarem viver intensamente o presente. Para muitos a única opção é enfrentar o que os adultos consideram como risco, o prezar ou a “sensação de adrenalina” em tal enfrentamento (ABRAMOVAY; CASTRO; WAISELFISZ, 2015). Sem dúvida, esse processo de transições inviabilizadas é expressão das desigualdades sociais.

Os jovens engendram possibilidades de expressar formas de resistência e de enfrentamento em relação a essas situações adversas. Como nos lembra Pais (2016), eles e elas têm capacidade de construir utopias de vida; ao se constituírem em termos labirínticos, apresentam alternativas ambivalentes, discordâncias e futuros imponderáveis. Durante a pandemia, ganhar a vida, mesmo em condições sanitárias inadequadas; circulando em duas rodas, trabalhando como entregador; atravessando dias em frente de uma tela de computador ou celular; são formas possíveis de percorrer uma travessia incerta e também de alimentar esperanças possíveis de agenciamento e sociabilidade pós-pandemia.

4. EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL

A escola é considerada uma instituição privilegiada para a formação de crianças, adolescentes e jovens, para construir amizades e também para aprender. A escola é considerada um local privilegiado para aprendizagens, aquisição do saber (CHARLOT, 1997) e socialização dos sujeitos, levando em conta a diversidade dos indivíduos e grupos, evitando tornar-se um fator de exclusão social (DELORS, 2001, p. 54).

Um conjunto de reflexões de Morin (2000), para que se possa pensar a educação neste novo milênio, mostra como ela exige um desafio cognitivo, um esforço transdisciplinar para repensar os rumos que as instituições educacionais deverão assumir, devendo-se evitar a disciplinarização e a inércia. Ou seja, para o autor, há que repensar e reconfigurar a escola.

Conforme estimativa da Unesco, mais de 1,5 bilhão de estudantes (mais de 90%) pelo mundo estão confinados em casa por causa do fechamento de escolas em cerca de 190 países. A covid-19 mostrou e aprofundou as desigualdades sociais existentes no Brasil e suas injustiças. O impacto da quarentena nas escolas, principalmen-

te nas públicas, pode ser observado entre os estudantes de classes subalternas, que têm sido os mais prejudicados.

O fechamento de escolas públicas e privadas obrigou gestores, professores e famílias a improvisarem um modelo de educação para o qual o Brasil não estava preparado. O calendário escolar, em certa medida, tem sido mantido em algumas escolas de ensino básico e universidades, por meio da realização de aulas improvisadas em plataformas de videoconferência e ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs).

Segundo dados de pesquisa do Instituto DataSenado³ sobre a educação na pandemia divulgados em agosto de 2020, são quase 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e superior no Brasil, sendo 35% (19,5 milhões) os que tiveram as aulas suspensas devido à pandemia de covid-19, enquanto 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas remotas. Na rede pública, 26% dos alunos que estão tendo aulas *on-line* não têm acesso à internet. Os dados ainda revelam que, na opinião de 63% dos responsáveis por alunos que tiveram aulas remotas, a qualidade do ensino diminuiu, e 75% das famílias cujos filhos tiveram aulas remotas nos últimos 30 dias preferiam que as aulas voltassem a ser presenciais somente quando a pandemia for controlada. Esses dados contribuem para evidenciar as desigualdades de diversas ordens, sejam tecnológicas ou econômicas, que impactam o ensino e a aprendizagem dos estudantes e geram consequências como o abandono e a evasão escolar.

Alguns dos problemas existentes têm relação com a falta de acesso à internet e de computador em casa. Outra questão apresentada são os limites tecnológicos, a falta de acessibilidade nas plataformas digitais para pessoas com deficiências e de espaço físico para assistir às aulas virtuais. Para a maioria, o acesso é feito exclusivamente pelo celular, que, além de pouca memória para o armazenamento dos conteúdos, apresenta limite de franquia de dados (planos-controle ou pré-pagos).

Na pesquisa que estamos realizando ficam visíveis as diferenças entre as escolas públicas e privadas no que tange ao tempo de aula, materiais disponíveis e acompanhamento dos professores. As características em comum giram em torno da dificuldade de aprender sem a presença física do professor e da falta de concentração (aparelhos ligados, presença de membros da família e dispersão nas redes sociais, entre outros inconvenientes).

Em um dos depoimentos, chama a atenção uma estudante de escola pública do ensino médio técnico em enfermagem, ao afirmar que nas aulas por meio de educação a distância (EaD) os alunos não têm aprendido nada:

- Eu abandonei por dois meses a aula *on-line* e voltei. Hoje continuo ficando alguns dias sem acessar as aulas que acontecem todos os dias, das 13h às 18h. Prefiro acumular e responder a tudo em um único dia porque todo o conteú-

3 A pesquisa do Instituto DataSenado foi realizada entre os dias 24 e 28 de julho. Foram entrevistados por telefone 2,4 mil brasileiros com 16 anos ou mais, em amostra representativa da população brasileira. Os resultados foram analisados considerando-se dois grupos: pais que têm filhos que frequentam escola ou faculdade e alunos de escolas ou faculdades (DATASENADO..., 2020).

do e respostas estão nos *sites* como o UOL. Meus colegas também têm achado chato e alguns escolheram repetir de ano porque não estão aprendendo nada.

Outro estudante de escola particular do ensino médio declarou, sobre as suas dificuldades com o ensino remoto:

- O EaD não funciona. Só funciona para quem era muito focadão, quem só estudava, levava a sério e não saía, eu sempre saí depois das aulas para andar de skate. Estamos tendo aulas pelo Google Meet, e estou com saudades das professoras e das “irmãs” do colégio [católico].

Esta pandemia mostra a importância da escola, da socialização, do acolhimento e da oportunidade de revalorização da instituição, com maior reconhecimento dos professores, que é um fator de motivação para que os jovens não abandonem o estudo mesmo diante de adversidades (ABRAMOVAY; CASTRO; WAISELFISZ, 2015).

As desigualdades entre estudantes de escolas públicas e privadas são evidentes nos depoimentos. Enquanto os de escolas públicas não têm contato direto com seus professores (as aulas acontecem na plataforma Google Classroom, que não permite interação, mas apenas o depósito de materiais), eles ainda têm uma sobrecarga com o trabalho doméstico, dispõem de menos espaço para estudar, mais responsabilidades, por cuidarem de algum membro da família (crianças, idosos), e menor possibilidade de acompanhamento por parte de pais ou responsáveis nos seus estudos, além de falta de estímulo para as atividades escolares. Os estudantes, apesar da saudade dos colegas e professores, da vida social e afetiva que lhes foi subtraída, temem pelo retorno, devido à precariedade de algumas unidades escolares, que não têm como atender aos protocolos de proteção e às exigências sanitárias.

Por outro lado, os estudantes das escolas particulares têm tido aulas diárias pela plataforma Google Meet, que possibilita o contato direto com os seus professores, e têm mantido a rotina anterior à pandemia, como aulas extracurriculares, sem interferências domésticas, com espaço e maior possibilidade de estudar. No entanto, também querem voltar à sua rotina presencial e encontrar tanto seus colegas quanto seus professores.

A pandemia mostrou o peso da importância da socialização e da escola, vista não mais como um local chato, de obrigação, sem interesse, mas sim como um lugar de possível proteção, onde os estudantes encontram amigos e professores de referência e poderão dar outro sentido ao espaço de aprendizagem, numa relação direta e cara com seus professores e seus pares. É sobre esse novo modelo de escola que temos de refletir conjuntamente.

5. TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

“Estamos vivendo tempos difíceis!” A nova organização flexível do trabalho aponta para a formação de um novo tipo de trabalhador, que tenha como requisitos

No 2º trimestre de 2020, a taxa de desemprego da população de 18 a 24 anos foi de 29,7%, enquanto a taxa de desemprego da população total ficou em 13,3%

fundamentais a habilidade em transferir conhecimento de uma área para outra, facilidade em se comunicar e entender o que lhe está sendo comunicado, capacidade de trabalhar em grupo e com autonomia para a tomada de decisões.

Antunes (2020, p. 30), em suas análises sobre as transformações no âmbito do trabalho, afirma que “estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital”. As transformações que o “trabalho digital” impõe aos trabalhadores, que agora, em grande parte, passam a compor uma espécie de “infoproletariado” (ou “ciberproletariado”) em todo o mundo, são transformações em curso, passando por temas como a expropriação do tempo de trabalho e de vida por empresas globais, a explosão do trabalho intermitente, as relações de gênero e classe, as novas formas de adoecimento dos trabalhadores, os desafios para a juventude que trabalha, o mito do “empreendedorismo”, as greves e outras formas de luta da classe trabalhadora. Essa compreensão inicial permite refletir sobre os acontecimentos que estão presentes neste contexto de pandemia. As transformações no mundo do trabalho são permanentes e estavam presentes antes da pandemia.

A expansão da covid-19 no Brasil tem provocado um efeito devastador no mercado de trabalho. Segundo dados da Pnad Covid-19, o percentual de desempregados aumentou 20,9% entre maio e julho desse ano. O país encerrou o mês de julho com 12,2 milhões de desempregados, cerca de 2,1 milhões a mais que o registrado em maio. A taxa de desemprego passou de 12,4% em junho para 13,1% em julho. Segundo o levantamento, o número de trabalhadores ocupados teve queda de 3,5% entre maio e julho, passando de 84,4 milhões para 81,4 milhões. Ou seja, em três meses caiu em 2,9 milhões o número de pessoas ocupadas no mercado de trabalho (DESEMPREGO..., 2020). Esta tendência continuou no período de junho a agosto, com um aumento de 1,4% da taxa de desocupação em relação ao mês anterior, que passou a atingir 14,4 % da população com mais de 14 anos em agosto. (IBGE, 2000a)

Os jovens são os mais afetados pelo desemprego, em especial os da classe menos favorecida, além de sofrerem os agravantes processos de discriminação de raça, gênero e etnia. Com uma taxa de 13,6% em 2019, o desemprego juvenil já era maior

do que em qualquer outro grupo populacional. Pelo menos 2,67 milhões de jovens apareciam entre os chamados “nem-nem”, ou seja, jovens que não conseguem nem emprego nem acesso ao ensino formal. No 2º trimestre de 2020, a taxa de desemprego da população de 18 a 24 anos foi de 29,7%, enquanto a taxa de desemprego da população total ficou em 13,3% (IBGE, 2020b).

É um período que tem gerado muitas incertezas em relação ao que pode acontecer durante e após a pandemia de covid-19. As entrevistas que realizamos com jovens entre 15 a 29 anos demonstram que aqueles que tinham trabalho e o deixaram por conta do isolamento social não sabem se, quando retornarem as atividades consideradas “normais”, terão o emprego garantido. Outros, que só estudavam e tinham projeções para exercer uma profissão, com a suspensão das aulas não estão certos de que terão emprego após a conclusão do curso de nível superior, como expressam em algumas falas aqui inseridas.

Encontram-se jovens que estudavam e trabalhavam, e com o isolamento social deixaram de trabalhar, mas continuavam estudando na universidade pelo sistema de EaD. São jovens que moram na periferia da cidade, em condições de precarização tanto no aspecto de moradia como de renda familiar:

- Então, no momento eu estou parado, né? Tipo, eu trabalhava na Coordenadoria da Juventude e aconteceu que o Estado parou em algumas situações. Eu ia ser transferido e o Estado, como estava parado, não teve como eu ser transferido para outra secretaria, e eu fiquei à mercê dessa situação toda: passar para poder ser admitido novamente. (Entrevista realizada com estudante de graduação de EaD)

Alguns jovens têm expectativas e sonham em terminar o curso superior e trabalhar a fim de pagar o financiamento concedido pelo Fies⁴. Para os jovens que cursam faculdade privada e precisam pagar as despesas pendentes logo após o término do curso, o trabalho é essencial, tanto para o seu próprio sustento quanto para cumprir o contrato firmado com o referido programa, reafirmando-se o reconhecimento do trabalho nas sociedades contemporâneas. A inserção do jovem no trabalho faz parte dos processos de autonomia e reconhecimento coletivo ante as demandas impostas pelas relações sociais capitalistas.

Grande parte dessa população juvenil que precisa estudar e trabalhar vivencia um desejo de inserção social ao lado de uma perspectiva que dele distancia muitos que vivem em famílias com menores possibilidades de proporcionar as condições desejadas na atualidade, e o que se verifica é que neste período de isolamento social esses desejos se tornam desesperanças, como pode ser observado nessa passagem da entrevista realizada com com estudante de ensino superior, 23 anos:

4 O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação (MEC), instituído pela lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa.

- Queria terminar o curso e começar a trabalhar. Ganhar meu dinheiro. Meu estágio foi suspenso, a Defensoria não está funcionando. A pandemia veio e atrapalhou todos os meus sonhos. Não consigo estudar, não consigo me concentrar, não tenho emprego. A pessoa tem vontade de estudar porque se está abrindo concurso, né? Abro os sites de concurso e não vejo uma previsão de edital. Não tenho motivação nenhuma.

As jovens mulheres têm sido afetadas; quando são provedoras da família, saem para trabalhar fazendo bicos, “vendendo coisas”, levando os filhos com o fim de garantir o sustento deles. Como expressa esta outra entrevistada:

- Eu tenho amigas que têm filho pequeno, da idade da minha filha, que estão se colocando em risco, estão vendendo coisas, e estão saindo com os próprios filhos, porque precisam sobreviver, precisam comer e pagar as contas. Todo mês tem conta de água, de luz, tem que comer todo dia, tem que fazer alguma coisa...

Essas e outras situações são encontradas na realidade dos jovens. São aproximações, pelos depoimentos e dados apresentados nesse período de realização do estudo, que ainda carecem de aprofundamento e de apreensão de outras condições vivenciadas por eles, para que se possam fazer afirmações mais generalizadas.

Encontram-se nesses contextos de pandemia jovens que pensam o trabalho como experiências ou modo de vida, fora do emprego formal, associando atividades laborais no campo das diferentes culturas e práticas de espiritualidade que, na compreensão dos que se distanciam do trabalho formal e informal, tanto podem beneficiar a vida em particular como a vida em coletividade, compreendendo-as como ações que propiciam o desenvolvimento humanitário mais abrangente e global.

6. RESISTÊNCIA E EXISTÊNCIA DURANTE A PANDEMIA

Ouvir os jovens na pesquisa sobre suas trajetórias e a pandemia no Brasil alçou os entrevistadores a uma função de depositários de sonhos para restituir lugares sociais. E, por vezes, para constituir bordas, no sentido laciano, para um vazio diante de uma pulsão de morte, esta entendida como algo que impõe desligamentos, como os promovidos pela pandemia e todos os seus protocolos de distanciamento físico e social. Apresenta-se a recuperação da palavra, da memória e da história como algo que inscreve, liga a uma espécie de devir, um vir a ser aqui e agora, que é pulsão de vida, entendida aqui como o que possibilita ligamentos.

Perante a escuta do seu desamparo e do desejo de continuar existindo e superar formas de inexistir, na ausência de escola, de trabalho, de encontro de corpos e experiências, os jovens relatam uma necessidade de dar a ver, de dar à luz para não serem invisibilizados, ocultados de si mesmos. O advento da pandemia e todos os protocolos de segurança levam, invariavelmente, parte significativa dos e das jovens

a um refúgio na ilusão. Ilusão, para Freud (1996), é derivada do desejo, os desejos são a realidade das ilusões, o desejo de negar o desamparo. Assim, um refúgio na ilusão pode funcionar como estratégia de fuga da realidade.

Deparamo-nos com jovens constituídos de marcas individuais e sociais, de esperança na acolhida da família, e, outros, vítimas do preconceito e da dor pela ausência de família e de referências, desde antes da pandemia, para se refugiarem. Entretanto, as marcas são emissárias de boas notícias, no sentido de um não apagamento das trajetórias juvenis. Marcas em que testemunhamos a existência, na forma de narrativa de experiências, no sentido atribuído por Benjamin (1987), de experiências comunicáveis vinculadas à arte de contar, que deixam rastros de dores ou de alegrias, mas presenças comunicáveis.

Os jovens pesquisados existem e resistem, numa insistência em existir se expressando em narrativas que imprimem sentidos aos impeditivos da pandemia e à aproximação com a incerteza, com os riscos, inclusive da morte, agudizando a ambivalência da condição juvenil atual. O sociólogo Português José Machado Pais destaca:

Jorge Luis Borges, como se sabe, era um cultivador de labirintos. O labirinto é uma das muitas figuras do caos, entendido como uma complexidade cuja ordem existe, embora de forma oculta. Por isso, os labirintos, enquanto estrutura de uma globalidade, são realidades complexas, porque não é fácil encontrar a porta de saída dessa globalidade. O que observamos nessa complexidade, por um lado o prazer do extravio; por outro lado a expectativa de se sair do labirinto com as astúcias da razão (ou do sentido) [...] embora para alguns jovens os riscos ofereçam oportunidades e sejam aceites na expectativa de benefícios [...] para muitos outros jovens a vida é como uma loteria [...] os riscos ameaçam, mas é a insegurança que verdadeiramente torna a vida insegura [...] o que constatamos é que os jovens, por se sentirem num labirinto de vida, tendem muitas vezes a negar a vigência da realidade através das margens para as quais são frequentemente relegados [...] nos labirintos da vida alguns jovens acham-se depois de se perderem (PAIS, 2016, p. 54).

As pandemias impõem novas dificuldades à própria condição transitória e liminar da juventude, congelando a vida juvenil pela subtração da escola, do trabalho. Para muitos jovens adultos, isso implicou o retorno à casa dos pais. Para todos, agravou a descontinuidade da vida sem fixação, os eventos imponderáveis em que vidas cruzam existências sociais, subjetivas e emocionais, como nos aponta o pensamento de Pais. Nesse exato aspecto do imponderável da experiência pandêmica emerge, para muitos desses jovens, de variadas classes sociais, gêneros, raças e escolaridades, um olhar diferenciado na forma de perceber e viver a vida, que os mobiliza pelo afeto, como campo da experiência, como manifestação das interações humanas.

Observamos em muitos desses jovens o despertar de repertórios simbólicos de sobrevivência subjetiva, na busca de equilíbrio psicossocial para reconstrução do que desmorona. As redes de afeto dos jovens gregários, que se veem sem alternativas



Jovem protesta em Porto Alegre: vidas negras importam

agenciadas de produção do comum, se valem de novos arranjos de afetividade, na experiência estética pela arte, como forma de ampliar a potência afetiva. Afeto que, para Deleuze (2002), é da ordem do sensível, sem narrativa lógica, ganha potência pela arte, como uma afetação que rompe com os dispositivos do poder estatal sanitário, de distanciamento e isolamento, que a pandemia inscreve como dispositivo de subjetivação. Arte no sentido de criadora de sensações e experiências no encontro com o inesperado, o acaso para a produção de afetos. Afeto como a transição de um estado a outro, transição boa ou ruim, definida pelo aumento ou diminuição da potência do corpo ao agir. Com o cenário de afecção suprimida pelo não encontro de corpos na interação com seus pares, os jovens veem dificultada a transição de afetos, interferindo na potência do agir e variando a potência do existir.

Testemunhamos nas narrativas de muitos jovens algo de inventivo envolvendo afetos, imaginação e percepção. Nossa hipótese é que parte expressiva desses jovens trabalham a estética dos afetos por meio de manifestações criativas e artísticas, tendo nessas múltiplas expressões de arte um modo de produzirem signos que modificam a estética de suas existências na pandemia e para além dela. Destacamos três relatos de jovens em suas descobertas durante a reclusão na pandemia. Memórias de suas histórias, conexões com suas habilidades, inventividades e defesas.

Trazemos o depoimento de uma jovem de 16 anos, estudante secundarista de uma escola técnica no estado de São Paulo:

- A cada dia nos jornais a gente vê pessoas retintas morrendo simplesmente pela cor. Eu temo pelo meu irmão na rua. Hoje o meu cabelo é um sinal de

liberdade e autoaceitação. Por muito tempo eu passava chapinha no cabelo e não suportava meu cabelo por simplesmente não ver ele em lugar algum... Fui reconhecendo minha beleza e hoje meu cabelo é um sinal de poder. Eu retrato, nessa pandemia, justamente o que queria ver e por muito tempo não vi. E o movimento “Vidas negras importam” foi só um retrato do que há muito tempo vinha acontecendo, e me senti bem confortável por ver que as pessoas ainda lutam pelo que acreditam.

Nesse momento a jovem entrevistada recita um poema de sua autoria em que retrata o que descreveu como “autoconhecimento adquirido na pandemia”:

- “Mil e uma versões./ Me vi em mil e uma versões,/ Cada uma com suas diferenças./ Entre o isolamento me reconheci,/ Pensando até ter me multiplicado./ De todas as coisas ruins,/ Sempre surge um aprendizado./ Será que a hora da evolução/ Chegou em forma de tornado? / Nada é de todo ruim,/ Assim como nada é de todo bom./ Durante a quarentena passei mil e uma situações/ E todas fazem parte das minhas mil e uma novas versões.”

Já de uma jovem de 19 anos, estudante universitária na USP, ouvimos:

- O que mais me marcou na pandemia foi o voltar-se para si. Tudo o que tenho em textos são reflexões que surgiram em razão dessa mudança. A comida me reinventando na cozinha e equilibrando o stress. Conectada com o mundo. As meninas estupidadas, minha vida alargada e poetizada.

E ela recita:

- “O homem do saco preto”: Angélica nunca imaginaria! Na candidez de sua décima primavera, sem nenhuma licença, muito menos bença, abrem seus botões. Nem fogo nem navalha não temia. Flagrante que só, porém, era o medo que mamãe compartia: o homem-escuridão, aquele que carrega o saco na mão. Coitada de mãinha! Não sabia. Até o podre do chorume dissipa-se no sereno perfume. E a noite? Cala.”

Identificamos nos depoimentos a arte como ampliação da potência afetiva, deslocando o olhar para a experiência estética que confere mobilidade inventiva na percepção da vida desses jovens. Uma aliança com a potência do agir, inaugurando existências em campo social árido, diante de políticas governamentais negacionistas, de sofrimento e risco, de descompromisso com a saúde, com a ciência, desidratando a educação, os direitos constitucionais, aprofundando preconceitos e intolerâncias, asfixiando a cultura e a expressão mais criativa e livre de uma população. Os jovens engendram resistências objetivas e subjetivas, se fortalecem e emprestam a experiência comunicável que as políticas públicas voltadas às juventudes poderão alimentar.

7. AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE O FUTURO PÓS-COVID-19

No prefácio ao livro *Notas sobre a pandemia: e breves lições para o mundo pós-coronavírus*, o historiador israelense Yuval Noah Harari adverte: “Haverá tempo suficiente no futuro para escrever esta história. Agora não é momento de escrevê-la, mas de fazê-la” (HARARI, 2020, p. 7). Como esse autor, na investigação em tela não temos a pretensão de esgotar todas as conjecturas sobre o que os jovens acreditam que será o futuro pós-pandemia, mas de apresentar uma interpretação sobre narrativas recolhidas dos diálogos realizados. Intentamos alargar o conhecimento sobre o discurso de jovens acerca do futuro pós-pandemia e contribuir para políticas públicas juvenis que efetivamente contemplem suas demandas.

As expectativas de jovens para o futuro pós-pandemia apontam para perspectivas que são pautadas em dilemas da encruzilhada histórica provocada pela covid-19. Estudiosos como Harari (2020), Grimson (ARGENTINA UNIDA, 2020) e Segato (2020) afirmam estar em ação não somente uma crise de saúde, mas os caminhos e descaminhos da crise sanitária e política que resulta numa grande crise de dimensões global e local. Tais impactos ressoam na vida desses jovens, sejam eles econômicos, psicológicos, materiais e subjetivos.

As narrativas juvenis neste estudo, obviamente, não se apresentam de forma homogênea, parecem estar intrinsecamente relacionadas ao lugar social ocupado pelos sujeitos. Elas revelam perspectivas negativas relacionadas aos impasses crescentes para efetivarem seus projetos de escolarização, de profissão e de vida, que completariam suas trajetórias sociais em busca de autonomia. Os argumentos de desesperança aparecem, também, relacionados às posturas políticas dos gestores, no que se refere ao enfrentamento da pandemia de covid-19, com destaque para as deliberações relativas aos serviços públicos, notadamente de saúde e educação. Os depoentes demonstram ainda preocupações e indignações quanto às oportunidades de ingresso ou permanência no mercado de trabalho como questão central, bem como quanto ao risco de violência policial, de racismo e de preconceito contra relações não heterossexuais.

Entre jovens com idades maiores dentro do universo desta pesquisa, compreendidas entre 21 e 29 anos, percebemos que eles veem que seus estudos e projetos profissionais foram comprometidos. Há em seus depoimentos um descrédito e uma baixa confiança na governabilidade e na democracia, um descontentamento com os rumos do Brasil e com as perspectivas de um “novo normal”. Percebemos em suas falas a disposição para ações coletivas expressa em manifestações de desejo de “fazer a diferença”, de realizar ações que provoquem mudanças na sociedade brasileira. Emerge um potencial de transformação social vinculado a valores como a defesa da vida e a busca de uma sociedade mais democrática, igualitária e que proporcione verdadeira igualdade de oportunidades e melhor qualidade de vida. Emerge assim uma ambivalência, visto que os jovens mais descontentes e com perspectivas mais

pessimistas são os mesmos que evocam a necessidade de transformações profundas no país. Porém eles não vislumbram alternativas reais para essa construção, ficando ainda no campo dos sonhos e esperanças incertas.

Vejam-se as palavras desta jovem de 29 anos, graduada em Comunicação Social e em Ciências Sociais, negra, de classe média baixa e heterossexual:

- Eu sonho com um futuro em que as pessoas negras, jovens, sejam visíveis, pois estão em uma condição mais invisível. Porque todas as políticas públicas de que a gente tem ouvido falar estão voltadas para o jovem branco e mais ou menos de classe média. E não vão contemplar a pessoa negra, periférica, ou que já tenha outros problemas. Então, a gente precisa pensar nessas nuances, porque as pessoas negras ainda estão aprendendo a escrever, ainda estão tentando ocupar espaços de poder. Muitos jovens negros ainda estão naquele lugar visualizado, na violência. Eu acho que comprometeu muito, embora a gente tenha visto muita gente boa, negra, produzindo conteúdo, a massa ainda está referenciada muito na violência.

Um jovem de 28 anos, com pós-graduação em administração de empresas, branco, de classe média e heterossexual acredita que

se a gente vai ter uma melhora significativa que tanto espera, eu não sei. E a gente espera que [este] seja um país, um dia, de Primeiro Mundo. Eu não sei, a cultura do país impede muito isso, é uma cultura em que as pessoas pensam muito em si. Principalmente na política, né?

Estamos diante do que os estudos de gênero denominam de marcadores sociais da diferença, como bem demonstram os estudos sobre interseccionalidade. Como afirma Brah edo grave

A análise das interconexões entre racismo, classe, gênero, sexualidade ou qualquer outro marcador de “diferença” deve levar em conta a posição dos diferentes racismos entre si. Acima de tudo sublinho a importância de uma microanálise que estude as inter-relações de várias formas de diferenciação social, empírica e historicamente, mas sem necessariamente derivar todas elas de uma só instância determinante.

Registramos também jovens de faixa etária menor que 21 anos, dentro do universo pesquisado, que se ancoram em argumentos de esperança. Eles veem a crise pandêmica como oportunidade de mudar as orientações do Brasil e do mundo; de ajudar a humanidade a enxergar e rever sua postura diante das mazelas das desigualdades sociais, violências, discriminações e ameaças à democracia e do grave perigo que a falta de compaixão, de solidariedade, de gratidão, de relação, de não parceria com a natureza representa.

A incerteza quanto ao futuro se inscreve como marca indelével da atual geração juvenil. A crise multidimensional que afeta a sociedade brasileira, agravada pela pandemia, turva o horizonte e inibe os jovens na construção de projetos ajustados a seu campo de possibilidades

Uma jovem de 20 anos, negra, graduanda em Ciências Sociais, de classe média, afirma:

- Eu quero muito conseguir terminar o meu Pibic e o meu curso, e daqui a 5 anos estar no doutorado. Quero me formar em 2021, fazer mestrado e doutorado. Quero também trabalhar, prestar assessoria, elaborar projetos. Tenho esperanças de que tudo vai dar certo.

Um jovem de 17 anos, negro, estudante do ensino médio, de classe baixa, compartilha sua expectativa quanto aos estudos e a vida profissional no futuro:

- Quero fazer o curso de computação. Eu quero passar num concurso. Acho que vou conseguir com o meu estudo ter um futuro melhor.

Outra jovem de 21 anos, graduanda em Ciências Sociais, negra, de classe média, heterossexual e sem religião, mas espiritualizada e frequentadora de espaços religiosos que consagram a ayahuasca, revela que, mesmo diante do medo da morte, ainda tem a esperança de realizar seus projetos, sonha em concluir a pesquisa de iniciação científica em andamento e deseja que até o fim do ano seja encontrada uma vacina que traga a cura da covid-19:

- Eu não quero chegar a dezembro e a gente ainda estar vivendo isso. Outro sonho para o meu futuro é sair viva; os meus familiares, meus amigos, se forem contaminados, que consigam sobreviver.

Outra jovem, de 18 anos, negra, graduanda em Arqueologia e umbandista, nos narra suas expectativas para o futuro pós-pandemia:

- Creio eu que vai ser um futuro em que as pessoas terão o dever de se higie-

nizar, as pessoas vão aprender o verdadeiro significado disso e aprender a ser mais solidárias com o próximo. Até na questão dos estudos acredito que haverá muitas melhorias; quando as aulas se retomarem, podem se acertar entre aulas remotas e presenciais.

Essa esperança de um futuro promissor, expresso no início da pandemia por jovens adolescentes que acreditavam que haveria maior solidariedade no decorrer do tempo, foi se alterando. O pessimismo com relação ao futuro do país é o que mais se salientou. Conforme as palavras de um jovem de 18 anos, estudante, morador da cidade de São Paulo:

- Eu não vejo que o país vai mudar, acho que vai piorar. Não acho que existe preocupação com os outros. Agora cada um pensa em si. Um monte de amigos indo para festas [...] e não estão nem aí [...], pensando só em si.

Outra jovem, de 22 anos, desempregada, também de São Paulo, comenta:

- No início da pandemia fiquei preocupada, pois estava desempregada. Agora estou desesperada. [...] Também vários dos meus amigos perderam o emprego. [...] Não sei como será o meu futuro, principalmente porque vejo um futuro muito ruim ainda no país.

Uma jovem de 21 anos, estudante universitária de História, também relata sua preocupação:

- suscitam Posso dizer que meus amigos estão muito desanimados, e olha que eu estudo na USP! Estamos estudando, mas ninguém sabe se teremos emprego.

Como em todos os temas, as perspectivas de futuro das juventudes também apareceram com marcas de classe social. Enquanto aqueles de classe média e alta projetam um futuro de estudo, com perspectiva de cursar uma graduação e pós-graduação, acreditando que logo poderão trabalhar em suas áreas, as juventudes das classes subalternas demonstram medo de não dar continuidade aos seus estudos. Diante dessa realidade, inserem-se em trabalhos precários, sem garantias, e falta de perspectiva em relação ao futuro.

A incerteza quanto ao futuro se inscreve como marca indelével da atual geração juvenil. A crise multidimensional que afeta a sociedade brasileira, agravada pela pandemia, turva o horizonte e inibe os jovens na construção de projetos ajustados a seu campo de possibilidades. A transição para a vida adulta, no quadro histórico atual, revela-se uma realidade de riscos e incertezas. Nesse contexto, os jovens recorrem a um refúgio no presente. Sendo o futuro tão incerto, se apresenta mais como sonhos e desejos do que como projeto efetivo capaz de orientar a ação. Essas manifestações podem ser interpretadas mais como um desejo de no futuro viver em uma sociedade

melhor, sem se converterem necessariamente em formas de ação social orientadas para essa construção. Com efeito, as representações dos jovens sobre o futuro trazem uma consciência discursiva cuja força intrínseca revela as contradições do presente, que oscila entre esperanças e desencantos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa de iniciar uma reflexão sob uma perspectiva multidisciplinar das trajetórias de jovens em tempos de pandemia é um desafio que tentamos alinhar por meio de diferentes olhares e percepções. Para conhecer trajetórias e práticas juvenis em tempos de covid-19 pela interface da condição juvenil, de sua socialização, sociabilidade, subjetividade, distanciamento social e práticas cotidianas, optou-se por seguir as tramas presentes nos discursos das e dos jovens entrevistados. Buscamos assim reconstruir os sentidos atribuídos por brasileiros, em distintas situações juvenis, aos impactos da pandemia de covid-19, tanto sobre as suas práticas cotidianas quanto sobre suas trajetórias de transição à vida adulta, que marcam a condição juvenil. Etapa em que a perplexidade e a ambivalência alternam dúvida e construção de convicções, suscitam momentos de desequilíbrio e descontentamento, quando o desejo de experimentar o novo está acompanhado por incertezas, pela avidez de conhecimentos, pelo espanto e as indefinições cotidianas de uma realidade que, simultaneamente, atrai e atemoriza.

Apresentar as práticas juvenis desenvolvidas durante o período de distanciamento social no que se refere à educação e ao trabalho explicitou o quanto se aprofundou a desigualdade social que permeia o Brasil, um dos países mais desiguais do mundo. Desigualdade que é acompanhada de forte imobilidade social sistêmica, em que parte da população se torna uma massa “inempregável” de “subcidadãos”. Os depoimentos obtidos sobre a relação desses jovens com a escola e o trabalho apontam para o declínio abrupto de dispositivos de integração social e o colapso de um incipiente e precário modelo de proteção social e suas formas institucionais, como no fechamento das escolas e na redução da capacidade de oferta de emprego, ao mesmo tempo que se aprimoram os processos de desregulação do trabalho e sua consequente precarização. Esses fatores indicam um cenário social com imensos desafios, uma vez que se intensificam a concentração de oportunidades de uma vida saudável e de bens socialmente valorizados, de um lado, e a precarização da vida, a produção de uma miserabilidade estrutural, a marginalização de indivíduos e a desestruturação de laços comunitários, de outro.

Contudo, são esses laços comunitários e os processos de socialização dos jovens que foram especialmente afetados. A educação escolar, como instituição principal do processo de socialização secundária, teve de ser reestruturada, não mais como espaço de socialização, mas como transmissora de conteúdos veiculados pela tecnologia. Nessa perspectiva, a função social da escola se esvai e se transforma, mes-

mo para aqueles que têm condições objetivas de acompanhar as aulas. No entanto, é importante reforçar que tal situação é extremamente agravada para aqueles, vulnerabilizados pela sociedade, que não têm acesso a nenhuma proteção social. Pode-se desvelar como as políticas públicas de educação não fazem parte de uma agenda mínima de garantia de direitos, o que implica um círculo vicioso em que o abismo da desigualdade social se intensifica cada vez mais. A responsabilização de estudantes e suas famílias pelo mau desempenho escolar tem demonstrado o quanto estamos inseridos na lógica individualista e culpabilizante, que reitera a dificuldade da construção e fortalecimento de laços sociais, explicitando que a dimensão do outro, na perspectiva de uma vida em comunidade e dos propósitos humanos, se deteriora no conjunto da vida social. Tudo isso reforçado, como já apontamos anteriormente, por uma desigualdade social que implica desde a falta de instrumentos para assistir às aulas (tecnologia) até o espaço físico para que isso ocorra de uma forma minimamente adequada.

No que se refere ao trabalho, ou melhor, à falta e ainda à precarização do trabalho, constitui-se em questão crucial para compreender a situação das classes subalternizadas. Percebe-se a diferença de perspectivas de trabalho, ou até de significados do trabalho, entre os jovens que têm a subsistência garantida pelos familiares e aqueles que dependem da sua própria força de trabalho para garantir a subsistência dos familiares. A lógica se inverte: o significado da proteção e sobrevivência para os primeiros é permanecer em casa, para garantir a sua saúde e dos mais próximos; já para os outros, sair de casa e “interromper a quarentena” é um imperativo para a sobrevivência, sua e da família. Na realidade, por mais distantes que esses grupos parecem estar um do outro, existe um fio condutor que os une, considerando-se que foi o trabalho de muitos jovens das classes empobrecidas pelas relações sociais capitalistas que possibilita aos primeiros permanecerem em suas casas durante a quarentena. Novamente, a desigualdade social, as humilhações, a dificuldade de perceber o outro como um igual, como um sujeito, vão cada vez mais esvanecendo o que resta de solidariedade social. No entanto, no campo das percepções juvenis, os jovens que se encontram nas duas situações têm em comum a insegurança em relação a sua inserção no mundo do trabalho. As condições socioeconômicas delimitam essas trajetórias, e esses jovens buscam estabelecer estratégias para o cuidar de si e do outro em relação à covid-19. Um cenário que resignifica a ideia de que os e as jovens são os menos afetados por esta situação. Em vez disso, os jovens surgem como categoria propícia para simbolizar os dilemas contemporâneos, catalisam as tensões sociais como também as exteriorizam, tornando-se vitrine de conflitos sociais.

A limitação da mobilidade ocasionada pela impossibilidade de transitar pela cidade interfere na autonomia juvenil para forjar seus processos de fruição como forma de se expressar nos próprios territórios, mas também estabelece condições objetivas e subjetivas que impedem muitos jovens de praticar o distanciamento físico e social. Do ponto de vista objetivo há grande desigualdade de condições de moradia,

de trabalho, de renda, de estudo e de acesso à internet e a equipamentos adequados para conectividade.

Assim, a contradição entre um discurso e algumas práticas de solidariedade direcionados aos mais vulnerabilizados — iniciativas, na sua maioria, da sociedade civil — e a realidade vivida por todos, especialmente pelos e pelas jovens, produziu em larga escala um sentimento de desânimo pela falta de perspectivas. No entanto, a pluralidade de entrevistados nos possibilita verificar que para alguns desses jovens existe uma esperança de um mundo melhor. A trajetória desses jovens apresenta-se como um desafio a ser ultrapassado, ou simplesmente vivido. Podem-se perceber formas de resistência, de criatividade em lidar com o tempo, em resignificar a sua história, as suas práticas, como pudemos apresentar nos exemplos de resistências. Experiências que demonstram as brechas encontradas para sobreviver em um terreno tão hostil. Experiências que nos dão pistas e possibilidades para refletir sobre as juventudes e as perspectivas da construção, com eles, de alternativas para a resistência individual e coletiva.

A pesquisa em andamento tem nos propiciado inquietações teóricas e práticas. Por se tratar de uma escuta que busca alcançar as nuances de diferentes âmbitos do processo juvenil — psicológico, interpessoal e social — que afetam as trajetórias desses e dessas jovens, apontam para certezas e incertezas, verdades e contradições, formas de resistência e existência. Que trazem à tona possibilidades de uma reflexão do particular para o universal, e vice-versa, estando aí a especificidade desta pesquisa em andamento.

Nesse sentido, contextualizar onde essas experiências ocorrem e os sentidos atribuídos a elas por jovens brasileiros é essencial para que possamos enfrentá-las, não só como uma questão individual, ou intrínseca a cada jovem entrevistado, mas numa perspectiva coletiva, como desafio para um projeto de nação e civilização. Estando cientes de que o acirramento das desigualdades sociais, o desmonte de políticas públicas, a corrosão das formas de solidariedade social e a negação de grupos sociais como sujeito de direitos têm consequências como o recrudescimento das saídas antidemocráticas, intensificando a reprodução social das desigualdades e a crescente política de criminalização das parcelas mais pobres da população brasileira, em especial os jovens e não brancos.

São trajetórias singulares, que em comum carregam as marcas da desigualdade social, inscritas pela classe, gênero e cor de pele. Essa condição social subalterna e precarizada vai produzindo os sentidos possíveis para a vida de cada um deles. Enquanto para alguns a covid-19 originou uma reflexão sobre as formas de sobrevivência à doença, para outros jovens essas preocupações sempre estiveram presentes, e hoje seu grande desafio é existir e poder viver, isto é, resistir.

Assim, diferentemente do discurso hegemônico segundo o qual os jovens correm menos riscos na pandemia de covid-19, as inferências empíricas obtidas demonstram que os jovens estão em situação bastante vulnerável. Eles sentem de múltiplas

maneiras, de modo objetivo e subjetivo, os impactos da pandemia em suas trajetórias sociais e práticas cotidianas. Ficar a sociedade brasileira indiferente a essa situação que põe em risco toda uma geração? A construção social de alternativas passa por tornar visível a vulnerabilidade social em diferentes situações juvenis. Este trabalho se propôs a dar uma contribuição inicial a esse debate, que, acreditamos, precisa ser aprofundado.

* Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México. Professora associada III da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPI. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (Nupec). Atualmente desenvolve pesquisa sobre juventudes e desigualdade social, gênero e mercado de trabalho e demandas profissionais.

** Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutora em Pesquisa em Ciências Sociais, Infância e Juventude pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso). Atualmente é pesquisadora do Instituto de Saúde da SES-SP e da Faculdade Latino-Americana de Sociologia (Flacso-Brasil), Coordenadora do grupo de trabalho Infância e Juventude: Políticas, Culturas e Instituições Sociais, da Clacso. Membro/pesquisadora do Nupec. Pesquisadora/colaboradora no grupo de pesquisa Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

*** Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Lyon 2. Coordenadora da área de Juventude, Políticas Públicas da Flacso-Brasil. Tem várias publicações na área de violência nas escolas, juventude e violência. Coordenadora da pesquisa Trajetórias e Juventude- Covid -19 e coordenadora do curso "Aperfeiçoamento em juventudes e educação" da Flacso, OEi e Unesco. Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, educação, violências nas escolas, violência e juventude, juventude e políticas públicas, gangues e segregação social.

**** Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento (PPGCS-UFRB). Líder do Grupo de Pesquisa Observatório Social da Juventude. Cumpriu estágio pós-doutorado no Departamento de Sociologia da USP. Recebeu o Prêmio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de Teses de Sociologia em 2010.

***** Doutora em Serviço Social pela PUC-SP (2003). Professora associada IV da UFPI. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: cidadania, estado, políticas públicas; violência e direitos humanos; infância, adolescência e juventude; serviço social, assistência social e educação superior; gestão pública e controle social. É membro/pesquisadora do Nupec, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sociedade, Direitos e Políticas Públicas (NUDISPP) e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social e Questão Social.

***** Doutora em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela –PUC-SP. Professora associada III do Departamento de Ciências Sociais da UFPI. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da mesma universidade, com estudos sobre as temáticas: gênero e geração; conservação e proteção ambiental; e arqueologia da paisagem e paleoambiente. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Transdisciplinar sobre Corpo, Saúde e Emoções (Corpostrans) e membro/pesquisadora do Nupec.

***** Mestre em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF–Uerj). Pesquisadora do Programa Estudos e Políticas sobre a Juventude da Flacso Brasil. Professora do curso de Comunicação Social da Universidade Salgado de Oliveira (Universo, Niterói-RJ). Jornalista e educadora em projetos para adolescentes e jovens. Ativista e militante pelos direitos das juventudes.

***** Pós-graduada em Saúde Pública pela USP. Psicóloga e psicanalista de orientação pichoniana. Pesquisadora do Laboratório de Inovação Social do Instituto de Saúde de São Paulo. Autora dos livros *Fim de século: ainda manicômios?* (1999), *A cidadania negada: políticas públicas e formas de viver* (2009) e *Diálogos psicanalíticos sobre família e casal: as vicissitudes da família atual* (2014).

► Texto recebido em outubro de 2020; aprovado em novembro de 2020.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas**: por que frequentam?. Brasília: Flacso; OEI; MEC, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

APESAR DE queda na renda, IDH municipal teve alta no Brasil em 2016-2017. **Abruc**, Brasília, 17 abr. 2019. Disponível em: <www.abruc.org.br/atuabilidade/noticia/apesar-de-queda-na-renda-idh-municipal-teve-alta-no-brasil-em-20162017>. Acesso em: 10 out. 2020.

ARGENTINA UNIDA. **El futuro después del covid-19**. Buenos Aires: Argentina Futura, 2020.

BENJAMIN, Walter. **Experiência e pobreza**. Tradução Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan.-jun. 2006.

BRASIL supera 150 mil mortes por covid-19. **DW Brasil**, 10 out. 2020. Disponível em: <www.dw.com/pt-br/brasil-supera-150-mil-mortes-por-covid-19/a-55232306>. Acesso em: 13 out. 2020.

BUTLER, Judith. Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. In: **Debate Feminista**, México, v. 18, out. 1998.

CHARLOT, Bernard. **Du rapport au savoir**: éléments pour une théorie. Paris: Anthropos, 1997.

CORONAVÍRUS: OMS declara pandemia. **BBC News Brasil**, São Paulo, 11 mar. 2020. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/geral-51842518>. Acesso em: 13 out. 2020.

DATASENADO: para pais, aulas remotas na pandemia prejudicaram educação. **Senado notícias** [online]. Brasília, 14 ago. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/08/datasenado-para-pais-aulas-remotas-na-pandemia-prejudicaram-educacao>. Acesso em: 16 ago. 2020.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. Tradução Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC, Unesco, 2001. Disponível em: <http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf>. Acesso em: 13 de out. 2020.

DESEMPREGO diante da pandemia tem alta de 20,9% entre maio e julho, aponta IBGE. **G1** [online]. 23 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/20/desemprego-diante-da-pandemia-tem-alta-de-209percent-entre-maio-e-julho-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 15 out. 2020.

DOLCE, Julia. Desigualdade social é fator de risco para mortes de crianças e adolescentes por covid-19 no país. **Pública**, São Paulo, 9 jun. 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/06/desigualdade-social-e-fator-de-risco-para-mortes-de-criancas-e-adolescentes-por-covid-19-no-pais/>>. Acesso em: 13 out. 2020.

FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. Significado do trabalho para os jovens em Teresina. In: **A condição juvenil em Teresina**. LUZ, Lila Cristina Xavier et al. Teresina: Edufpi, 2013.

FORACCHI, Maria Alice, **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Nacional, 1965.

FREUD, Sigmund. **Obras completas**: el porvenir de una ilusion. Buenos Aires: Amorrortu, 1996. v. 21.

HARARI, Yuval Noah. **Notas sobre a pandemia**: e breves lições para o mundo pós-coronavírus. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Trimestre móvel: jun-jul-ago/2020 Rio de Janeiro: IBGE, outubro de 2020. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/Quadro_Sintetico/2020/pnadc_202008_quadroSintetico.pdf. Acesso em: 16 out 2020a.

IBGE. **Indicadores IBGE**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — segundo trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/08/pnad-continua-do-2o-trimestre.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020b.

KREIN, José Dari; BORSARI, Pietro. **Coronacrise**: a pandemia, a economia e a vida. IE-Unicamp, Campinas, 11 maio 2020. Disponível em: www.economia.unicamp.br/covid19/pandemia-e-desemprego-analise-e-perspectivas. Acesso em: 13 out. 2020.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.

NUNES, Letícia; ROCHA, Rudi; ULYSSEA Gabriel. Vulnerabilidades da população brasileira à covid-19: desafios para a flexibilização do distanciamento social. **Nota Técnica**, n. 9. São Paulo: Ieps, maio 2020. Disponível em: <http://ieps.org.br/wp-content/uploads/2020/05/NT9-IEPS.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

OLIVEIRA, João Manuel de. **Desobediência de gênero**. Salvador: Devires, 2017.

OMS. **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. Organização Mundial da Saúde, out. 2006. Disponível em: http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/Upload/PDF2/0902_Constituic%CC%A7a%CC%83o%20da%20Organizac%CC%A7a%CC%83o%20Mundial%20da%20Sau%CC%81de.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

OPAS BRASIL. **Opas**: alguns países mostram picos na transmissão de covid-19, especialmente entre jovens. Brasília, 7 out. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6303:opas-alguns-paises-mostram-picos-na-transmissao-de-covid-19-especialmente-entre-jovens&Itemid=812. Acesso em: 13 out. 2020.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscoites**: jovens, trabalho e futuro. 2. ed. Lisboa: Ambar, 2016.

PIRES, Luiza Nassif; CARVALHO, Laura; XAVIER, Laura de Lima. **Covid-19 e desigualdade**: a distribuição dos fatores de risco no Brasil. 2020. Disponível em: www.researchgate.net/publication/340452851_COVID-19_e_Desigualdade_no_Brasil. Acesso em: 13 out. 2020.

PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. Tradução Lila Cristina Xavier Luz. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 7, n. 13, p. 182-195, jul.-dez. 2017..

RAMOS, Lauro; LAMEIRAS, Maria Andreia Parente; CAVALCANTI, Marco Antônio. Pnad Covid-19: divulgação de 16/10/2020 — principais destaques. **Carta de Conjuntura**, n. 49. Ipea, 16 out. 2020. Disponível em: www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/mercado-de-trabalho/. Acesso em: 13 out. 2020.

REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA. Covid-19: políticas públicas e as respostas da sociedade. **Boletim Políticas Públicas & Sociedade**, São Paulo, n. 14, 3 jul. 2020. Disponível em: https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2020/07/BoletimPPS_14_3julho.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

SABOIA, João; BAETA, Fernanda; GOMES, Gustavo. **Desalentados no Brasil**: caracterização e evolução no período 2014/2019. Rio de Janeiro: UFRJ, abr. 2020. (Texto para discussão 003/2020). Disponível em: www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2020/TD_IE_003_2020_SABOIA_BAETA_GOMES.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Desigualdades e interações de classe social na saúde no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 1, 8 maio 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582020000100201&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 out. 2020.

SEGATO, Rita Laura. Coronavirus: todos somos mortales — del significante vacío a la naturaleza abierta de la historia. In: ARGENTINA UNIDA. **El futuro después del covid-19**. Buenos Aires: Argentina Futura, 2020.

THE WORLD BANK. **A covid-19 lança a economia mundial na pior recessão desde a Segunda Guerra Mundial**. The World Bank, 8 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2020/06/08/covid-19-to-plunge-global-economy-into-worst-recession-since-world-war-ii>>. Acesso em: 13 out. 2020.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.

VÍRUS “rejuvenesceu”: reabertura mudou perfil de vítimas da covid-19, diz Saúde. **IG**, 21 ago. 2020. Disponível em: <<https://saude.ig.com.br/2020-08-21/virus-rejuvenesceu-reabertura-mudou-perfil-de-vitimas-da-covid-19-diz-saude.html>>. Acesso em: 13 out. 2020.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

WHO. **Coronavirus disease 2019 (covid-19): situation report 43**. World Health Organization, 3 mar. 2020. Disponível em: <www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200303-sitrep-43-covid-19.pdf?sfvrsn=2c21c09c_2>. Acesso em: 13 out. 2020.

Superendividamento e crise econômica do novo coronavírus: impactos nas mulheres do litoral do Paraná

Over-indebtedness and economic crisis caused by the new coronavirus: impacts on women on the coast of Paraná

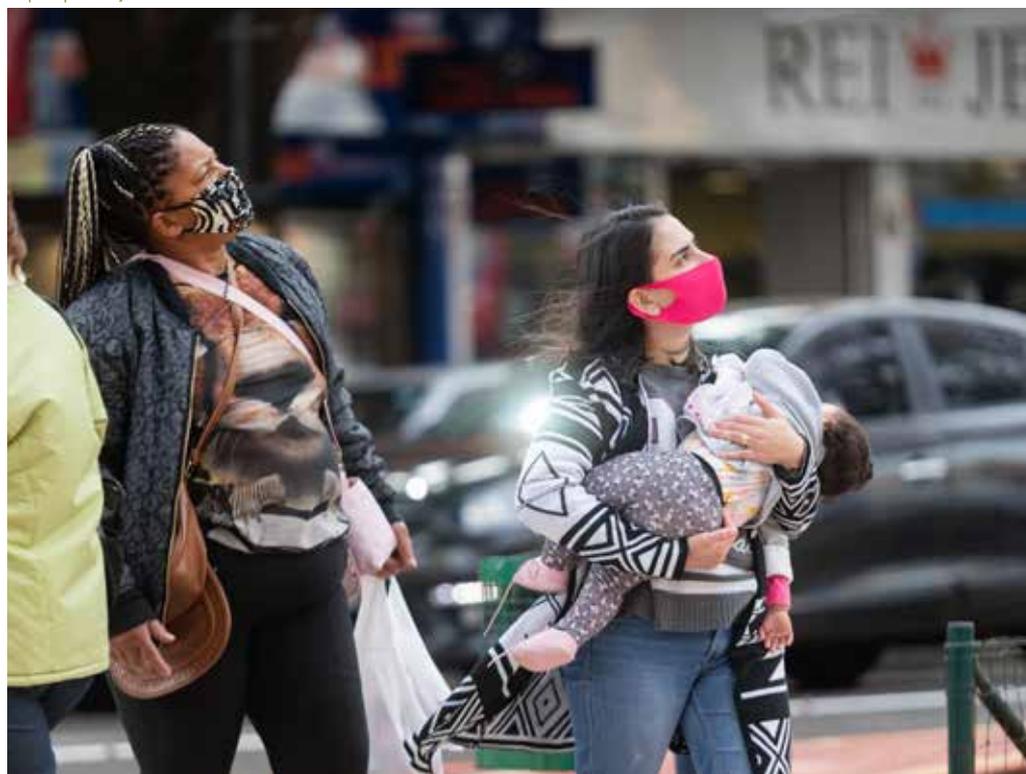
Adilson Anacleto *

Fernanda carvalho soares **

Natalia de França Femenias ***

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.009>

Depositphotos/jfsfoto



RESUMO

Com o objetivo de compreender melhor o cenário atual, este artigo investigou os impactos econômicos da pandemia de coronavírus sobre as mulheres do litoral paranaense. Para isso, nós fizemos uma pesquisa exploratória descritiva com 221 mulheres, entre maio e julho de 2020. A pesquisa mostrou que a pandemia teve diversas consequências na vida dessas mulheres. No campo psicológico, por exemplo, as entrevistadas relataram um alto grau de ansiedade, medo, estresse e insônia. Esses problemas foram desencadeados pelo distanciamento social e pela incerteza em relação ao futuro. Em muitos casos, os problemas psicológicos podem ter gerado um aumento do consumismo, o que pode ter contribuído para o endividamento dessas mulheres. 38,9% das entrevistadas disseram ser as principais responsáveis pela renda familiar, enquanto 39,9% se declararam endividadas. Mulheres divorciadas apresentaram a maior média de endividamento. A escolaridade também é um fator a ser considerado, já que nós observamos que o endividamento compromete menos a renda de mulheres com maior escolaridade. O estudo também revelou que apenas 19,5% das mulheres entrevistadas possuíam algum tipo de controle formal das dívidas. Por isso, nós concluímos que o uso de ferramentas básicas de planejamento econômico pode ser uma alternativa para reduzir os níveis de endividamento entre as mulheres entrevistadas.

Palavras-chave: Dívidas. Consumo. Consumismo. Coronavírus. Gastos excessivos.

ABSTRACT

In order to better understand the current scenario, this article investigated the economic impacts of the coronavirus pandemic on women from the coast of Paraná. For this, we did an exploratory descriptive research with 221 women, between May and July 2020. The research showed that the pandemic had several consequences in the lives of these women. In the psychological field, the interviewees reported a high degree of anxiety, fear, stress and insomnia. These problems were triggered by social distance and uncertainty about the future. In many cases, psychological problems may have generated an increase in consumerism, which may have contributed to the indebtedness of these women. 38.9% of the interviewees said they were the main breadwinner of their houses, while 39.9% declared themselves indebted. Divorced women had the highest average debt. Schooling is also a factor to be considered, since we observed that indebtedness compromises less the income of women with higher education. The study also revealed that only 19.5% of the women interviewed keep some kind of formal debt control. Therefore, we concluded that the use of basic economic planning tools can be an alternative to reduce the levels of indebtedness among the women interviewed.

Keywords: Debts. Consumption. Consumerism. Coronavirus. Excessive spending.

1. INTRODUÇÃO

A história revela que desde a Antiguidade a mulher sofreu a imposição referente à atividade de organização doméstica, dedicação em prol dos filhos e cega obediência ao homem (SPINDOLA; SANTOS, 2003). Essa situação durante séculos foi imposta às mulheres. Porém, durante o processo da Revolução Industrial, ocorreu a falta de mão de obra masculina devido ao surgimento de elevado número de indústrias. Diante dessa condição, os industriais não tiveram alternativas a não ser a empregabilidade feminina. Iniciava-se assim um importante movimento em que as mulheres abandonavam a função exclusiva de desenvolvedoras de atividades domésticas e assumiam funções nas atividades produtivas extraluar (SILVA; AMAZONAS; VIEIRA, 2010). Assim, com o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento da maquinaria, boa parte da mão de obra feminina foi transferida para as fábricas, e a inserção da mulher no mercado de trabalho alterou o quadro de dependência acentuada e submissa em relação ao gênero masculino nas questões sociais e econômicas (SPINDOLA; SANTOS, 2003).

A partir da Primeira e Segunda guerras mundiais, com a presença dos homens nos campos de batalha, ocorreu a ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho, e, com a consolidação do sistema capitalista no século XIX, algumas leis, ainda que de forma incipiente, passaram a beneficiar as mulheres. Ainda assim, o papel da mulher perante a sociedade e a comunidade a que ela pertencia ia se modificando lentamente (SILVA; AMAZONAS; VIEIRA, 2010). Ocorria de forma acentuada a desigualdade de tratamento em uma sociedade essencialmente machista, que impunha à condição feminina menores salários para a realização das mesmas atividades que as desenvolvidas por homens, ainda que o resultado da atuação das mulheres fosse de qualidade e eficiência similares às masculinas (BLAY, 2003).

A mulher, com persistência, passou a ocupar espaços fora do lar, no entanto essa conquista não a eximiu das antigas atribuições sociais no tocante à educação diária dos filhos, tarefas domésticas e inclusive cuidados com o marido, infligindo-se a ela a execução de múltiplas atividades de forma simultânea (SPINDOLA, 2000; GOMIDE, 2009). Ou seja, as conquistas femininas resultaram em sobrecarga de papéis assumidos, impondo a face perversa das obrigações domésticas especialmente às mulheres casadas que trabalhavam fora e vivenciavam muitas pressões (PINTO et al., 2011).

A luta das mulheres por igualdade entre os gêneros teria grandes avanços com o surgimento do movimento feminista, que, enquanto movimento social, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina (COSTA, 2005).

No Brasil a condição da mulher não foi diferente da do restante do mundo: a mulher brasileira foi subjugada à condição de total submissão, a ponto de jurídica-

mente ser-lhe negada a capacidade absoluta. Era proibida sua manifestação social, estudo e trabalho sem o consentimento do pai ou do marido, e foi somente com a lei 4.121, de 27 de agosto de 1962, o Estatuto da Mulher Casada, que ela passou a ser considerada absolutamente capaz, iniciando a sua caminhada na busca da própria identidade (CACHAPUZ, 2004).

As últimas décadas denotam uma transformação no papel e na posição das mulheres brasileiras, especialmente as das camadas médias da população. O crescente empobrecimento dessas camadas médias, aliado ao aumento das despesas com educação dos filhos, saúde e outras necessidades consideradas básicas, impulsionou as mulheres a buscar um trabalho fora de casa (LOSADA; ROCHA-COUTINHO, 2007). No entanto, o mercado de trabalho brasileiro após décadas ainda não sofreu grandes alterações nesse quadro: o diferencial salarial entre gêneros continua discriminatório quanto à inserção e aos rendimentos de homens e mulheres alocados em uma mesma ocupação (CAMBOTA; PONTES, 2007).

A discriminação da mulher no Brasil no tempo presente se tornou ainda mais evidente diante da ocorrência da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, que assolou o mundo. O primeiro caso de covid-19 confirmado surgiu na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019, dando início a uma epidemia causada por um novo vírus da família *Coronaviridae*, o Sars-CoV-2, que provoca a doença denominada covid-19. Tendo ela se espalhado rapidamente por todo o mundo, foi declarado, então, o estado de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Diante desse contexto, similarmente ao ocorrido em outras partes do mundo, o Ministério da Saúde do Brasil (BRASIL, 2020) decretou como medida de contenção do vírus o distanciamento social até que o suprimento de equipamentos e equipes de saúde estivesse disponível em quantidade suficiente. Em virtude da pandemia e do isolamento social, a economia acabou entrando em estado crítico, pois grande parte das micro e pequenas empresas brasileiras tiveram de fechar as portas ou funcionar com restrições.

Especificamente no que concerne ao litoral do Paraná, Anacleto e Prazeres (2020) relatam que houve forte adesão ao sistema de quarentena, e que a contenção do vírus trouxe fortes efeitos colaterais à economia regional, em especial às pequenas empresas, que tiveram forte redução da capacidade comercial, colocando em risco a perenidade de seus empreendimentos e gerando demissões. A pandemia gerou, em média, uma redução na movimentação financeira de 53,05% nos negócios regionais, e em alguns setores essa redução foi de até 81%, tendo sido esta uma das principais causas do endividamento generalizado das empresas e pessoas.

O endividamento pode ser compreendido como a efetivação do interesse do indivíduo em adquirir bens e serviços, sujeitando-se, muitas vezes, a gastar mais do que permite a sua renda mensal (SIEBEL; ZDANOWICZ, 2019). As causas da ocorrência desse desnível entre renda e gastos têm origem em vários fatores; Dynan e Kohn (2007) relatam que existe por parte das empresas financeiras uma facilitação do acesso ao crédito, o que gera uma pseudoautonomia para as pessoas escolherem o querem

A mulher deixou de ser apenas uma parte da família para se tornar a comandante dela em muitas situações, especialmente por causa do mercado de trabalho, promovendo uma ruptura no quadro de dependência e submissão em relação ao gênero masculino nas questões sociais e econômicas. Porém ainda existem enormes lacunas a serem preenchidas na busca pela igualdade, e as consequências da pandemia explicitaram isso de forma acentuada

consumir; no entanto, quanto menor a renda, ou quando não se tem renda suficiente para o posterior pagamento ou capacidade de liquidez a longo prazo, maiores são as complicações dessa autonomia e da facilidade do acesso ao crédito.

O contexto econômico também influencia diretamente no endividamento. Anacleto e Prazeres (2020) constatam que, especificamente no litoral do Paraná, a pandemia do novo coronavírus provocou forte redução de empregos e da renda regional, o que por consequência afetou a renda familiar e ampliou os níveis de endividamento. A pandemia explicitou a resiliência necessária da mulher na luta pela igualdade entre os gêneros. Embora esse seja um fator inerente à mulher moderna, que não declina do direito de decidir sobre o curso de sua vida, a consequência do atual momento vivido em quarentena amplia as ações relativas aos papéis de esposa, mãe, educadora e trabalhadora, e essa nova configuração, similar à do passado, não a desvincula de suas tarefas domésticas. Embora ela valorize o trabalho remunerado, como forma de manter sua independência, ainda permanece arraigada, como parte de suas funções, a tarefa de acompanhar o desenvolvimento da prole, sendo responsável por essa assistência ao mesmo tempo que executa suas atividades profissionais.

A mulher deixou de ser apenas uma parte da família para se tornar a comandante dela em muitas situações, especialmente por causa do mercado de trabalho, promovendo uma ruptura no quadro de dependência e submissão em relação ao gênero masculino nas questões sociais e econômicas. Porém ainda existem enormes lacunas a serem preenchidas na busca pela igualdade, e as consequências da pandemia explicitaram isso de forma acentuada. Segundo Macêdo (2020), para a mulher, que sempre enfrentou preconceitos ao longo da história, em desigualdade ante o homem, o

trabalho nesse período de pandemia adquiriu um sentido particular de honra e de afirmação de si mesma como indivíduo que participa da vida em sociedade. E, ainda que tenha de forma significativa sua qualidade de vida afetada por não poder exercer sua função no local de trabalho, e que tenha sido convocada a assumir sobremaneira as tarefas inerentes a seus papéis para além da profissão sem sair de casa, essa mulher, no enfrentamento e ressignificação do sofrimento na pandemia, é trabalhadora e mãe e assume e supera-se no organizar de seu tempo, inúmeras vezes sem ter tempo para si.

Segundo Martins e Alagia (2020), foram as mulheres que sentiram os primeiros impactos do vírus e de uma crise que é marcada pela precariedade, e atualmente sentem ainda mais fortemente esses impactos da segregação que se traduz na dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, já que as mulheres arrimos de família sofrem pressão e impactos maiores devido à necessidade de prover o lar e todas as necessidades familiares sozinhas. Ainda segundo Anacleto e Prazeres (2020), no que tange ao litoral do Paraná, poucos estudos foram realizados para avaliar os impactos da pandemia na região. Sendo assim, buscando subsidiar uma melhor percepção acerca do cenário instalado, apresenta-se o resultado do estudo que visou apurar quais os impactos na vida financeira das mulheres residentes no litoral paranaense durante o período da pandemia de covid-19.

2. METODOLOGIA

O presente estudo é uma pesquisa exploratória descritiva com abordagem qualitativa e contextual.

2.1. Natureza do estudo

A metodologia do levantamento e do diagnóstico foi realizada com base em pesquisa exploratória, similarmente ao proposto por Piovesan e Temporini (1995), e tem a finalidade de promover uma leitura da realidade diante de eventos causais que se faz relevante conhecer, bem como dos efeitos provocados pela forma como se apresenta seu significado e o contexto em que ela se insere. Quanto à natureza, seguindo o proposto por Anacleto e Prazeres (2020) para estudos relacionados a diagnósticos, a pesquisa é qualitativa, à medida que foi utilizada uma coleta de dados com base na autopercepção das mulheres que participaram do estudo, sem a preocupação com o uso de técnicas estatísticas.

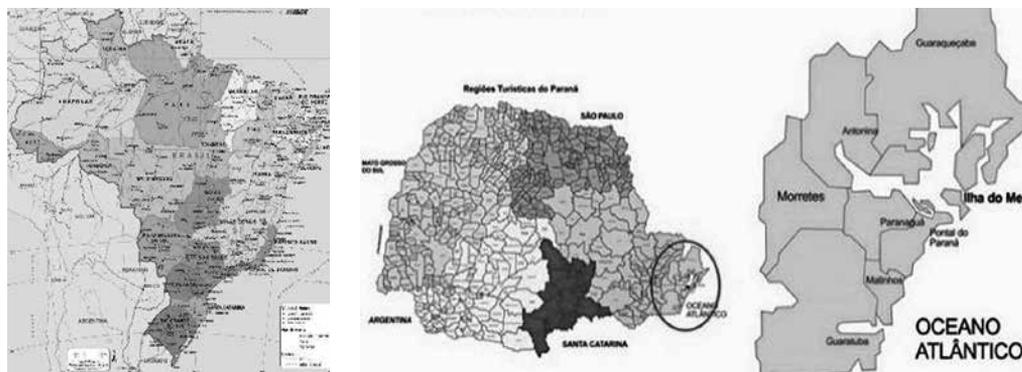
Assim, de acordo com Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa buscou realizar uma abordagem qualitativa e interpretativa do novo cenário instalado pela pandemia, buscando a compreensão específica acerca dos fenômenos em termos dos significados que as mulheres a eles conferiam. Buscou-se também estabelecer uma abordagem contextual de acordo com Galliano (1986) e Marion, Dias e Traldi (2002), analisando as relações da pandemia e do endividamento com outros fatos, como as questões sociais e psicológicas.

Dessa forma, o diagnóstico se constituiu no retrato acerca do novo cenário instalado e dos impactos atualmente vividos diante da pandemia do novo coronavírus por 221 mulheres.

2.2. Caracterização da região do estudo

O litoral do Paraná é composto pelos municípios de Paranaguá, Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná. A população regional, segundo o IBGE (2020), é superior a 250 mil habitantes, sendo 51,1% mulheres, e a renda per capita média da população é de R\$ 765,85. Segundo o IparDES (2020), as mulheres economicamente ativas no litoral paranaense totalizam 52.258, representando cerca de 40% da população econômica ativa na região.

Figura 1 — Localização geográfica dos municípios litorâneos do Paraná



Fonte: IBGE (2020).

2.3. Período das visitas, coleta e análise dos dados

A pesquisa de campo ocorreu entre maio e julho de 2020, entrevistando-se 221 mulheres que se dispuseram a colaborar nos sete municípios da região litorânea do Estado do Paraná.

De acordo com o proposto por Vergara (2015), a coleta de dados ocorreu com entrevista semiestruturada, com um roteiro de perguntas pré-elaborado. A entrevista em questão foi realizada por intermédio de ferramentas digitais, devido ao isolamento social, e o convite foi realizado com a divulgação nas redes sociais.

Inicialmente, as entrevistadas responderam a perguntas acerca do seu perfil socioeconômico, e posteriormente responderam a questões acerca dos impactos da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus nos aspectos sociais, psicológicos e econômicos.

As implicações sociais e psicológicas foram aferidas considerando-se a auto percepção das entrevistadas sobre as implicações em si; para tal, foi utilizada a escala somatória ou escala de Likert, com 10 pontos para a avaliação do grau atribuído pelas entrevistadas que promoveram uma categorização hierárquica, sendo

o correspondente a nenhum impacto, e 10, ao maior nível de impacto sofrido pela pandemia, para assim compreender a complexidade dos ambientes psicossociais e a interlocução direta das entrevistadas nesse contexto, conforme também descrito por Zanelli (2002).

As implicações econômicas foram aferidas com o uso de perguntas dirigidas com o objetivo de mapear os níveis de renda obtida com o trabalho e apurar se havia ocorrido ampliação ou não do endividamento no período da pandemia.

Após a coleta de dados, foi realizada a análise interpretativa por meio da técnica de triangulação de dados (LAKATOS; MARCONI, 2007), classificando elementos de causa e efeito da pandemia que pudessem revelar tendências entre as mulheres entrevistadas, e assim como buscou-se homogeneizar os objetos possíveis dentro de grupos, também buscou-se maximizar a heterogeneidade entre o grupo investigado, conforme proposto por Vergara (2015).

A análise dos dados buscou identificar a existência de correlações entre a variável *nível de endividamento* e as variáveis *escolaridade*, *arranjo familiar*, *renda*, *idade* e *estado civil*, que foram consideradas fatores explicativos.

Adotou-se a distribuição etária conforme o IBGE (2020), e a classificação da condição econômica de acordo com o Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2020).

Em princípio, conforme o proposto por Hair et al. (2009), foi verificada a intensidade das correlações referentes a idade, escolaridade e condição econômica sobre os níveis de endividamento. Foram aplicados os testes de Wilcoxon Mann-Whitney e Kruskal-Wallis, seguidos do teste de comparação múltipla das médias de Dunn, em nível de significância de 5% ($p < 0,05$) (HAIR et al., 2009). A normalidade dos dados, de acordo com os mesmos autores, foi analisada pelo teste de Kolmogorov-Smirnov, ao nível de $p < 0,05$.

3. RESULTADOS

O estudo revelou que 38,9% das respondentes informaram ser cada qual a principal responsável pela renda familiar e que, em contexto geral, gastavam em média 44,2% da renda nas despesas fixas de sobrevivência da família. No entanto, 39,1% das entrevistadas se consideravam endividadas no período de realização da pesquisa, ou seja, consideravam enfrentar excesso de dívidas, tendo as mesmas entrevistadas declarado que já se valeram de processos de renegociação de dívidas, como prorrogação, refinanciamento ou parcelamento de valores.

Em relação à faixa etária, a idade média das entrevistadas era 31,7 anos. A faixa etária predominante (46,15%) era entre 18 e 25 anos, sendo que em relação à idade não houve variação estatística significativa no endividamento das mulheres entrevistadas (tabela 1).

Tabela 1 — Proporção de endividamento das mulheres nos últimos 12 meses, por faixa etária (total de respostas = 221)

Faixa etária (anos)	% do total	Endividamento (% da faixa etária)
18 a 25	46,15	30,0a
26 a 35	29,12	28,7a
36 a 45	13,57	26,2a
46 a 55	8,45	28,8a
56 a 65	2,71	30,8a

Valores seguidos de uma mesma letra não diferem estatisticamente entre si (teste de Wilcoxon). Não houve entrevistadas com mais de 65 anos ou menos de 18 anos.

O estado civil da mulher é um fator de influência no endividamento, dado que a pesquisa revelou que as mulheres divorciadas apresentavam maior média de endividamento ($p = 0,062$), sendo significativas as diferenças em relação aos outros grupos. O estudo revelou ainda que as mulheres solteiras são as que apresentavam a menor taxa de endividamento (tabela 2).

Tabela 2 — Proporção de endividamento das mulheres nos últimos 12 meses, por estado civil (total de respostas = 221)

Estado civil	% do total	Endividamento (% do estado civil)
Casada	44,7	26,91a
Divorciada	5,98	33,46b
Solteira	49,32	26,12a

Notas: p – valor de significância do teste de Kruskal-Wallis. Letras iguais (a ou b) não diferem estatisticamente entre si; $p < 0,05$. Não houve ocorrência de outros estados civis.

O estudo revelou uma tendência moderada ($p = 0,018$) em relação à escolaridade, sendo que, à medida que a mulher avança na escolaridade, menor é o percentual de comprometimento da renda familiar em relação ao endividamento (tabela 3).

Tabela 3 — Proporção de endividamento das mulheres nos últimos 12 meses, por grau de escolaridade (total de respostas = 221)

Escolaridade	% do total	Endividamento (% em relação a escolaridade)
Nível fundamental	7,23	30,01a
Nível médio	56,6	28,02ab
Graduação	19,4	27,43ab
Pós-graduação	16,74	26,05b

Notas: p – valor de significância do teste de Kruskal-Wallis. Letras iguais (a ou b) não diferem estatisticamente entre si; $p > 0,05$, no teste de comparações múltiplas pelo procedimento de Dunn.

No que se refere à renda familiar mensal entre as mulheres entrevistadas, observou-se que a renda não é fator decisivo para o endividamento, ou seja, mulheres que ganham muito também se endividam, revelando-se que não há uma tendência direta na relação entre a renda e o endividamento. No entanto, observou-se que as mulheres que tinham a maior renda também apresentavam os maiores índices de endividamento, sendo as diferenças estatísticas significativas ($p = 0,326$) em relação às outras classes avaliadas (tabela 4).

Tabela 4 — Proporção de endividamento das mulheres nos últimos 12 meses, por faixa de renda familiar mensal (total de respostas = 221)

Renda (R\$)	% do total	Endividamento (% em relação a renda)
Até 599	8,59	23,3a
600 a 1.349	23,98	32,3b
1.350 a 2.249	34,38	27,6ab
2.250 a 3.999	19,95	26,7ab
4.000 a 7.799	9,50	20,05a
7.800 a 18.799	3,60	34,28c

Notas: p – valor de significância do teste de Kruskal-Wallis. Letras iguais (a, b ou c) não diferem estatisticamente entre si; $p > 0,05$, no teste de comparações múltiplas pelo procedimento de Dunn.

O número médio de pessoas por domicílio era em média de 3,47, e não houve relação entre o número de pessoas na família e o índice de endividamento feminino.

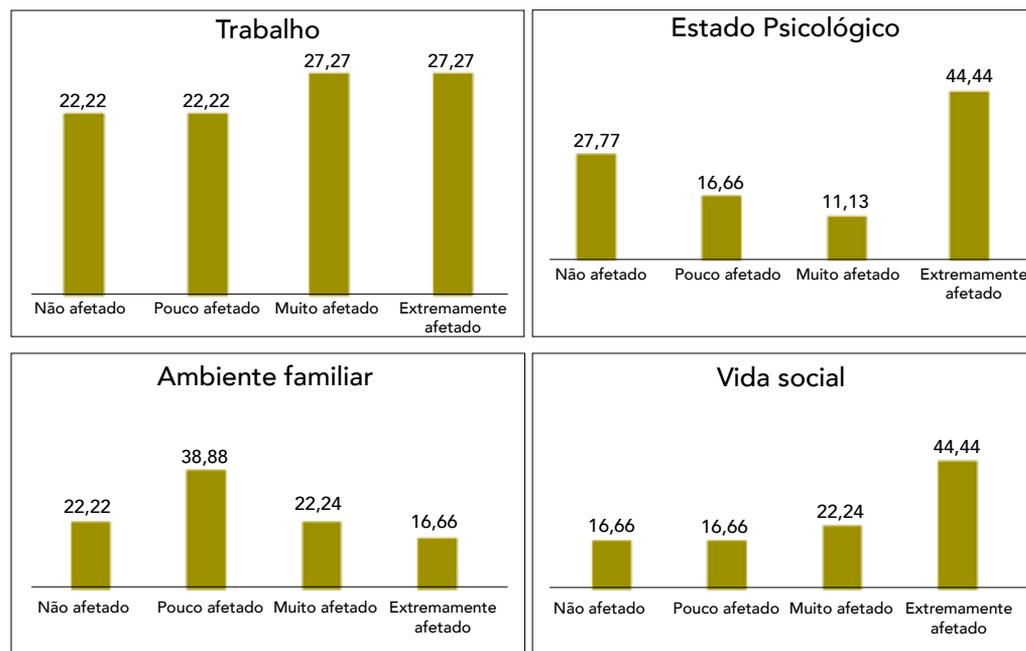
A maioria das entrevistadas (69,01%) relataram que faziam algum tipo de acompanhamento mensal de suas dívidas, porém de forma empírica. A minoria (19,5%) utilizava algum tipo de controle formal, como planilhas ou agendas para controle das dívidas.

A maioria das entrevistadas, justamente por se considerarem endividadas, relataram que não possuíam nenhum tipo de investimento ou poupança para situações emergenciais, e 31,9% das mulheres relataram que esperavam o 13º salário, férias ou outro tipo de bonificação para realizar o pagamento de contas.

No que tange às práticas de consumo, a maioria das entrevistadas (82,8%) informou que no cenário atual realizava compras apenas para atender às necessidades; no entanto, 16,3% das entrevistadas informaram que invariavelmente aproveitavam oportunidades quando compensadoras, fazendo novas compras. Sobre a frequência na formação de dívidas, 45,9% declararam que criavam novas contas com regularidade, e a maioria absoluta (85,3%) das entrevistadas fizera algum tipo de parcelamento de dívidas, tendo a pandemia de covid-19 agravado o processo de endividamento, já que houve a necessidade de recorrer a empréstimos para que fosse possível manter o equilíbrio das dívidas.

A pandemia provocou múltiplas e variadas alterações no contexto de vida das mulheres, tendo sido possível observar que a esfera familiar foi classificada como a menos afetada. No entanto, nas outras esferas avaliadas uma significativa parte das entrevistadas apresentou reflexos originários da pandemia, especialmente nas questões psicológicas, pois foram relatados elevados graus de ansiedade, medo, estresse e insônia desencadeados pelo distanciamento social e a incerteza quanto ao futuro (figura 2).

Figura 2 – Principais impactos da pandemia nas mulheres após o início da pandemia (total de entrevistas = 221; valores em %)



4. DISCUSSÃO

A mulher brasileira tem assumido um maior protagonismo nas últimas décadas no que tange à responsabilidade e liderança familiar. As mulheres no Brasil de forma definitiva estão rompendo as arcaicas convenções sociais que atribuíam ao marido a função de provedor do lar. No entanto, a reversão dessa situação tão arraigada na cultura brasileira foi se modificando lentamente, e, apesar de tantas conquistas, ainda se evidencia a desigualdade de tratamento imposta por uma sociedade essencialmente machista, que impõe à mulher menores salários do que os dos homens para a realização das mesmas atividades, mesmo que o resultado da atuação das mulheres seja similar ao masculino. Essa situação, também relatada por Martins e Alagia (2020), tem se agravado na pandemia de covid-19.

A mulher brasileira, com muito esforço, deixou o espaço privado e os cuidados com o marido e filhos e passou a ocupar significativos espaços no mercado de trabalho. No entanto, apesar de ela assumir essa nova atividade, o estudo revelou

O conjunto dessas demandas e o isolamento social, atrelados à questão financeira, contribuem de forma significativa para que ocorram desgastes físicos e mentais, que podem resultar no surgimento ou agravamento de doenças contemporâneas como o cansaço e o estresse

que, no que concerne ao litoral do Paraná, e similarmente às outras regiões do Brasil e do mundo, as conquistas obtidas não eximiram a mulher das antigas atribuições, e durante a ocorrência da pandemia impôs-se às mulheres a ampliação das suas atividades. A quarentena tem gerado para a mulher residente no litoral do Paraná uma sobrecarga de funções: em muitos casos, além das questões domésticas com os filhos, que não estão indo às escolas, ela cumpre a função de mãe, auxilia-os nos estudos e ainda necessita trabalhar de forma remota.

O estudo revelou outro grave problema derivado da pandemia, dado que 38,9% das respondentes informaram ser, cada qual, a principal responsável pela renda familiar, que estavam em processo de negociação de dívidas pessoais e que se autopercebiam como mulheres endividadadas. Nesse contexto, três fatores merecem cuidadosa análise: o primeiro é que a pandemia reduziu a renda da região litorânea do Paraná, conforme relatado por Anacleto e Prazeres (2020); o segundo fator se refere ao fato de que as famílias em quarentena acabaram por ter as despesas domésticas ampliadas; e, finalmente, a falta de preparo para lidar com o orçamento doméstico e de competência efetiva para administrar o próprio dinheiro também contribuiu para causar a situação de endividamento.

Ferreira (2008) assegura que situações atípicas como a crise instalada e a associação entre número de filhos e empregos precários, ou mesmo o desemprego, acabam colaborando para que ocorra endividamento, visando satisfazer às necessidades básicas da família.

O estudo revelou que as mulheres divorciadas e com menor escolaridade eram as que apresentavam os maiores níveis de endividamento. A mulher, nesses casos, diante da impossibilidade da divisão dos trabalhos com um parceiro, além das atividades de trabalho assume as diversas atividades do seu cotidiano, o que contribui para a sobrecarga física e emocional nesses dois grupos, a qual, em muitas situações, ocasiona distúrbios no organismo. A situação tende a ser agravada nas mulheres que, além das atividades como empregadas, também são mães. Esses pressupostos foram

corroborados no presente estudo, dado que significativas parcelas das entrevistadas informaram ter desenvolvido doenças em função da ampliação das atividades durante o período de pandemia.

O conjunto dessas demandas e o isolamento social, atrelados à questão financeira, contribuem de forma significativa para que ocorram desgastes físicos e mentais, que podem resultar no surgimento ou agravamento de doenças contemporâneas como o cansaço e o estresse, tendência evidenciada no presente estudo nas mulheres de todas as classes avaliadas, independentemente de idade, estado civil e arranjo familiar, sendo que entre as entrevistadas foram significativos os relatos de problemas psicológicos relacionados ao medo, ansiedade, estresse, temor e incerteza quanto ao futuro.

Segundo Artifon e Piva (2014), os problemas psicológicos podem resultar na ampliação dos processos de endividamento. Essa condição se dá devido ao fato de que muitas vezes as reações de determinados grupos de indivíduos a uma situação de pressão podem resultar numa compra compulsiva, o que dá uma sensação momentânea de satisfação e, no entanto, na sequência provoca um agravamento da situação, relacionado à falta de renda e à elevação do endividamento. Urge considerar que quando dívidas atingem um volume excessivo, no qual o descontrole financeiro desnorreia o orçamento mensal, chega-se ao ponto de superendividamento. Nesse contexto, Siebel e Zdanowicz (2019) afirmam que o problema acaba ultrapassando o limite da economia e atinge a saúde, e pode inclusive ampliar o endividamento em si, com a necessidade urgente de aquisição de remédios e tratamentos terapêuticos.

Outro reflexo do endividamento feminino, além da exposição, sofrimento emocional e sintomas físicos, é que a capacidade produtiva no trabalho também acaba por diminuir, e o problema se amplia da esfera individual para as questões coletivas da família. Segundo Artifon e Piva (2014), não é incomum que relacionamentos fiquem abalados ou sejam rompidos. Os filhos acabam por sentir os impactos devido ao fato de que, entre as formas de equilibrar o orçamento doméstico, a redução de gastos com lazer é uma das primeiras a ser adotada, e a reclusão e isolamento social ampliam as dificuldades de manter a saúde psíquica, incluindo o descanso, que é vital para a realização das múltiplas atividades desenvolvidas pelas mulheres em seu cotidiano em período de quarentena.

As observações até o momento efetuadas são evidentes na região do litoral do Paraná, especialmente dada a escassez de alternativas de renda, com a redução das atividades econômicas. O litoral do Paraná apresenta carência de alternativas de renda para a população, o que faz com que significativa parte das entrevistadas conte com apenas uma fonte de renda mensal. Em situação de desemprego ou pandemia, muitas mulheres arrimos de família estão sendo obrigadas a deixar de cumprir com seus compromissos financeiros por não possuir nenhum tipo de renda extra, reserva econômica ou alternativa de novos trabalhos.

Rocha et al. (2017) afirmam que uma efetiva autonomia da mulher passa pelo reconhecimento de que seu bem-estar sofre influência direta de sua independência econômica, que também reflete em sua emancipação social. Nesse contexto, parece

Outro reflexo do endividamento feminino, além da exposição, sofrimento emocional e sintomas físicos, é que a capacidade produtiva no trabalho também acaba por diminuir, e o problema se amplia da esfera individual para as questões coletivas da família. Segundo Artifon e Piva (2014), não é incomum que relacionamentos fiquem abalados ou sejam rompidos

óbvio, o planejamento econômico é essencial para que as famílias possam manter o equilíbrio nos gastos. No entanto, essa técnica nem sempre se faz facilitada a todas as pessoas, em especial à mulher que precisa, de forma simultânea, desenvolver grande quantidades de atividades e dispõe de pouco tempo para si ou para a organização das atividades domésticas. Assim, visualizar quais as reais demandas e necessidades da família e ter uma visão de futuro relacionando renda, alternativas de consumo e período de tempo se faz necessário. A falta de conhecimento sobre finanças pode ocasionar gastos excessivos ou desnecessários, que poderiam ser evitados caso houvesse uma programação prévia do quanto e de qual forma os gastos podem ser realizados.

A organização de um planejamento econômico familiar exige disciplina e dedicação de todos os membros da família, e deve ser considerado um tópico de essencial importância, que necessita receber a colaboração de todos. Segundo Anacleto, Coelho e Curvelo (2016), a organização de custos pode ser feita de diversas formas, e recorrer a um simples demonstrativo contábil de custos deve ser a primeira ação a ser tomada pela família, podendo apresentar significativos resultados no controle da renda familiar. Apesar da simplicidade, a elaboração de planilhas com a discriminação do total das despesas em relação à renda recebida permite conhecer o quanto cada tipo de despesa representa em face dos custos. Ainda segundo Anacleto, Coelho e Curvelo (2016), a adoção dessa ferramenta gerencial permite à mulher conhecer a real situação econômica da família, de modo a tomar as decisões mais adequadas.

5. CONCLUSÃO

A crise instalada pela covid-19 provocou impactos na vida financeira das mulheres residentes no litoral paranaense durante o período da quarentena. A pandemia provocou múltiplas e variadas alterações no contexto de vida das mulheres, tendo sido relatados, inicialmente, aqueles relacionados à renda familiar.

O estudo revelou que 38,9% das respondentes informaram ser, individualmente, as principais responsáveis pela renda familiar, percentual similar ao das entrevistadas que declararam estar endividadas, 39,1%.

Os principais fatores associados ao endividamento de mulheres foram o estado civil, dado que as mulheres divorciadas apresentaram a maior média de endividamento, e a escolaridade, tendo sido observado que, à medida que a mulher avança na escolaridade, menor é o percentual de comprometimento da renda familiar em relação ao endividamento.

O estudo também revelou que apenas 19,5% possuíam algum tipo de controle formal das dívidas. Assim, finalmente conclui-se que a organização de um planejamento econômico simplificado, com uso de ferramentas elementares, como o controle de custos, pode ser uma alternativa para reduzir os níveis de endividamento entre as mulheres entrevistadas.

Foram relatados pelas entrevistadas reflexos originários da pandemia nas questões psicológicas, como o elevado grau de ansiedade, medo, estresse e insônia desencadeados pelo distanciamento social e a incerteza quanto ao futuro. Os problemas psicológicos podem ter gerado um maior consumo, o que pode ter contribuído para o maior endividamento.

Sendo assim, diante desse cenário, urge que as mulheres que se encontram nesse quadro de endividamento busquem ajuda especializada nos aspectos psicológicos ou a autocapacitação nas questões de orçamento doméstico, a fim de que seja possível minimizar tais efeitos, visando a reduzir o consumo desnecessário como forma de sanar a questão do endividamento e, conseqüentemente, obter uma melhoria nos aspectos psicológicos.

O estudo permitiu observar que mulheres com renda elevada também apresentaram endividamento. Assim, recomenda-se a realização de novos estudos no sentido de mais bem compreender a tendência observada.

* Doutor em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Administrador. Professor do Programa de Mestrado em Ambientes Litorâneos e Insulares e do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) *E-mail*: adilson.anacleto@unespar.edu.br

** Graduanda em Administração pela Unespar, Campus Paranaguá. Pesquisadora de iniciação científica. *E-mail*: soares.ferc@gmail.com

*** Graduanda em Administração pela Unespar, Campus Paranaguá. Pesquisadora de iniciação científica. *E-mail*: femeniasnatalia@gmail.com

► Texto recebido em outubro de 2020; aprovado em outubro de 2020.

- ABEP. **Critério de Classificação Econômica Brasil**. 2019. Disponível em: <www.abep.org>. Acesso em: 5 jul. 2020.
- ANACLETO, Adilson; COELHO, Andersandra Pereira; CURVELO, Eder Bruno Couto. As mulheres empreendedoras e as feiras livres no litoral do Paraná. **Revista Faz Ciência**, v. 18, n. 27, p. 118-139, jan.-jun. 2016.
- ANACLETO, Adilson; PRAZERES, Allan Santos Grein. Novo coronavírus (covid-19) e a crise econômica: impactos nas pequenas empresas. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 16, n. 43, p. 169-175, 2020.
- ARTIFON, Simone; PIVA, Maristela. Endividamento nos dias atuais: fatores psicológicos implicados neste processo. **Psicologia**, v. único, p. 1-41, 2014.
- BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de contingência nacional para infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) em povos indígenas**. Brasília: Secretaria Especial de Saúde Indígena, 2020. Disponível em: <<https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Publica%C3%A7%C3%B5es%20em%20PDF/Plano%20de%20Conting%C3%Aancia%20da%20Sa%C3%BAde%20Indigena%20Preliminar.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2020.
- CACHAPUZ, Rozane da Rosa. Da família patriarcal à família contemporânea. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 4, n. 1, p. 69-77, 2004.
- CAMBOTA, Jacqueline Nogueira; PONTES, Paulo Araújo. Desigualdade de rendimentos por gênero intraocupações no Brasil em 2004. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 11, n. 2, 2007.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2005.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.
- DYNAN, Karen E.; KOHN, Donald L. **The rise in U.S. household indebtedness: causes and consequences**. Washington D.C.: Federal Reserve Board, 2007. Disponível em: <<https://scholar.harvard.edu/files/kdynan/files/200737pap.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2020.
- FERREIRA, Vera Rita de Mello. **Psicologia econômica: estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão**. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
- GALLIANO, Alfredo Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986.
- GOMIDE, Paula Inez Cunha. A influência da profissão no estilo parental materno percebido pelos filhos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 25-34, 2009.
- IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411820&r=2>>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- IPARDES. **Cadernos Municipais**. Disponível em: <www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>. Acesso em: 5 set. 2020.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LOSADA, Beatriz Lucas; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Redefinindo o significado da atividade profissional para as mulheres: o caso das pequenas empresárias. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 3, p. 493-502, set.-dez. 2007.
- MACÊDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia covid-19: tecendo sentidos. **Revista do Nufen**, Belém, v. 12, n. 2, p. 187-204, maio-ago. 2020.
- MARION, José Carlos; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para cursos de pós-graduação**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Fernanda; ALAGIA, Laura. Guerra contra as mulheres: uma análise feminista da violência sobre a precarização de mulheres e os efeitos da pandemia. **Revista Opinião Filosófica**, v. 11, ed. esp. 2, set. 2020.

OMS. **Coronavirus disease (covid-19) pandemic**. World Health Organization. Disponível em: <www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 24 abr.2020.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 105, p. 167-179, 2011.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995.

ROCHA, Betty Nogueira et al. A dimensão de gênero no índice de vulnerabilidade social (IVS): alguns apontamentos teóricos e analíticos. In: IPEA. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, n. 16, p. 83-92, jan.-jun. 2017.

SIEBEL, Daiana Clébia; ZDANOWICZ, José Eduardo. Endividamento pessoal mediante o uso do cartão de crédito pelos trabalhadores de uma indústria calçadista no município de Sapiranga-RS. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica**, n. 10, p. 67-90, 2019.

SILVA, Thálita Cavalcanti Menezes da; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VIEIRA, Luciana Leila Fontes. Família, trabalho, identidades de gênero. **Psicologia em Estudo**, v. 15, n. 1, p. 151-159, 2010.

SPINDOLA, Thelma. Mulher, mãe e... trabalhadora de enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 34, n. 4, p. 354-361, 2000.

_____; SANTOS, Rosângela da Silva. Mulher e trabalho: a história de vida de mães trabalhadoras de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 11, n. 5, p. 593-600, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.

ZANELLI, José Carlos. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n. esp. p. 79-88, 2002.

O “novo normal” no campo da educação: da aparência à essência

The “new normal” in the field of education: from appearance to essence

Ana carolina reis*

eduardo pinto e silva**

catharina marinho meirelles***

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.010>

Acervo Depositphotos



RESUMO

O objetivo geral do presente artigo é desvelar o termo “novo normal”, introduzindo-o numa dimensão histórico-crítica para que, dessa maneira, ele seja capturado em sua forma real. Para tanto, buscou-se introduzir o termo como ele tem sido enunciado na atualidade e discutir sobre o papel da ciência e do método com a finalidade de apreender o que o termo apresenta em essência. Representou-se o novo normal a partir dos supostos elementos que o compõem com a finalidade de, posteriormente, discorrer a respeito de uma análise crítica sobre o termo, afunilando-a para o campo da educação. Adotou-se o materialismo histórico como metodologia central. Tendo em vista a ampla adoção do termo por parte da população, torna-se necessária uma análise aprofundada de sua forma e reais significados, assim como dos desdobramentos de sua assunção no cotidiano das relações de trabalho e no campo da educação.

Palavras-chave: Novo normal. Pseudoconcreto. Essência. Educação. Materialismo histórico.

ABSTRACT

The general objective of this article is to unveil the term of the “new normal” introducing it in a historical-critical dimension so that, so we can capture it in its real form. To this end, we sought to introduce the terminology as its statement today and discuss the role of science and method to apprehend what the term essentially presents. The new normal was represented based on the supposed elements that compose it, with the purpose of, later, discussing a critical analysis of the term, narrowing it to the field of education. For the central methodology of this paper, was adopted the historical materialism. Given the widespread adoption of the term by the population, an in-depth analysis of its form and real meanings becomes necessary, as well as the consequences of its assumption in the daily work relations and the field of education.

Keywords: New normal. Pseudoconcrete. Essence. Education. Historical materialism.

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 será para sempre lembrado como aquele em que a vida humana ficou em suspenso. Os cotidianos, as agendas, as expectativas, os projetos, o ir, o vir, o estar, tudo, absolutamente tudo, foi atravessado pela incerteza, pela agonia do não saber, do não prever, do não poder. A pandemia de covid-19 desestruturou muitas certezas e colocou em xeque a compreensão sobre o que viria depois, nos fazendo recordar que “tudo o que é sólido desmancha no ar”, como já nos advertiram há dois séculos Marx e Engels (MARX; ENGELS, 2005).

Diante do risco real dos desdobramentos de uma pandemia, cuja forma e velocidade de transmissibilidade ainda eram desconhecidas, foram adotados novos hábitos, novas restrições, novos modos de trabalhar, novas formas de relacionamento, novas sociabilidades. A sensação de instabilidade, os medos concretos diante do contágio e da morte, o recuo da economia, enfim, o bloqueio parcial da vida, suscitaram a premissa de que a pandemia teria promovido uma ruptura com tudo o que havíamos conhecido e vivenciado até então.

Era e ainda é muito tênue a linha divisória entre o mundo ao qual estávamos acostumados (ou não) e o novo mundo que teríamos de construir e a que nos adaptar (ou não). Nesse momento de suspensão e apreensão, não tardou para que novos conceitos fossem criados ou requeitados. No meio do balaio de expressões que visavam, em última instância, trazer o mínimo de segurança diante do avanço da instabilidade, começamos a ouvir, de forma recorrente e intensa, a expressão “novo normal”.

Em uma tentativa de assegurar o mínimo de estabilidade, previsibilidade e controle, logo os apologistas do futuro, embalados pela mídia, festejavam aquilo que seria a antecipação de um novo mundo, com novas regras, novas estruturas e novas dinâmicas. Nesse novo mundo, orientado pelo “novo normal”, poderíamos ajustar, consertar, abandonar ou criar uma vida melhor para a humanidade.

Por um lado, a apreensão com o que viria a ocorrer nesse dito “novo normal”, por outro, a exortação das profecias sobre aquela que seria uma nova era.

A tentativa de previsão é uma prática estratégica, normalmente desempenhada por pessoas e instituições para garantir certo controle acerca dos fenômenos que emergem. Tentar prever o futuro a partir dos dados da materialidade concreta ou a partir das especulações sensoriais aflora no sujeito a sensação de segurança necessária para lidar com esse futuro. Assim, denominar de “novo normal” o que está por vir traz segurança e conforto para quem o faz. Por outro lado, ao mesmo passo, a terminologia também gera efeitos adversos como o medo que produz, enquanto afeto político (SAFATLE, 2016), a aceleração e a busca acirrada por adaptação, podendo redundar, por vezes, em formas patológicas de vida.

Foi assim que começaram a ser difundidas as tendências do “novo normal”, vinculadas aos múltiplos meios de comunicação, nas mais variadas redes sociais, pelos mais diversos sujeitos, de acordo com cada nicho e com cada profissão. Quando o tema

assumiu larga escala, iniciamos a investigação, por meio da análise de conjuntura, sobre como o fenômeno se apresentava e o que a expressão representava.

Entretanto, o material produzido acerca do assunto nos pareceu superficial, circunscrito ao âmbito do senso comum e apologético ou panfletário em relação a uma dada concepção de normalidade.

À medida que a análise avançava, começaram a surgir questões norteadoras, pois, afinal: existe um “novo normal”? Será que podemos chamar as tendências desse “novo normal” de novas? A que(m) essa concepção atende? “Novo normal” para quem? Em razão dessas e de outras tantas curiosidades, o objetivo do presente artigo é contextualizar a expressão “novo normal” e as condições materiais e históricas de sua objetivação no campo da educação.

A partir dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico, buscamos identificar como o termo “novo normal” tem sido enunciado na atualidade. Em seguida discutimos o papel da ciência e do método em Marx, com a finalidade de apreender o que o termo apresenta em sua essência. Na sequência, analisamos criticamente os principais elementos de mudança previstos para o “novo normal”, nomeadamente no que se refere ao campo da educação.

As ideias sobre *novo* e sobre *normal* são atrativas, são palavras carregadas de positividade e esperança. Assim, não é difícil reconhecer a grande atratividade desses termos, amplamente adotados por parte da população, a ponto de naturalizar, o que justifica a necessidade de uma análise mais aprofundada acerca de sua forma e sobre seus significados concretos, bem como sobre os desdobramentos de sua aplicação no cotidiano das relações de trabalho e no campo da educação.

2. O “NOVO NORMAL”

Não é possível datar a origem do termo “novo normal”, mas é possível afirmar que ele não é novo e é requeitado sempre que uma crise de maiores proporções se manifesta. Como já destacamos, diante das incertezas provocadas pela pandemia, foi retomado com muita força, visando consolidar um conjunto de tendências que emergiram durante a pandemia. Do mesmo modo, também não existe uma conceituação aprofundada sobre o termo que vá para além da sua reiterada utilização para definir o conjunto de mudanças estruturais e em múltiplas instâncias da vida, decorrentes da atual crise sanitária, política, econômica e social.

Ora, se existem garantias na vida objetiva da humanidade, aquela que mais se destacará será a garantia da transformação. As relações sociais estão em constante processo de transformação, ainda que as pessoas não atentem para esse fato. No que se refere à história do mundo do trabalho (HARVEY, 2009; ANTUNES, 1995), é possível confirmar a citação de Lavoisier de que “nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”. A história humana se desenrola nesse processo contínuo de transformação, como aponta Engels:

Se submetemos à consideração especulativa a natureza ou a história humana ou a nossa própria atividade espiritual, encontrar-nos-emos, logo de início, com uma trama infinita de concatenações e de mútuas influências, onde nada permanece o que era nem como e onde existia, mas tudo se destrói, se transforma, nasce e perece (ENGELS, 2017, p. 8).

A perspectiva trazida por Engels nos permite afirmar que as transformações ocorrem desde que o mundo se fez mundo, ou melhor, o devir é uma decorrência da objetivação do ser social na intervenção sobre a natureza. Não há nada mais racional do que admitir o caráter transitório das coisas; de conceber que todo o aglomerado de relações sociais possui suas fases de ascensão, desenvolvimento, crise e declínio. Somos sujeitos imersos nas engrenagens de nossa própria produção material, criando sentidos a partir dela até o momento em que as estratégias de reprodução não suportem as contradições e se anulem.

Entretanto, é notável que a retórica da mudança tem sido utilizada em consonância com as formas alienantes de vida. O segundo ponto, e mais importante no tocante ao presente estudo, diz respeito à afirmação de que nada se cria substancialmente do nada.

Esses dois fatos implicam, portanto, a necessidade de delinear o ponto de partida do estudo. Segundo Marx (2008), uma palavra se torna sem sentido se não nos debruçarmos sobre os elementos sobre os quais ela repousa. Tendo em vista que o termo “novo normal”, tomado por si só, pode ser considerado vazio e destituído de historicidade, se faz necessário que ele seja analisado com base nos elementos que o compõem e que estão explicitados no discurso. A contraposição entre a realidade histórica e os elementos contidos no conceito de “novo normal” requer um fazer científico que supere o seu discurso e a sua pseudoconcreticidade (KOSIK, 2011).

3. O PAPEL DO PESQUISADOR E A DISCUSSÃO DO MÉTODO

Discutir sobre ciência sempre foi importante para o avanço da humanidade. Todavia, salta aos olhos que, no contexto pandêmico, as temáticas sobre veracidade e evidência científicas se tornaram imprescindíveis, embora claramente conectadas às questões de sobrevivência. Isso que fez com que elas, embora com ressalvas, ultrapassassem os muros acadêmicos. Não demorou muito para que a discussão científica tomasse maior dimensão em todos os espaços midiáticos, ao mesmo tempo que ocorria o processo de degradação do financiamento¹ da ciência no Brasil.

No entanto, o debate científico não impactou apenas a população que, por tantas vezes, viu-se fora dos debates acerca da importância da ciência, mas impactou

1 No ano de 2020, tivemos um conjunto de acontecimentos que prejudicaram ainda mais o financiamento da ciência e tecnologia, como a portaria nº 34 instituída pela Capes, o novo modelo de concessão de bolsas do CNPQ, o projeto de lei 529 elaborado pelo atual governo de São Paulo e, por fim, a queda orçamentária prevista no projeto de lei orçamentária anual (Ploa) de 2021.

igualmente a comunidade acadêmica, na qual as discussões sobre a verdade objetiva inevitavelmente se mesclam aos distintos posicionamentos políticos, éticos e epistemológicos do campo científico (BOURDIEU, 2004). É dentro dessa sucessão de acontecimentos que introduzimos a discussão sobre o ofício do pesquisador com base nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico.

Em uma de suas falas, que, embora tecida no século XIX, é indiscutivelmente atual, Marx e Engels (1998, p. 98) declaram que “as verdades científicas são sempre paradoxais quando julgadas pela experiência de todos os dias, que somente capta a aparência enganadora das coisas”. A partir desse trecho, os autores estabelecem uma diferenciação entre a aparência (fenômeno) e a essência (verdade), e, por conseguinte, instituem que é impossível compreender o estado de essência das coisas pela via da simples apreciação ou até mesmo da descrição da aparência. Isso acontece porque a aparência ocasionalmente apresenta pistas acerca de sua essência, mas, principalmente, tende a esconder o que ela verdadeiramente é.

Diante do exposto, Marx complementa que “a ciência se tornaria superflua caso houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (MARX, 1985, p. 271), ou seja, ela perderia seu propósito, pois, dessa forma, poderiam ser construídas diversas versões deturpadas da realidade. Por esse motivo, torna-se necessário realizar um desvio da aparência fenomênica (KOSIK, 2011), negando-a para que se chegue à essência do fenômeno.

A partir da relação entre esses dois elementos — aparência e essência — é que a figura do pesquisador entra em cena pois, sem a ciência, a “verdade” tende a ser reduzida a um conjunto de enganos. Logo, a pesquisa é considerada um campo privilegiado para a compreensão da realidade em sua forma real e, ao mesmo tempo que a compreende, atua como mecanismo de sua transformação. Portanto, cabe ao pesquisador, detendo consistência teórica e instrumental, apreender de forma fidedigna a realidade e realizar a reprodução ideal do movimento real do objeto (NETTO, 2009), por meio do pensamento.

Podemos nos aprofundar sobre a deturpação da realidade a partir do conceito de pseudoconcreticidade (KOSIK, 2011), que estabelece que os membros da sociedade, frequentemente enredados pela práxis utilitária, acabam por atuar como reféns do senso comum, se apropriando de uma realidade deformada que não lhes permite ter plena consciência sobre o contexto no qual eles estão inseridos. Contexto e realidade que inclusive existem e continuarão existindo independentemente de o sujeito ter ou não consciência sobre eles, tal como é citado por Marx (2008, p. 260) ao destacar que “o objeto concreto permanece de pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo”, perspectiva que reforça a concepção materialista.

Dessa forma, os movimentos gerados pela pseudoconcreticidade, considerada como “um claro-escuro de verdade e engano” (KOSIK, 2011, p. 15), acabam por trazer mais nébulas do que esclarecimentos acerca de seu conteúdo, o que faz com que as verdades permaneçam veladas.

Depositphotos



A *práxis* utilitária cotidiana cria “o pensamento comum” — em que são captados tanto a familiaridade com as coisas e o aspecto superficial das coisas quanto a técnica de tratamento das coisas — como forma de seu movimento e existência. O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na *práxis* fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, embora tenha a “consciência” e a “validade” do mundo real: “é o mundo da aparência” (KOSIK, 2011, p. 19).

O campo fenomênico é um contexto que remete à experiência diária do sujeito, que faz com que ele realize introjeções de forma involuntária e quase imperceptível. É necessário, portanto, desvelar o fenômeno e ir para além do que ele expõe para que se chegue à sua essência.

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo (MARX, 2008, p. 122).

Para iniciar um processo de produção do conhecimento, deve-se partir da realidade concreta, também denominada “vida cotidiana” (LUKÁCS, 1966). Entretanto, deve-se adotá-la enquanto um ponto de partida, e negá-la posteriormente, para que seja possível alcançar a sua essência. Percorre-se, portanto, o caminho do particular para o geral, dinamizando os movimentos entre indução e dedução; compreendendo e dando condições nominativas de transformação da realidade; desvelando movimentos obscurecidos em direção à consciência e emancipação humana. Essa é a herança factível do cientista social.

A ideia de um “novo normal” tem forte rebatimento sobre o trabalho docente e sobre o processo ensino-aprendizagem

Assim, partimos do pressuposto de que a ampla utilização do termo “novo normal”, como aparência, obscurece a essência dos elementos que ele carrega. O fazer científico necessário neste momento implica reconhecer nas pistas trazidas pela aparência do “novo normal” a essência das práticas já instituídas ou a ser instituídas no campo da educação.

Não é de pouca monta o que se tem colocado em prática neste momento, bem como o que se pretende que seja mantido mesmo depois da pandemia. Nesse jogo de claro-escuro, que esconde/mostra a verdade/engano, observamos que muitas mudanças são operadas de forma que os estatutos já estabelecidos permaneçam exatamente como sempre foram.

A materialidade produzida pela pandemia tem produzido também um conjunto de noções ideológicas que, disseminadas no senso comum, têm se constituído em uma nova linguagem. Porém as pistas decifráveis dessa linguagem denotam que a aparência vanguardista esconde sua essência extremamente conservadora, além de se apresentar como uma única possibilidade de resposta para a crise. O discurso profético em torno do “novo normal” tem uma dupla função. Por um lado, esconde o caráter contraditório e histórico da crise em que nos encontramos, e por outro, serve para justificar reformas que já estão em curso em menor ou maior velocidade, dependendo do contexto em que se encontram.

Sob o pretexto da inexorabilidade do “novo normal” estão sendo adotadas práticas no campo da educação que, embora não sejam inéditas, aceleram sobremodo o que já estava em curso.

Nessa lógica podemos reconhecer no campo da educação que a ideia de um “novo normal” tem forte rebatimento sobre o trabalho docente e sobre o processo ensino-aprendizagem. Do que é possível apreender até o momento, entre os elementos presentes no discurso e na prática do “novo normal”, podemos destacar: a apologia à flexibilidade e tudo o que isso possa implicar no trabalho educacional; a prática, inconteste e a despeito de seus embaraços, do ensino a distância (EaD) ou a sua ultraflexibilização, que seria o ensino híbrido; a hegemonia do trabalho remoto — *home office*; a integração e automação digital; e novas relações de trabalho, caracterizadas pelo estreitamento da relação público-privado, pela utilização de instrumentos de trabalho próprios e por novas formas de vínculos contratuais, entre outros.

Certamente, no discurso de “novo normal” cabem quantos elementos a criatividade de seus defensores permitir. Entretanto, para o escopo deste artigo nos concentraremos na essência das mudanças no trabalho docente e no processo ensino-aprendizagem, como vitrines das propaladas novidades.

4. O “NOVO NORMAL” DO TRABALHO DOCENTE

Analisar o trabalho docente e suas perspectivas não é tarefa que possa ser empreendida sem considerar ser esse um trabalho como outro qualquer. E aqui não se apresenta uma desqualificação dessa relevante atividade, muito pelo contrário, mas cabe reconhecer que o trabalhador da educação é um trabalhador e não um ente iluminado apartado das condições materiais e históricas do mundo do trabalho. Por isso, a compreensão sobre o trabalho docente implica a compreensão da história do mundo do trabalho e suas constantes transformações. Compreender o conceito de flexibilidade do trabalho docente significa localizar o cenário de sua gestação.

A passagem do binômio fordismo-keynesianismo para o toyotismo, juntamente com as reestruturações produtivas, intensificadas no Brasil a partir de 1990, passou a reproduzir no âmbito das relações homem-trabalho um novo paradigma que visava, em última instância, à adaptação das instituições brasileiras às condições internas e externas, engendradas no contexto de políticas neoliberais de âmbito mundial.

A acumulação flexível, ícone desse modelo de produção capitalista, acabou por desencadear níveis relativamente altos de desemprego estrutural, reconfigurações no desenvolvimento de habilidades profissionais, redução de salários, retrocesso do poder sindical e, principalmente, forte influência nos dispositivos escolares, de modo geral (HARVEY, 2009).

Numa linha heterogênea, porém fundamental para a compreensão do emaranhado de acontecimentos que emergem na atualidade, existe um processo político-jurídico no qual se fere gradativamente o regime de proteção que abarca a responsabilização por parte do Estado tanto em relação a serviços ditos “não exclusivos”², em consonância com a adequação à reforma do aparelho estatal pelo viés da administração pública gerencial (BRESSER-PEREIRA, 1995), quanto a direitos da classe trabalhadora que vêm constantemente sofrendo uma série de flexibilizações.

Atualmente, presenciamos uma segunda onda da reformulação do Estado em função da lógica neoliberal, caracterizada pela reforma administrativa de 2020, que tende a avançar no apagamento dos elementos da social-democracia ainda contidos

2 “Finalmente, no setor dos serviços não exclusivos do Estado, a propriedade deverá ser em princípio pública não estatal. Não deve ser estatal porque não envolve o uso do poder de Estado. E não deve ser privada porque pressupõe transferências do Estado. Deve ser pública para justificar os subsídios recebidos do Estado. O fato de ser pública não estatal, por sua vez, implicará a necessidade de a atividade ser controlada de forma mista pelo mercado e pelo Estado. O controle do Estado, entretanto, será necessariamente antecedido e complementado pelo controle social direto, derivado do poder dos

na primeira reforma para dedicar-se estritamente ao Estado mínimo. Nesse sentido, existe um significativo processo de extinção de cargos e funções, de depreciação do trabalho e de esvaziamento de áreas estratégicas a serem mercantilizadas e privatizadas.

O trabalhador deixa de ser responsabilidade do Estado e da empresa em que trabalha e passa a ser gestor de si — o homem empresarial (DARDOT; LAVAL, 2016) —, o que compactua cada vez mais com o estabelecimento de corpos flexíveis e individualizados que se adequam a esse modo de gestão, e também fortalece o desamparo na contemporaneidade. Há incentivo na busca por subverter a situação pela via do empreendedorismo, o que acaba por estimular ainda mais a individualidade como condição de sociabilidade humana no mundo do trabalho, além de influenciar as matrizes curriculares e as formas de educação (ANTUNES, 2019).

Nessa linha de raciocínio, considerando as interfaces entre Estado, educação e trabalho, é possível constatar o fortalecimento do discurso da flexibilidade dos sujeitos e de instituições públicas e privadas. Desde então, o imperativo de flexibilização intensifica-se e ganha novos contornos à medida que eclodem novas crises, como no exemplo da crise de 2008 e da não superada crise político-econômica que permeia o Brasil desde 2015.

Ou seja, estão em andamento um imperativo de rentabilidade das ações — o utilitarismo —, o discurso *quantofrênico* (GAULEJAC, 2007) e a introjeção do discurso adaptativo, aos quais as instituições educacionais têm se adequado, o que tem reverberado na educação superior. Esta última, frequentemente, tem atuado como uma instituição que, embora seja autônoma, é atravessada pela intencionalidade e racionalidade econômica (BOURDIEU, 2004), frequentemente apresentando-se como uma extensão das práticas privatistas e gerencialistas na atualidade (GAULEJAC, 2007).

O trabalho na educação, portanto, não está aquém das mudanças do mundo do trabalho, pois dele faz parte, reforçando-se o entrelaçamento entre ambos, e entre educação e mercantilização. Inserem-se, nas escolas, nos hospitais e nas universidades públicas, instituições-chave da pesquisa no Brasil, elementos típicos do setor privado:

Essa reforma da administração pública é parte da globalização das formas da arte de governar. Em todo o mundo, seja qual for a situação local, os mesmos métodos são preconizados, e o mesmo léxico uniforme é empregado (competição, reengenharia de processos, *benchmarking*, *best practice*, indicadores de desempenho). Esses métodos e essas categorias são válidos para todos os problemas, todas as esferas de ação, da defesa nacional à gestão dos hospitais, passando pela atividade judicial. Essa reforma “genérica” do Estado segundo os princípios do setor privado apresenta-se como ideologicamente neutra: visa somente à eficiência ou, como dizem os especialistas britânicos em auditoria, ao “*value for money*”, isto é, otimização dos recursos

conselhos de administração constituídos pela sociedade. E o controle do mercado se materializará na cobrança dos serviços. Desta forma a sociedade estará permanentemente atestando a validade dos serviços prestados, ao mesmo tempo que se estabelecerá um sistema de parceria ou de cogestão entre o Estado e a sociedade civil” (BRESSER, 1995, p. 29).

utilizados [...]. O fato é que com esse léxico, e com essa racionalidade que ele contém, difunde-se uma concepção utilitarista do homem que não poupa nenhum campo de atividade. O funcionário público é uma agente racional que reage apenas aos estímulos materiais. Os códigos de honra da profissão, a identidade profissional, os valores coletivos, o senso de dever e o interesse geral que movem alguns agentes públicos e dão sentido a seu compromisso são deliberadamente ignorados (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 312).

O “governo empresarial” (DARDOT; LAVAL, 2016) e o fenômeno da compressão espaço-tempo (HARVEY, 2009), entendido enquanto um movimento que se acentua a partir dos anos 1970, forjam um entrelaçamento cada vez maior entre vida pública e privada. E a superação das distâncias se mantém, até os dias atuais, em constante aceleração.

Em decorrência de tal compressão, atrelada à expansão do desemprego estrutural e do setor de serviços, demanda-se cada vez mais que o trabalho seja levado para casa, o que traz severas consequências: as linhas que separavam a casa e o trabalho começam a ficar cada vez mais difusas; elas estão se tornando cada vez mais tênues e as atividades “extralaborais” assumem o eixo cotidiano familiar, afetando a vida individual e coletiva. Em pesquisa realizada por Sguissardi e Silva Júnior em 2009, é possível observar esse entrelaçamento.

Há ainda relatos de professoras que não conseguiam abdicar do exercício de suas tarefas em situações tão inusitadas; como férias: “Eu sou a típica pessoa que não tira férias [...] a última vez que tirei férias foi quatro ou cinco anos atrás”; ao que complementou: “Eu costumo dizer que só tira férias aqui da universidade quem vai pra Marte [...] eu não tirava [férias], eu tirava no papel e não tirava na prática” (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 235); interação da filha na UTI: “Minha filha sendo operada por nove médicos [...] e eu tendo que ler tudo! Tendo que ler!”, ao que completou, exprimindo sua culpa (em relação à filha e à leitura realizada): “Ela estava na sala de operação [...] e eu na sala de espera lendo uma dissertação [...] eu me senti muito culpada em relação à minha filha” [...] [e] “não consegui ler direito tão bem quanto eu deveria” (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 242); e situações de lazer: “Nunca vou viajar [em feriados] se não tiver dez, 12 artigos na malinha, nunca!” (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 236) (SILVA, 2020).

As tecnologias, nesse sentido, fazem jus ao processo de interpenetração entre a vida pessoal e a organizacional (SILVA, 2020). À medida que são formuladas em prol da facilitação do mundo para o homem, assim como no caso da economia, elas passam a dominá-lo. As tecnologias por si só não preveem a precarização e intensificação do trabalho (MARX, 2013), entretanto, no contexto capitalista, elas são forjadas como um dispositivo de captura da subjetividade.

Da mesma maneira, parece certo fazer reflexões acerca da implementação de tecnologias que impulsionaram o avanço do desemprego estrutural, mas os processos de precarização do trabalho e desemprego estrutural não podem ser reduzidos à introdução de tecnologias nos meios de produção e aumento do trabalho morto no processo produtivo, mas sim vinculados a políticas que promovem a má distribuição de riqueza.

À vista disso, as tecnologias se apresentam como um dos fatores de aglutinação entre o público e o privado que deslançam desde as formas mais sutis até as mais extrapoladas de internalização do trabalho na vida privada.

Elas começam com a prontidão de telefonemas e *e-mails* e, por conseguinte, perpassam o celular disponibilizado pela instituição; resvalam na otimização das informações — fruto da integração digital —, que podem ser obtidas em qualquer lugar; por fim, encontram desfecho quando o trabalho e a casa passam a ser sinônimos e se torna necessário alocar o ambiente laboral na dinâmica familiar com, literalmente, tudo o que há no seu interior. O respeito a todas as instâncias da vida cotidiana se apresenta como condição cada vez mais impossibilitada e isso se torna naturalizado.

Atualmente, por conta do avanço da naturalização do trabalho remoto/*home office*, diversas empresas institucionalizam a modalidade como medida definitiva (CAMPOS; BIGARELLI, 2020). Ainda que haja pesquisas que sinalizem o caráter intensificador da modalidade e enfatizem o aumento da sobrecarga no trabalho (DUTRA, 2020) e as disfunções emocionais (NUZZI, 2020), há quem afirme que a pandemia só antecipou um modo de trabalho já concebido e inevitavelmente em vias de implementação.

Outro ponto a ser considerado é a naturalização da responsabilização do trabalhador pela disponibilização de instrumentos próprios para a realização do seu trabalho. Como uma piada de muito mau gosto, é como se o trabalhador tivesse “recuperado” a propriedade dos meios de produção. A exacerbação da exploração da mais-valia passa a ser enrijecida pela divisão desproporcional dos investimentos na produção com o trabalhador.

Esse elemento está diretamente associado ao avanço da lógica exploratória (ou uberizada, como tem sido comum encontrar na literatura da área) de atribuir ao trabalhador a responsabilidade por arcar com os instrumentos e os custos de trabalho, o que intensifica a responsabilização do trabalhador por seu próprio fracasso ou triunfo.

Sob a lógica da flexibilidade, o trabalhador docente tem sido obrigado a se “reinventar”, a enfrentar e curar a sua “tecnofobia”, a sair da sua “zona de conforto”, a se moldar, esticar, puxar sem arrebentar; afinal, o “novo normal” do mundo do trabalho exige a “resiliência”.

Essa discussão nos faz reconhecer que, sob a aparência do “novo”, a normalidade exploratória do capital antecipa e consolida, com o álibi da pandemia, a imple-

Divulgação/MCTIC



EAD ganha impulso com a suspensão das aulas

mentação de reformas profundas e mais perversas nas relações de trabalho, sobretudo o trabalho docente.

5. A PANACEIA DO ENSINO A DISTÂNCIA

“Estamos diante de uma oportunidade fantástica porque a pandemia acelerou um processo, que já estava em curso, de integração entre a tecnologia e a educação” (CASATTI, 2020). A citação, elencada no *Jornal da USP*, sob a perspectiva do professor Seiji Isotani, do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, corrobora o que temos discutido até aqui.

O “novo normal” na educação se apresenta como uma antecipação de processos que já estavam em curso. A sutileza desse argumento é a de que, se funcionar bem (ainda que não saibamos quais os critérios usados para se chegar a esse resultado), o ensino remoto pode ser plena e formalmente adotado pelas instituições educacionais. Se não funcionar bem, é possível atribuir o fracasso ao caráter emergencial com que o “ensino remoto emergencial” foi utilizado. O mesmo professor já antecipa essa justificativa quando afirma: “O ensino remoto atual só atende à situação emergencial, mas pode ser a semente da transformação digital de qualidade.”

Ou seja, a pandemia tem funcionado como um balão de ensaio para experimentos já iniciados. A capacidade de adesão, adaptação e convencimento das

pessoas diante das mudanças estruturais na educação está sendo monitorada *pari passu*.

A discussão sobre a expansão do EaD no país, em decorrência da adoção do ensino remoto pela maioria das instituições de ensino superior (IESs) neste momento, tem se intensificado. Entretanto, a discussão não é recente.

O EaD começou a avançar no país a partir de sua regulamentação, em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), que foi alterada posteriormente por diversas normatizações, portarias e decretos. Mais adiante, ele assumiu maior consistência ao ser reforçado pelo decreto nº 5.622/2005, que o regulamentou e estabeleceu suas diretrizes de funcionamento.

Sendo considerado uma modalidade de ensino tipicamente privado, tendo em vista a preponderância de matrículas em IESs privadas (90,6%) em comparação com as públicas, o EaD é um dos principais mecanismos de barateamento do ensino superior.

A partir de um discurso que articula a inclusão e o custo-benefício, em meio à ascensão do movimento de fusão da educação com o mercado financeiro, essa modalidade de ensino teve um aumento vertiginoso de 156%, ante 25% em cursos de modalidade presencial entre 2007 e 2011 (MILL, 2016).

Nas IESs públicas, há a preocupação com a expansão dessa modalidade de ensino sob a égide do gerencialismo, dos pressupostos mercadológicos, dos princípios da racionalização econômica e da otimização dos recursos que, por vezes, não é acompanhada pela qualidade, ainda que ela esteja presente no bojo das pretensões (RAMOS, 2016).

Um diagnóstico informal, baseado nos relatos de professores e estudantes, revela que a adoção do ensino remoto emergencial tem se dado em condições extremamente precarizadas, em que professores não têm a devida formação para manipular os ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs); muitos estudantes e mesmo professores não têm os dispositivos necessários ou acesso aos dados de internet para as aulas; e o ambiente familiar não permite a privacidade necessária para a participação efetiva nas aulas, entre outros elementos.

Esses são problemas seríssimos e terão um impacto imenso na discriminação entre os que irão e os que não irão conseguir acesso às universidades e lá permanecer. Entretanto, não duvidamos que em breve serão planejados e providenciados os recursos para a superação dessas dificuldades, pois o investimento necessário para as adequações será, provavelmente, justificado pelo seu efeito operatório.

Para uma concepção de formação de mão de obra qualificada, essa modalidade de ensino se mostra perfeitamente adequada. Aliás, ela cumpre um duplo objetivo, o de formar mão de obra e o de formar uma consciência coletiva mais adequada à lógica do capitalismo.

Essa modalidade pode ser concebida não enquanto um mecanismo de formação humana, mas sim enquanto um dispositivo de fragilização da manutenção do

O “novo normal” representa uma normalidade que já vem sendo construída a partir de diversos elementos que, lentamente, foram tomando forma na nossa vida objetiva, ainda que muitos membros da sociedade não tenham tomado consciência deles

espaço universitário e fragilização qualitativa do ensino. Pode representar, ademais, a acentuação da intensificação do trabalho docente, violação dos direitos autorais, aumento do princípio da descartabilidade, reforço da competitividade, fragilização dos laços entre pares e desmonte das práticas coletivas de reivindicação.

6. A ESSÊNCIA DO “NOVO NORMAL”

A nomenclatura “novo normal” também possui ação neutralizadora de diversidades. Quando falamos em formas de violência, temos de nos ater a duas possibilidades: as explícitas e as implícitas. As primeiras podem ser consideradas mais simples e são abertamente enunciadas. Por outro lado, as violências implícitas são mais complexas e, por sua vez, necessitam se manter nessa condição para que continuem funcionando (SAFATLE, 2016).

A partir de tal premissa, destaca-se o movimento da nomenclatura em colocar todas as diversidades em uma categoria simplista, o que nos faz perguntar: “novo normal” para quem? A partir da questão, a nomenclatura age, portanto, como um mecanismo de apagamento daqueles que se encontram fora da realidade abarcada pelo “novo normal”, sendo um possível movimento de negação das contradições. Logo, fica muito claro que a nova e melhor era, prevista para o “novo normal”, é destinada às classes A e B.

De acordo com pesquisa feita pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), apenas 22,7% das funções de trabalho podem ser realizadas em *home office* (CUCOLO, 2020); quase 40% dos alunos de escolas públicas não possuem computador em casa (OLIVEIRA, 2020); e uma parcela significativa de docentes apresenta fragilidades acerca do letramento digital e formação em ensino a distância.

A conjuntura desenha as desigualdades brasileiras das formas mais escancaradas e exorbitantes: na contramão da crise econômica, estima-se que os mais ricos

passaram a ter ainda mais condições de acumulação, assim como estratégias mais eficazes de se defender da covid-19 (GRAGNANI, 2020).

Por fim, quando retomamos os elementos que compõem o “novo normal” e nos atemos à produção objetiva e histórica do conhecimento, acabamos por desvelar a falsidade que existe no termo, tendo em que vista que quando nos implicamos em uma análise profunda acerca do tema, observamos que o “novo normal” não apresenta nada de substancialmente novo. Muito pelo contrário:

Vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972. Essa mudança abissal está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. Embora a simultaneidade das dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, podem-se aduzir bases *a priori* em favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo. Mas essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas da acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova (HARVEY, 2009, p. 7).

O “novo normal” representa uma normalidade que já vem sendo construída a partir de diversos elementos que, lentamente, foram tomando forma na nossa vida objetiva, ainda que muitos membros da sociedade não tenham tomado consciência deles. Ele representa, portanto, uma normalidade que vem sendo edificada a partir de diversos elementos heterogêneos, diferentes entre si, mas que vinham se constituindo — ganhando espaço na normalidade — anteriormente ao cenário pandêmico. Cabe frisar que o momento atual foi significativo para iluminar os elementos que vinham sendo instaurados, o que nos proporciona uma margem maior de *compreensão*.

Dados os exemplos, podemos constatar que o termo parasitou o novo (a)normal da pandemia, forjando-se como novidade para se reafirmar em sociedade, o que fez com que esses elementos ganhassem inigualável força para se materializar no cotidiano social.

Cabe frisar, primordialmente, a diferenciação de duas categorias: a primeira, a pandemia, possui validade de ineditismo quando levamos em conta a geração que a vivencia, enquanto a segunda categoria, caracterizada pelo conjunto de elementos que se circunscrevem no “novo normal”, não dispõe de tal validade, ainda que se autorrefira como nova. Trata-se, portanto, de um velho travestido de novo; um velho exacerbado, só que datado no presente.

A celebração do “novo normal” a partir da pandemia de covid-19 se apresenta com uma aparência de valoração positiva porque escamoteia a sua essência de inten-

Enquanto institui novas formas de acumulação, a aparência do “novo normal” escamoteia a essência das relações predatórias do capital. O cenário da pandemia tende a acelerar ou agudizar práticas sociais que já estavam em curso. Com o adendo de que essa aceleração e reafirmação social ganham contornos de “legitimidade”

sificação da discriminação e da opressão do sistema capitalista de produção sobre os trabalhadores.

Enquanto o sentimento de gratidão aos profissionais de saúde leva as pessoas a bater palmas em suas janelas às 20h, o governo encaminha para o Congresso Nacional a PEC nº 37/2020, que retira de muitos desses profissionais a dignidade nas suas condições de trabalho.

Enquanto o auxílio emergencial teve o seu valor rebaixado de R\$ 600 para R\$ 300 no Brasil, o patrimônio dos bilionários aumentou cerca de R\$ 176 bilhões durante a pandemia, segundo os dados da ONG Oxfam (PATRIMÔNIO, 2020).

Pesquisas científicas realizadas durante a pandemia revelam que houve crescimento da violência contra as mulheres (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020), que os negros foram os mais impactados pelas consequências da doença (SANTOS, 2020), que aumentou o fosso da desigualdade econômica (DEMENECH, 2020), que os idosos foram mais vezes vítimas de agressões (MORAES et al., 2020), que os LGBTQs foram mais agredidos do que já o são normalmente (SOUPIN, 2020) e que, apesar do discurso dizer o contrário, apesar de todos estarmos submetidos à mesma pandemia, nem todos a temos vivenciado da mesma forma.

Enquanto institui novas formas de acumulação, a aparência do “novo normal” escamoteia a essência das relações predatórias do capital. O cenário da pandemia tende a acelerar ou agudizar práticas sociais que já estavam em curso. Com o adendo de que essa aceleração e reafirmação social ganham contornos de “legitimidade”.

Eis as controvérsias do supostamente novo, ou desse supostamente inexorável “novo normal”, por nós compreendido como condizente com uma outra formu-

lação: a do *novo anormal*, precário e excludente. Argumentamos, com Harvey (2009), não se tratar de algo novo, tampouco de efetivas transformações sociais, outrossim “transformações” de “aparência superficial”.

As formas de sociabilidade e subjetividade, porém, não são refêns das injunções do capital (SILVA, 2013). Há forças que se desviam da direção dos caminhos impingidos pelo fluxo dominante em curso. Tais forças são a exemplificação de que nada está efetivamente dado e que somos seres ativos na transformação social; somos produtos, mas também produtores do meio em que vivemos.

Portanto, cabe aos seres sociais validarem ou descartarem as tendências, o que nos coloca como protagonistas e responsáveis pelo processo em que a humanidade reage em detrimento do conjunto de façanhas materiais.

O processo econômico e as morfologias do trabalho atravessam a organização social e política vigente na sociedade e fazem emergir novas formas de sociabilidade. As subjetividades, nesse processo, podem ser capturadas pela norma (subjetividades refratadas), bem como podem afirmar sua potência e construir estranhamentos e caminhos de autonomia que quebrem o ciclo de submissão (subjetividades refratárias) na busca de edificar formas de vida social e politicamente qualificadas (SILVA, 2013).

Atuamos constantemente sob contradições. E são essas contradições que nos movem. Dentro da suposta normalidade, ou do cotidiano alienado, há sempre algo que escapa. Pois o instituído não elimina o instituinte e as potencialidades do ser social (LOURAU, 2014).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos contextualizar o termo “novo normal” com base nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico e discutimos o papel da ciência nas ações de desvelar expressões que não condizem com a vida objetiva. O percurso nos permitiu concluir que o termo não expressa contornos efetivamente novos para a realidade social, mas sim que atua como um dispositivo de reafirmação de elementos passados que já emergiam e se materializavam no cotidiano e práticas sociais.

Consideramos que “novo normal” é uma expressão que pode estar em conformidade com o discurso heterônomo do campo educacional ao tratar as circunstâncias como inexoráveis e as tendências como certas. Ao universalizá-la nos meios sociais, fica mais fácil implementar meios drásticos de flexibilização nos modos operatórios da educação e, conseqüentemente, fazer novas vítimas ou até mesmo ampliar precarizações e desigualdades que já se encontravam presentes na educação e no mundo do trabalho.

Desse modo, se naturaliza o social precário e excludente, que atinge sobremaneira os vulneráveis, mulheres, LGBTQs, negros e periféricos, de forma ainda mais intensa, e com relativas reconfigurações das formas imediatamente pretéritas.

No mais, reiteramos a necessidade do olhar no presente, bem como da responsabilidade de construção de uma sociedade e formas de sociabilidade qualificadas, diametralmente opostas às engendradas pelo “novo normal”.

Alertamos, portanto, que a assunção e naturalização do termo podem reverberar negativamente nas formas de trabalho, na vida cotidiana, ética, moral e na educação, assim como atingir em cheio as formas de subjetivação.

Eis portanto a relevância de desvelá-la, no sentido de fortalecer o polo humanizador e transformador das contradições sociais, em sua contraposição ao polo reificador, conformado e adaptado.

*Psicóloga formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestranda (bolsista Capes) no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), linha de pesquisa “Estado, política e formação humana”. Integrante da Rede Universitas/Br-CNPq. Membro do Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade (NETSS-Unicamp).

** Professor associado III do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), linha de pesquisa “Estado, política e formação humana”. Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutor em Educação pela Unicamp, linha “Política e sistemas educativos”. Pós-doutor pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Membro dos grupos de pesquisa Trabalho Docente na Educação Superior (Uerj) e Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade (Unicamp). Participa da pesquisa «Observatório da Educação: a expansão da educação superior. Coordenador do Núcleo Nordeste Paulista da Associação Brasileira de Psicologia Social. Coordenador da linha de pesquisa «Estado, Política e Formação Humana» do PPGE UFSCar. Membro do GT Clínica e Psicodinâmica do Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa em Psicologia (Anpepp).

*** Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Uerj. Membro da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Graduada em Psicologia e mestre em Administração pela UFF. Professora do Departamento de Psicologia da UFF, *campus* Niterói.

► Texto recebido em outubro de 2020; aprovado em outubro de 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Ed. Unicamp, 1995.

_____. Da educação utilitária fordista à da multifuncionalidade liofilizada. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis et. al. (Org.). **Das crises do capital às crises da educação superior no Brasil**: novos e renovados desafios em perspectiva. Uberlândia: Navegando, 2019, p. 5-18.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**, v. 50, n. 4, p. 5-29, fev. 2014.

CAMPOS, Stela; BIGARELLI, Barbara. Empresas já adotam o home office definitivo. **Valor Econômico**, São Paulo, 8 jun. 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/impresso/noticia/2020/06/08/empresas-ja-adotam-o-home-office-definitivo.ghtml>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

CASATTI, Denise. Ensino remoto na pandemia pode transformar a educação. **Jornal da USP**, Ribeirão Preto, 26 maio 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/ensino-remoto-na-pandemia-pode-transformar-educacao>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CUCOLO, Eduardo. Home office é viável para quase 25% dos trabalhadores no Brasil, estima Ipea. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 jun. 2020. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/home-office-e-viavel-para-quase-25-dos-trabalhadores-no-brasil-estima-ipea.shtml?origin=folha>. Acesso em: 15 jul. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. DEMENECH, Lauro Miranda et al. Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por covid-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 23, out. 2020. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100209>. Acesso em: 6 out. 2020.

DUTRA, Francisco. Seis em cada 10 servidores do GDF em teletrabalho se queixam de sobrecarga. **Metrópoles**, Brasília, 11 ago. 2020. Disponível em: <www.metrosoles.com/distrito-federal/seis-em-cada-10-servidores-do-gdf-em-teletrabalho-se-queixam-de-sobrecarga?fbclid=IwAR3OmV7XR3gQ-5CDR_uQirHI73osh4KGKDKgGfQ5f1hWZfq6CPpy-VLfcv1E>. Acesso em: 1 jul. 2020.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2017.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

GRAGNANI, Juliana. Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo?. **BBC News Brasil**, 12 jul. 2020. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em: 20 jul. 2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LOURAU, René. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUKÁCS, György. **Estética 1**: la peculiaridad de lo estético. Barcelona: Grijalbo, 1966. v. 1.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **O Capital**. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos de economia y filosofia**. 11. ed. Madri: Editorial Alianza, 1985.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILL, Daniel. Educação a distância: cenários, dilemas e perspectivas. **Revista de Educação Pública**, v. 25, n. 59/2, p. 432-454, maio-ago. 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/3821>. Acesso em: 1 set. 2020.

MORAES, Claudia Leite; et al. Violência contra idosos durante a pandemia de covid-19 no Brasil: contribuições para seu enfrentamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25 (supl. 2), p. 4.177-4.184, jul. 2020. Disponível em: www.scielo.br/pdf/csc/v25s2/1413-8123-csc-25-s2-4177.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFEES/ABEPSS, 2009.

NUZZI, Vitor. Teletrabalho se consolida em gangorra emocional trazida pela pandemia. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 2 ago. 2020. Disponível em: www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2020/08/teletrabalho-gangorra-emocional-pandemia/?fbclid=IwAR3fgDDKcNpKryAZc7KNMUjJFoX2Vva-Z8Llyueih0jMbBRXuulQ1a5kVloo. Acesso em: 2 ago. 2020.

OLIVEIRA, Élda. Quase 40% dos alunos de escolas públicas não têm computador ou tablet em casa, aponta estudo. **G1**, São Paulo, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/09/quase-40percent-dos-alunos-de-escolas-publicas-nao-tem-computador-ou-tablet-em-casa-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 9 jul. 2020.

RAMOS, Géssica Priscila. Racionalidade e gerencialismo na política educacional paulista de 1995 a 2014: muito além das conjunturas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 92, p. 546-578, jul.-set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440362016000300546&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 ago. 2020.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos; et al. População negra e covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, maio-ago. 2020. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200225. Acesso em: 20 set. 2020.

SILVA, Eduardo Pinto e. Subjetividade e sociabilidade: reflexões sobre o trabalho e saúde do professor universitário sob uma perspectiva freudo-marxista. **Advir**, v. 30, p. 19-31, 2013.

_____. Trabalho e subjetividade na universidade: por uma visão global e multifacetada dos processos de sofrimento e adoecimento. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 1, 2020. Acesso em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7444033>. Disponível em: 20 ago. 2020.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis et al. (Org.). **Das crises do capital às crises da educação superior no Brasil: novos e renovados desafios em perspectiva**. Uberlândia: Navegando, 2019.

Sguissardi, Valdemar; Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Editora Xamã, 2009.

SOUPIIN, Elisa. Pandemia de LGBTfobia. **Universa**, São Paulo, 17 maio 2020. Disponível em: www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/pandemia-de-lgbtfobia/#cover. Acesso em: 30 set. 2020.

PATRIMÔNIO dos super-ricos brasileiros cresce US\$ 34 bilhões durante a pandemia, diz Oxfam. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/27/patrimonio-dos-super-ricos-brasileiros-cresce-us-34-bilhoes-durante-a-pandemia-diz-oxfam.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2020.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbepid/v23/1980-5497-rbepid-23-e200033.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

O “novo normal” da covid-19 - Quando o emergencial se transforma em política educacional

The “new normal” of covid-19
- When the emergency becomes
educational policy

Juliana Argollo*
Nívea Vieira**

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.011>

Sérgio Lima/Poder360



Escola pública fechada em Brasília depois de decreto do governador

RESUMO

Este artigo analisa os impactos da pandemia da covid-19 sobre a escola pública brasileira. Partimos do entendimento de que essa tragédia humanitária está inserida no quadro de crise orgânica do capitalismo que vem destruindo paulatinamente as políticas sociais, deteriorando as condições de vida da classe trabalhadora e devastando o mundo natural. O objetivo deste estudo é analisar como o poder público tem se posicionado diante do fechamento, necessário, das escolas, e como a estratégia do ensino remoto se transformou em senso comum e foi incorporada por agências do Estado e organizações da sociedade civil. Foram utilizados como fontes de referência neste artigo os pareceres e as notas emitidas pelos organismos internacionais — Grupo Banco Mundial, OCDE, Unicef e Unesco —, além dos estudos do Movimento Todos pela Educação e do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb) sobre a situação das escolas durante a pandemia. O arcabouço teórico metodológico desenvolvido pelo marxista italiano Antonio Gramsci ajudou a problematizar a atuação de frações empresariais no âmbito da formulação do “ensino remoto” enquanto estratégia de manutenção das aulas durante o isolamento social e na defesa de um plano de retorno às aulas, ainda que a vacina não tenha sido criada. Concluiu-se que tanto o projeto de ensino remoto quanto o plano de retorno às aulas compõem um conjunto de estratégias promovidas pelas frações dominantes que visam recompor-se da crise orgânica do capitalismo e ao mesmo tempo aprofundar a ofensiva do capital sobre a educação pública no país.

Palavras-chave: Pandemia. Mercantilização. Política educacional.

ABSTRACT

This article analyzes the impacts of the covid-19 pandemic on the Brazilian public school. We start from the understanding that this humanitarian tragedy is part of the framework of the organic crisis of capitalism that has been gradually destroying social policies, deteriorating the living conditions of the working class and devastating the natural world. The aim of this study is to analyze how the government has positioned itself in the face of the necessary closure of schools and how the strategy of remote education has become common sense and has been incorporated by state agencies and civil society organizations. As sources of reference in this article, the opinions and notes issued by international organizations — The World Bank, OECD, Unicef and Unesco — were used, in addition to the studies of the All for Education Movement and the Innovation Center for Brazilian Education (Cieb), on the situation of schools during the pandemic. The theoretical methodological framework developed by the Italian Marxist Antonio Gramsci helped to problematize the performance of business fractions within the scope of the formulation of “remote teaching” as a strategy for maintaining classes during social isolation and in the defense of a return to school plan, even though the vaccine has not been created. It was concluded that both the remote education project and the plan to return to classes are part of a set of strategies promoted by the dominant fractions that aim to recover from the organic crisis of capitalism and at the same time deepen the capital offensive on public education in the country.

Keywords: Pandemic. Commercialization. Educational politics.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de analisar os efeitos da pandemia causada pela covid-19 no âmbito da reconfiguração do ensino nas instituições escolares de todo o país, destacando as consequências deletérias da adesão ao ensino remoto pelos sistemas e redes públicos e privados. Em específico, analisa as correlações de forças no interior da sociedade civil e da sociedade política, evidenciando as decisões do governo ante a necessidade imperiosa de isolamento social e, portanto, de fechamento das escolas.

Para compreender essa conjuntura política no âmbito da democratização, ou não, da educação pública, foi utilizado como metodologia o levantamento de documentação que comprova a articulação entre as decisões do Conselho Nacional de Educação (CNE) e as “orientações” dos organismos internacionais e aparelhos da sociedade civil brasileira que por décadas atuam no projeto de “reforma” da educação e na consolidação da modalidade de ensino a distância nas redes de ensino. Em tempos de crise, as orientações do CNE foram repaginadas, de modo a ampliar a penetração dos empresários na política educacional e a precarizar ainda mais as condições de trabalho dos profissionais da área.

A fim de esclarecer como as políticas públicas estão sendo construídas e executadas na atual conjuntura, será abordado a seguir um breve debate sobre a natureza de poder em nossa formação social contemporânea que ajudará na compreensão da atuação das frações da classe dirigente para imprimir seus interesses particulares na sociedade civil e no interior da sociedade política, travestindo sua visão de mundo em demandas aparentemente universais.

2. O ESTADO AMPLIADO BRASILEIRO E A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA NA PANDEMIA

Agências do Estado e aparelhos privados de hegemonia, que atuam como porta-vozes dos empresários no Brasil, vêm atuando sistematicamente na construção do consenso de que a pandemia é uma tragédia de ordem natural e estaria criando oportunidades para a invenção de uma nova forma de viver, de trabalhar e de se relacionar. Diferentemente desse pensamento, entendemos a pandemia da covid-19 como parte constitutiva de um modo de produção deletério que agudizou o histórico desmonte dos serviços públicos, a destruição do mundo natural, o aumento sem precedente da exploração da classe trabalhadora e o extermínio em massa das populações indígenas, quilombolas, negras e periféricas.

1 As categorias Estado ampliado e aparelho privado de hegemonia compõem o arcabouço teórico desenvolvido pelo marxista italiano Antonio Gramsci visando entender as relações de poder no capitalismo moderno. De acordo com o intelectual, as frações que dirigem o Estado moderno precisam educar amplas massas populares por meio de uma pedagogia que legitime essa dominação. Essa pedagogia é desenvolvida por organizações, ou aparelhos, criados com a finalidade de organizar o consenso e transformar interesses particulares em universais. Dentre as organizações que cumprem esse papel, o autor destaca as escolas, as igrejas, os meios de comunicação, os partidos e outras organizações articuladas à classe dominante. Cf. GRAMSCI, 1999.

Em recente *live* organizada pela TV Boitempo no YouTube, o professor e pesquisador Ricardo Antunes, referência no campo da sociologia do trabalho, citou dados que revelam a trágica situação dos trabalhadores às vésperas da pandemia. Como nos informa o sociólogo, em fevereiro de 2020 tínhamos 40 milhões de homens e mulheres brasileiros na informalidade e 13 milhões compondo a massa de desempregados. Ou seja, antes mesmo de a tragédia globalizada afetar o Brasil, já vivíamos este quadro caótico de depreciação de nossa força de trabalho.

O pesquisador compreende a pandemia da covid-19 como o resultado de um tripé destrutivo que combina capital financeiro, neoliberalismo primitivo e revolução técnica e científica informacional. Longe de trazer melhoras para a vida da humanidade, essa “revolução” tecnológica serve para expandir os lucros dos donos do capital e provocar uma transformação brutal no mundo do trabalho, tornando todos os trabalhadores meros prestadores de serviço (ANTUNES; SOUZA, 2020).

Nesse contexto, um novo conjunto de ideias começou a ser difundido por diferentes organizações sociais, auxiliando as frações dominantes a “naturalizar” a visão de que estamos diante de um “novo normal” e de uma nova cultura do trabalho, que supostamente alia o aumento da produtividade com a diminuição do tempo de trabalho.

Aproveitando-se da fragilidade dos trabalhadores e do enfraquecimento dos movimentos sociais dos subalternos no período da pandemia, o Estado ampliado brasileiro, formado por agências do Estado restrito e agências da sociedade civil, vem construindo uma nova pedagogia da hegemonia substanciada na ideia de que o “Brasil não pode parar” e na defesa de que a saída deste estado de agonia está na filantropia empresarial e no trabalho voluntário. Para entender a naturalização deste estado de barbárie, este estudo recorreu ao arcabouço teórico do pensador marxista italiano Antonio Gramsci, que nos brinda com uma importante reflexão sobre a ossatura do Estado nas sociedades modernas (GRAMSCI, 1999).

As políticas públicas não são impostas ao país por organismos multilaterais sem mediação, tampouco foram implementadas por um Estado burocrático, independente e sobreposto aos interesses de uma sociedade civil frágil e impotente. O Estado, em sua condição moderna, não é nem “sujeito” que opera acima dos conflitos que caracterizam a sociedade nem se reduz a mero instrumento de uma classe social. O Estado se define na correlação de forças estabelecida socialmente entre as classes sociais e as frações de classe (POULANTZAS, 1980).

Em uma conjuntura democrática, o Estado, mesmo no capitalismo dependente, inclui tanto as agências estatais (ministérios, secretarias, conselhos, câmaras), organizadas na sociedade política, quanto a sociedade civil, dimensão em que as classes sociais difundem seus aparelhos privados de hegemonia (COUTINHO, 2011). Estes últimos são responsáveis pela construção da hegemonia, no sentido de garantir a dominação pelo consenso e pela conquista da adesão.

O Estado ampliado, segundo Mendonça (2010), mais do que uma categoria ou um conceito que rompe com a falsa dualidade entre Estado e sociedade, fornece

uma importante chave metodológica para investigação. Compreende-se que as políticas públicas produzidas no interior do Estado resultam, portanto, da correlação de forças entre as frações de classe em permanente disputa e produção de consensos provisórios, tanto no interior da sociedade civil quanto nas agências da sociedade política onde buscam dirigir, de forma privada, a execução do fundo público. As políticas públicas, incluindo aquelas direcionadas à educação, resultam de disputas constitutivas da sociedade civil que se estendem ao interior da sociedade política e que, por sua vez, segundo Poulantzas (1980), podem reforçar posições conquistadas na luta política.

Compreendemos a sociedade civil como um espaço de permanente disputa pela hegemonia. Nesse sentido, o conceito de hegemonia serve de instrumento para pensar como as frações que detêm o poder conseguem manter o domínio, sem impedir de forma direta e imediata as manifestações dos grupos contrários aos seus interesses. Na luta pela conquista da hegemonia, típica da sociedade moderna, uma das táticas de neutralização das forças opositoras se traduz na busca incessante da adesão dos intelectuais orgânicos (individuais e coletivos) da classe trabalhadora para seu projeto global de construção da trama social.

A atual fase da crise orgânica do capital, sobressaltada pela pandemia do novo coronavírus, tornou mais evidentes as contradições entre capital e trabalho. Diante dessa crise a burguesia viu-se na necessidade de repensar a sua estratégia de dominação. Sob o argumento de evitar o colapso econômico, o bloco no poder civil tem elaborado um conjunto de ações que envolvem a construção de um arcabouço ideológico que ajuda a forçar a incorporação das novas tecnologias às ocupações laborais e a reabertura precoce das atividades econômicas. Como nos lembra Gianni Fresu:

O capitalismo não existe por causa da objetividade implacável de suas leis, assim como jamais será superado única e exclusivamente por causa de suas contradições internas. Esse modo social de produção sobrevive à sucessão de suas crises devastadoras não pela inegável eficiência econômica de seus equilíbrios, mas porque os homens o mantêm vivo mesmo através de terapias intensivas e, se necessário, por meio de involuções autoritárias (a era do fascismo). Isso porque o capitalismo (além da dominação) não é apenas economia, é também política, filosofia, relações hegemônicas, ou seja, um formidável arsenal capaz de transfigurar a realidade (dando a aparência de universalidade a certos interesses particulares) a ponto de tornarem-se a miséria e a exploração “consensualmente” aceitas pelo miserável e pelo explorado (FRESU, 2020).

A escola pública, instituição fundamental para a transformação da visão de mundo das frações dominantes em senso comum, há décadas se tornou alvo prioritário da ofensiva do capital. Com a situação de pandemia, as organizações empresariais

A ideologia do “novo normal” chegou à educação brasileira a partir das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o fechamento das escolas. Nesse ínterim, duas estratégias começaram a ser reproduzidas por aparelhos midiáticos, agências do Estado restrito e movimentos que se colocaram como porta-vozes da educação brasileira: a adoção do ensino remoto e a reabertura das escolas

nacionais e internacionais ampliaram seus esforços para aprofundar a mercantilização da educação e neutralizar um projeto verdadeiramente transformador.

A ideologia do “novo normal” chegou à educação brasileira a partir das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o fechamento das escolas. Nesse ínterim, duas estratégias começaram a ser reproduzidas por aparelhos midiáticos, agências do Estado restrito e movimentos que se colocaram como porta-vozes da educação brasileira: a adoção do ensino remoto e a reabertura das escolas.

Essas “soluções”, supostamente construídas para amenizar os efeitos da pandemia sobre os estudantes, foram inspiradas nas orientações dos organismos internacionais que historicamente dirigem a política educacional nos países capitalistas periféricos. Com auxílio de organizações nacionais, essas orientações penetram no senso comum, transformam as desigualdades sociais em um fenômeno natural e vêm garantindo um ambiente relativamente tranquilo para a expansão dos lucros dos empresários.

3. AS ORIENTAÇÕES DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS PARA MITIGAÇÃO DA CRISE DA COVID-19

Quando a OMS recomendou o isolamento social como principal estratégia para o controle da contaminação pelo novo coronavírus, organismos internacionais ligados ao grande capital formularam estudos e guias difundindo orientações padronizadas para secretarias de educação dos países que compõem a periferia do capitalismo. Antes de apresentar o conjunto de estratégias que mitigariam os efeitos da

pandemia, os documentos supracitados apresentaram diagnósticos sobre a situação desoladora dos estudantes “vulneráveis” no período pandêmico. De modo geral, as orientações destacaram: a interrupção da aprendizagem, problemas com a nutrição e a proteção das crianças e jovens, falta de preparo dos pais para a educação das crianças em casa, falta de acesso à tecnologia e à conexão de internet, lacuna com o cuidado das crianças, altos custos econômicos, aumento das taxas de evasão escolar e aumento das desigualdades educacionais.

Na esteira do fechamento das escolas, a virtualização do ensino foi identificada como solução para “evitar a interrupção da educação”. No entanto, diante da constatação da falta de uma democracia digital nos países de capitalismo dependente², fruto da brutal desigualdade social, a saída apontada pelos principais difusores da pedagogia da hegemonia foi a adoção de uma versão piorada da modalidade de ensino a distância (EaD) que ficou conhecida como ensino remoto, ou ensino híbrido.

O grupo Banco Mundial (BM)³ foi um dos pioneiros nesse debate. Em 25 de março de 2020 essa instituição publicou uma nota com orientações preliminares para “mitigar” os efeitos da crise de covid-19 sobre a escola pública e em especial sobre os alunos “vulneráveis”. A nota de quatro páginas, intitulada “Políticas educacionais na pandemia da covid-19: o que o Brasil pode aprender com o resto do mundo?”, anunciou a necessidade de repensar o retorno às atividades presenciais, mesmo em um cenário em que a vacina não tivesse sido criada.

De acordo com o grupo, o fechamento da escola poderia significar interrupção do processo de aprendizagem, principalmente para crianças com alta vulnerabilidade, inclusive causando o aumento da fome, tendo em vista a realidade de muitas famílias que contam com a merenda escolar para suprir a carência de recursos.

A recomendação apontava como solução provisória para essa situação a adoção da modalidade educação a distância para o ensino fundamental e para o ensino médio. No entanto, reconhecendo a falta de acesso dos estudantes às ferramentas digitais, o grupo recomendou uma espécie de hibridismo que mesclava tecnologia e uso de materiais pedagógicos não digitais. A entidade afirmou nesse documento que o apoio efetivo aos docentes seria crucial na transição para o ambiente de EaD, sendo necessária a formação continuada e o uso de instrumentos de monitoramento das atividades realizadas pelos alunos. O estudo também demarcou a necessidade de os

2 A categoria de “capitalismo dependente” aqui utilizada tem por referência os estudos desenvolvidos por Florestan Fernandes sobre a natureza singular da “revolução burguesa” no Brasil. Segundo o autor, uma das especificidades dos países de capitalismo dependente é o processo de acumulação dual do capital, o que leva à sobre-exploração da classe trabalhadora pelas elites dirigentes locais, estas últimas associadas às frações dirigentes das nações centrais do sistema capitalista (FERNANDES, 2020).

3 O Banco Mundial foi criado após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, com o objetivo inicial de reconstituir as economias dos países que sofreram os impactos da guerra. Posteriormente, o banco passou a dirigir a política econômica dos países da periferia do capitalismo e garantiu o alinhamento destes ao bloco capitalista. A partir da década de 1990, com o fim do bloco soviético e a crise orgânica do capital, o organismo reconheceu a educação como campo estratégico para recomposição da dominação burguesa. Desde então, o Banco Mundial e outros organismos internacionais portadores da visão de mundo dominante vêm formulando as diretrizes para “reformular” a educação dentro de parâmetros do projeto societário neoliberal.

gestores considerarem formas de habilitar a conectividade e o acesso a dispositivos já disponíveis nos domicílios ou nas escolas, como celulares, computadores e *tablets*.

Com essa nota, o BM abriu um cardápio de oportunidades para os empresários interessados em adensar sua penetração nas redes públicas de ensino brasileiras. Além da contratação das grandes plataformas digitais para promover o ensino virtual, a adaptação da modalidade de ensino a distância proposta pelo banco garantiu às frações empresariais locais que não atuam diretamente no mercado das novas tecnologias a possibilidade de ampliar a venda de *kits* pedagógicos e de cursos para formação de gestores e docentes.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)⁴ também organizou pesquisas e materiais para educar os gestores públicos na tomada de decisões no contexto da pandemia. A organização também produziu uma pesquisa sobre a situação escolar em mais de 90 países, incluindo o Brasil, com o título “Um roteiro para guiar a resposta educacional à pandemia da covid-19 de 2020”. Esse material pedagógico foi redigido pelo professor Fernando Reimers, diretor da Iniciativa Global pela Inovação da Educação da Universidade Harvard, e pelo estatístico alemão Andreas Schleicher. Nesse manual, esses pesquisadores pontuaram algumas questões gerais definidas por outros organismos multilaterais, como: 1) criação de um comitê responsável para definir respostas à pandemia, composto por educadores, gestores e representantes das áreas tecnológicas; 2) definição de princípios que norteariam as estratégias; 3) implementação de um mecanismo de comunicação contínua com a área de saúde; 4) identificação dos meios de oferta das atividades remotas para os estudantes; 5) busca de canais alternativos para que os estudantes tenham acesso às atividades remotas; 6) busca de mecanismos de apoio a professores e familiares (OCDE, 2020).

Como se pode perceber na primeira fase da pandemia no Brasil, a OCDE também defendeu a adoção de estratégias *on-line* para mitigar os efeitos do fechamento das escolas sobre os estudantes. Por meio desse guia, mais robusto que a nota emitida pelo Banco Mundial, a entidade também sugeriu a flexibilização dos dias letivos e dos fundos e regulamentos e a reorientação das metas curriculares. Destacando, igualmente, a ideia de que a pandemia geraria a “oportunidade” de estreitar a relação entre escola e família, e a de ampliar o quadro docente com a incorporação dos responsáveis ao corpo de funcionários após a superação da crise.

A parceria entre entidades públicas e privadas para o fomento do ensino *on-line* também foi incluída. Assim, como na orientação do Banco Mundial, a OCDE defendeu a introdução de tecnologias e outras soluções inovadoras, bem como um aumento na autonomia dos estudantes para gerenciar seu próprio aprendizado.

4 A OCDE foi criada em 1948 e reestruturada, em 1961, com o objetivo declarado de fomentar o comércio mundial. Assim como o Banco Mundial, a OCDE vem promovendo a cultura de que a educação precisa atuar de forma cooperativa com os interesses do grande capital. A OCDE é responsável pelo Programme for International Student Assessment (PISA), um sistema trienal de avaliação padronizada para estudantes na faixa dos 15 anos que em 2018 abrangeu 600 mil estudantes de 79 países.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)⁵ também compõe o complexo pedagógico internacional responsável pela formulação e difusão da “nova” pedagogia da hegemonia criada na pandemia. Em ação complementar às recomendações do Banco Mundial e da OCDE, o Unicef publicou em 27 de agosto de 2020 um estudo que objetivou apontar os limites e as possibilidades da adesão à modalidade de aprendizagem remota.

Esse estudo foi sistematizado através da chamada “Covid-19: pelo menos um terço das crianças em idade escolar não consegue acessar o ensino a distância durante o fechamento das escolas”, na qual o Unicef explicita seu posicionamento em relação à elaboração de um plano de retorno às salas de aula, estabelecendo um conjunto de ditas “soluções” cabíveis para minimizar esse quadro de desigualdade e de exclusão digital acentuado pelas medidas de contenção da covid-19.

Conforme verificado em relatório elaborado pelo Unicef, “para pelo menos 463 milhões de crianças cujas escolas fecharam devido à covid-19, não existiu a aprendizagem remota” (COVID-19..., 2020). De acordo com o mesmo estudo, “no auge dos bloqueios nacionais e locais, quase 1,5 bilhão de crianças em idade escolar foram afetadas pelo fechamento de escolas” devido à não generalização da aprendizagem remota. Inclusive, “mesmo quando as crianças têm a tecnologia e as ferramentas em casa, elas podem não ser capazes de aprender remotamente por meio dessas plataformas devido a outros fatores”.

Nessa linha argumentativa sistematizada pelo Unicef, para minimizar os danos nos processos de ensino-aprendizagem das crianças seria necessário que os governos promovessem “a abertura segura das escolas” e, concomitantemente, canalizassem os investimentos públicos e privados para financiar a inclusão digital. Para o Unicef, ao articular essas medidas os países conseguiriam garantir o direito à aprendizagem, ao “alcançar todas as crianças com aprendizagem remota” (COVID-19..., 2020).

Com base nesse diagnóstico, ratifica-se a “orientação” do Banco Mundial segundo a qual as horas de ensino não presenciais devem ser compensadas por intermédio da adesão dos sistemas de ensino a essa “modalidade de aprendizagem”, dando-se aos processos pedagógicos, após a reabertura das escolas, uma aparência de continuidade. E para localidades onde o fechamento das escolas se estendesse por um longo período e a reabertura não fosse possível ou se interrompesse, a única saída traçada seria a expansão do acesso à aprendizagem a distância como forma de “resistir a crises futuras” (COVID-19..., 2020).

Como exposto, a alternativa anunciada pelo Unicef e incorporada pelas frações dirigentes locais, como o caso dos atos normativos do Conselho Nacional de Educação, também aposta na expansão da virtualização do ensino em todos os níveis da educação básica (no sentido de uma aprendizagem compensatória), especialmente

5 O Unicef é um órgão das Nações Unidas criado em 1946 com o objetivo declarado de funcionar como fundo emergencial para ajudar as crianças vítimas de situação de guerra. Com o tempo, a entidade voltou-se para ações dirigidas à mitigação dos efeitos do capitalismo sobre as crianças das frações subalternas no mundo, em especial na periferia do capitalismo.

Essa medida que se quer emergencial é estrategicamente construída com o objetivo de garantir o direito à aprendizagem para “todas” as crianças e estudantes; porém, encobre um discurso que secundariza a centralidade da mediação entre professor e aluno em um contexto, excepcional, de crise sanitária causada pela propagação letal da covid-19 em escala global

para os grupos mais vulneráveis. Isso a despeito das contradições e das desigualdades intensificadas com a adesão ao ensino remoto, inclusive por parte daqueles que têm acesso à tecnologia e aos insumos digitais, como constatado em estudos do próprio Unicef.

Essa medida que se quer emergencial é estrategicamente construída com o objetivo de garantir o direito à aprendizagem para “todas” as crianças e estudantes; porém, encobre um discurso que secundariza a centralidade da mediação entre professor e aluno em um contexto, excepcional, de crise sanitária causada pela propagação letal da covid-19 em escala global. E, tacitamente, também faz a apologia das supostas virtualidades das plataformas digitais e das metodologias de gestão, cujo objetivo é garantir os resultados de aprendizagem nos sistemas nacionais de ensino mediante o “monitoramento em tempo real dos resultados da educação, incluindo avaliações de aprendizagem formativa”.

Pensando na possibilidade de “crises futuras” em relação ao fechamento parcial e contínuo das escolas, o Unicef elaborara um “chamado para a ação” que incita os governos a intensificarem a “contrarreforma”⁶ nos sistemas educacionais. A

6 Com base no desenvolvimento teórico de Antonio Gramsci sobre os processos de revolução e restauração intrínsecos aos dinamismos da ordem capitalista e burguesa, Coutinho (2008) caracteriza o processo de “contrarreforma” como o momento em que as elites dominantes forjam novas mediações nas relações político-econômicas de dominação como estratégia para a manutenção dos elementos da velha ordem. No entanto, o autor destaca que nesses momentos de “restauração” os setores hegemônicos “buscam apresentar-se também como reformadores, não se definindo como um movimento restaurador”. No setor educacional compreendemos que o processo de contrarreforma se iniciou na década de 1990, especialmente com as políticas elaboradas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, quando esse ex-presidente contextualizou a agenda educacional elaborada pelos organismos educacionais, acordado com a proposta de avaliações externas, de racionalidade financeira e de focalização da política educacional, entre outras medidas.

proposta dessa campanha é combinar o modelo híbrido do ensino presencial com a modalidade remota antes e depois da pandemia.

Na concepção do Unicef, uma das virtualidades dessa combinação é “aumentar as opções para entrega de aprendizagem remota e facilitar respostas mais rápidas ao fechamento de escolas”, uma vez que essa medida, que se quer preventiva e emergencial, tem o benefício de forjar uma “oportunidade sem precedentes de alcançar crianças e jovens fora da escola”.

Todavia, dois são os fatores imprescindíveis para dinamizar a eficiência das plataformas de aprendizagem remota. O primeiro deles diz respeito à necessidade de robustos investimentos em infraestrutura para modernizar os métodos de entrega dos resultados educacionais, e o segundo, à ausência de conhecimento técnico-operativo por parte dos professores e gestores para “gerenciar com eficácia as salas de aula virtuais”.

Ao plano de retorno proposto pelos organismos internacionais subjaz uma agenda de “contrarreforma” nos sistemas nacionais de ensino cujo objetivo é dinamizar o controle e o monitoramento dos processos de ensino-aprendizagem. Por esse motivo é fundamental transferir a centralidade da relação dialógica e pedagógica entre professor e aluno para as tecnologias de informação e canalizar uma significativa parcela do fundo público para investimentos em infraestrutura, sob um discurso que propõe “eliminar” a exclusão digital e garantir os resultados de aprendizagem por meio do desenvolvimento da equidade educacional.

Como estratégia de construção de consenso em torno das principais diretrizes dessa “contrarreforma”, o Banco Mundial, a Unesco e o Unicef criaram a Coalizão Global de Educação, para apoiar os governos no fortalecimento do ensino a distância e para facilitar o planejamento para a reabertura das escolas. A orientação dessas organizações multilaterais é realizar uma abertura escalonada e concentrar os programas educacionais em processos de “recuperação para compensar o tempo perdido de aprendizagem”, ao fortalecer as práticas de ensino a distância combinadas com as presenciais.

Como assinalado em documento (Unicef, 2020b), é necessário “implementar programas de recuperação em larga escala [...] com foco na alfabetização e no numeramento para crianças em idade da educação primária”; incluir modelos de educação acelerada de modo paralelo aos sistemas de ensino “para integrar crianças anteriormente fora da escola”; e “estabelecer ou atualizar padrões de equivalência e reconhecimento oficial para caminhos alternativos de aprendizagem”.

Sobre esse aspecto enfatiza-se que é primordial desenvolver nos professores habilidades que os capacitem a trabalhar com as demandas comportamentais, cognitivas e subjetivas das crianças e dos adolescentes. Para tanto, os organismos internacionais recomendam a execução de programas de formação continuada que estejam voltados para as necessidades básicas socioemocionais, ou seja, de “atenção psicossocial (Smaps) dos estudantes”. E, conforme especificado, o financiamento e o apoio

aos sistemas e às instituições de ensino deverão ser bem articulados com uma política de “capacitação e treinamento dos professores em ensino a distância” para que eles saibam operar as plataformas móveis.

A aparente alternativa criada para amenizar os danos aos estudantes logo se revelou uma estratégia do grande capital para inventar um mundo pós-pandêmico com um quadro de privatização dos serviços, exploração e restrição de direitos trabalhistas muito mais intenso. Como demonstram recentes pesquisas, a pandemia abriu a porteira da educação pública para as grandes empresas de tecnologia informacional e para as empresas que há muito disputam a política educacional.

As orientações desses e de outros organismos internacionais formuladores da pedagogia da hegemonia precisaram ser mediadas por organizações nacionais que são responsáveis pela educação da sociedade conforme essa concepção de mundo e capazes de transformá-la em verdades históricas universais. No Brasil, inúmeras organizações cumprem o papel de ajudar a cimentar a ideologia dominante em nossa sociedade.

4. A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EMPRESARIAIS BRASILEIROS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Os aparelhos empresariais, construtores da hegemonia no Brasil, vêm traduzindo as orientações dos organismos multilaterais, mediando conflitos intraclasses e adaptando aquelas diretrizes à realidade brasileira. Neste período da pandemia, grandes frentes foram organizadas por movimentos sociais empresariais para ampliar o controle do capital sobre a escola pública e sobre seus trabalhadores e estudantes. O movimento Todos pela Educação (TPE), o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb) e a Plataforma Negócios pelo Futuro são os conglomerados que representam as empresas do mercado informacional e que estão protagonizando esse processo. Em razão dos limites deste artigo, serão analisadas nesta seção apenas as frentes que representam as frações empresariais que estão no bloco que dirige a política educacional há mais tempo.

O movimento social empresarial TPE, fundado em 2006, é uma coalizão que reúne organizações empresariais representantes de diversas frações da classe dominante. Há décadas essas frações investem em aparelhos voltados para a intervenção na política educacional. Dentre as agências que estão reunidas nesse movimento, destacam-se: Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Fundação Vale, Gol, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Instituto Península, Instituto MRV e família Kishimoto, dentre outros. Entre os apoiadores, destacam-se: Burger King, Editora Moderna, Fundação Educar DPaschoal, Fundação Roberto Marinho etc.

Cumprindo seu papel de dirigente da política educacional brasileira, esse movimento foi um dos primeiros a se manifestar como porta-voz da escola pública e levan-

tar a bandeira do ensino remoto neste contexto de pandemia. Logo após a publicação da supracitada nota do Banco Mundial, o programa Roda Viva, da TV Cultura, recebeu a presidente do TPE, Priscila Cruz, em 13 de abril de 2020. Assim como a nota do Banco Mundial, a intelectual reconheceu a falta de infraestrutura para implantação da EaD, a questão candente dos excluídos digitais, a falta de familiaridade dos professores com a tecnologia etc., insistindo que o problema do Brasil não seria a concentração de renda e sim as “desigualdades de oportunidades educacionais”.

Com esse ensejo, Priscila Cruz defendeu a adoção de uma tecnologia precária em nome da situação emergencial, sugerindo a parceria das empresas de telecomunicação, o uso de material impresso e a aproximação da escola com as famílias. Ciente de que se trata da defesa de uma estrutura altamente precária, a intelectual dos empresários substituiu a proposta de EaD pela recomendação da denominada educação remota.

Além dessa entrevista, a coalizão de empresários articulou um conjunto de ações para difundir seu projeto de educação para a pandemia tanto no bojo da sociedade civil como no interior da sociedade política. No dia 7 de abril o TPE reuniu mais 80 organizações da sociedade civil para debater de forma remota o voluntariado na pandemia. No dia seguinte, promoveu um debate virtual, juntamente com o Banco Mundial e o Conselho Nacional de Educação, com o tema “A educação frente à pandemia”. Em 14 de abril, a entidade reuniu gestores e especialistas da educação para debaterem a importância de mitigar prejuízos causados pelo ensino a distância durante a crise e na volta às aulas. Dois dias após essa reunião, organizou um debate virtual com o Conselho Nacional de Educação para discutir a regulação da gestão escolar durante a pandemia. Também foram realizados estudos e pesquisas para “orientar” os gestores municipais e estaduais na adesão ao ensino remoto das respectivas redes de ensino.

Outra frente que vem atuando sistematicamente na introdução de novas tecnologias nas redes de ensino do Brasil é o Cieb. Esse conglomerado de instituições empresariais foi criado em 2016 com o objetivo de formular políticas públicas, desenvolver conceitos, produzir ferramentas e articular os empresários com as escolas. A frente realiza estudos com apoio de especialistas, defendendo o uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), além de prestar consultoria a gestores nas tomadas de decisão sobre investimentos em tecnologia educacional.

A governança dessa frente está dividida entre representantes dos empresários e do Estado restrito. A presidência do conselho administrativo é exercida pelo Instituto Natura, e os demais conselheiros são: Fundação Telefônica Vivo, Instituto Península, Fundação Lemann, Instituto Natura, Instituto Inspirare, membros do Conselho Nacional de Educação, Movimento Brasil Digital, Fundação Itaú Social, entre outros.

Antes do contexto da pandemia, o Cieb havia produzido um conjunto de iniciativas para dirigir empresários e agências administrativas do governo no processo de implementação do ensino remoto. Dentre as iniciativas, destaca-se a elaboração dos seguintes estudos: 1) “Aquisição de tecnologia educacional pelo setor público:

entraves e caminhos para estimular o ecossistema educacional” (2015); 2) “Inovação aberta em educação: conceitos e modelos de negócios” (2016); 3) “Fontes de financiamento para programa e política de tecnologia educacional” (2016); 4) “Política de tecnologia na educação brasileira: histórico, lições aprendidas e recomendações” (2016); 5) “Modelos e curadoria de recursos digitais” (2017); 6) “Compras governamentais e inovações” (2018).

Durante a crise sanitária o grupo intensificou a produção de material e as ações sobre as secretarias estaduais e municipais. Também organizou o estudo “Estratégias de aprendizagem remota: como adotar estratégias de aprendizagem remota nas redes públicas de ensino para dar continuidade às aulas, promover o ensino híbrido e ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes”.

Nesse manual, o conglomerado indicou a necessidade de esforços das secretarias de educação para estender tais diretrizes por longos meses após a retomada das aulas presenciais, considerando ser preciso compensar as horas letivas e os conteúdos curriculares não trabalhados a fim de evitar um aprofundamento das desigualdades educacionais. A permanência do ensino híbrido no período pós-pandemia também foi destacada nesse roteiro.

Ressaltando o *slogan* dos empresários e do governo, “A economia não pode parar!”, o Cieb adotou o lema “A aprendizagem não pode parar!”. Logo no início de abril, a frente pesquisou 3.032 secretarias de educação (3.011 secretarias municipais e 21 secretarias estaduais de educação). Nessa investigação, o Cieb avaliou as estratégias adotadas pelas secretarias de educação para manter a aprendizagem dos estudantes durante o período do isolamento social. Através de um questionário, as secretarias indicaram quais opções foram adotadas para mitigar os efeitos do fechamento das escolas sobre os estudantes.

A frente constatou que a maioria dos municípios não havia adotado nenhuma das estratégias digitais apresentadas. Já entre as secretarias estaduais, as principais estratégias para aprendizagem remota foram: plataformas *on-line*; videoaulas gravadas, e compartilhamento de materiais digitais.

No tocante às ferramentas tecnológicas utilizadas, das 2.520 redes municipais que haviam publicado normativas sobre a questão, 945 (37%) declararam não utilizar nenhum recurso digital. Em relação aos recursos utilizados, houve uma predominância dos ambientes virtuais de aprendizagem (21%), ferramentas Google (18%) e YouTube Edu (11%). Nas redes estaduais, havia a predominância dos ambientes virtuais de aprendizagem (65%) e das ferramentas Google (também 65%). Destacavam-se ainda a Escola Digital, usada por 35% das redes estaduais respondentes.

Essa pesquisa, além de viabilizar a construção de um mapa sobre a situação das redes de ensino no contexto da pandemia, aproximou o Cieb das agências do Estado que administram a educação em todas as regiões do país. Outros trabalhos da frente ajudaram a aprofundar a privatização da escola no período emergencial. Um *toolkit on-line* foi criado gratuitamente para “apoiar” as agências do governo no pro-

cesso de seleção e aquisição de tecnologias educacionais. Essa ferramenta reúne um conjunto de orientações, modelos de documentos e um passo a passo detalhado para apoiar as licitações de estados e municípios, baseado em práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União e pelos órgãos de controle. Além de dicas para pesquisa de mercado e avaliação técnica dos produtos, o passo a passo orienta as agências do Estado a fazer compras com a dispensa da licitação⁷.

5. A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE RETORNO ÀS AULAS

A partir da análise de fontes, identificamos a centralidade do movimento Todos pela Educação na contextualização das diretrizes elaboradas pelos organismos internacionais para a realidade brasileira e a influência desse movimento empresarial nas normatizações do Conselho Nacional de Educação, que serão analisadas a seguir.

Em outras palavras, incumbido da tarefa de construir e ampliar consensos, esse movimento empresarial tem participado de eventos que promovem a articulação dos poderes públicos com essas agências internacionais. De um modo específico, suas publicações e estudos sobre o tema também têm destacado “que as soluções de ensino remoto são extremamente importantes para enfrentar as demandas emergenciais”, desde que bem articuladas com um plano de retorno às aulas que combine o modelo híbrido de ensino presencial e remoto, portanto, que não necessite de mediação digital.

Como sistematizado pelos estudos e deliberações dos organismos internacionais, o TPE afirma que “o ensino a distância não é sinônimo de aula *on-line*”, podendo ocorrer por intermédio de atividades educacionais diversificadas. Como se vê na citação a seguir:

As plataformas de aulas *on-line* — com vídeos, apresentações e materiais de leitura — não devem ser vistas como o único meio de ofertar ensino remoto. É possível e fundamental diversificar as experiências de aprendizagem dos estudantes. A diversidade de suportes e métodos pode apoiar a criação de uma rotina positiva para as crianças e os jovens, garantindo alguma estabilidade frente ao cenário de tantas mudanças (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Uma vez definidas as variantes de ensino remoto, o movimento TPE acrescenta que o plano de retomada das aulas deve partir de um diagnóstico socioemocional dos estudantes e dos docentes, ao se realizar uma avaliação diagnóstica inicial seguida de programas de aceleração da aprendizagem, contribuindo para uma nova

7 No cenário atual de emergência ou calamidade pública, a contratação direta via dispensa de licitação está autorizada, como prevê o inciso IV do artigo 24 da Lei de Licitações (lei nº 8.666/1993), “nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”.

configuração dos sistemas públicos de ensino, primeiro, ao proporcionar uma nova articulação intersetorial entre a educação, a assistência social e a saúde; e, segundo, incorporando a tecnologia como aliada permanente para a expansão de programas e a recuperação de aprendizagem como uma política contínua (ex.: programas de aceleração de aprendizagem).

Com base em estudo técnico, o movimento empresarial TPE destaca a relevância de sistematizar, previamente, algumas medidas para conter a evasão escolar, ressaltando o papel a ser desempenhado pelo corpo docente enquanto agente responsável por executar os programas de avaliação diagnóstica e de aceleração de aprendizagem. Nesse sentido, alinhado com a agenda da Coalizão Global da Educação, o movimento empresarial afirma nesse estudo:

Ainda, uma sólida capacitação [dos professores] será de extrema importância, com formação e orientações claras para que possam agir, com o devido apoio de profissionais de outras áreas. Exemplos de conhecimentos a serem desenvolvidos: como apoiar o diagnóstico do estado emocional de cada aluno; reforçar as competências dos estudantes de enfrentamento a situações adversas; e, até mesmo, reforçar os protocolos e orientações de saúde (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Não por coincidência, o movimento TPE, articulado com o Conselho Nacional de Educação, elabora “etapas” indispensáveis para o período de volta às aulas, destacando a necessidade de priorizar, inicialmente, o acolhimento psicológico de alunos e professores, e de implementar atividades pedagógicas previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Destacando-se que esta última “pode servir de bússola” para minimizar os danos na aprendizagem dos estudantes com a suspensão das aulas presenciais⁸.

Desta feita, a reorganização do calendário escolar irá ocorrer com a implementação de programas de recuperação de aprendizagem, precedidos de avaliações diagnósticas, que terão o “suporte didático específico que deverá ser oferecido aos docentes”. Assim sendo, a primeira etapa levará em consideração a vulnerabilidade econômica e social pós-pandemia e a necessidade de desenvolvimento das competências socioemocionais, “tais como a resiliência, a adaptabilidade, a confiança e a tolerância ao estresse e à frustração” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p. 9). E a segunda deverá diagnosticar o grau de apreensão individual de cada estudante em relação ao que foi

8 Conforme verificado em pesquisa (ANDRADE; MOTTA, 2020), a BNCC “é um documento que promove uma reforma curricular em toda a educação básica” (p. 3) sob a hegemonia das frações de classe empresariais, especialmente as que são organizadas pela plataforma movimento Todos pela Educação. Desse modo, a BNCC estabelece um “conjunto orgânico de competências e habilidades essenciais que todos os alunos têm o direito de aprender” (p. 3), mediante uma estrutura que é composta por uma parte “nacionalmente homogênea” (p. 4), como a definição de competências cognitivas e socioemocionais, e outra diversificada, de acordo com as especificidades dos sistemas de ensino. Destaca-se, ainda, que a BNCC foi formulada por um processo que sufocou o diálogo com os profissionais e com o movimento dos trabalhadores da educação, e que por isso privilegiou o diálogo dos movimentos empresariais com o núcleo do poder do Estado restrito.



ensinado remotamente, destacando-se o conteúdo curricular definido nos objetivos de aprendizagem da BNCC, “com ênfase nas competências de leitura, escrita, raciocínio lógico e matemática”.

Como destacado pelo TPE, os programas de capacitação e treinamento devem proporcionar aos professores a interpretação dos resultados das avaliações diagnósticas e propor “soluções pedagógicas efetivas aos alunos, ancoradas em programas estruturados [...]”. Não por acaso, o papel dos docentes na resposta à crise [...] vem sendo amplamente reforçado em nível mundial” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Segundo essa perspectiva, ao “introduzir, de vez, a tecnologia como instrumento pedagógico”, o poder público poderá impulsionar “mudanças positivas e duradouras nos sistemas educacionais” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p. 21). Além da execução de programas de formação continuada, essa agenda também reivindica uma política de financiamento focalizada nos sistemas e instituições de ensino mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico.

Para o movimento Todos pela educação (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p. 25), a política de financiamento deve ter o objetivo de transferir os recursos públicos e privados “para as redes de ensino mais pobres e que atendem alunos de maior vulnerabilidade”, pois, em conformidade com as diretrizes internacionais, a política de financiamento deverá promover programas de aceleração da aprendizagem compensatórios. E, nesse sentido, condicionar a capacitação e o treinamento do corpo docente para o desenvolvimento das competências socioemocionais e para a entrega dos resultados de aprendizagem delimitados pela BNCC.

Destarte, a garantia do direito à educação mediante o desenvolvimento de competências socioemocionais não corresponde a um fenômeno novo, ou próprio das medidas emergenciais elaboradas para compensar as contradições e desigualda-

des intensificadas com o fechamento das escolas, mas, sobretudo, constitui um dos elementos fundamentais da agenda político-econômica sistematizada pelas instituições internacionais em um período anterior à pandemia covid-19.

Como destacado pela Coalizão Global de Educação (UNICEF, 2020b), a interrupção dos “serviços educacionais”, com o fechamento das escolas, “também acarreta graves consequências de longo prazo para as economias e sociedades, como o aumento das desigualdades [...] e redução da coesão social”.

Em pesquisa, Chaves (2019) analisa o processo de inscrição das competências socioemocionais, identificando na raiz desse fenômeno a articulação das frações de classe empresariais, como o caso do Instituto Ayrton Senna (IAS), com as diretrizes elaboradas pela OCDE. Ou seja, essa pesquisa demonstra que uma das finalidades do desenvolvimento das competências socioemocionais é conformar o estoque da força de trabalho às desigualdades de classe engendradas pelo sistema capitalista na atualidade e mitigar as contradições da educação com o mundo produtivo e/ou com o mercado de trabalho.

Conforme constatado pelo supracitado autor:

De acordo com o relatório da OCDE, o desenvolvimento intencional de competências socioemocionais pode se constituir num elemento que proporciona igualdade de oportunidade para crianças menos favorecidas socioeconomicamente, uma vez que teriam menos acesso a esse tipo de habilidades desenvolvidas intencionalmente

(CHAVES, 2019, p. 256).

Por competências socioemocionais compreendem-se “aspectos da subjetividade humana, tais como valores, atitudes e habilidades” (CHAVES, 2019, p. 252) que, quando desenvolvidos intencionalmente no ambiente escolar, auxiliam no desempenho cognitivo dos estudantes e permitem o controle dos comportamentos de risco social. Isso significa que, supostamente, a conjugação das habilidades cognitivas com as socioemocionais potencializa uma trajetória escolar exitosa, que reflete nos “comportamentos individuais na sociedade e no controle sobre as emoções” (CHAVES, 2019, p. 254), podendo desenvolver “atitudes, valores e habilidades” que contribuem para a contenção do abandono escolar, por exemplo.

Segundo essa perspectiva, “o desenvolvimento intencional dessas competências no âmbito da escola seria uma ferramenta de empoderamento para a melhoria dos resultados cognitivos obtidos em avaliações de larga escala, como o Pisa” (CHAVES, 2019, p. 253). Como também, “por serem mais ‘maleáveis’” (CHAVES, 2019, p. 255), as competências socioemocionais contribuem para a entrega dos resultados educacionais, pois configuram um instrumento de controle de comportamentos que poderiam colocar em risco a coesão social, uma vez que desenvolvem habilidades que permitem aos jovens e adultos “fazer escolhas certas em momentos de incerteza” (CHAVES, 2019, p. 256).

Com base nesses elementos detectados no estudo de David Chaves, afirmamos que quando os organismos internacionais propõem aos governos investir em infraestrutura que permita desenvolver programas de ensino centrados no desenvolvimento das competências socioemocionais, um dos objetivos é justamente intensificar a execução de uma agenda educacional em curso, que incita contrarreformas que assegurem a entrega dos resultados educacionais pelas instituições e sistemas de ensino.

Com isso, identificamos uma relação entre o plano de retorno e as políticas educacionais que focalizam o “empoderamento” dos indivíduos mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico. Não por acaso, a preocupação de fundo sobre a suspensão, ou não, do ano letivo de 2020 perpassa a necessidade de os governos criarem condições para reduzir os processos de evasão escolar ao garantirem o desenvolvimento de competências cognitivas mínimas, como o letramento e o cálculo. Desse modo, o direito à educação é ressignificado como uma ideia de igualdade de oportunidades educacionais, de maneira que a formação acadêmica dos indivíduos possa potencializar a empregabilidade deles, e com isso atenuar as contradições entre a escola e o mercado de trabalho.

A relação entre a educação e o mundo produtivo, nesse caso, fica circunscrita à ideia de que o ambiente escolar deve priorizar o aprendizado de competências que auxiliem no controle das atitudes e comportamentos subjetivos e emocionais, uma vez que essas características configuram fatores que determinam sua inserção, ou não, no mercado de trabalho — em específico no que diz respeito às particularidades dos indivíduos mais vulneráveis e/ou em situação de risco social e econômico.

Portanto, retoma-se a lógica da educação escolar enquanto fator de produtividade, e que por isso auxiliaria a combater as desigualdades socioeconômicas caso os sistemas de ensino iguallassem as oportunidades, desenvolvendo competências cognitivas mínimas, e, principalmente, focalizando o desenvolvimento das competências socioemocionais para a manutenção da coesão social em épocas de crise política e econômica. Assim, a partir da equalização dos processos de ensino-aprendizagem, a empregabilidade ou não dos indivíduos dependerá das suas qualidades subjetivas, e não, objetivamente, da forma meritocrática pela qual se organizam as relações de produção.

Em síntese, deslocando o centro da questão social para os indivíduos, o plano de retorno às aulas busca materializar essas diretrizes em uma conjuntura política concreta, na qual se agudizam as incertezas sociais e econômicas não só devido às consequências da pandemia covid-19, mas como fruto de um modelo de produção e de gestão da vida social cronicamente desigual, em que o desemprego é funcional para a acumulação, pelas classes dominantes e dirigentes, da riqueza socialmente produzida.

Destaca-se que os fatores que realizam a mediação do êxito ou não da trajetória escolar da juventude das classes populares estão mais intimamente relacionados

com a estrutura classista do sistema capitalista — que tem por um de seus princípios a manutenção do desemprego estrutural⁹, e com ele, a exploração/espoliação da classe trabalhadora — do que propriamente com o conteúdo do currículo dos sistemas de ensino.

Conforme observado, a “inserção das competências socioemocionais [...] tais como a resiliência” (ANDRADE; MOTTA, 2020, p. 9) na BNCC confirma a intenção dos setores dominantes de apassivar a juventude diante das contradições geradas pelo desemprego estrutural que afeta historicamente os modos de sobrevivência da classe trabalhadora. Mormente, isso significa “que os setores dominantes estão atuando no sentido de educar a juventude para a situação de precariedade e vulnerabilidade do mercado de trabalho no Brasil” (MOTTA; LEHER, 2017, p. 253).

Entretanto, essa assertiva não é consenso entre as frações de classe dirigentes burguesas que têm interesse mediato na educação pública e, menos ainda, entre as instituições internacionais formuladoras de uma agenda regressiva no que tange à garantia e à expansão dos direitos sociais. Não obstante, as frações dirigentes do capital elaboram um discurso de que é imprescindível igualar as oportunidades educacionais mediante uma contrarreforma que modifique o currículo da educação básica, focalizando-o no desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.

Outrossim, entre os objetivos de aprendizagem definidos para o ensino médio, a BNCC “prevê como disciplinas obrigatórias, nos três anos, somente Português, Matemática e Inglês” (ANDRADE; MOTTA, 2020, p. 5), e secundariza outras áreas do conhecimento tidas como desnecessárias para as atuais demandas do mercado de trabalho, para ocupação de postos de trabalho.

Como exemplo, na BNCC a Sociologia e a Filosofia são componentes secundarizados no âmbito do currículo da educação básica, pois não é destinada uma carga horária comum/obrigatória a ser cumprida pelos sistemas de ensino para o conhecimento e apreensão dessas disciplinas. Nesse sentido, a BNCC privilegia o desenvolvimento das competências socioemocionais em detrimento do conhecimento humanista e científico imprescindível para a compreensão crítica da realidade política e econômica em que os trabalhadores estão inseridos.

O argumento utilizado pelas frações de classe empresariais na reelaboração do currículo da educação básica parte da constatação de que é necessário melhorar a qualidade da educação pública. Não obstante, ao atribuir um conteúdo e sentido social de classe próprio para esse fenômeno empírico, o que se propõe com a atual “reforma” curricular é aumentar a produtividade da instituição escolar em relação às demandas e às contradições do mercado de trabalho.

Para tanto, primeiro constroem o discurso circular de que é necessário modificar a estrutura curricular supostamente “ultrapassada e extensa”, pois esta gera altos índices de evasão escolar e dificulta a entrega de resultados educacionais, como

9 O desemprego estrutural do sistema capitalista é estudado por Karl Marx (2014) mediante o conceito de “exército industrial de reserva”, uma das categorias explicativas do processo de extração da mais-valia pela burguesia mediante a exploração da classe trabalhadora.

aqueles afetados pelas avaliações externas; em seguida, ressignifica o conteúdo e os objetivos da educação básica ao atribuir-lhes o sentido social de qualificar a força de trabalho nos limites das competências/habilidades cognitivas e socioemocionais requeridas para a inserção precarizada e a baixo custo dos jovens trabalhadores no mundo produtivo.

Entretanto, a falácia de atribuir à educação um fator de produtividade econômica e a função de mitigar as contradições advindas do desemprego estrutural da classe trabalhadora historicamente tem sido desnudada e denunciada por uma vasta literatura crítica sobre o tema. Como constatado, “nos últimos anos (2016, 2017 e 2018) o Brasil atingiu os níveis recorde de desemprego entre jovens, mulheres e negros” (ANDRADE; MOTTA, 2020, p. 7), o que nos leva a afirmar que a inserção dos jovens trabalhadores no mercado de trabalho não dependerá do desenvolvimento de competências cognitivas e/ou socioemocionais, mas de como será encaminhada a atual crise econômica/política pelas classes dirigentes.

Desse modo, concluímos afirmando que os interesses que estão por detrás do atual plano de retorno às aulas é criar condições ainda mais favoráveis para intensificar o processo de mercantilização da educação, uma vez que esse “plano” abre espaço, sem precedentes, para a normatização da educação a distância; exige a reformulação dos programas de formação docente, segundo os objetivos de aprendizagem definidos pela BNCC, e justifica a reformulação de materiais e métodos didáticos e avaliativos, sobretudo a inserção das plataformas de ensino elaboradas e comercializadas pelo setor privado-empresarial.

6. A “NOVA” PEDAGOGIA DA HEGEMONIA NO INTERIOR DA SOCIEDADE POLÍTICA: AS DIRETRIZES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

No senso comum entende-se por política a ação governamental forjada pela burocracia estatal de forma apartada do Estado. Conforme esse entendimento, a sociedade civil organizada seria uma esfera neutra e um espaço de produção de propostas modernizantes e antagônicas ao Estado. Na formação social contemporânea e, em especial, no atual contexto de crise, essa ideia vem sendo recorrentemente reforçada por importantes aparelhos construtores do consenso, que buscam ocultar a complexa rede de construção de uma política pública que envolve tanto a estrutura organizada na sociedade civil quanto a estrutura organizada na sociedade política. Desta feita, entende-se que o debate político e as normas estabelecidas pelo governo federal para a educação produzida em tempos de pandemia são fruto de conflitos e negociações que começam na sociedade civil e se materializam na sociedade política.

O Conselho Nacional de Educação é um aparelho estatal que foi reconfigurado em 1995, pela lei nº 9.131/95. Esse conselho é composto pela Câmara de Educação Básica e a Câmara de Educação Superior, e tem atribuições normativas, deliberativas e de assessoria ao Ministério da Educação. A escolha dos conselheiros é feita pelo

presidente da República, obrigatoriamente, entre os indicados em listas elaboradas especialmente por cada câmara, mediante consulta às organizações da sociedade civil que em teoria congreguem os docentes e segmentos representativos da comunidade científica, dirigentes de sistemas e instituições de ensino — secretários e conselheiros estaduais e municipais de educação, reitores de universidade, diretores de escola — e os estudantes.

Como aparelho estatal formado por representantes da sociedade civil organizada, o CNE é uma importante arena de disputa marcada por conflitos, negociações e formação de alianças provisórias que buscam o equilíbrio e a hegemonia de determinadas concepções no interior do conselho.

No que diz respeito ao debate sobre a situação das escolas no contexto da pandemia da covid-19, o conselho votou a resolução normativa¹⁰ que reorganizou o calendário escolar de todo o território nacional, estabelecendo a necessidade do cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga mínima anual delimitada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96)¹¹.

O argumento que sustentou a reorganização do calendário escolar nesses moldes foi de que o sentido social do processo educativo corresponde à garantia de direito à aprendizagem, conforme previsto na LDB/96 e recentemente nos objetivos definidos pela BNCC. No entanto, a situação de pandemia gerava a necessidade de flexibilização do currículo para o cumprimento da carga horária mínima prevista.

Tomando como base a medida provisória nº 934/2020¹² do Governo Federal, o CNE traçou duas possibilidades para o cumprimento do currículo obrigatório no âmbito da reorganização da educação básica: a reposição da carga horária de forma presencial ao fim do período de emergência, mediante a “programação de atividades escolares no contraturno ou em datas programadas no calendário original, como dias não letivos, podendo se estender para o ano civil seguinte” (MEC/CNE, 2020, p. 12), e a realização de atividades pedagógicas não presenciais (com ou sem mediação *on-line*) durante o período de emergência, coordenadas com o calendário escolar de aulas presenciais, após o período de fechamento das escolas.

Para o presente estudo, essa normatização do CNE contribui para a ideia de irreversibilidade do ensino remoto ao afirmar que as atividades escolares não se restringem aos “limites da sala de aula propriamente dita”, pois se caracterizam “por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados”.

Ademais, compreendemos que essa proposta de contabilizar a carga horária

10 Essa resolução normativa foi consubstanciada pelo parecer CNE/CP 11/2020, homologado pelo Ministério da Educação no dia 7 de julho de 2020.

11 Os parâmetros mínimos de carga horária e dias letivos para cada nível educacional, suas etapas e respectivas modalidades estão previstos nos artigos 24 (ensino fundamental e médio), 31 (educação infantil) e 47 (ensino superior) da LDB.

12 A medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, “estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020” (BRASIL, 2020a).

obrigatória prevista na LDB/96 incentivando o desenvolvimento das atividades pedagógicas não presenciais contradiz o direito à educação de qualidade e intensifica um processo que contribui para a materialização dos interesses empresariais-mercantis na educação pública.

Especificamente, a possibilidade de substituir e/ou flexibilizar as atividades pedagógicas realizadas presencialmente, como uma característica própria dos processos de ensino-aprendizagem escolares, abre o precedente para a inclusão, maciça, das metodologias de gestão e de ensino comercializadas e controladas pelo setor privado no âmbito dos sistemas e instituições públicas de todo o país.

Essa normatização abre novos canais de diálogo dos sistemas de ensino com os setores empresariais, e agrava o processo de precarização da educação pública. Isso porque a regulamentação do ensino remoto está ocorrendo sem uma definição clara e objetiva das atividades pedagógicas que o caracterizam, podendo acontecer por intermédio de uma miríade de formatos que extrapolam as exigências mínimas de qualidade estipuladas pela modalidade educação a distância (EaD). Como exemplo:

As atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, *blogs*, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos. A comunicação é essencial nesse processo, assim como a elaboração de guias de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar famílias e estudantes, sob a supervisão de professores e dirigentes escolares (MEC/CNE, 2020).

Como verificado na passagem anterior, os meios utilizados para a realização das atividades remotas, e que servirão de respaldo legal para o cumprimento da carga horária obrigatória de forma não presencial, ficarão a critério de cada sistema, rede e instituição de ensino. O próprio CNE reconhece que a reorganização do calendário escolar não obedecerá a um ordenamento em nível nacional, uma vez que o “período de suspensão das aulas é definido por cada ente federado por meio de decretos de cada estado ou município” (MEC/CNE, 2020).

Diante desta circunstância de crise sanitária e da necessidade de suspensão do ano letivo mediante aulas presenciais, “a nota de esclarecimento do CNE procura, no limite do possível, indicar que cada sistema deve encontrar a melhor solução para seu caso em particular”, porém também sinaliza que as atividades desenvolvidas remotamente terão respaldo legal, no sentido de computar a carga horária obrigatória definida pela LDB/96.

No entanto, para a materialização dessa normativa o CNE propõe que secretarias de educação realizem um amplo programa de formação de professores “para

utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades remotas”, bem como para prepará-los para o trabalho de reintegração social dos estudantes e das famílias ao término do período de isolamento social. Também sugere que as autoridades competentes construam processos de avaliação e recuperação diagnóstica de cada estudante para verificar o que foi apreendido nas atividades remotas. E por fim orienta as intuições que “optaram” pela realização de atividades remotas a garantir a sistematização e o registro de todas as atividades pedagógicas não presenciais, para fins de comprovação e autorização de composição de carga horária.

Essa normatização, produzida pelo conselho, escandaliza por responder de forma favorável à introdução do ensino híbrido para todos os níveis de ensino, por propor a flexibilização do currículo e defender a abertura das escolas mesmo sem a previsão de vacina. Essa orientação, produzida por uma agência estatal que abriga agentes da sociedade civil, foi dirigida às redes, sistemas e instituições de ensino de todo país. Com esse parecer o conselho fortaleceu a pedagogia dos grupos econômicos forjada há anos e intensificada durante a pandemia, além de dinamizar o mercado das tecnologias da informação e ampliar o controle do capital sobre a produção do conhecimento escolar.

Em uma análise detida das correlações de forças entre sociedade civil e sociedade política, questionamos, ainda, as orientações do CNE quando este induz a, e/ou ratifica, essas “soluções” improvisadas dos sistemas de ensino em articulação com o setor privado-mercantil, no que diz respeito à adesão a novos formatos de ensino não presencial para a realização do trabalho pedagógico escolar. A análise das fontes permite intuir que a normatização das atividades remotas poderá fortalecer a ideia de que o direito à educação de qualidade se materializa com o desenvolvimento de competências e habilidades que prescindem da mediação entre professor e aluno.

Nesse sentido, buscamos demonstrar no presente artigo que, em termos imediatos, a condensação entre as forças políticas que defendem a atual normatização do ensino não presencial está relacionada com o debate, necessário, sobre a reorganização do calendário escolar diante do fechamento das escolas. Por outro lado, tem por mediação as disputas históricas referentes à definição do sentido social da educação pública de nível básico e os interesses de alguns segmentos empresariais na generalização das metodologias de gestão e das plataformas de ensino comercializadas e monitoradas por eles.

E ressaltamos que, não menos preocupante, não são poucas, ou acessórias, as dificuldades que estão sendo identificadas na tentativa de desenvolver as atividades de ensino-aprendizagem de forma remota, mas que, contraditoriamente, têm sido utilizadas como justificativa para retomar as atividades escolares presencialmente, mesmo em um contexto de altas taxas de contágio e de mortalidade causados pela covid-19 no Brasil.

Demonstramos ao leitor que, se a atual conjuntura política demanda medidas de caráter emergencial, a atuação dos segmentos empresariais nas redes municipais e estaduais de ensino não apresenta um conteúdo excepcional. Ao contrário, intensifica a hegemonia da pedagogia das competências e contribui para a desprofissionalização do trabalho docente

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo realizou uma análise sobre os impactos da covid-19 no que concerne à elaboração das políticas educacionais para a atual conjuntura política, destacando que as medidas emergenciais acionadas pelas agências do Estado restrito intensificam a orientação macroeconômica neoliberal, que desde a contrarreforma iniciada na década de 1990 objetiva reconfigurar o conteúdo e o sentido social da educação básica no Brasil, sob a hegemonia dos organismos internacionais e da “orientação” das frações de classe empresariais-mercantis.

Especificamente, identificamos nas medidas normativas do Conselho Nacional de Educação uma articulação político-econômica dos poderes públicos com os movimentos sociais dos empresários, sendo que o papel destes últimos é contextualizar a agenda educacional elaborada pelos organismos internacionais (como o Banco Mundial, a OCDE, a Unesco e o Unicef) para as especificidades regionais, ratificando os interesses econômico-corporativos e ético-políticos dos setores dominantes e dos dirigentes locais.

Esse caminho analítico nos levou a afirmar que é inegável a atuação do movimento empresarial Todos pela Educação na construção de consensos em torno da irreversibilidade do ensino remoto, apresentando essa ‘alternativa’ como única saída para lidar com as desigualdades e contradições intensificadas com o fechamento das escolas, no bojo de uma formação socioeconômica de capitalismo dependente.

Visto que esse movimento empresarial tem cumprido a função de contextualizar a agenda educacional elaborada pelos organismos internacionais, a defesa de uma política educacional que visa à focalização e à otimização do fundo público

retorna com uma contundente força política no interior dos aparelhos institucionais do Estado. E nesse ínterim, reforça-se a ideologia das supostas potencialidades da pedagogia das competências, ao operacionalizá-la por intermédio do ensino remoto.

Como demonstrado, essa agenda elaborada pelos organismos internacionais para mitigar os impactos da pandemia covid-19 secundariza a relação pedagógica, e necessariamente presencial, entre professor e aluno, e corrobora a mercantilização da educação pública e a precarização dos processos de ensino-aprendizagem.

Por isso, também problematizamos o plano de retorno às aulas, no sentido de desnudar o seu conteúdo classista e demonstrar o objetivo político-pedagógico dos setores dirigentes de controlar e monitorar os processos de ensino-aprendizagem, impelindo os sistemas de ensino à entrega de resultados educacionais delimitados e avaliados externamente. E em linhas gerais demonstramos ao leitor que, se a atual conjuntura política demanda medidas de caráter emergencial, a atuação dos segmentos empresariais nas redes municipais e estaduais de ensino não apresenta um conteúdo excepcional. Ao contrário, intensifica a hegemonia da pedagogia das competências e contribui para a desprofissionalização do trabalho docente, abrindo um flanco de possibilidades para o desmonte da escola pública.

A partir da análise da normatização produzida no interior da CNE, das orientações difundidas pelos organismos internacionais e da intensa movimentação dos aparelhos privados de hegemonia, em específico o TPE e a Cieb, que atuam na educação da sociedade sob a perspectiva de que a crise introduziu uma nova cultura de trabalho e de educação, é possível compreender as múltiplas camadas que permeiam o debate da introdução do ensino remoto e do retorno presencial imediato nas escolas.

Partindo da compreensão de que as políticas não são produzidas exclusivamente pela burocracia estatal, entende-se que as decisões pela adesão de uma forma altamente preconizada de ensino e a defesa do retorno das atividades presenciais escolares, sem a previsão de vacina para um horizonte próximo, foram formuladas e produzidas por todo o bloco social que tem dirigido a política educacional do país e que mantém, no entanto, uma aparente neutralidade para não ser identificado como autor de ações impopulares conduzidas pelos agentes do Estado restrito.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora efetiva de História da rede municipal de ensino de Saquarema (RJ).

** Doutora em História e em Educação e professora adjunta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Feuf-Uerj).

► Texto recebido em outubro de 2020; aprovado em outubro de 2020.

- ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- ANDRADE, Maria Carolina Pires de; MOTTA, Vânia Cardoso da. Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio: uma análise à luz de categorias de Florestan Fernandes. **Revista HISTEDBR**, Campinas, v. 20, p. 1-26, abr. 2020.
- ANPED. **Posicionamento sobre o parecer do CNE que trata da reorganização dos calendários escolares durante a pandemia**. Rio de Janeiro, 24 abr. 2020. Disponível em: <<https://anped.org.br/news/posicionamento-sobre-o-parecer-do-cne-que-trata-da-reorganizacao-dos-calendarios-escolares>>. Acesso em: 30 set. 2020.
- ANTUNES, Ricardo; SOUZA, Renata. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: TV Boitempo, 17 jun. 2020. 1 vídeo (111 min.). [Live]. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=ExL7K-QbcqTU>. Acesso em: 14 out. 2020.
- BANCO MUNDIAL. **Políticas educacionais na pandemia da covid-19: o que o Brasil pode aprender com o resto do mundo?** Washington: The World Bank, 16 abr. 2020. Disponível em: <www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-education-policy-covid-19-coronavirus-pandemic>. Acesso em: 29 set. 2020.
- BRASIL. Medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2020a.
- CHAVES, David S. P. **Empresariamento da educação**: Instituto Ayrton Senna e a política de competências socioemocionais na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. 2019. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
- COUTINHO, Nelson. **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2 ed., 2008.
- COVID-19: Pelo menos um terço das crianças em idade escolar não consegue acessar o ensino a distância durante o fechamento das escolas, diz novo relatório do Unicef. Unicef Brasil. 27 ago. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-pelo-menos-um-terco-das-criancas-em-idade-escolar-nao-consegue-acessar-ensino-a-distancia>. Acesso em 27/10/2020.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FRESU, G. **Stato etico, egemonia e opinione pubblica. Le nuove categorie della politica secondo Gramsci**. Filosofia politica , v. 1, p. 113-130, 2020.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. I. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MEC/CNE. **Parecer CNE/CP nº 11/2020**. Orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia. Brasília, 2020.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.
- MOTTA, Vânia Cardoso da; LEHER, Roberto. Trabalho docente no contexto do retrocesso do retrocesso. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, p. 243-258, jul.-dez. 2017.
- OCDE. **A framework to guide an education response to the covid-19 pandemic of 2020**. OCDE, mar. 2020.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1980.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação na pandemia**: o retorno às aulas presenciais frente à covid-19. São Paulo, 6 maio 2020. Disponível em: <www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/educacao-na-pandemia-o-retorno-as-aulas-presenciais-frente-a-Covid-19>. Acesso em: 20 set. 2020.
- UNICEF. **Covid-19**: are children able to continue learning during school closures?. Unicef, 27 ago. 2020a.
- UNICEF BRASIL et al. **Marco de ações e recomendações para a reabertura de escolas**. Unicef, abr. 2020b.

Tecnologias computacionais na formação continuada de professores durante a pandemia

Computational technologies in continuing teacher education during the pandemic

Flábia Alves Lopes*

maria do carmo barbosa de melo**

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.012>

Imagem de xxolaxx por Pixabay



RESUMO

Circunscrito às preocupações dos poderes públicos acerca das condições dos professores, especialmente em realidade tão atípica como a atual, o presente artigo se propõe a contribuir com discussão e formação em torno das tecnologias digitais para professores da rede pública, considerando aspectos metodológicos e ferramentais. Pensando no desafio que a pandemia de covid-19 evidenciou como a irrefutável desigualdade social e a imensa pressão canalizada para os professores, serão analisadas as possíveis interações entre as tecnologias, a problemática da formação continuada dos professores em contexto emergencial e o panorama da educação pública durante e após o isolamento social. As tecnologias e as propostas de formação docente continuada apresentadas neste artigo foram formuladas com base em revisões de literatura sobre temas pertinentes ao contexto e em análises documentais de algumas tecnologias disponíveis e adequadas à finalidade da pesquisa.

Palavras-chave: Tecnologias digitais na educação. Formação continuada de professores. Pandemia.

ABSTRACT

Considering the concerns of public authorities about the conditions of teachers, especially in a reality as unusual as the current one, this article discusses tools and methodologies that can be used to ensure the continuing education of teachers in the Brazilian public system during the pandemic. For this, we performed a literature review and a documentary analysis of some of the available technologies. We also reflected on the possible interactions between technologies, the problem of continuing teacher education in an emergency context and the panorama of public education during and after social isolation.

Keywords: Digital technologies in education. Continuing teacher education. Pandemic.

1. INTRODUÇÃO

Desde a popularização das tecnologias, passamos a experimentar uma diferente relação com o mundo. Mudamos vocabulário, forma de nos relacionar, de pensar, de agir, “cancelamos” pessoas e até criamos “bolhas” com direcionamentos políticos, culturais, sociais, éticos, ou seja, criamos novos hábitos. Essas transformações digitais diárias, que impactam nosso cotidiano de diferentes formas, avultaram-se quando, de forma inesperada e ainda não vivida pela maioria da população mundial contemporânea, passamos a conviver com uma pandemia de grandes proporções causada pelo vírus Sars-CoV-2 (*severe acute respiratory syndrome coronavirus 2*). Uma doença causada por uma espécie de coronavírus e conhecida como covid-19, que desencadeia uma síndrome respiratória aguda grave com contágio silencioso, sintomático ou assintomático, entre seres humanos, e que, em muitos casos, é letal.

A princípio tínhamos a impressão de que seria algo passageiro e que, com 20 ou 30 dias, voltaria tudo ao normal, mas os dados de contágios e óbitos nos mostraram o quanto estávamos enganados. A partir da segunda quinzena do mês de março de 2020, mudanças significativas começaram a acontecer. Iniciou-se uma reorganização de tudo que conhecíamos. Comércio fechado, apenas serviços essenciais continuaram funcionando, medidas urgentes de distanciamento foram tomadas, aeroportos e praias fechadas, festas canceladas e proibidas as aglomerações, ou seja, impacto na vida de todos, independentemente da profissão, *status* social ou país.

Os efeitos da pandemia também foram sentidos de modo consideravelmente invasivo no domínio escolar. A presença do vírus determinou o fechamento generalizado de escolas e universidades em todo o planeta. Assim como todos os países, o Brasil seguiu as orientações da OMS e as instituições de ensino presencial foram fechadas. O Censo Escolar de 2019 constatou que havia na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) 47,9 milhões de alunos matriculados no país, tanto em escolas públicas quanto em particulares, sem contar as universidades e as demais instituições de ensino superior. Desde o início da epidemia, todos esses estudantes foram confinados em suas casas, a princípio sem aula.

Com esse cenário de incertezas, e motivados pela necessidade de reduzir a disseminação do vírus, os governos estaduais passaram a investir em estratégias emergenciais para oferecimento das aulas durante o isolamento social. Dessa forma, a educação adquiriu uma “nova modalidade” em sua rotina, o ensino remoto.

Com base nesse contexto, o presente artigo pretende discutir possibilidades da formação docente continuada que se ajustem às novas habilitações nas diversas modalidades tecnológicas, exigidas no ensino remoto e também presencial.

2. RETRATO DO PROFESSOR NO BRASIL EM TEMPOS DE COVID-19

Diante dessa nova realidade, o Ministério da Educação (MEC) emitiu a portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que autorizou instituições de ensino a substituir

A pandemia e suas derivações descortinaram o quanto todo o sistema educacional brasileiro estava despreparado e sem infraestrutura para proporcionar acesso à rede mundial de informação

suas aulas presenciais por meios digitais enquanto durar a pandemia de covid-19¹. Diante dessa nova situação, criou-se o impasse para o professor: “Como não ter e ter que ter pra dar?”

Como consequência, os professores brasileiros tiveram de se adaptar a essa modalidade de ensino sem formação específica para a interação com as ferramentas necessárias para a prática da docência em ambientes virtuais. E, como agravante da situação, convivendo com dificuldades estruturais e sendo obrigados a se adaptar aos novos contextos em um curto espaço de tempo, sem o necessário apoio financeiro, técnico e psicológico.

A questão da infraestrutura de tecnologia educacional já era problemática antes da incidência da covid-19. Essa situação foi denunciada em um relatório do Banco Mundial² emitido em 2017, que apontava a falta de infraestrutura preexistente e a necessidade de políticas públicas que visassem à formação tecnológica dos professores. Tais providências não foram tomadas em momento oportuno, embora o Plano Nacional de Educação (PNE) indicasse a incorporação das modernas tecnologias de informação e comunicação, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular, da educação básica. O resultado é que os problemas relacionados à pandemia expuseram o descaso governamental relativo à introdução de temas de tecnologia na

1 “O ministro de Estado da Educação, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e considerando o art. 9º, incisos II e VII, da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 2º do decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º: autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

§ 1º O período de autorização de que trata o caput será de até trinta dias, prorrogáveis, a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital.” (BRASIL, 2020)

2 “A política depende de infraestrutura preexistente e almeja oferecer aos professores o treinamento adequado e combinar tecnologias para incluir o maior número possível de alunos. Nessas circunstâncias, o efetivo aprendizado remoto e o treinamento de professores no uso pedagógico da tecnologia são políticas complementares.” (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 21)

formação dos professores e no ambiente escolar, resultando na atual crise da educação, principalmente nas escolas públicas.

A pandemia e suas derivações descortinaram o quanto todo o sistema educacional brasileiro estava despreparado e sem infraestrutura para proporcionar acesso à rede mundial de informação. É possível que o impacto causado pelo coronavírus tenha efeito perenal sobre a educação no país, e a escola pós-pandemia será desafiada não só pela sanitização da instituição, mas também pelo choque econômico familiar que deverá afetar o retorno à escola. Os abismos sociais tenderão a aumentar. Mesmo que a escola venha revendo suas estratégias, processos, estruturas e metodologias, há urgência por um trabalho em grupo alinhado, entre professores, gestores, técnicos administrativos e secretarias de educação.

A atuação do professor tem passado por fortes mudanças nesse contexto, geralmente pela adição de novas funções. No tempo presente, além da produção e transmissão de conhecimento, o docente está acumulando as funções de moderador de sala de aula virtual e formatador de conteúdos a distância. Tudo de forma acumulada e emergencial. Sua residência, antes espaço privado, passou a espaço público de realização e transmissão de aulas remotas. Neste contexto de enormes mudanças se faz premente a instituição de modelos sólidos e acessíveis de formação docente continuada, repensada e rearticulada para o contexto educacional vigente, e que inclua as competências e habilidades necessárias para pleno uso das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs).

Competência representa o resultado do diálogo entre habilidades e aptidões que possuímos, as quais acionamos para buscar um novo patamar de equilíbrio quando entramos em desequilíbrio, pois há uma transformação a ser processada (ALLESSANDRINI, 2002, p. 164-165).

As gerações recentes, que nasceram e cresceram no decorrer da disseminação dos meios tecnológicos, denominadas por Prensky (2001) nativos digitais, embora frequentemente salas de aula como seus pais, antes da covid-19, são bem diferentes deles. Cresceram acostumadas com a rapidez do hipertexto, o crescente fluxo de informações, o acesso a mídias de qualquer parte do planeta, as redes sociais diversas, as bibliotecas, museus, filmes, mensagens, pesquisas e o mundo em seu bolso por intermédio do celular. Elas estão conectadas em cada momento de suas vidas, o que lhes confere uma percepção peculiar acerca do mundo. Essas circunstâncias também afetam os aspectos cognitivos dos sujeitos, que acabam por assimilar novos modos de aprender, frequentemente desafiadores para os professores. Prensky (2001) observa que

agora fica claro que como resultado deste ambiente onipresente e o grande volume de interação com a tecnologia, os alunos de hoje pensam e processam as informações bem diferentemente das gerações anteriores. Essas diferenças vão mais longe e mais intensamente do que muitos educadores suspeitam ou percebem. E “tipos distintos de experiências levam às distintas

estruturas de pensamento”, diz o dr. Bruce D. Barry, da Faculdade de Medicina Baylor (p. 1).

Diante dessas distintas perspectivas geracionais, que tipo de investimento deveria ter sido feito na formação dos professores, tanto em sua etapa inicial como na continuada? A nosso ver, as consequências da pandemia respondem rapidamente a essa questão.

3. APRENDIZAGEM EXPERIENCIAL

Por estarem imersos nas TDICs, os nativos digitais aprendem de acordo com seus interesses e experiências. Esse modelo de aprendizagem é denominado modelo experiencial. Como diz Kolb (1984), “o processo pelo qual o conhecimento é criado acontece por meio da transformação da experiência. O conhecimento resulta da combinação de se obter e transformar a experiência.”

A teoria da aprendizagem experiencial foi desenvolvida por David Kolb com base nas teorias conceituais de Jean Piaget, John Dewey e Kurt Lewin (AKELLA, 2010), e propõe que o conhecimento é adquirido por meio da experiência e que “aprender fazendo” é uma das formas mais eficazes na obtenção de conhecimentos.

A aprendizagem experiencial tende a reforçar a interdependência entre os atributos particulares de quem está aprendendo e o que ocorre ao seu redor, seja o conhecimento originado de experiências pessoais ou sociais. A aprendizagem é individual. Em compensação, vida social e educacional se retroalimentam e se prolongam. Toda educação é social. Nesse sentido, faz-se necessário mobilizar saberes considerando que a realidade é multidimensional; assim, não se pode deixar de renovar o pensamento, ponderando as rígidas fronteiras acadêmicas e priorizando resultados satisfatórios de aprendizagem, como bem alerta Kolb (1984):

O processo de aprendizagem advindo da experiência determina e atualiza o desenvolvimento potencial. Essa aprendizagem é um processo social; portanto, o curso de desenvolvimento individual é determinado pelo sistema cultural e social de conhecimento (p. 133).

E Elkjaer (2000) complementa quando explicita que a experiência não deriva da mera atividade, mero fazer, e não está baseada em qualquer mudança que implique reflexão sobre ações anteriores com o fim de antecipar consequências futuras. A simples participação na prática, na ação, não cria aprendizagem. Uma pessoa está aprendendo somente quando é capaz de refletir sobre suas ações e reorganizar, assim como reconstruir a experiência, por meio de um processo contínuo de reflexão — pensamento — como meio de atuação. A ideia de aprendizagem como reorganização e reconstrução da experiência não é uma questão de argumentar a favor ou contra a cognição (p. 113).

Diante dessas relevantes considerações, especialmente a de que a experiência é a base para o desenvolvimento, entende-se ser necessário e premente que o processo de ensino-aprendizado não sofra descontinuidade ao longo de toda a vida do indivíduo, inclusive na sua trajetória escolar. Por isso, a escola precisará rever suas estratégias metodológicas e torná-las mais ativas e inovadoras.

4. ACESSO À INTERNET NA EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL

No ano de 2019 o instituto de pesquisa YouGov³, em associação com a Google for Education, numa pesquisa inédita no país, intitulada Challenger⁴, entrevistou por meio de formulários *on-line* 300 educadores e 500 responsáveis por alunos no país. A pesquisa obteve os seguintes resultados:

Professores*	País
95% acreditam que trazer a tecnologia para a sala de aula prepara os estudantes para o futuro;	91% acreditam que a tecnologia na sala de aula torna o aprendizado mais envolvente;
82% estão preocupados com a equidade de acesso quando se trata de tecnologia nas escolas;	88% acreditam que a tecnologia ajuda os estudantes a reter informação;
77% aponta que o maior desafio é envolver os alunos;	74% concordam que a tecnologia permite que alunos aprendam em seu próprio ritmo;
95% concordam que trazer a tecnologia para a sala de aula pode tornar o aprendizado mais atraente para os alunos;	47% acham que a tecnologia é atualmente utilizada da melhor forma para beneficiar a aprendizagem dos alunos.
60% dizem que não têm tempo suficiente para fazer tudo que é necessário;	
90% concordam que a tecnologia pode ajudá-los a economizar tempo;	
81% acreditam que a parte mais importante do seu trabalho é ensinar aos alunos as habilidades do futuro.	

Fonte: YouGov e Google Discovery.

* Pesquisa realizada pelo YouGov e Google Discovery

Mesmo com uma amostra não muito grande, se considerarmos o tamanho do Brasil, a pesquisa tornou-se um importante panorama do país pelo seu alcance, já que foi aplicada nas cinco regiões do país, com responsáveis e docentes da educação fundamental e ensino médio em escolas públicas, privadas e instituições sem fins lucrativos, mantidas por ONGs ou fundações.

Por conta da covid-19, existem vários estudos dentro e fora do país com foco em traçar novos caminhos para a sobrevivência da escola. Sabemos que há uma ex-

3 Empresa líder internacional de pesquisa de mercado baseada na internet, sediada no Reino Unido, com operações na Europa, América do Norte, Oriente Médio e Ásia-Pacífico.

4 “Desafiador” (em tradução livre).

cepcionalidade no que vivemos agora, com distanciamento em todas as esferas da sociedade. No entanto, é evidente que o espaço de aprendizagem mudou em caráter definitivo. E terá de passar por desenvolvimento de habilidades cognitivas mais complexas, com as quais os alunos compartilhem, criem juntos e possam interagir na formação do seu próprio conhecimento.

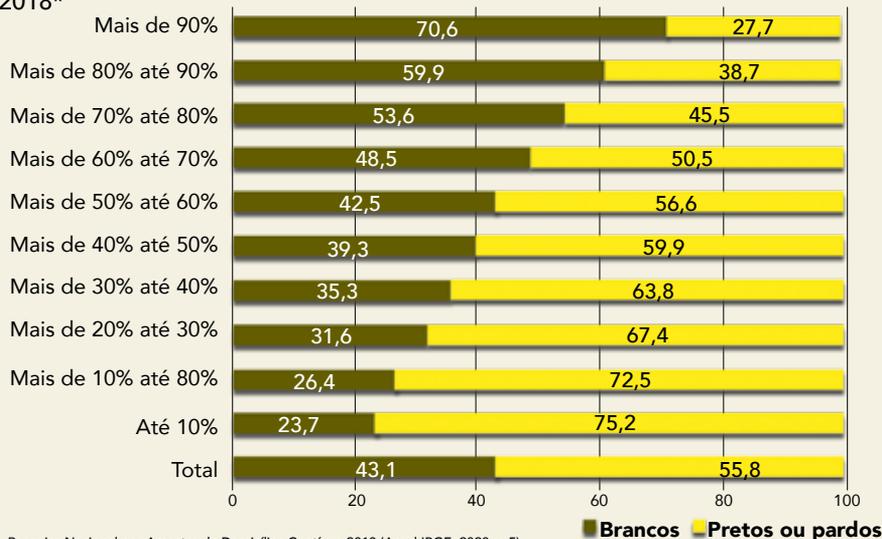
No entanto, mesmo imersos nas tecnologias e sendo seus contemporâneos desde o nascimento, nem todos os alunos, hoje, têm fácil acesso a elas devido à pandemia.

O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), um ano antes do isolamento social, fez um levantamento denominado “TIC Domicílios 2019” e identificou que aproximadamente 30% de todos os lares no Brasil não tinham acesso à internet.

E os problemas não se resumem a esse fato. As pesquisas evidenciaram que as adversidades apresentadas poderiam impactar em algum momento a educação no país. Como poucas providências foram tomadas pelos órgãos governamentais responsáveis nos últimos anos, a pandemia escancarou as inconveniências na educação do Brasil.

Como exemplo desses problemas podemos citar a exclusão digital por classe social. Os números das pesquisas informam que apenas 1% da classe A não tem conexão com a internet, enquanto metade das famílias com renda de no máximo 1 salário mínimo não tem acesso à rede em casa. E essa população sem acesso é predominantemente negra. E apenas 27,7% dos pretos ou pardos integram o conjunto dos 10% com maiores rendimentos do país, mesmo representando 55,8% da população, como explicita o gráfico 1 (IBGE, 2020).

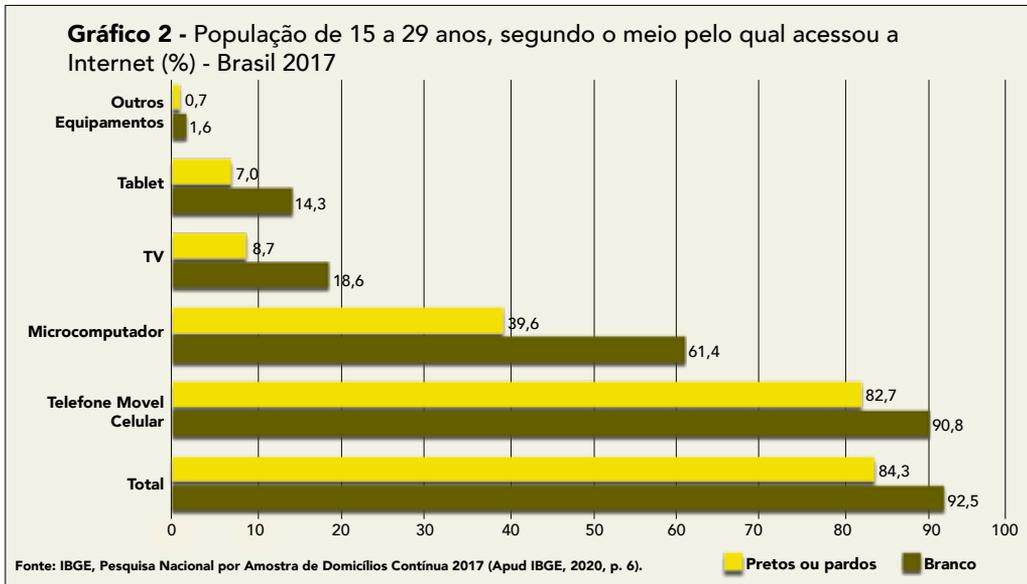
Gráfico 1 - Distribuição da população segundo as classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita (%) - Brasil 2018*



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018 (Apud IBGE, 2020, p.5).

*Nota: 1) Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era de pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico; 2) rendimentos deflacionados para reais médios de 2018, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE. Mesmo com um grande número de celulares por lar onde a renda é abaixo de 1 salário mínimo, não há como precisar que todos os estudantes, mesmo com celular em casa, o tenham à sua disposição, uma vez que seus pais podem utilizá-lo para o trabalho, limitando o acesso dos filhos ao aparelho.

Foi também identificado nessa pesquisa que o aparelho eletrônico com maior presença nas residências brasileiras ainda é a TV (96%). Mas o equipamento mais comum como meio de acesso à internet é o celular, que tem presença em 84% das camadas D e E, como mostra o gráfico 2 (IBGE, 2020).



Ademais, os estudantes de baixa renda, além de não ter espaço para estudar em suas casas, não dispõem de equipamentos como computadores, *tablets* ou *notebooks*; a conexão com a internet, quando há, é sempre sofrível e com pacote limitado; suas pesquisas escolares constantemente se limitam ao acesso por celular, que não contempla todas as plataformas educacionais; além desses contratempos, as adaptações emergenciais feitas pelas escolas para as aulas remotas, sem estratégias ou conhecimentos prévios de ferramentas digitais educacionais, podem precarizar o ensino no país.

A maior porcentagem de brasileiros que nunca acessam a rede mundial de computadores está na zona rural do país. Nesta, 41%, ou 10 milhões de brasileiros, conforme dados da Anatel e da Cetic.br, jamais usaram a internet.

Assim como, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), na pesquisa “TIC Kids Online 2019”, o Brasil tem 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos sem acesso à internet em suas casas, o que corresponde a 17% da população brasileira dessa faixa etária.

Números de exclusão digital como os citados são problemas reais para a população. E vêm aquecendo o debate sobre a premência de que o acesso à internet seja listado entre os direitos humanos fundamentais, visto que são direitos da pessoa humana a informação, a cultura e a educação. E a internet, neste momento da história, cumpre papel fundamental para a disseminação desses direitos, como bem citado no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que afirma:

A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (ONU, 1948).

Inspirada nessa declaração a Emenda Constitucional n. 85, de fevereiro de 2015, altera e adiciona dispositivos à Constituição Federal, responsabilizando juridicamente a União, Estados, Municípios e o Distrito Federal como agente de promoção e incentivo ao desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (BRASIL, 2015).

Dessa forma, a inclusão a rede mundial de computadores como direito humano fundamental cumpre tanto o requisito material como legal e constitucional de inclusão social.

5. METODOLOGIA ATIVA E INOVATIVA

Uma parte significativa dos professores são imigrantes digitais, que, antes do isolamento social, evitavam sair de suas zonas de conforto tecnológicos e experienciais, pagando um preço muito elevado por isso.

Para Prensky (2001), essa situação é muito séria, porque o maior problema que a educação enfrenta atualmente é que os nossos professores imigrantes digitais usam linguagens ultrapassadas, da era pré-digital, e, ainda, não conseguem explorar como precisam os recursos tecnológicos; portanto, estão batalhando para ensinar indivíduos que falam uma linguagem totalmente inédita.

E dessa nova linguagem resulta que os alunos sejam multitarefados, que prefiram a leitura de infográficos à dos textos, que escolham trabalhar de forma compartilhada, que prefiram hipertextos com acessos aleatórios, que optem por pequenas gratificações e recompensas constantes e sejam mais instigados por gamificação na aprendizagem. Por isso, o impacto das aulas remotas, com relação à capacidade de

manuseio de ferramentas computacionais, foi menor para os alunos do que para os professores.

Essas características de imersão, que acompanham os estudantes desde o nascimento, são um importante princípio da *active learning*, ou aprendizagem ativa, em tradução literal. A escola precisa desenvolver metodologias ativas estratégicas que coloquem o estudante como o principal agente de seu aprendizado. Tendo o professor como estimulador das críticas e reflexões, mas o aluno como centro desse processo.

Salientando que, antes do isolamento social, as tecnologias usadas em sala de aula já estavam entrando em desuso ou desaparecerão em pouco tempo, segue-se uma exposição adaptada sobre prospecções feitas por Kelly (2017) para os próximos anos em comparação as tecnologias utilizadas em 2020.

Quadro 2 — Dez perspectivas da tecnologia educacional para a próxima década.	
CAIRÃO EM DESUSO	SERÃO COMUNS
Computadores, tablets e laptops;	Realidade aumentada/virtual e mista;
Telefones celulares digitais, telefones fixos e analógicos;	Dispositivos móveis smarts e apps;
Impressoras, escâneres e copiadoras;	Impressoras/escâneres/modelagem em 3D
Projetores/retroprojetores;	Aprendizagem adaptativa e personalizada
Pendrives, HD's externos, CDs e DVDs e seus aparelhos de reprodução;	Vídeo e transmissão
Livros, cadernos, apostilas e folhas impressas;	Ferramentas de colaboração e mídia social; internet das coisas vestíveis
Sistemas de gerenciamento de aprendizagem (LMS)*; Apresentações tradicionais;	Próxima geração de sistemas de gerenciamento de aprendizagem (LMSs*)
Laboratórios de informática e Lan houses;	Áudio/videoconferência em tempo real
Projetores não interativos;	Ferramentas baseadas em nuvem; hologramas, projetores e quadros brancos interativos
Quadros de giz/quadro branco.	Internet livre, rápida e segura.

* LMS - Learning Management System

A prospecção de Kelly evidencia que será necessário democratizar, baratear e desenvolver competências e implementar tecnologias para impulsionar as práticas docentes em sala de aula.

Além das ferramentas supracitadas, as inteligências artificiais (IAs) na educação já vêm sendo testadas com aparente desenvoltura:

- I. tutores inteligentes — sistemas de ensino personalizados, que identificam o nível de aprendizagem do aluno e qual seu sentimento em relação ao tema; Baseados em emoções, detectam falhas na aprendizagem e sugerem, de forma autônoma, estratégias possivelmente mais adequadas para cada situação;

2. aprendizado com jogos — a gamificação levará para a sala de aula os conceitos lúdicos dos jogos. Com senso de progressão e melhoramento, que nos envolve ao jogarmos, esse método incentiva o aprendizado e a pontualidade e influencia o cérebro a sair da zona de conforto;
3. fim das barreiras idiomáticas — com a ferramenta de processamento de linguagem natural (PLN), o sistema computacional interpreta e entende a linguagem humana, inclusive gírias. Usando fones tradutores e microfone, um japonês poderá dar aula de informática no Brasil em tempo real e sem falar português;
4. robótica como parâmetro curricular — a robótica já invade as escolas, desafiando, inovando e fortalecendo o raciocínio lógico. A competição mediante resolução de problemas da vida real com missões específicas já está sendo pensada;
5. criatividade computacional — terá a função de avaliar atividades criativas dos estudantes, gerando exemplos de exercícios inovadores de forma automática e potencializando os conteúdos educacionais *on-line*;
6. análise de aprendizagem (*learning analytics*) — será possível identificar os pontos complexos para a compreensão dos conteúdos ou a propensão a desistir de determinada disciplina com base nos dados coletados de todos os alunos.

Essas metodologias ativas adicionadas às TDICs podem facilitar o processo de ensino-aprendizagem e passaram a ser conhecidas na literatura como aprendizagem tecnológica ativa (ATA) por terem como base a autonomia do aluno, sendo o docente o intermediador do conhecimento. Mas, para que assim sejam denominadas, precisarão estar alicerçadas em um processo de aprendizagem ativo composto por cinco pilares: o papel do docente; o protagonismo do aluno; o suporte das tecnologias; a aprendizagem; e a avaliação.

É importante salientar que o papel do docente é primordial para a execução, orientação, supervisão e facilitação de todo o processo de aprendizagem do aluno; no entanto, o professor não será a única fonte de informação e conhecimento.

Precisamos identificar quais tecnologias podem gerar ações que motivem a prática docente. Mesmo que elas não sejam muito atrativas para os imigrantes digitais, é necessário expurgar essa espécie de tecnofobia para evitar um maior abismo social. Em razão disso, é impreterível mapear e formar competências por meio de políticas públicas voltadas para a escola pública.

O próprio PNE 2014-2024, instituído pela lei nº 13.005/2014, versa sobre a necessidade de planejar, orientar e desenvolver políticas públicas na educação ao longo dos anos daquele decênio.

Podemos dizer, resumidamente, que as estratégias traçadas pelo PNE para as tecnologias na educação concentram-se em:

- desenvolver, selecionar, difundir e incorporar tecnologias pedagógicas e educacionais no dia a dia escolar;
- incentivar a formação continuada docente e a participação dos estudantes em cursos científico-tecnológicos;
- informatizar as escolas e universalizar o acesso à rede mundial de computadores.

A tramitação dessa lei federal de 2014 e sua relação com os debates em torno da necessidade da implementação da tecnologia na escola podem ser definidas como um avanço significativo, assim como as mobilizações sociais, oriundas das novas exigências do mercado, e seus reflexos no Congresso Nacional.

No entanto, é necessário reforçar que as tecnologias não se contrapõem nem pretendem substituir o professor e seus métodos. A integração dele no processo de ensino e aprendizagem só deverá gerar bons resultados quando o docente, por meio de políticas públicas sérias, desenvolver competências múltiplas para acessar as mais variadas mídias e interagir com elas. Ou seja, precisará estar letrado digitalmente.

Para Yarzabal (2002), por exemplo, a sociedade do conhecimento não está obrigatoriamente condicionada às TDICs, no entanto estas permitem e facilitam os cenários de conhecimento, o compartilhamento de diferentes informações das mais diversas partes do mundo e, com isso, alavancam o processo de criação e de disseminação do conhecimento.

6. LETRAMENTO DIGITAL

Na contemporaneidade, os principais ativos são a informação e o conhecimento. E não se trata apenas de compilação de dados. É elementar entendermos que conhecimento não é mais monodisciplinar, mas sim interdisciplinar, está centrado no problema, não na disciplina. É produzido em diversos âmbitos mais próximos da sua aplicação, deslocou-se dos círculos acadêmicos para aproximar-se dos círculos produtivos empresariais e industriais. Utiliza intensamente redes eletrônicas para fins de intercâmbio, produção e transformação em tecnologia e está sujeito a controles de qualidade diversificados, de forma que o simples controle pela avaliação pelos pares tornou-se obsoleto. Agora precisa demonstrar sua relevância social e eficiência econômica, e tem que mostrar sua qualidade de outras formas que ultrapassem a avaliação por seus pares (YARZÁBAL, 2002, p. 12).

É necessário considerar que a geração da era do conhecimento tem uma constituição de raciocínio que difere daquela da geração X, e por isso requer competências, habilidades e atitudes distintas.

É preciso ensinar no mundo, e não mais sobre o mundo. É fundamental fazer parte do problema, em vez de simular o problema em ambientes controla-

dos. É essencial entender que a escola não é um mundo à parte, que a sala de aula não é um lugar específico, mas um grupo de pessoas, que os problemas do mundo moldam a sala de aula e que pessoas e suas histórias e contextos são parte desse problema. Esse é um retrato do que é a educação no século XXI. Esse tipo de transversalidade pode, a princípio, gerar insegurança e receio iniciais, e até mesmo um questionamento sobre o ponto de partida (MARTINS FILHO; GERGES; FIALHO, 2015, p. 582).

Posto isso, é levantada a hipótese de que há necessidade de “alfabetizar” os professores, ou seja, garantir o letramento digital para que os docentes possam desenvolver competências em tecnologias da informação e, assim, desenvolver habilidades para ensinar uma geração de nativos digitais.

O letramento digital não é, de modo algum, congênere do letramento analógico, uma vez que o analógico se limita no tempo, tamanho e espaço, e o digital pode ser expandido em uma cauda longa de conhecimento exponencial. Consequentemente, o letramento digital precisa ser aprofundado e utilizado nas disciplinas com o intuito de discutir problemas de alta complexidade em situações reais.

Para essa finalidade, os docentes precisam ter acesso a dispositivos digitais, como os móveis, para o desenvolvimento de didáticas pedagógicas mais coesas. Pois, como bem explanam Lemos (2005, p.15) e Santaella (2013, p. 304), respectivamente, a internet fixa mostrou o potencial agregador das tecnologias de comunicação. Agora a internet móvel está aproximando o homem do desejo de ubiquidade fazendo emergir uma nova cultura telemática, com novas formas de consumo de informação e com novas práticas de sociabilidade.

E

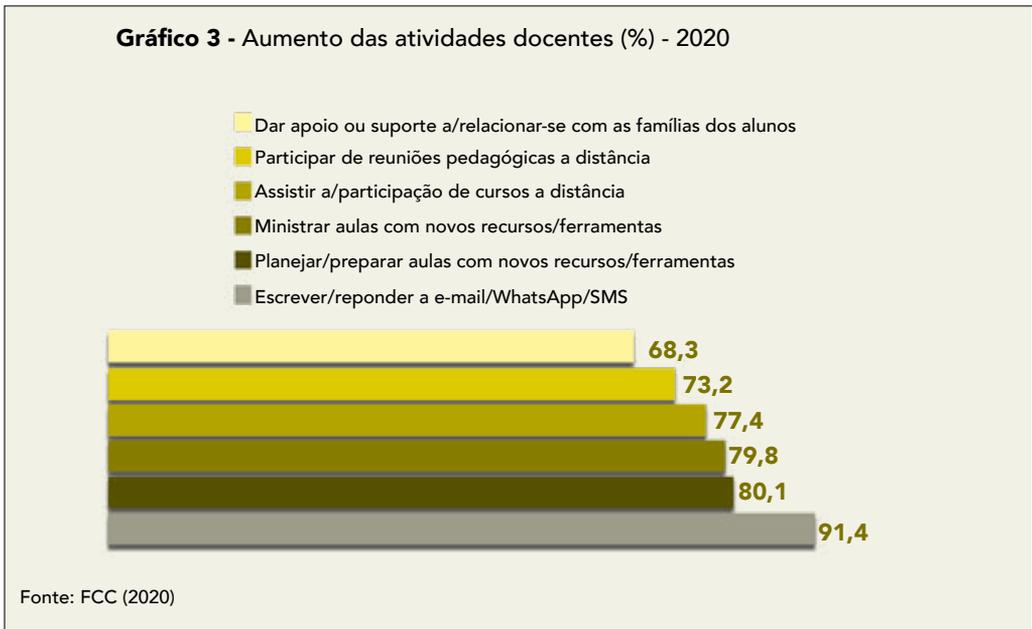
é justamente isso que tem ocorrido com os dispositivos móveis, cuja velocidade de absorção e domesticação vem se dando em progressão geométrica espantosa.

Porém, para que estes não se tornem banais ferramentas de reprodução de conteúdo, o docente precisará ater-se à percepção de que não é a ferramenta que aprofundará o conhecimento, visto que ela é só uma ferramenta, e dependerá do significado que o professor atribuir à aprendizagem, para a concepção de novos conhecimentos.

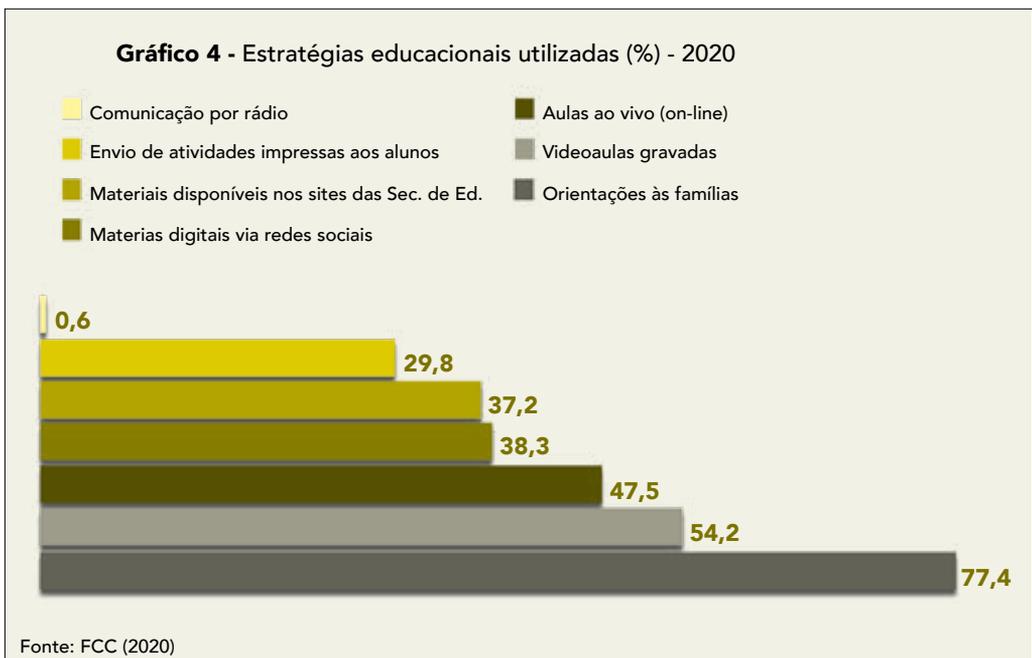
7. TECNOLOGIAS COMPUTACIONAIS NA SALA DE AULA EM TEMPO DE PANDEMIA

As novas condições impostas para a docência em todos os níveis educacionais, em tempos de covid-19, exigem dos professores um exercício de autoletramento, como está exposto na pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC) em 2020, com 14.285 docentes em 27 unidades da Federação. Esse estudo mostrou que a

rotina de trabalho pós-isolamento social preocupa os docentes quanto à reorganização das suas aulas, o seu tempo com os alunos e a tentativa de garantir sua autoformação tecnológica. O gráfico 3 demonstra as estratégias utilizadas pelos docentes:



Entre as estratégias educacionais utilizadas no intuito de garantir os conteúdos das disciplinas e otimizar o tempo, podemos destacar o estreitamento da comunicação com as famílias para estimular e acompanhar as atividades realizadas em casa, como mostra o gráfico 4, a seguir:



Nesse período alunos e professores vêm se adaptando e aprendendo juntos com novos programas, aplicativos e ferramentas diversas. Os recursos educacionais disponíveis aos professores variam significativamente em complexidade e recursividade. Em muitos casos, sua utilização não pode ser responsabilidade apenas do professor, pois somente pode ser acessada em ambientes computacionais relativamente grandes

Embora a pesquisa também tenha indicado que quase 8 em cada 10 professores façam uso contínuo de materiais digitais por meio de redes sociais de forma estratégica, eles não se limitam a essa ferramenta, e reinventam seus métodos gravando aulas, se comunicando por rádio e desenvolvendo materiais impressos, entre outras novidades.

E nesse período alunos e professores vêm se adaptando e aprendendo juntos com novos programas, aplicativos e ferramentas diversas. Os recursos educacionais disponíveis aos professores variam significativamente em complexidade e recursividade. Em muitos casos, sua utilização não pode ser responsabilidade apenas do professor, pois somente pode ser acessada em ambientes computacionais relativamente grandes. No quadro a seguir, apontamos um conjunto de ferramentas que podem ser utilizadas de muitas formas, e que se tornaram comuns para grande número de usuários, considerando alunos e professores.

Quadro 3 — Programas e aplicativos mais usados em aulas remotas 2020

Programa/aplicativo	O que é e para que serve?
YouTube	É uma plataforma de compartilhamento de vídeos. Pode ser usado como repositório de aulas gravadas e transmissão de lives educacionais, e possibilita a reprodução de vídeos, documentários, músicas, filmes e podcasts.
Google Classroom	É um sistema de gerenciamento de conteúdo gratuito para escolas, organizações sem fins lucrativos e usuários com conta pessoal. Por meio dessa plataforma, o professor pode enviar mensagens aos alunos e organizar aulas a distância, ou, ainda, enviar atividades síncronas e assíncronas.

Google Docs	Composto por quatro partes — documentos, apresentação, planilha e desenho —, é um aplicativo que pode ser utilizado de forma síncrona e assíncrona. Por meio dele os usuários podem escrever, editar e colaborar onde estiverem e ao mesmo tempo. Esse aplicativo, embora pago, tem uma parte gratuita com acesso por login e senha.
Google Drive	É um serviço de armazenamento seguro na nuvem da Google para conteúdo pessoal. Nele, cada usuário dispõe de 15GB gratuitos de espaço para enviar fotos, vídeos, documentos e outros arquivos importantes; pode ser acessado em qualquer equipamento, com login e senha individual.
Google Meet	É um serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pela Google que, embora seja paga, tem versão de acesso grátis. É utilizado para videoconferências, chats e pode ainda gravar reuniões. Na versão gratuita, comporta até cem pessoas. Atualmente, no Brasil, é o aplicativo mais usado para esse fim.
Moodle	É um sistema de software livre para a criação de cursos on-line (EaD). A plataforma funciona como ferramenta de apoio para alunos e professores. No Brasil, o Moodle é mais utilizado em universidades, inclusive corporativas, e em cursos de idiomas, uma vez que é o formato mais próximo da modalidade de aula presencial.
Redes sociais	Fornecendo inúmeras funcionalidades e diversos aplicativos, as redes sociais possibilitam e facilitam o compartilhamento de ideias e informações e podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. As mais utilizadas são Facebook, WhatsApp, Twitter e Instagram.
Jitsi Meet	É uma aplicação de software livre, multiplataforma, para voz e videoconferência, que permite fazer chamadas gratuitas com até 20 pessoas e compartilhamento de tela, gravação de reuniões, transmissão e chamadas ao vivo em seu canal, dispensando o login. Não é necessário baixar o aplicativo. Todas as reuniões são criptografadas, tornando-a a plataforma mais segura para a realização de chamadas importantes na internet.
OBS Studio	É um software gratuito usado para gravar vídeos, gravar a tela do computador ou fazer transmissão ao vivo de aulas no YouTube ou redes sociais. Tem sido usado com frequência para gravar aulas, mas é preciso notar que esse aplicativo não possui edição de vídeos.
Shotcut	É um aplicativo gratuito para edição de vídeos que suporta diferentes formatos de imagens e vídeos. Conta com interface amigável e em português. Com diversos recursos, esse app permite personalizar filtros de áudio e vídeo.
StreamYard	É um estúdio virtual que permite reunir até dez pessoas para lives, sendo controlado pelo navegador; transmite vídeos diretamente nas principais redes sociais, e por conta disso é bastante usado em entrevistas, rodas de discussões e eventos on-line. Traz uma identidade profissional à transmissão. Na versão gratuita, é restrito a no máximo 20h de transmissão por mês, obrigatoriedade de marca d'água do app e limite de seis convidados por tela.

Zoom	É uma ferramenta de videoconferência que, na versão gratuita para usuários individuais, comporta até 25 pessoas. É a solução mais usada do mundo nesse segmento. A estabilidade de conexão em qualquer dispositivo é sua principal vantagem. O programa permite ainda que o usuário participe por ligação telefônica convencional; o convite de participação pode ser por e-mail, redes sociais e SMS, entre outros.
Gimp	O GNU (GNU Image Manipulation Program), conhecido por Gimp, é o editor de imagens gratuito mais famoso do mundo. Melhor alternativa ao caríssimo Photoshop, o aplicativo reúne uma série de recursos utilizados na criação ou manipulação de imagens e fotografias e na criação de gráficos e logotipos; altera cores, remove partes indesejadas e suporta, salva, exhibe e possibilita diversos formatos de imagem, inclusive PDF.

Fonte: elaboração das autoras Lopes e Melo

* Todas as ferramentas apresentadas têm versão grátis ou códigos de desenvolvimento totalmente livres e gratuitos.

Esses aplicativos e programas citados nesse estudo foram testados pelas autoras Lopes e Melo de forma planejada e sistemática, e são exemplos de ferramentas que podem auxiliar o professor em suas aulas, tanto na modalidade presencial quanto na mista ou remota, desde que planejadas. E assim como esses, há inúmeros aplicativos, jogos, programas à disposição na internet e nas lojas de aplicativos na versão paga ou gratuita, que podem ser explorados e compartilhados pelos docentes como boas práticas e permitem futuros estudos para ajudar os docentes na associação entre tecnologias e suas práticas pedagógicas.

8. POTENCIAL DOS DISPOSITIVOS MÓVEIS NA EDUCAÇÃO

Cotidianamente, a presença de dispositivos tecnológicos em sala de aula causava, quase sempre, motivo de desconforto aos docentes e familiares, como bem acenam Grund e Gil (2011).

Durante o caminho percorrido para a integração dos dispositivos móveis em sala de aula, é encontrada resistência das famílias e dos professores, pois eles consideram esses dispositivos mais como meios de comunicação e entretenimento do que como possíveis ferramentas educativas (apud CLEOPHAS et al, 2013, p.3).

Antes da pandemia, estudos acadêmicos já mostravam que as duas últimas gerações, e as que virão, serão protagonistas de um desafio bem diferente e que pode se chocar com a promoção do ensino, se o professor não estiver adequado aos novos tempos. O isolamento social acelerou esse quadro. O “novo normal” e sua geração não se adequarão a uma educação descontextualizada dos seus interesses, que ignore seus anseios digitais e os benefícios das múltiplas tecnologias.

As problemáticas discutidas neste estudo apontam, ainda, a necessidade de repensar as políticas públicas voltadas para a educação de modo sistematizado, planejado e em caráter de urgência, para que elas contem com infraestrutura adequada e a criação de escolas virtuais públicas, apoiadas pelo Estado

Os principais mediadores desses recursos vêm da geração Z, nascida após 1992, e da geração Alpha, nascida após 2010, submersas num natural e progressivo contexto tecnológico desde o nascimento.

Para Leite (2015), os nativos digitais tendem a lidar com as novas tecnologias de forma natural, como se elas fossem a sua língua materna, adaptando-se ao novo sem receio das inconstâncias e das rápidas evoluções tecnológicas.

Entre esses artefatos tecnológicos, os dispositivos móveis — dentro desta categoria se enquadram os *smartphones*, *tablets*, *netbooks*, *games*, *laptops*, *media players* (*iPods* e similares), *ultrabooks* e consoles — apresentam os mesmos conceitos de ubiquidade e mobilidade.

Hayles (2005) diz que a constituição de nossa subjetividade está intimamente vinculada às tecnologias que nos rodeiam. E em nossa sociedade da informação e comunicação, os aparelhos de telefonia inteligentes, *smarts*, garantem ao usuário a onipresença das TDICs comunicacional e informacional e, simultaneamente, a mobilidade, o que os torna instrumentos praticamente indispensáveis para uma grande parcela da população, e que podem ser usados a favor da educação. A utilização de tecnologias como *e-learning*, *m-learning*, realidade aumentada/virtual, entre outras, deve ser explorada nos próximos anos com maior frequência, pois a tecnologia está convergindo para a mobilidade e portabilidade.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há alguns anos, as tecnologias vêm interferindo no nosso cotidiano em velocidade exponencial, causando mudanças e impactos positivos e negativos na sociedade. Como vastamente ventilado neste estudo, essas transformações se acentuaram no ano de 2020 por conta de uma crise sanitária que abateu o país, a pandemia de covid-19. Escolas fecharam e as aulas presenciais foram substituídas, por força da lei

e em caráter excepcional, por aulas remotas que utilizam meios e tecnologias de informação e comunicação para atender a portarias do Ministério da Saúde que versam sobre a obrigatoriedade de isolamento social.

Esse contexto evidenciou o que vários estudos e pesquisas científicas já apontavam: não temos infraestrutura adequada, há dificuldade dos professores em seguir um programa pontual e pessoal de educação continuada, a escola sofre com a carência de atuação governamental que possa viabilizar um conjunto de ações para a educação.

As problemáticas discutidas neste estudo apontam, ainda, a necessidade de repensar as políticas públicas voltadas para a educação de modo sistematizado, planejado e em caráter de urgência, para que elas contem com infraestrutura adequada e a criação de escolas virtuais públicas, apoiadas pelo Estado.

É preciso rever a grade curricular das licenciaturas e de outros cursos que se dediquem à formação de professores, no sentido de promover, na medida do possível, a experimentação de tecnologias, tanto para a própria dinâmica deles como para suas práticas pedagógicas, inclusive no que diz respeito à habilidade para enfrentamento de situações atípicas como a que estamos vivendo.

Também é necessário perceber os aspectos mais evidentes das novas tecnologias da informação: as metodologias inclusivas, pedagogias ativas, compartilhamento de informações e cooperação de ideias, para que possamos ter fôlego ao desenvolver criticidade nos alunos e, na medida do possível, garantir a equidade na escola.

Assim, a escola não pode ficar alheia às inovações tecnológicas, dado que, para o alcance de um patamar satisfatório, boa vontade e desejo não são suficientes. São imprescindíveis programas e projetos de valor educacional voltados para tecnologias como cerne da política. O distanciamento das tecnologias da informação é um dos mais graves equívocos para a estrutura escolar, como percebe Ferreira (1997, p. 87), ao preconizar que a escola, local onde se deveria produzir conhecimento, não fique à margem da maior fonte de informação disponível neste momento.

* Mestranda em Educação Profissional pela Universidade de Pernambuco (UPE).
Analista em Desenho Instrucional do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

** Doutora em Educação. Professora pesquisadora do Programa de Mestrado Profissional em Educação e de Licenciatura em História da UPE.

► Texto recebido em outubro de 2020; aprovado em novembro de 2020.

AKELLA, Devi. **Learning together: Kolb's experiential theory and its application.** Journal of Management and Organization, v. 16, n. 1, p. 100-112, mar. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/247920250_Learning_together_Kolb's_experiential_theory_and_its_application>. Acesso em: 18 nov. 2020.

ALLESSANDRINI, Cristina Dias. O desenvolvimento de competências e a participação pessoal na construção de um novo modelo educacional. In: PERRENOUD, Philippe et al. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação.** Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 157-76.

BANCO MUNDIAL. **covid-19 no Brasil: impactos e respostas de políticas públicas.** Banco Mundial, jun. 2020. Disponível em: <<http://documents1.worldbank.org/curated/en/106541594362022984/pdf/COVID-19-in-Brazil-Impacts-and-Policy-Responses.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional N° 85 de 26 de fevereiro de 2015.** Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 fev. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc85.htm>. Acesso em: 17 nov. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n° 9.394/1996. Brasília: MEC, 20 dez. 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 set. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Nacional de Educação.** Lei n° 13.005/2014. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 23 set. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n° 343, de 17 de março de 2020.** Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 6 nov. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CETIC.BR. **TIC Domicílios 2019:** apresentação dos principais resultados para a imprensa. 2019. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/analises>>. Acesso em: 23 set. 2020.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A educação e a covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação,** Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 545-554, jul.-set. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0104-40362019002801080001>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

ELKJAER, Bente. Em busca de uma teoria de aprendizagem social. In: EASTERBY-SMITH, Mark; BURGOYNE, John; ARAÚJO, Luis (Org.). **Aprendizagem organizacional e organização de aprendizagem.** São Paulo: Atlas, 2000. p. 100-116.

FCC. **Pesquisa:** educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da educação básica. Fundação Carlos Chagas, 2020. Disponível em: <www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1>. Acesso em: 30 set. 2020.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. **O ensino de história nas escolas de ensino fundamental e médio de Salvador de Bahia:** análises de variáveis e a contribuição do computador. 1997. Dissertação (Mestrado em Pedagogia Aplicada) — Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 1997.

FRAGA, Renê. Pesquisa do Google revela que 95% dos professores brasileiros acreditam que a tecnologia é benéfica aos estudantes. **Google Discovery,** 17 ago. 2019. Disponível em: <<https://google.com/discovery/2019/08/17/pesquisa-do-google-revela-que-95-dos-professores-brasileiros-acreditam-que-a-tecnologia-e-benefica-aos-estudantes>>. Acesso em: 23 set. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura.)

GRUND, F.B ; GIL, D.J.G, 2011 Apud CLEOPHAS, M.G.P; LINS, W.C.B; LEÃO, M.B.C. **Usabilidade dos dispositivos móveis: verificando a confiabilidade de um questionário a partir da aplicação do coeficiente alfa de Cronbach**. Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Águas de Lindóia, São Paulo. p.3. 2013.HAYLES, Katherine N. **My mother was a computer: digital subjects and literary text**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005. Disponível em: <<http://www.eneq2016.ufsc.br/anais/resumos/R1292-2.pdf>> Acesso em: 18 nov. 2020.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>.Acesso em: 30 set. 2020.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

JONASSEN, David H. **Computer as mindtools for schools: engaging critical thinking**. Columbus: Pennsylvania State University, 2000.

KELLY, Rhea. Teaching with technology survey. **Campus Technology**, v. 30, n. 7, 2017.

KOLB, David. **Experiential learning**. New Jersey: Prentice Hall, 1984.

LEITE, Bruno S. **Tecnologias no ensino de Química: teoria e prática no ensino de Química**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.

LEMONS, André. Cibercultura e mobilidade: a era da conexão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 5-9 set. 2005, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Uerj, 2005. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1465-1.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

MARTINS FILHO, Vilson; GERGES, Nina Rosa Cruz; FIALHO, Francisco Antonio Pereira. Design thinking, cognição e educação no século XXI. **Revista Diálogo Educacional**, v. 15, n. 45, p. 582, maio-ago. 2015..

MOODLE. **Guia rápido do professor**. Disponível em: < https://docs.moodle.org/all/pt_br/Guia_r%C3%A1pido_do_professor >. Acesso em: 18 nov. 2020.

MORÁN, José Manuel. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (Org.). **Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**. Ponta Grossa: Proex-UEPG, 2015. v. 2. p. 15-31 Disponível em <www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

MOURA, Adelina. Práticas de mobile learning no ensino básico e secundário: metodologias e desafios. In: ENCONTRO SOBRE JOGOS E MOBILE LEARNING, 3., 2016, Coimbra. **Anais...** Coimbra, 2016. p. 19.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em : < https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf >. Acesso em: 18 nov. 2020.

PAPERT, Seymour. **Logo: computadores e educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **The children's machine: rethinking school in the age of the computer**. New York: Basic Books, 1993.

PIMENTEL, Alessandra. A teoria da aprendizagem experiencial como alicerce de estudos sobre desenvolvimento profissional. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 2, p. 159-168, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/epsic/v12n2/a08v12n2.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

PRENSKY, Marc. Nativos digitais, imigrantes digitais. Tradução Roberta de Moraes Jesus de Souza. **On the Horizon**, v. 9, n. 5, out. 2001. Disponível em: <<http://poetadasmoreninhas.pbworks.com/w/file/fetch/60222961/Prensky%20-%20Imigrantes%20e%20nativos%20digitais.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

_____. Digital natives, digital immigrants. **On the Horizon**, v. 9, n. 5, out. 2001. Disponível em: <www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>. Acesso em 15 jul. 2020.

RESNICK, Mitchel; OCKO, Stephen; PAPERT, Seymour. Lego/logo: learning through and about design. In: HAREL, Idit; PAPERT, Seymour (Ed.). **Constructionism**. Norwood: Ablex, 1991.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação ubíqua**: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013. (Coleção Comunicação.)

THE WORLD BANK. **The economy in the time of covid-19**. The World Bank, abr. 2020. Disponível em: <www.abdib.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Banco-Mundial_-Coronav%C3%ADrus.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

UNESCO. **TIC na educação do Brasil**. Brasília, s.d. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/ict-education-brazil>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Fernando José de. Visão analítica da informática na educação no Brasil: a questão da formação do professor. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, n. 1, 1997.

VINCENT-LANCRIN, Stéphan et al. **Measuring innovation in education 2019**: what has changed in the classroom?. Paris: OECD, 5 mar. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/9789264311671-en>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

YARZÁBAL, Luis. **Consenso para el cambio en la educación superior**. Caracas: Unesco; lesalc, 2002.

“Solidariedade S/A”: o Grupo Globo e o que virá depois da pandemia

“Solidariedade S / A”:
Globo Corp. and what will come after the
pandemic

Germano Rama Molardi*
Leticia de Mello Padoin**

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.013>

Jornal Nacional/Reprodução



Renata Vasconcellos, apresentadora do Jornal Nacional, apresenta o quadro Solidariedade / S.A.

RESUMO

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, a maior empresa de comunicação do Brasil vem fazendo oposição ao governo Jair Bolsonaro e apontando o presidente como principal responsável pela crise sanitária. Ao mesmo tempo que critica o governo, o Grupo Globo lançou a campanha “Solidariedade S/A”, a partir da qual divulga empresas que vêm fazendo doações para ajudar no combate à pandemia. Este artigo parte da hipótese de que, criada para ser o principal veículo ideológico das modernizações capitalistas no Brasil após a ditadura militar, a Rede Globo vem atuando no debate público para tentar neutralizar possíveis crises sociais, indicando o mercado como legítimo reparador das contradições causadas pela pandemia do novo coronavírus. Sendo assim, o artigo faz uma análise de conteúdo de sete matérias jornalísticas publicadas entre abril e setembro de 2020 no site G1, a fim de identificar tendências divulgadas por essa empresa de comunicação para a reorganização da sociedade brasileira no período pós-pandemia. As matérias analisadas apresentam ideias como a da união abstrata de toda a população (a despeito de sua subdivisão em classes sociais) em torno do objetivo comum de superar a pandemia. A Globo também vocaliza a concepção, apresentada pelas empresas, de que o Estado não resolverá a crise, daí a importância da iniciativa dos empresários. O que a maior empresa de comunicação do Brasil oferece, em compasso com a sua própria história, é a continuidade do regime de acumulação capitalista.

Palavras-chave: Coronavírus. Rede Globo. Solidariedade. Pandemia.

ABSTRACT

Since the beginning of the new coronavirus pandemic, Brazil's largest communications company has been opposing the Jair Bolsonaro government and pointing the president as the main responsible for the health crisis. While criticizing the government, Globo Corp. launched a campaign to publicize companies that have been making donations to help fight the pandemic. This article starts from the hypothesis that Rede Globo was created to be the main ideological vehicle of capitalist modernizations in Brazil after the military dictatorship, and that since then it has been acting in the public debate to try to neutralize social crises. In the case of the current health crisis, this is done through the discourse that the market would be the legitimate repairer of the contradictions caused by the pandemic of the new coronavirus. Therefore, this article analyzes the content of seven journalistic articles published between April and September 2020 on the G1 website to understand the propouses for the reorganization of Brazilian society in the post-pandemic period that have been disseminated by Rede Globo. The analyzed articles present the idea of an abstract union of the entire population around the common goal of overcoming the pandemic, ignoring social classes. Globo also voices the idea that the crisis will not be resolved by the State, but by the initiative of entrepreneurs. In line with its own history, the solution presented by the largest communication company in Brazil is the continuity of the capitalist accumulation regime.

Keywords: Coronavirus. Globo Corporation. Solidarity. Pandemic.

1. INTRODUÇÃO

Alves (2004) nomeia de sociometabolismo da barbárie o momento predominante do regime de acumulação capitalista em que este não consegue mais oferecer ao conjunto do ser social as alternativas concretas para o seu próprio desenvolvimento. Destituídos de liberdade irrestrita de movimentos, os gestores do capital financeirizado e em processo de financeirização deslocam a responsabilidade das crises intrínsecas ao modo de produção capitalista para outros complexos do ser social, como o setor ambiental, moral, político, cultural e, no caso da pandemia do novo coronavírus, para o complexo sanitário. A pandemia do novo coronavírus não afeta a todo ser social de maneira equânime, de modo que se possam levar em conta apenas as consequências biológicas da covid-19 (que colocam em exposição todos os exemplares humanos) e não as circunstâncias nas quais a infecção se dá (que vão ser assimiladas pelas pessoas de acordo com as possibilidades que têm ou não têm de se expor ou, na medida em que expostas, de curarem-se). Assim, a depender da renda, as pessoas têm maior ou menor capacidade de seguir em isolamento social, dispendo de recursos para sobreviver sem precisar trabalhar; a depender da renda, também, às pessoas são acessíveis ou não os recursos em saúde (unidades de atendimento, planos privados etc.) para curar-se, se infectadas. Assim, o Sars-Cov-2 não escolhe corpos de classes sociais os quais pretende infectar e levar a óbito. As decisões relativas à proteção social de todo o ser social no contexto da pandemia dependem ampla e fundamentalmente, entretanto, da economia política e, consubstanciando-se com esta, do trabalho ideológico que organiza as concepções sobre o conteúdo e a forma da disseminação do novo coronavírus e, conseqüentemente, sobre possibilidades de sua superação — portanto, são essencialmente sociais.

Nesse sentido, o presente artigo pretende fazer uma análise do trabalho desenvolvido pelo Grupo Globo, principal e maior empresa de comunicação do Brasil, a partir da campanha “Solidariedade S/A”, pela qual se divulgam ações de empresas privadas que, por meio de doações de bens diversos, têm contribuído na superação da pandemia. O primeiro movimento do artigo tem como perspectiva contextualizar o Grupo Globo historicamente, caracterizando seu desenvolvimento desde sua gênese até sua caracterização como concessionária pública que se responsabiliza, desde os compromissos de classe previstos na Constituição Federal de 1988, por prestar um serviço, o de comunicar, em troca dos lucros daí advindos. Para esse fim, construiu-se um histórico à luz da bibliografia existente sobre o tema, traçando, com base no contexto do surgimento daquele grupo econômico, os objetivos para os quais foi criado, os parâmetros de seu funcionamento, o papel que cumpre na consolidação da Nova República e do código jurídico geral — a Constituição Federal de 1988 — que regula a sociedade brasileira até os dias atuais.

Em seguida, caracteriza-se o “Solidariedade S/A”, desdobrando as análises de sete matérias publicadas no portal de internet do Grupo Globo, o *GI*. As matérias foram escolhidas tendo-se como critério central a sua distribuição no espaço de tempo

em que a pandemia perdura no Brasil, de abril até os dias atuais. A definição do tempo deu-se em função de as distintas mudanças de narrativa que ocorreram nesse período terem abordado a intervenção do Estado na garantia da proteção social contra o contágio pelo Sars-Cov-2 em contradição com o funcionamento regular da economia. Diante de sua recolocação nas disputas que cindem o bloco no poder (OSORIO, 2019), o Grupo Globo reorganiza suas intervenções político-ideológicas em um sentido de oposição formal ao governo. A campanha “Solidariedade S/A”, entretanto, oferece uma tendência — que precisa ser mais bem compreendida e, portanto, constitui o objeto deste artigo — de caracterização do livre mercado e da livre iniciativa privada como interventores sociais responsáveis pela diminuição das contradições intrínsecas ao capitalismo dependente brasileiro, as quais a pandemia não engendra, ainda que catalise suas aparições.

2. GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO GRUPO GLOBO

A presente seção tem como objetivo fundamentar a premissa de que a Rede Globo de Televisão tem sua fundação marcada pela necessidade histórica de desenvolvimento de uma indústria cultural associada às modernizações capitalistas pelas quais passava o Brasil no período da tomada do poder pelas Forças Armadas, cujos interesses giravam em torno da maior associação da economia política do país ao capitalismo monopolista internacional. A criação do Grupo Globo deriva do maciço investimento de uma empresa estadunidense que, dotada do *know-how* e dos recursos financeiros necessários, é capaz de “passar por cima” de princípios constitucionais que impediam o investimento de estrangeiros em empresas de comunicação nacionalmente situadas, com consentimento do governo militar. A partir das permissões dadas unilateralmente pelas Forças Armadas à família Marinho, proprietária do Grupo Globo, é estabelecida uma rede de canais, cuja tarefa de legitimação ideológica dos processos de modernização das relações sociais de produção em território nacional desdobra-se na definição de altos padrões de competição para o mercado de comunicação — constituindo-se, assim, uma indústria cultural moderna no Brasil.

De acordo com Marini (2000, p. 94), “a ditadura militar aparece [...] como consequência inevitável do desenvolvimento capitalista brasileiro e como uma tentativa para abrir novas perspectivas de desenvolvimento”. O regime militar investe na infraestrutura do parque industrial, na produção de bens materiais e fortalece o desenvolvimento de uma indústria cultural. Segundo Fonseca (2008, p. 90),

para levar adiante o projeto de integração nacional, o Estado militar implantou toda uma infraestrutura de comunicações, cujos benefícios serão colhidos pela classe empresarial, interessada na integração de mercados

consumidores. É a partir dessa convergência de interesses que [...] se dá a colaboração efetiva do regime militar para a expansão dos grupos privados.

São três os objetivos centrais, por parte das Forças Armadas, que motivaram o investimento na consolidação das indústrias culturais no Brasil: 1) favorecer a coesão nacional em torno do projeto representado pelos militares; 2) contribuir no processo de reprodução do capital, com a maior rapidez na efetivação do mais-valor com a venda de mercadorias, favorecida pela publicidade; 3) consolidar a infraestrutura necessária para transformar a televisão em uma ferramenta midiática útil à expansão da indústria cultural, com a incidência desse formato de mídia no crescimento de outros setores (livros, discos, filmes e a infraestrutura necessária para produzi-los e reproduzi-los) (FONSECA, 2008). Ainda, de acordo com Motter (2019, p. 182-183),

o regime burocrático-autoritário elegeu o setor de telecomunicações como área estratégica, de acordo com uma concepção formulada a partir da Doutrina de Segurança Nacional, que tinha como um dos seus pressupostos básicos a integração do território nacional, em nível econômico, político, social e cultural. Portanto, os governos militares priorizaram esse setor, destinando-lhe investimentos de vulto, visando dotar o país de uma moderna infraestrutura de telecomunicações — o que de fato deve ser creditado como uma das realizações do regime militar. O sistema estatal de telecomunicações foi concebido como suporte do modelo desenvolvimentista perseguido durante o período autoritário. Por se subordinarem as políticas de telecomunicações aos objetivos de integração e segurança nacionais, o setor foi mantido sob estrito controle militar. Essa infraestrutura estatal de telecomunicações permitiu um crescimento extraordinário da mídia eletrônica. Com o suporte tecnológico criado pelo Estado, a televisão pôde consolidar-se como principal veículo de comunicação de massa, a ponto de o Brasil revelar um “desenvolvimento precoce se comparado aos níveis de renda per capita de uma sofisticada mídia moderna” (MAINWARING, S. 1991, p. 43).

O ingresso no estágio monopolista, entendido por Fernandes (1974, p. 224-225) como a “reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da ‘grande corporação’”, corresponde justamente à década de 1950, com a industrialização pesada promovida pelo governo de Juscelino Kubitschek, que vai adquirir caráter estrutural posteriormente à “Revolução de 1964” (FERNANDES, 1974). Os jornais adentram a década de 1960 convivendo com uma fase de transição que correspondeu a grandes inovações da mídia impressa e do rádio, com renovações maciças de jornais já existentes desde as primeiras décadas do século XX, bem como com a criação de novos veículos; o mesmo acontece com o rádio, que precisa articular novos quadros e programações, ou substituir os antigos para adequar-se ao advento da televisão (FONSECA, 2008).



Cena do quadro "Solidariedade S/A" do Jornal Nacional da TV Globo

o processo de implantação das indústrias culturais no Brasil, à semelhança do que ocorre nos países de capitalismo avançado, dá-se na fase de acumulação capitalista monopolista. A diferença reside no fato de que, aqui, essa etapa ocorre tardiamente em relação às nações desenvolvidas, isto é, num período em que o capitalismo monopolista mundial já estava plenamente constituído. Além disso, a formação no Brasil de um modo capitalista de produção ocorre em condições diversas das verificadas nos países centrais. O capitalismo brasileiro desenvolve-se de forma associada e dependente dos capitais internacionais (FONSECA, 2008, p. 80).

O cenário de desenvolvimento da indústria cultural moderna no Brasil é conturbado, cheio de conflitos jurídico-políticos entre os negócios já constituídos e os pretensos novos ingressantes no mercado de comunicação. A despeito das ameaças e dos ameaçados por esse processo de modernização, é correto sinalizar para o fato de que a "existência de um moderno sistema de comunicação é necessidade de qualquer sociedade capitalista mais avançada" (BOLAÑO, 1988, p. 95), cujos processos de acumulação buscam maior dinamização e melhor gestão das relações sociais de produção e reprodução capitalistas. Eis o espaço no qual o Grupo Globo se insere, adquirindo funções, compromissos e responsabilidades nesse processo — características que a seção seguinte pretende desdobrar.

2.1. O Grupo Globo como eixo ideológico da modernização capitalista no Brasil

Para os fins do presente artigo, a ênfase no desenvolvimento dos negócios da família Marinho dar-se-á em torno da Rede Globo de Televisão e das oportunidades aproveitadas por seus proprietários nos períodos históricos em que a consolidação dessa rede ocorre. Entretanto, para fins de precisão, cabe reiterar que o início do en-

volvimento de Roberto Marinho com a comunicação social dá-se já no início do século XX, quando são criados os jornais *A Noite*, em 1911, e, em 1925, *O Globo*, existente até os dias atuais. Posteriormente, a família Marinho cria jornais como *Extra* e *Expresso*, com características e públicos-alvo distintos. O Grupo Globo é proprietário, ainda, da Editora Globo, criada em 1952. No que tange ao sistema de rádio, por sua vez, a empresa mantém uma rede de emissoras desde 1944, com alcance nacional. Por último, o Grupo Globo é também proprietário de uma gravadora e produtora, a Som Livre, fundada em 1969. A ênfase no desenvolvimento da rede televisiva tem relação com o objetivo desta seção de apresentar a importância e o papel do Grupo Globo no desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas no Brasil, do qual é participante ativo.

A criação da Rede Globo de Televisão é um exemplo de associação dependente aos países centrais da economia capitalista. O início de operações data de 1965, no Rio de Janeiro, em meio a um conflito com os concorrentes, que denunciavam a inconstitucionalidade dos meios através dos quais a família Marinho adquiriu os recursos necessários ao início de suas atividades, bem como o envolvimento de chefes de Estado nessas operações. Assentado no acordo com a empresa estadunidense Time-Life, o Grupo Globo consegue subsídios financeiros e apoio técnico no que tange aos setores administrativo, financeiro, comercial e de programação, ao padrão de noticiário, às orientações de engenharia e aos padrões de admissão de funcionários. Em outras palavras, com o investimento maciço de uma empresa estadunidense — US\$ 5 milhões, à época; US\$ 41,5 milhões, atualmente — e com o consentimento do regime militar, Roberto Marinho dá início às atividades e estabelece a maior empresa de comunicação do Hemisfério Sul (BOLAÑO, 1988). Segundo Caparelli (1982 apud BOLAÑO, 1988, p. 87), o desenvolvimento das forças produtivas em distintos e mais complexos setores da economia brasileira exigiu a criação de instrumentos ideológicos que acompanhassem e legitimassem os processos de modernização daí resultantes, o que foi realizado pelo Grupo Globo a partir da produção de conteúdos que, alicerçados na política de segurança nacional, são fortemente inspirados no que é feito em termos de comunicação televisiva nos Estados Unidos.

Seis anos depois de criada, a Rede Globo quita suas dívidas com a empresa estadunidense. Bolaño (1988) destaca que a família Marinho auxilia o regime militar, ao contrário de outras empresas de comunicação — como era o caso dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand —, na tarefa de vinculação da economia “nacional” ao capital monopolista internacional, organizando internamente uma compreensão mais moderna de gestão empresarial, jornalística e contábil. A estratégia do Grupo Globo é voltada à popularização de sua programação, focada em produções de baixo custo e alto retorno em termos de audiência. Com a finalidade de fidelizar o público, a Globo ingressa, na década de 1970, na produção de novelas que fixas-

sem audiência no decorrer da semana e assume, a partir disso, uma postura distinta da concorrência no tratamento com os anunciantes: “conquistar um público fiel e de grandes dimensões para, com isso, poder negociar com os anunciantes devidamente respaldada” (BOLAÑO, 1988, p. 92). Definia-se, assim, o “padrão Globo de qualidade”, impondo às empresas concorrentes o dever de disputar fatias de mercado com capacidades produtivas inferiores à emissora líder:

A definição do “padrão Globo de qualidade” é fundamental para a compreensão do seu predomínio nos anos 70/80, na medida em que eleva as exigências de recursos para que se possa penetrar efetivamente na sua faixa de mercado.

[...]

Com a definição de um novo período de expansão, todos esses elementos vão se articular e participar ativamente do processo de crescimento. Estavam finalmente dadas as condições para a expansão do conjunto do capitalismo monopolista e da indústria cultural brasileira. A grande beneficiária desse processo será a Rede Globo de Televisão, que soube se colocar na dianteira no momento oportuno, rompendo todas as frágeis barreiras que eram impostas pelas suas concorrentes mais antigas. A partir desse momento, a estratégia concorrencial da Globo terá que alterar-se, procurando ela agora construir suas próprias barreiras (BOLAÑO, 1988, p. 101).

Consolidada a sua colocação em novo patamar competitivo, alçando-se à primeira posição no mercado de televisão, a Rede Globo passa gradualmente a abandonar os programas de baixo custo e a investir em maior grau de complexidade produtiva na programação — o que acontece na década de 1970 —, não só com o objetivo de estabelecer padrões altos de competitividade interna, mas também perspectivando internacionalizar o alcance de sua própria programação. No que diz respeito à competitividade interna, Dowbor (1982) descreve a internalização dos nexos de dependência no Brasil como um processo em que a lógica da divisão internacional do trabalho é assimilada no território nacional de forma a submeter partes do extenso território brasileiro aos interesses do centro de poder instituído no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, na medida em que as principais atividades comerciais do país concentram-se nessa região. De certo modo, como mostra Almeida Filho (1976 apud BOLAÑO, 1988, p. 109), a relação do Grupo Globo com as empresas afiliadas em todo o território nacional já na década de 1970 reproduzia esse padrão, tendo em vista que a família Marinho dispunha sua programação “gratuitamente” às afiliadas, desde que mantido o padrão de qualidade já referido e garantidos os retornos financeiros, os quais ficavam em torno de 50% do faturamento dos anúncios das afiliadas em nível nacional, além de estabelecida a responsabilidade delas perante os mercados regionais de anunciantes. Com relação à internacionalização de seus produtos, a Globo entra na década de 1980

atingindo 52 países, com ênfase nos países da América Latina, África e Europa, e é o próprio Roberto Marinho que descreve as dificuldades dessa internacionalização, em função dos altos custos da dublagem do conteúdo, constituído majoritariamente pelas telenovelas.

A segunda metade da década de 1970 é marcada por grandes movimentações no andar de baixo ao ocupado pelo Grupo Globo, sem que, com isso, o “padrão Globo de qualidade” altere-se em algum momento (BOLAÑO, 1988). As concorrentes menores encontram, no final dos anos 70 e início dos 80, barreiras muito maiores para a sua colocação no mercado do que aquelas que se encontravam cerca de 15 anos antes, quando Marinho dava início às suas atividades no mercado de televisão, e, por isso, precisam adequar suas produções de maneira a absorver ou atingir audiências não comprometidas com o “padrão Globo de qualidade”. Bolaño (1988) destaca o perfil experimental das emissoras, como no caso da Bandeirantes, bem como o endividamento com infraestruturas exorbitantes para atrair concorrências mais leais à líder de mercado, no caso da TV Manchete; movimentações que exigem que o Grupo Globo se reorganize internamente para dar conta dos desenvolvimentos do mercado — o que faz sem ser, em momento algum, estruturalmente ameaçado.

Em termos de audiência, nos anos iniciais da década de 1980, Bolaño (1988, p. 152) destaca:

Podemos definir três períodos distintos: a) janeiro-agosto de 82, caracterizado por uma disputa mais forte entre Globo e SBT, com uma queda na participação da Bandeirantes; b) agosto de 82-junho de 83, caracterizado por um relativo avanço tanto da Globo quanto da Bandeirantes às custas do SBT; c) junho de 83-setembro de 84, quando continua o avanço da Globo e a queda do SBT, enquanto a Bandeirantes passa a se alternar com a Manchete na última posição.

Bolaño (1988) não consegue oferecer respostas às perguntas que ele mesmo faz quanto às consequências do desenvolvimento da televisão por assinatura, tampouco quanto às consequências do desenvolvimento da TV Manchete para o mercado de televisão como um todo — algo que é explicado pelo período de publicação do livro a que até o momento fez-se referência. A TV Manchete aguenta as condições de concorrência no oligopólio até o final da década de 1990, quando encerrou as suas atividades. A história da atual maior empresa de comunicação no Brasil apresenta forte atrelamento de sua parte ao Estado, por meio do qual, junto das empresas concorrentes, organiza o mercado de acordo com os seus próprios interesses¹ (MOTTER, 2019). Lima (2011) descreve esse processo baseado em referenciais constitucionais, como são as proibições de que existam, na radiodifusão, as propriedades cruzadas (propriedade sobre diversas mídias), os monopólios e o desrespeito às regionalidades do extenso território nacional. Segundo Motter (2019, p. 22), “o maior fiasco da transição brasilei-

¹ Algo que, como vimos, acontece desde antes de assumir a liderança de mercado.

ra foi não ter logrado realizar nenhuma reforma digna de nota para desmontar essa estrutura, com o propósito republicano de desconcentrar o controle dos meios de comunicação e assegurar a pluralidade tão cara à democracia”.

É o próprio Motter (2019) quem reconhece a dinamicidade intrínseca a um processo de transformações políticas, cujo vigor vai depender das forças que lhe conferem objetividade histórica. Segundo Motter (2019, p. 60), todo regime político, por mais fechado e autocrático que se apresente, tem um *timing* próprio de evolução e mudança. Essa dinâmica, por sua vez, é condicionada pelas pressões maiores ou menores de forças endógenas e exógenas que tensionam o sistema no sentido da sua liberalização, fechamento ou simplesmente da manutenção do *status quo*. Essas pressões a favor da abertura serão tanto mais efetivas quanto menor for o grau de controle e coerção exercido pelo regime.

O processo de transição política para a Nova República deixou explícita a concentração dos meios de comunicação. Distintos grupos sociais organizados passaram a incidir na vida política com o objetivo de modificar as condições herdadas do regime autoritário ao encontro dos próprios interesses. Se distintas forças populares, ante as condições oligopólicas do setor das comunicações, compreendiam que a democratização das comunicações era passo fundamental para a superação do regime ditatorial, as empresas de comunicação queriam garantir a transição pacífica para um novo regime político que deixasse intocados seus direitos de propriedade. Segundo Motter (2019, p. 210),

as Organizações Globo, principal conglomerado de mídia do país e instrumento privilegiado de legitimação do regime autoritário, conseguiram entrar pela porta da frente no novo governo, graças ao apoio dado à candidatura de Tancredo Neves. Essa adesão protegeu seus interesses monopolistas e permitiu ao empresário Roberto Marinho exercer poder de veto na escolha do primeiro escalão do Ministério das Comunicações.

A década de 1990 é marcada, segundo Fonseca (2008) e Nonato (apud FIGARO et al, 2013), bem como Alves (2000), pela reestruturação produtiva na indústria cultural, por meio da qual as empresas de comunicação investem, com auxílio de multinacionais, na modernização de sua infraestrutura, principalmente a partir do desenvolvimento da internet. A instabilidade financeira, na época, ocasiona endividamentos de até R\$ 10 bilhões. A década de 1990 é marcada por profundas alterações no mercado de comunicação, em função de privatizações realizadas pelos governos pós-Constituição Federal, como são os casos da venda da Telebrás e da Lei do Cabo. As consequências desse processo não se tornam devastadoras para o Grupo Globo, porque a empresa consegue desvencilhar-se da crise instaurada pelo endividamento, movimentando-se politicamente em associação às suas concorrentes, também endividadas pelo mesmo processo histórico. As empresas de comunicação “forçam” a alteração do artigo 222 da Constituição Federal de 1988 — que proibia investimentos

A família Marinho aproveitou-se da contingência histórica da Constituinte para desprender-se das suas origens autoritárias e seguir com um projeto superficialmente autônomo dessas origens: a concepção modernizadora do país, a despeito de suas formas políticas. A decisão de Marinho fora de que “se fossem os anéis e ficassem os dedos”

externos no capital social de empresas jornalísticas e de difusão sonora e de imagens. Consolida-se, a partir daí, uma maior associação do Grupo Globo ao capital estrangeiro, que renegocia parte de suas dívidas com a transferência de propriedades para multinacionais do setor. Segundo Fonseca (2008, p. 139),

a televisão por assinatura começa sua história entre as indústrias culturais [...] no final do século XX. Em 1993, as Organizações Globo e a Rede Brasil Sul de Comunicação fundam a NET, empresa de televisão a cabo, que transmite a programação da Globosat para Porto Alegre e para as principais cidades do interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Segundo estudo publicado pelo Intervezes em parceria com o Repórteres Sem Fronteiras (2017), o Grupo Globo controla 33 canais de televisão por assinatura, bem como oito serviços de conteúdo *on-demand*. Ademais, como descrito por Fonseca (2008), a Globo adquiriu (mas já se desfez de) operadoras de TV por assinatura, tendo delas apenas pequenos percentuais de ação — no caso, das empresas NET e Sky. Apesar de idas e vindas de mercado, em 2017 o Grupo Globo ficou na 19ª posição entre os maiores conglomerados de mídia no mundo. Além de sua operação multimídia, a Globo tem ainda fundações, instituições financeiras e empresas no ramo do agronegócio, da construção civil e da tecnologia da informação.

Em outras palavras, o Grupo Globo figura como importante operador do regime de acumulação capitalista no Brasil, assumindo, no que tange à indústria cultural, o papel de líder de mercado. O Grupo Globo apoiou a ditadura, porque fora criado também com o objetivo de justificá-lo, em função das modernizações econômicas que o regime trazia consigo. Em 2013, o jornal *O Globo* publica um texto no qual reconhece que “o apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro”. O posicio-

namento vinha à tona em função das mobilizações de massa, que varreram o país de norte a sul e marcaram o início de reorganizações no bloco no poder (OSORIO, 2019), em razão das quais o próprio Grupo Globo precisou reorientar-se. A autocrítica com relação a sua anuência ao golpe de 1964, não diz respeito à essência do regime econômico-político que prevaleceu entre 1964 e 1985, mas à sua forma. Segundo Motter (2019, p. 85),

a adaptação das Organizações Globo à nova realidade política do país já havia começado fazia algum tempo. Depois de ter desligado suas câmeras para as manifestações pela eleição direta para presidente — omissão que chegou a provocar incidentes, com carros das equipes de reportagem da emissora sendo ameaçados de apedrejamento por populares nas ruas — às vésperas de o Congresso votar a proposta, a TV Globo passou surpreendentemente a dar ampla cobertura ao movimento. Essa mudança foi determinada por razões políticas e também comerciais, tendo em vista que a emissora vinha registrando uma queda de audiência e a consequente perda de receita com publicidade. Prova maior de ousadia foi dada no dia da votação da emenda Dante de Oliveira, quando a Globo burlou a fiscalização do Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações), órgão vinculado ao Minicom, fazendo transmissão ao vivo da sessão da Câmara dos Deputados. Esse episódio marcava uma radical inflexão no comportamento de servilismo que a Rede Globo sempre teve em relação ao regime fardado. A partir daí, os entendimentos com as forças que comporiam o novo governo caminharam a passos largos. Inegavelmente, a Globo teve papel decisivo na projeção da figura de Tancredo como líder moderado capaz de conduzir a transição de forma pacífica e sem ruptura.

A família Marinho aproveitou-se da contingência histórica da Constituinte para desprender-se das suas origens autoritárias e seguir com um projeto superficialmente autônomo dessas origens: a concepção modernizadora do país, a despeito de suas formas políticas. A decisão de Marinho fora de que “se fossem os anéis e ficassem os dedos”. Dos dedos, fizeram-se braços que hoje agarram quase a totalidade do país em termos de audiência, estabelecendo-se um padrão tecnoprodutivo inacessível mesmo para outros grupos do oligopólio. Motter (2019) destaca o profundo envolvimento do Grupo Globo nas decisões tomadas pelos governos ulteriores ao ano de 1985, quando a Aliança Democrática consegue desbancar o candidato governista e eleger a chapa Tancredo Neves-José Sarney, por meio do voto indireto. Aos sucessivos governos, de Fernando Collor a Jair Bolsonaro, passando por FHC, Lula, Dilma Rousseff e Michel Temer, não são permitidas gestões tranquilas sem o consentimento da família Marinho. Desde os primeiros anos de mandato Lula, o Grupo Globo estabelece relações ambíguas de negação e consentimento com o projeto democrático-popular e, principalmente desde a crise financeira global de 2008, reposiciona-se

nas disputas intestinas às frações das classes dominantes, assumindo uma postura de oposição mais rígida à continuidade do social-liberalismo petista e definindo-se, nos sucessivos editoriais desde então, como favorável às políticas de austeridade e contrarreforma do Estado, como nos casos da emenda constitucional nº 95, da reforma trabalhista e da reforma da previdência.

O desenvolvimento do Grupo Globo, portanto, é marcado por sua orgânica participação nas decisões atinentes à economia política brasileira. A maior empresa de comunicação mantém-se atrelada ao Estado e instrumentaliza-o de acordo com os seus próprios interesses, de suas afiliadas e mesmo de suas concorrentes, se o que estiver em debate for o direito de manter suas atividades econômicas. Com o apanhado histórico aqui traçado, pode-se concluir que a Globo tem interesses econômicos que extrapolam os limites da forma política na qual a empresa insere-se em quadras históricas determinadas. Dito isso, é possível compreender o papel assumido por esse grupo econômico em um momento político em que o principal chefe do Poder Executivo, o presidente da República, lida com a crise sanitária existente em função da pandemia causada pelo novo coronavírus com base no “negacionismo”, causando instabilidade política com a troca sucessiva de ministros e o esvaziamento do Ministério da Saúde, principal pasta do Executivo no combate às consequências da pandemia. As consequências dessa inatividade governamental são conhecidas: mais de 160 mil mortes, em novembro de 2020, em função da covid-19, cujas causas são, a despeito dos efeitos da doença em si mesma, a falta de infraestrutura para diagnosticar e receber pessoas infectadas, a deslegitimação do isolamento social como instrumento de combate à maior proliferação da doença e o esforço do empresariado e a cedência, por parte dos governos, para o retorno à regularidade de diversos setores da economia. Em um contexto conturbado da economia política no país, já em abril a Globo lança o “Solidariedade S/A”, que consiste em matérias jornalísticas veiculadas nos principais canais da Rede Globo de Televisão e de suas afiliadas, bem como no seu portal de notícias *on-line*, com a finalidade de divulgar as ações de empresários preocupados com o combate à pandemia e seus efeitos.

3. “SOLIDARIEDADE S/A”: MERCANTILIZAÇÃO DE NECESSIDADES OU DIVULGAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO?

A caracterização da campanha deve começar pelo que de mais superficial a expressa: seu nome. *Sociedade anônima*, ou, como na campanha, *S/A*, costuma ser a definição de empresas cujos capitais são abertos a acionistas e, portanto, sua propriedade é anônima, na medida em que dividida entre muitos sujeitos. Acompanhada da categoria *solidariedade*, cuja definição livre e abstrata seria “toda ação voltada ao auxílio, apoio ou defesa de uma pessoa ou grupo de pessoas colocadas em condições adversas”. No caso da campanha lançada pelo Grupo Globo, ainda que tal definição seja válida, é preciso expor alguns elementos concretos que, articulados à exposição

anterior, ajudam ir além dela. Casimiro (2018) examina o desenvolvimento do processo pós-Constituição de 1988, em que o código jurídico geral do Brasil será utilizado por aparelhos ideológicos de distintas frações burguesas para a absorção de recursos mediante isenções e desonerações fiscais, por meio das quais as empresas tornam-se habilitadas a cumprir funções que, *a priori*, seriam responsabilidade do Estado — algo que, como destaca Harvey (1999), é parte da lógica neoliberal de gestão das relações sociais capitalistas.

3.1. Análise das matérias da campanha “Solidariedade S/A”

Diante da insuficiência do Estado em responder à altura das demandas sociais oriundas da crise sanitária causada pela pandemia do novo coronavírus, muitos empresários passaram a destinar capitais para a superação dessa crise. O Grupo Globo, diante dessa realidade, passa a divulgar tais intervenções. Para os fins do presente artigo, foram analisadas sete matérias jornalísticas obtidas através do mecanismo de busca do *site GI*, além do artigo jornalístico apresentando a campanha. Os materiais, publicados em 2020, correspondem aos seguintes títulos, sempre introduzidos pelo nome da campanha: “Solidariedade S/A”: “conheça ações solidárias de empresas e empresários durante a pandemia”; “contratação de anestesistas, equipamentos e ajuda a comunidades”; “doação de milhões de máscaras e obras em hospitais”, “doações e ajuda a pequenos empreendedores”; “100 mil refeições para trabalhadores do setor essencial”; “ventiladores pulmonares, EPIs, doação de alimentos e *kits* de higiene”; e, por último, “doação de alimentos e itens de higiene e limpeza”. O corpo de materiais acessíveis no portal *on-line* do Grupo Globo é maior do que o utilizado para o presente artigo. As matérias são curtas, substancialmente descritivas e pouco aprofundam o conteúdo da situação política que motiva as doações, associando-as geralmente à união de diversas empresas no combate aos efeitos da pandemia.

Não é objetivo do presente artigo aprofundar-se no exame de cada uma das empresas e suas contradições, prendendo-se mais ao conteúdo das matérias e ao padrão que apresentam na descrição dos fenômenos. Efetivamente, a persistência da pandemia torna insuficiente a análise das intervenções dessas empresas, permanecendo lacunas explicativas que só poderão ser preenchidas posteriormente, ao fim da situação pandêmica. Isso porque, nas matérias do quadro “Solidariedade S/A”, a linguagem é pouco conclusiva acerca de as doações serem ou não investimentos, caracterizações importantes se se pretende compreender o objetivo de tais disposições de capitais por parte dos proprietários dessas empresas — se, com elas, perspectivam o lucro ou não. O objeto deste artigo limita-se à construção discursiva das matérias por parte do Grupo Globo e às tendências que a empresa de comunicação apresenta para a superação da pandemia, objetivo deste artigo. Nas matérias analisadas, são estas as empresas citadas e o valor das respectivas doações: Itaú Unibanco (R\$ 1 bilhão), Bradesco e Santander (junto com o Itaú, R\$ 282 milhões em doações; individualmente, o Bradesco importou da China 500 monitores de UTI), Rede D’Or de hospitais

(R\$ 120 milhões), indústria de alimentos BRF (proprietária de Sadia e Perdigão, R\$ 50 milhões), BB Seguros e Banco BV (R\$ 50 milhões), iFood (R\$ 52 milhões), Americanas (R\$ 45 milhões), BTG Pactual (R\$ 50 milhões), Cosan, HDI Seguros, Advent, Aegea, Perfin, Alupar, cujos valores doados não foram descritos (mas que, em parceria com a BTG Pactual, empresa de Paulo Guedes — ministro da fazenda do governo Bolsonaro —, contrataram 140 anestesistas para o Hospital de Clínicas de São Paulo). Ademais, a L'Oréal Brasil, por sua vez, doou R\$ 4 milhões em produtos; a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) doou cerca de R\$ 53 milhões em materiais hospitalares; quanto à Enel, as matérias são imprecisas, mas indicam em torno de R\$ 40 milhões. A GSK Brasil, indústria farmacêutica, doou R\$ 8,5 milhões para iniciativas de combate à pandemia; McDonald's (R\$ 4,6 milhões); o governo dos EUA e 73 empresas estadunidenses (US\$ 68 milhões); bem como a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres (Abiad), através de suas empresas, doou R\$ 41 milhões em materiais de higiene e alimentos.

As quantias em dinheiro, como pode ser observado, são vultosas. Segundo matéria publicada no *site* da Câmara dos Deputados,

o orçamento criado neste ano para combater a pandemia de covid-19 acumulou até 22 de setembro quase R\$ 591,9 bilhões em despesas autorizadas. Desse total, R\$ 411,8 bilhões (69,6%) foram pagos, calculou a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados (MACHADO, 2020).

De acordo com a matéria, os maiores percentuais do total utilizado foram gastos com o auxílio emergencial, da isenção da tarifa social na conta de luz e o auxílio a estados e municípios. Além disso, como pode ser constatado, distintos proprietários de empresas destinaram capitais ao combate dos efeitos da pandemia. As matérias, entretanto, restringem-se à descrição dos valores e suas destinações, mas o que há de mais enfático são as declarações de autoridades ligadas às empresas doadoras.

3.2. O discurso das empresas doadoras

Optou-se pelas citações nas matérias, associando às empresas citadas e omitindo o cargo de representantes que ficaram responsáveis por conceder as entrevistas, compreendendo-se que estes são definidos de acordo com a capacidade que têm de vocalizar a compreensão das empresas entrevistadas sobre os motivos e objetivos que as fazem incidir, por meio de doações, no combate à pandemia. A escolha por matérias mensais entre abril e setembro tem como objetivo demonstrar que a campanha se estende por todo o período da pandemia, desde seu início até o momento do estudo — em outras palavras, dá-se à ela um papel de relevância na produção geral de conteúdo do Grupo Globo no período analisado. Nesse sentido, é interessante perceber, no corpo das matérias, a inexistência de perspectivas distintas de envolvimento de iniciativas privadas no combate à pandemia — por quaisquer que sejam as razões. Ao assumir tal postura editorial, o Grupo Globo decide, como deixa explícito no início da campa-

nha, vocalizar essas iniciativas de maneira pró-ativa, compreendendo que “é importante mostrar o que muitas e muitas empresas e empresários têm feito nesse período”. Desse modo, permite-se qualquer abordagem! Mas os aspectos gerais do conjunto de exposições por parte das representações das empresas que aparecem no quadro abaixo deixam explícitas certas mensagens, sobre as quais a análise pretende debruçar-se.

Quadro 1 — Declarações das empresas nas matérias analisadas — abril-setembro de 2020

Representante/ empresa	Data de publicação	Declaração
Tatiana Pires/Abiad	25/9	“Essa solidariedade entre as empresas, acho que mostrou a força que a gente tem e a importância que o setor tem em trazer soluções tão importantes nesse momento.”
Todd Chapman/ Embaixada dos EUA no Brasil	27/8	“Durante tempos difíceis, é quando aliados, é quando amigos trabalham em conjunto. Isso é o que os Estados Unidos estão fazendo agora no Brasil. Vamos vencer esta batalha juntos.”
Paulo Camargo/ McDonald’s	24/7	“No caso do Brasil, é a primeira vez que o McDonald’s abre seus protocolos de segurança e treina o pequeno empresário em higiene, em segurança alimentar em tempo de covid e também em aspectos de desenvolvimento sustentável. A gente acredita que é um fator essencial neste momento a união de forças, para a gente sair dessa pandemia o mais rápido possível.”
José Carlos Felner/ GSK Farma Brasil	22/6	“Nessas doações, tentamos atingir o maior número possível de pessoas que mais precisassem. Vamos continuar colaborando até o final da crise. A gente não sabe quando é, mas estamos todos motivados e orgulhosos em poder desempenhar esse papel.”
Fernando Pimentel/ Abit	28/5	“Talvez seja essa a grande lição que esta dolorosa crise nos passa: sejamos mais solidários, mais próximos uns aos outros, para que tenhamos um mundo melhor e que tenhamos uma sociedade mais fraterna, menos desigual e com maiores perspectivas para aqueles que vêm nascendo e para aqueles que já estão na sua jornada de vida.”
Nicola Cotugno/Enel Brasil	28/5	“Num momento como o da covid, ainda mais queremos prestar nossa capacidade de estar perto, entregar valor tanto para quem está em casa, quanto para dar energia nos hospitais, assim como queremos agregar algo mais através desses pacotes de doações.”
André Esteves/BTG Pactual	22/4	“Acho que a coisa mais importante para aquelas empresas que têm capacidade de execução é fazer com que de fato as suas iniciativas se tornem ações lá na ponta. Não adianta nada a gente fazer um depósito financeiro e isso virar uma ação daqui a 6 meses. Daqui a 6 meses pode ser muito tarde para muita gente. Então, acho que a ação tem que ser agora, o mais urgente possível e o mais focada possível.”

An Verhulst-Santos/ L'Oréal Brasil	22/4	"Nós queremos realmente nos concentrar sobre dois públicos que são muito importantes neste momento: os profissionais de saúde, que são nossos heróis, incansáveis, que trabalham a cada dia para lutar para a vida; e o outro lado são as comunidades que não têm as condições financeiras para se proteger de maneira adequada."
Candido Bracher/ Itaú Unibanco	14/4	"O porquê da nossa iniciativa se prende à compreensão nossa de que o Brasil atravessa uma crise muito grave, nós temos um problema humanitário em mãos. O Itaú Unibanco nasceu e cresceu e continuará crescendo no Brasil. O Brasil é a nossa casa. Eu acho que é o momento de cuidarmos da nossa casa. Por que esse formato? Nós buscamos os melhores talentos que podemos em saúde e medicina. Encontramos o doutor Paulo Chapchap, junto com quem formamos nossa equipe. Não é apenas um conselho de notáveis, porque um conselho dá conselhos, e essa equipe vai executar, essa equipe vai decidir o que fazer. A utilização desses recursos, desse R\$ 1 bilhão e de outros recursos que possam se juntar a esses, será decidida por essa equipe, e nós não teremos qualquer interferência nessas decisões."
Paulo Chapchap/ Hospital Sírio- Libanês	14/4	"Todos os participantes estão sendo voluntários, porque em nenhum momento do meu convite a todos eles faltou entusiasmo, compromisso com a saúde da população brasileira e houve qualquer questionamento quanto a uma possível complementação de recursos dirigida a eles para realizar esse trabalho [...]. São pessoas altamente comprometidas com a sociedade brasileira e veem aqui uma oportunidade de contribuir frente à situação que nós vamos ou estamos enfrentando e que nós vamos enfrentar."
Octavio de Lazari Junior/Bradesco	14/4	"O Ministério da Saúde vai ver quais são os locais que têm maior carência, maior necessidade, e faz a locação desses equipamentos, desses testes, onde tiver maior necessidade. Quando nós conversamos com o Ministério da Saúde, eles foram muito claros: 'A gente não está precisando de dinheiro, dinheiro não vai resolver nada agora. O que precisamos são os testes, e eu preciso dos equipamentos. E como você, banco Bradesco, Itaú e Santander, têm muito relacionamento no mundo inteiro, pelo contato que vocês têm no mundo inteiro, tentem nos ajudar para que a gente consiga comprar o equipamento, o teste, porque o dinheiro neste momento não vai resolver tudo.'"
Vanessa Lobato/ Santander	14/4	"Diante de um desafio tão grande, eu acho que se abre mão da burocracia, se abre mão de competição em prol de uma solução única. A colaboração, para mim, é um valor que está ficando evidente nesta crise. Eu acho que deveria ficar para sempre."

Leandro Reis Tavares/Rede D'Or	14/4	"A Rede D'Or viu com muita clareza que ela precisava atuar junto com o poder público, dando suporte ao paciente do SUS, e, para isso, ela desenvolveu projetos temporários, que são projetos com hospitais que vão ter início, meio e provavelmente um fim. Mas ela também quis investir onde foi possível na instalação de leitos novos para o paciente do SUS, que ficassem como um legado para a cidade. É dinheiro exclusivamente privado, não tem um centavo de dinheiro público, não tem um centavo de dinheiro incentivado. É dinheiro privado, nosso, da rede. Nós o estamos usando, assim como nossos parceiros, para aumentar as instalações para o Sistema Único de Saúde."
Asclepius Ramatiz Soares/Banco do Brasil	14/4	"Neste momento, agora, nós achamos muito importante trabalhar e trabalhar forte numa competência que é nossa, de chegar aos quatro cantos deste país, porque a gente está vendo uma dificuldade muito grande em todos os pontos do Brasil. Nós nunca vimos concorrentes se unindo em prol de uma causa. Eu acho que essa é a maior mensagem que a gente pode levar. E tenho falado muito isso aqui: que, juntos, nós somos mais fortes."
Fabricio Bloisi/iFood	14/4	"Além de ajudar quem precisa, a gente precisa ajudar os nossos parceiros, que são os restaurantes e entregadores. Então, a gente criou um fundo de R\$ 50 milhões para doar, para apoiar restaurantes pequenos e médios neste momento em que vários deles estão sem conseguir trabalhar. Além disso, a gente criou um fundo de R\$ 2 milhões para os entregadores que tenham sintomas de [infecção pelo] coronavírus: eles são apoiados e podem ficar em casa se recuperando enquanto a gente continua mantendo o sistema funcionando e apoiando nossos clientes."
Anna Saicali/ Americanas	14/4	"Nós temos que cuidar uns dos outros e esse cuidar uns dos outros é fundamental para uma companhia que tem 90 anos, como a nossa, que tem 34 mil associados, toda a confiança que tem dos nossos clientes, da sociedade. Eu acho que essa é a nossa parte. Nós temos que fazer a nossa parte, que é cuidar uns dos outros. É momento de união e é momento de solidariedade. Essa é a nossa mensagem."

Fonte: G1 (2020)

Elaboração: Germano Molardi e Letícia Padoin.

3.2.1. União por um objetivo comum: combater a crise sanitária engendrada pela covid-19

Em diversos momentos, o abandono do processo competitivo intrínseco à lógica capitalista aparece como fenômeno surpreendente e dotado de um compromisso histórico intraburguês de superação da crise ocasionada, segundo as entrevistas das empresas, pela covid-19. Entretanto, como aponta Harvey (2016), as crises são essenciais para a reprodução do capitalismo, e seus sintomas aparecem antes mesmo dos

Os artifícios para garantir a reprodução das condições de dominação são diversos, e organizados tendo-se como fundamento a necessidade de universalizar interesses particulares, que organizem em uma totalidade homogênea e abstrata os interesses concretos teleologicamente perseguidos pelas classes dominantes na sociedade capitalista: essencialmente, a manutenção de suas taxas de lucro, que são possíveis apenas com a “regularidade” da vida econômica

momentos decisivos em que elas se objetivam. Em distintos momentos das falas, aparecem as preocupações com relação aos setores populacionais menos favorecidos, destituídos de infraestruturas compatíveis com as demandas ocasionadas pela pandemia. Ora, não há como dizer que a pandemia é a causa da crise, mas sim que o descontrole com relação à primeira desdobra-se na última. A inexistência de infraestrutura para atender camadas significativas da população antecede o período de existência da situação pandêmica, e é na medida em que a demanda por infraestrutura em saúde cresce no seio da população que as condições para a existência de uma crise agravam-se. Segundo Harvey (2016, p. 23), “há uma série de pontos fundamentais em que as contradições do capitalismo afetam o motor econômico do capital com uma força potencialmente nociva” — entre os quais, cita o autor, encontra-se uma situação de pandemia que exige a parada de todo o comércio, em que se realizam as mercadorias (MARX, 2013). À insuficiência dos serviços de atendimento às suas necessidades básicas, condição oriunda (e, ao mesmo tempo, catalisadora) das contradições que geram a crise, a população responde negando ou consentindo com essa situação. Agir sobre essas possíveis respostas é o que a indústria cultural — e o Grupo Globo, como principal agente desse mercado no Brasil, realiza sua produção de conteúdo nessa perspectiva — e demais instrumentos ideológicos das classes dominantes mobilizam, no sentido da manutenção de suas próprias condições de dominação, como afirma Osorio (2018, p. 77):

O interesse político central de toda classe que domina é perpetuar sua dominação. Para tanto, deve se assumir como a portadora do fim da história e transmitir essa visão à sociedade como um todo, para que o resto das classes aceite a dominação e a exploração como um processo natural e não como um resultado histórico e, portanto, transitório. Para realizar essa tarefa as classes dominantes precisam da ação do conjunto de tramas sociais que conformam o sistema de dominação.

Que o Grupo Globo faz parte dessa trama e incide nela positivamente já foi suficientemente demonstrado em momentos anteriores do artigo. Os artifícios para garantir a reprodução das condições de dominação são diversos, e organizados tendo-se como fundamento a necessidade de universalizar interesses particulares, que organizem em uma totalidade homogênea e abstrata os interesses concretos teleologicamente perseguidos pelas classes dominantes na sociedade capitalista: essencialmente, a manutenção de suas taxas de lucro, que são possíveis apenas com a “regularidade” da vida econômica. Em outras palavras, o desejo de superação da crise, que reúne agentes econômicos distintos que competem entre si por fatias de mercado, tem relação com o fato de que, ao não funcionarem a economia, o comércio e, portanto, a produção e a realização das mercadorias por meio das trocas, a manutenção do regime capitalista é ameaçada. Se uma condição adversa rompe com a dinamicidade econômica exigida para a manutenção das taxas de lucros, a união de todas as frações burguesas é condição *sine qua non* da manutenção do próprio regime de acumulação de capitais a que estão submetidas todas elas (MARX, 2013). Ao assumir essa unidade como fundamento natural do combate à pandemia, o Grupo Globo vocaliza com seus próprios instrumentos essa necessidade de união difusa defendida pelas empresas entrevistadas sem que se considerem as distintas formas possíveis de experienciar a pandemia, as quais são determinadas pela posição que as classes ocupam na organização geral da produção de riqueza. Não só discursivamente, empresas competidoras são convidadas à união em um grande grupo com um objetivo comum. O convite estende-se a “colaboradores”, “associados” — ou qualquer outro termo “moderno” empregado para descrever a posição ocupada pelas massas trabalhadoras.

3.2.2 O discurso antiEstado e a benevolência privada

Em outros momentos, aparecem críticas à burocracia, à insuficiência do “poder público” no combate ao novo coronavírus. Contra isso, respondem as empresas, é preciso dirigir recursos de forma mais rápida, sem passar pelos trâmites jurídicos intrínsecos à atividade estatal. Entrevistadas acerca dessas doações, as empresas trazem à tona as concepções sobre “deixar legado”, “atribuir outros valores”, além das reiteradas menções à destinação para o interesse público de recursos de ordem privada — como se ao Estado, à luz da Constituição, não fosse legitimada a realização

de desapropriações, desde que feitos os devidos ressarcimentos dos recursos obtidos em situações de extrema necessidade. Ao decidir não confrontar as concepções apresentadas nas entrevistas sobre a insuficiência do Estado com argumentos contrários, o Grupo Globo endossa essas opiniões e delas se apropria, divulgando-as sob o marco da ampla divulgação de ações benevolentes, comprometidas com uma causa comum e desprovida de conteúdo ideológico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto de permanência da situação pandêmica e da crise sanitária gera insuficiências teóricas e empíricas, porque a disposição de dados é mínima e não permite afirmações categóricas conclusivas. Entretanto, o projeto e o trabalho do Grupo Globo na divulgação das ações de empresários no combate à pandemia por meio da campanha “Solidariedade S/A”, não podem ser confundidos com o jornalismo, sobre o qual a empresa instrumentaliza sua credibilidade; tampouco são uma mera publicidade, porque extrapolam a mera divulgação de valores de uso à disposição para aquisição nos mercados. São, na verdade, um verdadeiro trabalho de relações públicas travestido de jornalismo. Como foi demonstrado, tem respaldo histórico a afirmação de o compromisso da maior empresa de comunicação do Brasil dar-se com a manutenção do *status quo* e, portanto, com o regime de acumulação capitalista.

Campanhas como “Solidariedade S/A”, “Vamos ativar o empreendedorismo” (VAE) e “O agro é tudo” deixam explícita a função da indústria cultural — e do Grupo Globo, em específico — de não ser mero sujeito passivo da reprodutibilidade capitalista, mas agente ativo de sua produção e reprodução. O Grupo Globo, desde sua fundação, está atrelado ao poder político, organiza-o e é por ele organizado de acordo com interesses particulares de classe — mesmo que suas atividades econômicas se devam a uma concessão pública. Se uma campanha como “Solidariedade S/A” não constitui uma atividade jornalística e tampouco publicitária, isso tem a ver antes com as indicações que o Grupo Globo dá para o período imediatamente posterior ao contexto da pandemia: tudo pelo capital, e nada além dele.

*Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

► Texto recebido em outubro de 2020; aprovado em novembro de 2020.

ALVES, Giovanni. Crise da globalização e lógica destrutiva do capital: notas sobre o sociometabolismo da barbárie. **Revista Katálysis**, v. 7, n. 1, 2004 [Mundialização, crise contemporânea e políticas sociais]. Disponível em: <periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6912>. Acesso em: 03 out. 2020.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BOLAÑO, César. **Mercado brasileiro de televisão**. 1. ed. Aracaju: Proex; Cecac; Programa Editorial, 1988.

CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 1982.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DOWBOR, Ladislau. **A formação do capitalismo dependente no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FIGARO, Roseli (Org.); NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. As mudanças no mundo do trabalho do jornalista. 1. ed. São Paulo: Salta, 2013.

FONSECA, Virgínia. **Indústria de notícias**: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.

IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. 1. ed. São Paulo: ICP, 2017.

LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações**: história, poder e direitos. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

MACHADO, Ralph. Mais de R\$ 411 bilhões já foram gastos no combate à pandemia. **camara.leg.br. Agência Câmara Notícias**, 24 set. 2020. Disponível em: <www.camara.leg.br/noticias/695458-mais-de-r-411-bilhoes-ja-foram-gastos-no-combate-a-pandemia>. Acesso em: 20 set. 2020.

MARINI, Ruy mauro. **Dialética da dependência**. 1.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.

MOTTER, Paulino. **A batalha invisível da Constituinte**: interesses privados versus caráter público da radio-difusão no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Livres, 2019.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS; INTERVOZES. **Media Ownership Monitor Brasil**. 2017. Disponível em <https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/>. Acesso em 3 out. 2020.

SOLIDARIEDADE S/A: 100 mil refeições para trabalhadores do setor essencial. **G1**, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/24/solidariedade-sa-100-mil-refeicoes-para-trabalhadores-do-setor-essencial.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2020.

SOLIDARIEDADE S/A: conheça ações solidárias de empresas e empresários durante a pandemia. **G1**, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/14/solidariedade-sa-conheca-aco-es-solidarias-de-empresas-e-empresarios-durante-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2020.

SOLIDARIEDADE S/A: contratação de anestesistas, equipamentos e ajuda a comunidades. **G1**, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/22/solidariedade-sa-contratacao-de-anestesistas-equipamentos-e-ajuda-a-comunidades.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2020.

SOLIDARIEDADE S/A: doação de alimentos e itens de higiene e limpeza. **G1**, 25 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/09/25/solidariedade-sa-doacao-de-alimentos-e-itens-de-higiene-e-limpeza.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2020.

SOLIDARIEDADE S/A: doação de milhões de máscaras e obras em hospitais. **G1**, 28 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/28/solidariedade-sa-doacao-de-milhares-de-mascaras-e-obras-em-hospitais.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2020.

SOLIDARIEDADE S/A: doações e ajuda a pequenos empreendedores. **G1**, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/22/solidariedade-sa-doacoes-e-ajuda-a-pequenos-empreendedores.ghtml>. Acesso em: 27. set. 2020.

SOLIDARIEDADE S/A: ventiladores pulmonares, EPIs, doação de alimentos e kits de higiene. **G1**, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/08/27/solidariedade-sa-ventiladores-pulmonares-epis-doacao-de-alimentos-e-kits-de-higiene.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2020.

As mudanças na lei de partilha do pré-sal e o bloqueio ao desenvolvimento nacional

Changes in the pre-salt oil sharing law and blocking to national development

André Pereira R. Tokarski*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.014>

Dilulgação/Petrobras



RESUMO

A Constituição Federal de 1988 encampou um projeto de superação do subdesenvolvimento com vistas a alcançar um Estado de bem-estar social. Estabeleceu que a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo são monopólio da União. Definiu a soberania nacional, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego como alguns dos princípios da ordem econômica. A exploração e produção de petróleo estariam, portanto, vinculadas aos objetivos e princípios da ordem econômica da Constituição Federal. O artigo pretende analisar o impacto das mudanças na legislação que trata das atribuições e tarefas da Petrobras na exploração do petróleo nas áreas do pré-sal. A lei nº 13.365/2016 modificou o contrato de partilha e reduziu o papel da Petrobras na exploração do pré-sal. Podemos estar diante de mais uma tentativa de bloqueio das chamadas cláusulas transformadoras da Constituição e da entrega de nossas riquezas naturais aos interesses de empresas multinacionais e de outros países. Tal situação pode impor novas tarefas ao direito econômico, diante dos riscos e ameaças à soberania e do bloqueio ao desenvolvimento nacional. Pretende-se desvendar o pano de fundo de tais mudanças: a disputa pela apropriação do excedente econômico gerado pela exploração do petróleo nas áreas do pré-sal.

Palavras-chave: Petróleo. Direito econômico. Mercado interno. Política industrial. Excedente econômico.

ABSTRACT

The Federal Constitution of 1988 encamped a project to overcome underdevelopment with a view to achieving a social welfare state. It established that research and mining of oil deposits are Union monopolies. It defined the national sovereignty, the reduction of regional and social inequalities and the search for full employment as some of the economic order principles. The exploration and production of oil would, therefore, be linked to the objectives and principles of the economic order of the Federal Constitution. This article intends to analyze the impact of changes in legislation that deals with Petrobras' duties and tasks in oil exploration in the pre-salt areas. The Law 13.365/2016 modified the sharing contract and reduced Petrobras' role in the exploration of the pre-salt. We may be faced with yet another attempt to block the so-called transforming clauses of the Constitution and to the handover of our natural wealth to the interests of multinational companies and other countries. Such a situation would impose new tasks on economic law, given the risks and threats to the sovereignty and the blockade to national development. It is intended to unveil the background of such changes: the dispute for the appropriation of the economic surplus generated by oil exploration in the pre-salt areas.

Keywords: Oil. Economic law. Intern market. Industrial policy. Economic surplus.

1. INTRODUÇÃO

Após o anúncio oficial da descoberta de novas reservas de petróleo em território brasileiro, por determinação do então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) editou a resolução nº 6/2007, que determinou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a exclusão de 41 blocos situados na área da província do pré-sal, que foram relacionados na 9ª rodada de licitações, e, ao Ministério de Minas e Energia (MME), a elaboração de estudos visando à promoção de mudanças no marco legal do petróleo que salvaguardassem os interesses nacionais no intuito de um melhor aproveitamento desses recursos energéticos recém-descobertos (ANP, 2007).

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) traz em seu artigo 3º o propósito de implementar um programa de transformações econômicas e sociais a partir de uma série de princípios e objetivos fundamentais de política social e econômica que devem ser observados pelo Estado brasileiro. O sentido da CF/1988 estaria vinculado à concepção da Constituição como um projeto de construção nacional.

O uso dos recursos minerais, especialmente do petróleo, portanto, estaria constitucionalmente vinculado ao objetivo de superação do subdesenvolvimento. Por sua dimensão estratégica, as decisões que envolvem as fontes de energia, em especial o petróleo, estão inseridas no centro da política macroeconômica. O controle soberano do Estado sobre esse processo é a única forma de assegurar que a exploração do petróleo esteja a serviço dos interesses nacionais, sendo inevitável o surgimento de conflitos entre o interesse público e o capital privado. É nesse diapasão que se inserem os estudos sobre os institutos jurídicos adequados para garantir a soberania e prevalência dos interesses da coletividade diante do mercado e dos detentores do poder econômico.

O direito econômico estabelece um referencial teórico e metodológico próprio para essa análise; expressa, também, uma visão interdisciplinar que envolve elementos de economia política, formação histórico-social e debates legislativos na elaboração do regramento legal.

À luz do programa econômico inscrito na CF/1988, que vincula a exploração do petróleo ao cumprimento das cláusulas transformadoras, e especialmente de seu artigo 3º, o objetivo deste artigo é investigar as mudanças no regime jurídico de exploração do petróleo nas jazidas do pré-sal. Tais alterações foram estabelecidas pela lei nº 13.365/2016, que flexibiliza as regras sobre a participação da Petrobras nos consórcios de produção de petróleo nas áreas do pré-sal.

As forças que ora se levantam para retirar a obrigatoriedade de a Petrobras atuar como operadora exclusiva dos campos de petróleo e gás na área do pré-sal (artigos 4º; 10, III, c; 19; 20; e 30, da lei nº 12.351/2010), são as mesmas que promoveram as reformas constitucionais no Brasil, de corte neoliberal, a partir do início dos anos 1990¹.

Com a justificativa de viabilizar a inserção do Brasil na economia globalizada,

¹ Para mais informações sobre neoliberalismo, vide Anderson (1995).

tais medidas visavam a um alinhamento do Estado brasileiro ao chamado “Consenso de Washington”, programa formulado por instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que, dentre outras ações, propunha a liberalização do comércio e dos investimentos estrangeiros e a privatização de empresas estatais (BERCOVICI, 2011).

Diante da crise atual em que a Petrobras foi envolvida, têm surgido inúmeras propostas de reestruturação da empresa e de alterações nos ordenamentos jurídicos que organizam a exploração do petróleo no Brasil. Repetem os argumentos dos que se opunham à criação da Petrobras, em 1953, e dos que promoveram a quebra do monopólio do petróleo, em 1995, de que a empresa não teria condições financeiras de arcar com todos os investimentos necessários para a exploração do petróleo na província do pré-sal - que, não obstante, foi descoberta unicamente em virtude de seus investimentos e tecnologia da própria Petrobras (BERCOVICI, 2016).

Neste artigo partimos da hipótese de que o regime de partilha para a exploração das jazidas de petróleo no pré-sal e em áreas estratégicas, em sua versão original (lei nº 12.351/2010), reforçaria o papel do Estado brasileiro na definição dos rumos da política energética e da cadeia produtiva da indústria do petróleo — em aproximação ao projeto constitucional de superação do subdesenvolvimento.

Ao reconhecermos o Estado como promotor do desenvolvimento e das transformações sociais, e não apenas regulador da atividade econômica, buscamos analisar de que forma a exploração do petróleo na bacia do pré-sal estaria inserida na mitigação de desigualdades sociais históricas, na garantia do desenvolvimento nacional (artigo 3º, incisos II e III da Constituição Federal), na defesa da soberania e na efetividade dos direitos sociais (BRASIL, 1988).

2. O REGIME CONSTITUCIONAL DA ATIVIDADE ECONÔMICA PETROLÍFERA

2.1. O monopólio da União sobre o petróleo

No Brasil, o monopólio estatal sobre o petróleo está previsto na Constituição de 1988. Emergiu com a criação da Petrobras, através da lei nº 2.004, de 5 de outubro de 1953. A partir da Constituição de 1967, a matéria passou a residir em disposição dotada de hierarquia máxima do ordenamento jurídico.

A CF/1988, ao atribuir o monopólio das atividades econômicas relativas ao petróleo à União, conferiu a ela, simultaneamente, a correspondente titularidade do recurso mineral e sua comercialização (CLÈVE; MARTINS, 2004).

Entre a sua criação, em 3 de outubro de 1953, e a sanção da lei nº 9.478, de 1997, a Petrobras exerceu, em nome da União, o monopólio nas áreas de pesquisa, lavra, refino e transporte de petróleo e seus derivados.

Nesse intervalo, entre 1953 e 1997, o Brasil adotou o modelo de monopólio estatal puro na indústria de petróleo. Como visto, a CF/1988 consagrou o petróleo, os re-

Dadas as suas características de fonte de energia estratégica, o petróleo teria ligação direta com o desenvolvimento econômico, sendo a sua exploração relacionada aos objetivos fundamentais do país. “Diante disso, tratou o constituinte de resguardar o desenvolvimento nacional destinando a exploração desse recurso ao atendimento da demanda no mercado interno”

ursos minerais e os bens do subsolo como patrimônio da União (artigos 20, IX, e 176, caput). O legislador constituinte consignou a propriedade, bem como toda a cadeia de refino e comercialização do petróleo, como atividades exclusivas do Estado e exercidas diretamente por ele (art. 177 da CF/1988), o que foi alterado com a EC (emenda constitucional) nº 9/1995.

Na trajetória internacional do petróleo, o papel das companhias privadas foi muito forte e influenciou a geopolítica de diversos países (ROOS, 2013). No entanto, dado o caráter estratégico do petróleo, parte dos países detentores de grandes reservas tem optado por manter o controle estatal sobre estas e também, em muitos casos, delegar a exploração diretamente a empresas públicas².

Para Clève e Martins (2004, p. 45), diante da magnitude econômica e do alcance do petróleo para o interesse coletivo e para o desenvolvimento do país, “esse escasso combustível fóssil pode ser considerado patrimônio nacional irrenunciável”.

Na década de 1990, com a justificativa de viabilizar a inserção do Brasil na economia globalizada, foram realizadas diversas privatizações nas áreas de petroquímica e fertilizantes pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), por meio da implementação do Programa Nacional de Desestatização (PND) (LEITE, 2007).

Esse tema, de relevante interesse nacional, foi modificado com a promulgação da EC nº 9/1995. Na ocasião, a resistência de importantes parcelas da sociedade à quebra do monopólio petrolífero levou os legisladores a manter o monopólio jurídico

2 “Essa tendência é hoje predominante no mercado mundial. Brasil, China, Rússia, Venezuela, Noruega, Argélia, além de outros importantes produtores do Golfo Pérsico, apesar de terem participação do capital privado, detêm controle sobre suas reservas. A Saudi Aramco (hoje estatal) continua sendo a maior empresa em termos de produção, responsável hoje sozinha por 10% da produção mundial.” (ROOS, 2013, p. 40)

do Estado, flexibilizando apenas o monopólio do exercício da atividade econômica.

É preciso atinar para a diferença entre o monopólio jurídico e o monopólio econômico (do setor privado). Para Bercovici (2014, p. 139), “o monopólio estatal é um instrumento da coletividade no moderno Estado intervencionista. Trata-se de uma técnica de atuação estatal, utilizada para realizar determinada tarefa a mando do interesse público.” Em outras palavras, a definição de um monopólio está vinculada à realização de uma finalidade pública. O fundamento do exercício e realização do monopólio é a necessária condução estatal da política econômica. Nesse sentido, o monopólio estatal é uma forma especial da economia pública, instituída a partir de considerações da política econômica e de acordo com os dispositivos da constituição econômica e as normas constitucionais instituidoras dos fins do Estado (BERCOVICI, 2014).

O monopólio estatal implica subtrair da esfera da iniciativa privada a legitimação para o exercício de uma determinada atividade, em virtude do interesse público. A diferença entre monopólio público e monopólio privado estaria relacionada aos objetivos econômicos da função de exclusividade (BERCOVICI, 2014)³.

O monopólio do petróleo, constitucionalmente tutelado e de titularidade da União, tem uma razão de ser muito clara, ligada à essencialidade e à finitude desse bem. Cada vez mais a complexa relação estabelecida globalmente sobre sua exploração e comercialização é agravada por intervenções bélicas, o que põe em xeque a soberania dos países menos preparados e o desenvolvimento econômico dos países mais dependentes de sua importação (CLÈVE; MARTINS, 2004).

Dadas as suas características de fonte de energia estratégica, o petróleo teria ligação direta com o desenvolvimento econômico, sendo a sua exploração relacionada aos objetivos fundamentais do país. “Diante disso, tratou o constituinte de resguardar o desenvolvimento nacional destinando a exploração desse recurso ao atendimento da demanda no mercado interno” (CLÈVE; MARTINS, 2004, p. 44).

É, portanto, cabal o argumento que vincula a exploração do petróleo aos objetivos fundamentais da República, especialmente os elencados no artigo 3º da CF/1988. Ao estabelecer o monopólio estatal para a atividade de exploração de jazidas do petróleo, o constituinte atrelou a política petrolífera à constituição econômica (BERCOVICI, 2014).

2.2. A emenda constitucional nº 9/1995, a flexibilização do monopólio econômico e a manutenção do monopólio jurídico da União

A EC nº 9/1995 retirou do texto constitucional a Petrobras como executora única do monopólio. No entanto, manteve o monopólio da União sobre o petróleo,

3 “No monopólio de fato, ou natural, a concentração econômica se exacerba em detrimento da livre concorrência, e a ordem jurídica atua no sentido de evitar o abuso de poder econômico decorrente dessa situação, conforme determina o artigo 173, § 4º da Constituição. O monopólio de direito é criado para a proteção do interesse público, reservando ao Estado a exclusividade daquela atividade econômica. O conceito constitucional de monopólio é de monopólio estatal, ou público, nunca de monopólio privado” (BERCOVICI, 2014, p. 138).

que passou a ser explorado diretamente ou por meio de empresas estatais ou privadas contratadas⁴.

O entendimento de Moraes (2001) é de que com a EC nº 9/1995 foi mantido o monopólio da União sobre a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás, mas ficaria franqueada à União a possibilidade de contratação de empresas estatais ou privadas para a realização dessas atividades. E defende a possibilidade controversa da adoção de um sistema de concorrência para essa atividade⁵.

A EC nº 9/1995 teria encerrado o monopólio estatal no exercício da atividade econômica relacionada ao petróleo e gás natural, mantendo, porém, o monopólio da própria atividade. Ou seja, a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural continuam constituindo monopólio da União, no sentido de que somente o poder público é que poderá decidir, com exclusividade, quem poderá exercer essa atividade econômica. “É ao que nos referimos como monopólio de escolha do poder público” (MORAES, 2001, p. 167).

O monopólio legal de petróleo e gás sempre se configurou como intervenção estatal no domínio econômico por absorção. Dito de outra maneira, o Estado assumiria integralmente a atividade e atuaria como sujeito econômico dos meios de produção nesse setor de atividade econômica (MORAES, 2001).

Para Bercovici (2014, p. 140), apenas o monopólio estatal do exercício direto das atividades do setor petrolífero foi extinto, sendo preservado o monopólio estatal sobre essas atividades. “O atual regime jurídico-constitucional do petróleo no Brasil é um caso típico de exercício do monopólio estatal com ‘quebra de reserva’, com a possibilidade de contratação de particulares”, afirma o autor.

O monopólio estaria ligado à exclusividade na prestação da atividade econômica ou empresarial, não à propriedade exclusiva dos meios de produção ou à propriedade estatal. A característica essencial do monopólio é a exclusão de outros competidores daquela atividade econômica, denotando um poder amplo de controle sobre a atividade monopolizada (BERCOVICI, 2014).

Desse modo, mesmo com a EC nº 9/1995, a União permaneceu titular do domínio sobre os recursos naturais, inclusive em relação ao petróleo e ao gás natural, já analisado o artigo 20, IX, da CF/1988. Entretanto, a redação atual do parágrafo 1º do artigo 177 permite à União escolher entre a manutenção do sistema de pesquisa e lavra atual ou a adoção de um novo sistema, com a consequente contratação de empresas estatais ou privadas, nos termos da lei (MORAES, 2001).

4 Para Bercovici (2011), a aprovação da EC nº 9/1995, por meio dos legisladores ordinários, modificou um dos princípios ideológicos originários estabelecidos pela Assembleia Nacional Constituinte

5 . Posteriormente à aprovação da EC nº 9/1995, o Congresso Nacional aprovou, e o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) sancionou, a lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que, dentre outras medidas, estabeleceu o regime de concessões (arts. 24, 25, 26, 43, 44 e 45, entre outros) para exploração e produção de petróleo e outros hidrocarbonetos, e criou a Agência Nacional do Petróleo (ANP), autarquia especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME) e órgão regulador da indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis (art. 7º, caput).

A disputa em torno da definição da política de exploração do petróleo no pré-sal e, particularmente, das atribuições da Petrobras nesse processo, repõe os termos do desafio histórico brasileiro, de superação do subdesenvolvimento e da afirmação econômica da soberania nacional - ao mesmo tempo que põe em marcha a articulação de agentes econômicos e políticos vinculados ao setor privado, especialmente as frações de capital estrangeiro, para a definição normativa e institucional favorável aos seus interesses econômicos

2.3. Especificidades do direito econômico do petróleo no Brasil

Na clássica definição de Comparato (1965), “o direito econômico engloba o conjunto de técnicas jurídicas utilizadas pelo Estado na realização de sua política econômica”. E a CF/1988 define, com meridiana clareza, que sua política econômica é a que visa à garantia do desenvolvimento nacional (art. 3º, II) e à finalidade de assegurar a todos existência digna (art. 170, caput).

Em que pesem as diferentes visões sobre o tema, haveria um elemento comum entre as diversas concepções de direito econômico: este teria como objeto “a organização jurídica do espaço político-econômico de acumulação” (BERCOVICI, 2019, p. 470).

O direito econômico, portanto, não é mero reflexo das relações econômicas dominantes, ele é dotado de um caráter contrafático, institucionaliza as relações econômicas, mas também busca transformá-las (OCTAVIANI, 2014).

As diretrizes constitucionais para a atuação no âmbito do direito econômico são o resultado de objetivos a serem alcançados em matéria de política econômica e expressam o saldo de lutas sociais e embates na definição desses rumos (OCTAVIANI, 2014).

A CF/1988 é suficientemente clara ao estabelecer objetivos e finalidades do ordenamento jurídico econômico e social. Essa compreensão deve ser vinculada à interpretação de todo o texto constitucional.

O ceticismo com as aspirações constituintes não supera, entretanto, a atualidade do desafio furtadiano da superação do subdesenvolvimento, mas requer uma problematização pormenorizada das instituições, instrumentos e formas jurídicas contemporâneas destinados a facilitar o desenvolvimento nacional (MASSONETTO, 2015).

A tarefa do direito econômico brasileiro, de atuar para a garantia do desenvolvimento nacional, requer uma atualização do debate sobre o papel do Estado como “estrutura indispensável da reposição das condições necessárias à reprodução ampliada do capital” (MASSONETTO, 2015, p. 29).

As volumosas reservas de petróleo sob a camada do pré-sal estão ameaçadas de serem convertidas em um “Distrito Diamantino”⁶ contemporâneo. A disputa em torno da definição da política de exploração do petróleo no pré-sal e, particularmente, das atribuições da Petrobras nesse processo, repõe os termos do desafio histórico brasileiro, de superação do subdesenvolvimento e da afirmação econômica da soberania nacional - ao mesmo tempo que põe em marcha a articulação de agentes econômicos e políticos vinculados ao setor privado, especialmente as frações de capital estrangeiro, para a definição normativa e institucional favorável aos seus interesses econômicos.

Para Rangel (2012), a peculiaridade da economia brasileira é a dualidade; ou seja, cada instituto ou categoria, o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e a nossa própria economia nacional, deveriam ser observados sob duas perspectivas distintas, mas imbricadas: de como se relacionam no interior (do país) e no exterior (com outros países). Seriam, portanto, mistos, com dupla natureza, e se constituiriam num todo, mas com particularidades próprias em cada âmbito, interno ou externo.

Por aproximação ao raciocínio rangeliano, a forma política estatal e a forma jurídica seriam, portanto, inseridas nesse circuito da dualidade, podendo afigurar coisas diversas se vistas do interior ou do exterior. O que importa dizermos aqui é que o capitalismo se desenvolve de forma distinta no espaço e no tempo e organiza suas formas de acumulação no plano nacional e também no plano internacional, criando dinâmicas integradas e dependentes de circulação e reprodução do capital, interna e externamente (RANGEL, 2012).

O direito econômico, sob o ponto de vista macrojurídico, estaria voltado para a ordenação do processo econômico, da atividade econômica e da definição de um sistema normativo que organizaria a política econômica estatal. Para Massonetto (2015, p. 31), “a visão parcial do fenômeno jurídico não revela a ligação estrutural da forma jurídica no processo de valorização do capital”.

O direito econômico no Brasil pode ser tomado como o resultado, em sua forma jurídica, das lutas sociais, de classes, frações de classes, corporações nacionais e estrangeiras que criam um sistema normativo que configura e limita a atuação estatal e do setor privado em relação à economia (OCTAVIANI, 2014).

6 Instituição *sui generis* adotada pela Coroa portuguesa em 1771 para controlar a exploração de diamantes no território que abrange a atual cidade de Diamantina, em Minas Gerais. Não havia qualquer relação do Distrito Diamantino com a administração colonial. Um intendente nomeado diretamente por Lisboa gozava de amplos poderes sobre aquele território. Iam do confisco de bens à decretação da pena de morte. Vide Prado Jr. (1987).

Dada a sua historicidade, a ciência econômica varia com o modo de produção, que muda ininterruptamente. A historicidade é, também, um aspecto essencial das leis da ciência social (RANGEL, 2012). Vimos anteriormente que uma das dimensões investigativas do direito econômico é, mais uma vez, a dimensão histórica (OCTAVIANI, 2014).

A especificidade do direito econômico do petróleo, portanto, está embasada na investigação histórica e contemporânea das políticas traçadas no país para a exploração do petróleo e dos recursos minerais. No caso brasileiro ela está vinculada, constitucionalmente, aos objetivos e finalidades da ordem econômica e ao projeto nacional de desenvolvimento (BERCOVICI, 2011). Entretanto, é preciso observar as disputas históricas que se organizam no Brasil em torno da questão do petróleo.

Para Rangel (2012), a ciência social (também a jurídica) deve buscar conhecer as leis que governam a história para poder incidir sobre esse processo. Argumenta que as leis da economia brasileira seriam peculiares. Essas peculiaridades, por sua vez, reforçariam o seu sentido histórico. A tarefa do pesquisador seria “pôr em ordem os termos da equação”, provendo-nos de um “conhecimento ordenado e sistematizado, que nos torne capazes não apenas de prever a marcha dos acontecimentos, mas nela intervir para dirigir o processo” (RANGEL, 2012, p. 297)⁷.

Desde a criação da Petrobras, em 1953, até os dias atuais, essa história tem sido marcada por movimentos pendulares, que ora tendem para uma orientação soberana e voltada para a internalização dos centros decisórios (BERCOVICI, 2011), ora pendem para a subordinação econômica aos interesses privados e/ou externos.

O estudo do direito econômico do petróleo compreende, portanto, o regime jurídico-constitucional acerca dos recursos minerais e do petróleo e a análise da política de exploração adotada em face do sentido do projeto constitucional de desenvolvimento nacional autônomo.

3. PETRÓLEO, SOBERANIA E DESENVOLVIMENTO: OS RISCOS E AMEAÇAS PROVOCADOS PELA LEI Nº 13.365/2016

3.1. Aspectos controversos da lei nº 13.365/2016

Diante da crise atual envolvendo a Petrobras, têm surgido propostas de reestruturação da empresa estatal e de alterações nos ordenamentos jurídicos que organizam a exploração do petróleo no Brasil. As ideias que mobilizam tais propostas

7 “As leis da economia brasileira são, em certo sentido, próprias, peculiares. As diferentes economias que nela coexistem não se justapõem mecanicamente. Ao contrário, agem uma sobre as outras, acham-se em constante conflito, a ver qual imporá sua dinâmica específica ao sistema. Noutros termos, estão em unidade dialética, unidade de contrários. [...] A resultante não é nem um nem outro dos termos em conflito, mas um sistema original, dotado de uma dinâmica própria. Mudam os termos em conflito — e a história dessa mudança é o que há de específico na história do Brasil —, embora o próprio conflito continue” (RANGEL, 2012, p. 297). A história da regulamentação da exploração do petróleo no Brasil poderia ser perfeitamente enquadrada nessa “dinâmica própria” da economia brasileira: são sucessivos e repetitivos conflitos, cujo pano de fundo é a disputa pela acumulação do excedente econômico produzido por essa atividade.

lembram os argumentos dos que se opunham à criação da Petrobras, em 1953, e dos agentes políticos que promoveram a quebra do monopólio do petróleo, em 1995.

Sob o pretexto de defesa dos interesses nacionais, a retirada da participação da Petrobras na exploração do petróleo no pré-sal afronta o princípio constitucional da soberania econômica, por retirar das mãos do Estado brasileiro a decisão sobre como e quando explorar esse importante recurso energético que é o petróleo. As imensas jazidas de petróleo localizadas na região do pré-sal permitem que a Petrobras planeje com segurança e garantia seus investimentos em exploração e produção de óleo e gás⁸.

O projeto de lei do Senado (PLS) nº 131/2015, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), agora aprovado e convertido na lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016, sintetiza o pensamento político reacionário, renega o caráter estratégico e soberano do petróleo e advoga pela entrega da propriedade e da gestão do petróleo às multinacionais do setor. Como veremos adiante, os argumentos contidos na exposição de motivos do PLS nº 131/2015 são uma atualização dos argumentos de fundo liberal e não nacionalistas que foram contrários à criação da Petrobras e do monopólio da União sobre o petróleo⁹.

Esses argumentos menosprezam a capacidade estatal de produção, gestão e investimento tecnológico e ainda vão na contramão do movimento internacional de estatização que vem sendo feito por países detentores de grandes reservas¹⁰.

O PLS nº 131/2015, aprovado em definitivo na Câmara dos Deputados em 11 de novembro de 2016 e sancionado no dia 29 de novembro de 2016 (lei nº 13.365/2016), revoga e/ou modifica os seguintes dispositivos da lei nº 12.351/2010: arts. 2º, 4º, 9º, 10, 14, 15, 20 e 30. Tais alterações, em suma, retiram a previsão sobre a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração no pré-sal e revogam a definição de que a Petrobras atuasse como operadora, obrigatoriamente, em todos os campos do pré-sal e áreas estratégicas.

Na exposição de motivos do PLS nº 131/2015 (BRASIL, 2015), podem-se encontrar, em síntese, os seguintes argumentos:

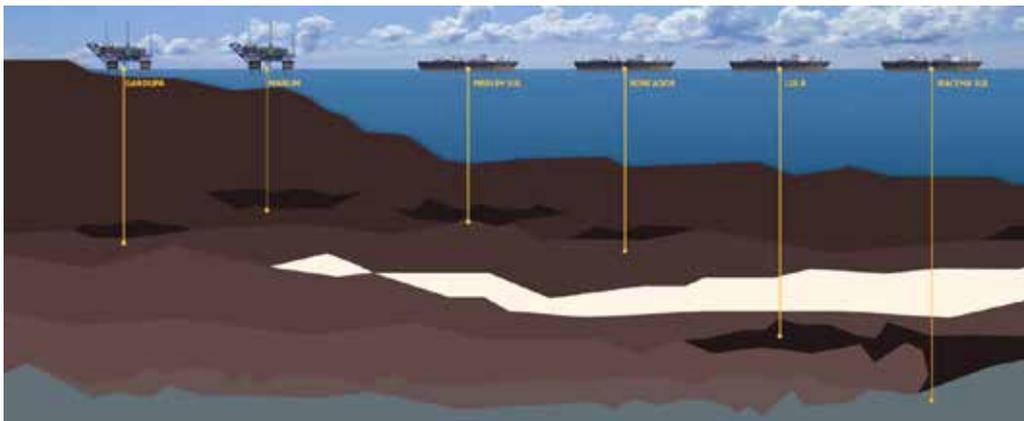
- I. “primeiramente, a exploração do pré-sal tem urgência, pois a oferta interna de petróleo em futuro próximo dependerá dessa exploração, sobretudo a partir de 2020”;

8 Para D’Almeida, “uma empresa produtora de petróleo vive de produzir petróleo e de buscar repor suas reservas” (D’ALMEIDA, 2015).

9 Sobre os debates acerca da criação da Petrobras: “Pesou, ainda, no apoio à adoção do monopólio estatal, a participação, nos estados, de guarnições militares que participavam mais ativamente da ‘campanha do petróleo’, favoráveis às posições nacionalistas. De outro lado, segmentos da sociedade de tendência política liberal posicionaram-se contra a criação de uma companhia estatal de petróleo, pois consideravam inviável a implantação no Brasil de uma indústria complexa como a do petróleo, completamente integrada, como estava sendo proposto pelos grupos nacionalistas, em razão da falta de tecnologia, de capacidade empresarial e de pessoal técnico em condições de levar adiante os grandes empreendimentos nas diversas fases da cadeia produtiva do petróleo” (MORAIS, 2013, p. 272).

10 Sobre a nacionalização das reservas de petróleo, ver Moraes (2013): “Como resultado dos processos de nacionalização citados, a atual estrutura de propriedade das reservas de petróleo mundiais não deixa dúvidas quanto ao peso dos governos no setor: das 25 maiores empresas de petróleo no mundo, 18 são estatais; aproximadamente 90% das reservas mundiais de petróleo e 75% da produção são controladas por empresas estatais” (MORAIS, 2013, p. 273).

Petrobras/Divulgação



A descoberta do pré-sal foi possível em decorrência dos investimentos e acúmulo técnico-científico da Petrobras ao longo de muitos anos

2. as investigações da Justiça que recaem sobre a empresa teriam gerado nesta uma desordem de gestão organizacional. Essas ações também criariam uma dificuldade para a empresa obter financiamento externo. Aponta-se uma incapacidade de investimento da Petrobras na exploração do petróleo devido à crise jurídica em que ela se encontraria imersa;
3. a queda do valor internacional do petróleo poderia inviabilizar a exploração do pré-sal, dados os altos custos envolvidos nessa operação;
4. “são imprescindíveis as alterações previstas na presente lei com vistas ao restabelecimento de um modelo que garanta a exploração ininterrupta e maiores possibilidades de ganhos para o Tesouro Nacional”.

O primeiro argumento, segundo o qual se justificaria a retirada da participação obrigatória da Petrobras no pré-sal dada a urgência da exploração do petróleo “em um futuro próximo” mostra-se completamente esvaziado. Isso quando se observam os dados sobre o exponencial aumento das reservas e da capacidade nacional de produção de petróleo após a descoberta do pré-sal, a implementação da participação obrigatória da Petrobras e a adoção do regime de partilha¹¹.

A descoberta do pré-sal foi possível em decorrência dos investimentos e acúmulo técnico-científico da Petrobras ao longo de muitos anos.

Quanto aos argumentos que afirmam que “as investigações da Justiça sobre negócios da Petrobras [...] têm afetado a estatal, gerando cancelamentos, atrasos e de-

11 Sobre a evolução da produção de petróleo no mercado mundial: “Um retrato real da evolução das atividades petrolíferas no Brasil deve levar em conta, ainda, algumas comparações internacionais para se avaliar a posição do país em relação à evolução mundial. No período de 2000 a 2011, enquanto as reservas brasileiras provadas de petróleo cresceram, cumulativamente, 78%, as reservas de importantes países produtores não pertencentes à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) decresceram ou apresentaram baixo crescimento, como nos casos seguintes: Estados Unidos (aumento de 1,6%), Noruega (redução de 39%), Reino Unido (redução de 41%), México (redução de 44%). Quanto à produção, o Brasil obteve aumento de 73% de 2000 a 2011, comparado com aumento de 1,4% dos Estados Unidos e quedas de 39% na Noruega, de 59% no Reino Unido e de 53% no México. Comparando com a China, verifica-se que as reservas conhecidas desse país não aumentaram, permanecendo em torno de 15 bilhões de barris entre 2000 e 2011, enquanto a produção de petróleo cresceu 26%” (MORAIS, 2013, p. 275).

sorganização de suas atividades” (BRASIL, 2015), nota-se que rememoram os argumentos contrários à criação da própria empresa, questionando sua capacidade técnica e de gestão. Além de todo o reconhecimento internacional (PETROBRAS, s.d.) da empresa mais premiada do Brasil, Morais (2013, p. 264) desmonta as dúvidas sobre a capacidade técnico-gerencial, apontando em suas análises, em forma de síntese, cinco pontos básicos como fatores para o sucesso da Petrobras:

1. política permanente de formação e capacitação de recursos humanos de alto nível para a atuação em atividades operacionais e em pesquisas e desenvolvimento (P&D);
2. investimentos continuados no centro de pesquisas (Cenpes), voltado ao atendimento das demandas tecnológicas para a produção de petróleo em águas profundas e das demais demandas tecnológicas da companhia;
3. adoção de programas abrangentes de pesquisas e desenvolvimento (Procap 1.000, 2.000 e 3.000), voltados ao aprimoramento da capacidade técnica para a exploração e a produção de petróleo em águas profundas, em colaboração com universidades, institutos de pesquisa e empresas fornecedoras de equipamentos e serviços;
4. incentivos à implantação no Brasil de uma rede de empresas fabricantes de equipamentos para a produção de petróleo em águas profundas;
5. incorporação de riscos econômicos e tecnológicos nas decisões de investimentos na exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas.

Diante dos argumentos que questionam a capacidade de investimento da Petrobras e ainda a viabilidade econômica da empresa, supostamente comprometida pela volatilidade do preço do petróleo no mercado internacional e seus efeitos nos royalties, assevera-se que devido à natureza vultosa e estratégica de tais investimentos, historicamente sempre foi o Estado brasileiro o principal responsável por fazer os aportes financeiros para a exploração do petróleo.

A argumentação econômico-política utilizada como justificativa para a alteração do regime legal de exploração do petróleo não guarda coerência em face dos resultados econômicos apresentados pela exploração do pré-sal na vigência do regime de partilha e da participação obrigatória da Petrobras.

Ademais, a exploração do petróleo como bem de uso especial para a União deve, portanto, se relacionar aos objetivos fundamentais presentes na ordem econômica da CF/1988, cuja promoção da autonomia científica e tecnológica cumpre papel estratégico com vistas à efetividade do desenvolvimento econômico e social e ao cumprimento do programa transformador que dirige teleologicamente a carta constitucional do país.

As mudanças a serem implementadas pela lei nº 13.365/2016, portanto, irão fragilizar a atuação da Petrobras na exploração e produção de petróleo no pré-sal,

bem como o seu papel de coordenação e indução do desenvolvimento industrial brasileiro.

Não faz o menor sentido compreender o direito econômico como axiologicamente “neutro” ou meramente técnico. Para Bercovici (2011, p. 316), “a defesa da exploração dos recursos minerais e petrolíferos por empresas privadas é feito por motivos ideológicos e financeiros, com afirmações sem comprovação histórica ou empírica”.

De fato, não se pode abrir mão do papel do Estado na definição dos rumos da política energética e da política sobre a exploração do petróleo e dos recursos minerais. O marco estabelecido com o regime de partilha (lei nº 12.351/2010) para a exploração das jazidas na área do pré-sal reforçaria o papel do Estado brasileiro na definição dos rumos da política energética e da cadeia produtiva do petróleo.

Assim, entende-se, em síntese, que a lei nº 13.365/2016 enfraquece a participação da Petrobras na exploração do petróleo no pré-sal em benefício das grandes multinacionais estrangeiras. Tais mudanças põem em xeque a soberania econômica, dada a importância da Petrobras e da cadeia industrial do petróleo e gás para a economia do país.

3.2. Petróleo e soberania

A soberania econômica nacional, prevista formalmente no artigo 170, I da CF/1988, “visa viabilizar a participação da sociedade brasileira, em condições de igualdade, no mercado internacional, como parte do objetivo maior de garantir o desenvolvimento nacional, buscando a superação do subdesenvolvimento” (GRAU, 2000, p. 225).

A formação social e econômica brasileira esteve completamente voltada para a extração de recursos naturais e primários para o abastecimento do comércio exterior. O Brasil, outrora colônia, atualmente república, se formou economicamente como uma economia dependente e periférica, sempre sob forte influência do capital externo¹².

Mudam-se os tempos, as instituições, as formas de dominação, mas prevalece no capitalismo contemporâneo a relação centro-periferia, outrora metrópole-colônia. Não vencemos por completo a herança colonial, que foi implacável em impedir qualquer ação que buscasse o progresso econômico e material nacional.

As tentativas de industrialização foram sufocadas e bloqueadas. Somente com a Revolução de 1930 iniciou-se um projeto consciente de implantação de um par-

12 Sobre a formação econômica do Brasil: “A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa é um fato que se prende às raízes da formação do país. [...] Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e se desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominamos de economia nacional, que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa” (PRADO JR., 1987, p. 54).

que industrial no país, condição esta essencial para a formação de um mercado interno de massas, com base em trabalho bem remunerado para a classe trabalhadora e na inserção soberana do Brasil na economia internacional.

É que a soberania nacional — assim como os demais princípios elencados nos incisos do artigo 170 — consubstancia, concomitantemente, um instrumento para o fim de assegurar a todos existência digna e objetivo particular a ser alcançado. Assume a feição de diretriz — norma-objetivo — dotada de caráter constitucional conformador (GRAU, 2000).

Afirmar a soberania econômica nacional como instrumento para realização do fim de assegurar a todos existência digna e como objetivo particular a ser alcançado é definir um programa de políticas públicas voltadas não ao isolamento econômico, mas a viabilizar a participação da sociedade brasileira, em condições de equidade, no mercado internacional.

Controle estatal e atuação estatal direta sobre a exploração dos recursos minerais e energéticos são fundamentais, pois o aproveitamento adequado desses recursos é condição para impulsionar o desenvolvimento. O controle do Estado sobre eles está vinculado à própria afirmação da soberania econômica¹³.

A exploração do petróleo, portanto, constitui um elemento-chave para a promoção do desenvolvimento autônomo do país. Os recursos minerais deveriam ser redirecionados para o desenvolvimento do mercado interno e para a industrialização. O que significaria a concretização da nossa soberania econômica.

3.3. Indústria petrolífera, mercado interno e inovação tecnológica

O artigo 219 da CF/1988 dispõe expressamente que o mercado interno integra o patrimônio nacional e está articulado à viabilização do desenvolvimento cultural e socioeconômico, do bem-estar da população e da autonomia tecnológica do país.

A integração do mercado interno ao patrimônio nacional se daria na medida em que a Constituição o toma como expressão da soberania econômica nacional.

Os artigos 218 e 219 determinariam a “endogenização” da tecnologia e a homogeneização social, compondo o quadro de internalização dos centros decisórios (OCTAVIANI, 2013), que deveria também orientar a política econômica da atividade petrolífera.

O incentivo ao mercado interno estaria, portanto, voltado à viabilização da distribuição de renda e à materialização de políticas de bem-estar.

A exploração do petróleo nas jazidas do pré-sal, portanto, também deveria estar vinculada à valorização do mercado interno, pois essa atividade guardaria a

13 Bercovici repõe os termos do papel da soberania na exploração do petróleo no pré-sal: “Soberania econômica, em uma democracia verdadeira, é sinônimo de soberania popular. Soberania econômica e soberania popular não significam apenas que o poder emana do povo, mas também que esse povo tem direito à terra, tem direito aos frutos do seu trabalho e tem direito ao excedente produzido pela exploração dos recursos naturais, que são públicos, portanto, de titularidade do povo, bem como ao direito de decidir por si mesmo sobre o seu presente e sobre o seu futuro” (BERCOVICI, 2011, p. 360).

Há forte correlação entre as políticas de exploração do petróleo, de industrialização nacional e de inovação tecnológica, com vistas à superação do subdesenvolvimento nacional. Tais políticas dificilmente seriam exitosas sem a coordenação estatal liderando esse processo em articulação com o setor privado

possibilidade de alavancar investimentos em equipamentos, instalações, recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e inovação, e seria a base da política de conteúdo local, que tem potencial de mobilização e articulação para criar um ciclo virtuoso de industrialização no país, promovendo o melhor aproveitamento do excedente econômico produzido com a exploração do petróleo no pré-sal¹⁴.

Há forte correlação entre as políticas de exploração do petróleo, de industrialização nacional e de inovação tecnológica, com vistas à superação do subdesenvolvimento nacional. Tais políticas dificilmente seriam exitosas sem a coordenação estatal liderando esse processo em articulação com o setor privado.

Foi com base em suas pesquisas e utilizando sua própria tecnologia que a Petrobras, pioneira na exploração de petróleo em águas marinhas, encontrou e perfurou o primeiro poço de petróleo em águas rasas no Brasil, em 1968, a apenas 30 metros de profundidade, até chegar ao descobrimento das jazidas do pré-sal, em 2007, a mais de 7 mil metros de profundidade, em águas ultraprofundas (D'ALMEIDA, 2015).

A indústria petroleira do Brasil, para alcançar o desenvolvimento sustentável e competitivo, deveria priorizar o setor de refino, o qual agrega valor ao produto final, e, simultaneamente, investir os recursos excedentes de modo a financiar o desenvolvimento de novas tecnologias, incluindo as energéticas (LIMA, 2014).

Sabemos que no Brasil a indústria pesada, a siderurgia, surgiu com a indústria estatal. Essa é outra particularidade da história do Brasil. A industrialização surge

14 Para Bercovici (2011, p. 356), "a política de desenvolvimento e exploração econômica dos recursos minerais brasileiros deve estar voltada para o mercado interno, sendo fundamental para o próprio parque industrial instalado no país".

aqui como um componente forte do Estado, que depois viria a ser torpedeado. Quer dizer, o nosso desenvolvimento já comportou uma intervenção estatal, num sentido que não era socialista, mas que não era a forma liberal do crescimento da indústria (MORAIS, 2013, p. 136).

A exploração do petróleo do pré-sal poderia ser uma excelente oportunidade para o Brasil avançar em políticas de desenvolvimento econômico e de redução das desigualdades regionais e sociais. O ritmo de exploração das jazidas do pré-sal deveria corresponder à capacidade de fornecimento de bens e serviços nacionais, resguardado o abastecimento nacional¹⁵ (D'ALMEIDA, 2015, p. 183).

A política de conteúdo local produziu resultados significativos na indústria naval até o final da primeira década dos anos 2000. O Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), lançado em 2004, encomendou a construção de 49 navios e 20 comboios hidroviários, com investimentos que ultrapassam os R\$ 11 bilhões. No Promef, os navios têm índice de nacionalização de 65% na primeira etapa (lançada em 2005, com 26 unidades) e 70% na segunda (lançada em 2008, com 23 unidades). São navios do tipo Suezmax, Aframax, Panamax, gaseiros, aliviadores com processo dinâmico, de produtos e de transporte de bunker (D'ALMEIDA, 2015, p. 183).

Consideramos que a política industrial deveria ser ativa e abrangente, focada nos setores ou atividades industriais indutores de mudanças tecnológicas, que geram mais valor. O papel do Estado é fundamental para criar um ambiente econômico e institucional que conduza a evolução das estruturas de empresas, indústrias e a organização institucional, assim como leve à criação de um sistema nacional de inovação, sendo esta última a força motora do desenvolvimento (BARBI; SILVA, 2008).

Dado o volume das atuais reservas de petróleo no Brasil, o país teria em suas mãos a possibilidade de coordenar a exploração e produção de óleo e gás, com a ampliação da capacidade de refino e a expansão da indústria petroquímica e dos fornecedores locais de bens e serviços. Essa política industrial poderia preencher uma lacuna histórica na estratégia nacional de desenvolvimento (BARBI; SILVA, 2008).

Apesar de sofrer constante ataque, a política de preferência pela aquisição de bens e serviços no mercado interno possui amparo legal e tem demonstrado eficácia satisfatória em seu papel de promoção da indústria e da inovação tecnológica¹⁶.

O poder público poderia, em determinadas circunstâncias, dar preferência à

15 "A Petrobras tem sido um instrumento do Estado, atuando no controle do fluxo comercial com o exterior (gerando economia de divisas com sua produção); gerando empregos e estimulando, por substituição de importações, o crescimento da indústria privada nacional, especialmente a de bens de capital, naval e de serviços de engenharia; desenvolvendo — sozinha ou em cooperação com universidades — tecnologias industriais, ambientais e gerenciais; atraindo investimentos e gerando receita tributária" (D'ALMEIDA, 2015, p. 191).

16 Bercovici (2014) critica a visão segundo a qual se buscaria circunscrever as políticas de incentivo à inovação às regras do direito concorrencial: "As afirmações comuns do debate do direito concorrencial não podem ser aplicadas com sucesso para a análise das singularidades de uma empresa de proporções gigantescas, favorecida pelo monopólio legal do petróleo, e, ao mesmo tempo, destinatária e realizadora dos grandes empreendimentos no campo da inovação da história recente do Brasil" (BERCOVICI, 2014, p. 147).

aquisição de bens ou serviços de empresas brasileiras que desenvolvam tecnologia. O sentido dessa preferência se justificaria diante da contribuição ao processo de inovação da economia nacional¹⁷.

A política de conteúdo local tem sido atacada por economistas ortodoxos ultraliberais, contaminada pelos reflexos da chamada Operação Lava Jato e também passou a ser questionada em órgão de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU).

No mês de junho de 2016 o Tribunal de Contas da União fez uma auditoria e concluiu que a política de conteúdo local seria danosa à Petrobras (CAMAROTTO; JUBÉ, 2016). Para Bercovici (2016), o TCU seria um órgão incompetente para avaliar uma política industrial e nem sequer saberia o que é uma política de desenvolvimento (NASSIF, 2016).

Estima-se que em poucos anos o Brasil estará produzindo grande volume de petróleo e gás natural, especialmente na camada do pré-sal. Entretanto, a produção em grande volume transformaria o Brasil em um mero exportador de petróleo, o que, em vez de contribuir para o desenvolvimento do país, pode trazer problemas à economia nacional se o ritmo exploratório não for bem planejado. A exportação excessiva de recursos minerais poderia levar à sobrevalorização da moeda nacional, o que prejudicaria a competitividade da indústria nacional.

De acordo com Bielschowsky (1988, p. 77), “o desenvolvimentismo foi a ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral, considerada como forma de superar o atraso e a pobreza brasileiros”. Logo, a tarefa fundamental da superação do subdesenvolvimento seria a industrialização.

A magnitude das reservas e a qualidade do petróleo do pré-sal têm atraído a atenção não apenas das multinacionais de petróleo e gás, mas também dos principais fornecedores de bens e serviços para o setor. Essa seria, portanto, uma grande oportunidade para o país se tornar um polo de fornecimento mundial de bens e serviços para a indústria de petróleo e gás natural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprovação da lei nº 13.365/2016 sinaliza para medidas liberalizantes nos campos macro e microeconômico. Diferentemente do que alardeiam os defensores das políticas neoliberais, a redução da participação estatal na política de exploração do petróleo não visa a uma maior eficiência ou a apoiar a retomada do crescimento

17 Para Mazzucato (2010, p. 256) o papel do setor público nas políticas de inovação não pode se restringir a apenas incentivar as inovações desenvolvidas pelo setor privado: “Principalmente, mas não apenas, diante da crise recente, não se leva em consideração que a principal força empreendedora veio do Estado e não do setor privado [...]. Foi durante o pós-guerra (Segunda Guerra Mundial) que o Pentágono trabalhou em estreita colaboração com outras agências de segurança nacional, como a Comissão de Energia Atômica e a Agência Especial Americana (Nasa). A colaboração entre as agências levou ao desenvolvimento de tecnologias como computadores, jatos, energia nuclear civil, lasers e biotecnologia”.

econômico; está relacionada diretamente com a abertura de mais espaço para a penetração do capital privado, especialmente estrangeiro, em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

O aparecimento desses projetos, que modificaram o regime de partilha, deu-se de forma oportunista em um momento de fragilidades passageiras para a Petrobras. Além das injunções internas, fatores externos também contribuíram para o fortalecimento do discurso ideológico que visa enfraquecer a empresa e seu papel na economia nacional, no geral, e na indústria do petróleo, em particular.

A estagnação econômica dos últimos sete anos provocou a redução das taxas de crescimento do consumo de petróleo e derivados, influenciando também na queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

O argumento de que a retirada da Petrobras da condição de operadora única poderia acelerar o ritmo de exploração do petróleo no pré-sal, apresentado como uma das alternativas para a retomada da atividade econômica, não encontra correspondência na realidade.

O principal objetivo da exploração de petróleo no Brasil e da atuação da Petrobras deve ser o abastecimento do mercado interno nacional com petróleo e seus derivados, assegurando energia de boa qualidade e a preços baixos, além da integração da indústria do petróleo ao mercado nacional, com extensa rede de prestadores de serviços, bens, materiais, indústria e recursos humanos qualificados. Em outras palavras, a exploração do petróleo no pré-sal e as atribuições designadas à Petrobras deveriam estar direcionadas ao esforço de superação do subdesenvolvimento nacional.

Na redação original da lei nº 12.351/2010, a Petrobras, como regra geral, atuaria como operadora de todos os blocos no pré-sal e em áreas estratégicas e poderia ser contratada diretamente pela União, ou em consórcio com empresas privadas através dos leilões de licitação de blocos, ressalvada a participação mínima obrigatória da Petrobras, de 30%. A Petrobras assumiria tarefas e atribuições que extrapolam a função de uma empresa voltada meramente a produzir petróleo e distribuir lucros. O regime de partilha definiu uma série de políticas voltadas ao incentivo à produção de conteúdo local e à industrialização nacional, e a Petrobras, enquanto instrumento de atuação econômica do Estado, deveria estar no centro dessa política. A regra geral passa então a ser a definição do operador nos leilões de áreas exploradas, e a exceção, consumada pelo direito de preferência.

Uma estatal é menos propensa a agir com irresponsabilidade na política de exploração predatória, que suscita riscos severos de acidentes ambientais. O regime de concessões traz prejuízos à coletividade. O ritmo de exploração é definido pela empresa concessionária, que terá melhores resultados financeiros ao extrair a maior quantidade de óleo no menor tempo possível.

Os esforços para a industrialização do país não encontraram obstáculos apenas internos, quase sempre se chocaram com interesses de capitais estrangeiros e de multinacionais. A não retomada do desenvolvimento está ligada à crise do Estado

brasileiro. A revisão dos instrumentos jurídicos, fiscais e financeiros do Estado deve ser dirigida para a rearticulação do projeto nacional de desenvolvimento.

O fortalecimento das instâncias democráticas e da sua prevalência em relação ao mercado e ao poder econômico privado se articula ao projeto nacional de desenvolvimento. O Estado democrático será incapaz se não for dotado de uma sólida base de poder econômico próprio. Portanto, entendemos que o interesse nacional e da coletividade deve estar em primeiro lugar na decisão sobre o uso do excedente econômico gerado pela exploração de petróleo e recursos minerais. No Brasil, essa disputa tem assumido contornos dramáticos.

A Petrobras não foi criada apenas para prover o abastecimento nacional de petróleo e seus derivados. É a forma empresarial encontrada para alcançar o desenvolvimento econômico e promover os interesses da coletividade. A Petróleo Brasileiro S.A. dirigiu o processo de industrialização nacional e organizou o desenvolvimento de uma rede de fornecedores de bens e serviços. É a grande compradora nacional.

É importante considerarmos que, a pretexto do justo e necessário combate à corrupção, está sendo operado um desmonte sem precedentes da Petrobras e das principais empresas de infraestrutura do país, acarretando enormes prejuízos à coletividade. Dadas as características da indústria do petróleo e a manutenção da forma de contratação por parte da Petrobras para grandes projetos de infraestrutura, o máximo que se pode alcançar é a destruição de determinados agentes econômicos para que outros, especialmente estrangeiros, ocupem o seu lugar.

Entendemos que a Petrobras deveria retomar a orientação da política industrial brasileira, utilizando seu poder de compra e de valorização do mercado interno. Ao mesmo tempo poderia instituir formas eficientes de combate ao cartel das grandes empresas prestadoras de serviços de engenharia e construção, reassumindo a gestão dos empreendimentos, reduzindo o tamanho dos contratos e ampliando a base de fornecedores de bens e serviços.

O estado da arte atual abre o ensejo para novos desafios ao direito econômico do petróleo, num momento em que princípios organizadores da ordem econômica e social da Constituição de 1988, assim como o regime constitucional da atividade petrolífera, são colocados em xeque, nos situando cada vez mais distantes da superação do subdesenvolvimento. Consideramos que a luta por um projeto nacional de desenvolvimento e especialmente a persecução dos objetivos estabelecidos no artigo 3º da Constituição Federal continuam atuais e necessárias, entretanto, a tarefa de empreendê-las tornou-se mais difícil e complexa.

* Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, professor do curso de Direito da Universidade Nove de Julho e doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

► Texto recebido em dezembro de 2020; aprovado em dezembro de 2020.

ANDERSON, Perry et al. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 139-180.

ANP. Balanço da gestão da ANP: 2003-2011. Rio de Janeiro: ANP, 2011.

_____. Resolução CNPE nº 6, de 8/11/2007. Diário Oficial da União, Brasília, p. 21, 14 nov. 2007. Disponível em: <<http://legislacao.anp.gov.br/?path=legislacao-federal/resolucoes/resol=-cnpe2007/&item-rcnpe-6--2007>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

BARBI, Fernando Carvalhaes; SILVA, Ana Lúcia Pinto da. O petróleo do pré-sal: os desafios e as possibilidades de uma nova política industrial no Brasil. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 19, n. 2 (34), p. 255-271, 2008.

BERCOVICI, Gilberto. Direito econômico do petróleo e dos recursos minerais. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

_____. Infraestrutura e desenvolvimento. In: BERCOVICI, Gilberto; VALIM, Rafael (Coord.). Elementos de direito da infraestrutura. São Paulo: Contracorrente, 2015. p. 17-26.

_____. O ataque ao pré-sal. *Conversa Afiada*, 5 fev. 2016. Disponível em: <www.conversaafiada.com.br/economia/pre-sal-nem-o-entreguismo-do-cerra-nem-a-esperteza-do-braga>. Acesso em: 5 fev. 2016.

_____. Petrobras: monopólio estatal e política concorrencial. *Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico*, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, p. 135-148, mar.-ago. 2014.

_____. Cem anos da Constituição de Weimar. In: BERCOVICI, Gilberto (Coord.). O debate de Weimar e as origens do direito econômico, São Paulo: Quartier Latin, 2019. p. 457-470.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 50. ed. Brasília: Edições Câmara, 2016.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de lei nº 131, de 2015. Brasília: Senado Federal, 19 mar. 2015. Disponível em: <www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120179>. Acesso em: 3 dez. 2020.

CAMAROTTO, Murillo; JUBÉ, Andrea. Conteúdo nacional é danoso, conclui TCU. *Valor Econômico*, Brasília, 27 jun. 2016. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2016/06/27/conteudo-nacional-e-danoso-conclui-tcu.ghtml>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

CLÈVE, Clèmerson Merlin; MARTINS, Alessandra Ferreira. Princípios constitucionais da atividade econômica petrolífera e lei nº 9.478 de 1997. *Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, ano 4, n. 18, p. 43-45, out.-dez. 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. O indispensável direito econômico. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 353, p. 22, mar. 1965.

D'ALMEIDA, Albino Lopes. Indústria do petróleo no Brasil e no mundo: formação, desenvolvimento e ambiência atual. São Paulo: Blucher, 2015.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. Tradução Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

LEITE, Antonio Dias. A energia do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LIMA, Haroldo. Petróleo no Brasil: a situação, o modelo e a política atual. São Paulo: Synergia, 2008.

LIMA, Paulo César Ribeiro (Coord.). Os desafios do pré-sal. Brasília: Edições Câmara, 2009. (Série Cadernos de Altos Estudos, n. 5.)

- MANGABEIRA, Francisco. Imperialismo, petróleo, Petrobras. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- MASCARO, Alysson Leandro. Estado e forma política. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MASSONETTO, Luís Fernando. Aspectos macrojurídicos do financiamento da infraestrutura. In: BERCOVICI, Gilberto; Valim, Rafael (Coord.). Elementos de direito da infraestrutura. São Paulo: Contracorrente, 2015. p. 27-52.
- MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. Tradução Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.
- MORAES, Alexandre de. Regime jurídico da concessão para exploração de petróleo e gás natural. Revista de Direito Constitucional e Internacional, São Paulo, ano 9, jul.-set. 2001.
- MORAIS, José Mauro de. Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore. Brasília: Ipea; Petrobras, 2013.
- NASSIF, Lourdes. TCU na contramão do desenvolvimento nacional. GGN, São Paulo, 12 jul. 2016. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/tcu-na-contramão-do-desenvolvimento-nacional>>. Acesso em: 4 dez. 2020.
- NÉBIAS, Diogo; WARDE JÚNIOR, Walfrido Jorge. Breves notas sobre o project finance como técnica de financiamento da infraestrutura. In: BERCOVICI, Gilberto; VALIM, Rafael (Coord.). Elementos de direito da infraestrutura. São Paulo: Contracorrente, 2015.
- OCTAVIANI, Alessandro. Estudos, pareceres e votos de direito econômico. São Paulo: Singular, 2014.
- _____. Recursos genéticos e desenvolvimento: os desafios furtadiano e gramsciano. São Paulo: Saraiva, 2013.
- PETROBRAS. Prêmios e certificações. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/premios-e-certificacoes>>. Acesso em: 3 dez. 2020.
- PINHO, Cláudio A. Pré-sal: história, doutrina e comentários às leis. Belo Horizonte: Legal, 2010.
- PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RANGEL, Ignácio. Dualidade básica da economia brasileira (1957). In: _____. Obras reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. v. 1. 3.ed. p. 285-354.
- RECEBEMOS o prêmio Offshore Technology Conference 2015. Fatos e dados, 3 fev. 2015. Disponível em: <www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/recebemos-o-premio-offshore-technology-conference-2015.htm>. Acesso em: 3 jun. 2019.
- ROCHA, Igor; MAGACHO, Guilherme. Ainda há espaço para o conteúdo local?. Valor, São Paulo, p. A10, 15 dez. 2016.
- ROOS, Breno Carvalho. Economia do petróleo e desenvolvimento: estudo exploratório sobre as perspectivas do pré-sal brasileiro. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) — Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. Tradução Maria Sílvia Passos. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- TIBIRIÇÁ, Maria Augusta. O petróleo é nosso: a luta contra o "entreguismo", pelo monopólio estatal. Petrópolis: Vozes, 1983.
- WARDE JÚNIOR, Walfrido Jorge; BERCOVICI, Gilberto; SIQUEIRA NETO, José Francisco. Um plano de ação para o salvamento do projeto nacional de infraestrutura. São Paulo: Contracorrente, 2015.

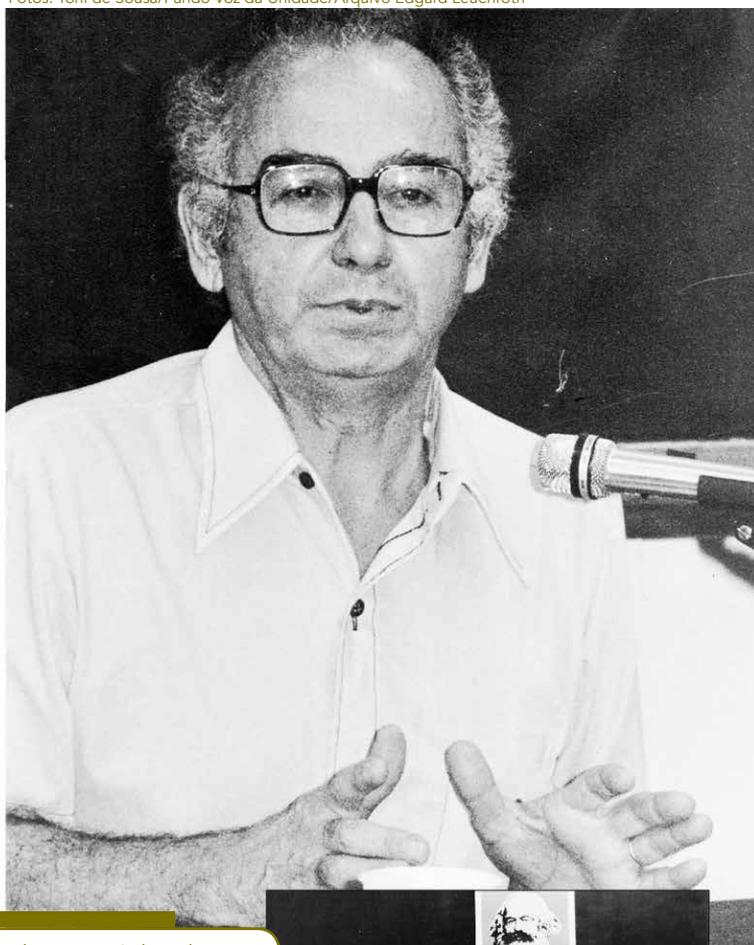
Octavio Ianni: o Brasil nas tramas da globalização

Octavio Ianni:
Brazil in the plots of globalization

Francisca Eleodora Santos Severino*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.015>

Fotos: Toni de Sousa/Fundo Voz da Unidade/Arquivo Edgard Leuenroth



Ao lado de Mário Schemberg, Octavio Ianni fala durante a Semana Karl Marx, realizada em março de 1983 em São Paulo



RESUMO

O ensaio tem por objetivo recuperar a contribuição teórica e metodológica do sociólogo Octavio Ianni, considerando-se a relevância de suas análises e reflexões, de base marxista, sobre sociedade e política no capitalismo contemporâneo. Caracteriza esta proposta a utilização dos conceitos de globalização, cidadania, classe social, políticas públicas e mudança estrutural. Trata-se de análise bibliográfica no campo das “experencialidades sociais, enfatizando assim o caráter social” como afirma Barbier. Entretanto estabelece-se um diálogo entre as diferenças ideológicas do materialismo histórico assumidas por Ianni e a proposta da metodologia das experencialidades sociais de Barbier. Destacam-se da obra de Ianni temas relacionados à formação nacional do Brasil e à temática da subordinação do país às agências econômicas internacionais. Reconhece-se a magnitude de sua contribuição ao debate sobre política e relações internacionais no contexto da globalização.

Palavras-chave: Classe social. Sociedade brasileira. Globalização e cultura.

ABSTRACT

The essay aims to recover the theoretical and methodological contribution of the sociologist Octavio Ianni, considering the relevance of his analyzes and reflections, based on Marxism, on society and politics in contemporary capitalism. This proposal characterizes the use of the concepts of globalization, citizenship, social class, public policies and structural change. This is a bibliographic analysis in the field of “social experiences, thus emphasizing the social character” as stated by Barbier. However, a dialogue is established between the ideological differences of historical materialism assumed by Ianni and the proposal of Barbier’s methodology of social experiences. The highlights of Ianni’s work are themes related to Brazil’s national formation and the subject of the country’s subordination to international economic agencies. The magnitude of his contribution to the debate on politics and international relations in the context of globalization is recognized.

Keywords: Social class. Brazilian society. Globalization and culture.

INTRODUÇÃO

Há pouco mais de dois meses descobri a presença inconfundível do sociólogo Octavio Ianni na formação política e profissional de um jovem casal de professores do ensino médio, educadores que atuam na cidade de Itatiba, no interior de São Paulo. A professora havia recebido, poucos anos passados, o Prêmio Jabuti, em reconhecimento da sua organização e escritura de coletâneas de livros paradidáticos.

Reconhecendo que a honraria devia ser estendida àqueles que participaram de sua formação sociológica e política, a professora convida colegas e antigos professores para um sarau literário. O casal, nesse encontro, pretendia socializar os méritos com quem lhes havia apresentado os temas relativos ao fenômeno da globalização econômica, que, no ano de 1989, já anunciava a educação como expressão de uma mercadoria, a circular no mercado capitalista pelas mãos daqueles que em futuro próximo seriam os grandes proprietários de conglomerados destinados a produzir educação não apenas como uma banal mercadoria nas mãos dos empresários da área, mas também como um dos primeiros elementos mediadores de nossa subordinação política às grandes instituições financeiras (Banco Mundial, FMI, OMC) que gerenciam a economia global.

Mudanças estruturais e abissais se anunciavam mediadas pelo fenômeno da globalização, que sem nenhuma cerimônia avançava sobre o processo de modernização econômica de desenvolvimento retardatário, enigmático e obscuro para a grande maioria dos brasileiros, o que trazia à memória uma brilhante aula de Sociologia que acontecera em um curso de pós-graduação na PUC-SP. Nessa aula, o professor Octavio Ianni, para perplexidade dos alunos, introduziu um tema totalmente desconhecido, qual seja o tema da globalização em países de desenvolvimento retardatário e desigual.

Fui aluna de Octavio Ianni no ano de 1985 na PUC de São Paulo. Ele fora o responsável pela minha entrada no curso de pós-graduação em Ciências Sociais em 1982, ao me entrevistar e me aprovar para a área de Sociologia. Ao longo do meu curso de mestrado na PUC-SP, Ianni foi meu mentor teórico quando assumi a cadeira de Teoria Sociológica, dividida em quatro módulos, no curso de pós-graduação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Iniciei-me na carreira docente imitando meus dois grandes mestres: Florestan Fernandes e Octavio Ianni. O professor Ianni ainda me avaliaria nas bancas que me titularam mestre na PUC e, posteriormente, doutora na USP.

Pelos descaminhos da vida acadêmica, o professor Ianni, embora tenha me aprovado como sua futura orientanda, não foi oficialmente meu orientador; todavia, tendo-me como aluna ou mesmo pelas conversas de corredor, ele sempre me deu valiosos conselhos teóricos e metodológicos, além de uma sofisticada e atualizada bibliografia no âmbito da economia política, desdobrando assim meus conhecimentos também para a cultura brasileira.

Devo aos dois grandes mestres Florestan Fernandes e Octavio Ianni minha profissionalização como socióloga, e deles guardo exemplos de integridade ética e

compromisso social. Esses dois intelectuais foram de uma geração que consolidou as ciências sociais no Brasil, promovendo desdobramentos das obras de Caio Prado Júnior e Werneck Sodré e com isso permitindo o desvelamento do Brasil, um país quase desconhecido. Pioneiros no campo de pesquisas sociológicas, eles introduziram com maestria a sociologia de cunho materialista histórico e dialético no país. Ianni, tal como Florestan, assumiu um traço peculiar intrínseco à condição de intelectual marxista; eles ensinaram que a atividade de pensar deve-se vincular ao compromisso de soerguer a condição humana dos despossuídos.

O PIONEIRISMO NA ANÁLISE DA GLOBALIZAÇÃO

Ianni e Florestan tiveram e têm hoje grande importância não apenas no campo das ciências sociais no Brasil. Eles ajudaram a edificar os fundamentos do desenvolvimento do campo científico educacional e foram fundamentais na construção de uma universidade pública no país; seu compromisso e seus ensinamentos desdobram-se por toda a América Latina, aportando também em países como Portugal e ex-colônias de língua portuguesa. No período ditatorial, Ianni foi professor de Sociologia na Universidade Nacional Autônoma do México. De lá, trouxe grandes ensinamentos apreendidos pelo processo revolucionário de cunho popular e também experiência e exemplos da grande crueldade que marcou a ferro e sangue o povo mexicano; acima de tudo, trouxe o exemplo da força revolucionária dos grandes teóricos do marxismo. Contudo, a utopia e a poesia sempre fizeram parte de seus ensinamentos. Assim ele dizia:

Nesse sentido é que algumas obras tornam-se marcantes, excepcionais ou clássicas, revelando-se como se fossem sismógrafos nos quais ressoam configurações e movimentos da realidade do imaginário, apreendendo premonitoriamente o que a maioria, ou todos, ainda não perceberam. Esse o clima em que se revela que a intuição, a paixão e a imaginação estão presentes em narrativas artísticas, científicas e filosóficas (IANNI, 2004, p. 26).

Entre os grandes nomes que marcaram o cenário da intelectualidade nacional, Ianni e Florestan figuram como chaves para a compreensão sociológica da sociedade brasileira e, no caso de Ianni, também para a compreensão sobre a inserção do Brasil na sociedade global.

No ano de 1989, surpreendentemente a educação ocupou grande parte dos debates de outro curso de pós-graduação, denominado “Globalização e cultura: sociologia da mudança social”. Em 1986, comecei a dar aulas na Escola de Sociologia e Política de São Paulo; empolgada pelo tema da mudança global e seguindo seus passos, em 1989, quando fui convidada para gerir a cadeira de Sociologia na ESP, propus o curso *lato sensu* acima referido. Tal curso destinava-se, para além da formação sociológica, a suprir as lacunas pedagógicas com a função de colocar no mercado de

trabalho professores de História e de Ciências Sociais. Acontecia aos sábados nas dependências da tradicional Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e tinha como eixo teórico e norteador *O Capital*, de Marx, alguns textos das *Obras escolhidas* de Marx e Engels e excertos das *Obras escolhidas* de Lênin, entre outros, além da obra de dois dos maiores sociólogos brasileiros, Florestan Fernandes e seu fiel amigo Octavio Ianni. Lia-se também a obra de educadores brasileiros nas disciplinas destinadas à formação pedagógica: Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando Azevedo, José Mário Pires Azanha, Dermeval Saviani. A obra de Florestan subsidiava teoricamente a análise dos processos revolucionários e mudanças abissais preanunciadas por Marx no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, e que se apresentavam como um espectro rondando as economias do Terceiro Mundo.

De fato, um tema econômico de grande interesse sociológico despontava e se fazia reconhecer pelo nome de globalização. Perplexos, alunos de pós-graduação no curso de Ciências Sociais estavam sendo premidos pelos fatos a expandir seus conhecimentos e estudos para além dos estudos monográficos que abordavam vida e obra dos pensadores clássicos que fundamentavam o nascimento das Ciências Sociais e a ruptura com o humanismo filosófico do Iluminismo, até então estrela máxima do universo das ciências humanas. Mal tínhamos absorvido e metabolizado os desafios colocados em pauta pelo *Aufklärung* alemão e o Iluminismo francês e, desafiadoramente, aparecia no cenário a malfadada globalização, que como uma vaca louca avançava pelo terreno pantanoso da América Latina em processo de modernização conservadora e retardatária. Foi assim que, naquele ano de 1989, sob a orientação de Octavio Ianni, iniciávamos pesquisas e reflexões sobre a desconhecida globalização.

Em aulas, palestras e escritos sociológicos, ele se revelava uma figura-chave do pensamento social do país por explicitar grande conhecimento da sociedade brasileira e de sua inserção na sociedade global. Dono de refinada e apaixonada ironia, Octavio Ianni estava entre os primeiros intelectuais brasileiros a pesquisar, pensar e decodificar as artimanhas do processo de mudança global.

Dotado de humildade e generosidade, Ianni manteve seu sonho utópico até os últimos dias. Mesmo vitimado por um câncer, manteve-se fiel ao seu projeto de pensar o mundo produzindo pesquisa. Até quatro dias antes de sua morte, ensinou Sociologia. Nos últimos anos, dedicou-se às políticas de ação afirmativa e ao acesso de estudantes oriundos das escolas públicas à universidade. Acreditava na interconexão entre ciência e arte e era um incansável pesquisador também desse tema, entre muitos outros que mereceram atenção no decorrer de sua existência. Ele foi um homem simples, mas de raciocínio sofisticado.

Nasceu em Itu (SP) em 1926 e morreu em São Paulo em 2004. Oriundo de uma família camponesa de origem italiana, Octavio Ianni formou-se em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo em 1954, e logo integrou o corpo de assistentes da cadeira de Sociologia, da qual Florestan Fernandes era titular. Tinha um irmão mais velho, Constantino Ianni, que foi economista. Cons-

Um tema econômico de grande interesse sociológico despontava e se fazia reconhecer pelo nome de globalização

tantino escreveu o livro *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana* (1ª ed.: 1963; 2ª ed.: 1972). Nessa obra há pistas que são também uma preocupação das pesquisas de Octavio Ianni.

O foco da obra de Constantino está no fato de que, desde a segunda metade do século XIX até os anos 1960, a República Italiana fez da emigração de seus cidadãos uma política de Estado. Enquanto o enfoque de Constantino firma-se na economia, Octavio Ianni vai além e desdobra sua preocupação para a formação do Estado nacional brasileiro, que tem suas raízes no mundo agrário. Exemplo disso é seu trabalho de pesquisa que fundamentou o livro *Origens agrárias do Estado brasileiro* (1984). Nesse livro, o centro de sua reflexão está na necessidade de demonstrar um movimento retroativo que transforma um segmento da classe operária italiana, formada por cidadãos emigrados, em camponeses paulistas.

Embora os registros de emigração italiana não mencionem as fazendas de café do interior de São Paulo, é para lá que é dirigido o grosso da primeira emigração italiana para o Brasil no final do século XIX e início do século XX. Compreende-se dessa forma a existência de dois diferentes tipos de emigração italiana para o Brasil: a primeira constitui-se de braços para as fazendas de café em São Paulo, e a segunda, para a colonização do sul do Brasil, um pouco mais tarde.

Pode-se inferir que os pais de Octavio e Constantino teriam vindo do norte da Itália em decorrência de um processo de industrialização que deixou sem emprego os agricultores locais que completavam sua renda com trabalho artesanal. Sem ter mercado para vender seus produtos, uma vez que não podiam competir com os produtos fabricados pelas indústrias de outros países europeus, os trabalhadores do norte da Itália emigraram para o Brasil, na primeira leva, até as fazendas de café de São Paulo, no período compreendido entre 1860 e 1914.

Nos últimos anos de vida, Ianni preocupou-se com as políticas de ação afirmativa e o acesso de estudantes oriundos das escolas públicas à universidade. Ele acreditava firmemente no poder transformador da pesquisa; assim, como aprendiz e mestre, sempre colocou o resultado de suas investigações e seu conhecimento a serviço da construção nacional, introduzindo na universidade pública, juntamente com Florestan Fernandes, uma prática acadêmica democratizante.

Octavio Ianni não abria mão do conceito de totalidade, noção que define conceitualmente a dialética da relação tensionada entre a parte (Brasil) e o todo (nova ordem mundial), indissoluvelmente ligados, ou ainda entre o particular e o universal

DESSENDANDO O LABIRINTO SOCIAL BRASILEIRO

Para a compreensão do pensamento sociológico de Octavio Ianni, é preciso esclarecer preliminarmente algumas questões essenciais. A primeira questão diz respeito à sua opção teórico-metodológica, e a segunda diz respeito à sua atuação política, imbricada nessa escolha.

Não se trata de uma pesquisa de cunho sociológico de matiz psicologizante, que, como recomenda Barbier (2002), pode-se denominar “experimentação social”. Ressaltar as diferenças entre a proposta metodológica de experimentação social praticada por Barbier e a do materialismo histórico abraçada com paixão e competência por Octavio Ianni é de fundamental importância, levando-se em conta que aparentemente ambas tratam de ações ou experiências prospectivas promovidas por comunidades autogeridas.

Para ambos os autores, o foco do problema está nas mudanças sociais, todavia é cada vez mais instigante seguir a reflexão de Octavio Ianni sobre o método do materialismo histórico. As diferenças radicais entre esses autores não se limitam àquelas de cunho ideológico, mesmo considerando que ambos se dedicaram à pesquisa radical, envolvendo, sobretudo, intervenção social. Enquanto Barbier (2002, p. 45) afirma se apegar à “disciplina psicológica”, Ianni repudia os aspectos psicologizantes e alienantes da experimentação social propagada por Barbier.

Contrapondo-se a essa tendência alienante da pesquisa-ação social, ele manteve-se fiel ao materialismo histórico e dele destacava os aspectos pedagógicos da ação social revolucionária. Como introdução ao materialismo de Marx, recomendava as “Teses sobre Feuerbach”, e de Engels, indicava o *Anti-Dühring*, além de *A ideologia alemã*, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, *As lutas de classes na França* e, enfim, as leituras clássicas introdutórias ao marxismo.

Octavio Ianni não abria mão do conceito de totalidade, noção que define conceitualmente a dialética da relação tensionada entre a parte (Brasil) e o todo (nova ordem mundial), indissolivelmente ligados, ou ainda entre o particular e o universal. Pesquisando o processo de mudança estrutural no bojo das transformações globais, todo o seu esforço dirigia-se a pensar as particularidades da produção econômica e cultural brasileira (ou a parte Brasil) na interface da reflexão sobre a inserção econômica do Brasil na nova ordem mundial (ou o universal). Refletindo sobre essa questão e tendo por referência primeira o conceito de totalidade, imediatamente descobre-se a necessidade de recorrer à relação passado-presente, ou seja, o Brasil colonial referido à modernidade global.

Seguindo-se o raciocínio de Ianni, fica claro que a pesquisa sociológica não pode e não deve abdicar do materialismo histórico como método quando se trata de dar conta da complexidade e das especificidades das transformações globais.

Todavia, quando se trata de pesquisas no campo da educação ou mesmo no ensino de Sociologia da Educação, deparamo-nos com outras propostas metodológicas tidas como eficientes para dar conta de toda a complexidade das relações sociais em processo de transformação. Dentre muitas outras, a proposta de Barbier é apresentada como uma nova perspectiva, que ele chama de *perspectiva de ação existencial/integral*, a qual faria frente ao método marxista com a pretensão de atualizar esse método. A *pesquisa-ação existencial/integral* como proposta metodológica viria, segundo Cordova (apud BARBIER, 2002), retirar do segundo plano a “prática transformadora, cada vez mais distante”, que, apesar dos ensinamentos de Marx, ali havia caído, ao mergulhar “cada vez mais na elaboração de um sistema teórico e, portanto, interpretativo do mundo”.

No esforço para justificar o caráter cartesiano de seu trabalho e, em particular, de sua concepção metodológica, Barbier faz severa crítica à rigidez do cientificismo experimental de André Lévy e Jean Dubost. Marcando a diferença entre a sua perspectiva e as metodologias desses autores, ele afirma:

o que Lévy e Dubost denominam de “experimentações sociais”, retomando um termo inadequado, são antes o que eu denomino de “experientialidades sociais”, enfatizando assim o caráter existencial e não dominável com fins de pesquisa científica, frequentemente previsível, desse tipo de experiência (BARBIER, 2002, p. 44).

Por outro lado, sempre remetendo à discussão das teses de Marx sobre Feuerbach, Ianni demonstra indignação com os cientistas empiristas e funcionalistas quando, em aula, explicava o método de investigação em ciências sociais:

Aliás, a cultura burguesa trata sempre de ideologizar inclusive o produto do trabalho de cientistas sociais marxistas. A própria obra de Marx foi e continua a ser examinada e rechaçada à luz de critérios empiristas, funcionalistas ou outros, externos à sua lógica interna. Ou recorre-se ao artifício de “reconhe-

cer” os pontos em que Marx estava certo e “rejeitar” aqueles sobre os quais as evidências seriam insuficientes [...]. Nesses exemplos ou outros que poderiam ser mencionados é clara a conotação externa e ideológica da crítica. Nas obras de E. Durkheim, M. Weber, W. Sombart e J. M. Keynes, para mencionar apenas alguns nomes, encontram-se os dados desse singular diálogo com Marx. Em todos os casos é evidente o processo de ideologização do debate, problemas e procedimentos do trabalho científico (IANNI, 1976, p. 35).

O diálogo metodológico entre Barbier e Ianni teve como justificativa deixar clara a posição de Octavio Ianni em relação à sua opção pelo materialismo histórico. Mesmo que na atualidade globalizada essa opção metodológica pareça defasada e anacrônica, ver-se-á a eficácia desse método quando se tratar da temática dos dilemas e impasses impostos pelo imperialismo econômico global.

Exemplo disso tem-se na construção metodológica primorosa na qual Ianni articulou teoria e empiria para a reflexão de temas de grande complexidade, tais como a formação e transformação da sociedade brasileira na colônia estruturada em forma de castas, mas na qual, movendo-se dentro delas, os atores sociais constituídos por negros, mulatos, índios, homens, mulheres, brancos e pardos se transformam e com esse movimento transformam também as castas em estrutura de classes sociais.

Na pesquisa que deu origem a sua tese *O negro na sociedade de castas*, mais tarde publicada com o título *Metamorfoses do escravo* (1960), Ianni esclarece as metamorfoses socioculturais a que se submetem os escravos no processo que os transforma em homens livres. Em conjunto com segmentos de outras castas, eles irão compor a classe trabalhadora, a vender sua força de trabalho no nascente mercado capitalista. Ianni esclarece que, em relações sociais, os negros, antes escravos e agora homens livres, ficam à deriva, açulados pela ideologia dos brancos, que os desqualificam, formando então, no âmbito das classes fundamentais, um segmento de excluídos. Ele esclarece que a população negra e mulata no Brasil define-se como elemento importante de uma das classes fundamentais em desenvolvimento e, nesse processo, a noção de raça é fundamental para a compreensão dos motivos pelos quais há no país a ausência de simetria entre as classes fundamentais que agilizam a modernização econômica no país. A presença da raça negra é elemento importante no processo de múltiplas relações sociais que fundam aqui a assimetria das classes. Essa ausência de igualdade entre as classes em processo relacional leva à configuração de uma desigualdade perversa, pois opera como um fator de exclusão por impedir que grande parte da população tenha acesso aos bens sociais. Aqui se coloca a questão principal que orienta sua reflexão. Como romper com o círculo vicioso da desigualdade excludente se originariamente ela é estrutural?

Até seus últimos dias, Ianni militou em prol da causa revolucionária da esquerda no Brasil. Toda a sua fundamentação teórico-metodológica, que justifica uma contundente análise sobre o caráter da exploração do povo brasileiro e sua subordinação

Até seus últimos dias, Ianni militou em prol da causa revolucionária da esquerda no Brasil

ao domínio econômico e político do capitalismo no Brasil, está ancorada nas lições de Marx e Engels. A análise de Ianni esclarece que, por princípio, o capitalismo determina que a riqueza produzida pela classe trabalhadora seja expropriada e acumulada privadamente pelas classes detentoras dos meios de produção; disso decorre que toda contribuição teórica e metodológica desse autor terá um vínculo orgânico com as classes populares. Sendo assim, a outra questão, de conotação prática e política imbricada nesta, é pensar soluções para a pobreza, para os preconceitos homofóbicos e para os preconceitos raciais e étnicos. Esse pensar contribui sobremaneira ao se buscar soluções para os problemas nacionais. Contudo, impõe-se considerar os impactos do desenvolvimento econômico do capitalismo retardatário na construção do Estado no país.

Levando-se em conta as reflexões de Octavio Ianni sobre as ações promovidas por comunidades e grupos autogeridos, fica claro o modo como quilombolas, índios, camponeses, favelados e negros agem em movimentos de busca de autonomia democrática, inseridos no processo social de constituição do Estado nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecido como um dos mais importantes sociólogos brasileiros, Ianni nunca abriu mão do compromisso com a justiça social e a liberdade, traço que marcou toda a gama de preocupações que o levaram a ser figura das mais notáveis na intelectualidade nacional ao lado de Florestan Fernandes, seu antigo professor e amigo inseparável. Ampliando o horizonte da investigação sociológica, ele abarcou um grande espectro de problemas e dilemas da sociedade brasileira e latino-americana.

Por conta da especificidade de nossa colonização, por ela não ter as marcas das relações pré-capitalistas já no período colonial, Ianni afirma que essa colonização peculiar apresentava no plano mundial aspectos de uma empresa comercial. Seguindo a tradição iniciada por Caio Prado Júnior (2000), ele esclarece tratar-se de um desenvolvimento capitalista *sui generis*, marcado pelo fato de que a exploração dos recursos naturais do novo território dava-se em proveito do comércio europeu. Disso deriva que já na colonização o país apresentava características das relações globais que de fato se apresentariam 500 anos depois. Ianni sempre afirmava que o capitalismo no Brasil apresentava uma especificidade peculiar ao auferir seus recursos internos. Como empresa comercial gerida por interesses externos, o Brasil captava recursos internos que, no entanto, não eram destinados ao desenvolvimento de suas forças produtivas locais. Tais recursos estavam, desde a colonização do país, destinados ao desenvolvimento das forças produtivas das metrópoles europeias.

Ianni sempre insistia que, no plano global, o Brasil possuiria aspectos de empresa comercial internacional, cujo destino já estava definido externamente sem a sua anuência e participação. Nisso residem a grande preocupação e o eixo norteador da contribuição sociológica desse autor.

Octavio Ianni era dotado de uma humildade e generosidade extremadas. Educador incansável, levou ao limite a responsabilidade pela formação social de seus alunos e a preocupação com o destino da sociedade brasileira, com as injustiças sociais e com a necessidade de construção de uma nova ordem e uma nova forma de organização social no Brasil. Ao final da vida, demonstrou uma dedicação imensa ao ensino, à pesquisa e ao debate. Em suas análises sobre a bibliografia sociológica consagrada, ele questiona as relações étnicas de brancos, negros e índios, destacando a especificidade comportamental de cada grupo, comportamentos que fundam as relações sociais no Brasil. Esclarece que, ao definir a situação dos segmentos sociais de negros e mulatos, a raça/etnia é elemento fundante da assimetria das relações sociais. Ele destaca a consequente ausência de paralelismo entre as trocas sociais, e tal fato leva à configuração de uma desigualdade perversa que opera como fator reproduzidor da exclusão, impedindo assim que grande parte da população tenha acesso aos bens sociais.

Dentre muitos temas desenvolvidos em pesquisas, seu maior legado está na análise que fez sobre a formação do Estado brasileiro. Intrinsecamente imbricada nesse tema estava sua original análise crítica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Contribuição fundamental quando se trata da compreensão sociológica das relações do país com as organizações econômicas internacionais e os modos de regulação das políticas de educação no Brasil.

* Socióloga, doutora em Comunicação, docente do Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais da Universidade Nove de Julho (Progepe-Uninove) e pesquisadora do grupo de pesquisas "Escola Básica, Gestão e Inovação".

► Texto recebido em outubro de 2020; aprovado em novembro de 2020.

Referências bibliográficas

- BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2002.
- IANNI, Constantino. **Homens sem paz**: os conflitos e os bastidores da emigração italiana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis, vozes, 1976.
- _____. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. **Variações sobre ciência e arte** [aula inaugural]. São Paulo: FFLCH-USP, 2004.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Retrospectiva internacional 2020

International 2020 retrospective

POI Ana Prestes*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.016>

Depositphotos



Pandemia

O ano de 2020 foi de pandemia global. Causada por um novo patógeno da família do coronavírus, a crise sanitária atingiu, em números oficiais, 80 milhões de pessoas em todo o mundo, ceifando quase 2 milhões de vidas. O surto de covid-19 — doença até então desconhecida — começou em dezembro de 2019 na China. Em janeiro, a OMS deu o primeiro alerta mundial sobre a circulação de um novo vírus que estava matando pessoas em Wuhan, na província de Hubei. Seu espalhamento começou pela Ásia, depois chegou a Oceania, Europa, Américas e, por fim, à África. Em março, a OMS decretou que o mundo estava enfrentando uma pandemia. O fenômeno desencadeou uma crise mundial de várias faces, sanitária, econômica, política e social. Cada país lidou com o fenômeno à sua maneira, havendo desde os que adotaram as mais profundas medidas restritivas, como China e Nova Zelândia, até os mais liberais, como Reino Unido e Suécia. Houve também os inconsequentes, como EUA e Brasil. Os números não mentem sobre quais países tiveram as medidas mais eficazes. Os EUA terminam 2020 com mais de 300 mil mortes e a China com 5 mil. Houve aqueles que usaram a pandemia para endurecer regimes, como Orban na Hungria e Añez na

Bolívia. Houve os arrependidos que corrigiram rotas, como Boris Johnson, premiê do Reino Unido, e o governo sueco, após meses de negação. Houve as boas surpresas, como o controle sanitário na África. Houve as cenas indizíveis, como as de corpos jogados pelas ruas de Guayaquil, no Equador. Houve debate mundial sobre o papel da OMS, rompimento dos EUA com a organização, criação de um fundo internacional (Covax) para garantir vacinas para todos. Houve Jogos Olímpicos adiados, gigantes da aviação quebradas, médicos cubanos salvando vidas e EUA bloqueando a circulação de máscaras e insumos básicos. Houve o Brasil campeão mundial em mortes de profissionais de saúde e de grávidas infectadas. Houve os bons exemplos, como o do Vietnã, com pouquíssimos infectados e mortos. Houve reeleição garantida pela condução na pandemia, como a de Jacinda Ardern, premiê da Nova Zelândia. E o ano termina com pelo menos quatro vacinas promissoras já em fase de aplicação em vários países (menos Brasil).

Olhos voltados para os EUA

O ano pandêmico foi também de eleições nos EUA. Ainda em janeiro as atenções estavam voltadas para o processo de impeachment de Trump, do qual ele logo escapou. Na sequência viu-se uma corrida acirrada pelo posto de candidato democrata a enfrentar Trump nas urnas. Sanders se posicionou bem, mobilizou apoios e logo virou alvo dos democratas conservadores. Prevaleceu Joe Biden, ex-senador e ex-vice presidente de Obama, como candidato. Para concorrer ao cargo de vice-presidente foi escolhida a senadora da Califórnia Kamala Harris. Frente à pandemia, Trump adotou a narrativa de que o país estava sendo atacado por um “vírus chinês”. Ao mesmo tempo, garantia ser apenas uma gripe inofensiva. Foi desmascarado pelo livro de entrevistas (*Fúria*) do jornalista Bob Woodward, que retratou como Trump tinha consciência da gravidade do vírus. Ao contrário de Boris Johnson, do Reino Unido, ao contrair o vírus e ser internado Trump não mudou de postura. Tudo isso se deu em um ano marcado pelos gigantescos protestos antirracistas no país, surgidos em reação à morte de um homem negro, George Floyd, asfixiado por um policial branco. No último ano de Trump, foi assinado acordo com os Talibãs no Afeganistão, foi anunciado o “acordo do século” de anexação da Palestina por Israel, foi enterrado o NAFTA e firmado o T-MEC. O BID passou a ter o primeiro presidente indicado pelos EUA em toda a sua história. Cresceram os conflitos com China e Irã. Em novembro, Biden venceu as eleições presidenciais e Trump não reconheceu a derrota. Em processo de transição para assumir a Casa Branca, Biden se vê pressionado de todos os lados quanto à relação a ser estabelecida com o Irã. Por seu turno, Trump encomendou suas últimas maldades antes de deixar o cargo, entre elas mais restrições a Cuba e mudanças no mapa do Marrocos contra o povo do Saara Ocidental.

América Latina

Em nossa região, destacam-se sobremaneira as vitórias populares na Bolívia e no Chile. Os bolivianos elegeram Luis Arce, do MAS, como presidente e receberam o ex-presidente Evo Morales de volta ao país. Após as eleições, a ex-presidente de fato, Jeanine Añez, e ex-ministros tentaram fugir da Bolívia (alguns conseguiram). No ano em que o Chile celebrou os 50 anos da vitória de Allende, a população aprovou em plebiscito popular enterrar a constituição pinochetista e realizar uma nova constituinte. Na Argentina, Alberto Fernández começou seu governo com o enorme desafio da pandemia, alcançou a reestruturação da dívida e teve pautas importantes aprovadas no parlamento. Ao final do ano foi aprovada a lei do aborto legal na Câmara (votação no Senado em 29 de dezembro). O país perdeu o ídolo Diego Maradona. No Uruguai, tomou posse o neoliberal Lacalle Pou, que logo retirou seu país da Unasul. Já Carolina Cosse, do partido Frente Amplio, venceu as eleições para o governo de Montevideú. O país também perdeu o ex-presidente Tabaré Vázquez, falecido aos 80 anos. A Colômbia seguiu como preposto do Governo dos EUA na região, passou a ser membro pleno da OCDE e relembrou os quatro anos dos acordos de paz imersa em profunda violência. A Venezuela continuou pressionada pelo Grupo de Lima, agora enfraquecido, e conseguiu amenizar sua crise econômica com o auxílio do Irã, que enviou navios cargueiros com combustível e instalou supermercados no país. Em dezembro os venezuelanos elegeram uma nova Assembleia Nacional. Guaidó viu fracassar sua consulta popular e termina o ano perdendo apoio da União Europeia. No Peru, houve eleições legislativas no começo do ano, com o fujimorismo como grande derrotado, e uma espantosa troca de presidentes no segundo semestre. O parlamento peruano cassou o mandato presidencial de Vizcarra e assumiu Merino, que também foi derrubado e substituído por Sagasti. Viram-se muitos protestos nas ruas. Na Guatemala também houve manifestações contra a lei do orçamento para o próximo ano; até um suspeito incêndio no Congresso ocorreu em meio aos protestos. No Equador, o candidato apoiado pelo ex-presidente Rafael Correa teve sua chapa homologada e está bem posicionado nas pesquisas para as eleições de fevereiro próximo. Cuba continua estrangulada pelo bloqueio econômico; ainda assim deu valiosas contribuições ao mundo durante a pandemia, não só com o desenvolvimento de fármacos e a vacina Soberana I, mas com a oferta de recursos humanos especializados. Reelegeu-se para o Conselho de Direitos Humanos da ONU e lidou com o movimento San Isidro, plantado para desestabilizar seu governo. Para 2021, o país anunciou a unificação de suas moedas.

Política externa brasileira

No Brasil, teve sequência uma política externa desastrosa. Ao longo do ano, seis ex-chanceleres brasileiros assinaram carta pela reconstrução da política exterior. Em

termos de diplomacia presidencial, Bolsonaro visitou a Índia, foi aos EUA em março encontrar Trump e voltou com a comitiva infectada pelo coronavírus. Ao fim do ano, realizou a primeira reunião com o presidente argentino Alberto Fernández. Enviou Temer ao Líbano em agosto, após explosão do porto de Beirute, nomeou Nestor Foster embaixador nos EUA, fez uma fala repleta de *fake news* na Assembleia Geral da ONU, disse na reunião do Brics que o Brasil exporta madeira ilegal, ausentou-se das responsabilidades ambientais brasileiras na reunião do G20, foi criticado na ONU pela péssima condução do país durante a pandemia e viu o Brasil ser excluído do encontro mundial realizado por ocasião dos cinco anos do Acordo de Paris. Permitiu que o Brasil fosse usado pelos EUA para ameaçar a Venezuela, com pressão sobre os diplomatas venezuelanos para deixarem o Brasil e permissão a Mike Pompeo para circular à vontade com seu intervencionismo em visita a Roraima. O Brasil também participou do lançamento, junto com EUA, Hungria e Polônia, da Aliança pela Liberdade Religiosa. Continuou sendo atacado externamente pela má gestão ambiental, com destaque, neste ano, para os incêndios no Pantanal, cujas imagens correram o mundo. Destaque também para os ataques desferidos à China e seus diplomatas, acusando o maior parceiro comercial do país de possível espionagem no caso da participação da Huawei na infraestrutura 5G. Em termos multilaterais, o Brasil assumiu a Presidência do Banco do BRICS e também a do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. O chanceler Araújo admitiu para jovens diplomatas que o país é hoje um pária internacional.

União Europeia

Profundas divisões foram reveladas na União Europeia na condução da crise pandêmica. Por vários meses, os países do bloco não conseguiram chegar a um acordo sobre medidas a tomar contra a pandemia, econômicas sobretudo. Em julho, já sob a presidência da Alemanha, foi alcançada a aprovação de pacote econômico de reconstrução pós-pandemia. Países mais ricos do norte entraram em conflito com os mais pobres do sul quanto aos subsídios financeiros para salvamento da crise. O Brexit continuou como um tema forte e, enquanto estas notas **são escritas**, acaba de ser anunciada a chegada a um acordo comercial entre Reino Unido e UE poucos dias antes do prazo firmado (31 de dezembro). Nos dois países que configuram as maiores ameaças à democracia na região, Polônia e Hungria, no primeiro o ultraconservador Andrzej Duda foi reeleito e no segundo acaba de se formar uma promissora coalizão da oposição ao presidente Viktor Orbán. Rápidas sobre Europa: começou o julgamento de extradição de Julian Assange, que corre risco de morte na prisão inglesa; professor francês foi decapitado após mostrar charges com alusões a Maomé; cresceu debate sobre o radicalismo islâmico na França; maior campo de refugiados da Grécia foi incendiado.

China, Rússia e Ásia

Foi aprovada na China uma nova Lei de Segurança Nacional para Hong Kong. A Rússia aprovou mudanças constitucionais via referendo popular. China e Rússia estreitaram seus laços de cooperação (vide declaração conjunta de 11 de setembro). China e Índia tiveram conflito armado no Himalaia. No Japão, o primeiro-ministro Shinzo Abe renunciou e assumiu seu colaborador mais direto. China concluiu debate sobre o 14º Plano Quinquenal (2021-2025) e anunciou erradicação da pobreza extrema no país às vésperas dos cem anos do Partido Comunista Chinês. Aumentou a tensão no mar do Sul da China, com reposicionamento de embarcações militares dos EUA. Houve conflito na fronteira entre as duas Coreias. Foi assinado o acordo comercial asiático RCEP, que terá grande impacto econômico no próximo período.

Oriente Médio e Norte da África

O ano começou com o assassinato do general iraniano Soleimani no Iraque e terminou com a execução de um físico nuclear do Ministério da Defesa do Irã, o que deixou quente a tensão do país com Israel e EUA. A guerra prolongada da Síria teve eventos importantes na região de Idlib. Israel terminou o ano convocando a quarta eleição em dois anos, após um 2020 em que Netanyahu precisou dividir o poder com Gantz. Trump e Netanyahu apresentaram o acordo “do século” para anexação da Palestina, e estabeleceram as relações diplomáticas de Israel com Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Sudão e Marrocos. Além dos acordos secretos com a Arábia Saudita. Líbano viveu ano de protestos contra o governo e explosão catastrófica no porto de Beirute.

África

Em 2020 ano houve fortalecimento da União Africana, principalmente a partir de seus acordos com a China. Houve perdão de dívidas pelos chineses e construção de um grande Centro de Controle de Doenças em Adis Abeba, na Etiópia, para circulação de suprimentos e fármacos com maior agilidade. Houve golpe militar no Mali, na Guiné-Bissau e conflito armado na Etiópia (premiê é Nobel da Paz).

Economia

As bolsas de valores tiveram quedas drásticas com as notícias do coronavírus. Poucos países conseguiram escapar do desastre econômico da pandemia. Houve queda histórica nos preços dos barris de petróleo e crise na Opep. Cepal fez projeções terríveis e acertadas de queda (9%) da economia na América Latina. PIB chinês foi recuperado

(único país do mundo com curva econômica em “V” em 2020). OCDE, Banco Mundial e FMI terminaram o ano com projeções preocupantes para a economia mundial em 2021, especialmente para países como o Brasil.

Conflitos quentes

Guerra entre Armênia e Azerbaijão pelo controle da região de Nagorno-Karabakh. Invasão do território do Saara Ocidental pelo Marrocos com reação armada da Frente Polisário. Guerras na Síria, Líbia e Iêmen.

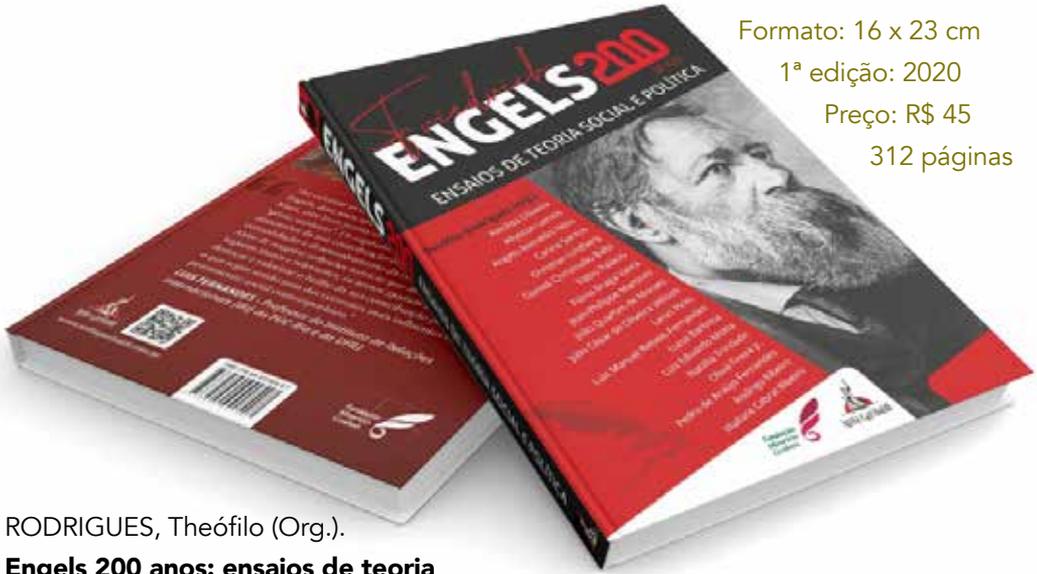
Efemérides

O aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 foi a grande efeméride do ano. Um desfile em Moscou marcou os 75 anos da vitória sobre os nazistas. A Assembleia Geral da ONU celebrou seus 75 anos de existência e a Europa lembrou os 75 anos da abertura dos portões de Auschwitz.

* Socióloga, doutora em Ciência Política (UFMG) e analista internacional. Leia as notas internacionais de Ana Prestes todas as semanas nos sítios I21, Ópera Mundi, revista Fórum, blog O Cafezinho e portal Vermelho.



Editora: Anita Garibaldi
 Formato: 16 x 23 cm
 1ª edição: 2020
 Preço: R\$ 45
 312 páginas



RODRIGUES, Theófilo (Org.).

Engels 200 anos: ensaios de teoria social e política.

São Paulo: Anita Garibaldi : Fundação Maurício Grabois, 2020.

Um Engels permanente para mais 200 anos de teoria e prática

A persistent Engels for another 200 years of theory and practice

Josué medeiros*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.017>

Existem duas formas de celebrar criticamente uma efeméride do porte dos 200 anos de nascimento de Friedrich Engels, um dos pais fundadores, junto com seu célebre amigo, Karl Marx, da corrente política e teórica conhecida como marxismo. A primeira é recuperar seus méritos intelectuais, tarefa fundamental para avançarmos em uma compreensão mais completa das origens da teoria e prática marxista e necessária para que se faça justiça a Engels, tão detratado quanto seu parceiro, se não ainda mais do que ele. A segunda consiste no esforço de atualizar uma herança política e intelectual que é complexa e contraditória, atravessada por diversas inscrições

O Engels que resulta das 300 páginas escritas por 40 mãos é gigante, não porque elas façam uma mera apologia de suas realizações, mas sim porque se resgatam de modo fiel suas contribuições e limites

temporais e enraizada em distintas geografias e formações histórico-nacionais ao redor do globo nesses dois séculos que nos separam do nascimento do revolucionário alemão. O livro *Engels 200 anos: ensaios de teoria social e política*, organizado pelo amigo, camarada e cientista político Theófilo Rodrigues, navega nesse duplo movimento de entender o passado e pensar e agir no presente/futuro.

Na relação com o legado do personagem homenageado, os 16 artigos que compõem a coletânea apresentam toda a riqueza de sua trajetória, alcançando as várias dimensões em que ele agiu e refletiu. Ao terminar a leitura, é impossível permanecer com os preconceitos que cercam a vida e obra do companheiro mais direto de Marx. O Engels que resulta das 300 páginas escritas por 40 mãos é gigante, não porque elas façam uma mera apologia de suas realizações, mas sim porque se resgatam de modo fiel suas contribuições e limites.

Isso aparece de um modo leve e perspicaz nas “profecias” engelsianas: Pedro de Araújo Fernandes aponta para a acertada previsão de Engels sobre uma futura guerra mundial entre as nações capitalistas (p. 249), enquanto Theófilo Rodrigues recupera a aposta equivocada feita pelo revolucionário alemão quanto à brevidade da vida do SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha) que, segundo ele, não duraria nem um ano (p.228). O partido, fundado em 1875, existe e é relevante até hoje.

Obviamente, os textos aqui resenhados não oferecem uma resposta fechada para a missão de renovar as visões e práticas marxistas. Melhor, eles nem se propõem a isso, visto que assumir tal função implicaria não entender nada do que Marx e Engels elaboraram e viveram. Trata-se de uma responsabilidade que é coletiva em seu sentido mais forte, isto é, só se realizará com o protagonismo das classes subalternas. Todavia, estranho seria se as penas aqui reunidas se furtassem a enfrentar o problema da experimentação prática das formulações de Engels no século XXI. Seria, no mesmo sentido, uma completa incompreensão do compromisso ético e político firmado por Engels e Marx em suas vidas. Tal risco inexistiu na seleção feita por Rodrigues: o engajamento nas lutas do povo é um dos traços comuns a todas e todos que escrevem nessa antologia — o outro, sem dúvida, é sua qualidade e capacidade intelectual.

Não é por acaso, aliás, que o vínculo entre a produção intelectual do nosso autor e as lutas sociais da Europa em todos os planos (urbano, rural, nacional, revolu-

cionário e institucional, de classe e de gênero) é um fio comum que liga todas as contribuições da coletânea. Alguns exemplos nos ajudam a preparar o terreno pelo qual a presente resenha avançará. Na questão urbana, Fábio Palácio destaca que “a classe operária é a primeira nascida efetivamente sob o signo da cidade” (p. 273), enquanto Rodrigo Ribeiro enfatiza o pioneirismo de Engels no enfrentamento dos conflitos da “cidade capitalista” (p. 41).

As lutas camponesas também importavam para o revolucionário alemão. Wallace Cabral Ribeiro reconstitui como Engels percebe nas lutas camponesas da Alemanha no século XVI “propostas mais radicais que ameaçavam a hegemonia da Igreja Católica e do mundo feudal” (p. 262) e que se conectavam com as lutas dos trabalhadores do século XIX. Allysson Lemos e Flávia Braga argumentam que ele desenvolveu “uma perspectiva mais dialética e menos determinista” (p. 204) sobre a comuna rural russa no contato com os revolucionários daquele país. E, atravessando o campo e a cidade, Alecilda Oliveira e Natália Trindade trabalham a questão de gênero, na qual Engels apontava a convergência entre “a propriedade privada e a subordinação da mulher” (p. 145).

Lemos e Braga abordam ainda a questão nacional, analisando como ele articulava “a luta dos trabalhadores” com “a luta dos povos oprimidos por suas libertações nacionais” (p. 194). Pedro de Araújo Fernandes demonstra que o pensamento geopolítico de Engels avançou ancorado menos no movimento dos Estados nacionais e mais nos sentidos coletivos da luta revolucionária: “Se antes [em 1848] a guerra era vista como um fator que ameaçava a ordem estabelecida, ela passou a ser vista [em 1870], em grande medida, como uma ameaça ao movimento dos trabalhadores.” (p. 247)

Assim, o que emerge do livro são hipóteses forjadas, conforme procedia Engels, na união de “paixão e análise social” e de “razão e emoção” (p. 82), na precisa síntese de Luísa Barbosa, e que devem ser testadas na prática e no pensamento, sempre em relação dialética e com o cuidado de ponderar seus desenvolvimentos desiguais e combinados no tempo e no espaço. A presente resenha baseia-se no mapeamento dessas hipóteses e das possibilidades que elas abrem.

Faremos isso em três grandes eixos: classes trabalhadoras, instituições políticas e pensamento filosófico.

A SITUAÇÃO DAS CLASSES SUBALTERNAS ONTEM E HOJE

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, de 1845, é o livro de Engels mais citado na antologia, sendo referido no prefácio, na introdução e em sete capítulos. É interessante que uma obra da juventude do nosso autor seja a mais usada para valorizar suas contribuições, quebrando um certo paradigma de hierarquizar um suposto momento “maduro” dos intelectuais, em geral ligado à ideia de que mais idade traz mais sabedoria. Ademais, entendemos que a força do estudo do jovem Engels se apre-

senta também na exploração das hipóteses sobre a necessária renovação do marxismo. Afinal, qual é a situação das classes trabalhadoras no mundo de hoje?

O plural é fundamental para responder à pergunta. De que classe trabalhadora falamos? A industrial? A dos serviços tradicionais, tal qual o comércio? Ou a da juventude que se espalha nos *telemarketings*? A classe trabalhadora estatal? Ou aquela envolvida no mundo das novas tecnologias, a classe trabalhadora das plataformas, da “uberização”, dos aplicativos de entrega? Ou, ainda, se nosso foco está somente nos setores formalizados, detentores de direitos, ou se o ampliamos para os informais e desempregados. Tão importante quanto é mobilizar os recortes de gênero e de raça: a situação da classe muda muito se são trabalhadoras mulheres ou se são negras ou negros ou se são migrantes ou não.

Não se trata de afirmar a diversidade para negar a importância da categoria trabalho. Concordamos com Luísa Barbosa sobre sua centralidade e como esta se manifesta em um duplo caráter. Primeiro, o trabalho é a atividade fundamental que nos faz humanos. Ela afirma que “a centralidade do trabalho é muito mais que o fundamental processo de produção e de reprodução material da vida humana em sociedade. É, sim, condição fundante para tornar-nos humanos”. E conclui afirmando que o trabalho “é o processo em que os homens produzem a si próprios” (p. 82). João Quartim de Moraes vai no mesmo sentido e pontua que “o ‘salto’ das formas pré-humanas à forma humana do trabalho constitui o elo decisivo da hominização: o *homo* se tornou *sapiens* ao se tornar *faber*. Mão e cérebro foram igualmente decisivos” (p. 106).

Entretanto, há anulação do ser humano pelo trabalho quando este se torna exploração, quando é mera forma de garantir subsistência. Barbosa destaca que uma das consequências desse processo é o ódio. O trabalhador odeia o trabalho “porque sente os constrangimentos que implica a sua inutilidade para si mesmo” (p. 91). Do ódio pode vir a revolta, e ela completa: “O operário é enterrado vivo na fábrica, que o debilita física e espiritualmente. Engels defende que a revolta é o único sentimento que se pode semear no ambiente fabril.” Reforçando o mesmo ponto, Christian Lindberg constata que Engels “afirma que o trabalho manual realizado na indústria desgasta o trabalhador, no âmbito tanto físico quanto mental, embrutecendo-o”. Entretanto, prossegue o autor, “tal situação propicia a revolta e o aguçamento da inteligência, que pode servir como catalisador para a revolta” (p. 174).

O problema dessa reconstituição do argumento engelsiano é a singularidade. A fábrica. A indústria. Barbosa chega a desenvolver sua visão sobre as mudanças do mundo do trabalho no século XXI, sobre o papel da tecnologia. Onde então formulamos a seguinte pergunta: e como ficam esse ódio e revolta hoje nos plurais das classes trabalhadoras? Não temos a resposta, ninguém tem. É preciso reafirmar, novamente, que somente o movimento coletivo praxiológico e teórico poderá chegar perto de uma resposta. Mas, ainda assim, o incômodo de não existir hoje nada que se assemelhe ao clássico livro de Engels permanece.

Carina Santos e Lenin Pires nos apresentam o Engels etnógrafo, que, para além da visão evolucionista típica da época, consegue estabelecer com a classe trabalhadora uma relação de reflexividade e alteridade. “Durante 21 meses Engels travou conhecimento direto com o proletariado inglês, sem ‘intérpretes’”, produzindo o que eles chamam de um “acercamento intelectual” capaz de produzir “um quadro fidedigno não apenas de uma época, mas de todo um mecanismo pelo qual se pode reconhecer a construção da modernidade urbana” (p. 75). A questão é, então, como e por que perdemos, nos dias atuais, essa capacidade de nos acercar das classes e produzir *com elas* (e jamais *por elas*) um quadro mais preciso sobre o capitalismo contemporâneo.

Devemos, enfim, buscar algumas pistas de como refazer essa conexão na obra do nosso bicentenário revolucionário. Primeiro, o problema da situação social extrema, da pobreza, miséria, má alimentação, saúde degradada. São dores provocadas pela exploração do trabalho, mas vivenciadas também fora do espaço fabril, nas periferias, nas moradias precárias, na migração. A questão urbana é, portanto, chave no processo contemporâneo, de um modo ainda mais fundamental do que no século XIX. Rodrigo Ribeiro mostra os achados de Engels sobre essa dimensão, os quais são extremamente atuais: “No espaço urbano está circunscrita ‘uma guerra social, a guerra de todos contra todos’ [...]. A guerra social é explícita: de um lado, a grande cidade está tomada pela indiferença e o egoísmo, e, de outro, pela extrema pobreza.” (p. 54) Hoje, podemos acrescentar, a cidade é justamente o território em que a classe (a despeito da sua diversidade e sem perdê-la) se unifica, cumprindo o papel que antes era da fábrica. Qual é a consequência disso para suas lutas?

Uma segunda pista tem a ver com o fenômeno religioso, tema cada vez mais presente na conjuntura política devido ao papel das lideranças evangélicas conservadoras, não só no Brasil, mas em todo o continente americano. Aqui o mérito de Engels, conforme nos mostra Wallace Cabral Ribeiro, foi justamente destacar a diversidade onde parecia haver unidade. Para além do luteranismo, nosso autor percebe que “as heresias se diferenciavam entre si conforme a classe social” (p. 262), sendo que a revolta dos mais pobres desemboca em um projeto radical contra a ordem, pois “as profundas mudanças no sistema social favoreceram a produção de novas concepções de sociedade no porvir” (p. 266). Seguramente há diversidade também no fenômeno religioso atual, que se relaciona com uma nova época de mudanças profundas no sistema social. Como as lutas podem se relacionar com essa diversidade?

Por fim, como última mas não menos importante pista, temos a questão de gênero. Já mencionamos que Alecilda Oliveira e Natália Trindade recuperaram a convergência proposta por Engels entre a submissão da mulher e a propriedade privada. Além disso, ele engloba nesse processo o Estado-nação moderno, como a entidade que sistematizará o processo de dominação sobre as mulheres iniciada pela família monogâmica. Elas analisam que esse tipo de família é a “unidade socioeconômica local-base para constituição do Estado moderno como o conhecemos atualmente” (p. 151).

Se nas pistas anteriores (conflitos urbanos, fenômeno religioso) terminamos com perguntas sobre como a atualização das lutas se relaciona com tais questões, no caso da questão de gênero o ódio e revolta feministas se manifestam em lutas que apontam diretamente para o caráter patriarcal do Estado, tais como a “Primavera feminista” contra Eduardo Cunha em 2015 no Brasil e o movimento chileno “Un violador en tu camino” em 2019. As lutas feministas já mobilizam milhões de pessoas em uma configuração das classes subalternas que não só resistem no presente como antecipam o futuro: aqui destacamos a recente conquista do direito ao aborto pelas mulheres argentinas. A isso se soma a questão racial, não abordada por Engels, mas que incendiou os Estados Unidos ao longo de 2020 com o movimento “Black Lives Matter”, sem o qual nos parece impossível explicar a derrota de Donald Trump nas últimas eleições presidenciais.

A relação direta que movimentos feministas e antirracistas fazem entre suas opressões e o Estado nos leva ao próximo eixo desta resenha, na qual seguiremos com Engels e seus intérpretes e o tema das instituições.

CRÍTICA AOS PROGRAMAS DE GOTHA DE ONTEM E DE HOJE

Que as instituições do século XXI não são as mesmas que Engels conheceu no século XIX, é uma obviedade histórica. Ainda assim, ele foi capaz de analisar, sobretudo a partir dos anos 1870, tendências de ampliação do Estado (pensada em termos gramscianos) que convergem em grande medida para o tipo de relação que as classes subalternas desenvolveram com o Estado nos países ocidentais (também entendido aqui com base na tipologia de Gramsci). Ao mesmo tempo, a chamada “crise da democracia” parece restituir certas características políticas e sociais do momento anterior, aquele do jovem Engels do *Manifesto comunista* e da Revolução de 1848.

Primeiro, trata-se de refazer o movimento engelsiano sobre as instituições da segunda metade do século XIX. Angelo Remedio Neto nos mostra que “o direito é elemento fundamental da revolução burguesa que atravessa a Europa no século XIX”. Prossegue ele afirmando que “os princípios de liberdade e igualdade levantados na Revolução Francesa se tornam os princípios fundamentais de legitimação do poder burguês” (p. 212). Assim, tanto a propriedade privada quanto a relação mercantil de trabalho estavam garantidas. O movimento inicial de Engels (e Marx) foi o de denunciar os limites dessa igualdade jurídica: “Não seriam a liberdade e a igualdade jurídicas capazes de uma emancipação da classe operária. O próprio fundamento de sua existência seria eminentemente burguês e deveria ser superado.” (p. 213)

O quadro fica mais complexo à medida que o movimento operário passa a ter conquistas concretas e objetivas, seja na ação sindical, seja na pressão sobre o parlamento e, por fim, na dimensão eleitoral. Por exemplo, a conquista da redução da jornada de trabalho, o que será chamado pela I Internacional de “vitória da economia política dos trabalhadores contra a economia política burguesa”¹. Engels vê, portanto,

¹ A expressão encontra-se na antologia de textos da I Internacional organizada por Marcello Musto. Cf. MARX, Karl. (1864). “Vários”. MUSTO, Marcello. *Trabalhadores, Uni-Vos! Antologia Política da I Internacional*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2014.

que “a melhoria de condições de vida a partir do direito pode ampliar a capacidade de luta do partido revolucionário” (p. 213). Ele alertava para que essa visão não gerasse um rebaixamento do horizonte revolucionário. Era preciso lembrar sempre da “impossibilidade de uma transformação efetiva da sociedade por meio de reivindicações jurídicas” (p. 216).

Ocorre que esse processo de conquistas não se resumiu ao campo jurídico. Politicamente, a classe trabalhadora passava por duas grandes transformações que iriam impactar as formulações do nosso autor. A primeira foi traduzida por Pedro de Araújo Fernandes a partir da díade guerra e revolução. A segunda se materializa no sufrágio universal.

Fernandes trabalha com o par de conceitos guerra e revolução para analisar o papel da violência em Engels (e em Marx). Faz isso historicizando o modo como os fundadores do marxismo entendiam essas noções. Ele argumenta então que, nos textos próximos a 1848 — ano em que explode o processo revolucionário conhecido como Primavera dos Povos —, para eles “a revolução iria assumir, de modo inevitável, uma forma violenta. Ao mesmo tempo, eles abordavam a guerra como um elemento desestabilizador do *status quo*, capaz de acelerar o processo histórico rumo ao seu desfecho inexorável (p. 242). Contudo, como sabemos, a revolução foi derrotada. Segundo Fernandes, Engels conclui, estudando o avanço da tecnologia militar, que “batalhas de rua se tornariam menos importantes, enfraquecidas no seu potencial revolucionário” (p. 245). Havia ainda o problema do recrutamento em massa, formando os grandes exércitos nacionais e, com eles, o próprio sentimento nacional, com enorme potencial de enfraquecer a solidariedade de classe. “A perspectiva de grandes guerras entre povos, desvinculadas do elemento dinástico, ameaçava a solidariedade internacional proletária e funcionava como um instrumento político de repressão contra os movimentos dos trabalhadores.” (p. 247)

A derrota da Comuna de Paris em 1871 e as vitórias eleitorais do SPD levaram Engels, ainda de acordo com Fernandes, a escrever em 1895 que “o tempo das insurreições havia chegado ao fim”. Mais do que isso, “para ele as condições da época favoreciam inequivocamente as forças reacionárias nesse tipo de conflito”. E conclui que “tais forças buscavam provocar os revolucionários para um conflito armado aberto para, então, os aniquilarem” (p. 250). Fernandes chega ao mesmo ponto em que Remedio sobre o direito: Engels, apesar da análise concreta, seguia afirmando a perspectiva revolucionária e criticando o caminho reformista. Este se fortalecia à medida que o sufrágio universal se consolidava.

Theófilo Rodrigues é quem vai abordar essa questão por meio de sua análise sobre os partidos políticos e a obra de Engels. Aqui também é necessário fazer um percurso histórico similar àqueles encontrados nos textos de Remedio e Fernandes. Na primeira metade do século XIX, no calor do processo revolucionário, o partido, para Marx e Engels, eram movimentos revolucionários, tal qual aparece no *Manifesto Comunista* e nas formulações da I Internacional. A derrota da comuna em 1871 e a criação do SPD em 1875 levam os autores a um novo tipo de problema: a organização

partidária propriamente dita, como uma entidade autônoma e, ao mesmo tempo, representante da classe.

Rodrigues demonstra que Engels, assim como Marx, foi crítico do SPD na criação do partido pela hegemonia de outros setores socialistas. Contudo, ambos apoiaram a fundação do partido, entendendo que “a criação do SPD estava acima das questões teóricas” (p. 229). A partir de 1883, com a morte de Marx, Engels procura disseminar esse tipo de organização pela Europa e, de fato, graças ao seu empenho as diversas correntes socialistas se unificam e fundam a II Internacional.

O SPD segue seu curso de conquistas eleitorais e inicia a revisão do seu programa em 1891. Rodrigues analisa a nova contrariedade de Engels, incomodado com o rebaixamento do horizonte revolucionário na questão da “ditadura do proletariado”, que nem sequer aparece no documento final (p. 232). Analisando o mesmo texto de 1895 já abordado por Fernandes, Rodrigues afirma que “essa análise só poderia ter uma conclusão: pelo uso do sufrágio universal, ou seja, pela via eleitoral, os socialistas chegariam ao poder” (p. 234). Ora, podemos concluir então que Engels teria abandonado a perspectiva revolucionária? Rodrigues entende que não, pois, segundo ele, “sabia bem que, se os socialistas chegassem ao poder pela via eleitoral, as classes dominantes seriam as responsáveis pela subversão, ou seja, pela quebra das regras do jogo” (p. 234), e que, nesse caso, os socialistas poderiam recorrer à violência revolucionária.

É aqui que toda essa reconstrução analítica e histórica do desenvolvimento do pensamento de Engels e, em paralelo, do próprio fazer-se (no sentido thompsonianiano) político dos trabalhadores, se encontra com as hipóteses sobre a renovação da esquerda na atualidade. Afinal, o que vivemos hoje é justamente o movimento em que as classes dominantes quebram as regras do jogo — golpe de 2016 no Brasil, entre outros — e radicalizam os processos políticos violentos, como ocorre com o trumpismo e com o bolsonarismo. Mais do que isso, o resultado de melhores condições de vida para as classes, que se manifestou a partir das conquistas eleitorais e sindicais, já não faz mais sentido diante da crescente desigualdade social que corrói o tecido social das diversas nações em todo o planeta.

Como vimos, Engels e Marx criticaram o programa político do SPD por rebaixar o horizonte utópico. Tal posicionamento se constitui, então, como mais uma pista que podemos extrair do legado de Engels. É preciso recuperar um sentido anticapitalista nas esquerdas para enfrentar o regime que a cientista política Wendy Brown chama de neoliberalismo autoritário. O desafio, contudo, é como fazer isso sem cair no sectarismo, no dogmatismo, na ação política que só marca posição, no que podemos chamar de “identitarismo de esquerda”, que se satisfaz em se autoproclamar socialista.

A saída passa por conseguir pensar e agir dialeticamente.

A DIALÉTICA ONTEM E HOJE

Voltemos ao texto de Remedio, quando ele demonstra o movimento teórico sobre o direito que Engels opera a partir das conquistas práticas do movimento operário, sobretudo pela via eleitoral, o que poderia “abalar os próprios princípios burgueses do direito”. Remedio afirma que, para o revolucionário alemão, “a luta por igualdade na boca de um operário no parlamento poderia se tornar uma luta por igualdade real”. E, concluindo o argumento, para Engels, “essa igualdade real não seria resolvida no parlamento, mas despertaria novas possibilidades de luta e contestação” (p. 219).

Wallace Cabral Ribeiro nos mostrou que Engels desenvolveu exatamente o mesmo raciocínio sobre a possibilidade de subverter os escritos da Bíblia católica a partir de sua tradução para além do latim pela Reforma Protestante. “No sentido dialético, a mesma Bíblia que serviu de instrumento de dominação, de justificativa das desigualdades sociais, [...] agora, nas mãos dos insurgentes, ganhava novas interpretações” (p. 262).

Um terceiro exemplo de historicização que permite a passagem de um pensamento mecanicista para uma perspectiva dialética está na já citada colaboração de Lemos e Braga sobre a questão nacional. Para os autores, na medida em que “cada nação abriga em si antagonismos fundantes da sociedade capitalista” e que, portanto, não são entidades autônomas em si, “não há receita ou dogma possível em sua compreensão, mas sim a ampliação de uma visão de mundo, de um método histórico-filosófico, para a sua interpretação” (p. 209), e foi exatamente isso que levou Engels a avançar em sua visão sobre a comuna russa e também ele e Marx a questionarem o papel do colonialismo e do progresso, apoiando as lutas dos países periféricos (p. 206).

Ainda no esforço de historicizar a dialética, há o debate em torno da relação de Engels com o Romantismo alemão do século XIX. Júlio César de Oliveira Vellozo argumenta que Engels e Marx estabeleceram com esse movimento uma relação “pendular de repulsa e absorção”, resultando em “uma influência parcial que não se deu sob os elementos mais nodais do pensamento dos dois autores” (p. 25). Isso tanto afasta a ideia de que o marxismo é uma criação totalmente nova quanto afirma que se trata sim de uma criação original, a qual desenvolve para uma nova direção elementos teóricos, filosóficos e culturais já presentes no mundo.

Esse desenvolvimento que é o marxismo é traduzido por Fábio Palácio como uma tradição intelectual e cultural, tradição esta que enfrenta um triplo desafio: o de continuar (p. 277), o de se popularizar (p. 278) e de se desenvolver a partir dos novos processos históricos e políticos (p. 279). Palácio destaca que, quanto mais restrita à elite, mais a tradição é vulgarizada e mais chances tem de morrer (p. 280). Engels, sabendo disso, buscou justamente ampliar o alcance do marxismo.

Essa ressalva é importante porque, em grande medida, os debates em torno da dialética como pedra fundamental do edifício teórico do marxismo em muito in-

correm nesse equívoco da vulgarização pela elitização. Uma vez que é um problema complexo, quem se ocupa dele são setores acadêmicos e/ou organizações políticas de classe média, sem qualquer tipo de capilaridade social e no mais das vezes extremamente sectários. Com frequência, utilizam nestes debates uma linguagem cifrada de difícil compreensão mesmo para pessoas com formação acadêmica, constituindo um ambiente hostil à pluralidade e hermético ao sentido prático fundamental para o marxismo.

Ao historicizar o pensamento de Engels (e Marx) podemos perceber que o desenvolvimento dessa tradição se deu justamente no contato com a classe, com as lutas, com as criações políticas coletivas (o partido, o sindicato). Os exemplos da relação com o direito, com a religião, com o Romantismo e com a nação atestam bem esse processo.

Também a relação de Engels com as ciências exatas ajuda nessa reflexão. Moraes analisa a biologia e a passagem do fixismo para o transformismo: com isso, a natureza também é historicizada (p. 100). Jean-Philippe Martinez e Olival Freire Jr. analisam o modo como três físicos do século XX se apropriaram da obra de Engels. Os resultados, embora diversos, apontam para um conhecimento aberto, pautado por noções como “verdades relativas” (p. 117), “teoria relativa aos meios de observação, complementar e probabilística” (p. 121) e “possibilidade potencial” (p. 122).

No mesmo sentido, Luiz Eduardo Motta aborda como a dialética impacta as ciências sociais e humanas no tenso movimento de categorias do tipo “determinação em última instância” e “autonomia relativa”. Para ele, Engels destaca que o econômico em última instância não anula as incertezas do processo histórico nem a pluralidade de determinações (p. 129). Motta demonstra que o revolucionário alemão confere papel central ao acaso na história e que seu pensamento e ação caminham na existência “de uma contradição entre o certo e o incerto, dando margem a múltiplas possibilidades com resultados variados” (p. 144).

Por fim, para completar a reflexão sobre a aplicação da dialética nas áreas do conhecimento, Danieli Christovão Balbi analisa como a produção de uma cultura politizada e engajada resultou no realismo socialista. Este, antes de se tornar propaganda oficial stalinista, se afirmava como uma prática cultural que buscava o engajamento pela veracidade sem, como pregava Engels, “apresentar ao leitor a futura solução”. O mais importante era suscitar dúvidas e engajamento, culminando em uma noção de cultura que “não é nem reflexo nem retrato” (p.189) da realidade, mas é ela mesma, dialeticamente, sujeito histórico da transformação – tal qual Engels foi e tal qual, esperamos, modesta e esperançosamente, este livro possa se tornar.

* Professor de Ciência Política da UFRJ e do PPGCS/UFRRJ.

► Texto recebido em dezembro de 2020; aprovado em dezembro de 2020.

LIVROS QUE RECOMENDAMOS



Utopias para reconstruir o Brasil

Gilberto Bercovici, João Sicsú, Renan Aguiar
(Coord.)

Editora: Quartier Latin

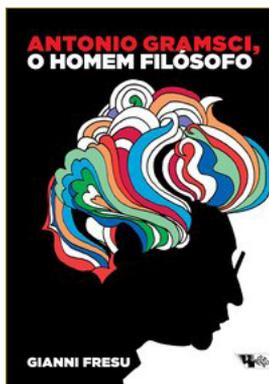
Formato: 23 x 16 cm

1ª edição: novembro de 2020

Preço: R\$ 177

786 páginas

O livro reúne artigos de 54 autores provenientes das mais diversas áreas do conhecimento, como Direito, História, Economia, Saúde Pública e Relações Internacionais, entre outras. O que une os textos é o esforço de pensar o país a partir da ideia de reconstrução. Parte-se do diagnóstico comum de que estamos vivendo um momento de destruição nacional e que, assim que as condições políticas estiverem colocadas e o pesadelo do governo Bolsonaro se dissipe, será necessário um esforço de reconstrução. Esta tarefa só será possível se formos capazes de *imaginar* — daí o emprego da palavra *utopia* no título —, de forma ousada e consentânea com as potencialidades do país. Além das contribuições de nomes como Samuel Pinheiro Guimarães, Alysson Mascaro, Enzo Bello, Júlio Vellozo, Marcos Dantas e Martonio Montalverne, o volume traz prefácio do ex-ministro Celso Amorim.



Antonio Gramsci, o homem filósofo: uma biografia intelectual

Gianni Fresu

Editora: Boitempo

Formato: 23 x 16 cm

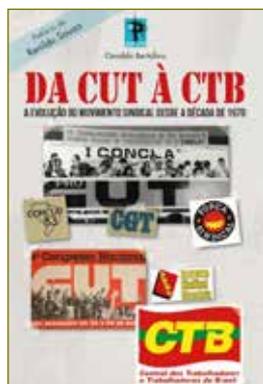
1ª edição: julho de 2020

Preço: R\$ 51,90

424 páginas

Fruto de um trabalho de pesquisa que coincide, desde sempre, com a trajetória política e intelectual do biógrafo, *Antonio Gramsci, o homem filósofo*, de Gianni Fresu, revela a estrutura de profunda continuidade na produção teórica do pensador sardo. Sem menosprezar a coexistência, em Gramsci, de diferentes necessidades e perspectivas, contrapõe-se às supostas divisões ideológicas entre um antes e um depois, um “Gramsci político” e um “homem de cultura”.

Lançada originalmente em 2019 na Itália, onde foi muito bem recebida, a biografia intelectual de Antonio Gramsci é uma excelente introdução ao pensamento gramsciano, para quem ainda não o conhece; uma ótima oportunidade de organizar o conhecimento sobre o autor, para quem já teve algum contato com sua obra, e, sem dúvida, uma referência importante para os estudiosos. Da edição brasileira, acompanhada de perto por Fresu — que, embora seja sardo como Gramsci, leciona na Universidade Federal de Uberlândia (MG) —, constam trechos e notas do autor que não se encontram na edição italiana.



Da CUT à CTB — A evolução do movimento sindical desde a década de 1970

Osvaldo Bertolino

Editora: Apparte

Formato: 21 x 14 cm

1ª edição: 2020

Preço: R\$ 24,90

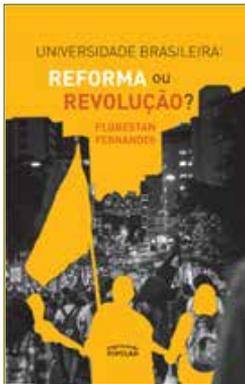
195 páginas

A história sindical, contada por um trabalhador e sindicalista, tem seu próprio e inestimável valor. É isso que nos oferece Osvaldo Bertolino. Os últimos 50 anos do sindicalismo brasileiro são condensados em reconstrução histórica e análise crítica neste livro, no qual, a despeito do amplo panorama abordado, há profundidade analítica.

A retomada das lutas, a partir dos metalúrgicos do ABC, na segunda metade da década de 1970, é abordada sempre em vínculo com a ditadura militar e os combates pela democracia. Nos anos 1980, a inflação, o desemprego, a crise da dívida externa e a ingerência do FMI, a redemocratização, a Assembleia Constituinte, tudo isso se entrelaça às greves gerais de 1983, 1986 e 1989.

Como chegamos aqui, neste Brasil de 2020, com o governo neofascista de Jair Bolsonaro? Para responder essa questão, há muitos ensinamentos a serem extraídos das relações entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo nas décadas de 1990-2000, de um lado, e da situação da classe trabalhadora brasileira nessas décadas, de outro.

Renildo Sousa



Universidade brasileira: reforma ou revolução?

Florestan Fernandes

Editora: Expressão Popular

Formato: 14 x 21 cm

1ª edição: maio de 2020

Preço: R\$ 40

366 páginas

Coleção: Educação/Pedagogia

A primeira reestruturação substancial do ensino superior brasileiro foi inicialmente pautada por diversos setores populares entre os anos 1950 e 1960, sendo tema de uma série de encontros de organizações estudantis, como os da UNE entre 1961 e 1963. As reivindicações à época incluíam o combate à estrutura arcaica do ensino superior, à sua privatização e ao elitismo dos exames vestibulares, e defendiam o aumento da participação dos estudantes no processo decisório das instituições de ensino e a refuncionalização destas para que servissem aos interesses do povo brasileiro.

A instauração e aprofundamento da ditadura empresarial-militar atropelou esse processo, e assumiu a bandeira da Reforma Universitária, distorcendo-a completamente, concebendo-a dentro do acordo MEC-USAID e restringindo seu campo à modernização administrativa e pedagógica, de acordo com o modelo estadunidense.

Florestan Fernandes tornou-se professor de sociologia da Universidade de São Paulo em 1945, nos anos 1950 se envolveu na Campanha de Defesa da Escola Pública e seguiu nessa defesa não só participando de debates junto com os estudantes, mas também formulando teoricamente sobre o tema. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* surge nesse contexto. Inicialmente organizado para ser lançado em 1969, ano da aposentadoria compulsória do autor imposta pela ditadura civil-militar, teve sua primeira edição somente em 1975.



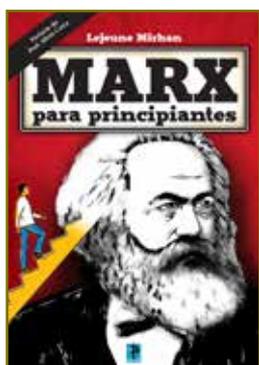
O que fazer?

Vladímir Ilitch Lénin

Editora: Boitempo
 Formato: 25 x 15,2 cm
 1ª edição: abril de 2020
 Preço: R\$ 41,65
 224 páginas
 Coleção: Arsenal Lénin

Obra seminal de Lénin, publicada originalmente em 1902, o livro apresenta as linhas gerais do que ficaria conhecido como “partido leninista”, indicando as tarefas de organização necessárias ao desenvolvimento da revolução. Avaliam-se os equívocos das diferentes linhas de pensamento no interior do que era até então o campo da social-democracia, no qual atuavam os marxistas.

Publicada em português no ano em que Lénin completa 150 anos de nascimento, a obra é um esforço prático de resposta a importantes problemas organizativos, sobretudo aqueles que tocam a relação entre espontaneidade das massas e vanguarda revolucionária. A resposta de Lénin seria sintetizada em uma de suas mais célebres frases, inscrita nessa obra de grande importância histórica: “Sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário.”



Marx para principiantes

Lejeune Mirhan

Editora: Apparte
 Formato: 21 x 13,8 cm
 1ª edição: 2020
 Preço: R\$ 39
 256 páginas

Muitos foram os filósofos que influenciaram o pensamento e as ideias no decorrer da história humana. Entre eles não há, entretanto, um que tenha influenciado mais do que Karl Marx. Mesmo os seus detratores reconhecem-no como um dos maiores pensadores, mas o confinam ao século XIX, como se sua obra, suas ideias, suas teorias valessem apenas para aquela época. Nenhum outro autor estudou tanto, e com tanta profundidade, o sistema econômico capitalista. Marx é daquelas pessoas das quais podemos dizer: “Fale bem ou mal, é preciso falar dele”. Com a atual crise do capitalismo, em sua forma financeira, a obra marxiana nunca foi tão atual. Este livro, de forma didática e simples, com muitos exemplos e mais de cem ilustrações e fotos, todas legendadas, procura desvendar o seu pensamento.



Losurdo: Presença e permanência

João Quartim de Moraes (Org.)

Editora: Anita Garibaldi

Formato: 23 x 16 cm

1ª edição: 2020

Preço: R\$ 32

140 páginas

O livro homenageia a obra de Domenico Losurdo, o grande filósofo marxista italiano e professor da Universidade de Urbino, falecido em junho de 2018. João Quartim de Moraes coletou e editou os textos aqui reunidos, contribuindo também com um estudo introdutório. Central nessa coletânea é a densa síntese filosófica elaborada por Stefano Azzarà — “Domenico Losurdo 1941-2018, *in memoriam*” —, em que são salientadas as grandes linhas de força de um pensamento que manteve unidas “a filosofia e a política numa época que voltou as costas à revolução”. Consta ainda o texto dos professores Diego Pautasso, Marcelo Fernandes e Gaio Doria — “Marxismo e a questão nacional: Losurdo e a dialética nacional-internacional” —, bem como, completando a coletânea, dois importantes artigos do próprio Losurdo já publicados na revista *Princípios*: “Marx, Cristóvão Colombo e a revolução de outubro — materialismo histórico e análise das revoluções” e “Gramsci e a Rússia soviética: o materialismo histórico e a crítica do populismo”.

Princípios é uma publicação quadrimestral da Editora e Livraria Anita Ltda.

Registrada no ISSN sob o n° 1415-7888

URL: www.revistapricípios.com.br

Open Journal System (OJS):

<https://revistapricípios.emnuvens.com.br>

Email: princípios@revistapricípios.com.br

Jornalista responsável: Fábio Palácio

Preparação e revisão de originais: Ramiro Torres

Projeto gráfico: Vandrê Fernandes

Diagramação: Laércio D'Angelo Ribeiro

Editora e Livraria Anita Ltda.

CNPJ: 96.337.019/0001-05

End. Adm.: Rua Rego Freitas, 249 - República

São Paulo - SP - CEP: 01220-010

Tel.: (11) 3129-4586 WhatsApp: (11) 93466-3212

E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

www.anitagaribaldi.com.br



Fundador

► João Amazonas (1912-2002)

Editores

► Júlio Vellozo e Fábio Palácio

Editor executivo

► Nilson Weisheimer

Comissão Editorial

► Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes e Cláudio Gonzalez

Conselho Editorial

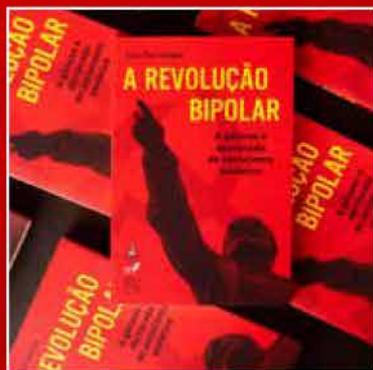
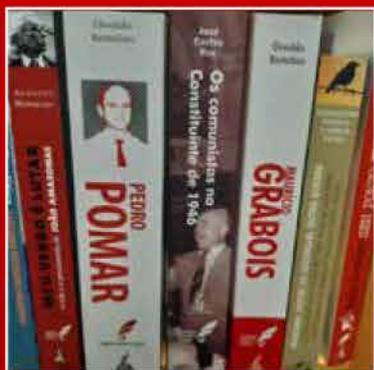
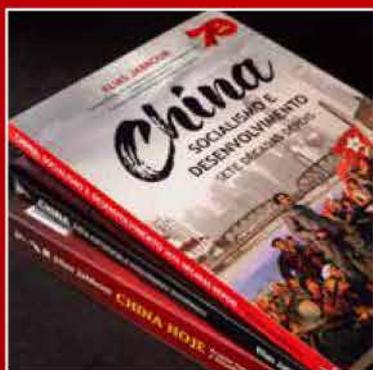
Analúcia Danilevicz Pereira (História e RRII/UFRGS); Andréia Galvão (Ciência Política/Unicamp); Antonio Liberac C. Simões Pires (História/UFRB); Armen Mamigonian (Geografia/UFSC); Atilio Boron (Ciência Política e RRII/Universidades de Buenos Aires e Avellaneda); Boaventura de Sousa Santos (Economia e Ciências Sociais/Universidades de Coimbra e Wisconsin-Madison); Carol Proner (Direito/UFRJ); Celso Frederico (Comunicação/USP); Cícero Péricles de Carvalho (Geografia e Economia/UFAL/Unifesp); Dermeval Saviani (Educação/Unicamp); Elias Jabbour (Economia/UERJ); Enzo Bello (Direito/UFRJ); Fábio Guedes Gomes (Economia/UFAL); Fábio Palácio (Comunicação/UFMA); Frederico Mazzuchelli (Economia e História/Unicamp); Gabriel Becerra Yañez (Ciências Sociais/Universidad Cooperativa de Colombia); Gilberto Bercovici (Direito/USP); Gilberto Maringoni (RRII/UFABC); Ilka Bichara (Psicologia/UFBA); João Quartim de Moraes (Filosofia/Unicamp); José Carlos Braga (Economia/Unicamp); José Claudinei Lombardi (Educação/Unicamp); José Luís Fiori (Economia/UFRJ); Júlio Vellozo (Direito/Fadisp); Luís Fernandes (RRII e Ciência Política/PUC-RJ/UFRJ); Luiz Eduardo Motta (Ciência Política/UFRJ); Luiz Fernando de Paula (Economia/UFRJ); Luiz Gonzaga Belluzzo (Economia/Unicamp); Madalena Guasco (Filosofia/PUC-SP); Manuel Domingos Neto (História/Casa de Rui Barbosa e UFC); Marcos Dantas (Comunicação/UFRJ); Maria Lygia Quartim de Moraes (Sociologia e Serv. Social/Unicamp e Unifesp); Marly Vianna (História/UFSCar); Mary Garcia Castro (Sociologia/UFBA/UFRJ); Maryse Farhi (Economia/Unicamp); Miguel Bruno (Economia/Ence-IBGE/UERJ); Nereide Saviani (Educação/Unisantos); Olival Freire Junior (Hist. das Ciências/UFBA); Sergio Schneider (Sociologia e Economia/UFRGS); Sidarta Ribeiro (Neurociências/UFRN); Sílvio Almeida (Administração/FGV); Volnei Garrafa (Bioética/UnB).

Conselho Consultivo

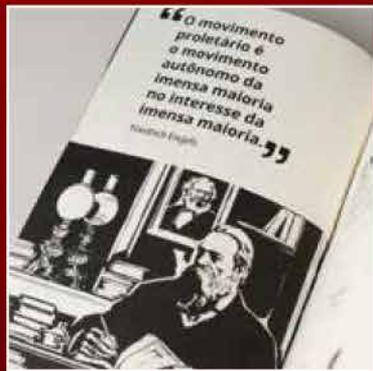
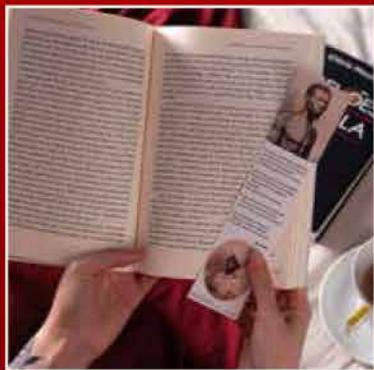
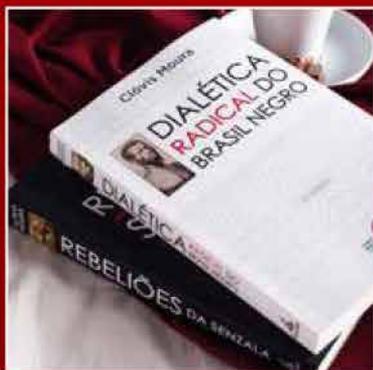
Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes, Cláudio Gonzalez, Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aloísio Sérgio Barroso, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Augusto César Buonicore (*in memoriam*), Bernardo Joffily, Dilermando Toni, Edvar Bonotto (*in memoriam*), Fernando Garcia de Faria, Flávio Dino, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy, Lécio Moraes, Leocir Costa Rosa, Luciana Santos, Manuela D'Ávila, Mariana de Rossi Venturini, Nádia Campeão, Nilson Araújo, Olívia Rangel, Orlando Silva, Osvaldo Bertolino, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Renato Rabelo, Ricardo Abreu de Melo, Rita Coitinho, Rosanita Campos, Rubens Diniz, Sérgio Rubens, Walter Sorrentino.

Corpo de pareceristas

Alexandre Pilati (Literatura/UnB); Allan Kardec Barros (Eng. Elétrica/UFMA); Américo Alves de Lyra Junior (RRII/UFRR); Antônio Guedes Rangel Júnior (Educação e Psicologia/UEPB); Antonio Luiz Caldas Junior (Saúde Coletiva/Unesp); Caio Bugiati (Ciência Política e RRII/UFRRJ); Cássia Damiani (Políticas Públicas e Educação/UFC); Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo (Ciência Política/UFT); Cristiano Capovilla (Filosofia/UFMA); Dalton José Alves (Educação/Unirio); Dalton Macambira (História/UFPI); Daniela Borges Pavani (Astronomia/IF-UFRGS); Diego Pautasso (Geografia/Colégio Militar de P. Alegre); Dimitri Toledo (Administração Pública/Unifal-MG); Edileusa Pena da Silva (Bibliotecologia/UFMT); Edsaura Maria Pereira (Saúde Coletiva/UFG); Eduardo Corrêa (Matemática/UERJ); Edwiges C. Carvalho Corrêa (Direito/PUC-GO); Elisângela Lizardo de Oliveira (Educação/IFSP); Ernesto Valença (Teatro/UFOP); Francisco Wellington Duarte (Economia/UFRN); Gianni Fresu (Filosofia/UFU); Haroldo de Mayo Bernardes (Engenharia Civil/Unesp); Hélio de Mattos Alves (Farmácia/UFRJ); Hugo Valadares (Eng. Elétrica e Computação/UTFPR); José Ricardo Moreno Pinho (História/Uneb); José Luiz Alves (Economia/UPE); Júlia Lemos Vieira (PhD Ciências Sociais/UERJ); Juliana Alves de Araújo Bottechia (Química e Educação/UnB); Lígia Maria Ávila Chiarelli (PG Arquitetura/UFPE); Luciano Moreira Rezende (Ciências Agrárias/IFDF); Luiz Eduardo Motta (Ciência Política/UFRJ); Maelda Barros (Geografia/UFPE); Mara Franco de Sá (Ciências Sociais e Educação/UFPI); Marcelo Pereira Fernandes (Economia/UFRRJ); Marcio Florentino Pereira (B.I. Saúde/UFESB); Maria das Graças de Oliveira (Ciência da Informação/IFMG); Maria do Carmo L. C. Leite (Educação/Unisantos); Maria Luiza Nogueira Rangel (Educação, Políticas Públicas e Filosofia/UEG/UCB); Máximo Augusto Campos Masson (Sociologia e Educação/UFRRJ); Meire Rose dos Anjos Oliveira (Geografia/UFMT); Neusa Valadares (Direito/PUC-GO); Nilson Weisheimer (Sociologia/UFRB); Olgamir Amancia Ferreira (Educação/UnB); Patrícia Simone Nogueira (Nutrição e Educação/UFMT); Paulo Bretas Vilarinho Junior (Psicologia/Faeterj Duque de Caxias); Pedro Luiz Teixeira de Camargo (Ciências Ambientais/IFMG); Reinaldo de Lima Reis Jr. (Educação/IFG); Renildo Sousa (Economia e RRII/UFBA); Robson Câmara (EAP/SEEDF); Romualdo Pessoa Campos Filho (Geografia/lesa-UFG); Sérgio Mário Lins Galdino (Ciência da Computação/UPE); Sheler Martins de Souza (Ciências Biológicas/IFF); Sílvio Costa (História/PUC-GO); Socorro Rangel (Matemática Aplicada/Unesp S. J. do Rio Preto); Tanara Lauschner (Computação/UFAM); Theófilo Rodrigues (PhD Ciências Sociais/UERJ); Thiago Modenesi (Educação e Políticas e Gestão Pública/UNIFG-PE); Wellington Pinheiro dos Santos (Engenharia Biomédica/UFPE); Wladimir Vinycius de Moraes Camargos (Direito/UFG).



NÃO SÃO APENAS ALGUNS DOS NOSSOS LIVROS. SÃO CAPÍTULOS DE UMA GRANDE HISTÓRIA.



EDITORA ANITA GARIBALDI. 40 anos de histórias e lutas. Conheça nossa nova loja virtual: www.livrariaanita.com.br

Friedrich ENGELS

200

Os trabalhos ditos “clássicos” são aqueles que transcendem seu próprio tempo. Assim pode ser definido o legado teórico e político de Friedrich Engels. Ao lado de Marx, ele fundou o socialismo como ciência. Ajudou a substituir o discurso romântico da crítica anticapitalista anterior por uma nova visão do processo histórico. Seu pensamento lançou luz sobre as contradições e o caráter historicamente transitório da sociedade burguesa. Fonte dos mais diversos desenvolvimentos da teoria hoje conhecida como marxismo, sua obra é patrimônio inestimável dos trabalhadores de todo o mundo.

